322

CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS

Fundado em 24 de Fevereiro de 1955 pelo Ministro do Ultramar
M. M. Sarmento Rodrigues

COMISSÃO EXECUTIVA:

António da Silva Rego — (Presidente)
Alexandre Marques Lobato — (Secretário)
Joaquim Alberto Iria Júnior — (Vogal Nato)

VOGAIS:

Alberto Carlos Germano da Silva Correia
Alexandre Marques Lobato
António Alberto Banha de Andrade
António Brásio
António Joaquim Dias Diniz
António Marques Esparteiro
António da Silva Rego
Armando de Freitas Zuzarte Cortesão
Artur Basílio de Sá
Artur César Ferreira Reis
Avelino Teixeira da Mota
Bernhard Josef Wenzel
Caetano de Carvalho Montês
Carlos de Azevedo
Charles-Martial de Witte
Charles Ralph Boxer
Damião António Peres
Domingos Maurício Gomes dos Santos
Elaine Sanceau
Eric Axelson
Ferdinand Braudel
Florentino Pérez-Embid
Filipe Gastão de Moura Coutinho de Almeida de Eça
Francis Rogers
Francisco de Assis de Oliveira Martins
Francisco Fernandes Lopes
Francisco Leite Faria
Francisco Morales Padrón
Francisco Paulo Mendes da Luz
Francisco Xavier Gomes Catão
Frederic Mauro
Georg Schurhammer
Georges Menseart
Hugh Tracey
Humberto dos Santos Leitão
Israel Salvador Révah
Jaime Walter
Jean Aubin
Jerónimo de Alcântara Guerreiro
João Afonso Corte-Real
João Martins da Silva Marques
Joaquim Alberto Iria Júnior
Joel Justino Baptista Serrão
Jorge Rodrigues Faro
José António Gonçalves de Melo
José Augusto do Amaral Frazão de Vasconcelos
José Gonçalo Santa Rita
José Maria Braga
José Wicki
Júlio F. Guillen
Júlio Gonçalves
J. F. Sanchez Cantón
Klaas Ratelband
K. Matsuda
Leo Magnino
Léon Bourbon
Lewis Hanke
Louis Jadin
Luciano Ribeiro
Luís Ferrand de Almeida
Luís de Matos
Luís Mendonça de Albuquerque
Luís de Pina
Luís Silveira
Manuel Heleno Júnior
Manuel Hidalgo Nieto
Manuel Lopes de Almeida
Manuel Nunes Dias
Manuel dos Santos Estevens
Manuel Teixeira
Marcel Bataillon
Marcelo José das Neves Alves Caetano
Mário Augusto Costa
Mário Correia Teles de Albuquerque
Mário Hernandez-Sanchez Barba
Mathias Klemen
Panduronga Sinai Sacarama Pissurlencar
Ralph Delgado
Raymond Mauny
Robert Ricard
Serafim Leite
Th. Monod
Virgínia Robert Rau
Vitorino Magalhães Godinho
W. G. L. Randles

GOA UNIVERSITY LIBRARY
This book [illegible] by
Nuno Gonsalvis

Os escritos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores

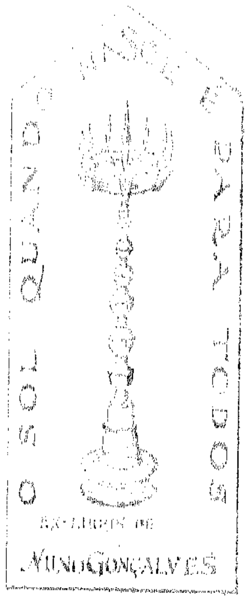
CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS
PORTUGAL

STVDIA

REVISTA SEMESTRAL

12

JULHO — 1963
LISBOA



CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS

PORTUGAL

Revista Semestral — STVDIA — N.º 12 (Julho 1963)

Índice

I — ARTIGOS:

1. S. Francisco Xavier e a sua época. Por *Georg Schurhammer* ... 7
2. The beginnings of printing at Macao. By *J. M. Braga* 29
3. Goa pré-portuguesa. Por *João Manuel Pacheco de Figueiredo* 139
4. Dimas Bosque, físico-mor da Índia e as Sereias. Por *Jaime Walter* 261
5. Partilha do mar oceano e descobrimento do Brasil. Por *Manuel Nunes Dias* 273

II — DOCUMENTÁRIO:

Hystoria dos Cercos Que os Olandezes puzerão à Fortaleza de Mozambique o Anno de 607 e 608. Introdução e notas por *A. Meyrelles do Souto* 463

III — BIBLIOGRAFIA:

BOXER, C. R. — *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire 1415-1825; Description du Royaume de Congo et des Contrées Environnantes par Filippo Pigafetta & Duarte Lopez (1591). Traduite de l'italien et annotée par Willy Bal, Professeur à l'Université Lovanium de Léopoldville*... 549

S. Francisco Xavier e a sua época (*)

Por *GEORG SCHURHAMMER S. J.*

1. *Introdução.*

Quando o P. António Franco acabou no ano de 1715 a sua obra *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal*, ajuntou às biografias dos Padres e Irmãos portugueses também a de S. Francisco Xavier e motivou a excepção escrevendo: «Não pareça fora desta obra o fazer dele menção, porque além de ser português no amor a esta nação, foi o primeiro professo de quatro votos solenes que houve nesta província» (1).

2. *Xavier e Portugal.*

Franco tinha razão. O santo fundador das Missões orientais da Companhia de Jesus do Padroado Português, o Padre Mestre Francisco, como foi sempre chamado na Índia, sentia-se português e nas suas cartas falava da «nossa língua» (2), do

---

(*) Conferência proferida no SNI, por ocasião da Exposição Xaveriana «Memória do Passado».

(1) A. Franco S. J., *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal* (Porto, 1931) 722.

(2) *Epistolae S. Francisci Xaverii*, ed. Schurhammer-Wicki I (Romae, 1944) 342.

«nosso mar» ([3]) e del «Rey nosso Senhor» ([4]), e quando foi ao Japão com o P. Cosme de Torres, valenciano, e o irmão Juan Hernandez, nascido em Córdoba, escreveu ao P. Juan da Beira, galego, gracejando: «Vamos três portugueses» ([5]).

As primeiras impressões que Xavier teve dos Portugueses na Índia foram boas. Na primeira carta que mandou da Índia a Roma escreceu: «Goa es una ciudad toda de cristianos, cosa para ver. Ay un monesterio de muchos frailes de San Francisco y una See muy honrada y de muchos canónigos y otras muchas yglesias. Cosa es para dar muchas gracias a Dios nuestro Señor en ver que el nombre de Cristo tanto florece en tan luengas tierras y entre tantos ynfieles» ([6]). Falou também dos fundadores do colégio de Santa Fé, «hombres muy honrados y principales» ([7]) e dos confrades da Santa Misericórdia, «una Compañía de hombres mui honrados», da qual diz: «Hes cosa de admiración ver el servicio que estos buenos hombres hazen a Dios nuestro Señor en favorecer a todos los necesitados» ([8]), e ajunta: «Con mucho amor y voluntad de los de aquesta ciudad habité aqui todo el tiempo que estuve» ([9]). E pediu muitas graças e indulgências de Roma para o colégio, o hospital, a Misericórdia e para as festas das ermidas da ilha, dizendo que, se os Padres as trouxessem, seriam muito bem recebidos na Índia:

«Pensad que las voluntades de todos los portugueses que ay en la India ternán ganadas, y mucha autoridad y crédito con todos ellos , qu'es grande parte pera imprimir en sus ánimas todas cosas spirituales. Sobre todas las naciones que e visto creo que la portuguesa haze ventaja a todas en estimar

([3]) *Ib.* II (1945) 357.
([4]) *Ib.* I, 162.
([5]) *Ib.* II, 111.
([6]) *Ib.* I, 121-122.
([7]) *Ib.* 132.
([8]) *Ib.* 141.
([9]) *Ib.* 126.

las gracias e indulgencias de Roma. Y esta concessión destas gracias será causa que muchos más se alleguen a los sacramentos, y anzí por esta razón, como por ser los portugueses muy obedientes, vendrá [Su Santidad] en concederles las indulgencias que esperan» ([10]).

Dois anos depois fala noutro tom. O Padre tinha feito má experiência na Costa da Pescaria, onde o capitão Cosme de Paiva e os seus homens na sua cobiça insaciável faziam má companhia aos Cristãos novamente convertidos destruindo o que os missionários com tanta fadiga tinham edificado. Por esta razão, Xavier escreveu a Simão Rodrigues em Janeiro de 1545:

«Nenhum amigo voso consentais vir à Índia com carregos e oficios d'El-Rey, porque deles propriamente se pode dizer: 'Deleantur de libro viventium et cum iustis non scribantur'. Por muito que de sua virtude confieis, se não for confirmado en graça como forão os apóstolos, doutra maneyra não espereis que farão o que devem, porque todos vão para o caminho de rapio, rapis. He stou spantado como os que de lá vem achão tantos modos, tempos e participios a este verbo cuytado de rapio, rapis; he são de tam boa presa os que de lá vem despachados com estes cargos, que nunqua alargão nada do que tomão. Por iso podeis ver quam mal despachados vão as almas desta vida para a outra dos que con estes cargos vem» ([11]).

Mas na mesma carta, recomendou a Rodrigues o vigário geral Miguel Vaz como homem muito zeloso do serviço de Deus ([12]), e ao mesmo tempo escreveu aos companheiros de Roma para mandarem muitos Padres e Irmãos à *vinha* da Índia, prometendo-lhes:

«Los que a estas partes por solo amor y servicio de Dios nuestro Senhor vinieren para acrescentar el número de los fieles y limites de la santa Yglesia, madre nuestra, hallarán todo favor y ayuda necessaria en

([10]) *Ib.* 136.
([11]) *Ib.* 281-282.
([12]) *Ib.* 282.

los portugueses desta tierra con mucha abastança, y serán dellos recebidos con mucha charidad y amor, por ser la nación portoguesa tan amiga de su ley, y deseosa de ver estas partes de infieles convertidas a la fee de Christo nuestro Redemptor; y aunque no fuesse por más que por satisfazer a la charidad dellos y al amor que a nuestra Compañía tienem, devríades mandar a estas partes algunos de la Compañía» (13).

E se o Santo encontrou oficiais d'El-Rei que contrariaram seu apostolado, como Cosme de Paiva e D. Álvaro de Ataíde, encontrou outros que o ajudaram generosamente como Cosme Anes, Duarte Barreto, Simão Botelho, Miguel Vaz e muitos outros que recomendou a D. João III em suas cartas. E quando preparou a viagem ao Japão, D. Pedro da Silva, um dos filhos de Vasco da Gama e então capitão de Malaca, o ajudou tão bem que o Padre escreveu a El-Rei:

«Esta conta dou tão particularmente a Vossa Alteza para que saiba as muitas honrras, e mercês, e charidades que me fazem os seus fieis e leaes vassallos da India. E certo, Senhor, que posso dizer com verdade que nunca homem veyo à India que tantas honrras e mercês recebesse dos portuguezes da India como eu. Isto tudo devo a Vossa Alteza por me encomendar tanto aos que tem mando e carregos por Vossa Alteza nestas partes da India. Especialmente tenho recebido muitas mercês e honrras do capitão de Malaca, Dom Pedro da Sylva. E pois eu não sou poderoso pera pagar tanto como devo, pesso a Vossa Alteza que pague por mym, fazendo muita mercê aos que a mym fizerão tantas boas obras e charidades» (14).

E, quando tornou do Japão, informou os Padres e Irmãos na Europa:

«Em todo este tempo que istivemos em Japão, que seria mais de dous annos e meio, sempre nos mantivemos das esmolas, que ho cristianissimo Rey de Portugal nos manda dar nestas partes, porque quando fomos a Japão nos mandou dar pasamte de mil cruzados. Não se pode crer quão

(13) *Ib.* 277-278.
(14) *Ib.* II, 118-119.

favorecidos somos de Sua Alteza, e o muyto que comnosquo gasta em dar tão largas esmolas pera colégios, cassas e todas as outras necessidades» (15).

Depois, indo Xavier para a China, na última carta que escreveu a D. João III antes de partir de Goa, informou El-Rei de que ia com seu grande amigo Diogo Pereira por embaixador, «pera pedir los portugueses que están cautivos, y también para asentar paces y amistades entre Vuestra Alteza y el-rey de la China», e ele com seus companehiros «para manifestar la ley de Dios», e ajuntou:

«Muchas mercedes he pedido a Vuestra Alteza para los que en estas partes le han servido, y Vuestra Alteza por hacerme merced siempre me las ha concedido, de lo que yo quedo obligado a servirle, y por estas mercedes humildemente le beso las manos. Ahora le pido una merced en nombre de la christiandad de estas partes, assi de los portugueses como de los de la tierra, y también en nombre de toda la gentilidad, principalmente de los japones y chinos: y es que Vuestra Alteza dé orden y manera cómo para el año que biene vengan muchos Padres de la Compañía del nombre de Jesus» (16).

3. *A Vida de S. Francisco Xavier.*

Francisco nasceu no Castelo de Xavier a 7 de Abril de 1506, último dos três filhos do Dr. Juan da Jassu, Presidente do Conselho Real do último rei de Navarra, e de Dona Maria de Azpilcueta, da mais antiga nobreza de sua terra. Estando no colégio de Santa Bárbara de Paris, tomou o grau de *Magister Artium*, e estava explicando Aristóteles no colégio de Dormans-Beauvais quando Inácio de Loyola o ganhou para a Companhia de Jesus que estava para fundar, junto com o português Simão Rodrigues e quatro outros estudantes; e estava em Roma quando D. João III, por conselho do principal de Santa Bárbara, o Dr. Diogo de Gouveia, pediu alguns dos companheiros da nova

(15) *Ib.* 273.
(16) *Ib.* 362-364.

fundação para as Missões da Índia, onde os Paravás, pescadores de pérolas, se tinham convertido antes à religião cristã.

Rodrigues e Xavier, destinados à Índia, partiram para Portugal. O primeiro chegou a Lisboa por mar; Xavier por terra, em companhia do embaixador D. Pedro Mascarenhas. D. João III recebeu-os no Paço dos Estaus com muita caridade, e, durante nove meses que ficaram em Portugal a pedido d'El-Rei, tinham os padres a seu cuidado os pagens da corte, e, a pedido do Infante D. Henrique, também os presos da Inquisição. Habitavam numa casa do Rossio em frente do Hospital de Todos-os-Santos, e Xavier costumava dizer missa na igreja do Carmo, junto ao palácio de D. Pedro Mascarenhas, no altar de Nossa Senhora da Encarnação do lado do Evangelho, cujo painel o Santo Condestável Nun'Álvares Pereira tinha mandado pintar.

El-Rei ficou tão entusiasmado com o trabalho dos dois «Apóstolos», como lhes chamavam, que abandonou o plano de os enviar à Índia, enquanto Xavier visitava D. Pedro Mascarenhas na sua quinta em Palma junto de Alcácer do Sal; mas, por conselho de Inácio, D. João III, que passara o inverno com os padres em Almeirim, tomou um meio termo: Rodrigues ficaria em Portugal para fundar um colégio em Coimbra e Xavier partiria para a Índia.

E assim, a 7 de Abril de 1541, partiu o Santo de Belém na companhia do governador Martim Afonso de Sousa, e um ano mais tarde, a 6 de Maio chegou a Goa, capital da Índia Portuguesa. Até ao fim de Setembro a monção forçou Xavier a permanecer nesta cidade. Habitava no hospital, ensinava a doutrina cristã aos meninos e escravos na ermida de Nossa Senhora do Rosário, visitava os enfermos no hospital, os presos no tronco e os leprosos em São Lázaro fora da povoação; e fez-se amigo do bispo Frey Juan de Albuquerque, dos Padres de S. Francisco, dos confrades da Misericórdia e dos fundadores do colégio de Santa Fé, que estavam edificando na Rua da Carreira dos Cavalos, especialmente de Mestre Diogo, pregador da Sé, Cosme Anes, escrivão da Matrícula, e Miguel Vaz, vigário geral.

Acabado o tempo das chuvas, o P. M. Francisco partiu de Goa com três seminaristas indianos, seus intérpretes, para o Cabo de Comorim e Costa da Pescaria, onde habitavam os Paravás, pescadores de pérolas, baptizados em número de vinte mil, cinco anos antes, e deixados sem instrução, sem igrejas e sem sacerdotes. Com muito trabalho, o Santo fez traduzir a doutrina cristã na difícil língua da terra, aprendeu de cor o texto traduzido e durante dois anos andou contìnuamente de aldeia em aldeia ensinando o catecismo a grandes e pequenos, baptizando meninos e adultos, visitando os enfermos, defendendo os cristãos contra os seus inimigos, e, no fim do ano de 1545, baptizou toda a casta dos pescadores Macuás no Travancor, dez mil almas, num só mês.

Agora chamava-o Deus a outros campos de apostolado. Deixando o cuidado dos cristãos do Cabo de Comorim a seu companheiro Mansilhas, a um sacerdote espanhol e três sacerdotes indianos, partiu o Padre no fim de Agosto de 1545 de S. Tomé para Malaca, onde traduziu o catecismo na língua malaia, e de Malaca, navegou para as Molucas, onde ficou dois anos, visitando os cristãos desamparados da ilha de Amboino e das ilhas do Moro e a última fortaleza portuguesa no Oriente, Ternate, onde havia de fundar uma residência com duas missões: Amboino e Moro.

Xavier estava de volta a Malaca quando no fim do ano de 1547 o visitou um capitão português, Jorge Álvares, que vinha de uma ilha pouco antes descoberta com nome de *Japão,* e lhe apresentou um indígena dela com nome de Anjirô. O japonês com seus dois companheiros recebeu o baptismo na Sé de Goa, e as notícias que o Padre teve do capitão Álvares e Anjirô sobre a sua pátria moveram Xavier a levar o Evangelho àquele povo de antiga cultura, tão diferente dos pobres pescadores da Índia e dos selvagens das Molucas. A 6 de Junho de 1548 morreu em Goa o vice-rei D. João de Castro, assistido entre outros pelo Santo, e, a 15 de Agosto do ano seguinte, Xavier chegou com seus companheiros Torres e Fernandez e Anjirô ao Japão, onde permaneceu dois anos e fundou cris-

tandades em Kagoshima, Hirado e Yamaguchi, e levou a mensagem da Fé até Miyako, capital do Japão, e a Bungo, onde encontrou o seu amigo Duarte da Gama e Fernão Mendes Pinto, que lhe emprestou 300 cruzados para erigir uma igreja em Yamaguchi. Deixando aí os seus companheiros Torres e Fernandez, Xavier partiu do Japão no mês de Novembro de 1551 com intenção de tornar em breve com novos missionários da Índia.

Na ilha de Sanchoão, encontrou o seu grande amigo Diogo Pereira, que lhe mostrou uma carta escrita pelos portugueses cativos na China, a qual dizia que, se fosse como embaixador do Rei de Portugal, poderia entrar na terra proibida e libertar os seus compatriotas. Esta carta mudou os planos do Santo. Determinou procurar na Índia para o seu amigo Pereira a nomeação de embaixador, e acompanhá-lo, para assim abrir ao Evangelho uma porta neste imenso reino, centro de toda a cultura do Japão.

Tornou à Índia, onde já tinha fundado residências em Goa, Baçaim e Taná, Cochim e Coulão, no Cabo de Comorim, e em S. Tomé, Ormuz e Malaca, organizou a missão, nomeou Gaspar Barzeu Vice-Provincial e chegou, no fim de Maio de 1552, a Malaca com todos os documentos para Diogo Pereira, que tinha comprado ricos presentes para o rei da China. Mas a obstinação de D. Álvaro de Ataíde, capitão-mor do mar e futuro capitão de Malaca, susteve a embaixada, e Xavier partiu só com os seus companheiros, e morreu na manhã de 3 de Dezembro de 1552 na ilha de Sanchoão, às portas da China, na tentativa de entrar clandestinamente na terra proibida. O seu corpo incorrupto foi levado para Goa no ano de 1554. Em 1619 Xavier foi beatificado, três anos mais tarde canonizado, em 1748 o Papa declarou-o Padroeiro de todas as terras além do Cabo de Boa Esperança, em 1904 Padroeiro da Obra da Propagação da Fé, e, em 1927, junto com Santa Teresa do Menino Jesus, Padroeiro de todas as Missões.

4. *Investigação científica.*

Quando fui a Goa no ano de 1910, prometi ao Santo escrever a sua vida. Tornei à Europa dois anos mais tarde para estudar teologia e no fim do curso comecei a preparar a obra. Achei que, para escrever uma vida científica e ter um fundamento seguro, era necessário recorrer às primeiras fontes, os documentos coevos. O primeiro arquivo consultado foi o da Companhia de Jesus, no qual encontrei muitas cartas originais de S. Francisco Xavier e de seus companheiros, uma carta autógrafa em língua e escritura japonesa do rei de Bungo, e, entre muitas outras coisas, o precioso material, coligido pelo P. Maffei para a sua *Historia Indica,* que escreveu a rogo do Cardeal Infante e Rei D. Henrique. Esta colecção continha documentos muito importantes como o nono livro da História de Fernão Lopes de Castanheda considerado perdido, a relação de António de Paiva sobre a conversão dos reis de Macassar, cópias das cartas de D. João de Castro, a *Relação dos governadores* de D. Duarte de Eça, uma informação sobre uma entrevista de Faffei com Fernão Mendes Pinto, relações sobre os princípios das igrejas de Goa e a missão do Cabo de Comorim, etc. ([17]).

Do arquivo da Companhia de Jesus passei a Lisboa no ano de 1923. Aqui, a messe superou em muito todas as esperanças mais audazes. Era evidente que escrever uma vida científica de S. Francisco Xavier não era questão de três ou quatro anos como pensava antes de ir a Portugal. No *Arquivo Nacional da Torre do Tombo,* as grandes colecções do *Corpo Cronológico* e das *Gavetas* continham toda a correspondência da Índia para El-Rei. Nas *Gavetas,* encontrei duas cartas em escritura árabe e em papel amarelo. O papel amarelo era reservado para os reis

([17]) *Cf.* Schurhammer, *Xaveriusforschung im 16. Jahrhundert.* In: *Zeitschrift für Missionswissenschaft* 12 (1922) 129-165.

malaios. Mandei tirar uma fotocópia e levei-a a Londres ao especialista da língua malaia Prof. Blagden e, juntos, decifrámos os textos. Eram cartas escritas em nome do sultão Abu Hâyat de Ternate a El-Rei de Portugal no fim do ano de 1521 e no princípio de 1522. Eram os mais antigos manuscritos da língua malaia, e continham a primeira notícia da famosa viagem da circumnavegação do mundo de Magalhães! Os livros da *Chancelaria* continham cópias autênticas de todos os documentos emanados deste ofício para a Índia muito importantes para a biografia de S. Francisco Xavier, e. g., da famosa expedição dos Portugueses de Malaca contra os Achens e da sua vitória no rio Parles, anunciada por Xavier do púlpito de Malaca; num caso de segunda vista, existiam duas relações, a de Diogo do Couto e a de Mendes Pinto, que se contradiziam em quase todos os pormenores. Onde estava a verdade? Três documentos de cavalaria, escritos pouco depois da vitória pelo capitão da fortaleza de Malaca e copiados nos livros da Chancelaria davam uma relação autêntica da expedição e uma cronologia segura, completamente diferente da da *Peregrinaçam* de Mendes Pinto. Importantíssima para a Vida de Xavier era também a correspondência recebida por D. João de Castro durante os três anos do seu governo, contida na *Colecção de S. Lourenço* e nos quatro volumes das *Cartas de D. João III, de Ormuz, Dio e Goa*, e. g., a história de Ceilão no tempo de Xavier era uma confusão completa de pessoas, lugares e acontecimentos, e o próprio Gaspar Corrêa fez o Santo baptizar o rei de Candea confundindo-o com o italiano Frei Francesco de Monteprandone. Na correspondência de D. João de Castro, tínhamos cartas, todas originais, dos reis de Candea, Cota e Sitavaca, dos capitães e moradores portugueses, dos Franciscanos e Jesuítas, e só com estas cartas era possível escrever a história verdadeira da ilha neste período. Também a colecção *Fragmentos* (para não falar noutras secções deste riquíssimo Arquivo), continha documentos importantes, e. g., a carta do amigo de Xavier

preso na China que moveu o Santo a mudar os seus planos e ir à China em vez de tornar ao Japão ([18]).

Outros documentos importantíssimos encontrámos nas várias bibliotecas de Lisboa, e. g., os cinco tomos de D. João de Castro, entre estes, o seu *Livro das mercês*, os códices olisiponense e macaense com as cartas de Xavier e seus companheiros, e a *Historia do Japam* do P. Luís Fróis na *Biblioteca da Ajuda;* as Cartas originais do Santo e a *História* do P. Seb. Gonçalves na *Biblioteca Nacional de Lisboa;* a *Memória das Armadas*, com as suas aguarelas, na *Biblioteca da Academia das Ciências;* a *Informação das cousas de Maluco*, por Gabriel Rebelo, que conheceu Xavier em Ternate e conta dele algumas anedotas interessantes, na *Biblioteca Cadaval;* as cartas de D. João III ao Conde de Castanheira, nas quais está uma das instruções para a viagem de Xavier à Índia, e a *Crónica de D. João de Castro*, por Leonardo Nunes, na *Biblioteca Palha;* e a documentação sobre D. Pedro Mascarenhas no *Arquivo dos Condes de Sabugal, Óbidos e Palma.*

Outros tesouros para a biografia de Xavier continham Bibliotecas e Arquivos fora de Portugal. Importantíssimos para a juventude do Santo eram o *Arquivo do Reino de Navarra*, em Pamplona e o do Duque de Luna, em Madrid. No *Arquivo da Academia Real de la Historia*, da mesma cidade, achámos uma parte da *História da Igreja do Japão*, do P. João Rodrigues Tçuzu com capítulos sobre Xavier; em Simancas, a correspondência do embaixador Sarmiento, que esteve com Xavier em Lisboa e Almeirim; no *Archivo de Indias* de Sevilha, o *Tratado de las yslas de los Malucos*, escrito por um companheiro de António Galvão; em Londres, na *School of Oriental Studies*, a relação da Missão das Malucas, do P. António Marta, com a lista de todas as aldeias das Ilhas do Moro visitadas por Francisco Xavier. Em Roma, o *Arquivo Vaticano* continha as minutas dos Breves mandados para a Índia no tempo de Xavier,

([18]) *Id., Der Ursprung des Chinaplans des hl. Franz Xavèr.* In: *Archivum Historicum Societatis Iesus* 22 (1953) 38-56.

a *Biblioteca Vaticana*, a Crónica manuscrita de Frei Paulo da Trindade OFM, a *Biblioteca Casanatense*, uma colecção de desenhos a cores dos trajes de todas as regiões desde o Cabo de Boa Esperança até à China, feita na Índia no tempo do Santo. Ùltimamente, o Padre Leturia descobriu na *Biblioteca Innocenziana* a tradução latina dos dois *processos de Lisboa*, feitos nos anos de 1614 a 1616 para a canonização de Xavier. Estes dois processos, cujos originais portugueses se perderam, são de grande valor para o biógrafo do Santo. Eu tinha, por exemplo, reduzido todas as antigas Vidas e Histórias de Polanco, Teixeira, Tursellinus, Lucena, Bartoli e Souza às suas primeiras fontes. De alguns poucos dados não encontrei a fonte, e. g., quando Bartoli afirma que as últimas palavras de Xavier em Sanchoão eram: «In te Domine speravi, non confundar in aeternum». Estavam no primeiro processo de Lisboa. O P. Amador Rebelo S. J., mestre d'El-Rei D. Sebastião, dá muitas informações novas sobre o Santo, contidas num manuscrito do ex-jesuíta Dr. teol. Miguel de Lacerda de Coimbra, que este lhe mandou. Nesta relação, Lacerda declara que o chinês António, o único que assistiu à morte do Santo, lhe contou que estas eram as últimas palavras do moribundo. Entre as 45 testemunhas dos dois processos, uma é o soldado Rodrigo *Vaz Pinto*. Este casou-se em Amboino com a filha de Henrique de Lima, que hospedou Xavier em Ternate e o acompanhou na viagem às perigosas Ilhas do Moro, como contou a seu genro. Outra testemunha é João de *Menelao*, filho de João Menelao, mestre de grego de D. João III e Rei d'armas de Portugal, que navegou com seu pai e com Xavier de Lisboa até Goa, onde o Santo assistiu ao pai na hora da sua morte. Outra testemunha é António de *Abreu de Sousa*, que navegou com o Padre em 1552 de Goa a Malaca, e D. Nuno de *Soutomaior*, que encontrou no Japão memórias do Santo, andando lá como embaixador da cidade de Macau [19].

[19] *Id.*, *Die Lissabonner Heiligsprechungsprozesse Franz Xaver. Ib.* 31 (1962) 139-152.

Para verificar e escrever os *itinerários* de Xavier e recolher as memórias do Santo, segui as suas pegadas na Europa, na Índia e no Japão, muitas vezes a pé. Na Costa da Pescaria e no Travancor, andei onze dias a pé por todas as aldeias baptizadas ou visitadas por ele. Entre estes pescadores, que se chamam com orgulho *Filhos de S. Francisco Xavier*, a fé é viva e o bispo de Tuticorim, da casta dos Paravás, disse-me: «Eu posso ter vocações para o sacerdócio quantas queira». E tinha dois irmãos sacerdotes e duas irmãs freiras. No Japão, na cidade de Kagoshima, puseram à minha disposição um automóvel, um fotógrafo, um guia e uma lancha para ver todos os lugares que tinham alguma relação com Xavier, e, depois de minha partida, o automobilista e o fotógrafo pediram o baptismo. Em Yamaguchi, o príncipe Mori, descendente dos antigos perseguidores dos Cristãos e casado com uma senhora católica, deixou aos Padres Jesuítas o seu parque no melhor sítio da cidade, onde agora uma igreja magnífica domina todo o lugar, e o guia que me mostrou as memórias do Santo era um convertido com o nome Francisco Xavier Itô. E em Bungo, na capital Ôita, onde o Santo pregou ao príncipe Ôtomo Yoshishige, o presidente do município da cidade recebeu-nos com grande cortezia e dois anos depois fez-se cristão com o nome de Francisco Xavier.

Outras viagens fiz para recolher material para a bibliografia, a iconografia e a história do culto de S. Francisco Xavier. Em Anvers, um só coleccionador possuía 30 000 gravuras de Santos; outras colecções importantes encontrei em Bruxelas [20], Enghien [21] e Paris [22]. Em Itália, visitei quase todos os antigos colégios da Companhia de Jesus e descobri muitos quadros do Santo de grande valor e completamente desconhecidos. Um dia, entrei em Nápoles numa casa de antiquário e perguntei à dona se tinha um quadro ou uma estátua de S. Francisco Xavier. «Sim, senhor, espere um momento!», res-

[20] Colecção Peeters dos Bollandistas.

[21] Colecção Hamy, agora em Chantilly.

[22] Colecção Clair dos *Études*, Paris.

pondeu a proprietária. Desapareceu e tornou com uma estátua de S. António. «Eccolo!» — disse apresentando-a. «Mas este não é S. Francisco Xavier», protestei eu. «Porquê?», perguntou a senhora. «Porque não tem barba. Xavier tinha barba», expliquei. «Espere um momento!», disse a senhora, e desapareceu. Tornou e trouxe-me uma estátua de S. Francisco de Assis. «Este também não é S. Francisco Xavier», disse eu. «Como o sabe?» perguntou a senhora. «Tem um vestido pardo e um cordão», respondi. «Xavier tinha um vestido negro e uma faixa». «Espere um momento!», disse a senhora. Desapareceu e tornou com uma estátua de S. Bento. «Eccolo!», disse triunfante. «Sinto muito», repliquei, «mas este ainda não é Xavier». «Como?», respondeu a senhora. «Disse-me que Xavier tinha barba, *ecco* a barba! E que tinha um vestido negro, *ecco* o vestido negro! E que tinha uma faixa, *ecco* a faixa. Que quer mais?». «A barba é demasiado comprida», expliquei. Aqui a senhora deu um suspiro. «O senhor é difícil de contentar», disse, e não procurou mais.

5. *Obras preparatórias.*

Depois de uns 15 anos de investigações, já tinha uma boa colecção de fotografias e de microfilmes, uns 3000 títulos para bibliografia, umas 3000 fotografias de gravuras, pinturas e esculturas para a iconografia, largos extractos em taquigrafia de mais de 10 000 documentos. Mas antes de escrever a vida científica, era necessário publicar ao menos os documentos mais importantes. Assim, em 1926, publiquei, junto com o Dr. Voretzsch, a *História do Japão*, do P. Fróis ([23]); em 1928, os do-

([23]) Luís Fróis S. J., *Die Geschichte Japans (1549-1578)*. Nach der Handschrift der Ajudabibliothek in Lissabon übersetzt und kommentiert von G. Schurhammer und E. A. Voretzsch (Leipzig 1926).

cumentos sobre Ceilão ([24]); em 1932, «Die zeitgenössischen Quellen» (As Fontes Contemporâneas), com sumários de mais de 6000 documentos; desta última obra, que é o fundamento principal da vida científica, saiu uma nova edição completada até ao ano de 1962 ([25]). Durante a última guerra mundial, publiquei, junto com o P. Wicki, a edição crítica das Cartas de S. Francisco Xavier. Fora disto, escrevi muitos artigos sobre vários pontos da vida do Santo ([26]) e publiquei três vidas populares de Xavier, uma pequena em 1920, outra em 1922 com 24 desenhos históricos do pintor Kepler, que foi traduzida em 23 línguas e impressa em mais de 300 000 exemplares, e uma maior em 1925, traduzida em sete línguas ([27]).

Entretanto, outras fontes importantes iam sendo publicadas por outros: na Alemanha, a *Bibliotheca Missionum*, do P. Streit, em 23 volumes ([28]), instrumento indispensável para todos os

([24]) *Ceylon zur Zeit des Königs Bhuvaneka Bâhu und Franz Xavers, 1539-1552. Quellen zur Geschichte der Portugiesen, sowie der Franziskaner- und Jesusitenmission auf Ceylon* im Urtext herausgegeben und erklärt von G. Schurhammer und E. A. Voretzsch (Leipzig 1928).

([25]) Schurhammer, *Die zeitgenössischen Quellen zur Geschichte Portugisesisch-Asiens und seiner Nachbarländer (Ostafrika, Abessinien, Arabien, Persien, Vorder — und Hinterindie, Malaiischer Archipel. Philippinen, China und Japan) zur Zeit des hl. Franz Xaver (1538-1552)*. 6080 Regesten und 30 Tafeln (Leipzig 1932). Id., *Die zeitgenössischen Quellen* etc. 6546 Regesten und 30 Tafeln. Unveränderter Neudruck mit vollständigem Index und Supplement bis 1962 (Rom 1962).

([26]) Cf. Hugo Rahner S. I. — Ladislaus Polgár S. I., *Bibliographie des P. Georg Schurhammer S. I.* In: *Archivum Historicum Societatis Iesu* 26 (1957) 422-452.

([27]) *Der heilige Franziskus Xaverius, der Apostel des Ostens. Blicke in seine Seele* (Aachen 1920); *Franziskus Xaverius. Ein Leben in Bildern* von G. Schurhammer und Historienmaler R. E. Kepler. Kunstausgabe mit Kommentar (Aachen 1922); id., *Ein Xaveriusleben in Bildern* Volksausgabe (*ib.* 1922); *Der heilige Franz Xaver, der Apostel von Indian und Japan* (Freiburg i. B. 1925).

([28]) Robert Streit O. M. I., *Bibliotheca Missionum* (Münster, Aachen, Freiburg I. B. 1916-1961), 23 Bände.

que têm de escrever sobre a história das missões; em Roma, a série dos *Documenta Indica* (29) e a *Historia* do P. Valignano (30); em Coimbra, os nove livros da *Historia* de Lopes de Castanheda (31), a *Historia* do P. Seb. Gonçalves (32) e o *Livro da Índia e do Japão* do códice de Elvas (33). Em Londres, o nosso amigo Prof. Boxer, a quem devemos tantos trabalhos sobre a história portuguesa no Ultramar, publicou a Relação da China do amigo de Xavier Galeote Pereira, com duas outras relações (34); Armando Cortesão, a importantíssima *Suma Oriental* de Tomé Pires (35), e os senhores Beckingham e Huntingford publicaram no ano de 1961 a relação de Francisco Álvares sobre a primeira embaixada portuguesa ao Preste João (36), todas estas obras na famosa série da *Hakluyt Society* e com excelente comentário. Na *Harvard University*, dos Estados Unidos, o professor Ford editou as cartas da colecção *Pa-*

(29) *Documenta Indica,* ed. Iosephus Wicki S. I. (Romae 1948-1962), 7 vols.

(30) Alessandro Valignano S. I., *Historia del principio y progresso de la Compañía de Jesús en las Indias Orientales (1542-64),* Herausgegeben und erläutert von Josef Wicki S. I. (Roma 1944).

(31) Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* (Coimbra 1924-1933), 4 vols.

(32) Sebastiam Gonçalves S. I., *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus nos reynos e provincias da India Oriental,* el. José Wicki C. J. (Coimbra 1957-1962), 3 vols.

(33) *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão,* ed. Adelino de Almeida Calado (Coimbra 1957).

(34) *South China in the sixteenth century. Being the narratives of Galeote Pereira, Fr. Gaspar da Cruz, O. P., Fr. Martin de Rada, O. S. A. (1550-1575).* ed. C. R. Boxer (London 1953).

(35) *The Suma Oriental of Tomé Pires and The Book of Francisco Rodrigues.* Translated and edited by Armando Cortesão (London 1944), 2 vols.

(36) *The Prester John of the Indies. A true relation of the lands of the Prester John, being the narrative of the Portuguese Embassy to Ethiopia in 1520 written by Father Francisco Alvares.* The translation of Lord Stanley of Alderley (1881) revised and edited with additional material by C. F. Beckingham and G. W. B. Huntingford (Cambridge 1961), 2 vols.

lha e a *Crónica,* de Leonardo Nunes (37); em Colombo, o P. S. G. Perera publicou uma tradução inglesa comentada da *Conquista de Ceilão,* do P. Fernão de Queiroz (38); em Macau, saíram os dois tomos da obra do P. João Rodrigues Tçuzzu sobre o Japão (39), e, no Porto, o *Ano Santo,* do P. António Franco.

Em Lisboa, a benemérita Agência-Geral do Ultramar publicou entre muitas outras obras, as três séries da *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente,* pelo Prof. A. da Silva Rego (40); *Insulíndia,* pelo P. Artur Basílio de Sá (41), e *África Ocidental,* pelo P. António Brásio (42); e, além disso, os *Roteiros* mais importantes, por Fontoura da Costa (43); as *Cartas de D. João de Castro,* por Elaine Sanceau (44); o *Registo da Casa da Índia,* por Luciano Ribeiro (45), e reimpressões de obras importantes antigas como os três roteiros de D. João de Castro (46), e a revista *Studia,* desde o ano de 1958.

(37) *Letters of John III, King of Portugal 1521-1557,* ed. J. D. M. Ford (Cambridge, Mass. 1931); *Letters of the Court of John III,* ed. J. D. M. Ford and L. G. Moffatt (ib. 1933); *Crónica de Dom João de Castro* by *Leonardo Nunes,* ed. J. D. M. Ford (*ib.* 1936).

(38) Fernão de Queyroz S. J., *The Temporal and Spiritual Conquest of Ceylon.* Transl. by S. G. Perera S. J. (Colombo 1930).

(39) João Rodrigues Tçuzzu S. J., *História da Igreja do Japão,* ed. João do Amaral Abranches Pinto (Macau 1954-1956), 2 vols.

(40) Lisboa, 1947-1958, 12 vols.

(41) *Ib.,* 1954-1958, 5 vols.

(42) *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental,* ed. António Brásio C. S. Sp. Primeira Série (Lisboa 1952-1960), 9 vols; Segunda Série (*ib.* 1958), 1 vol.

(43) *Roteiros portugueses inéditos da Carreira da Índia do século XVI; Roteiro da navegação e carreira da Índia que escreveu Vicente Rodrigues e Diogo Afonso; Livro de Marinharia* de Bernardo Fernandes (cerca de 1548) (Lisboa 1940).

(44) Lisboa 1954.

(45) *Ib.* 1954-1955, 2 vols.

(46) *Roteiros de D. João de Castro,* ed. Fontoura da Costa (Lisboa 1940): 1. De Lisboa a Goa (1938). 2. De Goa a Diu (1538-1539). De Goa a Suez (1540).

Com estas fontes impressas, para não falar nas muitas obras gerais que se deram à luz nestes últimos quarenta anos sobre Geografia ([47]), Náutica ([48]), Cartografia ([49]), Heráldica ([50]), Genealogia ([51]), História ([52]), era chegado o tempo para esrcever a *Vida Científica* de S. Francisco Xavier. O primeiro tomo saiu no ano de 1955 com o título *Franz Xaver und seine Zeite* (Francisco Xavier e a sua época): *Europa*

([47]) Visconde de Lagôa, *Glossário toponimico da antiga historiografia portuguesa ultramarina* (Lisboa 1950-1954), 4 vols.; Luís Silveira, *Ensaio de iconografia das cidades portuguesas do Ultramar* (ib. 1955-1956), 4 vols.

([48]) A. Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos* (Lisboa 1934), com bibliografia náutica portuguesa até 1700; 3.ª edição 1960; Quirino da Fonseca, *Os Portugueses no mar.* Vol. I. *Ementa histórica das naus portuguesas* (Lisboa 1926).

([49]) *Portugaliae Monumenta Cartographica,* ed. Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota (Lisboa 1960-1961), 4 vols.; A. Cortesão, *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI* (ib. 1935), 2 vols.; *Atlas de Portugal Ultramarino e das Grandes Viagens Portuguesas de descobrimento e expansão* (ib. 1948); *Atlas de Fernão Vaz Dourado (1571),* ed. Visconde de Lagôa (Porto 1948).

([50]) G. L. Santos Ferreira, *Armorial português* (Lisboa 1920--1923), 22 vols.; Armando de Mattos, *Brasonário de Portugal* (Porto 1934--1943), 2 vols.

([51]) J. L. Manso de Lima, *Famílias de Portugal* (edição litográfica da primeira parte: A.-Huet, Lisboa 1925-1930, 12 vols.); *Nobiliário de Famílias de Portugal* de Felgueiras Gaio (Braga 1938-1942).

([52]) Francisco Rodrigues S. J., *História da Companhia de Jesus da Assistência de Portugal* (Porto 1931-1950), 4 vols. em 7 tomos; Visconde de Lagôa, *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente* (Séculos XV, XVI e XVII) (Lisboa 1942-1943), 2 vols. A. Albuquerque): e as grandes obras gerais como a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (Lisboa 1935-1960), 40 vols.; a *História da Colonização Portuguesa no Brasil* (Porto 1923-1926), 3 vols.; a *História de Portugal.* Edição Monumental de Damião Peres e E. Cerdeira (Barcelos 1928-1934), 6 vols.; a *História da Literatura Portuguesa Illustrada* (Paris-Lisboa 1929-1932), 3 vols.; a *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (Lisboa 1937-1940), 2 vols.; Albert Kammerer, *La Mer Rouge, l'Abyssinie et l'Arabie. Essai d'histoire et de géographie historique* (Le Caire 1929-1952), 3 tomes en 7 parties.

1506-1541 ([53]). O segundo tomo, *Índia e Indonésia 1541-1547,* sairá neste ano de 1963, e o terceiro, *Índia, Japão e China 1547-1552,* o estamos escrevendo.

6. *A figura do Santo.*

Muitas vezes fomos interrogados sobre se as investigações científicas não nos forçavam a mudar o nosso juízo sobre a figura do Santo. Respondemos que não. Os novos documentos que encontrámos confirmaram os juízos dos contemporâneos. Demos alguns destes.

O P. Manuel Teixeira, que conheceu Xavier em Goa em 1552, escreve:

«Era o padre mestre Francisco de estatura antes grande que pequena. Tinha o rosto bem proporcionado, branco e corado, alegre e muito gracioso; os olhos negros, a fronte larga, o cabelo e barba preta. Trazia um vestido talar, pobre e limpo, sem faixa nem manto, pois este era o traje dos sacerdotes pobres da Índia, e quando caminhava levantava-o um pouco com ambas as mãos. Andava quase sempre com os olhos no céu, em cuja vista dizia que encontrava particular consolação e alegria, como pátria para onde pensava ir, e assim andava seu rosto tão alegre e inflamado que enchia de gozo os que o viam. E aconteceu encontrarem-se tristes alguns irmãos, e tomarem como meio para alegrar-se ir vê-lo. Era muito afável com os de fora, alegre e familiar com os de casa, especialmente aqueles que sabia serem humildes e simples» ([54]).

O irmão Baltazar Nunes, que encontrou o Santo em 1548 na Costa da Pescaria, descreveu-o pouco depois assim:

«Deveis de saber que hé homem não muyto baixo nem muito alto, da estatura do P. Manoel da Nóbrega, seu andar en boca maneira, de maneira que ho não sentys, seu rostro descuberto, os olhos sempre altos

([53]) *Fraz Xaver, sein Leben und seine Zeit. Erster Band: Europa 1506-1541* (Freiburg i. B. 1955).

([54]) *Monumenta Xaveriana* 2 (Matriti 1912), 882.

e cheos d'agoa, e a boca chea de riso, as palavras poucas e movidas a chorar; en sua boca nunca, nunqua houvireis senam Christo Jesus, a Sanctysima Tryndade, e dizendo estas cousas acode dizendo: 'O irmãos meos e meus companheiros, quam milhor Deus temos do que cuidamos; olhay e day graças e muitos louvores a Deus, porque em tão breve tempo como há que nosa sancta Companhia hé confyrmada, não avendo mais que sete anos, vemos nela querer o Senhor tanto obrar como vemos, meus muito amados companheiros, que huns estão en Roma, outros en Valença, outros en Gandia, outros en Coinbra, outros en Santa Fee de Goa, outros en Socotorá, outros en o Cabo de Comorym, outros en Malaca, outros en Maluco, outros en Japão onde eu agora irei'. Estas palavras dizia com tanta devoção que nossos companheiros todos nos movia a chorar, e nos fazia cobrar mayor fervor de espiritu contando-nos os trabalhos e fadigas que pasou. En as terras por onde foy e andava, tal fama deixava que hé enposivel poder-se crer. Hé tanta a sua fama e exemplo que por toda esta Yndia hé soada, e aquele que por mais seu amigo se dá, elle se chama mais bemaventurado. Sabey e tende para vós que o Senhor obra muitas cousas por ele, as quais não é licito falar» (55).

E o padre Melchior Nunes Barreto, que conheceu o Santo em Goa antes de sua partida para a China, escreveu aos companheiros em Coimbra:

«O irmãos meus, que partes vy nele esses poucos de dias que o converseil Ó que coração tam encendido em amor de Deus! Com que flamas arde do amor do próximo! Ó que zelo pera acudir às almas que estam enfermas ou mortas! Que diligentia pera as resuscitar e restituir ao estado da graça! Ó que affabilidade que tem, sempre rindo com rosto alegre e sereno; sempre ry e nunqua ry, porque, sempre recolhido em si, nunqua se dissolve com as creaturas» (56).

Uniformes são os testemunhos dos processos da canonização sobre a extraordinária impressão que o «Padre santo», como todos lhe chamavam, causava em todos. «Eu o vi viver tam bem», declara Duarte do Soveral da Fonseca, que conheceu o Padre em Amboino, «que de quantos homens vertuosos que vi

(55) *Documenta Indica* I, 317-318.
(56) *Ib.* II, 494-495.

e ouvi falar, asi em Portugal como Castela e nestas partes, fazia muita diferença o dito Mestre Francisco a todos. E nele nam avia nenhuma cousa que parecia pecado venial» (57). E Galeote Pereira disse «que fora verdade que elle conhecera o P. M. Francisco tão fervente no amor e serviço de Deus, que, se se pudya allcançar a espritualidade em hum homem, que elle a tinha verdadeiramente» (58). E Francisco Mansilhas, algum tempo companheiro do Santo, afirmou que «a vida do Padre era mais de homem santo e de anjo que de pessoa humana» (59). O paravá João da Cruz fala do grande amor que o Santo tinha pelos cristãos da Costa da Pescaria e estes por ele:

«O tinham por pay», declara, «e não tinham outro bem, senão ho dito P. M. Francisco. E tinham tanta fee os Christãos no P. M. Francisco, que a pesoa que era por muitas vezes requerida d'ele sobre se apartar d'algum pecado, e não no queria ouvir, nunca mais esa pesoa vivia asossegadamente, nem comia nem bebia, senão com muita pena e trabalho, até que fose ao P. M. Francisco, e disesse sua culpa, e fizesse o que lhe ele mandava. E hoje em dia trabalham eles Christãos por comprirem e guardarem o que ouviram ao P. Francisco em sua doutrina, per cuja causa eles conhecem a verdade e sam bons Cristãos, o que não foram se o não ouviram nem conheceram ao P. M. Francisco» (60).

7. *Conclusão.*

Durante a última guerra civil de Espanha, queimou-se em Madrid a leitura espiritual que Xavier sempre trazia consigo na Índia juntamente com seu breviário. Durante a última guerra mundial, também o breviário se queimou aquando da incursão aérea sobre Nantes, em França. Os comunistas chineses queimaram a igreja da sepultura do Santo em Sanchoão. Mas nenhum inimigo será capaz de destruir a memória de Xavier

(57) *Monumenta Xaveriana* II, 390.
(58) *Ib.* 272.
(59) *Ib.* 316.
(60) *Ib.* 309-311.

nos corações dos Cristãos. «Adó el capitán morió, allí parece necesario acodir los soldados», escreveu o Vice-Provincial Melchior *Nunes Barreto,* quando pouco depois da morte do Santo partiu de Goa para a China ([61]). Xavier tem sido sempre o grande ideal de milhares e milhares de apóstolos de Cristo, e ainda temos no nosso arquivo de Roma 15 000 cartas de Indípetas, isto é, de Padres e Irmãos da Companhia de Jesus que nos séculos XVII e XVIII pediram ao Padre Geral a graça de ir para as missões da Índia e da China e seguir os passos de S. Francisco Xavier.

Quando Xavier visitou os cristãos de Amboino, o jovem *Manuel,* filho do regedor de Hatiwi, era o seu guia. Poucos anos depois da morte do Santo, os Mouros perseguiram os Cristãos com horrível crueldade para os forçarem a apostatar. Nesta tormenta, Manuel, com a sua palavra, a sua espada e o seu dinheiro, animou todos a defender a Fé. Quando finalmente os portugueses tornaram à ilha com um missionário, este perguntou-lhe: «Quem vos deu tanta força nos anos da perseguição»? «Eu sou um pobre amboino do mato» — era a resposta — «que não sei que cousa hé Cristão, nem que cousa hé Deos, somente isto sei, que o P. M. Francisco me dixe, que era bom morrer por amor de Nosso Senhor Jesus Christo» ([62]).

Assim, Xavier, o fundador das Missões da Companhia de Jesus no Oriente Português e Padroeiro de todas as Missões, será também no futuro não sòmente o seu Protector e o grande ideal dos Missionários, mas também o ideal e Padroeiro de todos os Cristãos, animando-os com seu heróico exemplo de amar e defender a nossa santa Fé na grande batalha entre as trevas e a luz.

([61]) *Documenta Indica* III, 124.

([62]) A. B. de Sá, *Insulindia* II, 372-373.

The beginnings of printing at Macao

By *J. M. BRAGA*

INTRODUCTION

«It is the glory of European genius, newly awakened from its thousand years of sleep», Dr. T. F. Carter reminds us, «that it was able to make printing the basis of a civilisation of which the discoverers themselves could never have dreamed». The invention of printing by the Chinese spread to Europe, probably through the Arabs; yet the earliest European printed reference to Chinese books seems to be by Jovis, an Italian, in A. D. 1550, who mentions that such a present was sent as a gift from the King of Portugal to the Pope. Perhaps carried by Portuguese traders from China to Goa, the volumes had probably been sent from the Far East to Lisbon as curious and fascinating objects, certain to be of particular interest ([1]).

The clerical institutions were, in Europe, still the repositories of learning and it was the members of the Portuguese

---

([1]) One of these might have been book seen by Michel de Montaigne in the Vatican Library in 1581, to which he refers in his *Journal du Voyage:* «J'y vis de remercable un livre de Chine, le characters sauvage, les feuilles de certene matiere beaucoup plus tendre & pellucide que notre papier; & parce que elle ne peut souffrir la teinture de l'ancre, il n'est escrit que d'un coté de la feuille, & les feuilles sont toutes doubles & pliées par le bout de dehors où elles se tienent». E. J. Trenchmann, *The Diary of Montaigne's Journey to Italy in 1580 and 1581,* London, 1929, pp. 142-3.

Christian Missions who re-introduced the use of movable type to China, the land of its invention. This took place in 1588 when the Jesuits set up, at Macao, the printing press in the College of the Mother of God. The press had been carried from Portugal by the four Japanese envoys who had gone to Europe in 1582, as delegates of the Christian communities in Japan, to pay homage to the Pope as the spiritual father of Christendom. In Europe their voyage had been a great success. There seemed to be good cause for optimism, and it was felt that Christianity in Japan would enjoy even greater favour than it had up to then. The setting up of a printing press as an adjunct in their work was felt by the missionaries to be a distinct need.

At Macao two, possibly three, books were printed and the press was then sent to Japan where it was kept busy during twenty-three years. It was returned to Macao in 1614, or earlier, because of the persecutions raging in Japan, the printing press being subsequently sold in Manila (2)*. It was not until two hundred years later that printing again began at Macao, save for a few books produced by the xylographic process from whole blocks cut in wood by Chinese artisans, and printed and bound in the Chinese style. On the second occasion printing began in 1815.*

There were, thus, two beginnings of printing at Macao, both of which make interesting contributions to the story of Western printing in the Far East, an activity which has since grown to such proportions in our own time.

THE EARLY JESUIT PRESS

A printing press, still by no means common in Europe, with its complete font of metal types and matrices of Japanese characters, for the purpose of printing in Japan, was among

(2) There are two schools of thought about the subsequent destination of the press. See *infra* note 17.

the things ordered from Europe by Father Alessandro Valignano, S. J., the energetic and far-sighted Visitor of the Society of Jesus in the Far East. It had been at his suggestion that the Japanese legation had been sent to Rome and he considered that the printing press would be a useful adjunct to missionary work in the Land of the Rising Sun.

On their way back the Japanese envoys found it necessary to spend some time at Goa before sailing for Macao (3). In Portuguese India, Martinho Hara, one of the four young Japanese nobles, delivered an address in very graceful Latin, and it was thought fitting to print the text of his speech at Goa, on the very press which was being carried to Japan. The little book bore the title:

> *Oratio Habita à fara D. Martino Iaponio, suo & sociorũ nomine, cum ab Europa redirẽt, and Patre Alexandrũ Valignanũ Visitatoré Societatis IESV, Goae in D. Pauli Collegio, pridie non. Iunij, Anno Domini 1587.*

This little book was published at Goa in 1588. The printer was a young Japanese, who had been christened Constantinus Douratus and who had learned, with Brother Jorge de Loyola,

(3) They sailed from Goa on April 22, 1588, in the ship of Ayres Gonçalves de Miranda. The voyage to Malacca took seventy days and after a short stay at the Malayan city they left for Macao, landing there on August 11 of the same year. A description of this embassy (1582-1586) was written by Father Luis Frois, *Tratado dos Embaixadores Japões que forão de Japão a Roma no anno de 1582*, excellently edited and annotated by J. A. Abranches Pinto, Yoshitomo Okamoto and Henri Bernard, S. J., *La première Ambassade du Japon en Europe*, Tokyo, 1942. A transcript, now believed lost, was in a codex in the Sarda Collection at Toulouse (*ff.* 1-114). An account of the return to Japan (1586-1592), also by Father Frois, is to be found in various sections of Codex 49-IV-57, in the Library of the Ajuda Palace, Lisbon. An edition by Mr. Abranches Pinto, Mr. Okamoto and Father Bernard-Maitre has been projected.

S. J., in Portugal, how to print and how to make matrices for typecasting. Only two copies of this book are known to exist (4).

This was not the first book to be printed in Portuguese India. The printing press had been introduced there a quarter of a century earlier and among the first to see light was one in 1563, when a book of considerable scientific value appeared. Written by Garcia de Horta, a physician, the book was entitled:

> *Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India, e assĩ dalguãs frutas achadas nella onde se tratam alguãs cousas tocantes a medicina, pratica, e outras cousas boas pera saber, &c.*

It was printed at Goa by Joannes de Endem (5).

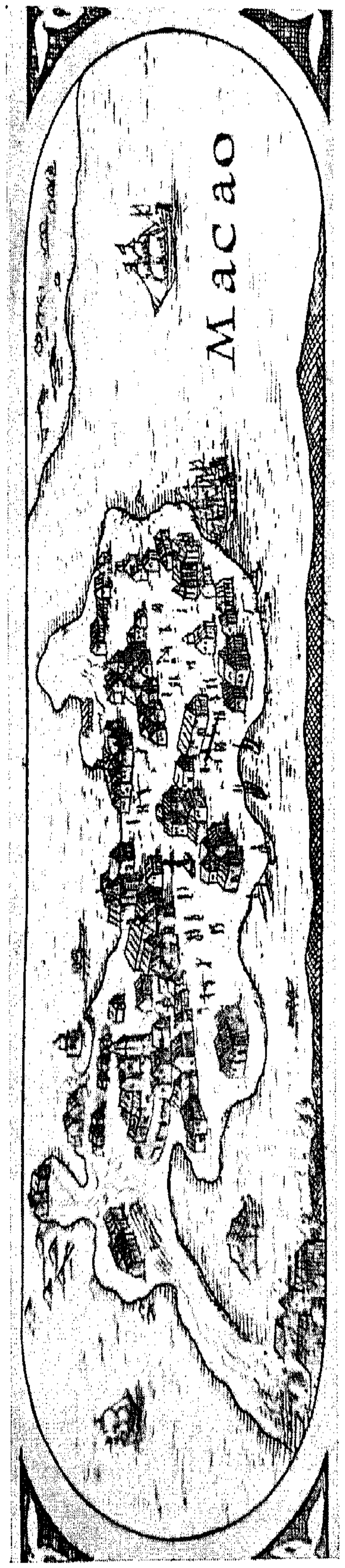
During the quarter of a century which followed several other books were printed in the same city, all of the utmost rarity now.

From Goa, the Japanese party sailed for Macao on the penultimate part of their itinerary, and at this little Portuguese settlement on the China coast they found that it was necessary to wait, not only for the next season, but also for a reply and an assurance of safe conduct from Hideyoshi, the

(4) One copy is in the Spanish embassy to the Vatican and the other in the Jesuit Archives at Rome. (*Cfr.* Father J. Laures, S. J., *Kirishitan Bunko,* Tokyo, 1940, p. 8 and *Supplement to Kirishitan Bunko,* Tokyo, 1941, pp. 1-2). *Cfr.* Letter by Father Lenis, S. J., mentioned by Father Valignano, S. J., written at Cochin, on Dec. 22, 1586, cited in *Archivum Romanum Societatis Jesu,* IX, 1940, p. 271.

(5) Introduced by the Jesuits, the printing press in Goa started work in 1556 with a catechism by St. Francis Xavier. Religious tracts and pamphlets followed. (José Nicolau da Fonseca, *An Historical and Archaeological Sketch of the City of Goa,* Bombay, 1878, pp. 58-59; C. Gómez Rodeles, S. J., *Imprentas de los antiguos Jesuitas en las missiones de levante,* Madrid, 1912, pp. 5-7, *apud* Francisco Rodrigues, S. J., *A formação Intellectual do Jesuita,* Porto, 1917, pp. 507-508.)

MACAO in 1626



Probably the oldest known rough outline map of Macao, by John Speed, the English cartographer, dated 1626, copied from an earlier sketch which does not seem to have survived.

(From the author's collection)

Title-page of xylographic book by Father Michele Ruggieri, S. J., printed at Macao in 1585. Macao's first printed book.

(Courtesy of the Archives of the Society of Jesus, Rome)

Japanese Chief Administrator, to whom Father Valignano had written stating that the Viceroy of India had appointed him as his envoy. This was considered expedient because a governmental order had been issued on July 24, 1587 proscribing Christianity and imposing restrictions on foreigners, especially missionaries. It would not have been prudent to rush to Japan in the face of such a situation and Father Valignano, with the envoys and their entourage, had perforce to stay in the Jesuit college and headquarters in «the City of the Name of God of Amacao».

Here the new arrivals found that printing had already commenced before the arrival of the printing press they had brought with them. In 1584, Father Michele Ruggieri, S. J., had produced, from xylographic blocks, cut by the laborious Chinese process, his book in Chinese, apparently the very first book in Chinese to be published by a European (6). A document in the Lisbon archives tells us that «at Macao Father Ruggieri prepared a catechism which was then written in Chinese characters by a Chinese scholar ... Father Ruggieri printed this Catechism in Chinese characters and then distributed it in China». Bibliographers, not familiar with this old Lisbon document, have been under the impression that this book was printed in China not Macao (7).

Father Ruggieri had also begun to compile a Latin-Chinese vocabulary, an early version of which had been printed, also at Macao, in 1585, on Father Valignano's instructions. But Father Ruggieri was at work on something more ambitious,

(6) Unless the Franciscan friars in the Yuan dynasty (A. D. 1280--1367) had done printing, particulars of which are not recorded.

(7) See ms. in the Ajuda library at Lisbon, Codex 49-X-3, f. 3 *v.*, «Pontos do que me alembra» [by Father Francisco Pires, S. J.] This catechism was entitled (*«True Account of God»*) two copies being sent to the Vatican, one printed on silk. Two copies may also be seen in the Jesuit Archives at Rome. (*Vide* Father Pasquale D'Elia, S. J., *Fonti Ricciane*, Roma, 1942, Vol. I. pp. 197-198).

in which Father Ricci had collaborated with him: a translation of the Chinese classic, *The Four Books*. Both the Vocabulary and Translation have remained in manuscript and may now be seen in the Jesuit archives at Rome (8).

The missionaries came to see that block-printing was peculiarly adapted to Chinese books, in which an attempt was often made to reproduce the beauty of the calligraphy of the author's original. For books in which a European text was used, however, the alphabet determined that movable types were required (9). During the period of enforced idleness at Macao, while waiting for the final stage of their journey to Japan, the priests decided to put the printing press to good use.

The first book was a reprint, with some modifications, of a work on Christian education (first published at Salamanca in 1575 followed by an edition at Burgos), by Father Giovanni Bonifacio, S. J. The Macao version bears the date of 1588 and is entitled:

> *Christiani Pveri Institvtio, Adolescentiaeqve perfugium: autore Ioanne Bonifacio Societatis Iesv. cum libri unius, & rerũ accessione plurimarũ: Cum facultate Superiorum: Apud Sinas, in Portu Macaensi: in Domo Societatis Iesv.: Anno 1588.*

A small book of 252 leaves, it was edited by Father Valignano. Only one copy of this book has survived; it may be seen in the Library of the Ajuda Palace, Lisbon (10).

(8) Father D'Elia, *Fonti Ricciane*, pp. 13; 16; 43; 148; 250 *passim*.

(9) For comments on the comparative advantages see *Estimate of the proportinate expense of xylography, lithography, and typography, as applied to Chinese printing; view of the advantages and disadvantages of each.* Article by «Typographus Sinensis» [W. H. Medhurst] in *The Chinese Repository*, Vol. III, Oct. 1834, pp. 246-252.

(10) Jordão de Freitas, *A imprensa de tipos moveis em Macau e no Japão nos fins do seculo XVI* in *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, Coimbra, 1915, Vol. I, No, 5, pp. 211, *ff*. Father J. Laures, S. J. mentions *(Second Supplement to Kirishitan Bunko*, Tokyo, 1951, p. 4) that Father P. Humbertclaude has pointed out that a copy of this book is mentioned in «*M. Augusti Beyeri Memoriale Historico-Criticae Librorum Rariorum*», *Dresdae et Lipsiae, apud Fredericum Hekel*, p. 106.

The next book printed at Macao was an important one, an original work describing, in Latin, the journey undertaken by the Japanese envoys, and telling how they had been given the very warmest and most enthusiastic welcomes wherever they had travelled in Europe, with fine descriptions of the cities and places they visited. At Rome they had been given a splendid reception and they took part in a number of important functions at St. Peter's and elsewhere in the Holy City, all of which are recounted in this book. The title of the volume gives an indication of its contents:

> *De Missione Legatorvm Iaponensium ad Romanam curiam, rebusq; in Europa, ac toto itinere animaduersis dialogvs: ex ephemeride ipsorvm legatorvm collectvs, & in sermonem latinvm versvs: ab Eduardo de Sande Sacerdote Societatis Iesv: In Macaensi portu Sinici regni in domo Societatis IESV cum facultate ordinarij, & Superiorum. Anno 1590 (11).*

Twelve copies of this book have survived.

At least one more book seems to have been printed in Macao at the China coast. It is believed to have been a work entitled «*Sanazario emendato*» and is mentioned by Father Lorenzo Mexia, S. J., but no copy has come to light in modern times (12).

(11) *Cfr.* Father J. Laures, *Kirishitan Bunko*, Tokyo, 1940, p. 12 and *Arquivos de Macao*, 2.ª série, p. 100. A facsimile edition was produced in Japan, in 1935, from Prof. Koda's copy, with a Japanese translation. A summary by A. J. de Figueiredo appeared in *Archivo Pittoresco*, Lisboa, Vol. VI, 1862; and an annotated reprint by Father Benjamin Videira, S. J., and J. M. Braga, Macao, 1960.

(12) *Cfr.* Father Joseph Schutte, S. J. *Christliche japanische Literatur, Bilder und Druckblatter in einem unbekannten vatikanischen Codex*

Meanwhile word had been received at Macao from the Japanese authorities extending to Father Valignano, as ambassador from the Viceroy of India, a welcome to Japan. He landed at Nagasaki in July, 1590, with a rich assortment of presents, and in due course was received by Hideyoshi at Kyoto, on March 3, 1591. The Letter from the Viceroy of India, a magnificently illuminated document on vellum, still preserved in Japan at the Temple of Myohoin, at Kyoto, was presented to the Japanese ruler as well as the presents which Valignano brought and, «thanks to Valignano's exemplary tact, aided by the exceptional linguistic skill of the Portuguese Jesuit, João Rodrigues, nicknamed *Tcuzzu,* or interpreter, to distinguish him from colleagues of the same name, everything passed off as merrily as the proverbial marriage bell» (13).

In Japan no time was lost in putting the printing press to work and the first book from the Portuguese Mission press in that country was produced at Katsusa in 1591:

Sanctos no Gosagyo-no uchi Nuhigaki

This was a «Compendium of the Acts of the Saints», a popular account of the twelve apostles and some of the Christian saints and martyrs. From Katsusa, the press was transferred to Amakusa a year later and then, in 1598, to Nagasaki (14).

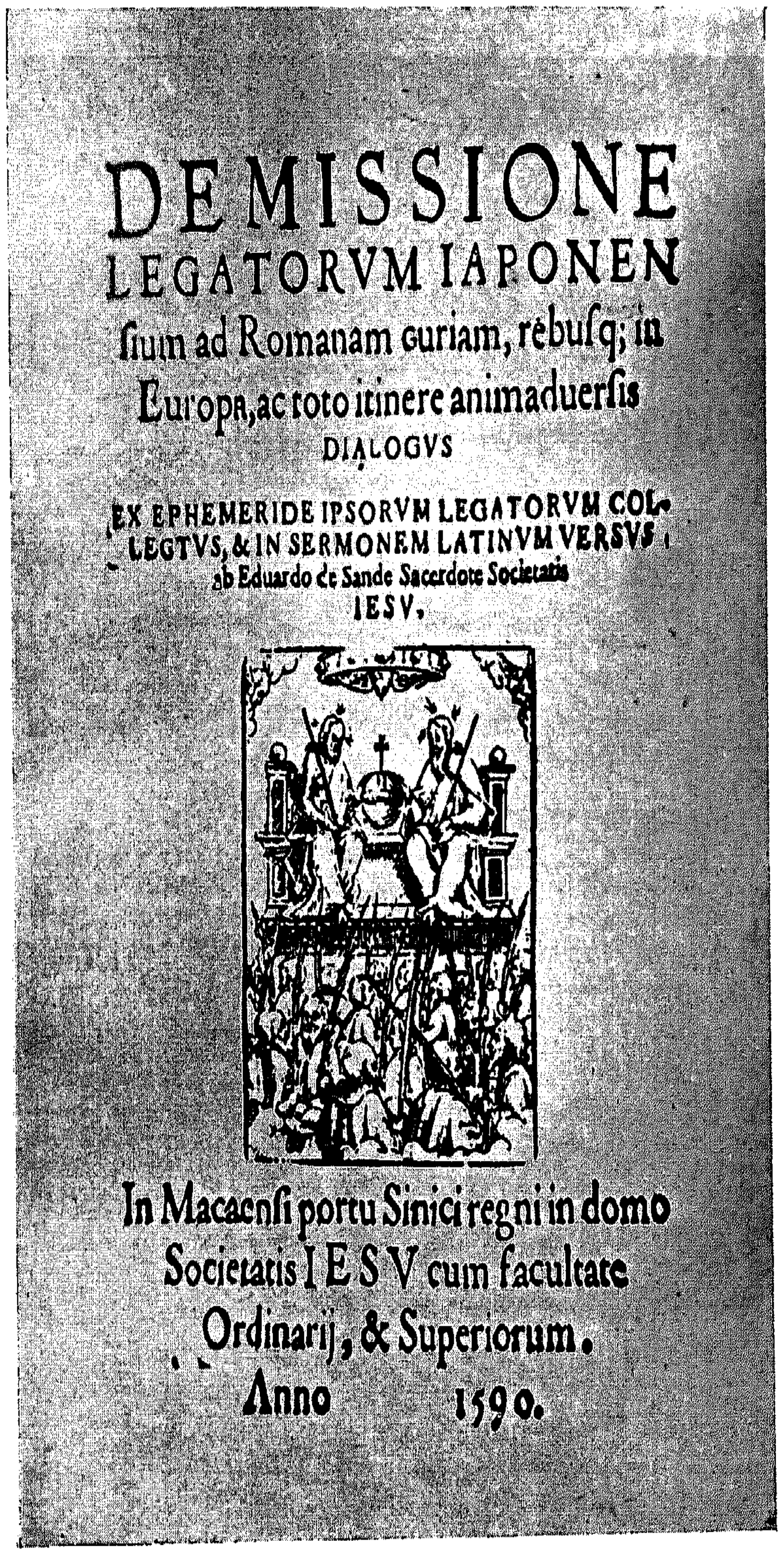
At least fifty-four books, possibly over eighty, were printed by the Jesuits in Japan. Of these, copies have been found of

---

ans dem Jahre 1951 in *Archivum Historicum Societatis Jesus,* Vol. IX, fasc. 2, Rome, 1940, p. 271.

(13) Prof. C. R. Boxer, *The Christian Century in Japan,* Berkeley, pp. 153-4; J. Murdoch and I. Yamagata, *A History of Japan,* Vol. II, pp. 263-264; Father R. Kleiser, *Monumenta Nipponica,* Vol. I (1938), pp. 82-88.

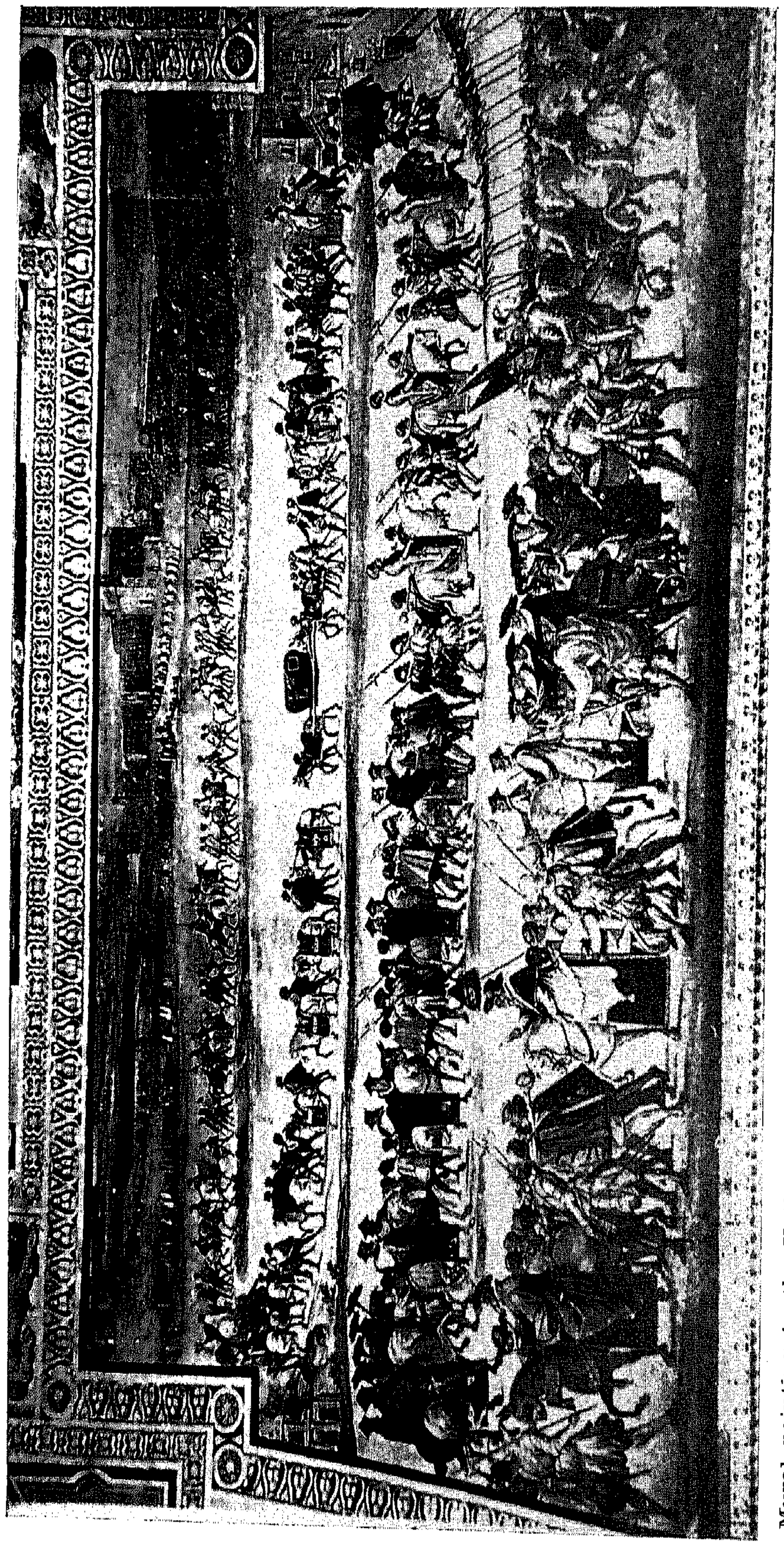
(14) Father Johannes Laures, S. J., *Kirishitan Bunko,* Tokyo, 1940, pp. 5-6.


DE MISSIONE
LEGATORVM IAPONEN
sium ad Romanam curiam, rebusq; in
Europa, ac toto itinere animaduersis
DIALOGVS
EX EPHEMERIDE IPSORVM LEGATORVM COL-
LECTVS, & IN SERMONEM LATINVM VERSVS
ab Eduardo de Sande Sacerdote Societatis
IESV.

In Macaensi portu Sinici regni in domo
Societatis I E S V cum facultate
Ordinarij, & Superiorum.
Anno 1590.

Title-page of one the earliest books printed at Macao. Compiled by Father Alessandro Valignano, the Jesuit Visitor, and written in Latin by Father Duarte Sande, S. J., this book describes the voyage of the Japanese envoys to the Pope in the 16th century.

(Courtesy of the Tenri Library, Japan)



Mural painting in the Vatican Library, depicting the arrival of the Japanese Christian envoys to Rome on March 21, 1585.

(Courtesy of the Vatican authorities)

only twenty-nine, not counting fragments of others, all of them of the utmost rarity (15).

When Christianity was banned in Japan in 1614, the printing press was returned to Macao where it remained inactive for a few years. In 1620 there appeared at Macao:

Arte Breve da Lingoa Iapoa tirada da Arte Grande da mesma lingoa, pera os que começam a aprender os

---

(15) One of the first of the Orientalists to be intrigued by the subject of the old Jesuit printing press was Leon Pages, attache of the French legation, who published at Paris, in 1859, *Bibliographie Japonaise ou Catalogue des ouvrages relatifs au Japan qui ont été publiés depuis le XVe siècle jusqu'à nos jours.* He was followed by Sir Ernest Satow, H. B. M. Ambassador to Japan, whose *The Jesuit Mission Press in Japan, 1591-1610,* the fruit of painstaking research in the principal libraries of Europe and Japan, in 1888, was a masterly piece of work. Japanese scholars then embarked upon a study of the subject, and the names of Naojiro Murakami, Michio Takahashi, Izuru Shinmura, Masaharu Anesaki, Mikinosuke Ishida, Yeisaburo Ikeda, Sakuzo Yoshino, Shigetomo Koda, Fukaya Tokuro, Tadao Doi, Muraoka Noritsugu, M. Tominage and Yoshitomo Okamoto figure among those who have dedicated themselves to this task. The important bibliographies: H. Cordier's *Bibliotheca Japonica,* Paris, 1912; O. Nachod's *Bibliographie von Japan,* Leipzig; R. Streit's *Bibliotheca Missionum,* Aachen, all refer to these publications. Father Johannes Laures, S. J., whose *Kirishitan Bunko* first appeared in 1940, was another enthusiast who took an interest in this subject. He was given another excellent support by fellow Jesuits at Sophia University, Tokyo, and others. The catalogues of the Tenri Central Library also treat of the subject in great detail.

See Prof. C. R. Boxer's, *The Christian Century in Japan,* Berkeley, 1951, pp. 190-200; 475-477 for a scholarly resumé of the value of the books that were printed. He divides them into three groups: (a) those translated from a European language into Japanese; (b) works adapted from Japanese originals; (c) linguistic works, consisting of grammars and dictionaries. He points out that the Jesuits also printed Church calendars, catechisms, prayers (on single sheets) and pictures from wood blocks and engravings on metal.

For a list of the titles of the books copies of which have been found in modern times see Appendix I.

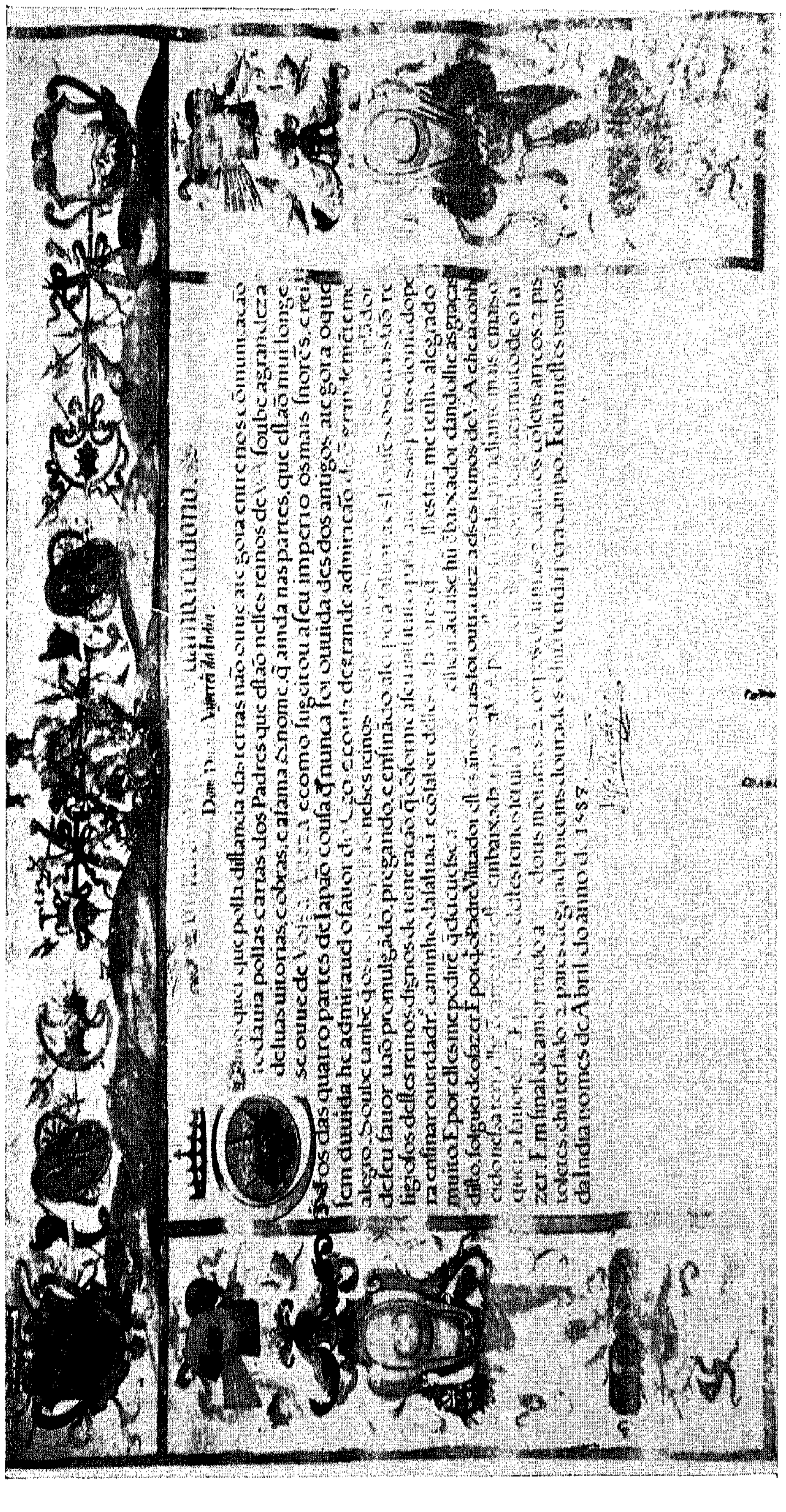
primeiros principios della ... Em Amacao no Collegio da Madre de Deos da Companhia de Iesv. Anno M.DC.XX. in-4, 4 ff. nc. 96 ff. (16).

For a long time modern historians were intrigued as to the fate of the old Jesuit printing press, for Father Rodrigues' book on Japanese grammar, printed at Macao, was the last to bear the Jesuit imprint, the energetic members of the Society of Jesus not being men who would have left such a useful adjunct to missionary work idle for any length of time. It is now known that the printing press was sold to the Augustinians at Manila, as the Jesuits who were already concentrating their attention on China felt that the European type would not be needed (17).

In the year 1644 a tentative list of important books in Chinese published by the Jesuits or under their auspices, at various places in China, was drawn up at Macao. 124 titles were given but the compiler admitted that the total actually

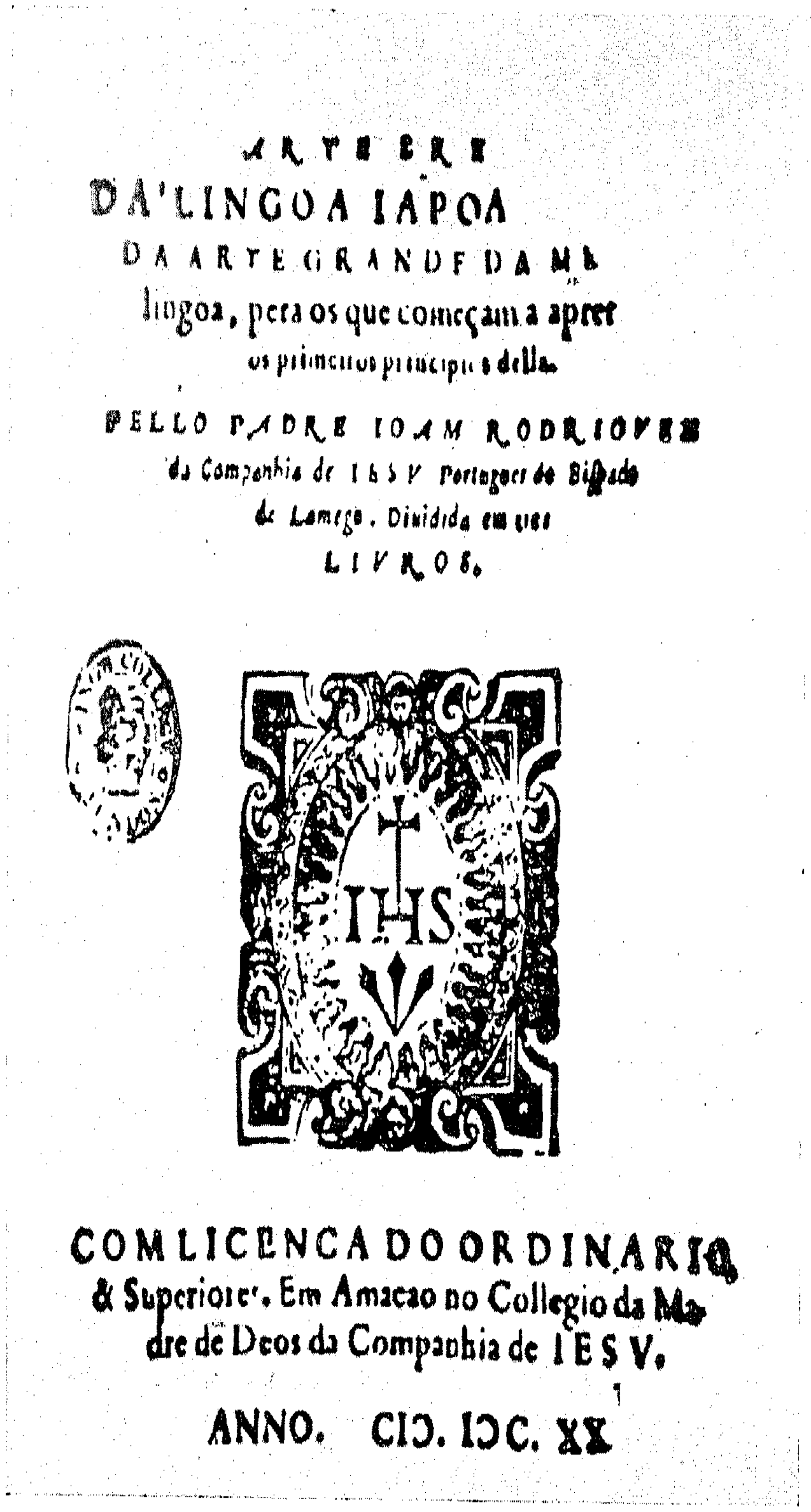
(16) Only 100 copies were printed. Four copies have been recorded in modern times: respectively in the *Marsden Library* of *King's College*, London (now in the *School of Oriental and African Studies*), the *Library of the Ajuda Palace*, Lisbon, the archives of the *Santo Domingo Convent*, Manila, and the *Universidad de Santo Tomas* of the same city, (see Prof. C. R. Boxer, *Padre João Rodriguez Tcuzu, S. J. and his Japanese Grammars of 1604 and 1620*, Lisbon, 1950).

(17) The printing press and equipment were stored in the houses of André Botto and Manuel Ovello in Macao until 1620. Father Rodeles states that the Jesuit press was sold to the Augustinians in Manila, but Father Schilling doubts the evidence furnished by Father Rodeles. (Cod. 49-V-5, ff. 200 of the «Jesuitas na Asia», collection of the Macao transcripts in the Ajuda Palace Library; Father C. Gómez Rodeles, S. J., *Imprentas de los antiguos Jesuitas en Europa, América y Filipinas durante los siglos XVI al XVII*, Madrid, 1910, pp. 29-30 and Frey D. Schilling, O. F. M., *Vorgeschichte des Typendrucks auf den Philippinen*, in «Gutenberg-Jahrbuch, 1937», Mainz, 1937, p. 392, *apud* Father Johannes Laures, S. J., *Kirishitan Bunko*, 3rd edition, Tokyo, 1957, pp. 24-26).



Reproduction of the letter sent by the Viceroy of Portuguese India to Hideyoshi. Written and illuminated on vellum, this document is preserved in the Temple of Myohoin, Kyoto.

(From T. Ngayama, *Collection of Historical Materials*, Nagasaki, 1924)


ARTE BREVE
DA LINGOA IAPOA
DA ARTE GRANDE DA ME
lingoa, pera os que começam a aprer
os primeiros principios della.
PELLO PADRE IOAM RODRIGVEZ
da Companhia de IESV Portugues do Bispado
de Lamego. Dividida em tres
LIVROS.
COM LICENCA DO ORDINARIO
& Superiores. Em Amacao no Collegio da Ma
dre de Deos da Companhia de IESV.
ANNO. CIƆ. IƆC. XX

Title-page of Father João Rodrigues' *Arte Breve da Lingoa Japoa*, printed at Macao in 1620.

(Courtesy of the Library of the Ajuda Palace, Lisbon)

printed was much greater. Eventually hundreds of books in the Chinese medium were published in a number of places in China (18).

*

* *

BOOKS PRINTED XYLOGRAPHICALLY IN CHINA

Of books printed xylographically by the Jesuits of the Portuguese missions in China or by others, some eighteen works have been listed by Paul Pelliot in 1924 (See *T'oung Pao,* Leiden, Vol. XXIII, pp. 356-360). Based on this study and the earlier attempt by Henri Cordier, in *L'Imprimerie Sino-Européenne en Chine,* Paris, 1901, to go into this subject, Prof. C. R. Boxer has discussed eleven titles of books, which are printed wholly or mainly in a European language, in the xylographic form, omitting those with the text in Chinese characters even though the title page might have been in Latin.

Prof. Boxer's list includes:

> *Sapientia Sinica* by Fathers Ignacio da Costa, S. J., and Prosper Intorcetta, S. J., printed at Kien-chang, in Kiangsi Province, anno 1662. (Four complete copies and one incomplete copy have been recorded by Cordier).
>
> *Sinarum Scientia Politico-Moralis* edited by Father Prospero Intorcetta, S. J., printed partly at

(18) This is given in Ajuda Codex 49-V-11, ff. 519 v.-521 v. A study of this subject has yet to be made, but see Father L. Pfister, S. J. *Notices Biographiques et Bibliographiques de tous les membres de la C.ie de Jesus qui out vicu en Chine, & c.,* Chang-hai, 1868-1875, in 2 vols.

Canton in 1667 and completed at Goa in 1669. (Seven copies have been recorded in various libraries).

Innocentia Victrix, probably by Father Antonio de Gouvea, S. J., published at Canton in 1671. (Seventeen copies of this book are known to exist).

Epistola P. Ferdinandi Verbiest, Peking, 1678. (Eight copies).

Relatio Sepulturas, Peking, 1700 by Father Gaspar Castner, S. J. (Fifteen recorded copies).

Brevis Relatio, Peking, 1701 (Pelliot shows that another edition was printed at Canton, 1702, and Boxer records that at least eighteen copies have been noted).

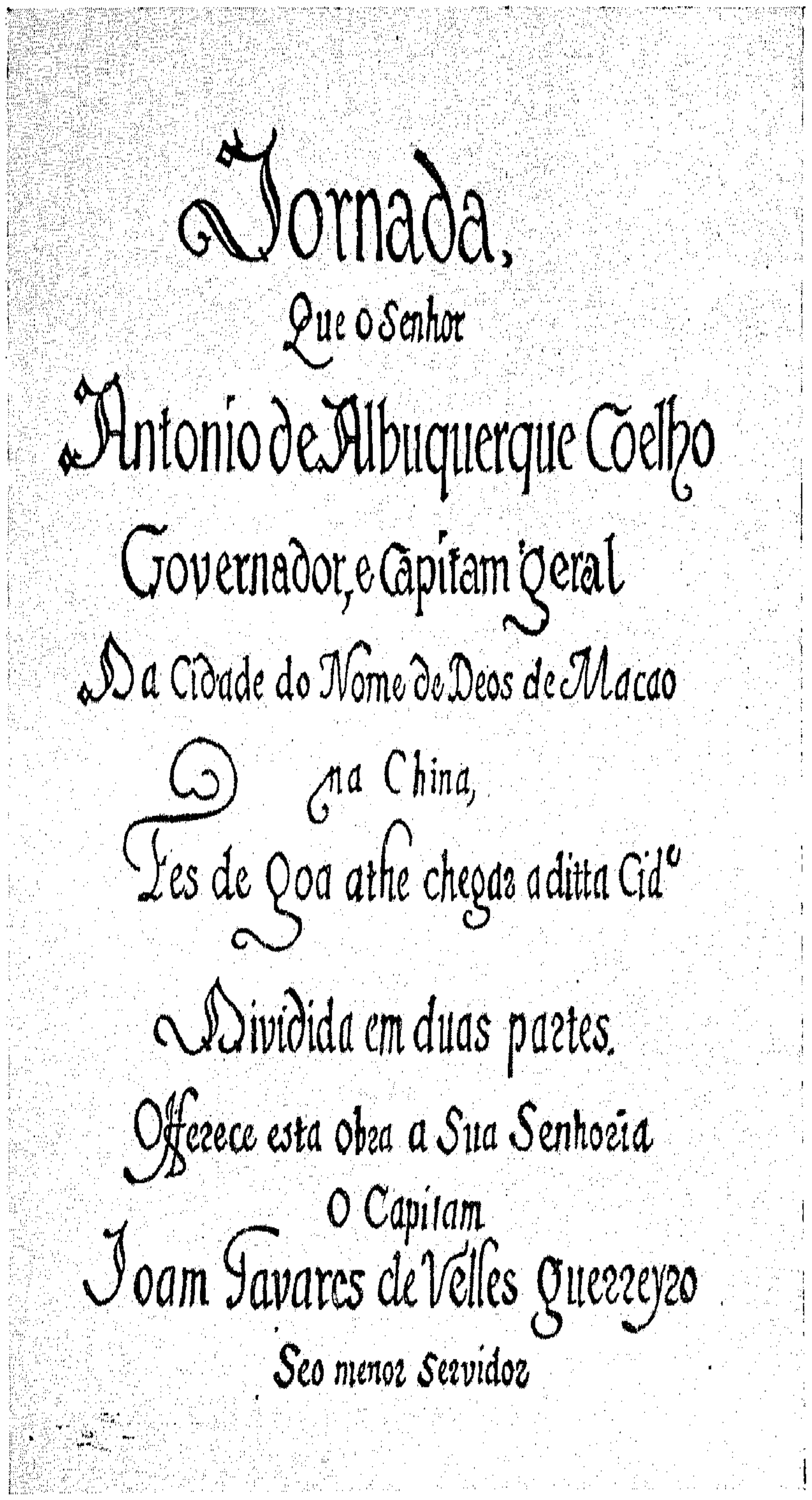
Arte de la Lengua Mandarina, Canton, 1703 based on the work by Frey Francisco Varo, O. P. (Foochow, 1682) and published by Frey Pedro de la Pinuela, O. F. M. at Canton (1703). (Fifteen copies listed).

Exemplar Epistolae, Peking, 1704. (The only known copy is in Prof. Boxer's library, A facsimile, in a limited edition, with notes by Prof. Boxer, was published at Macao in 1947).

Relation Sincera y Verdadera, Heungshan (but probably at Macao), 1712. (Prof. Boxer has traced three copies. Another copy in the library of the Visconde de Esperança at Manisola, near Evora, since acquired by the Government of Portugal, and yet another in the Arquivo Historico Ultramarino, Lisbon).

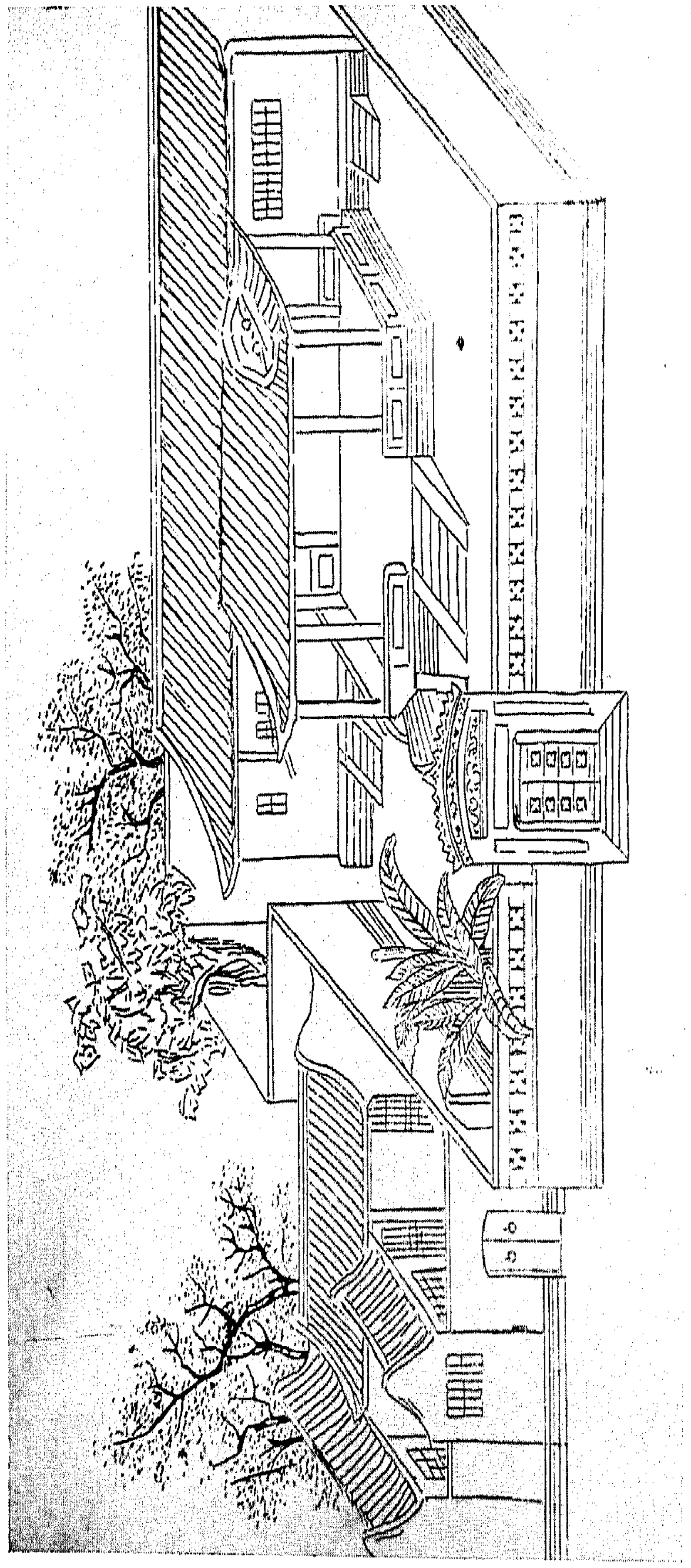
Informatio pro Veritate, Peking, 1717, edited most probably by Father Kilian Stumpf, S. J. (Seven copies recorded by Boxer).

Jornada que o Senhor Antonio de Albuquerque Coelho ... fez de Goa athe chegar a ditta Cide [*de Macao*] by João Tavares de Velles Guerreiro, Heungshan (probably Macao) 1718. (Boxer records


Jornada,
Que o Senhor
Antonio de Albuquerque Coelho
Governador, e Capitam Geral
Da Cidade do Nome de Deos de Macao
na China,
Fes de Goa athe chegar a ditta Cide
Dividida em duas partes.
Offerece esta obra a Sua Senhoria
O Capitam
Joam Tavares de Velles Guerreyro
Seo menor Servidor

Title-page of a book reproduced by the xylographic process, probably at Macao, in 1718 describing the adventurous voyage of the Governor, António de Albuquerque Coelho, from Goa to Macao.

(Courtesy of Prof. C. R. Boxer)



Chinese conception of the Macao Senate Building, in the middle of the 18th century, as depicted in a Chinese book.
(Reproduced from the Ao-Men Chi-luck, in the author's collection)

six copies, to which should be added one copy in the Manisola library) [19].

Then came an interregnum when no books were printed in Macao or, for that matter, in any of the Portuguese overseas provinces, due to the prohibitions by the authorities and the promulgation in Portugal, in 1736, of a law, forbidding under severe penalties printing in any form whatseover. This explains why no books or other publications are to be found bearing the imprint of Macao on the title page, after the promising start at the end of the 16th and the beginning of the 17th centuries.

*
* *

FOREIGN TRADERS AT MACAO

It was not until early in the 19th century that the second phase of printing began at Macao, and it was a strange beginning. Already during the closing years of the preceding century, when the French Revolution stirred Europe to its depths, and upheavals in the name of «liberty» struck at the very roots of the social structure of the nations, Macao in common with the other Portuguese overseas territories could not participate in the polemics which raged through the medium of the printed page. In 1820 the legislators at Lisbon, during the short-lived liberal movement which broke out in Portugal, decided to lift

(19) See *T'oung Pao*, Leiden, 1924, Vol. XXIII, pp. 356-360; Prof. C. R. Boxer, *Some Sino-European Xylographic Works, 1662-1718* published in *Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland.* London, 1947, Year 1947, Parts 3-4, pp. 199-215, and the authorities quoted. (*Cfr.* Appendix II, reproduced *infra*, with acknowledgments, from the *Journal of the Royal Asiatic Society*).

the ban. This was followed by the appearance in most of the Portuguese overseas provinces of newspapers, books and other printed matter. But, it is important to note, with the liberty to print, the authorities required that everything had first to be submitted to censorship. Writers were perforce prepared to accept this condition because the hunger of many to express themselves in public print was an active force which accepted the censorship regulations with little open demur. Macao had to wait, however, until 1822 before a new Portuguese printing press and fonts of type arrived to enable printing in Portuguese to be carried out in earnest ([20]).

Curiously enough, the restoration of that right at Macao was anticipated, unofficially, by several years. And it was not the Portuguese who were permitted to print; they allowed it to be done by the British, for although the law did not countenance printing, the Portuguese authorities at Macao were prepared to condone what their British friends wanted to do. For a long time this subject has not merited the attention of students of history and it has been only in very recent times that anything has been written about it ([21]).

The special circumstances of this little known phase of Macao's activities should be better known, for too much is taken for granted in all the privileges which many have enjoyed in this little Portuguese possession, with little credit given for the benefits received by those who were able to live there ([22]).

([20]) The first publication officially approved was a weekly newspaper, *A Abelha da China* (1822-1823). See *infra* pp. 68-71.

([21]) *Cfr.* J. M. Braga, *Printing Press of the East India Company*, in *Renascimento*, Macao, 1944, Vol. III, pp. 520-529; 614-622 and Georges Bonnant, *The Honorable East India Co.'s Press. Une imprimirie britannique a Macao (1814-1834)* in *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Coimbra, 1958.

([22]) This aspect of Macao's contribution to privileges received by many has yet to be written, and the only writer to touch upon this subject seems to have been C. A. Montalto de Jesus, *Historic Macao*, 1st ed., Hong Kong, 1902; 2nd ed., Macao, 1926.

When in the 18th century the English East India Company succeeded in obtaining permission to trade at Canton they had to accept many restrictions imposed by the Chinese, the conditions of their sojourn at Canton being subject to many stipulations. Among the regulations promulgated by the Chinese officials was one which ruled that foreigners could not establish domicile in China. The traders were limited, therefore, to a stay of several months only each year, approximately from October to March, in houses erected for them in an area by the riverside, contiguous to the Chinese city, and known to the foreigners as «the Factories» ([23]). At the end of each trading season they had to sail with their ships. This condition must have irked many of the traders and eventually it seems to have occurred to some of them that they might get permission to reside at Macao during the summer months, and return to Canton at the beginning of the next trading season.

However, this was easier said than done. The Portuguese were also subject to their laws. Foreigners were not permitted to live in any Portuguese territory, without the written authority of the Government in Lisbon, nor might they carry on trade in any of the Portuguese overseas provinces. This permission from Portugal was extremely difficult to obtain and was given only in very exceptional cases, such as, for instance, when a ship had met with some misadventure. The Crown and the Viceroy at Goa reminded the authorities at Macao repeatedly of the need for the observance of this law ([24]).

([23]) The terms *factory* and *factor* were adopted from the Portuguese *feitoria* and *feitor* respectively, having come from the Venetians. They were used as early as 1500 by the Portuguese when «a trading establishment at a foreign port» [of Calicut] was set up at the western coast of India. (H. Yule & A. C. Burnell, *Hobson-Jobson: A glossary of colloquial Anglo-Indian words and phrases*, London, 1903, pp. 345-347).

([24]) *Cfr. Livro das Ordens Regias do Leal Senado*, Macau, ff. 48-49 (1742); *Register No. 50 of the Macao Senate*, ff. 178 *v.*-181 (1746); *Register No. 52 of the Macao Senate*, ff. 18-18 *v.* (1747), and other entries

The recapture of Calcutta by the English in 1757, after it had been wrested from them by Sirajuddaullah, the Nawab of Bengal, was followed by a remarkable trade expansion in the direction of China. Among those who decided to try their hand at the new business were some Portuguese and Goans, two or three of whom moved from Calcutta to Macao, while associates of theirs, Britons and others not employees of the East India Company, made their way by ship to Canton (25).

The English Company classified these British nationals as «interlopers», and issued injunctions for them to leave China at once, as their presence was an infringement of the monopoly which the Company enjoyed from the British Crown for trading in China. When one of these men managed to evade the regulations about leaving the China coast and proceeded to Macao, where he ostensibly entered the employ of a Portuguese associate from Calcutta, the Select Committee stormed and raged, at what they considered a breach of their privileges (26). One of the «interlopers», Capt. Robert Jackson even went so far as to proceed to Goa where he applied for Portuguese citizenship and, as a Portuguese subject, he reached South China in 1761. Three years later he took up residence at Macao (27).

The success of this stratagem led the President of the *Compagnie des Indes Orientales*, French East India Company,

covering a long period of years. See also documents in the Arquivo Histórico Ultramarino, Lisbon, especially *Order from the Council at Goa*, dated April 22, 1757, addressed to the Governor of Macao, «not to admit any foreigner without express licence» issued by the Government at Goa.

(25) The gaps in the Portuguese records at Macao make it impossible to verify the dates of these permissions, so many of the old documents have succumbed to the ravages of insects and the humid climate.

(26) Hosea Ballou Morse, *The Chronicles of the East India Company trading to China, 1635-1834*, Oxford, 1929, Vol. V, pp. 102-103, 108, 162, 172, 180, 191, *passim*.

(27) See *Register No. 68* of the Macao Senate, ff. 340-340 *v.*; Morse, *Chronicles*, Vol. V, pp. 102-103.

to feel that some arrangement could be made in his favour, and in this he was successful for in 1765 he obtained the authorisation of the Portuguese Viceroy at Goa to lease a residence at Macao in which to live during the summer months, between the trading seasons at Canton.

It was not until seven years later, however, that the English East India Company succeeded in following the example if its French counterpart and, invoking most probably the old Anglo-Portuguese Alliance, they were able in 1772 to obtain permission for the members of their Select Committee to rent Portuguese houses and to spend their summers in Macao (28). They leased a fine mansion on the Praia Grande and a spacious and stately residence with a fine garden, the latter near the Church of St. Lawrence, both belonging to a Mr. António José da Costa (29).

The chartered companies of other countries tried to follow suit and eventually the same permission was given to others in similar positions, for the traditional hospitality of the people of Macao, always evident, did not fail them and by the use of the names of Portuguese gentleman it became possible for the foreigners to reside at Macao. In many cases they were even able to trade in the name of their Portuguese sponsors. They were permitted, in this way, to stay at Macao all through the spring and summer each year. Their numbers did not increase very rapidly, and there could not have been more than a dozen of these men when the English Company obtained permission to rent property at Macao, in 1772.

Some of the ecclesiastics strongly resented the newcomers, for those were times when rivalry between Catholicism and

(28) The surviving archives at Macao are silent about this; one would probably have to make a study of the archives at Goa for information from Portuguese sources.

(29) H. B. Morse, *Chronicles*, Vol. II, pp. 172-173. António José da Costa held the post of Controller of Customs at Macao for several years. He was appointed Governor of Macao in 1780 and took office, but died on November 3, 1781 before completing his term.

Protestantism in Europe and America was very evident (30). It may be fair to presume that although the senior members and writers of the big chartered companies were generally cultured gentlemen of good standing, the same cannot always be said for all the foreigners who succeeded in getting permission to live at Macao. The English Company was able to maintain establishments which were, from a social viewpoint, of considerable importance. As the volume of trade between China and Britain grew so did the Company's prestige mount, and the senior members came to spend more and more lavishly on their homes at Macao. They set a pattern which was nothing inferior to that maintained in the mansions of men of means in Europe at the time (31).

ARRIVAL OF ROBERT MORRISON

By the end of the 18th century, the name of *Macao* was being mentioned with greater frequency in all sorts of circles in Europe. In England, the London Missionary Society considered the time opportune to despatch a missionary to China. They felt that it would be quite in order for their missionary to reside at Macao.

---

(30) In 1732 it was reported that the Chinese Government was thinking of making Macao the centre of China's foreign trade. This might have led to Macao's trade expansion, but the ecclesiastical authorities succeeded in getting the Portuguese administration to oppose the idea. (*Cfr. Arquivos de Macau,* Vol. I, p. 253). When the Portuguese authorities decided to permit foreigners to reside at Macao after 1761, the bishops again came forward to object but they were not successful on this occasion.

(31) Not very much has been written about this subject, but see W. C. Hunter, *Bits of Old China,* London, 1885; Miss Katharine Hillard, *My mother's Journal: A young lady's diary... from 1829-1834,* Boston, 1900 (of which a *revox* copy may be seen in the Hong Kong University Library); C. A. Montalto de Jesus, *Historic Macao,* Macao, 1926; J. P. Braga, *The Portuguese in Macao and China,* Macao, 1944.

This was not the first suggestion that had been made for the Protestants to endeavour to carry out evangelisation in the Middle Kingdom. Well over a century earlier no less a figure than Gottfried Leibnitz had put forward the idea that it was about time that the Protestant communities of Europe should follow in the footsteps of the Catholics and he mentioned specifically the work of the Jesuits, for whom he had the greatest admiration (32).

But it was not until the early years of the 19th century that the first move was made by an English Society to send a Protestant missionary to China. Mr. Robert Morrison was selected for the task and, commenting on this, his widow, his second wife, later explained that Morrison justified his hopes of accomplishing something in China because «Roman Catholic missionaries had persevered amidst almost unparalleled difficulties and cruel oppressions, and had but partially succeeded in imposing popery (33) upon China ... where hundreds of millions of her people are still 'wholly given to idolatry' (34).

He applied to the East India Company in London for passage to China but the Directors of the Honourable Company, concerned as they were with the problems that were constantly besetting their Select Committee engaged in trade at Canton, wanted no new involvements. They felt that the appearance of a British missionary, keen on studying Chinese and on preaching, both of which would have been contrary to the regulations governing the admittance of the Westerners, would certainly lead to complications with the officials at Canton.

---

(32) As set forth in the Preface to his compilation *Novissima Sinica,* 1697. The latest study on this work by Leibnitz is Donald F. Lach's *The Preface to Leibnitz' «Novissima Sinica»,* Honolulu, 1957.

(33) The derogatory implication of this term, used by a person who enjoyed the hospitality of Macao during many years, would not have endeared Mrs. Morrison to her Portuguese hosts.

(34) Mrs. Eliza Morrison, *Memoirs of the Life and Labours of Robert Morrison, D.D.,* London, 1839, Vol. I, p. 86.

His request for passage on one of the Company's ships was refused. The young missionary was not to be thwarted in his intention and early in 1807 he went to America hoping to make some arrangement there. He reached New York on April 20, 1807 and there he made many friends who gave him every encouragement so much so that he sailed from New York in the *Trident* on May 13 of the same year. He landed at Macao, 113 days later, on August 30, 1807 (35).

Morrison lost no time in making his way to Canton and upon his arrival there he wrote to his principals in London, explaining that he had been given accommodation with the American merchants. «It would be impossible», he explained in a letter, «for me to dwell amidst the princely grandeur of the English who reside here». He added, «I hope the Company's servants will not feel it their duty to put any stumbling block in the way of my continuance» (36).

The letters sent by him at this period are full of imagined hindrances and obstacles, but time was to prove that Morrison's pessimism was unfounded. That he had difficulties no one will deny, just as there were for everybody else, at such a great distance from home, in a trying climate and among a foreign people including a Chinese officialdom whose opinions and treatment of Westerners could at times make life unbearable. From Morrison's later letters one reads that the persons he imagined to be likely creators of difficulties proved to be his greatest benefactors.

For instance, the Hon. John Fullarton Elphinstone, member of the Company's Select Committee gave him a manuscript Latin-Chinese dictionary, compiled years before by a Catholic priest, which Morrison himself valued at £ 50 in his own

(35) Morrison's *Memoirs*, pp. 106-152.

(36) Letter from Robert Morrison to Mr. Hardcastle, Treasurer of the London Missionary Society, dated at Canton, Sept. 7, 1807, quoted in Mrs. Eliza Morrison, *Memoirs of the Life and Labours of Robert Morrison. D.D., &c.* — London, 1839, Vol. I, p. 153-4.

day (37). Sir George Thomas Staunton, Bart, Supercargo and soon to join the Select Committee, himself a student of the Chinese language of no mean ability, presented him with many of the Chinese books he would need in his studies and even engaged instructors for him, at extremely moderate wages. The principal of these tutors was a Catholic Chinese, for others at that stage might have been afraid to teach their language to a foreigner, this being against the regulations. Mr. Samuel Ball, the Company's Senior Tea Inspector, gave him a Chinese grammar in Spanish, probably Father Francisco Varo's *Arte de la Lengua Mandarina,* a book printed by the xylographic process at Canton in 1703, and not an easy book to buy (38). Dr. Alexander Pearson, the Company's physician, also gave him much help and good advice.

Mr. John William Roberts, the Chief of the Company's Select Committee in China, helped Morrison most of all. He began by using his influence at Canton and at Macao to get a residence for the newcomer, at Canton valued at that time at £ 150 a year, and encouraged him in his studies to the extent not only of approving of his intention to compile a dictionary, but by promising the Company's assistance (39).

Without telling Morrison, Roberts wrote also to the Directors of the Company proposing an appointment for the young missionary on the Company's staff in China. The Directors in London approved the suggestion and Morrison was given a post and an official status and received financial assistance, probably very much greater than anything which any other person in similar circumstances has ever obtained. Sir George Staunton was able to inform Robert Morrison that, as a member of the Company's staff, he would be paid

(37) *Memoirs*, p. 196.

(38) Extracts from Morrison's journal quoted in *Memoirs*, p. 206. For a reference to this grammar see *supra* p. 37.

(39) Morrison's letter to his father, Macao, Aug. 4, 1808, *Memoirs*, p. 222.

£500 a year. This was increased later to £1,000 and subsequently to £1,300. Such an appointment represented not merely the salary shown, but included quarters and other privileges. The salary he received at the end was much more than that of the Company's Writers (40).

In spite of Morrison's early fears, most of which proved groundless, but which, in his letter, he did not hesitate to express frequently, and although, to quote Morrison, «the Portuguese are ordered from their own court to admit no persons but such as are connected with some of the European factories» — a difficulty which was removed as soon as Roberts secured an appointment for Morrison on the Company's staff — «my chief place of residence is at Macao». He also admits that once when his landlord declined to renew the lease of his house, two Portuguese gentlemen were good enough to speak to the Governor and he was allowed to take another house (41).

On one occasion Morrison even wrote to the Select Committee of the E. I. Company pointing out to them that «the Duties of Chinese Translator are attended with considerable personal hazard. I cannot help feeling an apprehension that writing or translating a Letter to His Majesty the Emperor of China, which will of course contain an impeachment of the local Government of this Province, will subject me to personal suffering from the Chinese even long after the present difference shall be arranged». The Committee in their reply to Morrison assured him that they alone would be responsible

(40) From Robert Morrison's letter to his father, dated at Macao, Feb. 23, 1809, *Memoirs, p. 251;* H. B. Morse, *Chronicles,* Vol. III, pp. 72 and 165. For the Company's salary scale at the time *cfr.* H. B. Morse, *op. cit.*, pp. 176-177. In order to arrive at the present-day equivalent of the amount paid to Robert Morrison it would be necessary to multiply the figures by about twenty to twenty-five.

(41) Morrison's letters to the Missionary Society in London, written at Macao respectively on Dec. 9, 1809 and Dec. 22, 1812, *Memoirs*, pp. 285 and 356.

for anything written by him in the prosecution of his duties on their instructions (42). The fact remains that at no time did the mandarins make any charges against Morrison for carrying out his work as translator for the Company.

INTEREST IN CHINA

Within four or five years the young missionary felt that he had made sufficient progress in his studies and that he knew enough on the subject to be able to write. He sent the manuscript of a short work to the London Missionary Society and the Directors decided to have it printed. It appeared at London in 1812, with the title: *HORAE SINICAE: Translations from the popular literature of the Chinese,* Printed for Black and Parry, 1812, pp. vi. 21 (43).

Morrison had meanwhile arranged with a Chinese printer to bring out, carved from wooden blocks in the time-honoured xylographic manner, a translation of the *Acts of the Apostles* (based on an old Catholic manuscript in the British Museum Library and a *ms.* Latin and Chinese Dictionary, in the Royal Society, which Morrison had, with the help of a Chinese assistant, Yong Sam-tak, in England, transcribed before coming out to China) (44) and a religious *Tract* and a *Chinese Catechism,* all in Chinese (45). This occurred at a time when the Portuguese themselves, respecting their laws, did not do any printing at Macao.

(42) H. B. Morse, *The Chronicles of the East India Company trading to China*, 1635-1834. Oxford, 1926, Vol. III, pp. 210-211.

(43) A second edition was published, also at London, in 1817. Morrison, who was born in 1782, was only thirty years old when his first book was published.

(44) Morrison's *Memoirs,* Vol. I, pp. 77-78.

(45) Letter to a friend from Macao on Dec. 19, 1811, p. 302, and to the London Missionary Society on various dates, *cfr., Memoirs,* Vol. I, pp. 310, 311 and 298, *passim.*

In spite of all the help which Morrison received and the courtesies extended to him at Macao, we find him writing to the headquarters of his Society beginning: «From this inhospitable land I again address you ...». This was an unfortunate phrase, for it has led many a later writer to believe that Morrison was obstructed if not persecuted in Macao, whereas the very opposite was the case (46).

At this period in Europe a veritable revival in matters relating to China and the Chinese had already commenced. There had existed in intellectual circles there for a number of years a steadily growing respect for Chinese culture and language, in place of the half-century or so of incredulity which had grown in the latter part of the 18th century. The foreign traders who had appeared in China during the 17th and 18th centuries, concerned as they were with commerce and its fruits, gave little thought, if any, to the real values of China. The Chinese they met were not the type to stimulate interest in China's intellectual and cultural traditions; for that matter the European sailors were not, by any stretch of the imagination, any better.

During the 16th and 17th centuries, when learning in Europe was still restricted mainly to the ecclesiastics, the books and letters written by the missionaries in the Portuguese Missions in the Far East, Portuguese priests and those of other European countries working in these missions, found only a limited public. They wrote enthusiastically of martyrdoms and evangelisation, and only more prosaically of the history and background of China and its civilisation; it was the edifying that they stressed. By the end of the 17th century, however, after the French Jesuits had been sent to Peking and when, thanks to the benefits of books, education and knowledge was steadily advancing among the middle classes in Europe, the enthusiasm which greeted the French publications, made a

(46) Letter to the London Missionary Society, dated Jan. 7, 1811, quoted in *Memoirs*, p. 309.

perceptible impression on the minds of European scholars and gentry alike. The liberal philosophers of France and Germany were particularly pleased with the superior Confucian morality and the ideal government which the administration of China seemed, at least in theory, to possess.

This was followed by the period of *Chinoiserie,* a fad among the wealthy of Europe, principally in France and England, which influenced furniture and gardens to a marked extent and established the pattern for European conceptions of China and the Chinese for the next three or four generations, until the drawings of William Alexander, who accompanied the Earl of Macartney to China, at the end of the 18th century, helped to correct the illusions.

French Sinology suffered, too, from the excessive adulation which writers, early in the eighteen century, heaped on China and its government. Voltaire, Montesquieu, D'Argens, D'Alenzon and others soon made use of the thought to ridicule the governments of Europe, and the decline in the interest in things Chinese set in. To a great extent this was set off by the disparaging remarks recorded by Commodore Anson on the literature and art of China and to an even greater extent, on the weak, dilatory and venal officials of this country. The observations carried back to England by the merchants of the East Indian Company, who, like Anson, had dealings with the lowest members of the social scale, served to confirm the view. Books by Hickey, Captain King and others helped to spread the impression (47).

But scholarship was being taken more seriously as learning spread and, at first principally in France and Germany,

(47) This subject has not a large bibliography but see V. Pinot, *La Chine et la formation de l'esprit philosophique en France 1640-1740,* Paris, 1932; A. Reichwin, *China and Europe: Intellectual and Artistic contacts in the eighteenth century,* New York, 1925; H. Cordier, *La Chine en France au XVIIIe siècle,* Paris, 1910; and, more recently, W. W. Appleton, *A Cycle of Cathay,* New York, 1951 and H. Honour, *Chinoiserie: The vision of Cathay,* London, 1961.

scholars like Jean-Pierre Abel-Remusat and Heinrich Julius Klaproth were delving into Oriental studies and were writing learned books, while the embassy of the Earl of Macartney to Peking, in 1792, had been followed by several interesting books about the country. All this served to draw attention to China. Among others, Joseph Hager compiled *An explanation of the elementary characters of the Chinese*, London, 1801; and M. Raper *A Dictionary of Chinese and English carefully compiled from many others. Translated from the Latin Macao Dictionary. In 4 volumes*, London, 1807; Johann Christoph Adelung had begun printing at Berlin, in 1806, the first of his four volumes *Mithridates oder allegmeine Sprachenkunde mit dem Vater Unser als Sprachprobe in bey nahe funfhundert Sprachen und Mundarten;* Joseph de Guignes had published at Paris, in 1807, *Réflexions sur la langue chinoise;* António Montucci published at London, in 1808, *De studiis sinicis in imperiali Athenaeo Petropolitano;* Jean-Pierre Abel-Remusat published at Paris, in 1811, *Essai sur la Langue et la Littérature Chinoise. Avec cinq Planches, contenante des Textes Chinois, accompagnés de traductions, de remarques et d'un commentaire littéraire et grammatical*, to be followed three years later, in 1814, by his *Plan d'un dictionnaire chinois, avec des notices de plusieurs dictionnaires Chinois mss. et des réflexions sur les travaux exécutés jusqu'à ce jour par les Européens pour faciliter l'étude de la langue chinoise* (48).

The Directors of the London Missionary Society had already felt that something should be done by themselves, for Mr. Joshua Marshman of the English Baptist Mission was hard at work in Serampore on the study of Chinese. He published at the same place, in 1809, his *Dissertation on the Character and Sounds of the Chinese language.* When the London Missionary Society began its activities in 1795 and

(48) For titles and particulars of these and similar publications see H. Cordier, *Bibliotheca Sinica*, Vol. III, Cols. 1639, 1710, 1711, 1712, *passim.*

launched its programme of missionary endeavour in many places, the Directors realised, just as the Catholic missions had felt centuries earlier, how eminently desirable it was that the printed word should be an important factor in the spread of the Message to the world they were hoping to convert.

However, owing to the difficulties attending the introduction of a printing press at Canton where Morrison found, on his own admission, that it was impossible to show that he was engaged in missionary work, the Society considered the convenience of setting up a printery at some place not too far distant from China. For instance, the work being carried out at Serampore was noted for the volume of printing in Chinese done there. Marshman had published his *Clavis Sinica* in 1813, a work which met with the approbation of Orientalists in Europe. He also announced that he was preparing a translation of the Bible in Chinese. But the London Missionary Society and the Baptist elders in England felt that the rivalry between Marshman and Morrison had to stop. They decided in favour of Morrison (49). The London Mission Society thereupon decided to set up a small printing press at Malacca.

Meanwhile Morrison at Macao was busily engaged in his studies and translations. In 1814 he ordered from a Chinese printer at Macao 2,000 copies of the *New Testament* (at a cost of $3,818). This work was based in part on the early Chinese version by a Catholic missionary, which Morrison had seen in London and of which he had had a transcription made (50). He also ordered from the Macao Chinese printer 10,000 *tracts* and 5,000 copies of the Catechism he had compiled (51).

(49) This is Dr. G. Bonnant's conclusion, *cfr.* G. Bonnant, *op. cit.* p. 7 see also. Cordier, *Bibliotheca Sinica*, Vol. III. Col. 1662.

(50) See *supra* p. 47. See L. Ride, *Robert Morrison: The scholar and the man*, Hong Kong, University Press, pp. 45-48, where some information is given of Morrison's original transcript, now in the Hong Kong University Library.

(51) Entry in Morrison's *Journal* forwarded to the Missionary Society in 1814. *Memoirs*, Vol. I, pp. 375-6.

THE BRITISH PRINTING PRESS

The senior members of the East India Company's staff in China decided that they, too, might give further tangible assistance to Robert Morrison, and proposals were sent by Mr. Roberts, in 1812, to the Directors in London to send out a whole printing outfit, with a competent printer to run it, so that Morrison might have, in Macao, the benefit of this printing press to further his work. The Court of Directors acceded to the request and in 1813 a printer named Peter Perring Thoms, with a press and fonts of type and all the necessary equipment, was sent from England to Macao. The Court in London did not hesitate to support the Committee in China who felt that the work on the dicionary, on which Morrison was working so assiduously, justified the expense ([52]). Morrison himself felt that «the expenditure to be incurred by the printing of the Dictionary was more than a religious society without ample means could encompass, the Honourable East India Company at length undertook the work, and determined to conduct the enterprise with the liberality for which that influential body is so eminently distinguished» ([53]).

The Chinese authorities at Canton were strict to the point of fanaticism in all that represented the introduction of new thought into China. They might not have opposed the introduction of Christianity, as a religion, but what they feared was the introduction of the new ideas which were part of this religion — ideas that would have conflicted with all the age-old traditions, the classical system of learning and their customs and usages, so closely associated with their system of government. Thus, they would never, at that time, have permitted a printing press run by foreigners at Canton or elsewhere in Chinese territory, and it was kept therefore at Macao. Owing to the friendly relations subsisting between the senior members

([52]) Morse, *Chronicles*, Vol. III, pp. 178-9; 209 and 240.
([53]) Morrinson's *Memoirs*, Vol. I, pp. 382-3

of the East India Company's staff and the Portuguese officials at Macao, the latter decided to behave generously and to close an eye, since they could not give their formal consent, all printing in the Portuguese overseas territories being, as has been shown, absolutely prohibited. The Company rented premises for the printing press, and for Mr. Thoms ([54]).

Although the Portuguese were not able to enjoy the blessings of printing themselves at Macao, they did, nevertheless, make up their minds to be agreeable to their British friends. By not preventing Morrison's work in the printing of books, therefore, the Portuguese assisted, by winking at the laws in force, although the Portuguese clergy must have deprecated his presence in Macao. In this way the Macao authorities helped Protestantism at Macao, at a time when Catholicism was the state religion of the Portuguese nation.

The value and importance of this friendly gesture should be appreciated, not by the standards and liberal ideas of more recent times, but by the narrow provincialisms and prejudices which prevailed all over Europe and the West at that time. The Gordon Riots in London against Catholicism had taken place not so long before (1780) and the causes of that disturbance were still fresh in men's minds. Nevertheless, here in Macao Catholic officials were giving liberal assistance to a Protestant missionary by allowing the setting up of a printing press which the members of the British community wished to use at Macao.

The Catholic clergy could not have viewed the printing press with any favour, but they did not obstruct it. They might very easily have opposed it, and the law would have been on their side. In their personal relations with Morrison some of them were quite friendly and the Protestant missionary

([54]) No record seems to have been kept of the address of the printery. It seems, from references in the Macao archives, to have been at one time just off Rua Central, in a house owned by Mr. Gonçalo da Silveira.

mentioned, in later letters, that he had made the acquaintance of a Catholic priest, who had called on him and with whom he got on well. And considering that the press set out to assist a Protestant missionary in a field which the Catholics had for two and a half centuries considered their own, it speaks volumes for the tolerance of the officials that no active steps were taken to stop it.

Further help was available from the people of Macao. In the early stages it seems that an attempt was made to employ only Chinese assistants in the printery, but when this proved to be impracticable a number of Portuguese were engaged to help in the cutting of the matrices for the Chinese characters and cast the types for use in the new press. Two or three young Portuguese were also taught typesetting. Unfortunately the names of these assistants do not seem to have been recorded (55).

With all these encouraging signs it is not surprising that the London Missionary Society thought of sending somebody from London to assist Robert Morrison. Without first verifying whether this was a practical idea they made their decision and Morrison was surprised to find that Mr. William Milne, accompanied by his wife, had turned up one day at Macao. Morrison was pleased with the prospect but he must have known that there would be fresh problems. He thought, possibly, that the East India Company might be willing to help Milne; but he was quickly disillusioned.

The Governor of Macao, Senhor Bernardo Aleixo de Lemos Faria, asked Morrison to call to see him and told him that it would not be possible for Milne to stay in Macao. Morrison pleaded with the Governor but Senhor Lemos Faria told him, to use Morrison's own words: «I have been appealed to against you, for publishing books in Chinese at Macao, but from motives of friendship I forbore...» The Governor went to

(55) The same may be said with regard to the Portuguese personnel of the East India Company and those of the dozens of foreign businessmen at Macao and Canton.

explain that it was not for want of friendship, therefore, that he could not allow Milne to live in Macao, for he had been ordered by his own Government in Portugal [at the request of the British authorities], not to admit any Europeans in Macao excepting those connected with the Companies, and that the Directors of the English East India Company had themselves requested the Government of Portugal not to allow any Englishman in Macao but those employed by the Company. He concluded by saying that the Macao Senate had addressed him reminding him of these conditions and that the Bishop had drawn his attention to the arrival of William Milne (56).

Robert Morrison then called upon Mr. J. W. Roberts, the Superintendent of the Company's Select Committee, and asked him to do something, hoping possibly that the Company would give Milne an appointment on the staff, as they had previously done in his case. Roberts expressed his regrets, confessing that he had not the power to do as Morrison requested. It become necessary for Milne to proceed to Canton, where accommodation was provided for him in one of the buildings of the Foreign Factories (57).

In their Report for the year 1814, the Directors of the London Missionary Society commented on the situation at Macao and after announcing that «the East India Company had sent out a suitable person to print it [the Dictionary] at their expense» went on to statet that Milne had arrived at Macao and that Robert Morrison had rejoiced at the prospect of having a companion but that at «the instigation of the Roman Catholic clergy, the Portuguese government ordered

(56) Extract from Morrison's *Journal*, entry for July 9, 1813, *cf.* Morrison's *Memoirs*, pp. 365-6.

(57) *Memoirs*, pp. 366-8, *passim*. The Chinese authorities declined to let Milne remain in Canton and he settled at Malacca. Here he founded the Anglo-Chinese College and set up a printing press, bringing out two magazines, one in English and one in Chinese. Death claimed him seven years later (1822). His biography was written by Morrison and published at Malacca in 1824.

Milne to quit [Macao] in ten days.» (58) The report also mentioned that as the Chinese did not permit European women to reside at Canton, Mrs. Milne had been allowed to stay at Macao. Mr. Milne had therefore «been separated from his wife». The Report added that «the Society cannot sufficiently lament the wretched bigotry which should render this removal unavoidable.» (59) Had the Society taken the trouble to make inquiries they would have ascertained the difficulties and they could have spared Milne the vexations to which he had been subjected. Not one word about the real circumstances or the difficulties facing the Portuguese authorities at Macao!

FIRST BOOKS FROM THE E. I. COMPANY PRESS

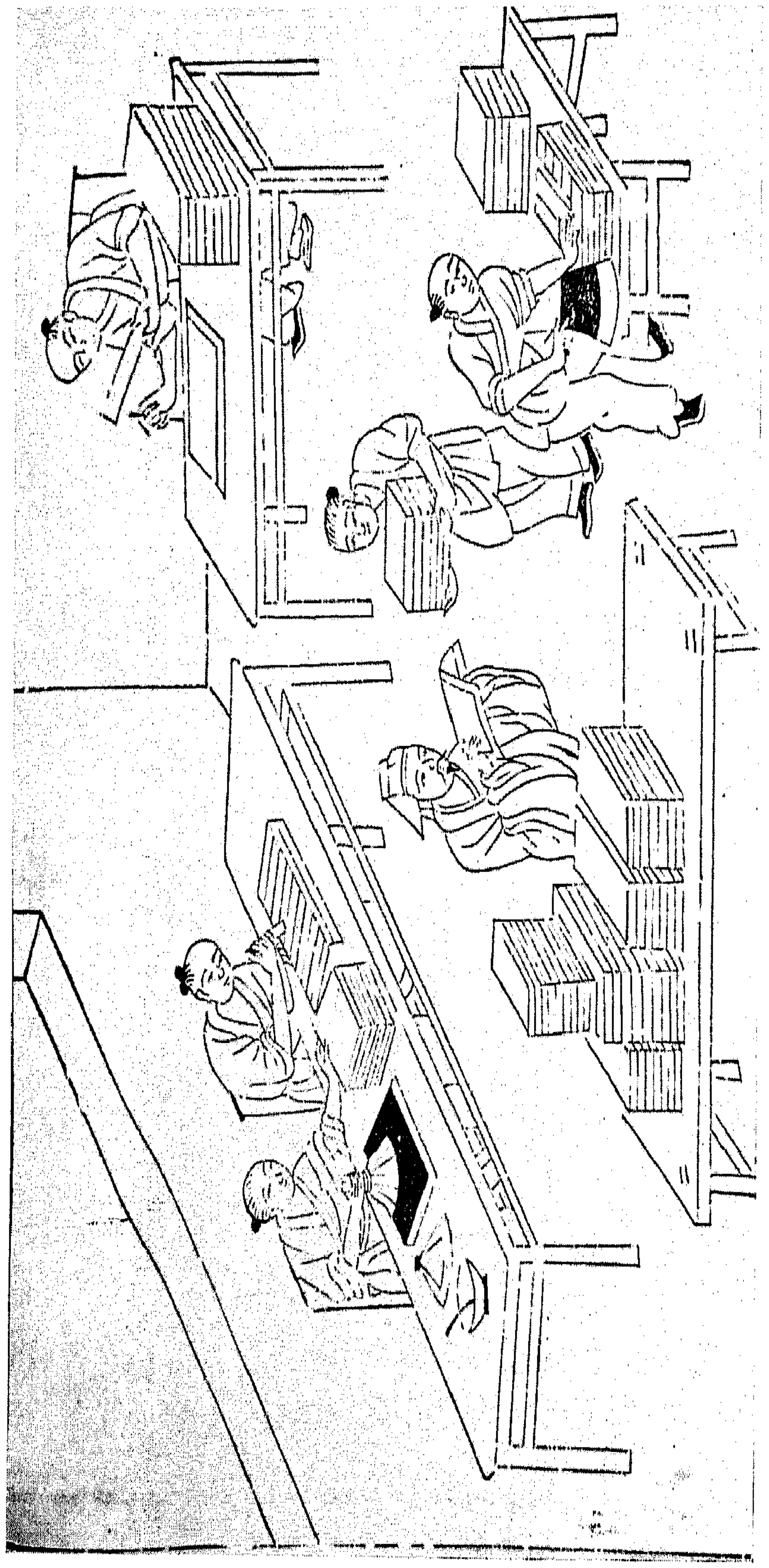
It did not take long for Thoms to begin printing, and early in 1815 the first fruits of his efforts at the new press were ready for distribution. In the case of the English Company's press the Portuguese did not enforce either the press law or the censorship regulations, and the East India Company and, subsequently, other British and American printers, when these followed, enjoyed a privileged immunity against all the restrictions to which the subjects of the King of Portugal had invariably to submit (60).

The East India Company's servants, seeking to relieve their hosts at Macao of any inconveniences, often, especially in the early stages, omitted the name «MACAO» from the title-pages of their books printed there, but Morrison was not

(58) Extract from *Report* for 1814 of the London Missionary Society, quoted in *Memoirs*, p. 392.

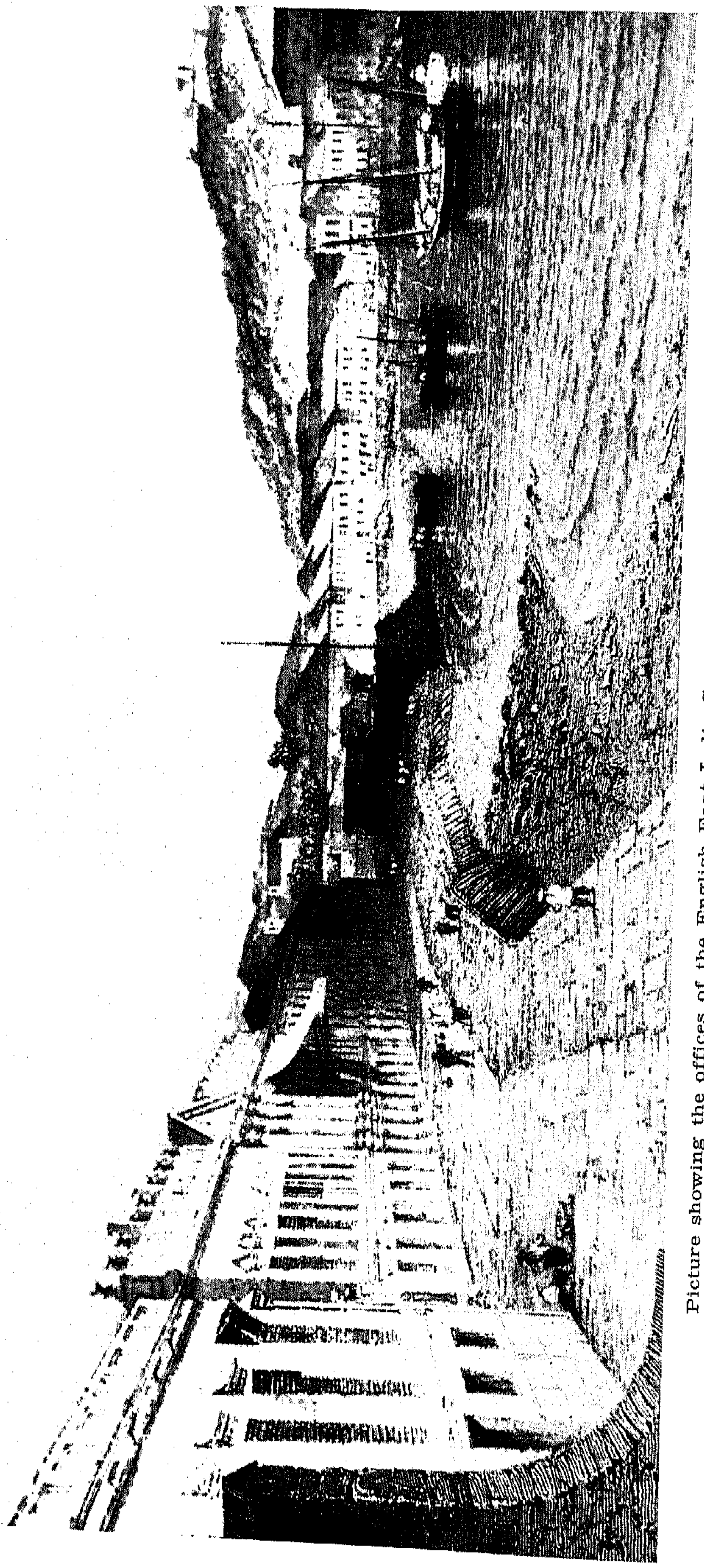
(59) *Memoirs*, p. 393.

(60) The value of this privilege was not a small thing, but it never seems to have been appreciated by those who received it. The only writer to mention the friendliness shown by the Portuguese was Rev. Walter Henry Medhurst. (See note 81 *infra*).



Chinese illustration depicting printing by the xylographic process and the binding of books.

(From an ancient Chinese work, in the author's collection)



Picture showing the offices of the English East India Company on the Praia Grande, Macao.
(From *Views in India & China* by Robert Elliott, London, 1834)

so considerate, regardless of the serious difficulties which might have been created in Portugal for the officials at Macao who did not prevent this printing by the foreigners in contravention of the royal decrees. The very first books printed at Macao by Mr. Thoms for his employers show how this happened to be the case. Later, when Portugal had been apprised of the situation there was no longer any need for this precaution.

To John Francis Davis, a member of the East India Company's staff (61), goes the credit for the first book that came from the press:

> *San Yu-Low: or the Three Dedicated Rooms. A tale translated from the Chinese.* By J. F. Davis (62).

The paper used for the books produced at Macao was generally bought in China, for it was found that a quality could be obtained locally which was quite serviceable. Copies of the books which have survived are now showing signs of their age, but the paper used at the time filled a distinct need.

The little book written by Mr. Davis was followed by a short work by Robert Morrison, entitled:

> *Translations of extracts from the Peking Gazette, from the original Chinese with notes.* By Robert Morrison.

Morrison made progress meanwhile on his dictionary and the Select Committee in China were soon able to report to the Directors of the East India Company in London that a

---

(61) Later, as Sir John Davis, he was Governor of Hong Kong from 1844 to 1848. He had a distinguished career in the service of the East India Company, and was a good Chinese scholar. The last book completed by the E. I. Company's printing press, printed in 1834, was by Mr. Davis. (See *infra* p. 108.

(62) For full titles of this book and the other products of the East India Company's press at Macao see Appendix III.

beginning had been made with the printing. Late in the year 1815 the printer announced the completion of the first volume, and it must have been a proud Mr. Thoms who handed the finished product to his superiors and to Robert Morrison. The book was a bulky one, containing the strange signs of the Chinese characters side by side with the English text.

The East India Company's officials in China reported to their head office that they were sending «six hundred copies to London — 100 for the Company and 500 for Mr. Morrison.» (63).

Particulars of the book which has been given such a high place in the story of Protestant endeavour in China have appeared in a number of works:

> *A DICTIONARY OF THE CHINESE LANGUAGE, in three parts. Part the first, containing Chinese and English, arranged according to the Radicals. By the Rev. Robert Morrison. Vol. I. Part. I. Macao: printed at the Honourable East India Company's Press, by P. P. Thoms, 1815*, in-4.º, XVIII, 930 pp. (64).

The enthusiasm of all those who were in any way connected with the production of the book must have been considerable. One admirer has gone so far as to exclaim that «there is no finer monument of human perserverance than the dictionary of Dr. Morrison.» (65).

The East India Company did not stint in the matter of the dictionary or, for that matter, of the printing press. The company's accounts show that they disbursed £120 a month on

(63) M. B. Morse, *Chronicles*, Vol. III, p. 240.

(64) *Cfr.* H. Cordier, *Bibliotheca Sinica*, Vol. III, Cols. 1592-94.

(65) *Cfr.* E. H. Hayes, *Robert Morrison: China's Pioneer*, London, 1925, p. 87. Adulation of their hero has not been so extravagently expressed by other writers, but it is curious to observe that Protestant writers, until recent years, have practically ignored the pioneering work of the members of the Portuguese mission in China.

字典

A

DICTIONARY

OF THE

CHINESE LANGUAGE,

IN THREE PARTS.

PART THE FIRST; CONTAINING

CHINESE AND ENGLISH, ARRANGED ACCORDING TO THE RADICALS;

PART THE SECOND,

CHINESE AND ENGLISH ARRANGED ALPHABETICALLY;

AND PART THE THIRD,

ENGLISH AND CHINESE.

BY THE REV. ROBERT MORRISON.

博雅好古之儒有所據以為考究斯亦善讀書者之一大助

THE SCHOLAR WHO IS WELL READ, AND A LOVER OF ANTIQUITY, HAVING AUTHENTIC MATERIALS SUPPLIED HIM TO REFER TO AND INVESTIGATE;—EVEN THIS, IS A VERY IMPORTANT ASSISTANCE TO THE SKILFUL STUDENT." WANG-WOO-TAOU.

VOL. I.—PART I.

MACAO:

PRINTED AT THE HONORABLE EAST INDIA COMPANY'S PRESS,

BY P. P. THOMS.

1815.

Title-page of the first volume of Robert Morrison's Dictionary, printed at Macao in 18...

(Courtesy of the University of Hong Kong)

running the printery, besides Mr. Thom's salary (£300 a year) to which has to be added the cost of production, including paper, new materials and type from London, the cutting of matrices for casting the Chinese characters at Macao, travelling and other expenses.

By this time, on the instructions of the British authorities in India, only Portuguese and Bengalis were employed at the printery ([66]). A huge sum was laid out before the dictionary was completed; close on £15,000, according to one authority. (The present-day equivalent of this sum would probably be between £300,000 and £400,000). Yet the Company has been accused of giving meagre assistance to evangelisation. One prominent modern writer has even stated that the Company did little else as a body during its long life to help the cause of civilisation in China, but had put every obstacle in the path of missionary enterprise in the country! ([67])

As for Macao's part, Macao's generous part, one looks in vain for any acknowledgement. That Robert Morrison was permitted to publish books in the Portuguese settlement, in contravention of Portuguese law, without having to be subjected to censorship, and in opposition to Chinese decrees against Christian evangelisation, thereby prejudicing Macao trade, if not its very existence, if the Chinese officials had chosen to adopt an aggressive view, is completely ignored.

On the other hand much has subsequently been made of passages in Morrison's letters criticising the Portuguese. In one of his early letters, for instance, he says, «the Romish clergy at Macao are considerably alarmed by my coming out. There is every reason to fear that their influence will be exerted

---

([66]) Morse, *Chronicles*, Vol. III, p. 327, Vol. IV, p. 98 *passim*.

([67]) F. Wells Williams, *The Life and Letters of Samuel Wells Williams*, New York, 1889, p. 73. This expression by the son of the great American missionary, who spent many years in Macao and who was very moderate in his language, is all the more remarkable for this very reason.

([68]) Morrison's *Memoirs*, Letter to Dr. Waugh, dated at Canton, Jan. 5, 1808, Vol. I, p. 214.

against me.» (68) This was a strange presumption for nothing happened. Not long after the earlier letter, he admitted, «the do negatively what they can against me.» (69) No evidence can be found anywhere in any records to bear out this assertion by Morrison. Passages such as those have, unfortunately, misled later writers into exclaiming that, in Macao, «Morrison was surrounded by Roman Catholic hostility.»

Dr. W. W. Cadbury and Miss M. H. Jones, writing at Canton, seem to be the only ones to have noticed «Macao's historical importance» in this connection. «She was,» they observe, «the bridge to the almost hermetically sealed city of Canton. Had Macao not belonged to a foreign country, it is safe to say that Christianity and western medicine would not have come into China until a much later date. Because Macao had enjoyed the benefits of medicine for two centuries, western doctors and dispensaries were permitted; Christianity was not stamped out as a barbarian religion and foreigners were not treated as uncivilized creatures. Canton has proved to be the commercial gateway of China but Macao has been the back door at which have stood Pearson who introduced vaccination into China, Morrison who was the first Protestant missionary to the Chinese and the first translator of the Bible into their language, and Colledge, who started an ophthalmic dispensary first in Macao and then in Canton, and who became president of the Medical Missionary Society, the first medical missionary society in the world.

«These three men would not have been able to start their work in Canton which was open for commerce and nothing more... But Macao provided a place where these men could stand while they were knocking at the gate of China. It opened a little way for them, and once started it could never be barred again.» (70)

(69) Letter to «a friend», presumably in England, dated Dec. 9, *Memoirs*, p. 285.

(70) W. W. Cadbury and M. H. Jones, *At the Point of a Lancet*, Shanghai, 1935, pp. 6-7.

TRUCULENT MANDARINS

During this period there occurred a revival of anti-Catholic movements in China, leading to persecutions in several places, and although there had not yet been anything tangible which might lead to a clash, growing antagonisms were seeping slowly into Sino-foreign relations. Against Morrison's work too, there was a directive condemning it (71). But the juniors among the Chinese officials knew that as these produced no material benefits to the mandarins concerned in carrying out anti-Christian measures, especially at Canton, such restrictions would not last long. Nevertheless the Court of Directors of the East India Company in London considered that the reports were ominous enough and they took alarm; they gave instructions to the Select Committee in China to dispense with Morrison's services for carrying on Christian evangelisation. The Company's Committee in China knew, however, that the anti-Christian movement was only ephemeral and they did not put the order into effect. They withdrew Morrison's name, it is true, for a time from the Company's books as an employee, but his salary was paid and there was no diminution in the help which had already been promised to him (72).

Here was a case in which the experience of the men on the spot enabled them to understand the true situation of affairs, as far as they could observe it. The European traders had dealings with the merchants; they had nothing in common with the cultured classes in the country. Nor had the conduct of some of the Europeans much in it calculated to arouse feelings of friendliness among the Chinese. The subordinate officials had, however, come to learn that pressure brought

(71) In a letter to the London Missionary Society, Robert Morrison referred to a new edict against Christianity in which Europeans were expressly forbidden to print books «in order to pervert the multitude». — *Memoirs*, Vol. I, pp. 334-337, quoting letter dated April 2, 1812.

(72) Morse, *Chronicles*, Vol. III, pp. 184-35.

to bear upon the foreigners, for any infractions of the regulations, could be made a fruitful source of income.

It was in the activities of the Company's printery at Macao that the Chinese officials saw an opportunity for obtaining perquisites and, by invoking the regulations which prohibited the preaching of Christianity and those regarding the teaching of Chinese to any foreigner, they sent men to carry out a search of the shop in which the metal types for the Chinese characters were being made. The workmen were detained, but no charge seems to have been laid against them, for «the application of a *douceur* to the clerks in the office» was sufficient to secure their release, and a local settlement was made, satisfactory to the mandarins. The Company's linguist was punished as the scapegoat and transported to Kansu province (73).

An incident took place not long afterwards which might have been more serious. It appears that a quarrel had broken out among Morrison's Chinese workmen, one of whom to revenge himself on some of his colleagues among the type-cutters sent a sheet of the Dictionary, then being printed, to the District Magistrate, who had thereupon to transmit the matter to his superiors in Canton. This was the *Kunming Fu* at Canton (74) who was, fortunately for the British, more interested in the maintenance of trade relations than in carrying out the imperial regulations in what seemed to him to be a purely local matter. He sent word confidentially to the members of the *Co-Hong*, the group of merchants permitted to trade with the foreigners at Canton, that a search was about to be made of the printery, presumably with the hint

(73) H. B. Morse, *Chronicles*, Vol. III, pp. 240-241. The Company paid some compensation to the man and, we may presume, to his family.

(74) *Kunming Fu* appears in Morrison's original, but it has not been possible to trace the term in available reference books. From the context this must have been one of the judiciary officers in Canton. In his own *View of China*, Macao, 1817, Robert Morrison does not seem to have listed an officer with this title.

that precautions should be taken and more discretion exercised. In due course, some weeks later, after the wheels of justice had ground along, about twenty-five Chinese soldiers appeared at the East India Company's printery at Macao declaring that «they came with the authority of the *Tso-tang* [the District Magistrate]». They took away some printed sheets and some specimens of the Chinese type and they arrested one of the Chinese employed at the Press (75).

The Viceroy at Canton could not ignore the matter entirely. The Portuguese complained to the Chinese authorities of the violation of Portuguese territory, a complaint which was ignored, and the Select Committee of the Company appealed to the Viceroy for clemency, their plea being granted and the prisoner released. The charge must have been squashed for the Viceroy seems to have treated the affair lightly. Nevertheless he must have hinted, through the Chinese merchants, that the Company should avoid any semblance of infraction against the law that prohibited the teaching of the Chinese language to foreigners, for the Company was breaking the law by printing books in Chinese. This led the Select Committee to decide to replace the Chinese workmen by Portuguese assistants to go on with the work, a ready solution to the difficulty. But the Company also decided to get Bengalis from Serampore, men who had had some experience in cutting Chinese types at the Mission press there. They wrote to Lord Moira, the Governor-general of Bengal, and he acceded to the request, sending four of the men who had been doing this work in India, and the Company obtained permission from the Portuguese for them to stay in Macao (76).

And what were Macao's feelings in the matter? Unfortunately for the Portuguese authorities, here was a case in which Chinese workmen were helping a British concern to do

(75) Morrison's letter to Dr. Waugh, Feb. 24, 1817, *Memoirs*, pp. 473-474.

(76) H. B. Morse, *Chronicles*, Vol. III, pp. 251-252.

something against the Chinese law. This was being done in Portuguese territory, however, and the authorities must have felt most embarrassed by the conduct of the mandarins, even though these men acted on an accusation lodged by disgruntled members of Morrison's staff against their own colleagues. They had long realised, just as the Select Committee of the English Company knew when they agreed to «the application of a douceur to the clerks in the office», that the only thing to do was to try to avoid unpleasant incidents, and principally by the avoidance of any act which might lead to any cause for action by the mandarins (77).

It was an unfortunate method, but to understand the reason why it prevailed one must appreciate the great gulf between the European and the Oriental viewpoints of life and morals during that period of international relations. Most important it is necessary to remember the methods adopted by the materialistically-minded officials of the Chinese administrative system and the growing volume of corruption with which the Chinese civil service was saddled, a terrible plague of peculation which was undermining the country and which brought such disaster to the nation. For many years, Macao had had to accept the inevitable and bow before the force which the Chinese officials could bring to bear. Far from help, or even the hope of help, at a time when the Portuguese monarchy was absent in Brazil and a British military junta ruled the country following the Napoleonic wars, Macao had, all too often, to knuckle down before the corrupt mandarinate, always on the look out for some means of exploiting their positions to make money (78).

(77) The old records of the office of the Procurator of Macao, the official in charge of dealings with the Chinese, disappeared long ago, eaten by bookworms and white ants, which explains many of the gaps in Macao's history of its relations with the mandarins.

(78) C. A. Montalto de Jesus stresses this repeatedly in his *Historic Macao*, Macao, 1926, pp. 41-3; 50; 52; 76; 117-18; 122; 124-5; 174; 179-80, *passim*. A serious study of this subject has yet to be undertaken. Foreign sources contain many references to the extortions practised by the mandarins, and H. B. Morse, *The Chronicles of the East India Company trading to China, 1635-1834*, Oxford, 1926-1929 (5 vols.) gives many instances of reports sent by the Select Committee in China to the Court of Directors in London. See also R. Montgomery Martin, *China: Political, Commercial and Social*, London, Vol. I, pp. 129-30; S. Wells Williams, *The Middle Kingdom*, New York, 1883, Vol. I, pp. 294-5; A. Krausse, *China in Decay*, London, 1900, pp. 57-69; E. H. Parker, *China: Her History, Diplomacy and Commerce*, London, 1917, pp. 207-9; to name only a few references by foreign students of Chinese history. Macao was particularly vulnerable to the rapaciousness of the mandarins and the archives, depleted though they have become, contain abundant evidence of a long succession of demands made by the Chinese officials. See *Archivos de Macau*, Macau, 1929-30 (3 volumes); A. F. Marques Pereira, *As Alfandegas Chinesas de Macau*, Macau, 1870; Bento de França, *Subsidios para a História de Macau*, Lisboa, 1888; Eudore de Colomban, *Histoire Abregee de Macau*, Pekin, 1928, etc.

Excepting for this incident the East India Company's printery had no trouble in the matter of printing at Macao, and the work went on steadily and without interruption for another twenty years. This was an advantage which the English enjoyed (79).

The Portuguese ecclesiastical authorities now asked that they should also be given permission to print and they were allowed, without official authorisation, to publish books in Chinese for evangelical purposes. This was done at St. Joseph's College where, in 1815, a collection of the lives of the Saints in 24 volumes was printed. This was followed by a number of books of an apologetic nature, in Chinese, all printed xylographically from wooden blocks. Even for this the authorities at Macao felt that it would be well to obtain the King's approval. Letters were sent therefore to Rio de Janeiro, the capital in exile of Portugal during the Napoleonic invasions and for several years after, and formal permission was granted in 1819.

(79) In due course, after printing had been officially authorised in 1822, others were also permitted to do printing at Macao, among them private individuals not only Portuguese but other British and American missionaries.

It was not until 1828, however, that Portuguese books were printed at St. Joseph's College in Macao ([80]).

The Portuguese had to submit their books and newspapers for approval by the censors, but the foreigners were not compelled to do the same. By this time the Chinese officials had got used to seeing the Portuguese and foreign printeries at work, and what had once been an innovation which was against their laws, especially when Chinese books and pamphlets circulated among the Chinese people, became commonplace. Foreign books and even Chinese books printed by foreigners came, in time, to be ignored, and printing at Macao was not the object of their self-righteous zeal. Protestant missionaries enjoyed, therefore, in the little Portuguese settlement considerable freedom of action in this connection ([81]).

([80]) *The Chinese Repository*, Macao, 1933, p. 504. These booklets and others printed then at Macao are all now extremely rare.

For the correspondence on the subject of permission for printing to be carried out at St. Joseph's College see Appendix IV.

([81]) Rev. Walter Henry Medhurst was one of the missionary authors whose books were so printed, and from him came acknowledgment of the benefits they enjoyed at Macao. He was Morrison's successor as lexicographer in China and, writing in 1838, he comments on the advantages which residence at Macao offered: «The houses all belong to the Portuguese»; into the dwellings of Europeans, the Chinese never enter, not even to apprehend offenders of their own nation. Thus, a foreigner has only to rent the dwelling of a Portuguese citizen, and that house is his castle, where he may print books, in any quantities, without danger of interference from the mandarins; he may even have a Chinese school, and retain a number of writers and teachers about him, so long as these do not put themselves in the way of the native police. A missionary who intends carrying on Chinese printing, in Macao, should be somewhat acquainted with the language and employ principally foreign servants, so that no natives may be implicated in vexatious proceedings, on his account. He may then open his doors to any poor or enquiring Chinese, who may come to him for relief or advice, while he shuts them against all police officers, who are, in China, the least respectable part of the population». W. H. Medhurst, *China: Its State and Prospects*, London, 1838, p. 283.

The publication of the first volume of Morrison's dictionary was followed by energetic efforts on the succeeding volumes. While this work went on, Morrison plodded away enthusiastically with his Chinese assistants as translators, while Mr. Thoms with his Portuguese and Bengali assistants was able to devote a little time to the printing of other books. Some, if not all of these, have been recorded in the standard bibliographies of China, and are occasionally met with in booksellers' catalogues.

One of these was by Robert Morrison:

> ***Dialogues and Detached Sentences in the Chinese Languages: with a free and verbal translation in English.***

The book was brought out under the supervision of Mr. James Bannerman, a member of the staff of the East India Company and a student of Chinese ([82]). This was necessary as Robert Morrison with other members of the Company's staff in China was absent from Macao, accompanying Lord Amherst, H. B. M. Ambassador, on his embassy to the Emperor of China. Among the others, also in the capacity of interpreters, were Messrs. Francis Hastings Toone, John Francis Davis and Thomas Manning. Mr. Samuel Ball, senior Tea Inspector, also joined the entourage of Lord Amherst ([83]).

As a result of the embassy several books were written. One of these was by Robert Morrison, but it was published at

([82]) *Cfr.* Preface; William Milne, *A retrospect of the first ten years of the Protestant Mission to China*, Malacca, 1820, p. 186.

([83]) Morse, *Chronicles*, p. 295.

Enthusiasts in London soon began to display considerable interest in China and the rest of the Far East, and a monthly publication, the *Asiatic Journal* was launched at London, in 1816. It appeared regularly until 1848.

London [84]. One, a pamphlet, by Samuel Ball was printed on the Company's press at Macao:

> *Observations on the Expediency of opening a Second Port in China.*

Dated July 2, 1816 the booklet contains an observation that it was «Written on the occasion of Lord Amherst's Embassy to Pekin». A few copies were printed at the Company's Press at Macao, early in the year 1817, for private circulation only [85].

In the same year Mr. Thoms decided to issue a prospectus calling the attention of those who might be interested to the value of Robert Morrison's *Chinese Dictionary:*

> The public are hereby respectfully informed that there is now published at Macao, in China, a *Dictionary of the Chinese Language;* to consist of three parts...

---

[84] Morrison's book describing the Embassy was entitled *A Memoir of the Principal Occurrences during an Embassy from the British Government to the Court of China in the year 1816.* — London, 1819, in-8, pp. 68. This was followed by an edition in 1820, also published at London, while one by Sir G. T. Staunton appeared in 1824, and one by J. F. Davis was undated. The account by Henry Ellis appeared in 1817, that by Clarke Abel in 1818, that by J. Wolcott in 1817. One by W. A. Kentish was undated.

[85] In his booklet Mr. Ball urges the advantages of trading at a port closer to the Chinese tea-producing districts and he suggested that the Company should endeavour to make arrangements to set up establishments at Fukien. The Select Commitee commented on the idea and felt it was a good one, but since the Chinese authorities at Canton would have opposed any change in the commercial set-up in Kwangtung nothing was done to press the point. *Journal of the Royal Asiatic Society,* Vol. VI, pp. 182-221; Morse, *Chronicles,* Vol. III, pp. 313-314.

> The Author of the above work, the Rev. R. Morrison, has directed his attention to the collection of materials for it during the last ten years...
> Printed by P. Thoms, Macao, 1817 [86].

Robert Morrison also decided to publish separately some material which he had gathered, of an informative nature, on the history, geography, administration and aspects of Chinese culture and philosophy, or connected with China, which he had originally intended incorporating in his dictionary. He felt that this could very well be used as a short work of reference, with this information carefully set out, and that it would be welcomed by those keen on obtaining a *vade-mecum* of this nature. He decided, therefore, to ask the Select Committee to approve the idea, and the book appeared in 1817:

> *A View of China, for Philological Purposes; containing a Sketch of Chinese Chronology, Geography, Government, Religion & Customs. Designed for the use of persons who study the Chinese Language.*

The book proved to be popular and there was an instant demand for copies in the United Kingdom, the U. S. A., and elsewhere [87].

---

[86] According to Henri Cordier a copy of this Prospectus, which also contains a list of the subscribers, may be seen in the Vatican Library. (H. Cordier, *Bibliotheca Sinica,* Col. 3901). A notice concerning the publication of the Dictionary also appeared in *The East India Register and Directory for 1817* a facsimile of which appears in L. Ride, *Robert Morrison: the Scholar and the Man,* Hong Kong, 1957, p. 14.

[87] In London, Antonio Montucci, an Italian Orientalist who, like Morrison, was interested in compiling a Chinese dictionary, published a study to which he gave the title: [*Urh-Chih-Tsze-Teen-Se-Yin-Pe-Keaou*]; *being a Parallel drawn between the two Intended Chinese Dictionaries: by the Rev. Robert Morrison, and Antonio Montucci, LL. D. ... together*

Another little book appeared in 1818. It was written by Robert Morrison and although some bibliographers have stated that it was printed at Macao, there is good reason to believe that it was printed at Malacca:

> *Familiar Lectures on the Philippians, delivered at Macao by Robert Morrison.* [n.p., n.d.] — in-12, pp. v. 280.

Morrison went on steadily with his Dictionary and Thoms was kept busy at the printing press with the material which was turned over to him. In 1819, the first volume of Part II of the Dictionary appeared. It was somewhat bulkier than Part I, and bore the litle:

> *A Dictionary of the Chinese Language, in Three Parts. Part the Second. Chinese and English, arranged phonetically.*

Like its predecessor this book was accepted as an important contribution to the study of Chinese. The author was encouraged to greater efforts and had the satisfaction of

---

with Morrison's Horae Sinicae, a new edition, with the Text to the Popular Chinese Primer San-Tsi-King. London: printed for the Author ... 1817. This book does not seem to have created a stir among scholars, and Montucci's projected dictionary was probably never completed.

A small book by J. F. Davis, of the East India Company's establishment in China, appeared at London, *(Lao Sing Urh): «An heir in his old age». A Chinese drama, translated from the original Chinese: to which is prefixed a brief view of the Chinese drama and of their theatrical exhibitions,* — London, 1817 — in-8, pp. 164.

This year (1817) also saw the beginning of the *Indo-Chinese Gleaner,* edited by Wm. Milne and printed at Malacca. It appeared irregularly until 1822, 20 numbers in all. Milne and Morrison were the principal contributors. Many of its papers were reprinted in *The Chinese Repository* (see pp. 96-97 *infra*).

seeing the second volume of this part completed a year later. The printer kept pace with the author's assiduity and the new book appeared in the same year (88).

In order to be able to carry out his work more effectively Mr. Thoms had himself been taking an interest in the study of Chinese and had made such progress that he was able to translate a Chinese story into English. This he did so commendably that the book proved to be quite popular at the time among those interested in the subject:

> *The Affectionate Pair, or the History of Sun-kin. A chinese tale. Translated from the Chinese by P. P. Thoms.*

This little book was printed at Macao.

Five years had elapsed since the first volume of the Chinese Dictionary had appeared and thirteen years since Robert Morrison had arrived in China. From 1817 all those connected with the publication of the Dictionary had been concentrating wholeheartedly on the work, and Thoms had the satisfaction of finishing the last three volumes during the years 1822 and 1823, thus completing the six-volume set of the Dictionary (89).

MACAO'S FIRST NEWSPAPERS

Late in 1821 word reached Macao that changes had taken place in Portugal and that the British High Command, which had been governing the country during the Napoleonic War

---

(88) A reprint of the Second Part of Morrison's *Dictionary* was made by the London Mission Press, at Shanghai in 1865, in 2 vols.

(89) A short book of a different nature appeared at London in 1820. By John Slade, it was entitled, *Notices on the British Trade to the Port of Canton,* in-8, pp. 104.

and for over a decade after its conclusion, had had to relinquish control of Portugal. A Portuguese contitutional assembly was convoked and provision was made for a monarchy with only suspensory powers, while reforms of many kinds were announced. Among these was the right to print not only in the Mother Country but in all the overseas provinces as well.

The tussle for power dragged on, however, and finally there emerged two parties: the *Constitutionalists* (Conservatives), who favoured the restoration of the old King John VI and his son Pedro, and the *Absolutists,* who were on the side of the anti-British Prince Miguel, the younger son of King John. The latter party was also known as the *Miguelistas.*

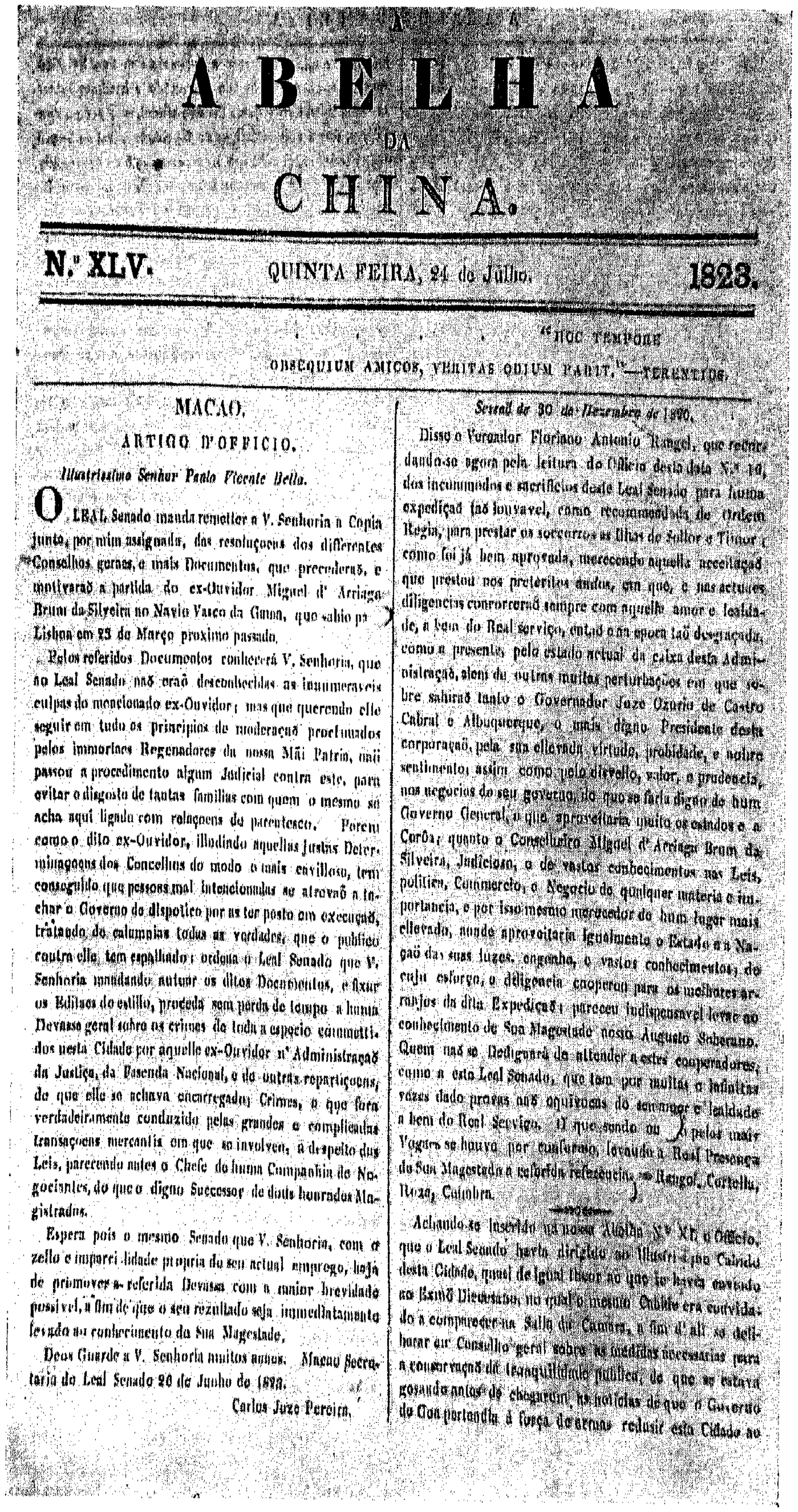
At Macao the *Conservatives* were turned out of office by the adherents of the Absolutist party, under Major Paulino da Silva Barbosa, and they maintained themselves at the head of affairs for about a year.

Under this party the first newspaper in Macao was published. It went under the name of:

A ABELHA DA CHINA ([90]).

The first number appeared on Thursday, Sept, 12, 1822, and it was born, like its sponsors, in an atmosphere of political disquiet, its career being punctuated by quarrels involving the people of Macao. The members of the group which ran this

(90) Translated literally this would read: «The Bee of China». No reason seems to have been given as to why this title was chosen, but there was a newspaper with a similar name in Portuguese India. It has been suggested somewhat sarcastically by C. A. Montalto de Jesus, *Historic Macao*, Macao, 1926, p. 279: that this newspaper went «buzzing with the characteristic turbulence of that [the Dominican] monastic order, the *Abelha* proved a veritable wasp for the conservative party». There is nothing to show, however, that the idea of stinging their opponents to anger motivated the choice of the title, the bee being noted also for its industry.



A

ABELHA

DA

CHINA.

N.º XLV. QUINTA FEIRA, 24 de Julho. 1823.

"HOC TEMPORE OBSEQUIUM AMICOS, VERITAS ODIUM PARIT." — TERENTIUS.

MACAO.

ARTIGO D'OFFICIO.

Illustrissimo Senhor Paulo Vicente Bella.

O LEAL Senado manda remetter a V. Senhoria a Copia junto, por mim assignada, das resoluçoens dos differentes Conselhos geraes, e mais Documentos, que precederaõ, e motivaraõ a partida do ex-Ouvidor Miguel d' Arriaga Brum da Silveira no Navio Vasco da Gama, que sahio pa Lisboa em 23 de Março proximo passado.

Pelos referidos Documentos conhecerá V. Senhoria, que no Leal Senado naõ eraõ desconhecidas as innumeraveis culpas do mencionado ex-Ouvidor; mas que querendo elle seguir em tudo os principios de moderaçaõ proclamados pelos immortaes Regenadores da nossa Mãi Patria, naõ passou a procedimento algum Judicial contra este, para evitar o disgosto de tantas familias com quem o mesmo se acha aqui ligado com relaçoens de parentesco. Porem como o dito ex-Ouvidor, illudindo aquellas Justas Determinaçoens dos Concelhos do modo o mais cavilloso, tem conseguido que pessoas mal intencionadas se atrevaõ a tachar o Governo de dispotico por as ter posto em execuçaõ, tratando de calumnias todas as verdades, que o publico contra elle tem espalhado; ordena o Leal Senado que V. Senhoria mandando autuar os ditos Documentos, e fixar os Editaes do estillo, proceda sem perda de tempo a huma Devassa geral sobre os crimes de toda a especie commettidos nesta Cidade por aquelle ex-Ouvidor n' Administraçaõ da Justiça, da Fazenda Nacional, e de outras repartiçoens, de que elle se achava encarregado; Crimes, o que fora verdadeiramente conduzido pelas grandes e complicadas transaçoens mercantis em que se involveu, á despeito das Leis, parecendo antes o Chefe de huma Companhia de Negociantes, do que o digno Successor de dous honrados Magistrados.

Espera pois o mesmo Senado que V. Senhoria, com o zello e imparcialidade propria do seu actual emprego, haja de promover a referida Devassa com a maior brevidade possivel, a fim de que o seu rezultado seja immediatamente levado ao conhecimento da Sua Magestade.

Deos Guarde a V. Senhoria muitos annos. Macao Secretaria do Leal Senado 20 de Junho de 1823.

Carlos Joze Pereira.

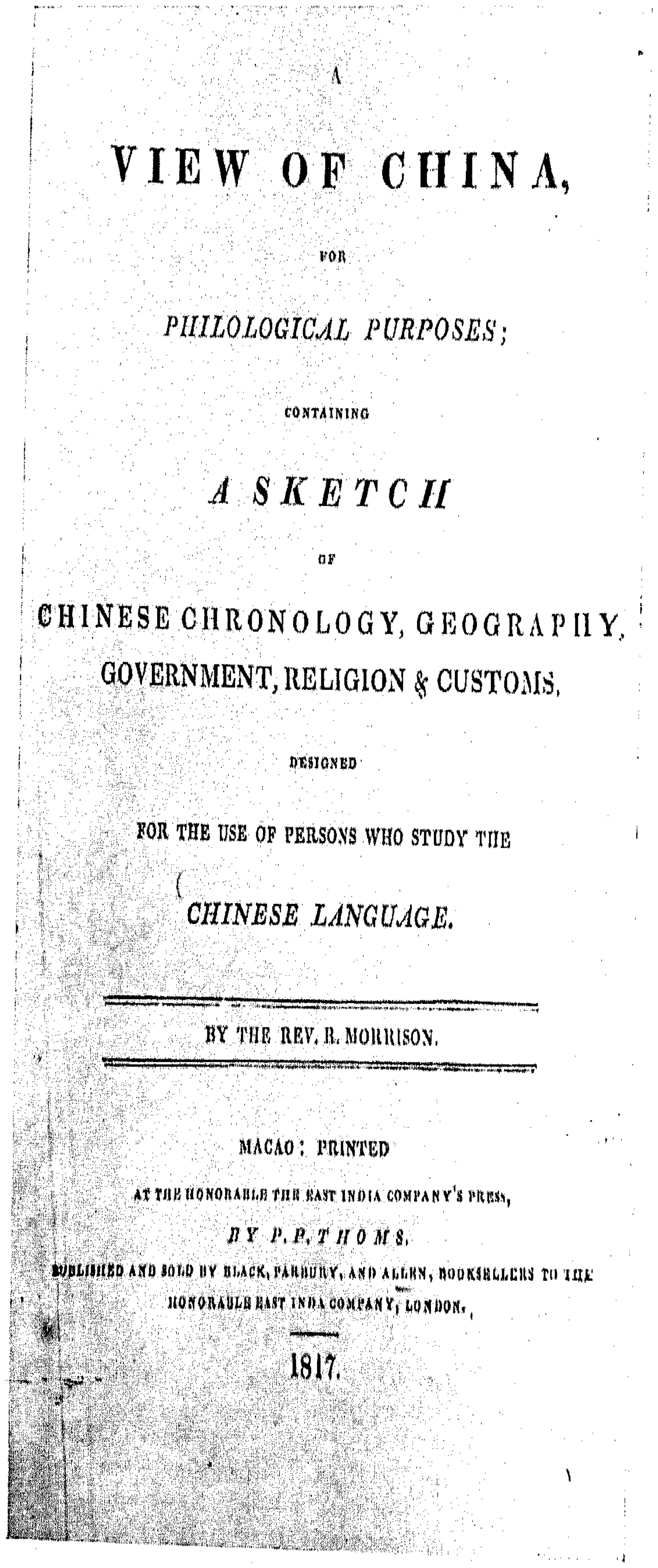
Sessaõ de 30 de Dezembro de 1820.

Disse o Vereador Floriano Antonio Rangel, que recordando-se agora pela leitura do Officio desta data N.º 10, dos incommodos e sacrificios deste Leal Senado para huma expediçaõ taõ louvavel, como recommendada de Ordem Regia, para prestar os soccorros as Ilhas de Sollor e Timor; como foi já bem aprovada, merecendo aquella acceitaçaõ que prestou nos preteritos annos, em que, e nas actuaes diligencias concorreraõ sempre com aquelle amor e lealdade, a bem do Real serviço, entaõ e na epoca taõ desgraçada, como a presente, pelo estado actual da caixa desta Administraçaõ, alem de outras muitas perturbaçoes em que sobre sahiraõ tanto o Governador Joze Ozorio de Castro Cabral e Albuquerque, o mais digno Presidente desta corporaçaõ, pela sua ellevada virtude, probidade, e nobre sentimento; assim como pelo disvello, valor, e prudencia, nos negocios do seu governo, do que se faria digno de hum Governo General, o que aproveitaria muito os estados e a Corôa; quanto o Conselheiro Miguel d' Arriaga Brum da Silveira, Judicioso, e de vastos conhecimentos nas Leis, politica, Commercio, e Negocio de qualquer materia e importancia, e por isso mesmo merecedor de hum lugar mais ellevado, aonde aproveitaria igualmente o Estado e a Naçaõ das suas luzes, engenho, e vastos conhecimentos; de cujo esforço, e diligencia cooperou para os melhores arranjos da dita Expediçaõ; pareceu indispensavel levar ao conhecimento de Sua Magestade nosso Augusto Soberano. Quem naõ se Dedignará de attender a estes cooperadores, como a este Leal Senado, que tem por muitas e infinitas vezes dado provas naõ equivocas do seu amor e lealdade a bem do Real Serviço. O que sendo ou [illegible] pelos mais Vogaes se houve por conforme, levando á Real Presença de Sua Magestade a referida referencia. = Rangel, Cortella, Roza, Coimbra.

Achando-se inserido na nossa Abelha N.º XI o Officio, que o Leal Senado havia dirigido ao Illustrissimo Cabido desta Cidade, quasi de igual theor ao que se havia enviado ao Exmõ Diocesano, no qual o mesmo Cabido era convidado a comparecer na Salla da Camara, a fim d' alli se deliberar em Consalho geral sobre as medidas necessarias para a conservaçaõ da tranquilidade publica, de que se estava gosando antes de chegarem as noticias de que o Governo de Con[illegible] pertendia á força de armas reduzir esta Cidade ao

One of the issues of Macao's first newspaper, *A Abelha da China*, 1822-1823.

(From the author's collection)



A

VIEW OF CHINA,

FOR

PHILOLOGICAL PURPOSES;

CONTAINING

A SKETCH

OF

CHINESE CHRONOLOGY, GEOGRAPHY,

GOVERNMENT, RELIGION & CUSTOMS,

DESIGNED

FOR THE USE OF PERSONS WHO STUDY THE

CHINESE LANGUAGE.

BY THE REV. R. MORRISON.

MACAO: PRINTED

AT THE HONORABLE THE EAST INDIA COMPANY'S PRESS,

BY P. P. THOMS.

PUBLISHED AND SOLD BY BLACK, PARBURY, AND ALLEN, BOOKSELLERS TO THE HONORABLE EAST INDIA COMPANY, LONDON.

1817.

Title-page of an early product of the English East India Company's printing press at Macao.

(From the author's collection)

paper attempted, through its columns, to impose upon the people of Macao the opinions and feelings of the men who sought to rule the little settlement in those days.

Published weekly, *A Abelha da China* was generally of 4 pages. In size it was a quarto sheet, printed in small type on Chinese-made paper and, owing to the quality of the paper used, it is surprising that any copies have survived. It had for editor the hot-tempered prior of the Dominican order at Macao, Frey António de S. Gonzaga de Amarante.

This journal printed not only the views and orders of the political party in power but, when short of material, also reproduced a number of contemporary documents, including Chinese documents in Portuguese translation. When there was lack of material a few older documents and miscellaneous information also appeared in its columns. So far as it has been possible to ascertain complete collections of this paper are not known to exist now in any library (91).

Among articles of interest published in *A Abelha da China*, during the short-lived existence of this journal, may be mentioned:

> *Notes and Information sent by the Secretary of State for Overseas' Affairs in connection with instructions to be drawn up at Goa for the guidance of the of the Bishop of Peking as regards dealings with the Chinese respecting Macao.*

This document had been sent by the Viceroy to the Governor of Macao, Senhor Bernardo Aleixo de Lemos

(91) A complete collection was to be found, with other early Macao newspapers, in the Macao Club Library. Another complete collection was in the office of the Procurator of Macao, and Mr. Aureolano Jorge, Macao, is reported to have had a collection which was believed to be almost complete. These collections have disappeared, having fallen victims to white ants and other insects. An incomplete collections is said to exist in the Biblioteca Nacional de Lisboa, at Lisbon.

Faria, in 1784. The Macao original has not survived but a copy may be seen at Lisbon.

View on Counsellor Miguel de Arriaga Brum da Silveira and the state of his affairs.

A scathing attack on the judge, who, leader of the Conservative party, had escaped to Canton. It held up the Judge to ridicule for engaging in business and for the sorry results which followed. It was written by Francisco José da Paiva and appeared on November 14, 1822.

Letter from the Governor of Portuguese India to the Leal Senado (the Municipal Government) of Macao.

These letters were dated at Goa April 11, 1823, April 20, 1823 and April 24, 1823, respectively. They were published on June 26, 1823.

Supplement to «A Abelha da China», dated July 10, 1823.

contains correspondence exchanged with the Chinese authorities regarding the presence of the Portuguese frigate *Salamandra*, transcriptions of documents connected with a public meeting held at the Leal Senado on June 16, 1823, and extracts from the «Gazeta de Goa», dated March 1, 1823 and April 12, 1823, regarding the political situation at Macao.

Letters exchanged between the Leal Senado and several citizens.

Among the letters published were those by Baron S. João do Porto Alegre, Counsellor Manoel Pereira,

Domingos Pio Marques, Rev. Father José Joaquim Pereira de Miranda, Rafael Bottado d'Almeida, Cláudio Adriano da Costa, Ludgero Joaquim da Faria Neves and others.

Minutes of Council Meetings and correspondence on the political situation at Macao.

Published on July 24, 1823.

Letters from the Governor-General of Goa, dated April 24, 1823 and various papers bearing on the situation at Macao and in Portugal.

Published on August 21, 1823.

Extracts [so-called] from newspapers published at Paris, London and New York on the political situation in Portugal and other matters.

Published on August, 28, 1823.

Every issue of *A Abelha da China*, bore the words: «Visado pela censura» (Passed by the censorship), or «Printed at the Government Printery». This requirement in the case of every Portuguese and Chinese publication at Macao has been maintained to the present day (92). As has been stated repeatedly, the foreigners at Macao were not required, until modern times, to get prior approval for their books and newspapers, although censorship was, and still is, the law in Portugal and its provinces overseas.

(92) Excepting for a short period from August 11, 1842, when the Government Council at Macao abolished the Board of Censors, until 1844, when Governor José Gregorio Pegado, on instructions from Lisbon, reintroduced it, and after the establishment of the Portuguese Republic, 1910, for a short time.

When the «absolutist» party was overthrown, the editor and others connected with this journal escaped to Canton (Sept. 23, 1823) and thence to India. The newspaper then became the organ of the «Conservatives», with Mr. António José da Rocha nominated as editor [93].

The Conservative party, when it returned to power, called the newspaper «an aggressive journal», although Robert Morrison, then living at Macao, and without knowing much about the political background, called it «a liberal attempt which the restoration of legitimate power has suppressed.» [94]

The last number appeared on Dec. 27, 1823, when it was replaced by the more moderate,

GAZETA DE MACAO

the first number of which appeared on Jan. 3, 1824, the last number on Dec. 30, 1826.

Printed at the Senate, this paper was of a semi-official character, but it contained social news and other material of a serious nature. The nominal editor was António José da Rocha but the paper was directed by Frey José da Conceição, prior of the Augustinian monastery, where the editorial office was situated.

This newspaper served as the vehicle for the publication of governmental orders and important news from Portugal, and Portuguese translations of correspondence exchanged with the Chinese officials, on subjects like the foreign traders (principally British) at Canton, on the anchoring of foreign ships at Lintin Island, the opium traffic, &c.

---

(93) Frey S. Gonzalo de Amarante with Domingos José Gomes and João Nepomuceno Maher managed to get away to Canton where they took ship for Calcutta some months later. The «aggressive» number, dated August 28, 1823, was, by order of the Court, burned at the gate of the Provincial Court of Justice.

(94) Morrison's *Memoirs*, Vol. II, p. 383.

The subject of trade at Macao was also favoured in this paper's early days. An important item of news was the reference to the arrivals and departures of ships, with the names of their captains and often those of the passengers and particulars of some of the goods carried. Beginning with the issue of March 20, 1824, price lists of merchandise on sale at Canton were published. Particulars of goods listed in the Macao Customs were also given.

Correspondence between the authorities and some of Macao's citizens was published. Among these were Counsellor Miguel Arriaga, Simão Vicente da Roza, Barão de S. João de Porto Alegre and João de Deus de Castro.

When material of local interest was difficult to get, long extracts from European newspapers, from places like Lisbon, Madrid, Paris, London, Barcelona, St. Petersburg, Rome, and even Trieste, Odessa, Cadiz, Bayonne, Gibraltar and other places found their way into the columns of *Gazeta de Macao.* News items from the United States of America and South American countries were also published in the Macao newspaper. Among articles of historical interest were some about the Portuguese in Japan and Burma, but these were few and far between.

The editors seem to have run out of material of local interest by the end of 1825 and this newspaper was generally filled with extracts from newspapers from places all over the world. It is not surprising that the public lost interest and the newspaper closed down for want of support.

The printing press was subsequently lent to the College of St. Joseph, where it did very useful work in the printing of several books and for training Portuguese lads as printers and compositors. This training stood the young men in good stead, later, in Hong Kong, where for many years the only printers and compositors were Portuguese from Macao.

With the closure of the *Gazeta de Macao,* the Portuguese reading public at Macao were left without a newspaper in Portuguese published locally for nearly eight years.

Mention must also be made of a number of small publications, and in Robert Morrison's *Memoirs* may be seen references to several other papers, some being transcribed *in extenso*. But as it is not clear whether they were in manuscript form or from printed copies, these are not included in the present list of titles of books published at the East India Company's printing press at Macao ([95]).

Among the books which were certainly published at Macao may be mentioned:

> *A Grammar of the English Language. For the use of the Anglo-Chinese College.* By Rev. Robert Morrison ([96]).
>
> *(Hien Wun Shoo) — Chinese Moral Maxims, with a free and verbal translation; affording examples of the Grammatical Structure of the Language.* Compiled by J. F. Davis.

([95]) Morrison, *Memoirs*, Vol. II. Appendix, pp. 7-10; 11-32; 33-39; 39-42; S. Kidd, *Critical Notices of Dr. Morrison's Literary Labours*, as an appendix in *Memoirs*, Vol. II.

([96]) As the title indicates, this was a small textbook, and should not be confused with an earlier work by Morrison, *A Grammar of the Chinese Language by the Rev. Robert Morrison. Printed at the Mission Press, Serampore, 1815*, in-4, pp. vi, 280. (Sent by the East India Company's Select Committee to India in 1811, publication did not take place until 1815). According to H. Cordier, *Bibliotheca Sinica*, Vol. III, Col. 1661-2, the original manuscript was to be found [in October, 1873] among the books in the Hong Kong City Hall Library, a copy book of 168 pp., signed: «Macao, April 2nd, 1811». It is not known if this manuscript was still in the City Hall Library when formal authorisation was given in 1914 for this library to be transferred to the custody of the Hong Kong University; it is not in the University Library now.

A little spate of books appeared at London in 1822/23, when the following are recorded: J. F. Davis, *Chinese Novels, Proverbs, etc.;* London, 1822; G. T. Staunton, *Miscellaneous Notices of China*, London, 1822; G. T. Staunton, *Corrected Speeches on the China Trade*, London, 1822; Peter Dobell, *Narrative of a residence in China*, London, 1823.

With the completion of the Chinese-English Dictionary, Mr. Thoms' agreement with the Honourable East India Company ended, and the Select Committee, having received instructions from the Directors in London to limit their expenditure on the printing press to not more than 1,500 taels (about £450) a year, had no alterantive but to inform Mr. Thoms that he should return to England by one of the ships leaving for England in 1823. This gentleman asked, however, to be permitted to remain in China for another year, undertaking to run the printing press for the sum to which the Company had been restricted ([97]).

There are quite a number of references in the records of the East India Company to the printing press and its work, as well as to P. P. Thoms. From these references it can be seen that the expenses generally amounted annually to:

Mr. Thoms' salary	$1,250
House rent	125
Other expenditure (average)	5,253

which was not low, for in endeavouring to arrive at its modern equivalent we have to multiply this by about twenty to twenty-five. It is obvious that the sums indicated do not include other

([97]) H. B. Morse, *Chronicles*, Vol. III, pp. 209, 240, 251-2, 313, 327, 343 *passim*.

The publication by F. Kelly of *Oriental Meteorology* at London, in 1822, and by John White of *History of a voyage in the China Sea* at Boston, in 1823, served to draw the attention of many to what was going on at the South China coast, of useful work by a small group of enthusiasts. Further evidence of this came from a small book, printed at the Mission Press, Malacca, lauding the services of William Milne and written by Robert Morrison: *Memoirs of the Rev. William Milne, late Missionary to China and Principal of the Anglo-Chinese College: compiled from Documents written by the Deceased; to which are added occasional Remarks* — Malacca, 1824. A short sketch based on this work appeared at Dublin in 1825: *Memoir of Rev. W. Milne, late missionary at Malacca.* (See note 57 *supra*).

expenses in England, passages and other items which must have been lumped together with other disbursements (98).

Mr. Thoms brought out two more books before leaving the Far East:

> *A Vocabulary containing Chinese words and phrases peculiar to Canton and Macao and to the Trade of those Places; together with the titles and address of all the Officers of Government, Hong Merchants, etc., etc. Alphabetically arranged, and intended as an Aid to Correspondence and Conversation in the Native Language.*

The author's name does not appear in the book but it is known that it was written by J. F. Davis. This was a useful little work, and has served as the model for later books on the same lines (99).

Another book by Mr. Thoms himself completes this printer's direct connection with printing at Macao:

> *Hwa Tsien (the Flower's Leaf), Chinese Courtship. In verse. To which is added an Appendix treating of the Revenue of China, etc., etc.* By Peter Perring Thoms.

The printed story is accompanied by the text, and although it is written in heptameters in the original, it is a very prosaic composition. An appendix of forty pages contains many notices of the revenue of China and other matters (100).

(98) Morse, *Chronicles*, Vol. IV, pp. 89 and 98.

(99) H. Cordier, *Bibliotheca Sinica*, Vol. III, cols. 1595-6.

(100) In London several books about China were published in 1824. Robert Morrison was the author of a book which was published, entitled *Translation of a Singular Proclamation issued by the Fooyuen of Canton*, London, in-4. Other books appearing in the same year were M. Breton's *China, its Costumes, Arts, &c.*, in four volumes and *China: Dialogues between a Father and his two children concerning the history and present state of that country.* By an Anglo-Chinese, [Robert Morrison] in-24, pp. 120.

A WIDENING HORIZON

From the East India Company's records, so painstakingly edited by H. B. Morse, it can be seen that «Mr. Thoms, the printer, returned to England by the Company's ship *London* in March, 1825». As he sailed from the Pearl River, Thoms must have stood at the railing as the vessel swept past Macao, and as he took his last look at the place where he had spent some of the best years of his life, the printer might have given a thought to his contribution, albeit an important one, to a chapter in Macao's and the Western impact on the Far East (101).

In this humble printer, Morrison had a loyal hero-worshipper, for Thoms' interest in Robert Morrison's work did not cease with his departure from Macao. After the missionary's death, when Mrs. Eliza Morrison — Robert Morrison's second wife, who did not know a very great deal about the details of his early career at Macao — was compiling the Memoirs, she turned to Thoms not only to print the book but also for information for the commentaries on the letters and other papers in her task (102).

(101) Morse, *Chronicles*, Vol. IV, p. 98.

(102) The book appeared at London, in 1839, in two volumes, printed by «P. P. Thoms, at 12, Warwick Square». The full title of this book reads:

> MEMOIRS OF THE LIFE AND LABOURS OF ROBERT MORRISON, D. D. F. R. S., *M. R. A. S., Member of the Society Asiatique of Paris, &c. &c. compiled by his widow; with critical notices of his Chinese works, by Samuel Kidd, and An Appendix containing Original Documents, («He being dead yet speaketh» — Heb., XII, 4), in two volumes, London: London: Longman, Orme, Brown, Green, and Longmans. MDCCCXXXIX.*

With the departure of Mr. Thoms there appears to have been a slackening of interest in the Honourable Company's printing press for a few years, although it is possible that books were actually printed but have not been recorded in the standard bibliographies of early Western printing in the Far East [103].

The year 1824 marks yet another important event in the story of the bibliography of Macao by the publication at Lisbon of a book dealing exclusively with Macao after a silence of nearly two centuries. The last recorded book having to do with a subject solely about Macao and published was Father João Marques Moreira's *Relação da magestosa, misteriosa, e notavel acclamaçam, que se fez a Magestade d'El Rey Dom Joam o IV nosso Senhor na Cidade do nome de Deos do grande Imperio da China, & festas que se fizerão pelos Senhores do Governo publico, & outras pessoas particulares. Lisboa, Domingos Lopes Rosa,* 1644. Other books published had contained references to Macao, including xylographic works printed in China, but these were passing references.

(103) After completing the *Dictionary* Robert Morrison visited Malacca and then returning to Macao he sailed for England. He arrived there early in 1824. His reputation had been made and he had already in 1818, been made a Doctor of Divinity. In England the Royal Society elected him a Fellow and he spent two years in the country, preaching, attending meetings of learned societies, consulted by many, and writing a great deal about China. A book, started during his voyage home, *China: Dialogues, &c.* (See p. 81 *supra*) was published soon after arrival, and in 1826 another book by the same writer appeared: *A Parting Memorial: consisting of Miscellaneous Discourses, written and preached in China; at Singapore; on board Ship at Sea, in the Indian Ocean; at the Cape of Good Hope; and in England. With Remarks on the Missions, &c., &c. By Robert Morrison, D. D., F. R. S., M. R. A. S., President of the Anglo--Chinese College; Member of the Société Asiatique of Paris; Author of a Chinese Dictionary; Translator of the Sacred, Scriptures &c., London, W. Simpkin & Marshall, 1826.*

Written by José Ignacio Andrade, a merchant trading between Macao and British India, the new book was entitled:

> *Memoria sobre a destruição dos piratas da China, de que era chefe o celebre Cam Pau sai; e o desembarque dos Inglezes na cidade de Macao e sua retirada. Impressão Régia,* Lisboa, 1824. 83 pp. [104].

It appeared first as an article, written anonymously, which appeared in *Mnemosine Lusitana,* Lisbon, 1817, Vol. II, N.º 4.

This book gave to the Judge, Senhor Miguel de Arriaga, the credit for the arrangements with the Chinese authorities which led to the surrender of the pirates under the leadership of Cheung Pao-tsai. This band of miscreants had terrorized the South China seas, operating out of Hong Kong and Lantao waters for nearly a generation, and the Chinese had approached the Portuguese for their co-operation in carrying out a naval operation. This operation had proved successful, but a dispute had raged at Macao over the circumstances of the operations. The Governor, Senhor Lucas Alvarenga, felt slighted over Andrade's book and published his own version of the matter in a book which appeared in Brazil:

> *Memória sobre a expedição do governo de Macao em 1809, e 1810, em socorro ao Império da China contra os insurgentes piratas chinezes, principiada, e concluido em seis mezes pelo Governador e capitão general daquela cidade, Lucas José Alvarenga, autenticada com documentos justificativos. Escrita por Lucas José Alvarenga em Dezembro de 1827.* Rio de Janeiro, 1828.

(104) A new edition, greatly expanded, was published, also at Lisbon, in 1835.

One of the first books, if not the first, to appear since Father Rodrigues' book in 1620, printed at Macao appears to have been a peculiar pamphlet, published in 1827. It bears no title, name of author or date of publication, but from internal evidence it can be seen that it was printed in 1827:

Questão entre dois boticários, iii, 10 pp. and iv, 10 pp.

Curiously enough, it appeared in Portuguese and English. The subject, at this distance of time, does not seem important, but to the protagonists of the dispute beween the contending parties, over the right to operate a pharmacy, it appears to have been a matter of moment.

Meanwhile the number of foreigners in China and Macao increased, as more and more private merchants, looking for trade opportunities in South China, got permission to live in Macao. It was left to one of the private merchants to think of bringing out another printing press, and to Mr. Alexander Matheson, brother of Mr. James Matheson, and like the latter a partner of Magniac & Co., the foreign community was indebted for the facilities which led to the setting up, in 1827, of the first newspaper in English.

This was a weekly known as

THE CANTON REGISTER

the first number of which appeared on November 8, 1827. Started at Canton, this newspaper removed to Macao when the foreign merchants had to leave at the end of each trading season. It was printed, thus, at Canton for six months of the year and at Macao during the other six. When there were difficulties with the mandarins at Canton, however, the printing press remained at Macao.

For editor, the paper had Mr. W. W. Wood, an American from Philadelphia, «son of the famous tragedian of that city».

He arrived in 1825 and «was quite equal to Chinnery in wit and metaphor, while over their mutual disfigurement each one insisted that he was the most marked of the two.» (105) He was not only editor but also compositor. The paper was of a commercial and social character, publishing in addition to important references to the occurrences of the time, articles on China and the Chinese, and even at times on Macao and the Portuguese (106).

Robert Morrison was asked to write for the paper, being paid £75 a year for his contributions «to be bestowed on any benevolent institution he chose.» «To-day», commented Morrison, «I have written about three sheets for the *Canton Register.* Mr. Wood and Mr. ... have no knowledge of Chinese; nor do they seem to have any talent in collecting information from the natives. I have nothing to do with the paper beyond sending a paragraph. I think it right to encourage the thing.» (107)

«In addition to a full register of the mercantile transactions of Canton, it contains a great variety of notices of the manners, customs, etc. of the Chinese and other eastern nations. Almost every page of the *Register* has been filled with original matter; and it is this which has given it particular value abroad, where it has done much to direct public attention to the Chinese.» (108).

---

(105) William C. Hunter, *Bits of old China,* 1911, pp. 270-1, where Wood is described as being «awfully pock-marked; his face resembled a pine cone, but his expression was one of very good humour and full of intelligence. He was besides well educated and a most gentlemanly fellow».

(106) The Macao issues of the paper were printed at the office of Magniac & Co., to be known after 1832 as Jardine, Matheson & Co., at No. 1, Rua do Hospital. The house was a fine one and could be seen until 1944 when it was pulled down to avoid collapse.

(107) H. Cordier, *Bibliotheca Sinica,* Vol. III, cols. 2285-6; *Morrison's Memoirs,* Vol. II, p. 384.

(108) *The Chinese Repository,* Vol. II, 1833, pp. 6-7.

In 1831, Wood resigned from the *Register* to join Russell & Co. Printers' ink was in his blood, however, and he started the *Chinese Courier and Canton Gazette* the first number of which appeared on July 28, 1831 (109). Mr. John Slade joined *The Canton Register* as editor in succession to Mr. Wood, staying with the paper as its editor until 1843.

The Canton Register had a commercial supplement known as the *Canton General Price Current*, which began in 1833 and appeared at intervals (110).

At Canton the Chinese officials ignored the printing press, which was turning out a newspaper for the British and other foreigners. This opened the way for other presses when these came to be set up. In Macao the Portuguese authorities also chose to look the other way, nor did they require the publishers of these foreign newspapers to toe the line in the matter of the censorship regulations. It was, thus, after the E. I. Company's printery, the second foreign printing press to carry on printing freely at Macao.

By this time the Portuguese priests were busy with their printing at St. Joseph's Seminary, on the press which had been lent to them early in 1827 after the *Gazeta de Macao* closed down. Among the priests at the Seminary was Father Joaquim Afonso Gonçalves, who had dedicated himself to the study of Chinese. He was no longer a young man when he reached Macao, but by dint of careful attention to the subject

(109) The *Courier* came out subsequently every Saturday. A few copies for the year 1833 may be seen in the Hong Kong University Library. (See p. 93 *infra*).

(110) *The Canton Register* continued with this name until it was transferred from Macao to Hong Kong when the paper was changed to *THE HONG KONG late CANTON REGISTER*, appearing on June 20, 1843 with Mr. John Cairns as its publisher and editor. The last number appeared on Dec. 31, 1859 when Mr. Robert Strachan was editor. The supplement was known as *Hong Kong Register: The Overland Register and Price Current*, which began on August 30, 1845. (Cordier, *Bibliotheca Sinica*, Vol. III, Cols. 2285-6).

and very hard work he made steady progress and gained considerable proficiency. He set himself the task of producing text-books in Chinese for Portuguese students, with the object of encouraging young men to take up the study of the language. In this he was successful and several young Portuguese learned to be good interpreters.

The first of Father Gonçalves' books to appear was:

> *Grammatica Latina, ad usum Sinensium Juvenum post longam experientiam redacta, a J. A. Gonçalves Congregationis Missionis presbytero post longam experientiam redacta et Macao in regalo collegio Sancti Joseph Facultate regia typis mandata. — Tipografia do Seminário, Macao, 1828* — in-8, pp. 232.

This was followed by an excellent book by the same priest:

> *Arte China, constante de alphabeto e grammatica, comprehendendo modelos das differentes composições, composta por J. A. Gonçalves. Sacerdote da Congregação da Missão. Impressa com licença régia real collégio de S. José, Macao, Anno de 1829* (111).

Meanwhile arrangements were made to give new life to the East India Company's printing press. H. B. Morse makes no mention of this in the Chronicles but on at least five title-pages there appear the names «G. J. Steyn and Brother» as working at the East-India Company's Press. The names of these two printers do not figure in any lists of foreign

(111) A version in French of the second of these two books appeared at Paris in 1876, while a Franco-Chinese book of dialogue based on the same book was published in 1878, also at Paris.

In both these books the words, respectively, «Facultate Regia» and «com licença regia» indicate that they had been approved by the censorship.

residents having to do with that period which we have been able to consult. Several other books and pamphlets bearing no printers' names have also been recorded.

Thus, after an interval of four years, the East India Company's printing press came to life again, and we find:

> *Vocabulary of the Canton Dialect. By R. Morrison. Part I — English and Chinese; Part II — Chinese and English; Part III — Chinese words and phrases. Macao, China. Printed at the Honourable East India Company's Press by G. J. Steyn and Brother.*

An interesting little book about Macao appeared in Portugal in 1828, *Memória sobre Macao,* written by Colonel José de Aquino Guimarães e Freitas; it was published at Coimbra. This officer had served in the garrison at Macao from 1815 to 1822 and had taken sufficient interest in the place to make notes of much that he had observed. His book is not a comprehensive work but it possesses the merit of being one of the earliest of its kind to deal with the little Portuguese outpost in the Far East (112).

There is another silence for three years, both at the East India Company's press and St. Joseph's Seminary, for bibliographers do not seem to have recorded any new publications as appearing until 1831.

(112) A second edition followed in the same year.

Interest in China's trade had been growing steadily in Britain and an important little book appeared at London in 1829: *Facts relating to Chinese Commerce in a Letter from a British Resident in China to his friend in England.* — London, J. M. Richardson, 1829, in-8, pp. viii, 66. In London, too, there appeared J. F. Davis' *The Fortunate Union. Translated from the Chinese,* 2 vols., London, 1829, in-8; and *On the poetry of the Chinese,* by the same author, London, 1829; Sir G. T. Staunton's *Miscellaneous Notices of China,* Part II, London, 1828; Sir G. T. Staunton's *Remarks on the British Relations with China and the Proposed Plans for improving them,* London, 1830, in-8, pp. 43. W. W. Wood's *Sketches of China,* Philadelphia, 1830, in-12, pp. 250 should also be mentioned.

Father Gonçalves published another work in this year:

> *Diccionário Portuguez-China, no estylo vulgar mandarim, e clássico geral, composto por J. A. Gonçalves, Sacerdote da Congregação da Missão, M. R. A. S.*

A book made its appearance at Rio de Janeiro in 1831, describing the grounding at Balabak Island, in the East Indies, of a Macao ship, the *Nova Aurora,* on her way from Batavia to Macao, on September 23, 1827. The vessel was attacked by some 200 Malays in sixteen praus, but the crew managed to beat off the attempted boardings. Eventually the officers and men escaped in the ship's boats and, after various adventures, reached Singapore, not before several of them succumbed to their injuries and privations. The author of this little tome was Bartholomeu António Tavares, one of the officers (113).

The East India Company's printing press was also busy and produced, in 1831, one book, a few pamphlets, and began the publication of a very interesting magazine. The book:

> *The Anglo-Chinese Kalendar and Register, for the year of the Christian AEra 1831, corresponding with the Twenty-eighth year of the Chinese cycle of sixty years. — Printed at the East India Company's Press, by G. J. Steyn and Brother, Macao, China, 1831.* in-8.

The compiler of this book, John Robert Morrison, son of Robert Morrison, was only seventeen years old when he brought out this effort. He had returned to Macao after seven years

(113) *Historia do naufragio accontecido em 1827 ao navio portuguez NOVA AURORA da praça de Macao do proprietario e capitão Vicente Francisco Baptista. Aventuras dos naufragos, e outros successos que experimentarião em onze mezes, e dezoito dias ate chegarem a Sincapora.* — Rio de Janeiro, na Typografia Nacional, 1831.

of schooling in England and, under the guidance of his father, he began at an early age a short but useful career in Macao, Canton and, later, Hong Kong (114).

The preface to the book reads: «A comparative English, Chinese and Malayan Kalendar was contemplated by the late Dr. Milne of the Anglo-Chinese College, a short period previous to his death, but no individual of that institution has, since that much lamented event, fulfilled his intention. The work now published was commenced some months back with a view merely to private distribution; but Mr. Marjoribanks, the President of the Select Committee of the British Factory, having liberally offered the use of the Honourable Company's Press, it is now printed for more general circulation, in the hope that, imperfect as it is, it may prove useful to those who visit the Ports of the Eastern Archipelago and of China.»

A number of notifications came from the Company's press at this time, among them:

NOTICE. Com.ce: «Several recent acts of the Chinese Government have compelled the President...»

(Sd.) «R. Hudleston, Secretary,
British Factory,
Macao, 20th May, 1831» (115)

RESOLUTIONS
of the
British Merchants of Canton
Canton, 30th May, 1831 (116)

(114) Young Morrison learned Chinese quickly and, upon his father's death, this young man became Interpreter to the H. B. M. Superintendent of Trade in China, continuing to serve the British authorities when Hong Kong was established. His untimely death at Hong Kong on August, 29, 1843, brought to an end a life full of promise.

(115) Reproduced by H. B. Morse, *Chronicles*, Vol. IV, pp. 301-303.

(116) Reproduced by H. B. Morse, *ibid.*, pp. 310-312.

NOTICE. Com.ce «The President, etc., Select Committee on the 20th Ultimo gave public notice...»

(Sd.) «H. H. Lindsay, Secretary,
British Factory,
Macao, June 10th, 1831.» (117)

The magazine brought out at the East India Company's press was a monthly effort and was entitled

THE CANTON MISCELLANY

The first number appeared in June, 1831 and the last was dated May, 1832; there were ten numbers in all. In appearance it was a booklet, of about 80 pages octavo, and each number was finely bound in silk. The prime mover was Mr. C. Marjoribanks, President of the Company's Select Committee in China, ably seconded by Mr. J. F. Davis.

This journal was of quite a good literary standard, but the contributions were all anonymous. The articles were varied in nature, including verse as well as prose. Among the articles of special interest to Macao were «Brief Notice of Early Foreign Intercourse with China» and «Of the Portuguese Settlements in China, principally of Macao.» Though unsigned it is clear from internal evidence that these were written by Andrew Ljungsetdt, Chief of the Swedish East India Company, because, somewhat enlarged, they were subsequently published at Canton in the form of a small book, in 1832, with Ljungstedt's name as the author (118).

(117) Reproduced by H. B. Morse, *ibid.*, pp. 312-313.

Young Morrison had a book published at London, under his name, *Chinese Charms, Talismans*, &c., London, 1831, in-4, while C. F. Neumann published, also at London, *History of the Pirates who infested the China Sea, from 1807 to 1810*, London, 1831.

(118) See p. 94 *supra*.

Other articles of interest included: «Extracts from an Unpublished Journal of the Last Embassy [Lord Amherst's] to Peking in 1816»; «Sketches of the Court of Solo»; «Analysis of the Geography of the Province of Canton»; «Observations on the Meaou-tsze Mountaineers»; «Reflections on India»; «A Writer's Farewell to China» (verse); «The Boatman of Macao» (verse), etc.

The local periodical press was added to by the appearance of a weekly which bore the name of:

CHINESE COURIER AND CANTON GAZETTE

It made its debut on Thursday, July 28, 1831, with Mr. W. W. Wood of Russell & Company, an American concern, as its editor. The newcomer was greeted by the community with interest for it provided some entertainment, with its witty comments on people and events. «The *Courier* has pursued a course different from that of its 'contemporary' [The Canton Register]. Its pages have been occupied partly with European intelligence, and partly with local news and notices of mechanical arts, manufactures, and such like, among the Chinese.» (119).

On April 14, 1832 the name was changed to *THE CHINESE COURIER*, with no change in the tone of the paper. The last number appeared on September 23, 1833 (120).

(119) *The Chinese Repository*, Vol. II, 1833, p. 7.

(120) «The Canton *Courier* had rather a short life. It criticised somewhat severely certain measures of the East India Company, upon which the Company stopped taking the 24 copies for which it had subscribed, and the *Courier* collapsed. For, in those days, there were few or no advertisements to supplement the income from subscriptions». (S. W. Williams' *Recollections of China* in «Journal, North China Branch of the Royal Asiatic Society, New Series», No. VIII, p. 17).

The activity of the printeries continued, thus, into 1832 and several books have been recorded. Among these was a booklet:

A Catalogue of the Library of the British Factory at Canton. — Macao, 1832, the contents of which are indicated by the title. The library, a splendid and costly one, had been got together and maintained at the expense of the East India Company for the convenience of its staff and their friends. It has been frequently referred to. Upon the closure of the Company's establishment in China, in 1834, the books were dispersed (121).

> *The Anglo-Chinese Kalendar and Register, for the year of the Christian AEra 1832. Corresponding with the Twenty-ninth year of the Chinese Cycle of Sixty Years, which 29th year commences on the 2d. of February, 1833. With a Companion — Macao, China: Printed at the East-India Company's Press, by G. J. Steyn and Brother.*

Like its predecessor, it was compiled by young Morrison. That for the year 1833 was also printed at the Company's press (122).

(121) A short desciption of the library and its contents is to be found in *The Chinese Repository*, Vol. IV, June, 1835, p. 97.

(122) *The Chinese Repository* commented on this publication: «This work, the first of the kind ever printed in China, has appeared regularly for three successive years; but the number of Copies being small they were all soon disposed of» (Vol. III, May, 1834, p. 44; H. Cordier, *Bibliotheca Sinica*, Cols. 564-5).

There were subsequent editions of the «Kalendar» and its «Companion». That of 1834 was printed at Morrison's *Albion Press*, to be followed by editions printed by the *Canton Register*, compiled by the editor of this newspaper. Beginning in 1842 it was brought out by *The Chinese Repository* until 1855.

Another little book which appeared in the same year was:

Companion to the Anglo-Chinese Calendar, 1832.

It was a supplement to *The Anglo-Chinese Kalendar*, and took the form of a booklet in-12.

From the Company's printing press a book of particular interest to the Portuguese appeared:

Contribution to an Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China, principally of Macao, of the Portuguese Envoys and Ambassadors to China, of the Roman Catholic Missions in China and of the Papal Legates to China. By A. L., Kt., Macao, 1832. — in-8, pp. xiv, 174.

The initials are those of Andrew Ljungstedt and the initial «Kt.» refers to a decoration «of the Swedish order of Wasa» which had been conferred on him by his government. The book was an expansion of the articles, already referred to, contributed by this writer to *The Canton Miscellany*. Only 100 copies of this book were printed (123).

(123) Two years later this book was split into two and, with some modifications, appeared as articles in *The Chinese Repository* from which reprints were made: *Portuguese in China: a Contribution to an Historical Sketch of the Roman Catholic Church at Macao;* and *The Domestic and Foreign Relations of Macao*, Canton, 1834. This was a continuation of the earlier book printed at Macao (See *The Chinese Repository*, Vol. III, pp. 289 ff.). A second print appeared, also at Canton. Subsequently a new and greatly revised edition was published at Boston entitled: —

An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China, and of the Roman Catholic Church and Mission in China. By Sir Andrew Ljungstedt, Knight of the Swedish Royal Order of Wasa. — Boston: James Munroe & Co., 1836.

Portions of *The Historical Sketch* were printed at Macao but the book was completed, after Ljungstedt's death, at Boston. This book is

A more important work was:

A Dictionary of the Hok-keen Dialect of the Chinese Language, according to the reading and colloquial idioms: containing about 12,000 characters, the sounds and tones of which are accurately marked; and various examples of their use, taken generally from approved Chinese authors. Accompanied by a short historical and statistical account of Hok-keen: a Treatise on the Orthography of the Hok-keen Dialect; the necessary indexes, &c. By W. H. Medhurst, Batavia. Printed at the Honourable East India Company's Press, by G. J. Steyn and Brother, Macao 1832. — in-4, in 2 columns, pp. 1, xiv, 860.

The printing of this book began under the auspices of the East India Company's press, the title-page being printed at the same time, but work stopped when some 320 pages had already been finished, as the Company's offices were closed down in April, 1834. The second half of the book was completed at the expense of Messrs. Olyphant & Company, at *The Chinese Repository* press. Dr. S. Wells Williams directed, at Macao, the publication of the second stage of this book, and it was completed by him on «1st June, 1837» (124).

The year 1832 was notable for the inauguration of

most unfair to Macao and the Portuguese. Montalto de Jesus adds, «to a great extent the *Historical Sketch* is the outcome of painstaking researches on the part of two Portuguese scholars. From Professor Miranda e Lima, who once projected writing a history of Macao himself, Ljungstedt obtained valuable papers; and from Bishop Saraiva, access to a mass of documents of great historic interest». (C. A. Montalto de Jesus, *Historic Macao*, Hong Kong, 1902, pp. 22-3; Cordier *Bibliotheca Sinica*, Vol. 3, Cols. 2310-11).

(124) Cordier, *Bibliotheca Sinica*, Vol. III, Cols. 1596-97.

THE CHINESE REPOSITORY

one of the «most valuable serials ever published in China». The founder and first editor was the Rev. Elijah Coleman Bridgman, first American missionary to China, through the help and financial support of the American merchant Mr. D. W. C. Olyphant, who provided premises and paid for the press and equipment, at Canton, and guaranteed the publication against loss [125].

The first number appeared in May, 1832, printed at its own press. «This famous periodical had as its purpose the dissemination among foreigners not only of missionary news but of information concerning the laws, customs, history, literature and current events of the [Chinese] Empire. It performed the useful task of interpreting China to Westerners who lived within her gates and who were all to often grossly and contemptuously ignorant of her» [126].

It was a repository, therefore, not only of events connected with Protestant missionary work but was «a medium of information in matters relating to the extreme East» while it served the purpose of «enlightening those who are the patrons of the great work.» In terms of dollars and cents *The Chinese Repository* was far from being a success but «its value as a contemporary chronicle of an important period in China's external relations cannot be disputed.»

Begun at Canton this paper and its printery were moved to Macao in 1835, owing to threats from Chinese rowdies. As with the printing presses of other foreigners, the Portuguese authorities did not require its registration; in the same way the censorship regulations were not enforced in its case.

---

(125) Olyphant was an enthusiastic supporter of the Protestant missionaries in China. He it was who provided Morrison with a passage from New York to Macao, in one of his ships, in 1807. (See p. 46 *supra*).

(126) K. S. Latourette, *A History of Christian Missions in China*, New York, 1932.

Dr. Samuel Wells Williams joined the paper in 1833 and edited it until its closure in 1851 (the year in which Mr. Olyphant died), while Mr. Bridgman helped to manage the paper till 1847. The contributors included several Orientalists, among them Robert Morrison, Sir G. Staunton, J. F. Davis, James Legge, John Bowring and others [127].

When conditions were favourable, the printing press of the *Repository*, went to Canton, and it was there that it closed down. The stock of the *Repository*, a large one, was destroyed in the fire in the Foreign Factories (December 14, 1856). The final number contained a complete index covering the whole series of 20 volumes [128].

Father Gonçalves had been working very assiduously on his dictionaries and in 1833 the printing press of St. Joseph's Seminary published:

> *Diccionário China-Portuguez, composto por J. A. Gonçalves, Sacerdote da Congregação da Missão.*

as the complement of the Portuguese-Chinese dictionary compiled by the same priest in 1831 [129].

---

(127) It is interesting to record that during the year 1838, for several months, the *Boletim do Governo de Macao* was printed at the «Typographia Macaense». This was the name adopted by Dr. Wells Williams for the printing press at Macao, to give it legal status, with M. M. D. Pegado as the nominal manager of the establishment. The name of the *Boletim* was then absorbed into the *Gazeta de Macao*, (which used the same title as its earlier namesake) the first 22 numbers of which, in 1838-39, were printed at Dr. Wells Williams' printery.

(128) A reprint of *The Chinese Repository* was made by the Maruzen Co., Ltd. of Tokyo, with a Japanese translation. Unfortunately the stock was destroyed when the publishers' premises were bombed during the recent War. Vols. 1 to 15 have survived as reprints.

(129) This priest continued to work on books of a similar nature and among his published works printed subsequently were *Vocabularium Latino-Sinicum* (1836), *Lexicon Manuale Latino-Sinicum* (1839), *Lexicon Magnum Latino-Sinicum (1841)*. He left, in manuscript, a *Diccionario*

THE AFFAIR OF «THE ALBION PRESS»

For nearly twenty years, the printery of the Honourable E. I. Company went on doing its good work. News of the impending closure of the Company's office in China had already, in September, 1832, been received but no instructions had been issued by the Company's Select Committee with regard to the printing press. Nevertheless, Robert Morrison felt that it would be prudent to acquire a complete printing outfit from England, and this he did in the same year. Unfortunately nobody seems to have warned him that the Macao authorities were giving the foreigners a very special concession to allow them to do printing at Macao, and he seems to have taken it for granted that no permission was required. In fact Morrison was so badly informed about the position that when, in 1822, the Portuguese authorities at Lisbon decided to permit printing in the overseas provinces and *A Abelha da China* started in Macao, Morrison reported to London that «the Honourable Company's press at Macao has emboldened the New Portuguese Government to establish a press, and they venture to print and publish Chinese news».

To justify the inauguration of his new printery, Robert Morrison wrote, in association with Bridgman, for distribution in Europe and America, a short review of the first twenty-five years of the Chinese Mission, pointing out the value of printing as an aid to evangelical work: «The London Missionary Society's press, at the Anglo-Chinese College, Malacca, and Mr. Medhurst's at Java, have sent forth millions of pages, containing the truths of the everlasting Gospel... The Hon. E. I. Company's press, to print Dr. Morrison's Dictionary, was the first [non-Catholic foreign printery in China]; and now, both English and Americans endeavour, by the press, to draw attention to China, and give information concerning it and the

Sinico-Latino and a *Versão do novo testamento em lingua china*. Both these *mms.* were kept at St. Joseph's Seminary College at Macao.

surrounding nations... Preachers, and teachers, and writers, and printers, in much larger numbers are wanted...»

The importance of printing as the means for spreading Christian truths is referred to in several places in the sketch: «...the Scripture Lessons... were printed in China... extracts from Morrison and Milne's Chinese version of the Bible... were carried through the press, Christian Protestant merchants in China subscribing the necessary funds... Leang-Afa has printed nine tracts... Kew-Agang has printed Scripture sheet tracts...» etc. (130).

Robert Morrison decided also to commence the publication of a journal, and to this he gave the name of

EVANGELIST AND MISCELLANEA SINICA

to be published at indefinite periods. He stated that he was «desirous of bringing before the Christian [Protestant] community, in China, principles of a more decidedly evangelical character than he considered either *[The Canton Register* or *The Chinese Repository]* was calculated to convey.»

To the printing press was given the name *Morrison Albion Press* and, besides the «Evangelist», Morrison printed several books, pamphlets, prayers and hymns in Chinese, for «as facilities increased for distributing christian books among the natives, by means of European ships going along the coast, he eagerly availed himself of this means...».

The English missionary reprinted as a tract:

> *A Sermon preached on board the American ship «Morrison»* — Macao, 1833.

The «Evangelist and Miscellanea Sinica» was started in May, 1833, with the name of young J. R. Morrison as editor.

(130) Morrison's *Memoirs*, Vol. II, pp. 470-474.

Unfortunately the paper published references to the Catholic faith which the Reverend Capitulary Vicar at Macao held to be inconvenient, when he was informed of the nature of the contents of the «Sermon», as well as the «Evangelist». He wrote to the Governor, Senhor João Cabral de Estifique, pointing out to him that inasmuch as Catholicism was the state religion of Portugal it would be desirable to suppress the printing press in a Portuguese possession, since it had not been authorised.

Dated May 25, 1833, the Vicar's letter pointed out to the Governor of Macao that

> «an Englishman Robert Morrison, a member and preacher of one of the various anti-Catholic sects that exist in England, has for many years past lived in Macao, residing in one of the houses of Gonçalo da Silveira, where he uses an unregistered printing press, without obtaining any permission from any competent authority. Here he publishes, by means of this press, among other works, some that are opposed to the Doctrine of the Catholic Church, and manifestly heretical, for they attack the most essential dogmas of our Religion, with evident contumely of the laws of Portugal and of the Civil and Ecclesiastical Authorities of this Territory. This is also in complete disregard of the prohibition recently issued by the Directors, in London, of the Honourable Company, to their employees in China, among which number he belongs, as an Interpreter of the Chinese language.
>
> «As Capitulary Vicar of this Diocese, I am compelled in this capacity to protect the Lord's Flock from feeding on Doctrines of a pernicious nature and as such condemned by the Holy Councils and Beliefs of the Universal Church. I have also to prevent, as far as possible, the scandal which would be caused to good Catholics to see, in this Dominion of His Most

> Faithful Majesty, a foreigner who, in promoting his religion, owns an unregistered printing press; and who makes use of it with impunity to dogmatise and attack the Apostolic Roman Catholic Religion (to which the Portuguese nation belongs exclusively). And I have a document in my possession to show this.
>
> «I bring to Your Excellency's knowledge the enormity of this attack [on our religion], so that as Governor of this City, you may be pleased to make use, without delay, of the Authority which has been confided in you to remedy [the situation], which the Laws so strictly prohibit and proscribe, for I am certain that Your Excellency is so filled with zeal to please such a pious and orthodox Sovereign, as His Majesty our sovereign is, that I shall have the consolation of knowing that your good offices will be used to the extent that is to be expected from a Portuguese governor.
>
> «May God guard Your Excellency for many years.
>
> «(Signed) Ignacio da Silva,
> «Capitulary Vicar.
>
> «Macao, May 24, 1833.
>
> «To His Excellency the Governor and Captain General.» (131)

The Governor seems to have mentioned the matter to the Select Committee of the East India Company, but Morrison paid no attention to the warning and brought out another number of the «Evangelist». This caused Father Ignacio da

(131) *Register of Communications and Letters from 1832 to 1834*. Codex 84 of the Macao Senate Archives, ff. 14-14v.

Silva to write on this occasion to the Senate, and in the course of his letter he stated:

«It has come to my attention that an English preacher named Morrison has caused Antichristian Doctrines to be published, by means of an English printing press, in this City and Bishopric. This is undoubtedly against our Country's laws, and he is not impeded [from so doing]. On the 25th day of May I wrote to Their Honours the Governor and the Chief Justice in accordance with the Royal Orders relating to similar abuses, for the purpose of bringing about the measures wished for, which is the cessation and suppression of such publications.

«I now also make the same request of Your Honours, as the Authority possessing the obligation to supervise the foreigners, and I trust that the well known zeal which Your Honours have in the service of God and His Majesty will lead you to act, to suppress as quickly as possible such publications so that from now onwards this preacher will not practice the said abuses, nor may any other printery which may be permitted here do the same.» (132)

This letter was dated June 1, 1833. The Senate deliberated on it and decided to move in the matter. They wrote to Father Ignacio da Silva in the following formal terms:

«To the Illustrious and Most Reverend
Capitulary Vicar, Ignacio da Silva.

«The Loyal Senate has received the communication written by Your Honour on the 1st of June and,

(132) Codex No. 84 of the Macao Senate Archives: *Register of Communications and Letters from 1832 to 1837*, ff. 15-15 v.

having taken note of its contents, will take the measures which are considered necessary.

«May God guard Your Honour for many years.

«Written in Macao, at a Meeting of the Aldermen, June 8, 1833.

«I, José Joaquim Barros, Recorder of the Municipal Council, have ordered this to be written,

«(Signed) António Severino Vidigal de Almeida
Claudio Ignacio da Silva
António Joaquim Cortella
Francisco José de Paiva
José Baptista de Miranda e Lima

«(Sd.) José Joaquim Barros.» (133)

There must have been verbal discussions among the various Portuguese authorities and the English Company's afficers, but the archives are silent as to what steps, if any, were being taken to put the Vicar's protests into effect. It is from the records of the East India Company that one is able to read that the Governor of Macao wrote to the Committee, on June 20, in the following terms:

«I am informed by the Most Reverend Capitulary Vicar of this Diocese that Mr. R. Morrison has in his house of this City, a Press which he uses for the Publication of certain Works contrary to the Doctrine of the Roman Catholic Church. But as the use of the Press is prohibited in the Portuguese Territories, within which it cannot be made use of without the Royal sanction of his Most Faithful Majesty and under the restrictions of a previous censorship; I have therefore to request that as Chief of the British Factory in China, to which the said Mr. Morrison belongs, you will direct him to abstain

(133) Codex No. 84 of the Macao Senate Archives: *Register of Communications and Letters from 1832 to 1837, ff.* 15 v.

from all further use of the above mentioned Press is this City.» [134]

Mr. Morse adds that the Committee had no wish to oppose the censorship of the Bishop or of the Governor and on June 20, 1833 instructed their Secretary to inform Mr. Morrison of their views. A letter was accordingly sent to Dr. Morrison.

A copy of this letter was returned by Dr. Morrison to the Company, to which he added his own caustic observations. It is reproduced in *Memoirs of the Life and Labours of Robert Morrison,* with his «comments on its several paragraphs... which he appended to the Committee's letter»:

«I am directed by the President, and Select Committee, to transmit to you the enclosed copy of a letter, which has been addressed to the President by the governor of Macao, from the contents of which you will perceive he has been informed, by the vicar general of this diocese, that you possess a printing press at your house, at which certain works are published contrary to the doctrines of the Roman Catholic church ([a]), and that as the use of a printing-press is prohibited in the Portuguese territories ([b]) by the royal authorities, except under the restriction of a previous censorship ([c]), his Excellency requests you may be directed to discontinue the employment of your press in this city.

«In conformity with these regulations of the Portuguese government, I have received instructions from the President and Select Committee to desire ([d]) that you will suspend the issue of any further publications from the printing press in your house at Macao.

«I have the honour to be, Sir,
«Your most obedient servant,
(Sd.) «H. H. Lindsay, Sec.»

([134]) H. B. Morse, *Chronicles*, Vol. IV, pp. 346-347.

([a]) «Certainly the doctrines of my sermon were not conformable to those of the Romish Church — but they contained no attack upon it; nor did the *Evangelist.*

([b]) «It has been fully proved that Macao belongs to China, and is no part of the territories of the king of Portugal; the claim therefore is usurpation.

([c]) «The English Company has had for nearly twenty years, and still has, a press in Macao, at which whatever they please to print is issued in Macao, without any previous censorship.

([d]) «In what capacity do the President and Committee desire this? regarding me simply as a British subject, or as in the Company's employ? Conformity to these regulations would require a censorship, not a discontinuance. Do the Committee mean to submit their press to censorship or to discontinue it? Neither.

«I therefore protest against the whole proceeding, as an act of usurped authority, tyranny and oppression, on the part of both Portuguese and English, at the bidding of a Popish priest.

R. Morrison» [135]

«June 20th, 1833.»

Robert Morrison decided to remove the offending printery to Canton and there he brought out two more numbers of the *Evangelist.* This printing press was also used for producing the *Anglo-Chinese Calendar* for 1834 and its supplement, the *Companion,* as well as the first *Commercial Guide,* the work of J. R. Morrison ([136]). Various tracts in Chinese were also printed at this press.

Not satisfied with having to remove his printery to Canton, Robert Morrison contributed an article to the *Canton Register* in which he set out his views on censorship generally

([135]) *Memoirs,* Vol. II, pp. 479-480.
([136]) See *supra,* pp. 85-86.

and the liberty of the press. In the course of this article he observed: «If the Portuguese have not this taste; if they choose to defer to their priests or vicars-general, whether they shall read or not, let them do so. But, on the other hand, they have no right to interdict the production of books or newspaper for that numerous class frequenting China (and Macao is an integral part of the Chinese empire) who read the English language.» [137].

This article must have come to the notice of the Portuguese authorities, although no reference seems to exist in the Macao archives, but they did not make any other move against the English missionary, nor did they interfere with his residence at Macao. He continued to come and go without hindrance.

Nevertheless, in a letter to the Secretary of the Religious Tract Society in London, Morrison mentions the incident:

> «Last year I procured from England, at my own expense, a good press for the use of my son, Mr. John R. Morrison; and this season, I have gone to very considerable expense in cutting Chinese moveable types for the printing of small tracts. Our first effort was small sheet tracts, containing passages of Scripture, which an officer on board one of the Merchantmen distributes extensively among the Chinese who visit the ship...
>
> «...I printed also in English a sermon I preached to seamen, on board the American ship *Morrison*, at Whampoa, as a small tract, and four numbers of a religious newspaper, called 'The Evangelist and Miscellanea Sinica'. It consisted chiefly of extracts. The Sermons and the Evangelist were brought by somebody to the notice of the Roman Catholic Vicar-General of Macao, an old man who cannot read

(137) Morrison's *Memoirs*, Vol. II, pp. 481-2.

> English. He wrote against me and the publications, saying they were not conformable to the doctrines of the Romish church. The Governor wrote to the Company's Committee requiring the suppression of these publications, with which I was compelled to comply. Although the English Company has had a press here for twenty years without the Portuguese interfering, they now assail the Albion Press which put forth these publications. The continuance of the press in Canton is also very precarious. ...
>
> «...I have long abstained, but it appears to me now necessary to show the Chinese that the traditions and usages of the Romish church, are not scriptural Christianity. ...» [138]

It is difficult for us, so far removed in time from the events which took place at Macao in 1833, to get a proper perspective of the conflicting emotions that led to the removal of the *Albion Press* from Macao. The Catholic clergy could not at any time have been happy over Morrison's presence in Macao; the stand they took when Milne tried to join Morrison in 1813 shows how they felt. Morrison, on the other hand, took a firm stand in the matter of scriptural interpretation. These were the principal moods prevailing at the period. Morrison gave the Macao clergy the opportunity to protest again his activities, when he printed, at Macao, without registering his printing press and by not complying with the censorship regulations, books and other publications of a non-Catholic religious nature. So long as the foreign printing presses did not openly publish religious propaganda they were left alone, both before and after the *Albion Press* was interdicted, but when Morrison began to invade what the Catholics had for so long considered their own, they took steps to stop his printing at Macao.

(138) Morrisons's *Memoirs*, pp. 491-494, transcribing letter written at Canton on October 10, 1833.

In the matter of Portuguese sovereignty, Morrison based his views on the shameful distortion by Ljungstedt of the facts, which this Swedish writer had written into the history he had culled from the manuscript material gathered by Miranda e Lima and Bishop Saraiva over a period of a number of years. This acceptance by Morrison of Ljungstedt's misrepresentation of Macao's rights was a most unfortunate stand to take, and must have served to antagonise the Portuguese all the more.

One must not be too critical of Morrison. He was already getting on in years, living under a strain, in an unpleasant climate, with all sorts of irritations connected with his work as translator for the East India Company, when tempers could be easily frayed. The Company's days were ending and the uncertainity with regard to his future — for no provision had been made for him by the Company — must have worried him not a little (139). He did what he felt was right; the Vicar-General also felt it his duty to do as he did. Such a conflict was bound to bring unpleasantness. If Morrison had refrained from printing religious matter the affair would probably have been allowed to die down; but that would have been against his principles.

In less than a year. Dr. Morrison was dead and the *Albion Press* was acquired by Dr. Wells Williams and merged into that belonging to *The Chinese Repository*. This journal has provided us with some particulars of the foreign printing presses at Macao and Canton. Referring to the year 1833 it states that:

> «There are now five English presses in China; two are in Macao, and three in Canton. Three of these

(139) When Lord Napier arrived in China as Chief Superintendent of British Trade he appointed Robert Morrison to his staff in July, 1834, relieving him thereby of the need to worry about financial matters, for he was paid a salary of £ 2,000 a year.

> presses are from England, and two are from America. The Honourable E. I. Company's press with a printer arrived in China in 1814 (140). Morrison's *Dictionary of the Chinese language,* his *Vocabulary of the Canton dialect,* and his *View of China;* the translation of a novel by Mr. Thoms; and the *Canton Miscellany,* in a series of numbers published in 1831 — are the principal works which have appeared from that press. A Chinese dictionary of the Fukkeen dialect by Mr. Medhurst of Batavia, is now being printed. The next press arrived here in 1825; from which the first number of the *Canton Register* appeared in November, 1827. We have before us a complete series of this paper up to the present time. A third press arrived in 1831, and a second periodical, the *Chinese Courier,* appeared shortly after. The two other presses *[The Chinese Repository* and the *Albion Press]* reached China during the last year. All these presses are in operation and are supported solely by foreigners.» (141)

A year later there was a further reference to the same subject, in the course of which it was mentioned that:

> «With respect to the foreign presses in China, but few changes worthy of notice have taken place during the last twelve months. The Honorable Company's press continues in operation at Macao, being chiefly employed, we believe, with Mr. Medhurst's Dictionary of the Fukkeen dialect (142). *The Albion Press,* which was interdicted last June by Portuguese

(140) As we have seen P. P. Thoms arrived in 1814 and left in 1825. His place was taken by G. J. Steyn and his brother, in 1828.

(141) *The Chinese Repository,* Vol. II, 1833, pp. 6-7.

(142) See p. 87 *supra.*

authority, has been removed to Canton, and is at present employed on a commercial guide. The oldest press in Canton, which has sent forth six volumes of the *Register,* has not only maintained its own ground, but has united with itself that of the late *Courier.* This latter paper was discontinued early last summer; and the *Register,* since the commencement of the current year, has appeared every week, instead of semimonthly as formerly. Our own establishment continues in *statu quo,* except some small additions to the fonts of type, which in Chinese words will enable us to mark the intonations, etc. Thus in the course of the year five printing establishments have been reduced to four, one of which is in Macao, and three in Canton. There are also two lithographic presses in Canton. At Macao, and connected with the College of St. Joseph, there is also a Portuguese Press, which is furnished with a font of Chinese moveable types. From these presses several small publications have been issued during the year» (143).

During the year the printing press of the East India Company closed down (144). Before ending its life of usefulness, however, it brought out one more book, a short tome by J. F. Davis:

> *(Poeseos Sinensis Commentaru) — On the Poetry of the Chinese (from the Royal Asiatic Transactions) to which are added, translations and detached pieces.* By J. F. Davis (145).

(143) *The Chinese Repository,* Vol. III, May, 1834, pp 43-4.

(144) Like the *Albion Press,* the East India Company's printery, type and equipment were acquired by *The Chinese Repository.*

(145) A reprint, with additions, of the book, *On the Poetry of the Chinese,* published at London in 1829 see *supra* p. 81.

So it happened that the first and the last of the books printed by the Press should have been by the same person, as it wound up its activities and disappeared.

In the same year, John Robert Morrison published at Canton the first edition of

> *A Chinese Commercial Guide consisting of a Collection of Details respecting foreign trade in China.* By J. R. Morrison. Printed at the Albion Press, and sold at the Canton Register Office, 4, Danish Hong, Canton, 1834. — in-8, pp. xii, 116 (146).

Interest in the affairs of China and the Far East was growing in Britain, and several books were published at London and elsewhere. Among these books were, *Observations on the China Trade,* by Sir J. B. Urmston, London, George Woodfall, 1833, in-8, pp. 149; *Notices concerning China and the Port of Canton, the affair of the frigate«Topaze», and the fire of Canton,* by Robert Morrison, Malacca, 1833, in-8, pp. 97; *Letter to the Rt.-Hon. Charles Grant, on the present state of British Intercourse with China,* by C. Marjoribanks, London, 1833, in-8, pp. 66; *Remarks on British Relations and Intercourse with China,* by «An American Merchant», London, 1834; and *A Sketch of Chinese History, ancient and modern, comprising a retrospect of the foreign intercourse and trade with China,* London, 1834 (in 2 vols.) and *Three voyages along the coasts of China in 1831-32-34,* London, 1834, both by Rev. C. Gutzlaff; *Journal of a Residence in China and the Neighbouring Countries, from 1829 to 1833,* by David Abeel, Boston, Crocker & Brewster, 1834.

(146) This book was intended to be a supplement to the *Anglo-Chinese Calendar.* A second edition appeared in 1844 revised by S. Wells Williams who also directed other editions in 1848, 1856 and 1863. The last mentioned was quite a large book.

With the closure of the East Company's printing press we may be permitted to bring to an end the story of this phase of printing at Macao. The story of the part played by this press in the bibliography of Macao is a commendable one, and it is to be hoped that in the record of this printery's contribution to the spread of Western civilisation in the Far East, Macao's liberality to the foreigners who sought to reside at the little Portuguese outpost at the coast of China, and who were made welcome by the people of Macao, will not be easily forgotten.

APPENDIX I

BOOKS PRINTED IN MACAO AND JAPAN BY THE JESUIT PRESS

The following are the titles of the books of which printed copies have been found in modern times:

1 — *ORATIO HABITA* à fara D. Martino Iaponio, suo & sociorũ nomine, cum ab Europa redirẽt, ad Patre Alexãdrũ Valignanũ Visitatore Societatis Iesv, Goae in D. Pauli Collegio, pridie Non. Iunij, Anno Domini 1587. Cvm Facvltate Inquisitorũ &, Superiorum Goae Excudebat Constãtinus Dourat° Iaponius in aedibus Societatis Iesv. 1588.

(An address by Martin Hara, at Goa. The printer was a Japanese christened Constantino Dourado).
The only surving copies are in the Spanish Embassy to the Vatican and in the archives of the Society of Jesus in Rome.

2 — *CHRISTIANI PVERI INSTITVTIO*, Adolescentiae qve persugium: autore Ioanne Bonifacio Societatis Iesv. cum libri unius, & rerũ accessione plurimarũ. Cum facultate Superiorum Apud Sinas, in Portu Macaensi in Domo Societatis Iesv. Anno 1588.

(A new edition of João Bonifacio's book on Christian education, first published at Salamanca in 1575, followed by an edition at Burgos in 1586).
Only one copy has survived. It is in the Ajuda Palace Library, Lisbon.

3 — *DE MISSSIONE LEGATORVM IAPONESIUM AD ROMANAM CURIAM, REBUSQ;* in Europa, ac toto itinere animadversis Dialogvs ex Ephemeride Ipsorvm Legatorvm Collectvs, & in

Sermonem Latinvm Versvs ab Eduardo de Sande Sacerdote Societatis Iesv. In Macaensi portu Sinici regni in domo Societatis Iesv cum facultate Ordinarij, & Superiorum. Anno 1590.

(An account, in dialogue form, of the experiences of the Japanese envoys on their journey from Japan to Rome and back).
Copies of this book have been recorded at the Biblioteca Nacional de Lisboa (2 copies); the archives of the Torre do Tombo, Lisbon; the Library of the Ajuda Palace, Lisbon; the Évora Public Library, Évora, Portugal; the British Museum Library, London; the Bibliotheca Casanatense, Rome; the Library of the University of Seville; the Pei t'ang Library, Peking; the Oliveira Lima Collection of the Catholic University of America (Washington, D. C.); the Library of the late Prof. Shigetomo Koda, and an incomplete copy (dated 1589) in the Coimbra University Library. Coimbra, Portugal.

4 — *SANCTOS NO GOSAGVEO-NO VCHI NVQIGAQI* quan dai ichi, Filenno Cvni Tacacvno Gvn Iesvs no Companhiano Collegio Gazzusa ni voite Superiores no von yuruxi uo comuri core uo fan to nasu mono nari. Goxuxxe irai MDLXXXI.

サントスの御作業の内抜書

(Compendium of the Acts of the Saints, volume the first. Printed at Katsusa, 1591).
The only known copy of the original is in the Bodleian Library, Oxford.

5 — *FIDES NO DOXITO* xite P. L. Luis de Granada amaretaru xo no riacu. Core uo Companhia no Superiores no go faicacu vomotte Nippon no cotoba ni vasu. Iesvs no Companhia no Collegio Amacusa ni voite Superiores no go men qio toxite core uo fan ni qizamu mono nari. Go xuxxe yori MDLXXXXII.

ヒデスの導師

(An adaptation of Frey Luís de Granada's *Quinta parte de la Introduction del Symbolo de la Fe* in Japanese translation. Printed at Amacusa, 1592)
The only known copy is in the Library of Leyden University.

6 — *NIPPON NO IESVS* no Companhia no Superior yori Christan ni soto no cotouari uo tagaino mondo no gotoqu xidai uo vacachi tamo Doctrina. Iesvs no Companhia no Collegio Amacusa ni

voite Superiores no von yuru xi uo comuri, core uo fan to nasu mono nari. Toqini go xuxxe no Nenqi, 1592.

ドチリナ・キリシタン

(This is known as *Doctrina Christian*, the earliest of these to the printed in Japan. Printed at Amakusa, 1592).
This book was discovered in 1903 by Naojiro Murakami in the Passos Manuel Lyceum, Lisbon. Later it was lost, to turn up in a Spanish booksellers' catalogue. In 1917 it was acquired by Baron Iwasaki for the Toyo Bunko (Oriental Library), Tokyo, where a facsimile reproduction was made.

7 — *DOCHIRINA KIRISHITAN*

どちりいな・きりしたん

(This is the earliest book of Christian Doctrine in Japanese characters. The title page is missing. It has been dated 1592, and is believed to have been printed at Amakusa, 1592).
Sir Ernest Satow discovered the only known printed copy in the *Biblioteca Barberini* (Vatican Library).

8 — ばうちずもの授けやう

(neither the title nor the date has survived, but the first heading of the books indicates that it gives «salutary advice on the method of administering Baptism and exhorting the sick to receive the Sacrament of Penance. It is said that this book must have been published at Amakusa in 1593).
Said to have been at one time in the Passos Manuel Lyceum, Lisbon, this book was acquired at London by Chozo Ito. It is now in the Tenri Central Library. No other copy is known to exist.

9 — *THE NEXT VOLUME CONSISTS OF THREE BOOKS:*
NIFON NO COTOBA TO, Historia no narai xiran to fossvrv fito no tameni xeva ni yavaragvetarv Feiqe no Monogatari. Iesvs no Companhia no Collegio Amacusa ni voite Superiores no go menqio to xite core uo fan ni qizamu mono nari. Go xuxxe yori MDLXXXXII

口訳平家物語

(Feiqe Monogatari — a Japanese historical classic — explained in colloquial for the study of the language and history of Japan).

ESOPO NO FABVLAS. Latinuo vaxite Nippon no cuchito nasu mono nari — Iesvs no Companhia no Collegio Amacusani voite Superiores no gomenqiotoxite coreuo fanni qizamu mono nari. Goxuxxe yori MDLXXXXIII.

伊曽保物語

(Aesop's Falles, translated from Latin into Japanese. 1953), followed by a new title: *Xixo Xixxo* nadono vchiyori nuqi idaxi, quincuxuto nasu mono nari. Vocata soresoreni chusuru mono nari.

金句集

(A collection of proverbs extracted from the Four Books and the Seven Books, etc).
This volume is in the British Museum Library. In recent years several editions have been published in Japan.

10 — *EMMANVELIS ALVARI E SOCIETATE IESV DE INSTITVTIONE GRAMMATICA*, Libri Tres. Coniugationibus accessit interpretatio Iapponica. In Collegio Amacvsensi Societatis Iesv. Cvm Facultate Svperiorvm. Anno MDXCIIII.

拉丁文典

(Father Manuel Alvares' celebrated Latin grammar, in an abridged form, adapted to the needs of students in Japan). One copy in the *Biblioteca Angelica*, Rome, and one in the Evora Public Library.

11 — *DICTIONARIVM LATINO LVSITANICVM, AC IAPONICVM*, ex Ambrosii Calepini volumine depromptum: in quo omissis nominibus proprijs tam locorum, quàm hominum, ac quibusdam alijs minùs vsitatis, omnes vocabulorũ significationes, elegantioresq; dicendi modi apponuntur: in vsum, & gratiam Iaponicae iuventutis, quae Latino idiomati operam nauat, nec non Europaeorũ, qui Iaponicũ sermonem addiscunt. In Amacvsa in Collegio Iaponico Societatis Iesv cum facultate Superiorum. Anno MDXCV.

拉葡日対訳辞典

(Based on Ambrosio Calepino's Latin dictionary).
Copies have been found in the Bibliothèque de l'Institut, Paris;

the Bodleian Library, Oxford; the Library of the University of Leyden; the British Museum Library; the Marsden Library at King's College (now the School of Oriental and African Studies); the Pei-t'ang Library, Peking (2 copies); and one contemporary transcript in the Ajuda Palace Library, Lisbon.

12 — *CONTEMPTVS MUNDI JENBU.* Core yo vo itoi, Iesv Christono gocoxeqiuo manabi tatematçuru michiuo voxiyuru qio. Nippon Iesvsno Companhia no Collegio nite Superiores no goguegiuo motte coreuo fanni firaqu mono nari. Toqini goxuxxeno nenqi, 1596.

コンテンツス・ムンヂ

(A Japanese translation of *The Imitation of Christ* by Thomas a'Kempis. According to Japanese scholars the idiom makes it one of the best pieces «of religious literature in Japan, both Christian and non-Christian»).
One copy in the *Bodleian Library,* Oxford and another in the *Bibliotheca Ambrosiana,* Milan.

13 — *EXERCITIA SPIRITVALIA IGNATIJ DE LOYOLA.* Cum Facultate Superiorum. In Amacvsa in Collegio Iaponēsi Societatis Iesu. MDXCVI.

精神の鍛錬

(This book is the so-called *versio vulgata,* in Latin, of the Spanish original).
The only known copy is in the possession of Count Oppersdoff, Oberglogau, Upper Silesia, Germany.

14 — *COMPENDIVM SPIRITVALIS DOCTRINAE* ex varijs Sanctorum Patrum sententijs magnà ex parte collectum: Avtore Reverendiss. P. F. Bartholomeu de Martyribus, Archiepiscopo Bracharensi, & Hispaniarum Primate. In Collegio Iaponico Societatis Iesu cum facultate Ordinarij, & Superiorum. Anno 1596.

精神修養の提要

(A work on the spiritual life, written by the Venerable Frey Bartolomeu dos Martires, Archbishop of Braga, first published at Braga, Portugal, in 1564. It was a popular work and several editions were printed in various places in Europe).

For a long time the very existence of this book was not known to scholars until a copy was found in the old Portuguese Mission's library at Peking, the *Pei-t'ang Library.* Another copy was found soon after at the Augustinian Convent, Manila (not destroyed during World War II as it was sent to the Convent of the order in Valladolid) and a copy was offered for sale by a New York bookseller in 1949, to be acquired eventually by the Tenri Library, Japan.

15 — *SALVATOR MVNDI:* Confessionarivm in Collegio Iaponico Societatis Iesv. Cum facultate Superiorum. MDXLVIII.

サルヷトール・ムンヂ

(A work on confession, in cursive Chinese characters and hiragana symbols).
A copy, the only one known, is in the Biblioteca Casanatense, Rome.

16 — *RACVYOXV.* In Collegio Iaponico Societatis Iesv. Cum facultate Superiorum. Anno MDXCVIII.

落葉集

(A dictionary in three parts, containing Chinese characters in the first part, with the Japanese *kana* syllabary in the second. These two parts are dated 1598. A third part, published in 1599, classifies the characters according to their radicals with *on* and *kun* readings).
The only copy to contain the three parts is in the British Museum, while copies with the first two parts are to be found in the Leyden University Library; the Bibliothèque Nationale, Paris and the Archives of the Society of Jesus in Rome.

17 — *GVIA DO PECADOR.* In Collegio Iaponico Societatis Iesv. Cum facultate Ordinarij, & Superiorum. Anno MDXCIX.

ぎや・ど・ぺかどる

(An abridged version in Japanese of the well known work by the Dominican Frey Luis de Granada, of which a large number of editions have appeared in several European languages. It appears that a later edition was printed in 1602).
Quite a number of copies are known to exist, some, however, as fragments, which makes it difficult to tell whether they are from the 1599 or 1602 edition. Copies have been recorded at

the British Museum Library, London; the Escorial Library, Spain; the Bibliothèque Nationale, Paris; the Bibliotheca Barrini (Vatican Library), Rome; the Library of King Manuel, Vila Viçosa, Portugal; the archives of the Society of Jesus, Rome; the Biblioteca Nacional de Lisboa, Portugal; the Tenri Central Library, Japan; and the library of Prof. C. R. Boxer.

18 — *DOCTRINA CHRISTAN*. In Collegio Iaponico Societatis Iesv. Cum facultate Ordinarij & Superiorum. Anno 1600.

ドチリナ・キリシタン

(This is an enlarged edition of the early book printed in 1592, in Latin).

Only one copy of this book is known to exist, it is in the library of the Marquis Tokugawa, at Mito, Japan.

19 — *DOCTRINA CHRISTAN*. Nagasaqvi ex Officina Goto Thome Soin typographi Societatis Iesv. Cum Facultate Ordinarij, & Superiorum. Anno 1600.

どちりな・きりしたん

(Another edition of the *Dochirina Kirishitan*, 1592. The name of Goto Thomas Soin appears at the printer, and bears out the reported change mentioned by Father Gabriel de Matos, in 1603, that the Jesuit press began working in two separate departments, one for books in Latin and the other for Japanese texts).

The only known copy in Biblioteca Casanatense, Rome.

20 — *ROYEI-ZAFITSU*. In Collegio Iaponico Societatis Iesv. Cum facultate Ordinarij, & Superiorum. Anno 1600.

倭漢朗詠集巻之上

(An anthology of poems for recital, on subjects such as the perishableness of human life, on Japanese heroes and various prayers).

Only one copy, in the Escorial, Spain.

21 — *DOCTRINÆ CHRISTIANÆ RUDIMENTA*, cum alijs pijs Orationibus. Nagasaqvi ex Officina Goto Thome Soin typographi Societatis Iesv. cum facultate Ordinarij, & Superiorum, 1600.

おらしよの翻訳

(A prayer book and catechism in Japanese and Latin).

The only known copy was acquired by the Tenri Central Library, Tambaichi, Japan, in 1941.

22 — *APHORISMI CONFESSARIORVM EX DOCTORUM SENTENTIJS COLLECTI*. Avtore Emanvele Sa Doctore Theologo Societatis Iesv. In Collegio Iaponico eiusdem Societatis, cum facultate Ordinarij, & Superiorum. Anno Domini, 1603.

金言集

(A reprint of the book on theology by Father Manuel Sa, S. J., the first edition of which was published at Venice in 1595. The Japanese edition was an exact reprint of the Manila edition of 1600.

The only copy was discovered by Father Henri Bernard-Maitre, S. J., in the Pei-t'ang Library, Peking, in 1936.

23 — *VOCABVLARIO DA LINGOA DE IAPAM* com a declaração em Portugues, feito por algvns Padres, e Irmãos da Companhia de Iesv. Com licença do Ordinario, & Superiores em Nangasaqui no Collegio de Iapam da Companhia de Iesvs. Anno MDCIII.

日葡辞典

(A Japanese-Portuguese dictionary containing about 30,000 words, based on the Latin-Portuguese-Japanese Dictionary of 1595).

Only five copies have been found in modern times: Bodleian Library, Oxford; the Bibliothèque Nationale, Paris; the British Museum Library, London; the Biblioteca Pública de Évora, Évora, Portugal; and the Dominican Convent, Manila. A han-written contemporary copy in the Ajuda Palace Library, Lisbon.

24 — *ARTE DA LINGOA DE IAPAM* composta pello Padre Rodriguez Portugues da Cõpanhia de Iesv diuidida em tres Livros. Com licenca do Ordinario, e Svperiores em Nangasaqui no Collegio de Iapão da Companhia de Iesv. Anno 1604.

日本文典

(Printing began in 1604 but was completed in 1608, according to the colophon).

Two copies have survived, one in the Bodleian Library, Oxford and the other in the library of the Earl of Crawford.

25 — 太平記抜書

26 — *MANVALE AD SACRAMENTA ECCLESIÆ MINISTRANDA.* D. Ludouici Cerqueira Iaponensis Episcopi opera ad vsum sui cleri ordinatum. Cvm Approbatione, et Facvltate. Nangasaquij, in Collegio Iaponico Societatis Iesv, Anno Domini, MDCV.

サクラメント提要

(A ritual in Latin adapted to the needs of the churches in Japan).

Copies are to be found in the archives of the Society of Jesus, Rome; the British Museum, London; the Toyo Bunko (East Asiatic Library), Tokyo; the Library of Sophia University, Tokyo; the Public Library of Toulouse, France; three copies in the Pei-t'ang Library, Peking.

27 — *SPIRITVAL XVGVIO NO TAMENI YERABI ATÇUMURU XU-QUANNO MANUAL.* Core Iesvsno Companhia ni voite amitatçuru mono nari. Svperioriesto, Ordinariono yuruxino comuri, Nagasaqi Iesvsno Companhiano Collegioni voite fanni firaqu mono nari. 1607.

スピリツアル修業鈔

(A manual of meditations, in three parts, chosen with regard to the Spiritual Exercises).

One copy has survived in the Cathedral of Nagasaki, and another copy was discovered in the Franciscan Convent at Manila, in 1941 (but was lost during the War), before the war. Another copy was sent to the Franciscan College in Valladolid.

28 — *FLOSCVLI EX VETERIS, AC NOVI TESTAMENTI,* S. Doctorvm, et Insignivm Philosophorvm Floribvs Selecti. Per Emanuelem Barretum Lusitanum, presbyterum Societatis Iesv. Cum facul-

tate Ordinarij, & Superiorum. Nangasaqvij. In Collegio Iaponico eiusdem Societatis. Anno Domini MDCX.

聖教精華

(An anthology, compiled from the Bible and the Christian philosophers and other, on the virtues and vices, written by Father Manuel Barreto).

One copy in the Toyo Bunko (East Asiatic Library), Tokyo and one purchased after the War by Paul C. Blum in Italy. A third copy is to be seen in the Biblioteca Pública in Oporto, Portugal.

29 — *CONTEMPTVS MVNDI.* Miaci ex Officina Farada Antonii. Cum facultate ordinarij, et Superiorum. Anno 1610.

こんてむつす・むん地

(A shortened edition of the earlier edition of 1596, by Thomas a Kempis, in Latin and Japanese. The printer seems to have been a Japanese Christian layman).

The only surviving copy was in the hands of Mr. Ikenaga before the war, but has been acquired by the Tenri Central Library in Japan.

30 — *FIDES NO QVIO.* Nagasaqvi ex Officina Goto Thomae Soin Typographi Societatis Iesv. Cum facultate Superiorum, & Ordinarij. Anno Domini 1611.

ひですの経

(A version in Japanese and Latin of Frey Luis de Granada's Introduction del Symbolo de la Fe, first published at Salamanca in 1582. It differs from the earlier book printed in Japanese in 1599).

The only known copy was reported to be in private hands in the U. S. A.

31 — 太平記抜書・巻第二

32 — *ARTE BREVE DA LINGOA IAPOA* tirada da Arte Grande da mesma lingoa, pera os que começam a aprender os primeiros

principios della. Pello Padre Ioam Rodrigves da Companhia de Iesv Portuguez do Bispado de Lamego. Diuidida em tres Livros. Com licença do Ordinario, & Superiores. Em Amacao no Collegio da Madre de Deos da Companhia de Iesv. Anno MDCXV.

(This is an abridgement of the large grammar of 1604-08).

Copies in the School of African and Oriental Studies, London University and the Library of the Ajuda Palace, Lisbon; and a contemporary manuscript copy in the Bibliothèque Nationale, Paris.

Besides these books, of which copies are known to exist, Father Johannes Laures, S. J., cities at least 37 titles of books and sheets which are believed to have been printed, according to contemporary writers, but have not been traced. Besides these, old manuscript transcripts of over 30 books and documents have been found. All these have been listed and described in full by Father Johannes Laures, S. J., in *Kirishitan Bunko,* Tokyo, 1940; *Supplement to Kirishitan Bunko,* Tokyo, 1951, and the 3rd, revised, edition of the same book, published at Tokyo in 1959, quoting earlier authorities and newer sources.

APPENDIX II

The following is a list of the fuller titles of the xylographic works printed at Macao or in China, referred to and described by Prof. C. R. Boxer in his article in the *Journal of the Royal Asiatic Society,* 1947, Parts 3 & 4, pp. 199-215, with acknowledgements to the author and the Committee of the Royal Asiatic Society.

1. *Sapientia Sinica, Exponente P. Ignacio a Costa Lusitano Soc. Ies. a P. Prospero Intorcetta Siculo eiusd. Soc. orbi proposita. Kien cham in urbe Sinaru Provinciae Kiam Si. 1662. Superiorum permissu.* [Kien-chang 1662].

Boxer quotes Cordier to list copies in:

British Museum, London
Bibliothèque Nationale, Paris
Imperial Library (former), Vienna
National Library, Palermo, Italy
Siccawei Jesuit College, Shangai (incomplete copy).

2. *Sinarum Scientia Politico-Moralis... P. Prospero Intorcetta Sicvlo Societatis Iesu in Lucem edita.* [Canton, 1667 — Goa, 1669].

According to Cordier and Pelliot copies in:

Bibliothèque Nationale, Paris
National Library, Palermo, Italy
Imperial Library (former), Vienna
School of Oriental Studies, London
Vatican Library, Rome
Academia de la Historia, Madrid

and Boxer saw a copy in:

National Library, Peking

3. *Innocentia Victrix sive Sententia Comitiorum Imperij Sinici pro Innocentia Christianae Religionis Lata Juridice per Annum 1669. Ivssu R. P. Antonij de Gouvea Soc^{is} Iesu, Ibidem V. Provincialis Sinico-Latine exposita In Quam cheu metropoli provinciae Quam tum in Regno Sinarum. Anno Salvatis Hvmanae* MDCLXXI. [Canton, 1671].

According to Cordier and Pelliot copies in:

Vatican Library, Rome (4 copies)
Bibliothèque Nationale, Paris (3 copies)
Academia de la Historia, Madrid (2 copies)
School of Oriental Studies, London
British Museum, London
University Library, Munich
Copy sold by Quaritch, London, in 1898
Copy in the library of Sir Leicester-Harmsworth

and Boxer records copies as follows:

Lenox Collection of the New York Public Library
Bibliotheca Lindesiana
Copy in Boxer's library
Imperfect copy disposed of by Boxer

4. *Epistola P. Ferdinandi Verbiest Vice-Provincialis Missionis Sinensis, anno 1678 die 15 augusti, ex Curia Pekinensi in Europam ad Socios missa.* [Peking, 1678].

According to Cordier and Pelliot copies at:

Brussels (2 copies)
Vatican Library, Rome (2 copies)
Siccawei Jesuit Library

and Boxer records copies in:

Bollandist's Library
Jesuit Archives, Rome
National Library, Peking

5. *Relatio Sepvltvrae Magno Orientis Apostolo S. Francisco Xaverio erecte in Insula Sanciano anno saeculari* MDCC. [? Peking, 1700].

According to Cordier and Pelliot copies at:

Brussels (3 copies)
School of Oriental Studies, London
British Museum, London
Toyo Bunko, Tokyo
Cordier's copy
Pelliot's copy
Copies offered in Maggs Bros. catalogues (2 copies)
Truncated copy of Mr. Norris
Acquired at Paris by the Japanese in 1922
Academia de la Historia, Madrid

Boxer records:

National Library, Peking
Bodleian Library, Oxford
Mensing Collection in the Scheepvaart Museum, Amsterdam

6. *Brevis Relatio eoru, quae spectant ad Declarationem Sinaru Imperatoris Kam Hi circa Caeli, Cumfucij, et Auoru cultu, dalam anno 1700. Accedunt Primatu, Doctissimoruq. viroru, et antiquissimae Traditionis testimonia. Opera PP. Societ. Jesu Pekini pro Euangelij propagatione laborantium.* [Peking, 1701; and Canton, 1702].

According to Cordier and Pelliot copies at:

Bibliothèque Nationale, Paris (2 copies)
Academia de la Historia, Madrid (2 copies)
British Museum, London

Vatican Library, Rome
National Library, Palermo, Italy
Bollandist Library
University of Petrograd
Pelliot's copy
Offered by Hierseman, Leipzig
Maggs Brothers, London

Boxer records:

University Library of Gottingen
Scheepvaart Museum, Amsterdam
Maggs Brothers sold in 1946
Boxer's copy
Bodleian Library, Oxford (4 copies)

7. *Arte de la Lengua Mandarina compuesto por el M. R°, P°, Fr. Francisco Varo de la sagrada Orden de N. P. S. Domĩgo, acrecentado, y reducido a major forma, por N°, H°, Fr. Pedro de la Pinuela P°r y Comissario Prov. de la Mission Serafica de China. Anadiose un Confesionario muy util, y provechoso para alivio de los nuevos Ministros. Impreso en Canton ano de 1703.* [Canton, 1703].

According to Cordier and Pelliot (*apud* Boxer) the following have been recorded:

Montucci-Klaproth copy sold by Hiersemann, Leipzig
Father J. B. d'Illiceto-Fourmont
De Guignes-Landresse
University of Munich
University of Kazan
Asiatic Museum, Leningrad
Vatican Library (2 copies)
Imperial Library (former), Vienna
Bibliothèque Nationale, Paris
School of Oriental Studies, London
Bibliotheca Lindesiana (Lord Crawford's copy)
Offered by Quaritch in 1886
Offered by Maggs Brothers in 1931

8. *Exemplar Epistolae R. P. Fr. Dominici Navarrete sacri Ordinis Praedicatorum data Cantone 29 Septembris anni 1669. Ad R. P. Antonium de Gouvea Societatis Jesu. Vice Prouincialem V. Prouinciae Sinensis.*

Juxta Originale, quod asseruatur Pekini in Collegio eiusdem Societatis. [Peking, 1704].

The only recorded copy is in Boxer's collection; a facsimile limited edition at Macao in 1947.

9. *Relacion sincera, y verdadera De la justa defension De las Regalias, y privilegios de la Corona de Portugal En la Ciudad de Macao, Escrita Por el Doctor D. Felix Leal de Castro, en la misma Ciudad A 4 de Febrero de 1712. Impressa en Hiang Xan con las Licencias necessarias.* [Heungshan, 1712].

Based on Pelliot, Boxer records:

Sir Leicester Harmsworth (sold in 1946)
Sold by Maggs Brothers in 1921 to Japan
Pelliot's copy

to which should be added:

Manisola Library of Visconde de Esperança
Library of Arquivo Histórico Ultramarino, Lisbon

10. *Informatio pro Veritate contra iniquiorem famam sparsam per Sinas cum calumnia in PP. Soc. Jesu, & Detrimento Missionis. Comunicata Missionariis in Imperio Sinensi. Anno 1717.* [Peking, 1718].

Boxer, based on Cordier and Pelliot, records:

British Museum, London (2 copies)
Vatican Library, Rome (2 copies)
National Library, Palermo
Bibliotheca Corsali, Rome
Maggs Brothers catalogue in 1921
Boxer's library

11. *Jornada, que o senhor Antonio de Albuquerque Coelho Governador, e Capitam Geral Da Cidade do Nome de Deos de Macao na China, Fes de Goa athe chegar a ditta Cidᵉ Dividida em duas partes. Offerece esta obra a Sua Senhoria O Capitam Joam Tavares de Velles Guerreyro Seo menor Servidor.* [? Heungshan, 1718].

According to Boxer:

Biblioteca Nacional, Lisbon
Torre do Tombo, Lisbon
Library of the Ajuda Palace, Lisbon (2 copies)
British Museum, London
Boxer's library

and a copy in:

Manisola Library of Visconde de Esperança.

BIBLIOGRAPHY

1. Henri Cordier. *L'Imprimerie Sino-Européenne en Chine. Bibliographie des ouvrages publiés en Chine par les Européens au XVII et au XVIII siècle* (Paris, Imprimerie Nationale, 1901).
2. —— *Bibliotheca Sinica, Dictionnaire Bibliographique des ouvrages relatifs à l'Empire Chinois, Deuxième édition, revue, corrigée, et considérablement augmentée,* 5 vols. (Paris, 1904-1924).
3. Paul Pelliot. Articles in *T'oung Pao, Archives concernant l'Histoire, les langues, la Géographie et l'ethnographie de l'Asie Orientale.* Vol. XXIII, No. 5. pp. 355-372 (Leiden, 1924) and Vol. XXVI, p. 48 (Leiden, 1927).
4. R. Streit and J. Dindinger. *Bibliotheca Missionum,* Vol. V (Aachen, 1929) and Vol. VII (Aachen, 1931).
5. *Bibliotheca Lindesiana. Catalogue of Chinese Books and Manuscripts* (privately printed: Aberdeen University Press, 1895).
6. Maggs Bros., Ltd. Sale Catalogues Nos. 408 [1921]; 452 [1924]; 521 [1929]; and 555 [1931] (London, 1921-1931).

APPENDIX III

Books published at Macao from 1815 to 1834. Those with an (*) were printed at the printing press of the English East India Company.

* 1. San Yu-Low: or the Three Dedicated Rooms. A tale translated from the Chinese. By J. F. Davis, Esq. of the Honble. Company's China Establishment, Canton, China. Printed by order of the Select Committee; at the Honourable East India Company's Press, by P. P. Thoms, 1815, pp. 56, in-8º.

* 2. Translations of extracts from the Peking Gazette, from the original Chinese with notes. By Robert Morrison, Canton, China. Printed by order of the Select Committee at the Honourable East India Company's Press, by P. P. Thoms. Macao, 1815, — pp. 42 in-8º.

* 3. A DICTIONARY OF THE CHINESE LANGUAGE, in three parts. Part the first, containing Chinese and English, arranged according to the Radicals. By the Rev. Robert Morrison, Vol. I. Part I. Macao: printed at the Honourable East India Company's Press, by P. P. Thoms, 1815, in-4º, XVIII, 930 pp.

* 4. Dialogues and Detached Sentences in the Chinese Language; with a free and verbal translation in English. Collected from various sources. Designed as an initiary work for the use of students of Chinese. By Rev. Robert Morrison. — Printed at the Honourable East India Company's Press, by P. P. Thoms, Macao, 1816 — in-8º, pp. viii, 262.

* 5. Observations on the Expediency of opening a Second Port in China, addressed to the President and Select Committee of Supracargoes for the Management of the Affairs of the Honourable East India Company in China. — 1817, in-8º, pp. 42.

* 6. The public are hereby respectfully informed that there is now published at Macao, in China, a Dictionary of the Chinese Language; to consist of three parts... The Author of the above work, the Rev. R. Morrison, has directed his attention to the collection of materials for it during the last ten years... Printed by P. Thoms, Macao 1817.

* 7. A View of China, for Philological Purposes; containing a Sketch of Chinese Chronology, Geography, Government, Religion & Customs. Designed for the use of persons who study the Chinese Language. By the Rev. R. Morrison. — Macao. Printed at the Honourable East India Company's Press, by P. P. Thoms. Published and sold by Black, Parbury and Allen, Booksellers to the Honourable East India Company, London, 1817. in-4, pp. vi. 141.

* 8. A Dictionary of the Chinese Language, in Three Parts. Part the Second. Chinese and English, arranged phonetically. Vol. I. By the Rev. Robert Morrison. — Printed at the Hon. East India Company's Press by P. P. Thoms, Macao, 1819. in-4, pp. xx, 1,090.

* 9. The Affectionate Pair, or the History of Sun-kin. A Chinese tale. Translated from the Chinese by P. P. Thoms. Printed in the service of the Hon. East India Company, China. — Printed for Black, Parbury, and Allen, London, 1820. in-12, pp. iv, 104.

10. A ABELHA DA CHINA. The first number of this journal appeared on Thursday, Sept. 12, 1822.

11. GAZETA DE MACAO, the first number of which appeared on Jan. 3, 1824, the last number on Dec. 30, 1826.

* 12. A Grammar of the English Language. For the use of the Anglo-Chinese College. By Rev. Robert Morrison. — Printed at the Honourable East India Company's Press, by P. P. Thoms, Macao, 1823, in-8, pp. 97.

* 13. (Hien Wun Shoo) — Chinese Moral Maxims, with a free and verbal translation; affording examples of the Grammatical Structure of the Language. Compiled by J. F. Davis — Printed at the Honourable Company's Press, by P. P. Thoms, Macao, 1823. in-8, pp. viii, 199.

* 14. A Vocabulary containing Chinese words and phrases peculiar to Canton and Macao and to the Trade of those Places; together with the titles and address of all the Officers of Government, Hong Merchants, etc., etc. Alphabetically arranged, and intended as an Aid to Correspondence and Gonversation in the Native Language. — Printed at the Honourable Company's Press by P. P. Thoms, Macao, China, 1824. in-8, pp. 77.

* 15. Hwa Tsien (the Flower's Leaf), Chinese Courtship. In verse. To which is added an Appendix treating of the Revenue of China, etc., etc., by Peter Perring Thoms, London, Parbury, Allen & Kingsbury; Macao, Printed at the Honourable East India Company's Press, 1824, in-8, pp. XVI — 339.

16. Questao entre dois boticarios, n.p., Macao; n.d. 1827, in-8, pp. iii, 10 and iv, 10.

17. THE CANTON REGISTER. The first number appeared on November 8, 1827. Started at Canton, this newspaper removed to Macao when the foreign merchants had to leave at the end of each trading season. It was printed, thus, at Canton for six months of the year and at Macao during the other six. When there were difficulties at Canton, the printing press remained at Macao.

18. Grammatica Latina, ad usum Sinensium Juvenum post longam experientiam redacta, a J. A. Gonsalves Congregationis Missionis presbytero post longam experientiam redacta et Macao in regali collegio Sancti Joseph Facultate regia typis mandata. — Tipografia do Seminario, Macao, 1828. — in-8, pp. 232.

19. Arte China, constante de alphabeto e grammatica, comprehendendo modelos das differentes composições, composta por J. A. Gonçalves. Sacerdote da Congregaçao da Missao. Impressa com licença regia no real collegio de S. Jose, Macao, Anno de 1929. — in-4, pp. viii, 503, 48. Indice, correçoes e addiçoes.

* 20. Vocabulary of the Canton Dialect. By R. Morrison. Part I — English and Chinese; Part II — Chinese and English; Part III — Chinese words and phrases. Macao, China. Printed at the Honourable East India Company's press by G. J. Steyn and Brother, 1828. — in-8, pp. 138.

21. Diccionario Portuguez-China, no estylo vulgar mandarim, e classico geral, composto por J. A. Gonçalves, Sacerdote da Congregaçao da Missao, M. R. A. S. — Impresso com licença regia no Collegio de S. Jose, Macao, Anno de 1831. — in-4, 2 cols. pp. iii, 872.

* 22. The Anglo-Chinese Kalendar and Register, for the year of the Christian AEra 1831, corresponding with the Twenty-eighth year of the Chinese cycle of sixty years. — Printed at the East India Company's Press, by G. J. Steyn and Brother, Macao, China, 1831. in-8.

* 23. NOTICE. Com.co: «Several recent acts of the Chinese Government have compelled the President...». R. Hudleston, Secretary, British Factory, Macao, 20th May, 1831.

* 24. RESOLUTIONS of the British Merchants of Canton, Canton, 30th May, 1831.

* 25. NOTICE. Com.co: «The President, etc., Select Committee on the 20th Ultimo gave public notice...». H. H. Lindsay, Secretary, British Factory, Macao, June 10th, 1831.

* 26. THE CANTON MISCELLANY. The first number appeared in June, 1831 and the last was dated May, 1832.

27. CHINESE COURIER AND CANTON GAZETTE.

* 28. A Catalogue of the Library of the British Factory at Canton. — Macao, 1832.

* 29. The Anglo-Chinese and Kalendar Register, for the year of the Christian AEra 1832. Corresponding with the Twenty-ninth year of the Chinese Cycle of Sixty Years, which 29th year commences on the 2d. of February, 1832. With a Companion — Macao, China: Printed at the East-India Company's Press, by G. J. Steyn and Brother.

* 30. Companion to the Anglo-Chinese Calendar, 1832.

* 31. Contribution to an Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China, principally of Macao, of the Portuguese Envoys and Ambassadors to China, of the Roman Catholic Missions in China and of the Papal Legates to China. By A. L. Kt. Macao, 1832. — in-8, pp. xiv, 174.

* 32. A Dictionary of the Hok-keen Dialect of the Chinese Language, according to the reading and colloquial idioms: containing about 12,000 characters, the sounds and tones of which are accurately marked; and various examples of their use, taken generally from approved Chinese authors. Accompanied by a short historical and statistical account of Hok-keen: a Treatise on the Orthography of the Hok-keen Dialect; the necessary indexes, &c. By W. H. Medhurst, Batavia. Printed at the Monourable East India Company's Press, by G. J. Steyn and Brother, Macao, China, 1832. — in-4, in 2 columns, pp. 1, xiv, 860.

33. THE CHINESE REPOSITORY.

34. Diccionario China-Portuguez, composto por J. A. Gonçalves, Sacerdote da Congregaçao da Missao. Impresso com licença regia no Real Collegio de S. Jose, Macao, Anno de 1833. — in-4, 2 cols. pp. iii, 1026, 2 and 126.

35. Evangelist and Miscellanea Sinica.

36. A Sermon preached on board the American ship «Morrison» — Macao, 1833.

* 37. (Poeseos Sinensis Commentaru) — On the Poetry of the Chinese (from the Royal Asiatic Transactions) to which are added, translations and detached pieces. By J. F. Davis. Printed at the Honourable East India Company's Press, by G. J. Steyn and Brothers, Macao, China, 1934. in-8, pp. 199.

APPENDIX IV

Copies of the correspondence authorising the setting up of the printing press at the Seminario de S. José may be seen in «*LIVRO da Copia legal dos Alvaras, Avizos, Cartas Regias, &ª e mais papeis perten-*

centes a Camara Episcopal de Macao» in the Ecclesiastical Archives at Macao, ff. 90-94, (kindly furnished by Father B. Videira):

«To His Excellency Joze Joaquim da Silva Freitas,
«Illustrious and Excellent Sir,

«December 29, 1818.

«Enclosed is a Copy of the representation made by the new Superior of the Royal College of St. Joseph, in continuation of that of his predecessor, which showed how difficult it is not to have the services of a printing press for translations of Chinese Books needed for the work of the missionaries. A request was made that permission be granted in this College, where Father Joaquim Affonço Gonçalves, who is sufficiently (only sufficiently) able to undertake this work, with the help of manuscripts (old manuscripts, among them possibly the dictionary, still inedited, of the Jesuit Father Semedo) which should be availed of.

«It seems to me that this proposal is all the more interesting because it will not be a charge on the Royal Exchequer, as the Royal College has undertaken to take this upon it self as well as the supervision of the work, for they have more than one person capable of undertaking its proper supervision and I do not hesitate to bring this to your Honour's attention to convey to the Royal Presence of His Majesty, in expectation that he will instruct as His Royal Intelligence decides for the protection, preservation and improvement of his Royal Patronage of Missionary Services.

«May God preserve you for many years,

«(Sd) Miguel de Arriaga Brum da Silveira

«Macao, December 29, 1818»

* * *

«ROYAL NOTIFICATION REGARDING ST. JOSEPH'S PRINTERY
«1819 — October, 1

«Most Excellent and Most Reverend Sir,

«The communication from the Chief Justice of the City of Macao enclosing Your Honour's letter was presented to His Majesty and His Majesty has designed to grant the per-

mission asked for, on the terms of the reply given to the said Chief Justice, copy of which I also forward to Your Honour, to show that His Majesty being desirous of promoting, by every means, the healthy objectives of the Missions, has not wished to prevent the success of your work and has permitted the use of the printing press, the supervision of which His Majesty commits to your zeal and care.

«May God guard Your Honour,
«(Sd) Conde dos Arcos
«at the Palace of Rio de Janeiro,
«October 1, 1819

«To the Bishop of Macao»

* * *

«Honoured Sir,

«Your communication of December 29 of last year was presented to His Majesty and he has approved the request made by the Priests of the College of St. Joseph, and permits the use of the printing press for the papers and books needed in their missionary work. His Majesty has considered fit to approve the request, and orders that this be entrusted to this institution, in the care and under the direction of the priests of the said College, exclusively for the purposes mentioned, and under the supervision of the Diocesan Prelate. This is transmitted to Your Honour for your information.

«May God guard Your Honour,
«(Sd.) Joze Joaquim da Silva Freitas
«Conde dos Arcos, Secretary of State,
«At the Palace of Rio de Janeiro, October 1, 1819.

«To Senhor Miguel de Arriaga Brum da Silveira.»

GOA PRÉ-PORTUGUESA

Por *JOAO MANUEL PACHECO DE FIGUEIREDO*

SIGLAS

ABORI	Annals of the Bhandarkar Oriental Research Institute, Poona
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa
AHEI	Arquivo Histórico do Estado da Índia, Goa
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa
APO Cunha Rivara	Archivo Portuguez Oriental
APO Bragança Pereira	Arquivo Português Oriental (Nova Edição) Documentos coordenados e anotados por A. B. de Bragança Pereira. Bastorá, 1938
AR	Asiatic Review
ASI, ASWI	Archaeological Survey of India, of Western India
BACIL	Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa
BAL	Biblioteca da Ajuda, Lisboa
BISMQ	The Bharata Itihasa Sanshodhaka Mandala Quarterly, Poona
BISMIM	The Bharata Itihasa Sanshodhaka Mandala Historical Miscellany
BIVG	Boletim do Instituto Vasco da Gama, Goa
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
CC	Corpo Cronológico, colecção documental do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa
EC	Epigraphia Carnatica by Lewis Rice (12 volumes), Bangalore, 1898-1905
EI	Epigraphia Indica and Records of the Archaeological Survey of India (18 volumes), Calcutta, 1892-1925-1926
IA	The Indian Antiquary
IC	Indian Culture
IPR	Indo-Portuguese Review
JAHRS	Journal of the Andhra Historical Research Society

JASB	Journal of the Asiatic Society of Bengal
JBBRAS	Journal of the Bombay Branch of the Royal Asiatic Society, Bombay
JBHS	Journal of the Bombay Historical Society, Bombay
JBORS	Journal of the Bihar and Orissa Research Society, Patna
JIH	Journal of Indian History
JMU	Journal of the Madras University
JNSI	Journal of the Numismatic Society of India
JRAS	Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland, London
JUB	Journal of the University of Bombay
NIA	New Indian Antiquary
OP	Oriente Português, Nova Goa
OP nova série	Oriente Português, Revista da Comissão Permanente de Arqueologia (nova série), Bastorá
QJAHRS	Quarterly Journal of the Andhra Historical Research Society, Rajahmandry
QJMS	The Quarterly Journal of the Mythic Society, Bangalore.

CRONOLOGIA DA HISTÓRIA DE GOA DESDE AS ORIGENS ATÉ A MORTE DE AFONSO DE ALBUQUERQUE

1 — Império Mauria (séculos II AC — VII-VIII AD)
Chandragupta, Bindusara, Ashoka e seus sucessores
2 — Bhojas (séculos VI-VIII AD)
3 — Andhrabhrityas (séculos I AC — II AD)
4 — Scito-partos (séculos II — IV AD)
5 — Abhiras (até século IV AD)
6 — Batpura (século IV-VI AD)
7 — Chalukyas de Badami (séculos VI-VIII AD)
8 — Rashtrakutas de Malked (séculos VIII-X AD). Feudatários: Silaharas do Sul
9 — Kadambas de Goa
10 — Yadavas de Devguiri (séculos XII-XIII)
11 — Império de Vijayanagara (séculos XIV-XV)
12 — Reino Bahmani do Decão (século XV)
13 — Bijapur
14 — Portugueses (século XVI em diante)
15 — Conquista de Goa por Afonso de Albuquerque
A cidade de Goa entregou-se pacificamente em 1 de Março de 1510, segundo Gaspar Correia (Lendas da Índia, II, p. 59), ou em 28 de Fevereiro de 1510, segundo Brás de Albuquerque (Comentarios do Grande Afonso Dalboquerque, Parte II, Capítulo XX)
16 — Conquista de Goa por Ismail Adil Shah (23 de Maio de 1510)
17 — Reconquista de Goa por Afonso de Albuquerque (25 de Novembro de 1510)
18 — Morte de Afonso de Albuquerque (15 de Dezembro de 1515).

«Não se tratava ali de uma colonização ordinária. Não se tratava de conquistar regiões incultas ou florestas virgens, desapossando algumas pobres tribos selvagens, como tantas vezes se tem feito por esse mundo, com maior ou menor rudeza, desumanidade e injustiça. Na Índia o caso era diverso. Os europeus, e primeiro os Portugueses, acharam-se em face de uma civilização completa. Civilização diversa da sua, inferior em muitos traços, superior em alguns.»

(Conde de Ficalho, *Garcia de Orta e o seu tempo*)

1.ª PARTE

Fundamentos geográficos e humanos da história de Goa

CAPÍTULO I

Relações entre a geografia e a história de Goa

«Adiante ao longo da costa está um mui formoso rio, que lança dous braços ao mar, entre os quais se faz uma ilha, em que está uma cidade mui grande, de boas casas, bem cercada de fortes muros, torres e cubelas, ao redor dela muitas ortas e pomares, com mui formosas arvores e tanques de boa agua».

(*Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa*, 1516).

«Terra em si graciosa, variada com vales e cabeços, de bons ares e aguas, fertil de todas as cousas que nela se plantam e semeiam».

(João de Lucena, *Historia da Vida do Padre Francisco de Xavier e do que fizerão na India os mais Religiosos da Companhia de Iesu*, 1600).

Quando, volvendo os olhos para o passado, indagamos à tradição e aos monumentos a História dos nossos Maiores e da terra em que vivemos, a primeira pergunta que nos ocorre é

naturalmente a seguinte: onde, quando e como nasceu esta individualidade colectiva chamada *Goa*?

Os limites tradicionais de Goa confundiam-se, nas suas linhas gerais, com os do Concão Meridional. Escreve Tomé Pires (1515) que o reino de Goa era limitado: ao norte pelo rio de Carepatão (Kharepatan), ao sul pelo rio de Cintacora (Chitakal), a oeste pelo mar e a este pela terra firme (1). Afonso de Albuquerque, escrevendo quase na mesma época, inclui Condall (Kudal) e Çupá no território de Goa (2). Enquanto Diogo do Couto e Faria y Sousa parecem supor que Goa pertencera sempre ao Canará (Karnataka) (3), João de Barros escreve que pertenciam a Goa: ao norte as tanadarias de Bandá e Cudal (Kudal) e ao sul Cintacora (Chitakal), acrescentando: «A todo o maritimo que contamos até a serra Gate (Gates Sahyadri), que vai ao longo da costa, com que elle faz huma comprida e estreita faixa de terra, chamam elles Concan (Konkana) e aos povos propriamente Conquenijs (Konkanigas ou Konkanis), postoque os nossos lhe chamam Canarijs (Kanaddis ou Karnatakis)» (4). A opinião de Barros é confirmada por D. João de Castro na *Cosmografia do Reino de Daquem* (1538-39): «os moradores do Concão são concanis, onde agora, corrompido o vocabulo, dos Portugueses são chamados canarys» (5).

(1) Tomé Pires, *Suma Oriental* (Biblioteca Nacional de Lisboa) *Cf.* Armando Cortesão, *The Suma Oriental of Tomé Pires and the Book of Francisco Rodrigues.*

(2) *Cartas de Afonso de Albuquerque,* I, p. 26 (22 de Dezembro de 1510).

(3) Couto, *Da Asia,* Década IV, Livro X, Capítulo IV, p. 426.
Faria y Sousa, *Asia Portuguesa,* II, p. 189.

(4) Barros, *Da Asia,* Década I, Parte II, Livro IX, Capítulo I, pp. 295-06.

(5) D. João de Castro, *Primeiro Roteiro da Costa da India desde Goa até Diu, narrando a viagem que fez o Vice-Rei D. Garcia de Noronha em socorro desta última cidade,* Porto, 1843.

«A gente natural da Ilha (Goa) e das terras della se chama canari (kanaddi) porque dali começa o Canará» (D. Alvaro da Costa, *Tratado*

Segundo João de Barros, os primeiros habitantes de Goa eram «gente pobre que desceu dos Gates de cima da terra Canará» e começou a «aplanar e a cultivar os sapaes a maneira dos adiques de Flandres» (6). Também o P. Francisco de Sousa escreve que «os primeiros povoadores de Salsete, e de todas as mais terras de Concão, que das raízes dos Gates se estendem até ao mar, foram homens pobres, que desceram com suas famílias do Canará, em séculos mui antigos, e não se sabe quando» (7). Esta versão baseia-se certamente na tradição corrente em Goa nos séculos XVI e XVII sobre a imigração dos *curumbins* [*k(win)unbis*], supostos descendentes de uma das grandes raças da Índia Meridional, os *kurumbars* (8), e considerados, de longa data, como os fundadores do Sistema das Comunidades. Tanto João de Barros como o P. Francisco de Sousa não se referem, no entanto, a uma outra tradição, mencionada pelo P. Jacobo Fenício (9), e muito popular entre os Brâmanes de Goa: Parasurama, encarnação (*avatar*) de Vishnu, teria estabelecido em Goa uma colónia de 96 famílias de brâmanes que se espalharam pelas aldeias das Ilhas de Goa, Salsete, Bardês, Perném e Kudal.

Cordilheira dos Gates descendo em degraus até a margem, planalto íngreme e estéril opondo-se ao vale verdejante e inun-

da viagem da India Oriental à Europa nos anos de 1610 a 1611, Biblioteca Pública do Porto, MS 482, fls. 101).

«As quais terras de Goa começão do rio Hentacora (Cintacora, Chitakal) da tanadaria de Sanviser (Silveshvar), que é o extremo das terras de Canará (Karnataka) de Garsoppa e vão fenecer no rio de Tamboná tanadaria de Salcy (Sadshi), e que se chama Acherá (Acharê), e desde as águas vertentes do Gate (Gates Sahyadri) até o mar com todo o Conquão (Konkana) de Porbuly (Parbuli) ficando e entrando também nesta demarcação Dabul com suas terras» (APO Cunha Rivara, Fascículo V, Parte I, Doc. 153, p. 268).

(6) Barros, *Da Asia,* Década II, Livro V, Capítulo I.

(7) P. Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado,* Vol. I, Conq. I, II-56.

(8) *Cf.* Ketkar, *History of Caste in India,* Ithaca, 1909.

(9) The *Livro da Seita dos Indios Orientais* of Father Jacobo Fenicio S. J. Ed. Jarl Charpentier, Uppsala, 1933, p. 67.

dado, pântanos e pousios florestais, litoral com planícies aluviais inclinadas do rebordo interior — tal era a paisagem que se apresentava a esses primeiros povoadores, o ambiente geográfico onde iria desenvolver-se e tomar forma a sua actividade.

Começaram os novos habitantes a desbravar a terra, tornando-a habitável, valorizando-a nas suas potências naturais, pela cultura do arroz e plantação de palmares e arecais. Ao princípio, organizaram-se em tribos nómadas que se dedicavam à vida pastoril, pastagem do gado e caçada com arco e flecha no matagal interior. Mais tarde, quando conseguiram dominar os perigos da natureza rústica, optaram pela vida sedentária: fixaram-se nos vales férteis, sulcados pelos grandes rios, em grupos ou *aldeias*, tendo cada aldeia a respectiva *comunidade*: é a origem do Sistema das Comunidades de Goa.

A comunidade da aldeia era composta de *vangores* ou descendentes dos primeiros cultivadores dessa aldeia (*gãocares*) e regia-se por um conjunto de normas de carácter político, económico e administrativo, fundadas na tradição e consagradas pelo costume. As principais características da comunidade eram as seguintes: governo autónomo; instituições autónomas para jurisdição administrativa, fiscal, judicial e eleitoral; poder legislativo exercido por uma assembleia de representantes livremente eleitos, mas sendo as decisões submetidas ao assentimento dos vangores; poder executivo confiado a um conselho administrativo e a funcionários especiais; poder judicial exercido pelo juiz ou oficial de justiça de cada aldeia (10).

Entre os habitantes de cada aldeia surgiram tradições espirituais comuns. Se as Comunidades estão hoje reduzidas a simples associações agrícolas, na sua forma original eram verdadeiras *repúblicas* autónomas: cada núcleo tinha a sua assem-

(10) *Cf.* Filippe Nery Xavier, *Bosquejo Historico das Comunidades das Aldeas dos Concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez* (edição revista e acrescentada por José Maria de Sá), Bastorá, 1903, I, pp. 94-101.

Altekar, *A History of Village Communities of Western India*, Oxford, 1927.

bleia, a sua escola, a sua divindade tutelar (o *Deus patrono* da Comunidade). Procurava-se, assim, organizar um património espiritual, ou melhor, justificar na esfera das crenças o conceito de unidade social, criado e moldado pela experiência histórica e determinado por razões de ordem geográfica, política e económica.

Com as invasões das dinastias do Decão introduziu-se em Goa o sistema monárquico. As diversas *repúblicas* comprometeram-se, então, a pagar ao monarca um tributo chamado *Khoshi-vrat*, isto é, *contribuição voluntária*, continuando a desfrutar das regalias e dos privilégios consignados pela tradição. As novas dinastias fixaram-se nas margens dos grandes rios, em centros de cultura, onde viviam sacerdotes e monarcas com a sua corte e o seu exército.

Descendo do interior para o litoral, os primitivos habitantes de Goa avistaram o mar: o infinito das águas, povoado de lendas e mistérios, despertava e atraía o espírito aventureiro desses «homens do mar (...) que começaram a fazer naos grandes e navegaram por todas as partes da India» (11). A própria configuração geográfica de Goa tornou-se o impulso da navegação e do comércio marítimo. Os estuários dos rios, ao tempo muito mais largos e navegáveis, constituíam um abrigo seguro na época das monções. A vida do mar era, na verdade, o modo de vida típico do povo de Goa, antes da sua conquista pelos Portugueses. O comércio à distância aproximava Goa, nos séculos XI e XII, dos principais portos do Oriente, como os de Gujrat, Kathiawar, Malabar, Ceilão, Bengala e Malaca. E quando Afonso de Albuquerque a conquistou em 1510, era Goa um importante centro do comércio de cavalos de Ormuz e Arábia, que eram reexportados para Decão e Índia do Sul.

A ilha de Goa — «ilha cercada d'agua, de muita renda e muito proveitosa, barra de muita água, porto morto de todolos

(11) *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque*, edição prefaciada e revista por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.

ventos, ilha de muitos mantimentos e muita criaçam» — como a descrevia o imortal Terríbil — era, no século XVI, verdadeiro baluarte de defesa, na confluência do Mandovi e do Zuari, virando-se para o oceano pelo morro do Cabo. Na passagem do Extremo Oriente para a Arábia e Pérsia, e, mais tarde, com a rota portuguesa do Índico, para a Europa e África, era Goa o porto obrigatório e seguro, um dos mais concorridos do mundo, a encruzilhada por excelência das linhas de navegação e estradas marítimas do Oriente.

Frei João dos Santos dá-nos uma elegante descrição geográfico-etnológica da Ilha de Goa e seus arredores, no seu livro *Ethiopia Oriental:*

«Esta ilha de Goa tem de comprimẽto quasi tres legoas, & largura em partes de hũa, & no mais estreito menos de meya legoa. He toda cercada de terra firme, & de outros ilheos, que estão ao redor della. O rio, que a cerca, he meya legoa de largura em partes, & noutras muyto menos de meya. Muyta parte desta ilha he cercada de muy grosso, & forte muro de pedra & cal, fortalecida de baluartes, & particularmente nos lugares por onde podia ser entrada dos inimigos da terra firme (...). Ha nesta ilha muitas aldeias, pouoadas dos naturaes da terra; dos quaes os mais são já Christãos, filhos & netos de Christãos. Muytos palmares, onde ha casas sumptuosas, forradas, & pintadas. Muitas hortas cheas de altos, & formosos aruoredos; boa hortaliça, & muitas batatas e ananazes. Muitas ribeyras, & fontes d'agoa doce, que recolhe em grandes tanques para se lauar, & nadar nelles (cousa muy costumada de todos na India) & algũs são de pedraria laurada de muyto custo, & cercados de Arecaes, & outras aruores frescas de diuersas castas, & frutos, como são mangas, iaquas, carambolas, iambos, mirabulanos, grãdes cidras, & limões; figueiras da India, que dão grandes ramos de figos; algũas parreiras, & figueiras de Portugal, q̃ dão figos pretos muito bõs, semelhantes a figos rebaldios. Tẽ muitas aruores tristes,

que todas as noites, verão, & inuverno carregão de flor branca, ao modo de flor de jasmim, que cheyra suauissimamente, & quando saye o sol, lhe cae toda, & tomãdo a noite, lhe nce outra de nouo. Dos pẽs destas flores (q̃ são amarellos) usão em lugar de açafrão, depois de secos & pisados. Em algũas partes da ilha estão muitas marinhas de sal de muita renda. Ha muitas & boas pescarias, onde se toma muito peixe. Tem bom pão de trigo Anafil; boas carnes de vacca, carneiro, galinhas, cabritos, lebres; o que tudo trazem a esta ilha da terra firme, viuo, à vender por preço accomodado.

«(...) a ilha & cidade de Goa he a principal terra, & cabeça de toda a India (...) a nobre cidade de Goa (...) A qual he Metropole, & cabeça de toda a India, muito formosa, & fresca, pellos muitos bosques, & aruoredos, que tem dentro de si, em muitos quintaes & hortas» (12).

É dentro deste quadro geográfico e humano que vemos desenvolver-se a História de Goa, condicionada por todos os factores resultantes da sua estreita ligação com o mar e com o interior.

Afonso de Albuquerque tinha razões de sobra para reconhecer em Goa — *a maior cousa destas partes, a may de todala India por assy estar no meo dela.*

CAPÍTULO II

A identificação de Goa na geografia antiga

I — *Goa na literatura e epigrafia da Índia Antiga*

Como era designada Goa na Índia Antiga?

A epopeia hindu Mahabharata (Bhishma Parva IX 43) refere-se a Goa com o nome sânscrito *Gomant*, palavra que

(12) Frei João dos Santos, *Varia Historia das Cousas Notáveis do Oriente*, II Parte de *Ethiopia Oriental*, Livro IV, Capítulos I e II.

significa *país semelhante ao paraíso, terra fértil e de boas águas.* O cronista Barros, que nunca esteve na Índia, escreveu na sua *Asia:* «A ilha (Tissuary) em si he *terra graciosa, e de boas agoas*, e não alagadiça, mas empolada com alguns cabeços, que fazem a maneira de Valles...» ([13]). Em diversos outros monumentos da literatura indiana lê-se a palavra *Gomant* para designar Goa: Harivamsa (Vishnu Parva XXXIX 64); Brihat Samhita IX 13; Markandaya Puranna LVII 13; e Sahyadri-Khanda do Skanda Puranna II-III ([14]).

O historiador goês V. Valaulicar sustentou que proveio de *Gomant* a palavra *Gova* ou *Govẽ*, nome popular de Goa. A sua hipótese foi, porém, rejeitada pelo Prof. Kane, para quem este nome teve a sua origem no sânscrito *Gopak* ([15]).

([13]) Barros, *Da Asia*, Década II, Livro V, Capítulo I.

([14]) *Markandeya Purâna* translated with Notes by Eden Pargiter. Calcutta, 1904 (Bibliotheca Indica).

The Sahyâdri Khanda of the Skanda Purâna (a Mythological, Historical and Geographical Account of Western India). Ed. J. Gerson da Cunha. Bombay, 1877, p. 539.

The Mahabharata by Krishna-Dwaipayans Vyasa. Translated into English prose from the Original Sanskrit Text by Pratap Chandra Roy, C. I. E., Vol. IV, Bhisma Parva (New Edition), Calcutta.

Harivansa ou *Histoire de la famille de Hari*, traduit par M. A. Langlois, Paris, 1834, Tome I, p. 410.

Segundo o Mahabharata e os Purannas, *Gomant* (Goa) foi o recesso escolhido por Siva, depois de abandonar a esposa nos píncaros dos Himalaias, e o lugar da batalha entre Krishna e Jarasandha. (*Cf.* Macdonnel, *A History of Sanskrit Literature*, London, 1800).

([15]) *Valaulicar, Gõecaranchi Gõeãbhaili Vasnuk*, Bombay, 1928.

Vividh-dnyana-Vistar (revista marata de Bombaim), Janeiro de 1931 e Junho de 1933.

Kane, Ancient Geography and Civilization of Maharashtra. Maharashtra Sahitya Patrika (revista marata de Bombaim), III-2 e IV-1, 2.

Pissurlencar, *Inscrições pré-portuguesas de Goa (breves notas)*, O P. Nova série. N.º 22 (1938).

Cf. o artigo «Antiquities of Goa» por E. N. Danaito in *Bombaense* (27 de Agosto de 1904) e as conferências de José Nicolau de Fonseca in *India Portuguesa* (28 de Novembro e 5 de Dezembro de 1874).

Os nomes *Gopakapattana*, *Gopakpur* e *Govẽ* designavam Goa Velha, onde ficava a capital do Reino dos Kadambas de Goa ([16]). Dois factos confirmam a hipótese do Prof. Kane: 1.º Gopak é a raiz comum de Gopakapattana e Gopakapur, significando este último nome «cidade de *Gopak*»; 2.º Por um fenómeno vulgar na linguística e toponímia, a designação restrita a determinada cidade provàvelmente se generalizou à própria Ilha de Goa, designada numa inscrição antiga pelo nome de *Gopakdwipak* (Ilha de *Gopak*) ([17]).

Diversos outros nomes designavam Goa, tais como *Gomanchala*, palavra mencionada no *Sahyadri-Khanda of the Skanda Purâna* (capítulo XIV) e *Govapuri* (Cidade de *Gova*), citada em diversas inscrições e peças literárias ([18]).

Mais tarde, com o estabelecimento definitivo dos Portugueses na Índia, Goa passou a ser conhecida como *Firangana*, isto é, *terra portuguesa*. Diversos documentos maratas mencionam este nome, entre outros a crónica marata de Sabhard, composta em 1696.

II — *Goa na Geografia Greco-Romana*

Os primeiros escritores gregos que se referiram à Índia foram Heródoto e Herkataios. Se a invasão de Alexandre Magno, é certo, havia alargado e objectivado o horizonte humano e o quadro de notícias geográficas sobre o Oriente, o contacto entre

---

([16]) Cunha Rivara, *Notícia dos Reis de Goa da Dinastia Kadamba*, Instituto Vasco da Gama, III, p. 557.

Fleet, *Inscriptions relating to the Kadamba Kings of Goa*, JBBRAS, IX, p. 301.

([17]) Inscrição de Jayakesi I (1059 AD). Publicada por George M. Moraes, *The Kadamba Kula*, Bombay, 1931, pp. 394-400.

([18]) *The Sahyadri Khanda of the Skanda Purâna (a Mythological, Historical and Geographical Account of Western India).* Ed. J. Gerson da Cunha. Bombay, 1877. O nome *Govapuri* é mencionado no Suta Samhita XVI e na inscrição publicada no JBBRAS IV, pp. 107-8.

Macedónia e a Índia concretizou-se sòmente com a fundação do reino de Bactriana. Megástenes, na sua qualidade de embaixador de Seleukos Nikator na corte de Chandragupta Mauria em Pataliputra (Patna), compilou uma descrição completa da geografia e etnologia da Índia — a famosa *Indika,* um dos monumentos imorredouros da História da Humanidade.

Estrabão (Strabo), geógrafo romano que viveu entre 50 A C e 20 A D, refere-se ao Concão com o nome *Kom Kvi:* é esta a primeira referência ao Concão como província distinta na Índia.

Nos primórdios da era dos Descobrimentos Portugueses, o *Mapa-Mundi* de Ptolomeu e o *Periplo do Mar Eritreu* (19) continuavam a ser as fontes essenciais dos conhecimentos geográficos na Europa Medieval. Um erro grosseiro assinalava a Geografia de Ptolomeu: o seu conceito do Índico, fechado como um mar interior, pelo prolongamento da África para leste até unir-se com a China.

Os geógrafos gregos dividiam a costa ocidental da Índia em três zonas: *Larike, Ariake* e *Limurike.*

D'Anville, o primeiro a confrontar a Geografia Antiga da Índia com a moderna, identificou Goa com *Nelkünda* do *Periplo*

(19) Sobre a identificação de Goa no *Mapa-mundi* de Ptolomeu e no *Periplo do Mar Eritreu,* pode consultar-se a seguinte bibliografia sumária:

Geographia Ptolomaei, ed. 1608, lib. VII, cap. I, tab. X.

McCrindle, *Ptolemy's Geography of India and Southern Asia,* IA, pp. 329-330.

Abbé Halma, *Traité de Géographie de Claude Ptolomée.* Paris, 1828.

Vivien Saint-Martin, *Étude sur la Géographie Grecque et Latine de l'Inde, et en particuller sur l'Inde de Ptolémée, dans ses rapports avec la Géographie Sanskrite. Mémoire Analytique sur la Carte de l'Asie Centrale et de l'Inde. Étude sur la Géographie et les populations primitives du Nord-Ouest de l'Inde d'après les hymnes védiques.*

Muller, *Geographia Graeci Minores,* Paris, 1855.

McCrindle, *Anonymi (Arriani ut Fertur) Periplus Maris Erythraei,* IA, VIII, p. 107.

(20) D'Anville, *Antiquité Géographique de l'Inde.* Paris, 1750, p. 83. Éclaircissements géographiques, p. 91.

do Mar Eritreu, designada com variantes noutras fontes históricas: *Nekanidon* por Plínio, *Mellinda* por Ptolomeu e *Ninkilda* nas *Tábuas Pentigerianas* (20). A palavra *Baris,* mencionada no *Periplo,* designaria *Bara-desh,* nome sânscrito do actual concelho de Bardês.

Estudos posteriores situaram Nelkinda mais para sul. Ptolomeu localizou-a no *País de Aioi,* ao lado de *Elangkon* ou *Elangkor, Kottiara, Bammala* e *Komaria.* O povo de Aioi, segundo McCrindle, ocupava o sul de Travancore, e o seu nome talvez fosse a transliteração do sânscrito *ahi,* serpente, querendo indicar o culto da serpente (21). No Mapa chino-japonês da Índia, o nome de Malyakuta é *Hai-an-men,* sendo sugestiva a sua semelhança com o nome *Aioi* do Mapa de Ptolomeu (22).

Melkinda localiza-se no *Periplo* na zona de Limirike, e segundo Renell, ficaria ao sul de Goa, identificando-se esta com *Tyndis,* dos antigos geógrafos gregos (23). Ficava situada na foz de um rio, com o porto de *Bekar* ou *Becare,* que segundo Muller, corresponde agora a Markari, mas Yule coloca-o entre Kanetti e Kolum, em Travancore (24).

Para Vincente, a palavra *Aigidioi* do *Periplo* designaria *Goa,* embora outros autores como d'Anville e Fra Paolino de S. Bartolomeu a tivessem identificado, por simples semelhança de nomes, com a ilha de Angediva (25).

Gosselin identificou Goa com *Tricadiba Insula* do Mapa de Ptolomeu, Lassen e Muller sugeriram a sua identificação

(21) McCrindle, *Ptolemy's Geography of India and Southern Asia,* IA, pp. 329-330.

(22) Cunningham, *Geography of Ancient India,* I, p. 552.

(23) Renell, *Memoir,* London, 1798, p. XXXVIII.

(24) Muller, *Geographia Graeci Minores,* Paris, 1855, I, p. 296.

(25) Vincent, *The Periplus of the Erythreaean Sea,* London, 1800, II, p. 391.

D'Anville, *Antiquité Géographique de l'Inde,* Paris, 1750, p. 83. Éclaircissements géographiques, p. 91.

Fra Paolino da S. Bartolomeo, *Viaggio alle Indie Orientali,* Roma, 1796, p. 153.

com o nome *Khersonesos* indicado no *Periplo do Mar Eritreu,* e a localidade *Armagara,* um pouco para norte do rio Nanagouna, seria o actual Cabo de Rama ([26]).

McCrindle, no seu importante estudo sobre a Geografia de Ptolomeu, identificou Goa com *Kouba,* que Ptolomeu coloca em *Limirike* (117-15.º). A identificação seria decisiva se se pudesse localizar *Naroulla* e *Paloura,* dois nomes que o geógrafo alexandrino aponta ao lado de *Kouba,* a oeste de *Pseudostomos.* A possível identificação de Goa com *Kouba* serviu a V. Valaulicar para fundamentar a derivação da palavra *Gova* (Goa) do sânscrito *Gomant* ([27]).

O mercador grego Kosmas Indikopleustes, na sua obra *Topographia Christiana* (530-550 AD) descreve a povoação de

---

([26]) Gosselin, *Recherches sur la Géographie Systematique et Positive des Anciens,* Paris, 1790, III, p. 208.

Lassen, *Indischer Altherthumskunde,* Bonn, 1852, III, p. 187.

Muller, *Geographia Graeci Minores,* I, p. 296.

Segundo McCrindle, o nome Nanagouna significa em sânscrito «possuído de muitas virtudes». Escreve Campbell: «The river Nanagouna here is generally supposed to be the Kalinadi, though in its upper course it seems to represent the Tapti, and a confusion with the Nana pass led Ptolemy to bring it into connection with the rivers Goaris and Bênda» (IA, XIII, p. 328).

([27]) McCrindle, *op. cit.,* IA, XIII, p. 367.

Paloura, segundo Caldwell, é nome tamil cujo significado é «cidade de leite» (Caldwell, *Comparative Grammar of Dravidian Languages,* II, ed. 1875, Introduction, p. 104).

Escreve McCrindle:

«Kouba — this is generally taken to be Goa or Govā, the capital of the Portuguese possessions in India, and there can be little doubt of the correctness of the identification. The two towns Naroulla and Paloura, which Ptolemy places with Kouba to the west of the Pseudostomos, cannot be identified. To judge from his figures of longitude, Paloura lay 15' farther east than Kouba, but as he makes the coast run «eastward instead of southward, it must be considered to have lain south of Kouba» (McCrindle, *op. cit.,* IA, XIII, p. 367).

Sibor, identificada com Goa, a *Sindabur* dos Árabes, como um dos melhores portos marítimos do Ocidente da Índia ([28]).

A investigação histórica vai elucidando, dia a dia, com novos e concludentes elementos, as relações culturais e comerciais entre Grécia, Roma e a Costa do Malabar. Notícias curiosas sobre a Geografia e Etnologia da Índia chegaram ao nosso actual conhecimento através dos livros de Diódoro, Plínio e Estrabão (século I AC). O tráfego marítimo, no entanto, normalizou-se sòmente quando, no ano 45 AD, Hippalos fez a sensacional descoberta dos ventos da monção, concebendo a ideia de aproveitar a sua periodicidade para viagens comerciais. Desde então, intensificaram-se as relações entre os portos do Malabar e o Império Romano. Embaixadas do Sul da Índia visitaram os Imperadores Augusto, Cláudio e Julião. Mercadores romanos passaram a frequentar com regularidade os portos e os grandes centros comerciais do Malabar e do resto da Índia. Moedas romanas, descobertas na Índia Meridional, deixam entrever o incremento das suas relações comerciais com o Império Romano. O principal porto do Malabar era, sem dúvida, *Muziris* ou Cranganor, conhecido na Índia como *Muyirikoddu.* Plínio refere-se a Muziris como um dos centros mais importantes do comércio indiano com o Ocidente.

III — *Goa na Geografia Árabe*

Com a queda do Império Romano e o advento da Idade Média, o monopólio comercial do Malabar passou a pertencer a Árabes e Chineses. O viajante árabe Suleiman refere-se a barcos chineses que faziam escala em Quiloa, a caminho do Golfo Pérsico. Marco Polo encontrou mercadores chineses e

---

([28]) McCrindle, *The Topographia Christiana of Cosmas Indicopleustes,* translated and edited by Y. W. McCrindle, Hakluyt Society, London, 1897.

Gazetter of the Bombay Presidency, Gujrat, p. 532.

árabes no Malabar. Os califas de Bagdad patrocinavam com entusiasmo as grandes largadas transoceânicas dos mareantes muçulmanos. As histórias de Sindbad o Marítimo são uma imagem do espírito aventureiro dos Árabes, da sua vocação para a vida do mar.

A maravilhosa situação geográfica de Goa não passou, certamente, despercebida aos navegadores maometanos. Qual a designação de Goa na Geografia Árabe e a sua importância como centro comercial?

Diversos investigadores como Lee, Gildemeister, Reinaud e Badger, identificaram Goa com o árabe *Kawá* ou *Kave* (29). Yule rejeitou esta hipótese, provando que *Kawá* corresponde a Konva ou Cauvey do Mapa de Arrowsmith, ou Gongway ou Conwa de Ritter, ao sul do estuário de Mahi. Partindo da observação de Gildemeister sobre a proximidade de Goa com *Sindabur* ou *Sandabur* da Geografia Árabe, Yule identificou este último nome com a própria Ilha de Goa. Dois motivos levaram Yule a estabelecer esta hipótese: 1.º Segundo o viajante árabe Ibn Batuta, *Sindabur* estava dividida em cerca de 30 aldeias, como a Ilha de Tissuari (30); 2.º Al-Masudi, outro viajante árabe, notou a abundância de crocodilos no porto de *Sindabur*,

(29) Lee, *Travels of Ibn Batuta*, London, 1829, p. 164.
Dephémery Sanguinetti, *Voyage d'Ibn Batoutah*, Texte Arabe accompagné d'une traduction, Paris, 1922, IV, pp. 106-108.
Gibb, *Ibn Battuta Travels in Asia and Africa 1325-1354*, London 1929, p. 241.
Mahdi Hussain, *The Rehla of Ibn Batuta Baroda*, 1953, p. 177.
Gildemeister, *Scriptorum Arabum de rebus Indicis*, Bonn, 1838, p. 46.
Reinaud, *Géographie de Abulfeda*, Paris, 1848, p. CDXXVI.
Badger, *Travels of Ludovico di Varthema*, London, 1868, p. 271.

(30) A Ilha de Tissuari (Goa) teve mais de 30 aldeias, e o seu número variou através dos tempos. Escreve Barros: «Tiçuary trinta aldeas, porque tantas havia nella quando os Mouros a conquistaram» (Barros, *Da Asia*, Década II, Livro V, Capítulo I). *O Tombo* de Francisco Paes (manuscrito do AHEI, 1595) refere-se a trinta e uma aldeias na Ilha de Goa ou Tissuari.

facto que se verificava também em Goa, segundo o cronista português João de Barros (31).

Viajantes e geógrafos árabes, como Al-Masudi, Al-Idrisi, Rashid-ud-din, Abulfeda e Ibn Batuta puseram em relevo as importantes relações comerciais de *Sindabur* com outros povos do Oriente.

Al-Masudi (943 AD) coloca *Sindabur* ou Goa no País de Bughara (Balhara, na Índia), situada num golfo onde havia muitos crocodilos. Al-Beruni, outro viajante árabe, natural de Balkh, na Ásia Central (1021 AD), acompanhando Mahmud de Ghazni nas suas expedições à Índia, estudou o sânscrito e a etnografia indiana, e na sua *Geografia*, completada em 1030-31 AD, documento valioso, pela imparcialidade da narrativa e da crítica, para a História da Índia dos fins do século X e princípios do século XI, considera *Sindabur* como a primeira entre as cidades costeiras do Malabar, sendo Faknur (Baccanore) a seguinte. Al-Idrisi, o famoso geógrafo a quem se chamou já o *Ptolomeu árabe*, nascido em Ceuta em 1099 AD, expõe no seu tratado os principais descobrimentos marítimos dos Muçulmanos, e descreve *Sindabur* como uma cidade comercial, de lindos edifícios e ricos mercados, situada num grande golfo, dando o seguinte itinerário: «De Baruk (Broach) a Sindabur, ao longo da costa, quatro dias. Daí a Bana (Taná), quatro dias». Rashid-ud-din (1300 AD) escreve no seu tratado: «Para além do Gujrat ficam Konkan e Tana; para além destes países fica o Malabar (...). Os habitantes são todos *samanis* (budistas) e adoram ídolos. Das cidades costeiras, a primeira é *Sindabur*, a seguir Faknur (Baccanore), depois Manjarur (Mangalore) e finalmente o País de Hili (Monte d'Ely)». Abulfeda (1330 AD) diz que um viajante que comece a sua jornada em *Sindapur* para Honawar (Onor) chega ao Malabar. Ibn Batuta, que esteve na Índia em cerca de 1342-49 AD, acompanhou pelo mar o Rei de Onor Djamal-ud-din à ilha de *Sindabur*, conquis-

(31) Barros, *Da Asia*, Década II, Capítulo I, pp 433-44.

tada após grande resistência ([32]). Nas cartas geográficas da Europa Medieval, lê-se também o nome *Sindabur,* mas sob forma corrupta e com diversas variantes: assim, no *Portulano Mediceo* (1350 AD) o nome é *Cintabor,* e na *Carta Catalana* (1375 AD) é *Chintabor.*

Até que ponto podemos dar crédito às narrativas dos geógrafos árabes?

Não faltou quem reconhecesse em *Sindabur* simples corrupção de *Centapour,* que no Mapa de Mandelslo figura ao norte de Goa, entre Dabul e Titanor, ou de *Cintacora* (Sadashiugadd), que formava o limite meridional do Reino do Decão, mas está hoje assente a identificação de *Sindabur* com *Chandrapura* (Chandor), a famosa capital dos Kadambas de Goa. Com efeito, Ibn Batuta, como vimos, confunde *Sindabur* com a própria Ilha de Goa. Esta confusão explica-se fàcilmente, se tivermos na mente que do século XI a XIV a capital dos Reis de Chandrapura (Chandor), isto é, dos Reis Kadambas de Goa, era Gopakapattana (Goa Velha), situada na Ilha de Tisvaddi (Tissuari). Os monarcas, porém, eram conhecidos como *Chandrapura Raya,* isto é, Reis de Chandrapura ou «senhores da cidade de Chandrapura». É de supor, por isso, que Ibn Batuta tivesse denominado *Sindabur* (Chandrapura) à própria Ilha de Goa ou Tissuari. Além disso, os Árabes estrangeiros confundiram, muitas vezes, designando como única terra a cidade de Chandrapura e a Ilha de Tissuari. O livro turco *Mohit,* um tratado com instruções para a navegação dos

(32) Elliot, *History of India as told by its own historians,* London, 1877, Al-Massudi (p. 21), Al-Idrisi (p. 89).

Joubert, *Géographie d'Edrisi,* Paris, 1836, I, p. 179.

Lee, *Travels of Ibn Batuta,* London, 1829, p. 164.

José de Santo António Moura, *Viagens extensas e dilatadas do célebre árabe Abu-Abdullah mais conhecido pelo nome de Ben-Batuta,* Lisboa, Tomo I, 1840, Tomo II, 1855.

Géographie d'Abulfeda, Texte Arabe. Ed. M. Reinaud et M. Le Baron Mac Guckin de Slane. Paris, 1840, II, p. 354.

Sprenger, *Meadows of Gold and Mines of Gens,* London, 1841, p. 346.

mares do Indostão, escrito em 554 pelo almirante muçulmano Sidi Ali Kopudon, refere-se a *Guvah-Sindabur,* juntando os nomes *Guvah* (Goa) e *Sindabur* (Chandrapura) ([33]).

CAPÍTULO III

A arianização de Goa

I—*A infiltração dos Árias na Índia e o problema de arianização*

Nas margens do Indo desenvolveu-se a mais antiga civilização indiana, representada com brilho pelas ruínas de Harappa e Mohenjo-Daro ([34]). Cerca de dez séculos mais tarde, os Árias ou Arianos invadiram a Índia e deu-se a primeira síntese cul-

(33) Yule-Burnell, Hobson-Jobson, *A Glossary of Colloquial Anglo--Indian Words and Phrases, and of Kindred Terms, Etymological, Historical, Geographical and Discursive,* New edition edited by William Crook, London, 1903.

Yule, *Cathay and the Way thither,* London, 1866, II, p. 444.

The Voyages and Travels of J. Albert de Mandelslo, A Gentleman belonging to the Embassy, sent by the Duke of Holstein to the great Duke of Muscovy, and the king of Persia into the East-Indies, London, 1669.

A forma pracrítica de *Chandrapur* é *Chandapur,* e desta derivou o árabe *Sandabur* ou *Sindabur* (*ch* = *tch* indiano = *s* árabe; e *p* indiano = *b* árabe (*Cf.* Pissurlencar, *Ainda a Sindabur de Ibn Batuta,* Nova Goa, 1932, p. 8). Valaulicar sugerira já esta identificação, que, mais tarde, foi seguida por George Moraes e Henry Heras (Moraes, *Sindabur of the Arab Writers,* JIH, Agosto de 1931, X-II, pp. 190-195; Valaulicar, *Goĕcarāchi goĕbhaili Vasnuk,* Bombay, 1928; Heras, *Muhammad bin Tuglak e o Reino de Maabir* BIVG N.º 10, p. 6).

JASB Vol. V, N.º 56, Calcutta, Agosto de 1836, pp. 441, 464.

(34) Brion, *La Réssurection des villes mortes,* Paris, 1938, II, p. 63.

Chanda, *Archaeological Survey of India,* Memoir n.º 31.

Childe, *L'Orient Pré-historique,* traduction française de E. J. Lévy, Paris, 1935.

Fabri, *A Sumero-Babylonian Inscription discovered at Mohenjo-Daro* IC, Abril 1937, p. 663.

Heras, *The Religion of the Mohenjo-Daro People according to Inscriptions,* JUB IV-Part 6, V-Part 1. *Studies* in *Proto-Indo-Mediterranean Culture,* Vol. I.

tural entre os novos habitantes e os drávidas, povo escuro da zona meridional, que vivia em estado adiantado de civilização. O Prof. Glasenapp assemelha a entrada dos Árias na Índia à invasão dos bárbaros na Europa ([35]). Nasceu assim a *civilização ário-dravídica,* com quatro períodos fundamentais: védico, bramânico, jaino-budista e neobramânico ou hindu.

Desconhece-se a pátria original dos Árias. Em sânscrito, a língua clássica da Índia Antiga, a palavra *arya* significa *nobre, fiel excelente, amigo.* Nos Vedas, porém, o termo *arya* é empregado no sentido de *vencedor,* opondo-se a *dassiu* ou *vencido* e *subjugado.* O *Zend-Avesta,* monumento literário da Pérsia, refere-se a uma região chamada *Airyanem Vaejô,* isto é, *fonte* ou *nascente dos Árias.* O Rei Dario I, nas suas inscrições, cognomina-se *Arija,* ariano, da linha ariana. Na Geografia Helénica, a designação *Ariana* abrangia a região compreendida entre o Oceano Índico, o Indocuche e o Cáspio. Para diversos investigadores e orientalistas, o Império Ariano estender-se-ia dos confins do Pamir à Irlanda.

A infiltração dos Árias na Índia obedeceu ao condicionalismo geográfico do sub-continente indiano. A partir do Noroeste, banhado pelo rio Indo, junto ao deserto de Rajputana, a península Indiana apresenta três zonas distintas: o Indostão pròpriamente dito, na planura do Ganges e do Jammuna; o Decão, planalto compreendido entre a cordilheira dos Vindias, que o separam do Indostão, e os rios Krisna e Tungabadra; e a Índia Meridional, ao sul destes últimos rios.

Mackay, *The Indus Civilization,* 1935. *Further Excavations at Mohenjo-Daro,* 1938.

Marshall, *Mohenjo-Daro and the Indus Civilization,* London, 1931.

Puri, *La Civilization de Mohenjo-Daro,* 1938.

Stein, *Early Relations between India and Iran,* AR, XXXIV-117, p. 49.

Venkatesvara, *Proto-Indian Culture, Cultural Heritage of India,* III.

([35]) Glasenapp, *Brahma et Bouddha,* Paris, 1937. Cit. por A. B. de Bragança Pereira, *Etnografia da Índia Portuguesa,* Bastorá, 1940, I.

Logo ao primeiro golpe de vista se verifica, porém, que enquanto no Decão Ocidental (Maharashtra) se fala o *marati,* língua sanscritóide ou ariana, no Decão Oriental (Telingana), os idiomas são *tamilóides* ou drávidas, e, no entanto, o budismo e o hinduísmo ou neo-bramanismo, religiões arianas, propagaram-se por toda a Índia.

Embora o Maharashtra seja o último país ocupado pelos Indo-Árias — escreve Bhandarkar ([36]) — a dominação destes não foi aí menos completa que em todo o Indostão. E, com efeito, tanto no Maharashtra como no Indostão, os Indo-Árias impeliram parte dos aborígenes para os recessos das montanhas e das florestas, e incorporaram o resto na sua sociedade. Mas no extremo meridional e ao oriente do Decão, os Indo-Árias, apesar da penetração e expansão da sua cultura, não conseguiram integrar os indígenas na sua sociedade, exterminar a sua língua e civilização, assimilando-a e adoptando-a em parte. Os Indo-Árias encontraram ao sul da Índia comunidades e reinos bem organizados, e não lhes foi possível extinguir o seu idioma, a sua arte e espiritualidade. A arianização político-social foi, portanto, mais acentuada e vigorosa no Maharashtra e no Indostão do que no resto da Índia ([37]).

Devemos sublinhar, desde já, que a divisão do Maharashtra em Concão e Desh, separados pela cordilheira dos Gates, está em contradição com os ensinamentos da História. Desde os tempos do Mahabharata, o Concão veio sendo considerado como unidade separada e diferente do Maharashtra, e tudo leva a

---

([36]) Bhandarkar, *Early History of the Bekkan down to the Mahomedan Connouest,* Bombay, 1884-1885.

([37]) Barth, *Les Religions de l'Inde,* Paris, 1914.

Dutt, *The Aryanisation of India,* Calcutta, 1925.

Formichi, *La Pensée Religieuse de l'Inde avant Pouddha,* Paris, 1930.

Hopkins, *The Religions of India,* New York, 1895.

Mookerji, *Hindu Civilization,* London, 1936.

Rapson, *Ancient India,* Cambridge, 1914.

Schweitzer, *Les Grands Penseurs de l'Inde,* Paris, 1936.

Vath, *Histoire de l'Inde et de sa culture,* Paris, 1937.

supor, como provamos e esperamos provar neste trabalho, que o Konkan existia já como província distinta na Índia, muito antes do Mahrattan.

II — *O Budismo em Goa e a Arianização*

A arianização de Goa deve ascender pelo menos ao século IV AC., com o domínio dos Maurias e a expansão do budismo e do jainismo, religiões que constituíram a reacção antibramânica.

Dois factos confirmam a influência arianizadora da dominação dos Maurias em Goa: o parentesco idiomático entre o *konkani*, vernáculo de Goa, e o *magadi*, língua de Magada, centro de budismo no reino de Ashoka; e a descoberta de vestígios do culto budista em Goa. O Rev. P.ᵉ Henry Heras S. J., cujas investigações lançaram clarões de luz sobre a História de Goa pré-portuguesa, descobriu em Colvale, modesta aldeia onde se erguia outrora um templo dedicado a Gautama, uma imagem de Buda, de cerca de I ou II século AD, a primeira relíquia do budismo descoberta em Goa ([38]).

As antigas fontes literárias e históricas confirmam a tradição oral e os dados arqueológicos. Na obra *Dvaiasharaya* do poeta jaina Hemachandra, do século XI, fala-se de «*Baudha Jatis que reparam o cabelo e a barba*» (monges budistas ou *bhiksus*) a conversarem com o Rei Kadamba de Goa Jayakesi I, na sua corte de Chandrapura (Chandor) ([39]).

Baseando-se em documentos sanscríticos e budistas de Ceilão e do Tibete, V. Valaulicar demonstrou que em Goa, e muito especialmente na parte meridional de Salsete, estava muito

---

([38]) Heras, *A Newly Discovered Statue of Buddha near Goa*, JPHS, III, (1930).

Em Colvale havia um templo dedicado a Gautama (Francisco Xavier de Costa, *Anais Franciscanos em Bardês*, p. 20).

([39]) IA, IV, p. 233.

vulgarizada a doutrina budista, como por exemplo em Mulém, hoje minúscula aldeia situada ao sul de Cavorim de Chandor e em Rivona, palavra que se supõe derivar de *rishi-vanna*, isto é, *terra dos rishis* (ascetas) ([39a]). Em diversos pontos de Goa (Batagrama, Sanquelim, Langão, Aquém de Navelim), existem *viharas* (mosteiros budistas), hoje conhecidos pela gente da terra como *vivrã*, simples excavações de rocha, quase sempre sem letras, imagens, inscrições ou esculturas, atestando culto budista da seita hinayana. A palavra *vihara* refere-se, em geral, a mosteiro budista, embora seja também usada na epigrafia e documentação antiga tratando-se de mosteiros jainas e hindus. Consta de uma inscrição em cobre, encontrada em Goa, que o Rei Chandravarman, do século IV AD (405-435 AD), fez a doação de um terreno a um *mahavilhara* situado em *Sivapura*, que talvez se identifique com a actual aldeia de Sirodá (Pondá) ([40]).

Ashoka, o Imperador Piedoso, enviou missionários para os seus domínios, no alto e nobre ideal de propagar, pela convicção e tolerância, o bramanismo primitivo. Algumas dessas missões, chegando ao Concão, teriam lançado em Goa os germes da civilização ariana. Aos Maurias, e não às colónias neo-bramânicas, pertence a prioridade da arianização de Goa ([41]).

([39a]) Sobre os mosteiros budistas de Rivona, *vid.* Savardekar, *Gomantaka Parichaya* (em marata), p. 103.

([40]) Valaulicar, *Gõecaranchi gõeãbhaili Vasnuk*, Bombay, 1928.

Sircar, *A Note on the Goa Copper-plate Inscription of King Candravarman*, ABORI, *Silver Jubilee* Volume. Vol. XXIII (1942). Dikshit, *Sivapura (Goa) Plates of Landravarman*, NIA, IV (1941-42), pp. 181-184.

([41]) Hardy, *A Manual of Buddhism*, Edinburgh, 1860, pp. 209-210. 259-260.

Burnouf, *Introduction à l'Histoire du Buddhisme Indien*, Paris, 1844, pp. 252-254.

Segundo Valaulicar, teria desempenhado papel importante na introdução do budismo em Goa um mercador chamado *Purna*, natural de Ambaulim (Quepém), mas que tinha a sua residência em Mulém, onde construíra um edifício chamado *Rogtachandan-mandala*, isto é, o «palácio de sândalo vermelho» (*Cf.* Valaulicar, *op. cit.*, pp. 20-22). A história de

Seriam arianos puros, no sentido restrito da palavra, os missionários de Ashoka? Por certo, não. A fusão de Arianos com aborígenes é confirmada pelo Yajur-Veda, um dos quatro Vedas, monumento literário indiano muito anterior ao budismo, e a própria invasão dos povos brancos da Ásia Central (scitas, cuscitas, turcos) no Indostão, leva a presumir cruzamento entre os diversos povos invasores e os naturais.

Baudhaiana, escritor do século VI AC e contemporâneo de Buda, considera mestiços os habitantes de Arhga e Magada (Behar). Esses *mestiços,* como é óbvio, seriam tanto budistas e jainas como brâmanes, e a alusão não prova necessàriamente que, nesse tempo, *colónias brâmanes* se tivessem estabelecido no Decão. Parece-nos, pois, essencial, em face das conclusões da História, distinguir a *arianização* da *bramanização.* Os brâmanes, seguindo um critério exclusivista, arvorando-se em paladinos da vontade divina, consideravam *puros* apenas os ortodoxos e *sudras* os herejes, entre os quais os budistas, fossem ou não de ascendência ariana. Do primitivo conceito etno-

Purna, porém, parece referir-se a Sopara, o antigo porto do Concão, e não Goa (cf. IBHS 1928, p. 68). O budismo em Goa, como dissemos, devia pertencer à seita *hinayana,* representado pelos *viharas* dos ascetas budistas. Como se sabe, no tempo do Rei Kanishka deu-se a divisão do budismo em duas grandes seitas: *mahayana,* introduzindo a hierarquia eclesiástica, o ritualismo e o culto dos Bodhisavas; e *hinayana,* que se manteve fiel ao primitivo espírito budista. A primeira propagou-se no norte da Índia, graças aos esforços do monge Nagarjuna, e a segunda desenvolveu-se no Sul, em especial no Concão e em Goa (*Cf.* Mudaliyar-Wijesinha, *The Mahavansa,* Colombo 1909. Smith, *The Oxford History of India,* Oxford, 1920, pp. 98-99, 134).

A respeito da expansão do budismo em Goa e no Karnataka, veja-se, por exemplo, o que escreve Saletore: «The various Edicts of Asoka, not to mention other important sources, are in themselves sufficient proof to demonstrate that Buddhism had taken deep roots in Karnataka in the Mauryan age» (Saletore, *Mediaeval Jainism,* p. 6). *Cf.* Rice, *Mysore and Coorg from the Inscriptions,* London, 1909, pp. 13-14. Hayavadana Rao, *Mysore Gazetteer,* I, pp. 295-298. Das investigações de Rice, apoiadas pelos escritos de Megástenes e tradições jainas, conclui-se que o jainismo pene-

-político, a distinção entre o vencedor *(arya)* e o vencido *(dassiu),* passava-se para simples e arbitrária distinção teológica!...

A classificação de Manu obedeceu ao critério da ortodoxia. O ideal dos Brâmanes — escreve Ketkar ([42]) — é reduzir as castas a quatro *(brâmanes, kshatrias, vaicyas, sudras),* para o que invocam a autoridade de Manu; ou, sendo possível, a duas *(brâmanes* e *sudras),* para o que se socorrem dos Purannas, alegando o extermínio dos *Kshatrias* por Parasurama, encarnação de Vishnu. Das leis de Manu ([43]) se depreende que gregos, persas, chineses e drávidas passaram de *Kshatrias,* e portanto, arianos, para *Sudras,* por terem desobedecido aos Brâmanes, rejeitando a lei sagrada. Muitas das classes agrícolas da Índia eram arianas, e, no entanto, foram incluídas no grupo dos *Sudras,* não só devido à sua profissão, mas ainda por terem consentido o casamento das viúvas, proibido pela lei bramânica ([44]). No tempo de Manu, só os *Kshatrias* podiam ser reis. Mais tarde, outras castas reivindicaram este direito, facto confirmado pelo viajante chinês Hiuen Tsiang ([45]). Reza a tradição que foi o *sudra* Chandragupta, o fundador da dinastia Maurya, quem primeiro rompeu a barreira com a ajuda do brâmane Chanakya, após a extinção da dinastia *kshatria* dos Nandas; posteriormente, brâmanes e *vaicyas* foram reis sem perderem a casta ([46]).

O budismo e o jainismo floresceram na Índia ao lado do bramanismo. Embora teòricamente reprovasse as castas, o budismo deixou-se infiltrar pelo sistema ortodoxo que se manteve

trou no Decão no século IV AC, sob o reinado e protecção de Chandragupta Mauria. (Rice, *op. cit.,* I, p. 288).

([42]) Ketkar, *History of Caste in India,* Ithaca, 1909.

([43]) *Manava-Dharma Shastra* (Leis de Manu), X, 43-44.

([44]) Vaidya, *History of Mediaeval Hindu India,* Poona, Vol. I, 1921. Vol. II, 1924. Vol. III, 1926.

([45]) Watters, *On Yuan Chwang's Travels in India.*

([46]) Vaidya, *History of Mediaeval Hindu India.* Poona, Vol. I, 1921. Vol. II, 1924. Vol. III, 1926.

como sobrevivência. Pensadores e mestres de filosofia, brâmanes e *kshatrias*, dirigiam mosteiros budistas sem perderem a casta como distintivo social ([47]). Famílias reinantes, como os Silaharas, os Rashtrakutas e os Kadambas, protegeram as duas correntes de reacção antibramânica ([47]). O bramanismo

---

([47]) Segundo Hiuen Tsang, o irmão do Rei brâmane de Samatata era chefe do célebre mosteiro budista de Nalanda (Watters, *On Yuan Chwang's Travels in India*).

Escreve Saletore:

«Long before the Ganga dominion had actually crumbled, Jainism had fortunately come under the aegis of two royal families, one of whom we have mentioned, the Rashtrakutas, and the other, the Kadambas, about whom we have some interesting details in epigraphs. The Kadambas were essentially Brahmanical in religion. Yet the Kadambas family gave a few monarchs who were devout Jainas, and who were responsible for the gradual progress of that religion in Karnataka» (Saletore, *Mediaeval Jainism*, p. 30).

Os Silaharas diziam-se descendentes de Vidyadhara Jimutavahana, filho de Jimutaketu, e às vezes denominavam-se simplesmente «família Vidyadhara» (*Cf. Vikramankadevacharita*, VIII, 3). Ora os «Vidyadharas» eram uma raça de semi-deuses, mencionados diversas vezes nas inscrições budistas (*Cf.* Buhler, *A Grant of Chittarajadeva. Mahamandalesvara of the Konkana*, IA, V, p. 276; Telang, *A New Silara Copper plate Grant*, IA, IX, p. 46; e JBBRAS, I, p. 210). Das numerosas referências a Siva nas inscrições dos Silaharas parece depreender-se, no entanto, que a família era bramânica sivaíta (*Cf.* JRAS, IV, p. 114; JBBRAS, XII, pp. 331-333; IA, III, p. 317 e V, p. 278). Conf. com a opinião de Kannath Trimbak Telang: «From the numerous references to Siva in the Silara inscriptions, the family may well be inferred to have been devottees of Siva. Jimutavahana's name, however, suggest Buddhist association» (IA, IX, p. 46). Também os Chalukyas se deixaram influenciar durante muito tempo pelo budismo. Numa inscrição de Kirtivarman II (680 da era saka ou 758 AD) fala-se *Pâli-dhvaja* (bandeiras), designação que Rice interpretou como nome de origem budista (Rice, *The Chalukyas and Pallavas*, IA, VIII, p. 24); sòmente 30 anos depois desta inscrição, em 788 AD, é que os budistas foram estabelecer-se em Kandy (Ceilão) e Hemantala, o último príncipe budista, converteu-se ao jainismo (*Cf. The Mackenzie Collection. A Descriptive Catalogue of the Oriental Manuscripts, and other articles illustratives of the Literature, History, Statistics and Antiquities of the*

no Sul da Índia, conforme observou o historiador indiano S. K. Aiyangar, é misto de védico e não védico, e a reacção jaino-budista não conseguiu impedir o seu progresso ([48]).

Assim se compreende, portanto, como o budismo floresceu e se desenvolveu em Goa a par do bramanismo.

«A Índia — escreveu Keith — tem um génio especial para converter e assimilar tudo quanto seja estranho à sua filosofia e mentalidade tradicional». No século II AD, à decadência do budismo seguiu-se o advento do hinduísmo, sistema construído sob influência do bramanismo primitivo, do budismo e da religião das populações meridionais que haviam assimilado a civilização ariana. O hinduísmo ou neobramanismo considerou Buda como *avatar* (encarnação) de Vishnu, surgindo-nos assim como

---

South of India, collected by the late H. H. Wilson, Esq. (2nd edition, Calcutta, 1828 — Madras, 1882, I, p. 1 xv).

([48]) Escreve Aiyangar:

«Cataclysmal irruptions of foreigners causing revolutionary changes in doctrines and practice there were none. Into South India, the immigrant Brahmans brought with them the pristine religion of the *Veda* which produced protestant movements like Jainism and Buddhism in the north. They found a congenial home in the south and went on developing peacefully without being subjected to agressive influences like that of Buddhism under Asoka. Other influences there were, and these evoked responses by way of modifications and readjustments, but beyond these there wase nothing of a radical character by way of change. Buddhism and Jainism flourished, but flourished side by side with Brahmanism, and with it controversies apparently were under the control of the civil authorities for the time being. When the religion of *bhakti* came in, probably in two ways, one in a somewhat developed form from the north, and perhaps another by a process of natural evolution from the popular culture of the time, a series of influences came into rivalry with the Vedic religion of the Brahmans. One could see a serious effort at the reconciliation of the one with the other, and the result for South India is a compromise which exhibits a school of *bhakti* wich on the one side countenances *Vedic* ritual and preserves it to a considerable extent; and on the other adopted some even perhaps of the non-Vedic practices and gave them a place in the religious system of the Hindus of to-day». (S. K. Aiyangar, *Some contribution of South India to Indian Culture*, Calcutta, 1923, pp. 313-314).

sistema universal de todas as correntes religiosas e filosóficas da Índia Antiga.

«É ao bramanismo sòmente que a Índia se tem mantido sempre fiel — escreveu Sylvain Lévi —. A ele recorreu com desespero, sempre que a sua civilização pareceu estar em perigo. O bramanismo identifica-se com a Índia, e pode dizer-se que exprime o génio nacional da civilização indiana» ([49]).

III — *A colonização bramânica de Goa*

A mensagem do hinduísmo espalhou-se em Goa com a colonização neobramânica.

Os Brâmanes de Goa distribuem-se em três grandes grupos: *gaud-sarasvats*, *pancha-drávida* e *daiyvadnya*.

Brâmanes de Goa	*Gaud-Sarasvats*	Sinais ou Cortalós
		Sasticares
		Bardescares
		Pednecares
		Kudaldescares
	Do grupo *Pancha-Drávida*	Chitpavanas
		Karhadas
		Padhas
		Desastas
	Daiyvadnya	Sonares

Os Brâmanes *sarasvatis* de Goa dizem-se descendentes dos Gaud-Sarasvats do Norte da Índia (Bengala, Punjab, Rajputana). Segundo as investigações de Bhau Daji, os Brâmanes *gaud-sarasvats* penetraram no Concão no século X da era

([49]) Sylvain Lévi, *L'Inde et le Monde*, Paris, 1928.

cristã, e o seu estabelecimento em Goa deve ascender, pelo menos, a sete ou oito séculos ([50]).

É conhecida a tradição consignada no Sahyadri-Khanda do Skanda Puranna sobre esta primeira imigração bramânica. Nas lutas constantes entre Brâmanes e *Kshatrias*, os Brâmanes sofreram derrotas consideráveis, ficando os seus domínios reduzidos a grutas e florestas. Para os restaurar no poder, surgiu Parasurama, o sexto *avatar* (encarnação) de Vishnu. Parasurama era filho do brâmane Jamadagni, e o seu nome derivou de *parasu*, machado ou seta, por ser esta a sua arma de combate. Do alto dos Gates (Sahyadri), ao tempo banhados pelo oceano, o divino *avatar* arremessou para o mar a sua terrível arma, que foi cair na actual aldeia de Benaulim de Salsete (*Banavale*, de *bana*, seta), e o mar, recuando, fez emergir o Concão. Parasurama estabeleceu na mais fértil região do Concão, em *Gomantak* ou *Gomanchala* (Goa) uma colónia de noventa e seis *kulas* ou famílias de brâmanes de Trihotra ([51]), que se espalharam pelas aldeias das Ilhas de Goa e de Salsete, e mais tarde, pelas de Bardês, Perném e Kudal (Savantvaddi), separando-se assim as subcastas de Brâmanes *sasticares*, *bardescares*, *pednecares* e *kudaldescares* ([52]).

([50]) Wilson, *Indian Castle*, II, p. 28.

([51]) Trihotra não se identifica com Trihut (Behar), ao contrário do que se supunha antigamente. *Cf.* Grierson, *Linguistic Survey of India*, III, p. 12.

([52]) Lê-se no poema Konkanakhyana, repositório das tradições bramânicas de Goa escrito em marata em 1721 que em «Banavale (Benaulim), o lugar mais importante do Sahyadri-Khanda» se venerava uma divindade com o nome de Beneshvar. O mesmo poema refere-se a esta colónia de brâmanes que se espalhou pelas aldeias de Salsete (*sasticares* de Salsete e das Ilhas), Bardês, Perném e Kudal. Ao tratar da emigração dos Brâmanes de Kudal para Goa, refere-se às aldeias de Kudal (Nerul, Sarambal, Kassabá, Parul e Massurém); diz-nos que Kudal era habitada pelos *kulkarnis* (escrivães das comunidades); e que os Brâmanes de Kudal vieram

O *Skanda Puranna* dá ainda uma outra versão do episódio: Parasurama, depois de ter derrotado o Imperador Sahasrarjuna e de ter vencido os *Kshatrias* em vinte e um recontros, entregou as terras conquistadas ao brâmane Kassiopa, o mais digno e honrado da sua classe, e retirou-se para os Gates *(Sahyadri)*, onde pretendia viver. Achando a terra muito pequena, Parasurama pediu a Varuna ou Samudra, deus do mar, que afastasse as suas águas, deixando a terra a descoberto para que a sua seta nela se encravasse. Mas Varuna, cioso do seu domínio, transformou-se em *cariá* (formiga branca) para corroer a corda do arco de Parasurama. Este, porém, adivinhando as suas intenções, soltou a seta com energia para castigar o deus do mar. A seta foi cair apenas em Benaulim, por ter arrebentado a corda do arco. Segundo uma outra variante, Parasurama, apesar dos protestos de Varuna, lançou a seta catorze vezes; as ondas do mar recuaram e a terra descoberta *(Parasurama Kshetra)* dividiu-se assim em sete partes [53].

No *Livro da Seita dos Indios Orientais*, o seu autor P.^e^ Jacobo Fenício S. J., narra o célebre episódio do *Skanda Puranna*

estabelecer-se nas aldeias de Amonã, Batagrama, Pandi e Quelossim, ficando aí como *kulkarnis* ou *astha-putrém* (*Sri Manguesh Konkanakhyana Dakshinatya Sarasvata Brahmanakhyana*, ed. Ramchandra Vamana Nayk, Bombay, 1831. Parte I, Capítulo II, 37-42; Parte I, Capítulo IV, 34-39).

(53) *The Sahyadri-Khanda of the Skanda Purâna (a Mythological, Historical and Geographical Account of Western India)*. Ed. J. Gerson da Cunha, Bombay, 1877. As sete divisões do Parasurama Kshetra eram: Kerala, Tulanga, Gaurastra, Konkana, Karahata, Varalata e Barbara. Estas sete divisões correspondiam às 7 tribos de brâmanes que habitavam nelas e falavam dialectos diferentes (*Cf. Sahyadri-Khanda,* Livro II, capítulo VIII; *Manguesh Mahatmaya,* II). Já no século XI, na antiga literatura e epigrafia da Índia, essas sete divisões eram conhecidas como «Sapta-Konkanas» (*Cf.* por exemplo, as inscrições dos Reis Ahavamalla Trailokyamalla, de 1054 AD, e Kirtideva, de 1077 AD *in* EC, VII, 85 e VIII, 42). Veja-se ainda: José Bernardo Tolentino Ferrão, *«Sabiadri-Khanda, sua authenticidade e antiguidade (memória histórica-crítica sobre a litteratura hindu)»*, Instituto Vasco da Gama (3.ª série).

numa versão interessante, que revela a sua curiosidade científica e sólida cultura indianista:

«Não podendo os *Rixis* uiuer quieto no hermo para respeito de alguns reis que os infestauão fizerão oração e sacrificio a *Vistnũ* pedindolhe aiuda contra elles: poronde estando *Parajara* grande *Rixi* sacrificando; *Vistnũ* se fez homẽ e apareceo em forma de menino na sua *Homa* que he a coua de fogo de ceremonias e criandose cõ o dito *rixi*; e fazendo iuntamente cõ elle ceremonias ficou grande *rixi*; e chmouse *Parexiramâ* para leuar sempre na mão hũ machado por arma com oqqualmatou 44 reis que no hermo infestauão aos *rixis*; e tomandolhes as terras; e reynos os entregou aos *rixis*.

«Depois disto querendo *Siri Parexi Rama* edificar templos e não achando lugar comodo; porquẽ o mar chegaua ate as serras que *gate*; fez suas ceremónias na sua *Homa* onde apareceo hũ *supu* com que joeirão o aros oqual aremecando para o mar o fez recoar para traz; parecendolhe que não bastara tornou a aremecer o *suppo* com que o mar se afastou outro pedaço; e querendo aremecalo a 3.ª uez *Varunen* deos da agoa transformado em *careâs* formigas brãcas roerão o *suppo*; edificou *Siri* Parexi *Ramã* no lugar que o mar deixeo cento e oito templos que chamão *Dôualias* pondo dentre delles 108 pedras que são os *Pagodes* que estes Indios adorão e começão de *Goacarna* lugar perto de *Mangalor*; e chegão ate o cabo de *Comorim*» [54].

Prova-se fàcilmente a inconsistência histórica da teoria bramânica de exterminação dos *Kshatrias* por Parasurama. As incursões dos Maometanos ao noroeste da Índia, desde o século VIII, provocaram o êxodo dos príncipes hindus, que por certo não emigraram sem se fazerem acompanhar de sacerdotes

(54) The *Livro da Seita dos Indios Orientais* of Father Jacobo Fenicio S. J. Ed. Jarl Charpentier, p. 67.

e companheiros de armas. Os Silaharas e os Kadambas, dinastias hindus que dominaram em Goa, deviam ter a sua corte, a sua aristocracia militar, que certamente nenhum Parasurama exterminou — escreve Bragança Pereira. Porém, os Brâmanes, fiéis à crença do aniquilamento dos *Kshatrias* por Parasurama, não podiam nem podem admitir a existência de *Kshatrias* em Goa. Para a *reconstrução mitológica,* uma nova tradição veio fazer renascer o que a outra destruíra; e assim os deuses arrependidos pelo progresso da impiedade (talvez budista) criaram novos *kshatrias* no alto do Monte Abu — são os *Rajputs,* os *Rosbutos* dos cronistas portugueses, o braço secular que auxiliou a propaganda do neo-bramanismo (55).

Qual a origem dos Brâmanes *sarasvatis?*

«Sarasvat, filho de *rishi* Dadishi — reza a epopeia hindu Mahabharata, no seu episódio Gada Parva — vivia nas margens do rio Sarasvat, no Panjab. Quando a fome aniquilava a Índia, sessenta mil brâmanes tornaram-se discípulos de Sarasvat, imitando o Mestre, que se alimentava de peixe, sendo esta a sua distinção entre os outros brâmanes. Das margens do rio Sarasvat, espalharam-se pelo Sind, Rajputana e Bengala» (56).

O Mahabharata, composto no século V A. C., refere-se também à colonização bramânica de Goa. Aditamentos posteriores aos III século A. C., feitos pelos Brâmanes, referem-se aos Budistas, Hinduistas, Sivaítas, Vishnuítas e ainda às incursões dos Scitas. Os Brâmanes transformaram assim o poema épico numa epopeia sagrada, o monumento literário por excelência da literatura neobramânica ou hindu. As colónias a que se refere o Mahabharata são, portanto, neobramânicas, facto que podemos conjugar com o testemunho de Manu, posterior ao III século A. C., o qual considera ariano apenas o Indostão (57).

(55) Bragança Pereira, *Etnografia da Índia Portuguesa,* vol. I.

(56) *The Mahabharata* by Krishna-Dwaipayana Vyasa. Translated into English prose from the original Sanskrit Text, By Pratap Chandra Roy. Gada Par.

(57) *Manava-Dharma-Shastra* (Leis de Manu).

Os Brâmanes, vindos de Troihtra, como tudo leva a supor, não seriam arianos puros, mas cruzados, e a arianização racial ou étnica perde assim grande parte do seu significado primitivo para dar lugar de relevo à arianização social, linguística e cultural. O antropologista inglês Sir Herbert Risley, com base em dados antropométricos e etnológicos, incluiu os *Gaud-sarasvats* no grupo *scito-drávida,* ao lado dos Brâmanes *chitpavanas* e *desastas,* os *Maratas* e os *Vanis.* O conceito étnico de *brâmane-ariano* ficou assim reduzido a um mito, chegando-se à conclusão que os *Sarasvatis,* discípulos do *rishi* Sarasvat, embora não pertencessem à raça do mestre, haviam assimilado a civilização ariana.

Embora nem todos os escritores estejam de acordo quanto ao critério da classificação de Risley, as investigações históricas parecem corroborar as conclusões antropológicas.

Supôs-se ao princípio, erradamente, que havia parentesco étnico entre os Drávidas e os povos da Ásia Central, com base na influência exercida pela civilização sumero-acádica da Babilónia sobre o povo da Índia Meridional através das relações comerciais, e ainda com fundamento nas afinidades descobertas entre as línguas dos Sumeres, Turanianos da Ásia Central e os Drávidas. Sucede, porém, que os Drávidas são dolicocéfalos, ao passo que os Scitas, Turcos e outros povos da Ásia Central são brancos e braquicéfalos. Os Drávidas — escreve Grierson — assimilaram a civilização turaniana que se desenvolveu na Ásia Central. Povos estranhos não podem modificar o tipo antropológico dos indígenas quando sejam pouco numerosos, e a sua influência se limita quase sempre à esfera social, mas não étnica. Sobre o nosso fundo étnico *mundo-drávida* teria assentado a camada scita ou turaniana, e é bem possível, conforme escreve o historiador Bragança Pereira, que o sangue dos povos da Ásia Central, correndo pela Índia Central, tivesse esbranquiçado a nossa pele. Os Scitas dominaram no Concão, de que faz parte Goa. Os Indo-turcos, maometanos descendentes dos povos da Ásia Central, dominaram Goa antes da chegada dos Portugue-

ses. A Antropologia, como estamos a ver, é confirmada pela História ([58]). A acentuada braquicefalia dos Brâmanes da sub-casta *gaud-sarasvat* não pode ser de origem ário-dravídica, mas mongólica ou scita, e os Brâmanes de hoje podem considerar-se, quando muito, descendentes espirituais dos Árias e do antigo bramanismo.

A classificação de Risley não representa, no entanto, a última palavra sobre este complexo problema da arianização de Goa. Os Drávidas, os Arianos e os Scitas — escreve Ketkar — são povos e não raças antropológicas, e Risley pretendeu *recompor* o passado histórico dos diversos povos das províncias da Índia, fundamentando-se apenas em características físicas e etnológicas desses povos ([59]).

Difícil é precisar, por escassez de documentos coevos, os pormenores da colonização bramânica de Goa.

O nome sânscrito de Bardês é *Dvadash-desh*, que corresponde ao marata *Bara-desh* (terra das doze aldeias), e segundo o poema Konkanakhyana, repositório das tradições bramânicas de Goa escrito em marata em 1721, o *agrahara* dos Brâmanes que foram habitar Bardês era, de facto, constituído pelas doze aldeias seguintes: Sirodá, Aldonã, Salgão, Pomburpá, Anjuna, Candolim, Assagão, Nachinolá, Ucassaim, Punalá, Moirá e mais uma. A principal divindade de Bardês era Vetal. Os Brâmanes de Sirodá pertenciam às *gotras* (grupos exogâmicos ou descendência) *jamadagni, vatsa, bharadvaja, atreya* (*atri*), *vasishta, kashiapa;* os de Aldonã às *gotras jamadagni, vatsa* e *vasishta;* os de Pomburpá à *gotra vasishta;* os de Saigão às *gotras kashiapa* e *vatsa;* os de Assagão à *gotra atreya;* e os das restantes aldeias a diversas outras *gotras* (*Konkanakhyana,* ed. Ramchandra Vamana Nayk, Bombay, 1831, Parte I, Capítulo V).

Segundo o Sahyadri-Khanda do Skanda Puranna, «em

([58]) Risley, *The People of India,* London, 1915. Bragança Pereira, *Etnografia da India Portuguesa,* vol. I e *Civilizações da India* (Heraldo 1917).

([59]) Ketkar, *History of Castle in India.* Ithaca, 1909.

Mathagramma (Margão), *Varunnapura* (Vernã), *Lottali* (Loutulim) e *Kushashthali* (Cortalim) estabeleceram-se 6 tribos em cada aldeia» ([60]). *Salsete* é, em sânscrito, *Shat-Shasti,* isto é, terra de sessenta e seis aldeias. O Provedor-Mor dos Contos de Goa, Francisco Paes, escreveu no seu «*Tombo das Rendas que Sua Mgᵉ tem nas terras de Salcete e Bardes & nesta ylha de Goa*», organizado em 1595, verdadeiro inquérito dos hábitos e costumes da população goesa, precioso documento do Arquivo Histórico do Estado da Índia:

> «Estas terras de Salçete são muito ferteles, e tidas pellas milhores de todo o concão assy nos Rẽdimentos que della se colhe, para a fazenda de Sua Magᵉ dos dereitos E fforos que os Gancares possuidores pagão cada anno, e das maes Rendas que nellas ha, como no Rendimento das novidades das mesmas trᵃˢ que ficão em beneficio .... Estes gancares de Salçete guardão quasi em tudo os vsos, custumes que guardão os da ylha de Goa. *E possuem seçenta E seis Aldeas que as ditas trᵃˢ tem em si, e pello dito numero se chama Salcete — que quer dizer seçenta e seis Aldeas*» ([61]).

A segunda colónia de Brâmanes *gaud-sarasvats* veio a Goa de Kanya-Kubja ou Kanauj (Províncias do Noroeste), segundo o Manguesh Mahatmaya; é a origem de sub-casta de Brâmanes *smarta.* Os chefes desta colónia eram Devasarma de Vatsagotra (*gotra* é grupo exogâmico). Lamasarma do Kundinyagotra e Sivasarma de Kaushikagotra. Os primeiros dois grupos fixaram-se em *Kushashthali* (Cortalim) e o último em *Keloshi* (Quelossim). Informa o poema Konkanakhyana que esta segunda colónia de Cortalim e Quelossim «cruzou-se com belas

([60]) *The Sahyadri-Khanda of the Skanda Purâna (a Mythological, Historical and Geographical Account of Western India).* Ed. J. Gerson da Cunha, Bombay, 1877.

([61]) *Tombo de Francisco Paes* (manuscrito do Arquivo Histórico do Estado da India). Publicado por P. Pissurlencar, BIVG, 62 (1945), p. 172.

mulheres que não tinham casta» e que os autóctones (*mulla--jânâ*) de Goa são os Brâmanes *sasticares,* ao passo que os Brâmanes *sinais* vieram estabelecer-se em Goa depois deles ([62]).

Os brâmanes que se fixaram em Cortalim levaram o nome de *Cortalós* ou *Sinais (Shenvis)*. A respeito deles, escreveu o P. Francisco de Sousa no *Oriente Conquistado:* «Todos teem titulo de Xenens, isto é, Mestres; porque nas terras do Concão elles mesmos são os que ensinam aos mais Bramanes a ler, escrever e contar. Há outras famílias de Brâmanes em Salsete que não são Cortalós, e contudo prezam-se de Xenens (...) levam os Cortalós a palma a todos os Brâmanes Concanis na subtileza do engenho e no aceio de suas pessoas». E acrescenta que o primeiro brâmane *cortaló* veio de «Caxi Panddapura (Panddharpur), terra de Bengala, para Salcete» ([63]). A mais antiga alusão aos Brâmanes *sinais* encontra-se na inscrição do rei Silahara Rattaraja do ano de 1010 AD ([64]).

No período pré-português da História de Goa, houve diversas emigrações dos Hindus de Goa para o Canará, devido sobretudo às perseguições das autoridades maometanas *bahmanis.* Embora não haja nenhum documento positivo, diversas inscrições antigas parecem confirmar esta emigração dos Brâmanes *sarasvatis.* Existe uma inscrição canaresa de 106 AD dedicada aos «imortais e virtuosas brâmanes de Gauda». Em 1113, uma outra inscrição menciona «o eminente Sarasvats Somesvarapandita». Pouco depois, em 1159, outra ainda fala das «virtudes

(62) *Cf. Konkanakhyana,* ed. Ramchandra Vamana Nayk, Bombay, 1831, Parte II, Capítulo II. Este poema refere-se aos habitantes de Quelossim (Keloshi) e Cortalim (Kurtarê) como cultos, inteligentes e letrados: «Keloshi Kurtarê mukhya assati kushagra budhi bahuta jê» (*Konkanakhyana,* Parte I, Capítulo IV, 34). *Cf.* Saldanha, *The Indian Castle,* p. 50, *Origin of the Konkani People and Language,* QJMS, XVI (April, 1926), *N.º 4.*

(63) P. Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado,* Lisboa, 1710, I, II, 61. Saletore, *The Antiquity of Pandharpur,* IHQ, XI-4 (1935).

(64) Chakladar, *Valipattana Plates of Silahara Hattaraja,* IHQ, IV—2 (Junho, 1928).

ascéticas e da cultura intelectual dos Brâmanes de Gauda». Em 1216, uma quarta inscrição fala dos «brâmanes Bhala-Sarasvati» ([65]). Mais tarde, com a cristianização de Goa, muitos hindus emigraram para a terra firme, e o viajante francês François Pyrard de Laval encontrou em Calicute brâmanes oriundos da Ilha de Goa ([66]). Dos Brâmanes de Cortalim descende a actual comunidade dos chamados *Sarasvatis Chitrapur* do Caraná.

Entre os Brâmanes do grupo *Pancha-Drávida,* os primeiros que se fixaram em Goa foram os *Karkadas,* que Campbell considera descendentes dos Hunos brancos ou *gurjaras* que colonizaram Goa e Canará. Vieram depois os *Chitpavanas,* conhecidos mais tarde como *Konkanastas,* que talvez sejam descendentes de árabes bramanizados que entraram na Índia por via marítima. Com efeito, segundo o Sahyadri-Khanda, Parasurama querendo organizar a classe sacerdotal do Concão, criou os *chitpavanas* da espuma do mar, ressuscitando cadáveres de marinheiros árabes, arrojados por Varuna às margens do rio Washisti, ao norte de Ratnapur. Os *Sonares* (ourives), também chamados *Aksalis* no Canará, encontram-se por todo o Decão, Concão e Canará; dizem-se descendentes de Vishvakarmá, o divino arquitecto, e em Goa, como noutros pontos da Índia, intitulam-se Brâmanes *Daiyvadnya* ([67]).

(65) EC, VII, SK, 48, 49, 99, VIII, Sb, 391. Devemos observar no entanto, que a palavra *Gauda,* mencionada em algumas das inscrições citadas, parece ser o nome dum lugar. Numa outra inscrição (EC, VII, SK, 46) a palavra *Gauja* é usada como sinónimo de *Gauda.*

(66) «Ouvi muitas vezes dizer aos brâmanes de Calecute que a ilha de Goa era deles, de sorte que por isso são grandes inimigos dos portugueses; e assim os que de entre eles têm honra e brio não querem estar onde governem os portugueses, que os maltratam e desprezam muito; e por esta razão a maior parte foram morar em Calicute, onde estão em maior segurança e liberdade» (*Viagem de Francisco Pyrard de Laval,* tradução de Cunha Rivara, II edição, II, p. 33).

(67) «Sonars or goldsmiths (*Svarnakar* — workes in gold) are found all over the Deccan, Kankan and Karnataka (...) The Devangas and Kankani Sonars are also claimants for Brahmanical honours and call

As colónias *sarasvats* foram, sem dúvida, as que maior influência exerceram na actividade cultural da Goa Pré-Portuguesa. Diversos documentos portugueses do século XVI se referem à sabedoria e ao zelo religioso dos *sinais* ou *shenvis* (*sarasvatis*), ao tempo classe dominante entre os Brâmanes de Goa. Eram eles os encarregados da instrução primária na classe hindu, antes da chegada dos Portugueses, conforme observou o P. Francisco de Sousa.

A população hindu de Goa professa o *sivaísmo* de Sankaracharya e o *vishnuísmo* de Madhwacharya, dividindo-se assim em duas classes: a dos Brâmanes *advés (sivaítas)*, e a dos Brâmanes *ubés (vishnuítas)*, venerando, respectivamente, Siva e Vishnu. Das dinastias que dominaram em Goa, os Chalukyas (século VI) eram *vishnuítas*, e os Rashtrakutas e Chalukyas de Kaliyani (séculos VIII e X) eram *vishnuítas* ou *sivaítas*. A primeira dinastia de Vijayanagara (1336-1486) era *sivaíta*, e as outras *vishnuítas*, e Goa esteve sob o domínio de Vijayanagara de 1366 a 1470 ([68]).

Sankaracharya (século VIII a IX), «um dos maiores pensadores de todas as épocas e de todos os países», no dizer do Padre Vath, percorreu a Índia, desde Kashmir a Gujrat, desde Assam ao Malabar e à Índia Meridional. Numa das suas excursões pela Índia, Madhwacharya (século XIII) esteve em Goa onde pregou a sua doutrina e converteu ao seu credo muitos sectários de Sankaracharya ([69]). Os *Sivaítas* de Goa têm a sua prelazia em Queulá, e os *Vishnuítas* em Partagale.

themselves Daivadnya Brahmans and Panchal Sonars imparcially (...)» (*Census of India*, Report, 1911, VII, I, Bombay, 1912).

([68]) *Cf.* Bragança Pereira, *Etnografia da India Portuguesa*, II.

([69]) Narayana Pandita, Madhava Vijaya (em sânscrito). Rao, *Life and Times of Madhywacharya*, JMU 1, 2. *The Religious School of Sri Madhwa and its influence on Vijayanagara*, Bangalore, 1930. «Hindu Religious Movements» in *Mediaeval Deccan* (*Dr. Krishnaswami Aiyangar Comemoration Volume*). Char, *The Life and Teachings of Sri Madhwacharya*. Aiyar, *Sri Sankaracharya*. Saletore, *Ancient Karnataka* I, *History of Tuluva*, p. 423, Poona, 1936.

A filosofia bramânica, radicada no espírito dos goeses, transmitiu-se, através dos séculos, como base da formação intelectual e moral, facho luminoso da espiritualidade indiana...

CAPÍTULO IV

A expansão dos Árabes em Goa

Houve quatro correntes migratórias maometanas em Goa, das quais as primeiras três foram pacíficas.

Consta de uma tradição antiga do Canará que no século VIII, os Árabes, conhecidos aí como *Navayats* (recém-chegados), se refugiaram na costa ocidental da Índia, vindos de Kaifa, no Golfo Pérsico, devido à perseguição de Hajaj, governador do Iraque. A colónia árabe foi bem acolhida em Goa, segundo informa Nawab Muhabat Khan no *Akbari-i-Muhabat* ([70]).

Segundo um documento do Arquivo Histórico do Estado da Índia, quando o Rei Kadamba de Goa Guhalla-deva II (980-1006) foi em peregrinação ao templo de Somnath, valeu-lhe um rico mercador chamado Madumod, de origem *tagi*, isto é, Árabe. Os Indianos designavam os Árabes pelo nome de *Tajikas*, e a cidade de Tagi ficava na Arábia ([71]). Madumod é considerado no referido documento como «principal entre os senhores dos Barcos de Comércio e único entre os ricos, pessoa de grande sabedoria» ([72]). Já nessa época havia colónias árabes na costa ocidental da Índia.

([70]) Elliot, *History of India as told by its own historians*, London 1877. *Cf.* Bragança Pereira, *Goa Portuguesa*, Memória apresentada ao Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros em Washington, p. 8-9.

([71]) Vaidya, *History of Mediaeval Hindu India*, I, p. 253. *Historia Universal de Oncken*, edição monumental, tradução portuguesa, Tomo 43, p. 165 («Carta histórica para os tempos primitivos do Islam»). Brangança Pereira, *Os Árabes em Goa no século X*, OP, XVI, p. 69-70.

([72]) AHEI, *Monções do Reino*, n.º 93, fls. 1393. Filipe Neri Xavier, *Descrição do Coqueiro, Arequeira e Moedas de Goa*, pp. 61-65. *Gabinete Littehário das Fontainhas*, I, p. 16.

No século XI da era cristã, pouco antes da conquista de Goa por Jayakesi I, estabeleceu-se uma colónia árabe em Goa Velha, sob a direcção de Ali. Pode dizer-se, portanto, que o predomínio dos Árabes em Goa principiou por uma lenta penetração de carácter comercial. A gradual importância dos novos habitantes no reino dos Kadambas de Goa culminou com a nomeação do árabe Sadano para *pradhan* (chefe do governo) de Jayakesi I (1050-1080).

Em 1479, cerca de quatrocentos *naiteas* (muçulmanos cruzados) tendo como chefe Melik Hussein (ou *Melique Ocen* para os cronistas portugueses), fugindo da célebre perseguição aos Mouros do Imperador de Vijayanagara por fornecerem cavalos de Arábia e Pérsia ao sultão *bahmani*, fixaram-se na aldeia de Elá, que mais tarde se desenvolveu na povoação hoje conhecida como Velha Goa, a futura capital do reino de Bijapur. Em Velha Goa, havia templos hindus ao lado de numerosas mesquitas, devido à tolerância religiosa dos governantes ([73]).

Como se explica a persistência do hinduísmo dentro da própria capital maometana de Goa?

Lane Poole expõe no seu livro *Medieval India* a influência dos novos conquistadores na sociedade indiana. O sistema das castas habituara os Indianos às fortes barreiras que separam as classes, e os reis maometanos, embora não ocupassem pela sua nobreza um alto lugar na hierarquia hindu, organizaram uma nova casta — a *casta maometana* — contrastando com os outros núcleos pela sua força e união. O indiano que se convertesse ao maometismo, passava a pertencer a uma sociedade homogénea, em que todos os homens eram iguais perante Deus, em que todos podiam elevar-se pelo seu mérito, e ingressar, pelo casamento, nas classes superiores... A solidariedade e o fanatismo religioso, harmonizando com a energia e a plasticidade do ânimo, asseguravam aos Maometanos superioridade sobre os

([73]) Barros, *Da Asia*, Década I, Livro V, Capítulo I, Parte I, p. 434 (ed. 1777); Década I, Livro VIII, Capítulo X, p. 280-81 (ed. 1777).

Hindu, iguais em coragem, mas inferiores em coesão, unidade e entusiasmo ([74]).

Se os Maometanos foram durante alguns séculos os vencedores e governantes de Goa, é forçoso reconhecer que se deixaram vencer por sua vez, em grande parte, pelo brilho da cultura hindu se exceptuarmos algumas páginas sombrias de intolerância religiosa no primeiro contacto das duas civilizações. Deve-se sobretudo à acção histórica do Império de Vijayanagara — ou, para melhor especificar, do célebre Madhava Mantri, o *Mantrasar* dos cronistas portugueses, que governou Goa no reinado do Imperador Harihara II de Vijayanagara — o ressurgimento da cultura e filosofia hindu no nosso país, pela fundação de santuários, *agraharas* e *brahmapuris*, a reconstrução do templo de Saptanatha de Naroá (Divar), um dos mais célebres da Índia. Para bem ou para mal — escreve Aiyangar — o hinduísmo da Índia Meridional dos nossos dias retém a forma que recebeu de Vijayanagara, a quem se deve o mérito de ter preservado o hinduísmo tal como hoje se encontra ([75]).

Quando os Portugueses chegaram à Índia, a comunidade islâmica era, sem dúvida, a maior do mundo: da baía do Mediterrâneo e da costa africana aos confins do Médio Oriente e da Península Indostânica — erguia-se, como uma muralha viva, caldeada em ódio religioso e hegemonia comercial, a defender o Oriente contra a expansão da Cristandade e do Império Lusíada.

O sistema geopolítico dos Árabes, que dominavam os pontos estratégicos e de maior importância no Oceano Índico, serviu de modelo a Portugal para levar a cabo os seus interesses espirituais e políticos. A actividade comercial e marítima dos Muçulmanos era beneficiada por uma cultura geográfica própria, superior à dos outros povos pelo seu rigor científico. «Símbolo e indício desse elevado estádio de civilização e de

([74]) Lane Poole, *Mediaeval India*, p. 62.

([75]) Aiyangar, *Some contributions of South India to Indian Culture*. Calcutta, 1923.

quanto ela foi útil aos Portugueses — escreve Jaime Cortesão — temos no encontro de Vasco da Gama, em Melinde, com o piloto árabe que o conduziu a Calecute e lhe revelou as suas cartas náuticas e os instrumentos que serviam aos navegadores árabes para a navegação no Oceano Índico. Gabriel Ferrand identificou esse piloto com o célebre Ibn Majid, porventura a mais elevada autoridade em ciência náutica muçulmana ao findar do século XV» (76).

(76) Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, I, p. 54. Gabriel Ferrand, «Le pilote arabe de Vasco da Gama et les instructions nautiques des arabes au XVe siècle», *Annales Géographiques*, XXXIe année, Julho de 1922, p. 289-307.

2.ª PARTE

História de Goa pré-portuguesa

CAPÍTULO I

História pré-Kadamba

I — *Origens históricas. Goa sob a dinastia dos Maurias*

Sobre a origem histórica de Goa e os seus primeiros habitantes, escreve João de Barros:

> «... estas terras, que estão ao pé do Gate, os primeiros habitadores que tiveram foi gente pobre que desceu de cima da terra Canará, que he a plana, que dissemos estar além dele; e como em meirinhos sem senhor vieram aproveitar o que podiam destes sapaes, valando-os e cultivando-os a maneira dos adiques de Flandres, até que o tempo e a continuação do trabalho os fez fertiles, e viçosos. Finalmente multiplicada a gente e o benefício da cultura, vieram os principais e Senhores daquele interior do Reino do Canará, a conquistar esta pobre gente; e tanta foi a cubiça, que lhes venderam a herança que eles, e seus padres tinham adquirido por suor do seu rosto e foi por esta maneira. Houve entre eles e o Principe que os trouxe a este estado, hum contracto perpetuo em que cada parentela tomou huma certa comarca de terra da qual se obrigou a pagar àquele

Principe e seus sucessores hum tanto cada ano, sem mais crescer ou diminuir, quer as terras rendessem ou não, ao qual direito eles chamam Cocivorado» (77).

Acrescenta o P. Francisco de Sousa:

«Os primeiros Povoadores de Salsete, e de todas as mais terras do Concão, que das raízes dos Gates se entendem até o mar, foram homens pobres, que desceram com suas famílias do Canará, em séculos mui antigos e não se sabe quando. As Cabeças destas famílias repartindo a terra entre si começaram a cultivar, e semear as várzeas do arroz, e plantar seus palmares e arecais. Indo já em aumento a gente, e a cultura, desceu dos Gates hum Príncipe gentio, que os avassalou sem guerra, e lhes comprou as terras, como fez Joseph do Egypto, e depois lhas offereceu perpetuamente por hum tanto por anno, ou as terras rendessem mais ou menos. E para se cobrar este foro com maior facilidade repartiu as terras em Aldeas, e as Aldeas pelas parentelas, cada huma das quaes se obrigou ao foro imposto à sua Aldea. Os descendentes destas obrigadas antigamente ao foro são aquelles, a que chamamos Gancares. Senhoriaram depois os Mouros estas terras, e as deixaram lograr aos paizanos gentios com o mesmo foro, que pagavam aos Reis antigos. E o mesmo fizeram ultimamente os Portugueses» (78).

Nascia assim o sistema das Comunidades, base da evolução histórica e social de Goa. Não se sabe o nome do príncipe a que se referem os dois escritores portugueses que acabamos de citar. É bem possível, porém, que, depois da derrota de Pingala, príncipe de Kathiawar, Chandragupta Mauria tivesse anexado ao seu Império a costa ocidental da Índia até Kalianpur, no

(77) Barros, *Da Asia*, Década II, Livro V, Capítulo I (ed. 1777).
(78) P. Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado*, II-56.

distrito do Canará do Sul. A arianização de Goa principiou com a dominação dos Maurias, e o nosso território fez parte do domínio de Ashoka, neto de Chandragupta.

Segundo tradições literárias, houve na Índia dezasseis Estados, desde Kandaar (Gandara) até Malva (Avanti), sendo os reinos mais importantes os dos *Curus* e dos *Panchalas*, nas vizinhanças de Delhi. A luta entre estes dois reinos é o tema da epopeia hindu Mahabharata.

Em 650 AC, o centro político localizou-se em Oud (Cosala), e em cerca de 600 AC, o Norte da Índia era governado pelos *Saisunagas*, isto é, descendentes de Sisunaga, Rei de Magada. Os monarcas que mais se distinguiram nesta dinastia foram Bimbisara, discípulo de Gautama Buda, e o seu sucessor Ajatasatru. Por esse tempo, em cerca de 500 AC, Dario, Rei da Pérsia, conquistou o Vale do Indo, convertendo-o em província do seu império. Aos Saisunagas seguiu-se a linha dinástica dos Nava Nandas, representada por Mahapadma e seus oito descendentes.

Alexandre Magno, Rei de Macedónia, um dos maiores vultos da antiguidade clássica, invadiu o Panjab em 327 AC. Muito novo ainda, Alexandre sucedeu a seu pai Filipe II. Vontade de ferro e ambição desmedida, qualidades superiores de chefe e de estadista, podia-se profetizar-lhe um futuro brilhante na História Universal. Discípulo de Aristóteles, que lhe ensinou ciências naturais, medicina e retórica, aprendeu a amar a arte e a civilização, e tentou a unificação etno-cultural dos povos e raças do seu vasto Império, sob a égide tolerante e suprema do trono de Macedónia. Alexandre não prosseguiu no seu intento de conquistar a Índia, limitando-se a descer o Indo até à foz e regressando a Susa (Babilónia) pela Gedrósia.

Para a tradição bramânica, a dinastia dos Nandas, que ocupava o trono de Magada antes dos Maurias, marca o fim das dinastias *kshatrias*. Em cerca de 321 AC, os Nandas foram subjugados pelo *sudra* Chandragupta, um aventureiro sedento de conquista e poderio, deslumbrado porventura com a glória de Alexandre Magno. Chandragupta inaugurou a dinastia dos

Maurias, e era apoiado por um amigo e confidente, o brâmane Visnugupta ou Chanakya, que escreveu, com o nome de Kautilya, a obra *Arthashastra* (ciência do bem), famoso tratado de administração política da Índia Antiga ([79]).

Embora o Mahabharata e outros monumentos da literatura indiana se refiram aos *Chakravarti rajas* (imperadores), reinando em vastos domínios por todo o Bharat, à luz da História foi Chandragupta quem, pela primeira vez, conferiu unidade política a uma extensão considerável que merecesse o nome de Império. Chandragupta foi, portanto, o primeiro Imperador da Índia. A formação do Império Mauria, mais ou menos vasto e organizado, teve certamente como causas remotas a hegemonia sucessiva dos *Kurus* e dos *Panchalas*, a unidade religiosa resultante do movimento jaino-budista que se iniciou no século VI AC, e o imperialismo persa e macedónio ressentido na Índia ([80]).

Durante o reino de Chandragupta, o general Seleukos Nikator, que recebera, por morte de Alexandre, o governo de seus domínios da Ásia Menor à fronteira oriental, pretendendo imitar o célebre Imperador, atravessou o Indo, à conquista da Península Indostânica. Mas Chandragupta desfez as suas ambições, derrotou-o, apossou-se de parte dos seus territórios em

([79]) *The Cambridge History of India, Ancient India,* 1922.

Droysen, *Histoire d'Alexandre le Grand,* traduction de J. Benoist Méchin, Paris, 1935.

Jouguet, *l'Impérialisme macédonien et l'Hellenisation de l'Orient.*

Burgard, *l'Expédition d'Alexandre et la conquête de l'Asie,* Paris, 1937.

Goblet d'Alviella, *Ce que l'Inde doit à la Grèce,* Paris, 1897.

Seth, *Some Sidelights on Chanakya the great Chancellor,* NIA, I, p 234.

Stein, *On Alexander's track to the Indus,* 1928.

Tarn, *The Greeks in Bactria and India,* 1938.

([80]) La Valée Poussin, *L'Inde aux temps des Mauryas et des barbares,* Paris, 1930.

The Cambridge History of India, Ancient India, 1922.

Gense, *A History of India from the earliest times to the present day,* London, 1924.

Gandara (Afganistão) e casou com uma filha sua. Seleukos enviou como representante à corte de Chandragupta em Pataliputra (Patna) o grego Megástenes, autor da *Indika,* valioso documento sobre a história e etnologia da Índia e do povo indiano. Hermaios, último príncipe grego que dominou na Índia, foi derrotado pelo Rei kuscita Kadfisos I no ano 50 AD.

Sobre a influência da Grécia na civilização indiana, escreveu Smith: «As invasões de Alexandre, Antíoco o Grande, Demétrios, Eucrátides e Menandro foram meras incursões militares que pouco influíram nas instituições da Índia. A longa ocupação do Panjab e regiões vizinhas (Bactriana) não helenizou a Índia, se exceptuarmos vestígios gregos que se observam nas artes decorativas» ([81]). Além disso, os Bactrias submeteram-se à civilização e às religiões indianas, e, quando penetraram na Índia, já o sangue grego se diluíra na massa scito-iraniana, de maneira que foi quase nula a influência étnica dos gregos na Índia ([82]).

A capital do Império Mauria no tempo de Chandragupta era a cidade de Pataliputra (Patna), ao longo do rio Ganges, de lindos jardins, edifícios e estradas. O Império tinha a sua orgânica municipal, administrativa e de justiça ([83]).

Com a morte de Chandragupta em cerca de 297 AC, sucedeu-lhe seu filho Bindusara, que parece teve reinado por vinte

([81]) Smith, *Early History of India,* Oxford, 1924.

McCrindle, *Ancient India as described by Megasthenes and Arrian,* London, 1877.

([82]) Bragança Pereira, *Etnografia da Índia Portuguesa,* Bastorá, 1940, I.

The Cambridge History of India, Ancient India, 1922.

Stein, *On Alexander's track to the Indus,* 1928.

Tarn, *The Greeks in Bactria and India,* 1938.

([83]) Segundo o tratado Arthashastra, o Império Mauria estava dividido em províncias, cada uma com o seu governador. O poder judicial era exercido pelo chefe da aldeia (*gopa*) ou pelo conselho da aldeia (*panchayat*), pelos tribunais de 1.ª instância compostos por oficiais civis (*dharmasthania*) ou disciplinares (*kanthaka-sodhana*), e pelo supremo tribunal presidido pelo monarca.

e cinco anos. As relações greco-indianas estreitaram-se cada vez mais e à sua corte vieram embaixadores de Ptolomeu do Egipto e de Antíoco, filho de Seleukos (84).

No século II AC, Goa fazia parte do Império de Ashoka, neto de Chandragupta, um dos vultos preclaros da História da Índia.

Dois problemas se apresentavam a Ashoka quando subiu ao trono: expansão do território e unificação política. O seu vasto domínio estendia-se do Indocuche (Afganistão) à actual Bengala, dos Himalaias ao rio Kalianpur, ao sul de Goa. Abrangia também, a título de protectorados, os reinos dos *Gandaras* de Kandaar (Afganistão), dos *Yavanas* (gregos) de Kabul, e ainda os *Ratas* (ascendentes dos Maratas) e os *Andhras* do Decão. Ao sul do Império de Ashoka ficavam os reinos dos Cheras (Malabar, Cochim, Travancor), dos Cholas (Madrasta e Mysore) e dos Pandias (Maduré).

Ashoka não se prendeu à vanglória das arrancadas épicas, como tantos heróis endeusados no passado pelos seus prodígios bélicos. A sua visão de águia penetrou mais longe. Espíritos ousados e rectos, os seus enviados e missionários espalharam, pela convicção, uma nova doutrina (*dharma*), baseada no bramanismo primitivo não só na Índia, mas ainda na Síria, no Egipto, na Macedónia e no Epiro. Verdade e justiça, caridade e pureza, piedade e gratidão, respeito pela vida dos irracionais, não eram princípios efémeros ou figuras de retórica mas factos e exemplos concretos. Ele próprio os praticava e recomendava nos seus célebres *Éditos,* monumento glorioso da civilização indiana. Longe de se vangloriar pelos seus triunfos, servindo-se da religião como instrumento de imperialismo, lamentava nas suas inscrições os horrores da batalha, para cada país servia-se do

(84) Smith, *Early History of India,* p. 139.
Gense, *History of India from the earliest times to the present day,* London, 1944.

dialecto local e enviava missões médicas para doentes e enfermos de guerra. Fundava hospitais, mosteiros e instituições de caridade. Estudantes do Oriente inteiro, desde China até Ásia Ocidental, frequentavam as quatro universidades indianas da época — Takshashila ou Takshila, Maduré, Ujjain e Nalanda — e levavam para seu país o ideal de paz e fraternidade humana. Monumentos maravilhosos, marcos imorredouros da arte e arquitectura dos Maurias, representam o sonho efémero de grandeza, que debalde se procurou impor à austeridade bramânica.

II — *A decadência dos Maurias*

Quando o viajante chinês Hiuen Tsiang que visitou a Índia de 631 a 643 AD, chegou a Pataliputra, a capital do Império Mauria, encontrou a cidade em ruínas e quase deserta. O seu declínio principiou quando os Guptas se estabeleceram em Ayodhya, e o Rei Harsha (cerca de 600-650 AD), da Índia do Norte, fixou a sua capital em Kanauj. A glória de Pataliputra durou, portanto, cerca de oito séculos! (de 300 AC a 500 AD). Hiuen Tsiang descreve Kanauj como cidade de jardins e tanques de água clara, monumentos e tesouros de terras estranhas. Magada continuava a ser o centro budista por excelência, com o célebre mosteiro de Nalanda e as relíquias históricas de Buda (85).

O domínio de Ashoka abrangia quase toda a Índia, salvo uma pequena faixa meridional. Durante o reinado dos Maurias e por muito tempo depois, a região costeira de Surat a Kalianpur, incluindo Goa, era denominada Aparanta, com um Gover-

(85) Watters, *On Yuan Chwang's Travels in India,* II, p. 186.

nador e a sede administrativa em Sopara ([86]). Mais tarde, a região central de Aparanta mudou de nome para *Konkana* (Concão), palavra que se supõe derivar de *Gomantakona* (de *Gomanta*, Goa). O nome *Aparanta* ou *Aparantaka* encontra-se na antiga literatura neo-bramânica para designar o *Concão*, como por exemplo no Markandaya Puranna. Kalidasa, o imortal autor de *Shakuntala*, diz no seu poema «Radhuvamsa» que Aparanta ficava situada entre Sahya (Gates Ocidentais) e o mar, e Bhatta Swami, no seu «Comentário à Arthashastra de Kautilya» (*Koshadhyaksha*, Livro II) identifica Aparanta com o Concão.

Dinastias Maurias reinaram no Konkana (Concão) até ao século VIII AD. Numa inscrição em pedra do século IV ou V AD, encontrada na aldeia de Vada (perto de Thana), consta que um Rei Mauria chamado Suketuvarma governava o Concão nessa época ([87]). Em 184 AC, Pushyamitra, comandante-chefe do exército do último Rei Mauria de Magada, assassinou o seu soberano e fundou a dinastia Sunga. O reinado de Pushyamitra coincide com a queda do budismo, devido às perseguições do novo monarca, e ressurgimento do bramanismo. Vasudeva, ministro brâmane de um dos descendentes de Pushyamitra, provocou uma conspiração e assassinou o Rei, apoderou-se do trono e inaugurou a dinastia dos Kanvas ou Kanvavayanas, cujo último representante foi morto em 28 AC por um monarca da linha dinástica dos Andhras ([88]).

([86]) A cidade de Ophir, mencionada, pela Bíblia como o porto para o qual o rei Salomão enviou a sua armada (*Bíblia, Antigo Testamento*, 3 Reis IX 28, 3 Reis X 11 e 3 Reis X 22), parece identificar-se com Sopara, mas não se confirma a identificação de Ophir com Goa, proposta por Reland e adoptada por V. Valaulicar (Surparaka ou Suparant). *Cf. Antiquarian Remains at Sopara and Padana*, Bombay, 1882, pp. 48-53. Braz A. Fernandes, *Sopara: the Ancient Port of the Konkan*, JBHS, 1928.

([87]) Fleet, *The Dynasties of the Kanarese Districts*, Bombay, 1882-1896 pp. 282-4.

([88]) Gense, *History of India from the earliest times to the present day*, London, 1944.

Havell, *A Short History of India*, 1924.

III — *Os Bhojas*

Ashoka enviara missionários budistas aos países dos *Andhras*, *Bhojas* e *Ratas*. Os Bhojas, também denominados *Mahabhojas*, aceitaram a suserania do Imperador de Magada. Em Bandorá de Pondá (Goa) descobriram-se algumas inscrições em sânscrito gravadas em placas de cobre que revelaram a existência em Goa da dinastia dos Bhojas, nos séculos VI a VII. Uma delas é a carta aos oficiais de Sivapura-Vishaya (Sirodá), pela qual o Rei Sri Kapali-Varman fazia a doação dum terreno a um brâmane de *kaundinyagotra*. As placas descobertas em Goa por Panchamukhi referem-se à doação de um terreno a um brâmane, feita pelo Rei Prithivimalla-Varman, da mencionada dinastia Bhoja, no 15.º aniversário do seu reinado ([89]). Esta série de inscrições abriu uma nova perspectiva no estudo da História de Goa. É bem possível que, após a decadência dos Maurias, o nosso país tivesse passado ao reino dos Bhojas. Segundo a obra *Dasakumaracharita*, a família dos Bhojas, de origem *kshatria*, governava o reino de Vidarbha ou Berar e outras vastas zonas do Decão. No tempo dos Sungas, Vidarbha existia já como um reino separado. Agnimitra, da dinastia Sunga de Magada (século II AC) casou com uma princesa bhoja de Vidarbha, e este facto prova a aproximação entre os ário-drávidas do Norte da Índia e os drávidas do Decão.

IV — *Os Andhrabhrityas*

Uma inscrição de Nana Pass mostra que cerca de um século antes da era cristã, os *Andhras*, cuja primitiva capital ficava em Dharnikot, dominaram todo o Concão e contribuíram

---

([89]) *Cf.* NIA IV (1941), ABORI (*Silver Jubilee Volume*). *INDICA* (Bombay, 1953). Panchamukhi, *Progress of Kannada Research in Bombay State*, p. 17.

para intensificar as relações comerciais da costa ocidental da Índia com os povos vizinhos ([90]).

Os Andhras e os Ratas do Decão adoptaram o *maharashtri*, idioma derivado do *magadi*, língua de Magada, e forma arcaica do *marati*, aceitando a influência dominadora de Ashoka. Pelo contrário, os Cheras, os Cholas e os Pandias mantiveram o regionalismo e as línguas drávidas, ficando alheios ao predomínio de Ashoka e contribuindo para a sobrevivência da civilização drávida ([91]). Da narrativa de Megástenes parece depreender-se, porém, que os Pandias eram Árias e Drávidas cruzados, embora com predominância drávida. Embora mencionados no Mahabharata, os Pandias não figuram na lista dos povos indianos do Bhishma Parva, e é bem provável que o seu nome fosse incluído na designação geral de *Drávida* ([92]).

Os povos do Sul da Índia (Tamilândia) mantinham relações comerciais e culturais com os Gregos e Romanos. Um dos reis pandias enviou uma embaixada a César Augusto, e segundo uma poesia tamil, havia soldados romanos nos exércitos dos Pandias. A antiga literatura tamil é monumento de incomparável valor histórico-cultural. Os três reinos do Sul, conforme um outro poema tamil, estavam em permanente conflito pela ambição de predomínio político. Sabe-se da existência de um Rei Chola chamado Karikala que conquistou os Pandias e os Cheras e estendeu a sua influência ao Norte da Índia; outras vezes, eram os Cholas a reclamar o seu poder sobre os povos vizinhos. Há notícia das invasões dos Reis Cholas a Ceilão e

([90]) Bakhle, *Satavahanas and the Contemporary Ksatrapas*, JBBRAS, III, pp. 44-100, IV, pp. 39-79.

Chattopadhyaya, *Social organisation of the Satakarnis and Sungas*, JASB, XXIII, pp. 503-560.

Jayaswal, *The Sunga Inscription of Ayodhya*, JBORS, XIII, p. 247-249.

([91]) Aiyangar, *Some contributions of South India to Indian Culture Vaidya, History of Mediaeval Hindu India*, Poona, 1921.

([92]) *The Mahabharata* by Krishna-Dwaipayana Vyasa. Translated into English prose from the Original Sanskrit Tex by Pratap Chandra Roy, C. I. E. Vol. IV. *Bhishma Parva* (new Edition), Calcutta.

de frequentes batalhas dos três reinos entre si ou com reinos próximos, com o objectivo de expansão territorial e domínio político ([93]).

Os Andhras ocupavam a região do Estado de Nizam (Hyderabad). Livraram-se do protectorado dos Maurias pouco depois da morte de Ashoka, durante o reinado de um dos seus sucessores. Os seus monarcas intitulavam-se *Satavahanas* ou *Satakarni*. Desenvolveram literatura própria, distinguindo-se, em especial, uma tradução da epopeia hindu Mahabharata. Dialectos sânscritos, em especial o *maharashtri*, eram cultivados e estudados pelos Andhras. O Rei Andhra Hala compôs nesse idioma um poema intitulado *Saptasati* ou «Sete séculos» ([94]).

V — *Os Scito-partos ou Kshatrapas*

Com a decadência dos Andhras ou Satavahanas, surgiu no Decão uma nova dinastia — a dos *Scito-Partos*, povos brancos da Ásia Central que entraram na Índia pelo noroeste, dirigidos pelo Rei Maues Mogha, e estabeleceram-se na Índia Ocidental no século I AC.

Os Partos habitavam o sueste do Mar Cáspio, e aceitaram sucessivamente a dominação de Dario, de Alexandre Magno e de Seleukos Nikator. No reinado de Antíoco II, neto de Seleukos (261-264 AC), os Partos proclamaram a independência e Arsa-

([93]) Aiyangar, *Coins of Raja Raja Chola. Numismatic Suplement*, Calcutta, XXXIX, pp. 35-36.

Aiyangar, *Some Chola coins*, QJAHRS, I, pp. 189-198.

Venkatasubbish, *The Hoysalas' Establishment of the Chola King*, JIH, VI, pp. 198-206.

Heras, *Who were the Sulikas?* QJAHRS, I, pp. 130-131.

([94]) Bhandarkar, *Early History of the Dekkan down to the Mahomedan Conquest*, Bombay, 1884-1885, p. 171.

Nairne, *History of the Konkan*, Bombay, 1884

Rapson, *Ancient India*, Cambridge, 1914.

Aiyangar, *A Glimpse into the Early History of Konkan*, BISMIM, 1928, pp. 1-6.

ces fundou o Reino da Pártia. Mitrídates, Rei da Pártia (171-138 AC) invadiu Bactriana no reinado de Eucrátides, havendo motivos para se supor que nessa ocasião penetrou na Índia, conforme a opinião de Rapson.

Os Scitas avançaram em avalanches da Ásia Central, e o reino grego de Bactriana não pôde resistir aos novos invasores. Heródoto referiu-se à história e à etnografia dos Scitas, descrevendo o *sati,* suicídio das viúvas dos monarcas na pira fúnebre do marido. Deve-se a Heródoto também a informação de que os Persas empregavam o termo *saka* para designar os Scitas em geral.

Os Scitas foram impelidos para o Sul pelos Kuscitas (1740-1160 AC) da região banhada pelo Jaxartes (Sirdaria), ao norte de Sogdiana (Bukhara). Um dos seus ramos dirigiu-se para o sul e derrotou os Báctrias, e outro, prosseguindo pelo sudoeste, subjugou os Partos e fixou-se em Drangiana, que passou a chamar-se *Sakastana* ou *Scistão,* formando-se assim um reino saka ou scita. A epigrafia e a numismática provam ainda que os Scitas se espalharam por Takshila, Mutra e Kathiawar. Do cruzamento dos Scitas e Partos, resultou uma nova raça, a dos *Scito-Partos,* conhecidos também como *Kshatrapas* (forma sânscrítica do persa *satrapa*) por ser este o título que levavam os seus monarcas.

Em fins do século I AD, os Andhras foram expulsos do Konkana (Concão) pelo rei scita Nahapana, que nas inscrições leva o título de *kshatrapa* ou *mahakshatrapa.* Ao domínio de Nahapana pertencia Sopara, a capital de Aparanta. Os seus sucessores devem ter continuado na posse deste território até que em 124 AD o famoso Rei Andhra Gautamiputra Satakarni expulsou os Kshatrapas do Concão. O Rei Andhra Vilivaiakur II recuperou alguns dos seus territórios conquistados pelo scita Nahapana no século II AD. Em 138 AD sucedeu-lhe o rei Pulumaio II, o qual, derrotado pelo seu sogro, o rei scita Rudradaman, lhe cedeu os territórios de Malwa, Sind, Kathiawar, Kutch e Konkana (Concão), a região central de Aparanta, de que faz parte Goa. Segundo tradição antiga e verídica, após a

conquista do Concão, o rei Rudradaman fundou, em meados do século II AD, a cidade de Daman (Damão), nas margens do rio Daman-gangá ou Sandalcalo.

Segundo Rapson, o Império Andhra desmembrou-se depois do reinado de Yajna-Sri-Satakarni, e a sua decadência é confirmada pelos Purannas (95). Os Scitas permaneceram na Índia Ocidental e no Concão até fins do século IV. Nessa altura, foram derrotados e subjugados pelos *Guptas,* a célebre dinastia que protegeu o hinduísmo e teve como máximo representante o rei Vikramaditya, imortalizados na literatura indiana (96).

VI — *Os Abhiras*

Com o declínio dos Kshatrapas, Aparanta passou a ser dominado pelos Abhiras. Vassalos, ou melhor, guerreiros e generais *(senapatis)* dos Kshatrapas, proclamaram a independência e estenderam o seu poder por Malwa, Kathiawar e Gujrat. Segundo o Vayu Purana, os Abhiras reinaram durante sessenta e seis anos. Os Purannas mencionam dez nomes da dinastia dos Abhiras. O Mahabharata e o Markandaya Puranna referem-se

(95) Rapson, *Ancient India,* Cambridge, 1914.

(96) Aiyangar, *Studies in Gupta History,* JINVI, Univ. Sup., pp. 1-61.

Heras, *Two Controversial Events in the Reign of Samudra Gupta,* ABORI, IX pp. 83-90.

Heras, *The Royal Patrons of the University of Nalanda,* JBORS, XIV, pp. 1-23.

Heras, *A Note on the Excavations at Nalanda and its History,* JBBRAS, II, pp. 214-218.

Diskalkar, *Epigraphic Notes and Questions,* JBBRAS, II, pp. 173-183.

Pertence ao período gupta a mais antiga inscrição do Concão Meridional, gravada num das lingas da gruta de Arvalém, e que diz: «Sachipura cha sirassi», isto é, «no alto de Sachipura», revelando-se assim a existência duma cidade chamada *Sachipura* nos primeiros séculos da era cristã, nas proximidades da cascata de Arvalém. *Cf.* Heras, *Pre-Portuguese Remains in Portuguese India,* JBHS, IV, N.º 2; Aiyangar, A., *Glimpse into the Eearly History of Konkan,* BISMHM, 1928, pp. 1-6.

aos Abhiras, dizendo que este povo habitava Aparantaka (Concão) [97].

A independência dos Abhiras é confirmada pela inscrição de Nasik, que se refere ao «Rei Ishavarasena Abhira, filho de Sivadatta Abhira», identificado com o Rei Ishavaradatta (cerca de 100-112 AD), que conquistou Malwa, Gujrat, Kathiawar e Maharashtra. No século III AD, os Abhiras foram subjugados pelos Kadambas de Banavasi, pois consta da epigrafia que Mayuravarmma conquistou, entre outros povos, os Abhiras, mas é certo que, embora por pouco tempo, readquiriram logo a independência após a conquista dos Kadambas. Até ao século XI, os Abhiras tentaram, diversas vezes, recuperar o prestígio e o governo do Karnataka, pois as inscrições referem-se às lutas dos Abhiras com as principais dinastias do Sul da Índia. Assim, no século IV, os Abhiras foram subjugados por Samudragupta, mas continuavam ainda no Decão no século XI. A inscrição de Nagai do Rei Somesvara I, Trailokyamalla-Ahavamalla, de 1058 AD, diz que o general deste monarca Madhusudana derrotou o rei abhira. Uma inscrição do mesmo rei Somesvara de 1068 AD fala também do seu domínio sobre os Abhiras. Uma inscrição de 1084 AD do rei Vikramaditya VI diz que o seu general Sri Vallabha conquistou os Surashtras, Cheras, Abhiras e outros povos. Uma outra inscrição diz que o irmão deste rei chamado *Vikramanka* conquistou em 1114 AD os Sabaras, Abhiras, Andhras e Gollas. As inscrições e crónicas indianas referem-se também às lutas entre os Abhiras e os Chalukyas de Anhilwad. O rei Jayasimba-Siddharaja (1150 AD), dos Chalukyas de Anhilwad, filho de Karna I e neto do rei kadamba de Goa Jayakesi I, subjugou Navaghan ou Khengara, senhor dos Abhiras, que ameaçava o seu reino com frequentes incursões. Consta duma inscrição de 1190 AD que o rei Hoysala Vira Ballala II derrotou o rei Abhira («bateu como o raio na rocha contra o rei Abhira» — diz a inscrição) e sabe-se que no reino

(97) Bhandarkar, *Early History of the Dekkan down to the Mahomedan Conquest*, Bombay, 1884-1885, p. 177.

dos Yadavas de Devguiri, pelo menos no reinado de Singhana II, as Abhiras vencidos ocupavam o cargo de governadores [97a].

VII — *O Reino de Batpura*

Em meados do século IV AD, os Abhiras entraram em decadência, para serem substituídos na supremacia do Decão pelos Kadambas de Banavasi. Algumas divisões de Aparanta livraram-se nessa época do poder dos Abhiras — os *Maurias* formaram um novo estado ao norte de Aparanta, fixando as suas capitais em Sopara e Puré (Elefanta); os *Alupas* passaram a governar a parte mais meridional da província; e na região central de Aparanta formou-se o *reino de Batpura*, ao qual pertencia Goa. Tanto Goa como outros centros do domínio de Batpura passaram a ter existência histórica própria, diferente da do resto de Aparanta, mas Gomant (Goa) não era a capital do novo reino. Reduzida seria a sua importância comercial e política nessa época remota. O melhor porto da região era Valapattana ou Balipatna, identificado provàvelmente com o actual Valavli (Sawantwadi), embora V. Valaulicar tivesse sugerido a sua localização na aldeia de Bali, em Canácona (Goa). A hipótese de Valaulicar, baseada em semelhança etimológica, parece pouco plausível, pois não há provas concretas a servir de confirmação e a aldeia de Bali não é porto de mar [98].

Mais tarde, a supremacia da região central de Aparanta, agora com o nome de *Konkana* (Concão), passou dos Batpuras à família dos Gomins, que estabeleceu a sua capital *(rajadhani)* em Chandrapura (Chandor, Goa). Já no século IV AD reinava nesta cidade um monarca chamado *Gomin Devaraja*, nome que

(97 a) *Cf.* Saletore, *Abhiras in the Deccan*, QJMS, XXX (1939) 2, p. 147.

(98) Valaulicar, *Gõecaranchi Gõeabhaili Varnuk*, Bombay, 1928.

Chakladar, *Valipattana Plates of Silahara Rattaraja*, IHQ, IV, 2, pp. 204-220.

significa, possivelmente, «Devaraja dos Gomins ou goeses». Devia pertencer também a esta família o rei Chandravarmma, do século IV AD (405-435 AD), que fez a doação de um terreno a um *mahavihara* situado em Sivapura (identificção difícil (98a).

VIII — *Os Chalukyas Ocidentais de Badami*

Em meados do século VI surgiu no Decão a dinastia *rajput* dos Chalukyas. Pátria de tradições lendárias, a Índia vislumbrava nos príncipes e monarcas o reflexo da epopeia sagrada. Bilhana explica na sua obra *Vikramankadevacharita* (Vida de Vikramaditya) a origem dos Chalukyas, envolta em penumbra de fantasia: «Brahmadeva recitava as primeiras orações, quando Indra surgiu no esplendor e comunicou-lhe o desgosto dos *devas* (deuses) pela indiferença e ingratidão dos homens, o pouco escrúpulo nos sacrifícios, oblações e ritual sagrado. Brahmadeva observou a *chaluka*, a mão estendida à recepção da água no ritual e dela nasceu um poderoso guerreiro que se tornou o progenitor dos Chalukyas!» (99).

No século VI AD, o rei Kirtivarmma I derrotou os Maurias do Concão e designou Satyasraya Dhruvaraja para o cargo de vice-rei, com a capital em Revatidvipa (Recli, Ratnaguiri).

O Império Chalukya atingiu o apogeu no reinado de Pulikesi II, que subiu ao trono em cerca de 610-611 AD. Derrotou os Kadambas de Banavasi (Mysore), os Maurias do Concão, os Reis de Gujrat, Malwa, Kosala, Kalinga e o Rei Harsha de Kanauj e Thaneswar, célebre Imperador da Índia do Norte. Os

(98a) *Cf.* Pissurlencar, *Goa Há 1500 Anos (Subsídios epigráficos para a sua História)*, OP, nova série, N.º 6 (1934). Krishnamacharlu, *A New Dynasty of the West Coast*, Proceedings IX All India Oriental Conference (Trivandrum), p. 857.

(99) Buhler, *The Vikramankadevacharita, a life of King Vikramaditya-Tribhuvanammala of Kaliana*, composed by Vaidyapati Bilhana, Bombay, 1875.

seus domínios prolongavam-se desde Gujrat e Malwa, ao norte, até ao rio Palar (Mysore) ao sul.

Hiuen Tsiang escreveu a respeito de Pulikesi II: «É da raça dos Kshatrias e chama-se Pulakesin. As suas ideias são nobres e o espírito altruista. Os seus súbditos servem-no com dedicação». Sobre o povo do seu Império deixou o seguinte depoimento: «Os costumes são simples e honestos. Os naturais são de estatura elevada, altivos e de carácter rígido. Nunca se esquecem dos favores recebidos, mas não perdoam nunca os agravos, de que se vingam, mesmo arriscando a vida...» (100).

(100) *Cf.* Watters, *On Yuan Chwang's Travels in India 629-645 AD* by Thomas Watters, ed. Rhys Davids.

Sobre Pulikesi II *cf.* EC, VI, p. 9, 10 e EI, VI, p. 10, 11. A derrota de Harsha-vardhana é confirmada por outras inscrições (IA, VI, p. 78 e 87; VII, p. 164); e pelo viajante chinês Hiuen Tsiang (Beal, *Si-yu-ki Buddhist Records of the Western World.* Translated from the Chinese of Hiuen Tsiang AD 629 by Samuel Beal, London, 1906, II, p. 256-257). Diversos historiadores identificaram o nome *Moholocha,* o reino de Pulikesi II visitado por Hiuen Tsiang, com o actual Maharashtra (*Cf.* Bhandarkar, *Collected Works,* III, p. 71; Vaidya, *History of Mediaeval Hindu India,* I, p. 270; Dev, *The Geographical Dictionary of Ancient and Mediaeval India,* p. 118). Observe-se, porém, que o Maharashtra não constituía todo o Império de Pulikesi II, pois na inscrição de Aihola lê-se que ele «adquiriu o domínio sobre os três Maharashtrakas (EI, VI, p. 10). Parece-nos, pois, que Moholocha, o nome dado por Hiuen Tsiang ao Império de Pulikesi II, não é senão a transliteração do nome sânscrito *Mahaloka,* o «Grande País» (*Cf.* JBHS, 1928, p. 219). A inscrição de Aihole de Pulikesi II diz-nos ainda que este monarca conquistou a cidade de Puri (EC, VI, p. 10 v. 21). A esta cidade se refere uma das inscrições de Kanheri, ao mencionar Pullasakti, o chefe Silahara do Concão, como «senhor da cidade de Puri» (*Cf.* Kielhorn, *Three Inscriptions from Kanheri,* IA, XIII p. 137 e ASW, IV, p. 64, 270; Dev, *The Geographical Dictionary of Ancient and Mediaeval India,* sugeriu-se, entre outras hipóteses, a sua identificação com a ilha de Elefanta, como a designaram posteriormente os Portugueses (*Cf.* IA, V, p. 278 pl. II-A 5; e IX, p. 35 pl., III-64 e respectivas notas; Gerson da Cunha, *The Origin of Bombay,* JBBRAS, extra number, Bombay, 1900, pp. 20-22). Convém recordar, porém, que a situação geográfica e a própria descrição da cidade de Puri — «a Fortuna dos mares, com milhares de barcos que

Pulikesi II nomeou seu filho Chandraditya para o cargo de vice-rei do Concão Meridional ([101]).

Dinastia dos Chalukyas Ocidentais de Badami

1 — Jayasimha I
2 — Ranaraga
3 — Pulikesi I

4 — Kirtivarman I (566-67 — 597-98) 5 — Mangalesa (597-98-608)

6 — Pulikesi II (609-642) Vishnuvardhana I (615-633) Indiavarman (590-610-611)

Adityavarman Chandraditya (655-659) Vikramatitya I (655-680) Jayasimhavarman (671-692)

Apud Flett, *The Dynasties of the Kararese Districts*, Bombay, 1882-1886)

IX — *Os Rashtrakutas*

Pelo desmembramento do Império dos Partos, resultante das lutas constantes com os Chalukyas, a suserania do Decão passou destes últimos para uma nova linha dinástica — a dos Rashtrakutas. O escritor goês V. Valaulicar conseguiu provar, após longos e aturados estudos, que a pátria original donde os Rashtrakutas se expandiram pelo Decão era a aldeia de Loutulim (Salsete, Goa). «A História dos Rashtrakutas — escreveu Valaulicar — representa a força de Goa, e pode dizer-se que é uma recordação da inteligência e bravura do nosso povo...» ([102]).

No século VIII, o Chalukya Kirtivarman foi derrotado pelo Rashtrakuta Dantidurga. O Rei Krisna I ergueu o templo de Kailasa, em Elora (Hyderabad), maravilhoso monumento ta-

desfilam como um cortejo de elefantes» — sugerem a sua identificação com Chandrapura (Chandor), ao tempo um dos portos mais importantes da Costa do Malabar (*Cf.* JBHS, 1928, p. 103).

([101]) *Cf. Gazetteer of the Bombay Presidency*, vol. I.

([102]) Valaulicar, *Gõecaranchi Gõeãbhaili Vasnuk*, Bombay, 1928.

lhado em rocha. Govinda III fez tributário o Rei de Malwa. Krisna III apossou-se das cidades de Cojeevarman e Tanjore, que pertenciam aos Cholas. Amoghavarsha transferiu a capital do Império Rashtrakuta de Nasik (Presidência de Bombaim) para Malkhed (Hyderabad). Kaka II, último Rei da dinastia dos Rashtrakutas de Malkhed, foi derrotado pelo Chalukya Tailapa I, o qual fundou em 973 a dinastia dos Chalukyas de Kaligani. Entre os monarcas desta dinastia merece especial menção o Rei Vikramaditya II, que subiu ao trono em 1076 e fez tributário ao Rei Jayakesi I, dos Kadambas de Goa; protegeu o jurista Vijayaresvara, autor da obra *Mitakkhara*, e o poeta Vaidyapati Bilhana, que escreveu o seu elogio histórico (*Vikramankadevacharita*).

Em cerca de 1162, Vijala, da dinastia Kalachurya, dominadora de Chedy (porto de Jambulour), ministro de guerra do Rei Tailapa II, usurpou o trono dos Chalukyas de Kaliyani. No reinado de Vijala nasceu a seita religiosa chamada *lingaita*, dirigida por Basava, e à qual se converteram os Jainas.

A queda do Império Chalukya de Kaliyani, em 1190, proporcionou o governo do Decão Ocidental e do Concão aos Yadavas de Devguiri (Dautalabad), em Hyderabad. Os Yadavas eram nobres vassalos dos Chalukyas e numerosas dinastias — entre outras, os Silaharas e os Kadambas — reconheceram a sua suserania. Mais tarde, o Império Yadava desmoronou-se aos poucos com as investidas dos Maometanos e dos exércitos do Sultão de Delhi ([103]).

Dinastia dos Rashtrakutas de Malkhed

1 — Durgaraja (570-590)
2 — Govindaraja (590-610)
3 — Swamikaraja (610-630)

([103]) Altekar, *The Rashtrakutas and their times*, Poona, 1934.
Bhandarkar, *Early History of the Dekkan down to the Mahomedan Conquest*, Bombay, 1884-1885.
Nairne, *History of the Konkan*, Bombay, 1894.

4 — Nannaraja Judhassur (630-650)
5 — Dantivarman (650-670)
6 — Indra Pracchakaraja (670-690)
7 — Govindaraja I (690-710)
8 — Karka I (710-730)
9 — Indraraja II (730-745)
10 — Dantidurga (745-756)
11 — Krishnaraja I (756-772)
12 — Govindaraja II (772-780)
13 — Dhuruvaraja (780-793)
14 — Govindaraja III (793-814)
15 — Sharva Amoghavarha I (814-880)
16 — Krishnaraja II (880-914)
17 — Indraraja III (914-917)
18 — Amoghavararsha II (917-918)
19 — Govindaraja IV (918-937)
20 — Amoghavarsha III (937-939)
21 — Krishnaraja III (939-968)
22 — Lhottiga Nityavarsha (968-972)
23 — Karkaraja (972-973)

X — *Os Chalukyas de Chandrapura e os Silaharas de Valapattana*

Em 754 AD, o Rei Krishna I dos Rashtrakutas conquistou o Concão do Sul, e Sanaphulla, da dinastia dos Silaharas do Sul, foi proclamado Rei feudatário de Goa (104).

São conhecidos três ramos da dinastia Silahara: um que reinou no Concão do Norte (Silaharas do Norte); outro, no Concão do Sul (Silaharas do Sul); e o terceiro, que reinou em Kolhapur (105).

Fleet, *The Dynasties of the Kanarese Districts*, Bombay, 1882-1896.

Banerji, *The Northern Conquest of Krishna*, III, JBORS, XIV, pp. 476-482.

Lakshminarayan Rao, *Jura Prasati of Krishna*, III, EI, XIX, p. 287.

(104) EI, III, p. 292.

(105) Sobre a divisão dos Silaharas *cf.* JBBRAS (1897), XIII.

Os diversos ramos dos Silaharas tiveram, possìvelmente, uma origem comum. A tradição coroa a sua linhagem com uma figura lendária denominada *Jimutavahana*, que seria um *Vidyadhara*, ou génio ao serviço dos deuses. Este vulto lendário — reza uma inscrição de Ratnaguiri — era filho de Jimutaketu, e salvou Sankhachuda Naga, Rei das serpentes, do ataque de Garut-mat (Garuda), águia divinizada (106). Está hoje provado que os Silaharas do sul eram oriundos de Goa (107).

A inscrição de Kharepatan traz à luz da História os nomes e os feitos dos sucessores de Sanaphulla. Aiyaparaja (cerca de 820-845), grande conquistador, derrotou os inimigos e *banhou-se em água de coco* perto duma cidade chamada *Chandrapura* (Chandor), eufemismo que parece indicar uma vitória naquela cidade sobre a dinastia dos Chalukyas. Avasara II (cerca de 895-920) ajudou os governantes de Chemulya (Chaúl) e Chandrapura (Chandor) (Kadambas de Goa). Bhima (cerca de 945-970) apoderou-se da província *(madala)* de Chandra. Rattaraja (cerca de 995-1020), no ano 1018, era feudatário *(mandalika)* do rei Irivabedanga Satyasraya, dos Chalukyas do Oeste, e mantinha o templo de Sri Avvesvara, consagrado a Siva (108).

Por longos anos, porém, os *Chalukyas*, cuja capital ficava em Chandrapura (Chandor), resistiram aos ataques dos Silaharas do Sul. De Valapattana, a capital do seu reino, os Silaharas

(106) *Cf. Vikramankadevacharita*, VIII, 3; Buhler, *A Grant of Chittarajadeva, Mahamandalesvara of the Konkana*, IA, V p. 276. O indianista alemão Christian Lassen atribuiu origem afgã aos Silaharas (*Cf.* Lassen, *Indische Alterthumskunde*, Bonn, 1852, IV p. 113).

(107) *Cf.* Valaulicar, *op. cit.* p. 46; IA, IX, pp. 35-37. Nas inscrições dos Silaharas estão mencionados diversos lugares e aldeias de Goa, como por exemplo Hamjamana, que se identifica com Anjuna. *Cf.* Moraes, *The Hamjamana of the Silahara Records*, JBORS, XXVIII (1942), III, pp. 307-318.

(108) Altekar, *The Silaharas of Western India*, IC, II, 3.

Telang, *A New Silara Copper-plate Grant*, IA, IX, pp. 33-46.

Chakladar, *Valipattana Plates of Silahara Rattaraja*, IHQ, IV-2, pp. 204-220.

do Sul pretendiam dominar toda a região central e meridional do Concão. Finalmente, ao findar o século X, Chandrapura caiu em poder dos Silaharas do Sul. Esta linha dinástica deve ter reinado no Concão do Sul do século VIII ao XI, pois sabe-se que em 1017 AD o ramo dos Silaharas do Norte dominava todo o Concão.

Aos Silaharas do Norte pertencia a ilha de Salsete, ao norte de Bombaim, e a região vizinha chamada Kapardikadvipa ou Kavadi-dvipa. Os Silaharas do Sul reinavam no chamado Concão das novecentas aldeias, a maior parte de Goa e a zona de Iridige, que devia incluir Ratnaguiri e Sawantwadi. O Rei Arikesari, dos Silaharas do Norte, conquistou o Concão ao Rei Rattaraja, último monarca da dinastia dos Silaharas do Sul, mas morreu durante a campanha, sucedendo-lhe o seu filho menor Chittaraja. Esta oportunidade favoreceu a expansão dos Kadambas de Goa: o Rei Shastha-deva II aproveitou o momento político e anexou o Concão e Kapardikadvipa ao reino já extenso dos Kadambas de Goa [109].

Dinastia dos Silaharas do Sul

1 — Sanaphulla (765-795)
2 — Dhammira (795-820)
3 — Aiyaparaja (820-845)
4 — Avasara I (845-820)
5 — Adityavarman (870-895)
6 — Avasara II (895-920)
7 — Indraraja (920-945)
8 — Bhima (945-970)
9 — Avasara III (970-995)
10 — Rattaraja (995-1020)

(*Apud* Altekar, *The Silaharas of Western India*, Indian Culture, II, Jan. 1936)

---

[109] Consta numa inscrição dos Silaharas que Anantapala ou Anantadeva, filho de Nagarjuna (Silaharas do Norte), governou o Konkana (Concão) e levava o título de «Konkana Chakravarti» (Imperador do Concão). *Cf.* Telang, *A New Silara Copper-plate Grant*, IA, IX, pp. 33-46. Aparaditya, sucessor de Anantadeva, deve ter começado a reinar pelo

Dinastia dos Silaharas do Norte

1. Kapardi I
2. Pulasakti
3. Kapardi II
4. Vatpuvanna

5. Zanza — 6. Goggi
7. Vajjadadeva
8. Aparajita

9. Vajjadadeva II — 10. Arikesari ou Kesideva

11. Chittaraja — 12. Nagarjuna — 13. Mummuni

14 Anantadeva

Aparaditya

(*Apud* Telang, *A New Silara Copper plate Grant. The Indian Antiquary, IX*)

CAPÍTULO II

Os Kadambas de Goa

I — *A dinastia dos Kadambas*

Do século XI a XIII reinou em Goa a célebre dinastia dos *Kadambas de Goa,* feudatária dos Chalukyas de Kaliyani, e, mais tarde, dos Hoysalas e dos Yadavas, ramo da célebre dinastia kadamba do Karnataka.

---

menos em 1135 AD (1057 da era *saka*), pois numa obra composta em Kashmir entre 1135 e 1145 AD faz-se referência a um «embaixador de Aparaditya, Rei de Konkana» (JBBRAS, XII, extra n.º, p. 51, 52). *Cf.* *Asiatic Researches,* I, p. 357; Buhler, *A Grant of Chittaraja-deva, Mahamandalesvara of the Konkana,* I, p. 357; Buhler, *A Grant of Chittaraja-deva, Mahamandalesvara of the Konkana,* IA, V, pp. 277-280, Fleet, *The Dynasties of the Kanarese Districts,* Bombay, 1882-1886, p. 538. Sobre a História de Goa Pré-Kadamba, consulte-se: Moraes, *The Pre-Kadamba History of Goa, Proceedings of the Indian History Congress,* V, Hyderabad, Session 1941. *Glimpses into the History and Culture of Goa,* Bombay, 1947.

Família de nobres feudatários, oriundos de Palasige ou Halasige (Halsi, Belgão), a sua coragem e o seu talento diplomático e político transformaram logo o nosso país em marco imorredouro da cultura e civilização da Índia. A sua primitiva capital em Goa foi a cidade de Chandrapura (Chandor).

Os Kadambas levavam o título de *Banavasi-puravar-ddhisvara* ou «supremos senhores de Banavasi, a melhor das cidades» — título transmissível através das gerações, de direito igualmente de um outro ramo da mesma família que se fixara em Hangal. O seu emblema era o leão dos Kadambas *(siha-lânkhana)*, que se admira em algumas das suas antigas moedas. Adoravam Siva, deus protector da família, com o nome de Sri Saptakottisvar. A semelhança de tradições míticas leva a acreditar que os Kadambas de Goa e os de Nangal tivessem origem comum. A família de Hangal dizia-se descendente de Mayuravarman, de três olhos e quatro braços, filho de Siva. Os Kadambas de Goa atribuíam a sua origem a Jayanta, chamado «Trilochana-Kadamba» (o Kadamba de três olhos), nascido de uma gota de suor caída junto das raízes da árvore Kadamba *(Nauclea Kadamba)* da fronte de Deus Siva, depois da sua vitória sobre o demónio Tripura. Jayanta ou Trilochana-Kadamba — escreve o epigrafista Fleet — parece uma figura mítica. As inscrições parecem referir o seu reinado ao ano 3210 da era *kalinga* (109-40 ou 161-62 AD). As inscrições dos Pallavas, eternos inimigos dos Kadambas, aludem também a um seu antepassado com o nome de *Trilochana-Pallava*, também chamado *Trineta* ou *Trinauana Pallava, Mukkanti Pallava* ou *Mukkanti Kaduvetti*. Esta semelhança de antepassados lendários resultou provàvelmente da rivalidade entre as duas famílias reinantes [110].

Embora de pouco valor histórico, estas tradições mitológicas atestam de algum modo a enorme antiguidade da dinastia,

(110) EC, VII, Sk, 236; EI, XI, p. 340. Butterworth, *Nellore Inscriptions*, Madras, 1905, I, p. 389 II p. 671. Heras, *Los Origenes de la Heraldica Indica*, Madrid, 1934.

se considerarmos Mayuravarmma como o fundador da família, ou melhor, a personificação de Trilochana-Kadamba, seguindo a opinião de George M. Moraes. Deve notar-se, porém, que não há acordo entre os investigadores quanto a este problema, e assim Saletore escreve no seu livro *Mediaeval Jainism* que o fundador da linha dinástica dos Kadambas foi Mukkana, embora a posterior grandeza da família fosse atribuída a Mayuravarmma (meados do século III AD) [111].

II — *Os primeiros vultos históricos. Kantakacharya. Nagavarmma. Guhalla-deva I. Shashtha-deva I ou Chaturbhuja.*

Kantakacharya é o primeiro vulto histórico da dinastia dos Kadambas de Goa. Sucedeu-lhe Nagavarmma, versado na escritura sagrada, na literatura, na ciência dos Vedas e na política, Senhor do Universo, célebre no mundo inteiro, em todos os povos e todas as nações [112]. Guhalla-deva I, guerreiro destemido, é comparado a Arjuna na epigrafia antiga, pelo seu heroísmo e bravura. Shastha-deva I ou Chaturbhuja livrou-se da suserania dos Rashtrakutas e reconheceu a dos Chalukyas, como primeiro passo para a completa independência do seu reino [113].

Dinastia dos Kadambas de Goa

1 — Kantakacharya
2 — Nagavarmma
3 — Guhalla-deva I
4 — Shashtha-deva I ou Chaturbhuja
5 — Guhalla-deva II (930-1005)

(111) Moraes, *The Kadamba Kula*, Bombay, 1931, p. 9.
Saletore, *Mediaeval Jainism*, Bombay, p. 30.

(112) Inscrição de Marcela do Rei Shashtha-deva II. Publicada por Moraes, *The Kadamba Kula*, Bombay, 1931, pp. 387-393. AHEI, *Monções do Reino*, fls. 1396.

(113) O Rei Shashtha-deva I teria participado na rebelião dirigida pelo Rei Irivabedanga-deva da família dos Kadambas de Hangai (EI, XV, p. 333). *Cf.* Moraes. *The Kadamba Kula*, Bombay, 1931, p. 94.

6 — Shashtha-deva II (1005-1050)
7 — Jayakesi I (1050-1080)
8 — Guhalla-deva III (1080-1100)
9 — Vijayaditya I (1100-1104)
10 — Jayakesi II (1104-1047-48)
11 — { 11a. Sivachitta (1147-48-1181)
11b. Visnuchitta ou Vijayaditya II (1147-48-1187-88)
12 — Jayakesi III (1187-88-1216)

Sivachitta Vajra deva — 13 — Tribhuvanamalla (1216-1237-38)

14 — Shashtha-deva II (1246-47-1260)
15 — Uma filha casada com Kama-deva (1260-1310-11)
16 — Filho de nome desconhecido
17 — Filho de nome desconhecido

(*Apud* George M. Moraes, *The Kadamba Kula,* Bombay, 1931)

III — *Guhalla-deva II (980-1005)*

Guhalla-deva II, que sucedeu a Chaturbhuja, foi o verdadeiro fundador do reino dos Kadambas de Goa. Alargou os domínios e promoveu a estabilidade e segurança política do seu território.

Um documento do Arquivo Histórico do Estado da Índia refere-se à peregrinação de Guhalla-deva II ao *pagode de Sry Somessuar,* o célebre templo de Somnath (Saurastra) — facto de transcendente importância para a história das relações culturais e religiosas de Goa com o resto da Índia, e, de um modo específico, com o Kathiawar e o Gujrat do norte e do sul.

Conforme a inscrição traduzida e publicada por Tod, que a encontrou no templo de Bhadrakali (Kathiawar), a 80 kms de Diu, o templo Deo-Buttun, em louvor de deus Somesa, fora reparado e restaurado por Kunwar Pal (Kumarapala). A referida inscrição tem a data 850 de *valabhi-samvat* ou 1169 AD Mais tarde, Forbes verificou que ela pertencera primitivamente ao templo de Someavara (Someshwar). Segundo a obra *Kumarapalacharita* de Hemachandra, o Rei Kumarapala restaurou

o templo de Somnath, destruído por Muhammad de Ghazni em cerca de 1025 AD. Daqui se conclui que o *pagode de Sry Somessuar* do referido documento do AHEI é o famoso e deslumbrante templo de Somnath, conhecido na literatura sânscrita como Prabhás Patane e invocado em lindos versos, no Skanda Puranna: «Ó Deusa! Dos esplêndidos lugares da terra, é este o mais brilhante! Este é o primeiro dos lugares de peregrinação, e por isso se chama *Prabhás!*». Estando o Rei Guhalla-deva a viajar, quebrou-se o mastro do seu barco, valendo-lhe então um rico mercador árabe chamado Madumod (Muhammad), «principal entre os senhores dos Barcos de Comércio, único entre os ricos, pessoa de grande sabedoria» (114).

Guhalla-deva II possuía um exército bem organizado, e é de supor, através da epigrafia, que tivesse intervido a favor do Rei dos Pallavas num combate com os seus inimigos. As inscrições referem-se a este vulto glorioso da História de Goa como — «centro do Universo, de majestade infinita, ornamento da raça dos Kadambas» (115).

(114) AHEI, *Monções do Reino,* N.º 93 fls., 1396. Filipe Neri Xavier, *Descripção do Coqueiro, Arequeira, Arroz e Moedas de Goa,* pp. 61-65. *Gabinete Litterario das Fontainhas,* I, p. 16. Lê-se numa inscrição de Jayakesi I (1050-1080 AD) que «houve um indivíduo chamado Aliyam (Ali), nascido na cidade de Sri Vaimulya e pertencente à linha dos Tajiyas (árabes). Aliyam teve um filho chamado Madhumad (Madumod, Maomé) e o filho deste chamou-se Sadhan» (Inscrição de Pangim de Jayakesi I publicada por Moraes, *The Kadamba Kula,* Bombay, 1931, pp. 394-400). Sobre o tempo de Somnath *cf.* IA, IX, pp. 44-45; JRAS (new series), IV, p. 341; OP, XVI, pp. 69-70.

(115) O Rei Pallava a que se refere a inscrição deve ser Nolambadhiraja, da dinastia dos Nolambas, contemporâneo de Guhalla-deva II. *Cf.* Inscrição de Pangim do Rei Jayakesi I, publicada por Moraes, *The Kadamba Kula,* Bombay, 1931, pp. 394-400. Dixit, *Panjim Plates of Jayakesi I.* INDICA, *Silver Jubilee Commemoration Volume of the Indian Historical Research Institute,* Bombay, 1953. Fleet, *Inscriptions relating to the Kadamba Kings of Goa,* JBBRAS, IX, p. 272.

IV — *Shashtha-deva II (1008-1050)*

No mencionado documento do *Arquivo Histórico do Estado da Índia*, lê-se a seguinte passagem: «chamava-se este rei (cadambo) Cattah Nrupati, como aquela columna que estriba o mundo, a quem muitos Reis de outras terras e portos ultramarinos da nação moura ficaram tributários» (116). O Rei Cattah Nrupati é o sucessor do Rei Guhalla-deva II, chamado Shashtha-deva II. As inscrições designam ainda este monarca com os nomes de *Shashtha, Chatta, Chattala* e *Chattaya*. Consta de um outro documento do AHEI que «foi tam poderoso que deixou em grandes receios ao poderosíssimo Rei das deliciosas terras chamadas Lancapuri e a fortaleza chamada Tricutt-durga». O Rei de Lancapuri é, sem dúvida, o da dinastia dos Silaharas do Norte, de cujos domínios foi conquistada pelo Rei de Goa a província de Kapardikadvipa, além da vasta região conhecida como Concão das novecentas aldeias. O Rei Arikesari, dos Silaharas do Norte, conquistara o Concão ao Rei Rattaraja, último monarca da dinastia dos Silaharas do Sul, mas falecera durante a campanha, sucedendo-lhe o seu filho menor Chittaraja. Shashtha-deva II aproveitou a oportunidade e anexou o Concão e Kapardikadvipa ao reino dos Kadambas de Goa (117).

Pormenor interessante do seu reinado é a sua viagem a Saurastra, provàvelmente uma peregrinação aos templos de Somnath, Gokarna e Kolhapur, mantendo assim a tradição do seu pai Guhalla-deva (118). Organizou uma armada magnífica,

(116) AHEI, *Monções do Reino*, N.º 93, fls. 1396. Filipe Neri Xavier, *Descripção do Coqueiro, Arroz, e Moedas de Goa*, pp. 61-65. *Gabinete Litterario das Fontainhas*, I, p. 16.

(117) AHEI, *Monções do Reino*, N.º 97, fls. 561. Também a inscrição de Nahendra de Jayakesi II menciona a conquista da Lanka por Shashtha-deva II (EI, XIII, p. 309).

(118) EI, XIII pp. 309-310. Inscrição de Marcela do Rei Shashtha-deva II, publicada por Moraes, *The Kadamba Kula*, Bombay, 1931, pp. 387-393.

das melhores do seu tempo, e desenvolveu diversos sectores de ordem económica e social. Goa era já então o centro mais importante da Costa do Malabar. As estradas da cidade de Chandrapura (Chandor) estavam sempre cheias de gente e havia edifícios sumptuosos, jardins, tanques, mercados e cavalariças. Fez peregrinações e jornadas aos templos de Somnath e de Gokarna e ao templo de Mahalakshmi de Kolhapur.

Apesar da intuição diplomática e génio militar, Shashtha-deva II não viu realizado em vida o seu melhor sonho: a completa independência do seu reino. Uma inscrição de 1007-08 AD considera-o feudatário (*mabamandalesvara*) do Imperador Jayasimha II, dos Chalukyas do Oeste (119).

V — *Jayakesi I (1050-1080)*

Jayakesi I, filho e sucessor de Shashtha-deva II, foi, sem dúvida, o maior vulto da dinastia dos Kadambas de Goa. Durante cerca de trinta anos do seu reinado, conseguiu garantir e impor a supremacia de Goa no Concão e no Malabar. Digno representante da velha e nobre estirpe dos Kadambas, «valleroso na guerra, cuja fama de modestia, urbanidade, e potência se devulgou em toda a parte do Mundo como que os resplandores do Sol» (120), manteve com aprumo e heroísmo a tradição épica dos seus antepassados.

O primeiro acontecimento de importância no seu reinado foi a transferência da capital de Goa da cidade de Chandrapura (Chandor) para a de Gopakapattana (Goa Velha) (121). Reza a epigrafia que derrotou o Rei de Kapardikadvipa, provàvelmente o Rei Mammuri, dos Silaharas do Norte, e os seus domí-

(119) Fleet, *The Dynasties of the Kanarese Districts*, Bombay, 1882-1886, pp. 436-567.

(120) AHEI, *Monções do Reino*, N.º 97, fls. 561.

(121) Fleet, *Inscriptions relating to the Kadamba Kings of Goa*, JBBRAS, IX, p. 283.

nios foram anexados ao reino dos Kadambas de Goa ([122]). A vitória do Rei de Goa constituiu um êxito decisivo no tablado histórico-político da Índia do Sul, impondo respeito a reinos e principados vizinhos e feudatários. Destronou Kamadeva, Rei Pandya e Senhor de Gokarna, seu rival na supremacia do Concão, e derrotou os Chandas e os Cholas que ameaçavam o Império dos Chalukyas ([123]).

Numa inscrição encontrada na aldeia de Raia pelo Rev. P. Henry Heras S. J. consta que no ano 993 da era *saka* (1071 AD), reinando o Kadamba Jayakesi que levava os títulos de *Panchmahasabda* e *mahamandalesa*, veio a morrer em combate Gobbarasini, general do príncipe Bhupa de Valliyapura (Valipattana). Desta inscrição comemorativa se deduz que a aldeia de Raia se encontrava sob influência dos Kadambas de Goa, e talvez mesmo os seus príncipes estivessem unidos a essa família real por laços de consaguinidade, se acreditarmos na tradição oral ([124]). É provável que o oficial Hadavala Dovarigobbasrasa, o qual tinha a sua capital em Vallyapura, tivesse morrido na guerra entre Jayakesi e os Silakaras do Norte.

Inspirado pelo ideal de expandir e engrandecer o seu reino, Jayakesi I procurou consolidar o poder com laços matrimoniais. Uma filha sua era casada com o Imperador Vikramaditya, dos Chalukyas do Oeste, filho de Somesvara. Bilhana não se refere a este facto na sua obra *Vikramankadevacharita*, mas narra apenas que, quando Vikramaditya avançou para *Malava* (Goa), Jayakesi aproximou-se dele e ofereceu-lhe presentes ([125]).

([122]) Fleet, *op. cit.*, p. 272.

([123]) Inscrição de Pangim do Rei Jayakesi I, publicada por Moraes, *The Kadamba Kula*, Bombay, 1931, pp. 394-400. Dixit, *Pangim Plates of Jayakesi I*. INDICA, Bombay, 1953.

([124]) Inscrição de Raia do Rei Jayakesi I, publicada por Moraes, *The Kadamba Kula*, Bombay, 1931, p. 401. Filipe Neri Xavier, *Bosquejo Histórico das Comunidades*. Nova Goa, 1852.

([125]) Buhler, *The Vikramankadevacharita, a life of King Vikramaditya-Tribhuvanamalla of Kalyana*, composed by Vaidyapati Bilhana, Bom-

O poeta jaina Hemachandra, do século XII, na sua obra sânscrita *Dvayasharaya*, refere-se a Jayakesi, Rei de Chandrapur, da dinastia dos Kadambas e conta-nos o seguinte episódio:

«Um dia, um pintor apresentou-se ao Rei Karna, saudou-o e disse:

'Ó Raja, a vossa fama espalhou-se por muitos países, e muitos anseiam ver-vos. Também eu tive esse desejo por longos anos. E ofereceu-lhe muitas pinturas; numa delas estava representada Lakshmi a dançar, e perto dela, uma dama muito mais formosa do que Lakshmi. O rei viu o retrato, e, impressionado pela beleza da dama, perguntou-lhe quem ela era. Ao que o pintor respondeu: Há no Decão uma cidade chamada Chandrapura; reina lá um monarca chamado Jayakesi: esta jovem é sua filha, a princesa Mayanalladevi, na flor da mocidade. Muitos príncipes quiseram desposá-la, mas ela recusou-se sempre. Então a sua aia disse-lhe que ela devia casar, pois estava a passar a flor da sua idade: a princesa pôs-se então a adorar a Gauri para conseguir um noivo cheio de virtudes. Os *Bauddha Jatis*, que raparam o cabelo e a barba, mostraram-lhe então retratos de muitos príncipes. Depois, um pintor que passou por Chandrapura apresentou à princesa o vosso retrato, e ela concordou logo em casar com Vossa Majestade. Quando ela vê as avezinhas chegarem desta direcção, pergunta-lhes se vieram do Raja Karna, recusa-se a comer e beber, pois seu único desejo é casar convosco. Por isso, ela me enviou aqui particularmente, e seu pai o Raja Jayakesi autorizou-me esta missão. Ela garantiu-me que não aceitaria nenhum outro noivo que não fosse o eleito do seu coração. Karna aceitou a proposta, recebeu muitos presentes e foi ao jardim real onde

---

bay, 1875, Introduction p. 34. Analysis of the first seventeen sargas of Bilhana's Vikramankakavya (From Dr. Buhler's, *Introduction to the Vikramanakadevacharita*) IA, V, p. 320.

encontrou uma jovem muito parecida com a do retrato. Perguntando-lhe quem era, respondeu que a raça de seu pai era chamada *Kadamba,* e que ela era a princesa filha de Jayakesi, Rajá do Decão. Disse-lhe mais que viera até esse lugar movida pelo amor e único desejo de casar com o rei Karna. Este concordou com a ideia de casar com a princesa e fazer dela a sua *Pat Rani* (Rainha coroada)'» (126).

Do extracto transcrito podemos deduzir as seguintes conclusões:

1.º — O rei Karna I (1063-1093 AD), da dinastia dos Chalukyas de Anhilwad (127), casou com a princesa Mayanalladevi, filha do rei de Goa Jayakesi I. Versão diferente deste acontecimento lê-se na obra *Prabhandacitamani,* de Merutunga Acharya, em que Mayanalladevi é apresentada como jovem pouco virtuosa e de mau carácter. Esta versão, no entanto, é pouco verosímil. A obra citada não é documento coevo, pois foi escrita dois séculos e meio depois do acontecimento narrado; além disso, nela abundam erros históricos e interpretações fantasiadas de assuntos importantes da História da Índia (128).

2.ª — Hemachandra considera Jayakesi como rei de Chandrapura (Chandor); no tempo da narrativa, a capital do reino dos Kadambas não fora ainda transferida para Gopakapattana (Goa Velha).

3.ª — Na corte de Jayakesi I havia os *Bauddha Jatis,* «que raparam o cabelo e a barba», isto é, *bhiksus* ou monges budis-

(126) Dvaiasharaya, IA, IV, p. 233.

(127) Buhler, *Grants of the Anhilwad Chalukyas,* IA, VI, p. 213.

(128) Tauney, *Prabhandacitamani or wishing stone of narratives composed by Meruttunga,* Calcutta, 1901, p. 79. Moraes, *The Kadamba Kula,* Bombay, 1931, p. 184. A princesa Mayanalladevi foi a mãe do famoso Rei Jayasinga Siddharaja de Anhilwad. *Cf. Kumarapalacharita I,* p. 66; Forbes, *Ras Mala* I, p. 107; *Census of India 1911,* VII-I, p. 289.

tas. Fica assim provada a expansão e influência do budismo no Reino de Goa.

4.ª — A acreditar na versão de Hemachandra, as princesas reais deviam desfrutar de muitos privilégios e regalias. O trecho da *Dvayasharaya* é um documento importante sobre a condição da Mulher em Goa no século XII (129).

A administração do Reino estava confiada a uma espécie de chefe do governo (*pradhan*), o árabe Sadano, neto do mercador Madumod, a quem nos referimos atrás: era o começo da intervenção dos Árabes na política do Estado. Inteligente e consciencioso, Sadano soube fixar as verdadeiras directrizes da governação, tornando-se merecedor da confiança absoluta do seu rei. A prosperidade de Goa devia-se em grande parte ao seu dinamismo e génio político e à sua obra reformadora.

Jayakesi I declarou a união dos Kadambas, que passaram a reconhecer a superioridade do Rei de Goa; conquistou os Alupas e os Pallavas; e estabeleceu de vez no seu território a união política e a suserania dos Chalukyas do Oeste. No seu reinado atingiu Goa a culminância do esplendor. As inscrições referem-se a este vulto glorioso da História de Goa como a «flor suprema do génio da raça dos Kadambas» (130).

VI — *Guhalla-deva III (1080-1100)*

A Jayakesi I sucedeu seu filho Guhalla-deva III, «Senhor de Gopakapur (Goa), a melhor das cidades» (inscrição de Karadoli). Não tinha as invulgares qualidades de seu pai, tendo sido

(129) Através da epigrafia é possível definir a condição social da Mulher em Goa e no Karnataka, na época a que nos referimos. A noiva tinha a liberdade de escolher o marido (*svayamvara*), mas, a par desta regalia, havia o costume de *sati,* suicídio da viúva hindu na pira funerária do marido (EC, VIII, Sb 523). *Cf.* Altekar, *The Position of Woman in Hindu Society,* Benares, 1928.

(130) Fleet, *Inscriptions relating to the Kadamba Kings of Goa,* JBBRAS, IX, p. 282.

derrotado pelo rei Silahara Anantapala, que lhe conquistou a zona de Iridige e Kapardikadvipa. Uma inscrição sânscrita de 1099, onde se lê, em vez do seu nome o título de Tribhubanamalla, informa, na sua versão portuguesa existente no Arquivo Histórico do Estado da Índia que «na porta do seu Palácio fazem contínua assistência muitos Reys ultramarinos com preciosos presentes nas mãos, dependendo de seus decretos, desejando as horas em que elle haja por bem de ficar propício» ([131]). Nesse tempo, segundo consta da mesma inscrição, florescia em Goa admirável cultura intelectual, sendo um dos centros mais importantes a actual aldeia de Priol (*Piriella*), das «terras de Antruz» (Pondá).

VII — *Vijayaditya I (1100-1104)*

A Guhalla-deva III sucedeu seu irmão Vijayaditya I ou Vijayarka que reconstruiu a armada, retomou o território perdido, ao qual juntou novas conquistas e restaurou a unidade do reino e o prestígio do rei de Goa. A epigrafia alude às suas numerosas campanhas em ilhas e países distantes ([132]).

VIII — *Jayakesi II (1104-1047-48)*

Fiel à tradição dos seus antepassados, Jayakesi II, o «filho ilustre» de Vijayaditya, procurou livrar-se da sua situação de feudatário. Proclamou a independência e assumiu o título de «Konkana-Chakravarti», isto é, Imperador do Concão. A sua glória, porém, foi efémera. O príncipe Achugi I (Sindavensa Mahamandlesvara Achugideva), da família Sinda de Yelburga — cognominado «Tribhuvanamalladeva-Kesarin» ou «leão de Tribhuvanamalla» — encarregado pelo Imperador Chalukya

([131]) AHEI, *Monções do Reino*, N.º 97, fls. 561.
([132]) Fleet, *op. cit.*, p. 273.

Vikramaditya VI de repelir os dissidentes, invadiu o Concão e incendiou Goa ([133]). Mas Jayakesi, auxiliado por ministros e generais de extraordinário valor, entre os quais o célebre Lakshmana, reorganizou a armada e estabilizou de novo a situação política e económica dos seus domínios. O Imperador Vikramaditya VI consentiu o casamento de sua filha Mayalaladevi com o rei de Goa, e a cidade incendiada foi reconstruída logo depois ([134]).

O reino dos Kadambas abrangia, no tempo de Jayakesi II, os actuais territórios de Unkal e Sabhi (no caminho de Dharwar a Hubli), Kuntakuli (a nordeste de Hangal), Kadaroli, Belgão, Hangal, Halsi, Kavadidvipa ou Kapardikadvipa (ilha de Salsete do Norte e vizinhanças) e Canará do Norte. Em cerca de 1133 AD, o rei Vishnuvardhana, dos Hoysalas, conquistou uma parte dos domínios dos Kadambas, mas Jayakesi, intervindo a tempo, recuperou o território perdido ([135]).

IX — *Sivachitta (1147-48-1181)* e *Vishnuchitta (1147-48-1187-88)*

Jayakesi II teve dois filhos: Permadi, também chamado Perma ou Permardi ou Permadideva, o mais velho no trono de Goa; e Vijayaditya II ou Vijayarka, que governava em Palasige (Halsi) como *yuvaraja* (vice-rei). Eram conhecidos como Sivachitta e Vishnuchitta, pela sua devoção, respectivamente a Siva e Vishnu ([136]).

([133]) Fleet, *op. cit.*, p. 300. Flett, *Old Canarese and Sanscrit Inscriptions relating to the Sindavamsa Chieftains*, JBBRAS, XI, p. 269. *Cf.* JRAS, IV, p. 15.
([134]) EI, XIII, 311-323; JBBRAS, IX, p. 301.
([135]) Moraes, *The Kadamba Kula*, Bombay, 1931, pp. 127-134.
([136]) Flett, *Inscriptions relating to the Kadamba Kings of Goa*, JBBRAS, IX, pp. 273, 283. *Some Sanskrit copper-plates found in the Belgaum Colectorate*, JBBRAS, IX, p. 245.

Permadi levava o título de Malavara-marin ou Malavamari, isto é, «o exterminador dos Malavas», correspondendo ao título genérico dos Hoysalas — «Malaparolganda». Era casado com Kamaladevi, uma das mais célebres rainhas da dinastia dos Kadambas de Goa, que muito contribuiu para o progresso e difusão da cultura indiana em Goa com a fundação de *agraharas*, instituições de ensino dos mais diversos ramos de ciências e artes [137]. A Kamaladevi se deve a fundação do *agrahara* de Degamve e do templo de Sri Kamala-Narayana e Sri Mahalaksmi. «E ela (Kamaladevi) — reza a inscrição da lápide do templo de Degamve — *rajahansi* aos pés de loto de Parvati a rainha principal, objecto do amor do Kadamba Sivachitta Virapermadideva, que era um *rajahansa* aos pés de lótus do santo senhor de Uma, enquanto seu marido, residindo em Gopakapuri (Goa), a capital da sua raça, estava com justiça protegendo o seu reino, ela tendo ouvido a excelência dos Brâmanes, e das doações de terras louvadas nos Puranas e Dharmashastras, que ela cada dia ouvia com atenção, argumentando a cada passo a majestade infinita de seu poder, trouxe com honra e estabeleceu aqui (em Degamve) muitos brâmanes de grande dignidade...» [138].

Aproveitando a queda do Império dos Chalukyas pelo ataque dos Kalachuryas (1156 AD), Permadi proclamou a independência do reino de Goa e intitulou-se «*Konkana Chalkravarti*» (Imperador do Concão), mantendo este título glorioso e o

(173) Sobre os *agraharas* de Goa, veja-se adiante o capítulo deste trabalho intitulado «Educação e ensino».

(138) Cunha Rivara, *Notícia dos Reis de Goa da dinastia Kadamba*, Instituto Vasco da Gama, p. 558.

Quando a Rainha Kamaladevi pediu autorização a seu marido, o rei Sivachitta, para fundar o *agrahara* de Degamve, quis ouvir a opinião de sua mãe «Maialalamahadevi (...) sobre a viabilidade do seu desejo (de Kamaladevi), e tendo ela aprovado, todos os ministros, chefiados por Purohita Sri Vindyavasibhattopadhyaya, tendo estudado o assunto, deram também a sua aprovação». (*Cf.* JBBRAS, IX, p. 275).

respeito e temor dos povos vizinhos até à sua morte. «Enquanto ele — lê-se na lápide do templo de Basava de Belgão — governando novecentas aldeias no Concão, doze mil em Palasige e as setenta de Venugrama (Belgão) punindo os maus e protegendo os bons, reinava triunfante em Gove (Goa) (...) [139].

A Permadi sucedeu seu irmão Vijayaditya II ou Visnuchitta. O rei Avahamalla, da dinastia dos Kalachuryas, depois de apaziguar os seus domínios e de repelir a ameaça dos Santaras e dos Kadambas, encarregou Dandanayaka Chandugideva de subjugar o rei de Goa. O resultado foi desastroso para Goa, como era de esperar, pois o exército dos Kadambas não aguardava esse ataque de surpresa. No entanto, a campanha foi interrompida pelos Kalachuryas perante a iminência do ataque dos Hoysalas. Visnuchitta, para cúmulo de humilhação, foi obrigado a declarar-se vassalo sucessivamente de Vira Ballala II, rei dos Hoysalas, e dos monarcas da família dos Kadambas de Hangal [140].

X — *Últimos monarcas: Jayakesi III (1187-88-1216), Tribhuvanamalla (1216-1237-38), Shashtha-deva III (1246-47-1260) e Kama-deva (1260-1310-11)*

No tempo de Jayakesi III, Goa recuperou um pouco o prestígio do passado. Intitulando-se novamente «*Konkana Chakravarti*», o novo rei conseguiu orientar a sua política e governação de maneira a assegurar a independência e prosperidade dos seus domínios. Os Kadambas de Goa perderam, todavia,

(139) Cunha Rivara, *Notícia dos Reis de Goa da dinastia Kadamba*, Instituto Vasco da Gama p. 558.

(140) Rice, *Mysore Inscriptions translated for Government*, Bangalore, 1879, p. 119. Fleet, *The Dynasties of the Kanarese Districts*, Bombay, 1882-1896, p. 565. Coelho, *The Hoysala Vamsa*, Indian Historical Research Institute, Bombay.

a região de Venugrama (Belgão), que pertencia a Kartavirya IV, da família dos Rattas de Saundatti, no ano 1999 AD ([141]).

Nos últimos anos da sua vida, reinou de colaboração com seu filho Sivachitta Vira Varja-deva, mas a morte de ambos levou ao trono um outro filho de Jayakesi III chamado *Tribhuvanamalla* (1216 AD) ([142]). Foi este o último monarca de renome da dinastia dos Kadambas de Goa. Manteve a independência do seu reino, e morreu heròicamente na batalha contra Vilhana, vice-rei de Singhana II, rei dos Yadavas. Os seus sucessores, Shashthadeva III e Kama-deva, não conseguiram proclamar a independência e restabelecer o prestígio de Goa ([143]). Os reis yadavas, adoptando uma política imperialista para com os seus vassalos, enviavam oficiais e representantes para a fiscalização dos seus domínios. Em 1272 AD, um oficial yadava chamado *Achyutanayaka* governava como *mahapradhana* o actual concelho de Salsete, e em 1289 AD, o Concão inteiro era governado por um outro oficial chamado *Krishna-deva.* Possìvelmente, durante o reinado de Kama-deva, deu-se a invasão de Malik Kafur, general do Sultão de Delhi Alla-ud-din, ao sul do Concão e Goa ([144]).

([141]) Inscrição de Magundi de Jayakesi III, publicada por Moraes, *The Kadamba Kula,* Bombay, 1931, pp. 404-417. Inscrição de Jayakesi III do Prince of Wales' Museum of Western India (Bombaim), publicada por Moraes, *op. cit.,* pp. 467-474.

([142]) Fleet, *The Dynasties of the Kanarese Districts,* Bombay, 1882--1896, p. 571.

([143]) Existe uma inscrição do Rei Shashtha-deva III, do ano 1246-47 AD (4348 da era Kaliyuga). Segundo esta inscrição, «o Rei Shashtha--deva, ornamento da família dos Kadambas, conhecido também pelo nome de Sivachitta, fez a doação da várzea Kinjala, situada a noroeste da aldeia de Salibhatti (Batim), ao seu *guru, rajaguru* e *dikshita* Jyeshtha-Vishnusarmma, de *garguyagotra;* a doação fez-se junto de Deus Murti-Narayaha, ao norte da cidade de Gopakapattana (Goa Velha), onde reinava o deus Govesvara». (Fleet, *Sanskrit and Old Canarese Inscriptions — Goa Plates of Shashtha-deva I Kaliyuga,* 4348, IA, XIV, pp. 288-291).

([144]) Fleet, *A Copper-plate Grant of the Devagiri Yadara King Singhana I,* JBBRAS, XV, p. 384.

As investidas dos Maometanos e o seu ódio religioso desmoronaram aos poucos o Império Yadava. Era o começo da decadência dos Kadambas de Goa. Com o sonho efémero de reviver os tempos áureos, os Kadambas regressaram a Chandrapura, a velha capital de nobilíssimas tradições. As ruínas de Chandor, o berço e a sepultura da heróica dinastia, protestam em silêncio a epopeia imortal da *Kadamba-Kula,* sumida para sempre no passado...

XI — *A decadência dos Kadambas de Goa*

Com a transferência do Império Árabe de Damasco para Bagdad, sob a dinastia abássida, os governadores persas proclamaram a independência. Os califas contrataram mercenários turcos, formando-se assim a célebre guarda pretoriana, que passou a orientar os destinos do Império Árabe.

Em 962 AD, o turco Alptagin fundou um reino maometano, com a capital em Ghazni (Afganistão). Maomé, neto de Alptagin, nas suas dezasseis campanhas da Índia, graças ao fanatismo dos Maometanos e desunião dos príncipes hindus, conseguiu triunfar em todas as batalhas e construiu assim um vasto Império. Derrubou templos e palácios hindus, e remeteu para Ghazni os sábios e poetas das terras conquistadas. Entre os templos destruídos, destacam-se os de Nagarcot (Nimalaia), Thaneswar, Mutra e Somnath. Na corte de Ghazni refulgiram poetas como Unsuri, Farruki e Asjudi, o filósofo Farahi, o historiador Utbi, o astrónomo Beruni e principalmente o célebre poeta Firdausi, o maior da Pérsia e um dos maiores do mundo, autor de *Shah Namah.*

Século volvido, Maomé de Ghor (1184-1200 AD) subjugou os Maometanos do Sind e do Panjab (noroeste da Índia) e conquistou o Indostão onde dominavam os *rajputs.* Kutb-ud-din foi nomeado Vice-Rei da Índia maometana; estabeleceu-se em Delhi, onde fixou a sua capital, e assumiu o título de Sultão após a morte de Maomé.

Em 1290 AD, à dinastia de Kutb-ud-din sucedeu a dos Khiljis. Quatro anos depois, um exército comandado por Alla-ud-din Khilji atacou a cidade de Devguiri (Dautalabad), a capital dos Yadavas, obrigando Ramchandra Ramdeva, o nono Rei Yadava (1271-1310) a ceder Elichpur e a reconhecer a supremacia do Imperador de Delhi ([145]). De 1294 a 1306, Devguiri esteve livre de dominação estrangeira, e em 1285 Alla-ud-din proclamou-se Imperador. No reinado de Kama-deva, rei kadamba de Goa, ou de seu filho, cujo nome se ignora, o general Malik Kafur do novo Sultão de Delhi invadiu o Sul do Concão, tomou Devguiri e conquistou Goa, entregando o governo do nosso país a Mulik Tubligha. Segundo refere Ferishta, no fim desta expedição na costa ocidental da Índia, Malik Kafur construiu uma mesquita em Rameswar, que Briggs identificou com o Cabo de Rama, em Salsete ([146]). É de presumir que Goa Velha tivesse sido destruída ou pelo menos ocupada em parte pelos Maometanos, pois, como já dissemos, sabe-se que acabada esta campanha, os Kadambas de Goa fixaram-se de novo em Chandrapura (Chandor). Passados anos, Malik Kafur reconquistou o reino de Goa, e a nova capital deve ter sentido o rancor dos adversários.

Em 1310 morreu Ramchandra dos Yadavas, e sucedeu-lhe seu filho Shankar. No mesmo ano, Malik Kafur invadiu de novo o Decão, derrotou Ballala III (1290-1310), que era rei Hoysala de Mysore, e regressou a Delhi em 1371 com ricos despojos. Em 1312, deu-se a quarta invasão de Malik Kafur, que subjugou o rei Shankar de Devguiri, apossando-se dos seus domínios. Seguiu-se o assassínio de Alla-ud-din Khilji, em 1316, e, pouco depois, a morte de Malik Kafur. O Império indo-turco, que no

([145]) Ferishta-Briggs, *History of the Rise of the Mahomedan Power in India, till the year AD 1612*. Translated from the original persian of Mohamed Kasim Ferishta by John Briggs, Calcutta, 1908-1910, I, p. 307.
Fleet, *The Dynasties of the Kanarese Districts*, Bombay, 1882-1896, p. 529-530.

([146]) Ferishta-Brigg, *op. cit.*, II, p. 332 n; Sewell, *A Forgotten Empire*, p. 42.

século XIV abrangia quase toda a Índia, deixou marcos seculares e imorredouros em Goa.

Em 1327, Goa foi invadida de novo pelos exércitos maometanos de Delhi. Informa Ferishta que nessa época, o Sultão de Delhi conquistou o reino de Maabir, identificado com Goa pelo Rev. P. Henry Heras S. J., tendo como comandante o próprio Rei Muhammad bin Tuglak ([147]). Depois da retirada do Sultão para Delhi, o reino dos Kadambas de Goa, à semelhança de outros reinos e principados conquistados, declarou-se independente do jugo mauro. O rei de Goa seria um neto de Kama-deva,

([147]) Durante as excavações dirigidas em Abril de 1930 por uma expedição do Indian Historical Research Institute, St. Xavier's College (Bombaim), o Rev. P. Henry Heras S. J., que dirigiu os trabalhos dessa missão histórico-arqueológica, descobriu em Chandor vestígios da dominação de Alla-ud-din Khilji.

Encontrou-se em Chandor uma moeda de prata de Alla-ud-din Khilji na *garbagriha* ou capela-mor do antigo tempo de Siva, misturado com o *débris* e terra da ruína. Um enorme Nandi de granito, quase de seis pés de comprimento, foi encontrado numa fossa em frente do templo, pouco distante da sua posição primitiva. Dentro da *garbagriha*, descobriu-se uma imagem de pedra da deusa Vaishnavi, uma das *Saptamatrakas*. O grupo tinha sido propositadamente despedaçado, deixando intacta sòmente Vaishnavi e a perna esquerda da deusa Kumari.

É evidente por isso — conclui Heras — que os iconoclastas propositadamente despedaçaram as imagens e o templo. A moeda de prata encontrada em Chandor foi cunhada no ano 713 da era moura, correspondente ao ano 1312 da era cristã. As expedições ao sul da Índia no tempo do sultão Alla-ud-din foram no ano 1310, a primeira, e a segunda no ano 1312, quando Malik Kafur foi ao Canará. Por conseguinte, a moeda cunhada em Delhi, um ano depois da segunda expedição, não foi trazida para o sul pelos soldados destas expedições. Sòmente pôde ter sido trazida pelos soldados da terceira expedição, no tempo de Muhammad bin Tuglak, em 727 da era moura, isto é, 1327 AD, em que acidentalmente a deixaram cair, quando estavam a destruir o templo.

Cf. Heras, *Muhammad bin Tuglak* e o *Reino de Masbir*, BIVG, N.º 10, p. 6. Moraes, *The Rise and Fall of Muhammad bin Tuglak*, JBBRAS, XVIII, (1942), pp. 95-101.

cujo nome se ignora, mas supõe-se ter vivido de 1328 a 1340. Desavenças internas entre este neto de Kama-deva e um dos seus filhos, tiveram como resultado a invasão de Goa pelo exército de Nawab Djemal-ud-din de Onor, em 1342. O viajante árabe Ibn Batuta, que visitou a Índia em meados do século XIV e acompanhou Djemal-ud-din na sua expedição, deixou uma bela narrativa desta invasão de Sindabur ou Chandrapura. Depois da vitória, Ibn Batuta não se demorou em Goa, mas quando voltou pela segunda vez, encontrou os Hindus preparados para se revoltarem contra os Maometanos. Não se sabe, porém, se esta tentativa de revolta foi vitoriosa ou malograda [148].

No *Museu Arqueológico de Velha Goa*, encontra-se uma inscrição, onde consta que no ano 1294-1354 AD, no reinado de Biravarma, um dos seus feudatários veio a morrer numa batalha naval. Não está mencionado o nome da dinastia ou família do rei Biravarma, mas o seu título *Mahamandalesvara possuidor de Panchamahasabda* é suficiente para a identificação, pois trata-se de um dos *birudas* (títulos) mais frequentes dos Kadambas de Goa. O rei Biravarma foi, sem dúvida, um dos últimos monarcas desta família tão célebre nos anais da História de Goa.

---

[148] O nome do filho ou neto de Kamadeva parece ser Maindeva, segundo se verifica numa moeda recentemente descrita por Ismael Gracias (*Cf. Velha Goa*, II. Conferência proferida pelo Dr. José António Ismael Gracias no Instituto Vasco da Gama em 10 de Janeiro de 1960 «Goa fanal da espiritualidade portuguesa», p. 16).

Na tradução portuguesa das viagens de Ibn Batuta, lê-se a seguinte descrição da sua jornada a Sindabur ou Sandabur:

> «Tinha o Soltão Jamalo-Addin já armado cincoenta e dous navios, os quaes fizerão viagem com o intento da expedição de Candabur; pois como tinha havido dissenção entre o Soltão della, e seu filho, escreveo este ao referido Soltão Jamalo-Addin, que se dirigisse à expugnação de Candabur, que elle filho abraçaria o Mohammetismo, e casaria o Soltão com sua irmã; e tanto que se armarão os navios, pareceo-me dirigir-me nelles à guerra sagrada; e tendo eu aberto o Alcorão e consultado nelle, mencionava-se na

XII — *O Império de Vijayanagara e o Reino Bahmani do Decão*

No século XV acentuara-se a luta entre as grandes duas comunidades religiosas e políticas que desejavam partilhar entre si o Decão e a Índia Meridional e explorar em seu proveito o comércio do Médio ao Extremo Oriente: dum lado, o reino maometano *Bahmani*; do outro, o Império de Vijayanagara, nome que os cronistas portugueses transformaram em Bisnaga. Goa sofreu as consequências da rivalidade entre os dois Impérios vizinhos.

> sua primeira página o nome de Deos muitas vezes, e que Deos ajuda a quem o ajuda, e com este fausto annuncio me alegrei.
>
> «Tendo vindo o Soltão à oração de vésperas, e dito-lhe eu que queria seguir a viagem, respondeo, bem; tu serás seu Amir; e havendo-o eu informado do que me sahio no principio do Alcorão, agradou-lhe isto, e tratou de ir em pessoa à viagem, não tendo sido antes o seu parecer; e tendo embarcado, e eu com elle no dia sabbado, chegamos à boca da noute da segunda feira a Candabur; e tendo entrado no seu golfo, achamos os seus habitantes preparados para a peleja, tendo já as catapultas assestadas; e tendo nós pernoutado junto della aquella noute, tanto que amanhedeo, tocarão os tambores, os anafiz, e as trombetas e enfeitarão-se os navios, sobre os quaes arremessarão com as catapultas; e eu vi huma, que maltratou a hum dos que estavão de pé na proximidade do Soltão. Os dos navios atirarão-se à agua tendo os escudos, e as espadas nas suas mãos; o Soltão baixou para o Alaquir que he semelhante ao Assalin, e eu arremessei-me na agua com a mais gente. Estavão junto de nós dous terrados abertos das popas, em que estavão os cavallos, que são de maneira que monte o cavalleiro o seu cavallo dentro delles, vista a saia de malha, e saia; e tendo feito isto nos certificou Deos Excelso da nossa conquista, e fazendo baixar a victoria sobre os Mosselemanos, entramos nella por assento com a espada. Tendo entrado a maior parte dos Cafres no palacio do seu Soltão arremessamos nelle o fogo; e havendo sahido, os apresionamos; porém o Soltão lhes deo depois segurança, e lhes restituio suas mulheres, e filhos, sendo o seu numero dez mil, e os fez habitar no arrebalde da cidade. O Soltão habitou o palacio, deo as casas na sua proximidade aos seus magnates e a mim deo-me huma concubina (rapariga)

Divergem as opiniões quanto à origem do Império de Vijayanagara. Segundo a versão tradicional, por cerca de 1328-35 AD, com a ajuda de Madhava, o chefe do mosteiro *smart* de Sringueri (Mysore Ocidental), dois irmãos chamados *Hakka* e *Bukka* fundaram a cidade de Vijayanagara (ou da Vitória), ao princípio denominada cidade de *Vidiyanagar* (ou «da Cultura»), a noroeste de Belari. Em 1335, Hakka foi coroado rei de Vijayanagara com o nome de *Harihara Raya I* (1335-

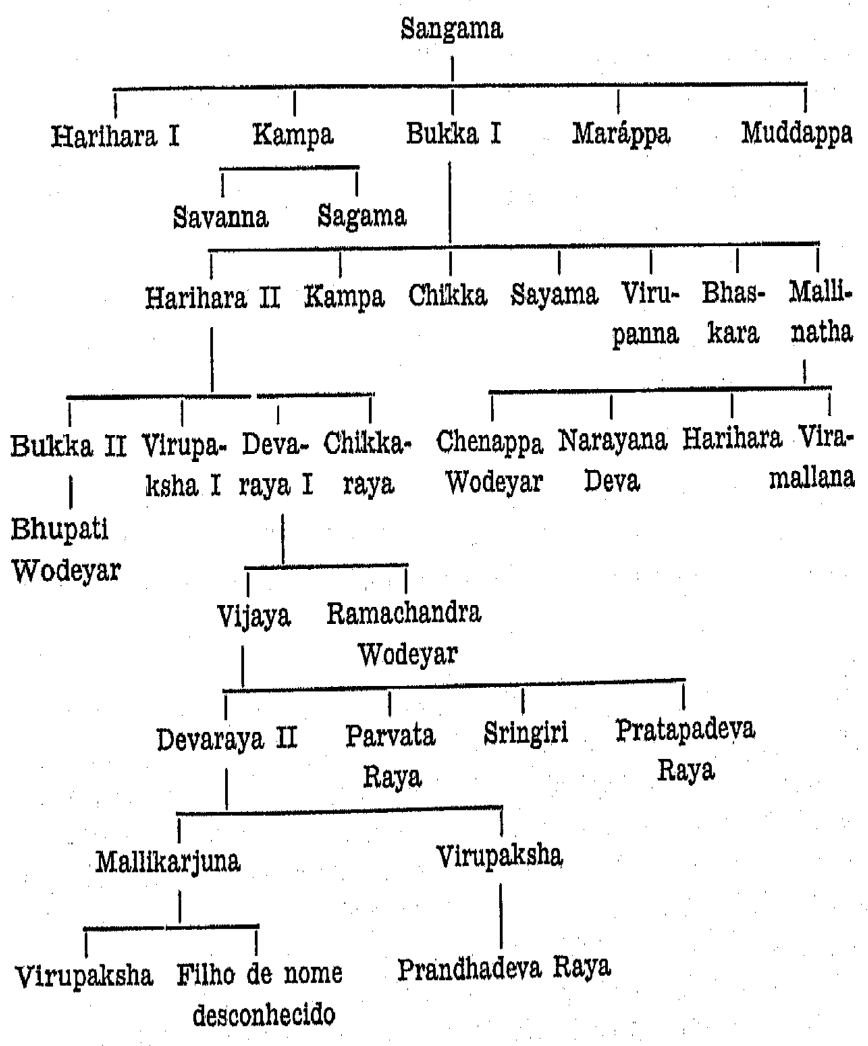
chamada Lamkir, a quem denominei Mobareka; e tendo querido seu marido resgatá-la, me recusei a isso.

«Vestio-me o Soltão huma Fargia (espécie de vestido assim chamado) que foi achado no thesouro do Cafre; e permaneci com elle em Candabur desde o dia da nossa expugnação que foi o decimo terceiro do mês de Jumade-Alanal até ao meado do mez de Xaaban, a quem pedi licença para a viagem, que segui para Huram, (e seguidamente) para Facaderam, Manhanur, Dehli, Jarfatan, Dah-fatan, Fandariná e Calecut, das quaes todas já se fez menção; e finalmente para a cidade de Axaliat, que he das boas cidades, onde fabricão roupas. Tendo-se prolongado nella a minha permanencia caminhei para Calecut, e aqui nos chegou hum mancebo, que estava no Alkakam, o qual me informou que a concubina, a qual era formosa, e por causa da qual eu me havia desgostado, tinha fallecido; que o Senhor de Aljaua tomára todas as concubinas; que os Amins se havião senhoreado das mobilias, e que os meus companheiros se havião decidido ir para a China, Aljaua e Bangala (Bengala), Tanto que eu conheci isto, fui para Hamir, e depois para Candabur, aonde cheguei nos fins do mez de Moharram, e permaneci nella até ao segundo dia do mez de Rubia-Alaquer. Veio o seu Soltão Cafre, contra o qual tinhamos entrado, afim de a tomar, e fugirão para elle todos os Cafres; e com os exercitos do Soltão estavão divididos pelas aldeias, separarão-se de nós, cercarão-nos os Cafres, e estreitarão-nos. Tanto que apertou o estado das cousas, sahi della, deixei-a sitiada, voltei para Calecut, e tratei sobre a viagem para Dibat-Almahel (Maldivas) (...)». (*Viagens extensas e dilatadas do celebre árabe Abu-Abdallah mais conhecido pelo nome de Ben-Batuta traduzidas por José de Santo António Moura.* Lisboa. Na Tipografia de Academia, Tomo II, 1855, pp. 261-264).

-1350); era príncipe de Anegundi e estabeleceu a sua capital em Hampi, no distrito de Belari.

Dois documentos portugueses do século XVI referem-se à História do Império de Vijayanagara: a «Crónica» de Fernão Nunes e a «Narrativa» de Domingos Pais, publicados, em tradução inglesa, por Robert Sewel no seu livro *A Forgotten Empire*, e no original por David Lopes, na *Chronica dos Reis de Bisnaga.*

Dinastia Sangama ou 1.ª Dinastia de Vijayanagara



(*Apud* Aiyangar, *Sources of Vijayanagar History*)

Fernão Nunes atribui a fundação do Império a *Deorao*, identificado por Sewell com Harihara I ([149]). Durante a caçada que este monarca fazia nas montanhas vizinhas de Anegundi, levantou-se uma lebre que em vez de fugir dos cães, atirava-se a eles, mordendo-os. Intrigado com o mistério, regressou Deorao a Anegundi e contou o sucedido a um eremitão, «homem santo entre elles», o qual quis ver o lugar em que tal facto acontecera, e logo lhe aconselhou que nele edificasse as suas casas e a capital do seu reino ([150]). Diogo de Couto fala de «hum bragmane de vida santa e religiosa entre elles», o qual «não comia mais que huma vez na semana e ainda essa hum pouco de leite, que lhe costumava a levar hum pastor». A esse pastor um dia o brâmane «o benzeo dizendolhe: Tu serás Rey e Imperador de todo este Indostão e eu o pedirei a Deus» ([151]). A lenda do velho e do pastor é comum à origem de muitos povos do Sul da Índia. As diversas versões e conjecturas sobre a origem de Vijayanagara — Sewell enumera-as sete ao todo — recordam o sensato juízo de Diogo de Couto: «... todos estes gentios do oriente fabulão mil patranhas, pera virem dar hum honroso principio a seus Reys, assim estes o fazem e contão muitos desbarates» ([152]).

Ao mesmo tempo fundava-se na Índia um novo reino maometano, governado pela dinastia *bahmani* do Decão. No século XIV, o Império indo-turco abrangia quase toda a Índia, mas desmembrou-se na segunda metade do mesmo século, não

([149]) Robert Sewell identificou Deorao com o Rei Harihara I (Sewell, *A Forgotten Empire*, p. 48); Henry Heras com o Rei Hoysala Vira Ballala III (Heras, *Beginnings of Vijayanagara History*, Bombay, 1929, pp. 45-48); e B. A. Saletore com Bukka Deva Raya ou Bukka I, admitindo uma confusão da parte de Fernão Nunes quanto ao nome do fundador da capital de Vijayanagara (Saletore, *Social and Political Life in Vijayanagara Empire*, Madras, 1934, I, p. 108).

([150]) David Lopes, *Chronica dos Reis de Bisnaga*, Lisboa, 1897.

([151]) Couto, *Da Asia*, Década VI, Livro V, Capítulo V, p. 375.

([152]) Couto, *Da Asia*, Década VI, Livro V, Capítulo V. *Cf.* BIVG, N.º 13, p. 23.

só devido à fraqueza e incompetência do Imperador Firoz Shah e às rebeliões e indisciplina dos governadores muçulmanos, mas também à ameaça dos Mongóis pelo noroeste. A revolta eclodiu precisamente em Devguiri, a velha capital dos Yadavas, em cerca de 1347. O oficial turco Jafar Khan tomou o nome de *Alla-ud-din Hasan Gangu Bahmani*, em homenagem ao seu protector, o brâmane Gangu ([153]). O Reino Bahmani, reconhecido em 1356 pelo Imperador de Delhi, estendeu-se por todo o Decão Ocidental, ficando em Kulbarga a sua capital.

Segundo a crónica *Burhan-i-Maasir*, em 1356, Alla-ud-din Hasan Gangu atacou e conquistou Goa com um poderoso exército. Hasan Gangu morreu dois anos após a conquista do Concão, e sucedeu-lhe seu filho Muhammad (1357-76 AD). Ferishta escreve que Goa ficou incluída no distrito que se estendia desde Kulbarga e Dabul até Raichur e Mudkal, e era governado por Malik-Seif-ud-din Ghuri. Em 1358, o rei de Vijayanagara Bukka I (1350-77 AD), aliando-se a Kanhayya de Warangal, avançou sobre o noroeste do Império Bahmani. Reza uma inscrição de Vijayanagara sobre esta expedição que «quando a sua (de Bukk) espada começou a dançar no campo da batalha, os restos dos *turushkas* (muçulmanos) murcharam, e Konkana

([153]) Escreve Ferishta: «Hasan era um simples rústico que trabalhava num campo dum brâmane chamado Gangu. Nos seus trabalhos de lavoura achara um tesouro e, em vez de o guardar para si, honradamente o restituiu ao seu amo. Admirou-se este da honradez do camponês e, como era do cargo dos astrólogos do rei, contou o facto a El-Rei (Muhammad bin Tuglak). Folgou este muito desta prova de probidade e fê-lo comandante de cem cavaleiros do seu exército; e quando este transferiu a capital para Devguiri, seguiu-o Hasan, recebendo em feudo a pequena cidade de Conichi. Quando foi elevado a comandante, o brâmane tirou-lhe o horoscópio e profetizou-lhe que seria rei; e fez-lhe dois pedidos, se o viesse a ser: que tomasse o seu nome e que o fizesse ministro da fazenda. Hasan assim fez. A sua dinastia é chamada *bahmani* por ele ter estado ao serviço do brâmane Gangu» (Ferishta-Briggs, *op. cit.*, *II*, pp. 284-285). *Cf.* David Lopes, *Chronica dos Reis de Bisnaga*. Introdução, p. XXIII. King, *The History of the Bahmani Dynasty founded on the Buhran-i-Maasir*, London, 1900.

Sankaparya ficou tomado de terror» (154). Quem seria este rei Sanka ou Sankaparya, de quem se apoderou o pânico quando as tropas de Bukka I fizeram o seu avanço? Parece que esse nome é a forma sanscrítica de Shankappa Raya, provàvelmente um antecessor de Shankara, que no século XV reinava em Khelna (Vishalgad). Em 1375 AD, Mujahid Shah, filho e sucessor de Muhammad, avançou sobre Goa com um poderoso exército. Escreve Ferishta que, estando em Cabo de Rama, Mujahid Shah reconstruiu a mesquita que fora edificada por Alla-ud-din Khilji e destruiu muitos templos hindus. O seu sucessor Muhammad V, a quem os cronistas muçulmanos chamam *O Monarca Pacífico,* era um rei fraco e sem prestígio. O imperador Harihara II de Vijayanagara aproveitou a oportunidade para expulsar os Maometanos do Concão e conquistar a cidade de Goa, confiando esta importante missão a Madhava, vice-rei da província de Banavasi.

Pertence a este período da História de Goa a inscrição de Harihara II existente no *Museu Lapidário de Velha Goa* e estudada pelo historiador Rev. P. Henry Heras S. J. [155]. O rei Harihara II (1377-1464) foi o primeiro reinante de Vijayanagara que assumiu títulos imperiais. Foi o filho de Bukka I e de Gauri ou Gourambiká. Numa outra inscrição em cobre, Harihara II é também designado como «o senhor do oriente, sul e ocidente da Índia» [156]. A glória e a fama de Harihara II devem-se principalmente às suas campanhas militares e numerosas vitórias. A inscrição em questão refere-se a uma dessas campanhas em que tomou parte o seu ministro Mallapodeyar, isto é, Mallapa Odeyar ou Vodeyar, *mahapradhana* do Rei Harihara II, marchando com o seu exército *contra o inimigo* com

(154) EC, V. Hn 7; VIII, Tl 201; XII, Tp 9.

(155) Heras, *Goa Viragal of the Time of Harihara II of Vijayanagara,* QJMS, XIX 1.

(156) «Inscrição de Shimoga de Harihara II», EC, VII, Hl 84.

Kundangar, *Horshalli Cooper-plate of Harihara II,* JBHS (1928), pp. 121-133.

o qual teve encontro próximo de Madiyagombu. «Enquanto o *mahapradhana* Mallapodeyar governava o reino de Hayve (Canará do Norte) — reza a inscrição — na quinta-feira, Raudri Samvateara Bhadrapada b. 14 (isto é, 29 de Agosto de 1380), Mallapodeyar foi à guerra e a batalha realizou-se perto de Madiyagombu, e Timammanayaka de Muddakalla, perto de Ranva, pertencendo ao exército de Mallapodeyar, morreu na batalha e subiu ao céu» [157].

Que inimigo seria esse? O Rev. P. Heras chegou à conclusão de que a batalha a que se alude deve ser uma das que se travaram durante a campanha militar de Harihara II contra os Muçulmanos de Goa, campanha que terminou em 1380. A batalha travou-se em Madiyagombu, segundo reza a inscrição. Supõe Heras que se trata de qualquer aldeia situada dentro da actual fronteira portuguesa de Goa, mas, a despeito dos seus esforços, não lhe foi possível descobrir o local correspondente [158].

Desejando libertar Goa do jugo dos Muçulmanos, o Imperador Harihara II confiou a empresa ao seu famoso general Madhava Mantri, o *Mantrasar* dos cronistas portugueses [159]. Madhava cumpriu com êxito a missão, atravessou o Kalinadi e «capturou Gova, a capital do Konkana». O seu triunfo contra os *Bahmanis,* no ano 1330 AD, ficou para sempre assinalado

(157) Heras, *Goa Viragal of the Time of Harihara II of Vijayanagara,* QJMS, XIX, 1.

(158) Não estão identificadas as aldeias de Madiyagombu e Muddakala. É possível que Muddakala se identifique com Madkai (Marcaim) e que esta batalha decisiva entre Konkana e Vijayanagara se tivesse travado no actual concelho de Pondá, nas vizinhanças de Tisvaddi (Tissuari).

(159) *Cf.* Barros, *Da Asia,* Década II, Livro V, Capítulo I, pp. 435-6. Faria y Sousa, *Asia Portuguesa,* Tomo II, Parte II, Capítulo V, p. 135. Lucena, *História da Vida do Padre Francisco Xavier* (edição fac-similada), Lisboa, MCMLII, Vol. I, p. 61.

como um dos feitos imortais da História de Goa (160). «Em obediência às ordens do seu senhor — reza uma inscrição de Haripara II — Madhava Mantri marchou com um poderoso exército dos Turushkas (árabes), estabelecido naquele lugar, reinstalando os deuses Saptanatha e outros» (161).

Madhava Mantri desempenhou um papel importante na história política e religiosa de Vijayanagara durante 42 anos, de 1347 a 1389.

Como se sabe, os primeiros governantes de Viajayanara foram 5 irmãos, filhos de Savana: Harihara, Kampa, Bukka, Marappa e Mudappa. Consta duma inscrição de 1346-41 AD que «Marappa derrotou o rei kadamba e chegou a Gomantasaila em Chandragutti, onde reinou em paz», e que, «voltando para Chandraguttipura, ele (Marappa) vivia lá em grande glória (...) quando surgiu ao seu encontro o grande ministro Madhava, cujo mestre *(guru)* era Kriyasakti» (162). Este Madhava, primeiro ministro de Marappa e discípulo de Kriyasakty, seria o futuro conquistador de Goa, com o nome de *Madhava Mantri* (163). No mesmo ano (1346 AD), Harihara I proclamou-se «senhor de todo o território compreendido entre os Oceanos do

(160) Madhava Mantri teria governado Goa desde 1380 AD, segundo Heras *(op. cit.*, QJMS, XIX, 1); ou desde 1366 AD segundo Valaulicar (Valaulicar, *Goẽcaranchi Gõẽãbhaili Vasnuk*, Bombay, 1928).

(161) EC, V, Bl, 3. *Cf.* Moraes *Glimpses into the History and Culture of Goa*, Bombay, 1947. Vimana Mantri era governador de Goa em 1348 AD. *Cf.* HISM (1887). A data da conquista de Konkana por Vijayanagara deve fixar-se entre 1 de Setembro de 1379 e Abril de 1380.

(162) EC, VIII, Sb 375, p. 66. O rei kadamba a que se refere era, sem dúvida, um descendente dos Kadambas de Banavasi, que tinham sido expulsos desta cidade e derrotados pelo Imperador Hoysala Vishnuvardhana, pois a mesma inscrição esclarece que Chandragutti ficava em Vanavase (Banavasi).

(163) Saletore, *Social and Political Life in the Vijayanagara Empire*, Madras, 1934, I, p. 258. No entanto, Henry Heras identificou Madhava, ministro de Marappa, a que se refere esta inscrição, com o famoso Vidyaranya, chefe *(guru)* do mosteiro *saiva* de Sringeri (Heras, *Beginnings of Vijayanagara History*, Bombay, 1929, pp. 100-101).

Oriente e do Ocidente» (164). Enquanto Harihara I, com os seus ministros Kriyasakti, Vidyatirtha e Madhavacharya Vidyaranya, reinava na parte noroeste do Império, Bukka governava no centro, Kampa a este e Marappa a oeste, mas todos igualmente empenhados na luta contra os Maometanos da Índia. Houve quem identificasse Kriyasakti, ministro de Harihara I, com o seu homónimo, mestre *(guru)* de Madhava Mantri (165), mas é errada a identificação deste último com Madhavacharya Vidyaranya (166).

Madhava Mantri distinguiu-se, também, no reinado de Bukka I. Uma inscrição de 1368 AD refere-se a Madhava como «poeta, versado nos Upanishads, descendente do brâmane Chaunda, profundamente religioso, conquistador de muitos países nas margens do Oceano Ocidental (Mar de Arábia)». Diz-nos que a sua divindade tutelar era «Triyambakanatha, a quem venerava no *linga*, seguindo o ritual *sivaita*, aconselhado pelo seu mestre, o *guru saiva* Kasivilasa Kriyasakti». Acrescenta que Madhava aceitou o governo dum território que se estendia até aos confins do Oceano Ocidental e que com o consentimento do seu senhor Bukka Raya, comprou a aldeia de Mukkundi, à qual pôs o nome de Vidyesvarapura, oferecendo-a a brâmanes *sivaitas*, cultos e virtuosos (167).

Pelas suas altas qualidades e pelo seu prestígio, Madhava Mantri estava naturalmente indicado para expulsar os Maometanos de Goa. Após a campanha, era de esperar que o general

(164) EC, VIII, Sb 375, p. 66.

(165) *Annual Report of the Mysore Archaelogical Department* (University of Mysore), 1911-12, p. 48. EC, V-I, Cn 256, p. 232.

(166) IA, IV, p. 206.

(167) EC, VII, Sk 281, pp. 146-7. *Cf.* Saletore, *Social and Political Life in the Vijayanagara Empire*, Madras, 1934, II, pp. 245-6. No entanto, alguns autores identificam este Madhava com Madhava Vidyaranya. *Cf.* Aiyar, *Panchadasi of Vidyaranya*, Introduction, p. XI. Aufrecht, *Catalogi codicum manuscriptorum Bibliothecae Bodleianae. Pars Septima Codices Sanscriticos completens*, Oxonii, 1864, p. 264. Heras, *Beginnings of Vijayanagara History*, Bombay, 1929, p. 16.

restituísse o poder aos seus senhores legítimos regressando ao seu Império. Mas infelizmente não foi assim. E quando o povo de Goa se convenceu de que a libertação não passava de novo domínio, tentou expulsar os conquistadores recorrendo à força de armas. O movimento ganhou adeptos por toda a costa do Malabar, e Madhava teve que sustentar a luta contra os *Konkanigas* (concaneses) pelo menos durante 4 meses, de Abril a Agosto de 1380, pois reza uma inscrição de 18 de Abril de 1380 que na batalha se distinguiu Baichappa, «matando muitos *Konkanigas*». Madhava Mantri viu-se obrigado a solicitar o auxílio do seu colega Mallapodeyar, ao tempo Vice-Rei do Canará (1379-80) [168]. Os reforços de Mallapodeyar chegaram precisamente a tempo de evitar a marcha do exército dos patriotas sobre a ilha de Goa, e os exércitos aliados de Vijayanara reduziram fàcilmente os *Konkanigas* à submissão forçada, restaurando o domínio do Império Hindu. «Ornamento dos Reis — reza uma inscrição de 1396 — Madhava (...) reduziu a átomos *(kanastha)* e os senhores de Konkana e entrou em Goa triunfante o famoso em todos os séculos *(kalpanterevar)*» [169]. Os *Kshartrias* de Goa tiveram de pagar uma pesada multa pela sua resistência e rebelião, e os lugares de relevo na administração pública local foram confiados aos novos invasores e aos Brâmanes goeses [170]. É a esta batalha que se refere a inscrição do *Museu Lapidário de Velha Goa,* atrás mencionada.

Brâmane *sarasvati,* culto e instruído, discípulo de Kriyasakti Desika, autor de um comentário sobre o Puranna sânscrito Suta Samhita intitulado *Tataparya Dipika,* Madhava

(168) EC, VII, 353, p. 268. A província de Araga ou Chandragutti ou Male-rajya abrangia parte de Mysore e Haive ou Canará do Norte. Vira Vassanta Madhava foi governador desta província em 1379-80 (EC, VII, Hl 84, p. 175; e EC, VIII, Sb 152, p. 22). *Cf.* Saletore, *Social and Political Life of the Vijayanagara Empire,* Madras, 1934, I, pp. 299-300.

(169) Heras, *Goa Viragal of the Time of Harihada II of Vijayanagara,* QJMS, XIX, 1.

(170) Moraes, *A Glimpse into the Early History and Culture of Goa,* Bombay, 1947.

Mantri é designado na literatura indiana pelo cognome de *Upanishad margapratisthapanacharya,* isto é, «o mestre ou criador do caminho dos Upanishads» [171]. Era natural, portanto, que imitando os Imperadores de Vijayanagara, procurasse assinalar o seu governo através do movimento cultural e intelectual de Goa, não só favorecendo a expansão do hinduísmo, protegendo a literatura e a arte, mas também reconstruindo o templo de Sri Saptakotisvara ou Saptanatha de Naroá (Divar), um dos seis famosos monumentos indianos do culto *sivaita,* mais tarde destruído durante a cristianização de Goa, e fundando instituições de educação e ensino, religioso e filosófico, como os *agraharas* e *brahmapuris* [172].

Madhava Mantri deve ter governado Goa pelo menos até ao ano 1389 AD, pois numa inscrição deste ano é ainda designado como «Rei de Goa», mas retirou-se do nosso país por cerca de 1390. Um bramâne de *atreyagotra,* chamado *Narahari,* foi o sucessor de Madhava como Vice-Rei de Goa em Abril de 1391. Em 1396, Bachappa Vodeyar ou Bachana Udayar [173], filho de Mallapa Vodeyar-Madhava, ocupava o «trono de Goa, estendendo o seu reino em todos os sentidos». Esse Bachana ou Bachappa recebe, numa inscrição do mesmo ano, os seguintes *birudas* (títulos): «Grande senhor de ministros, a glória de Ranguini, Guiridurga-Malla, dominador do Concão, Bachana raya, o bom senhor de Govapura». Reza a mesma inscrição que Bachana se sentara no trono de Kadamba-Raja, e que «estava governando pacìficamente e sàbiamente,

(171) Aiyngar, *Sources of Vijayanagara History,* Madras, 1919, pp. 3, 51. *Some Contributions of South India to Indian Culture,* Calcutta, 1923, p. 309. *Cf. Mysore Gazetteer,* 1930, p. 1446; JBBRAS, IV, pp. 107-8, 115; IA, IV, p. 206 e VI, p. 162 n; ASI 1907-8, p. 238(2).

(172) Gerson da Cunha, *Notes on the Shrine of Sri Sapta-Kotisvara,* IA, III, pp. 194-5. Filipe Neri Xavier, *Descrição do Coqueiro,* pp. 57-60. Pissurlencar, *Um passo do Cronista Barros elucidado à luz duma Inscrição Sânscrita,* OP, N.º 18.

(173) Narahari-mantri: JBBRAS, IV, pp. 107-8, 115. Bachana: EC, VII, 241, p. 244.

protegendo Chandragutti, Banavasi, Konkana, Ranguini e todos os outros reinos». Continuava ainda no governo de Goa em 1399-1400, quando fez a concessão da aldeia de Makaravalli ao deus Marasimba de Viranaraja. Esta a sua última inscrição como governador de Goa ([174]).

Fernão Nunes refere-se na sua crónica a um rei de Vijayanagara chamado *Ajarao,* o qual teria conquistado Goa, Chaul, Cabul, Ceilão e Coromandel. Não é possível identificar este rei Ajarao; segundo Sewell, pelo nome *Ajarao,* o cronista português abrangeria dois monarcas: Bukka II e o seu sucessor Deva Raya I; mas supõe Heras que se trata do próprio Imperador Harihara II ([175]).

Junto às ruínas do templo hindu de Veluz (Satari), encontram-se duas inscrições em marata do ano de 1402. Consta nessas inscrições que, «governando na capital de Goa em 1402 (1 de Julho) Narassa Gossavi e sendo o divão Mai Senavaya, filho do Purusha Senavaya, em Satari-desha (Satari) foi consagrado por Hari Saunto, Kum Naik, Bug Saunto, Zekhan Saunto Kal Saunto, para o culto do deus Sri Ravalnatha de Valassavi (Veluz) o *namoxim* de Mansapavadém (Mansordém)». Daqui se conclui que em 1402, Satari fazia parte do domínio de Goa do Império de Vijayanagara. Segundo refere o poema marata «Konkanakhyana», escrito em 1721, o Imperador de Vijayanagara nomeou um indivíduo chamado Vaglê, genro da casa dos Deshmukhs de Bandorá, para o cargo de *Karbhari* ou administrador (divão) do Concão. A mesma obra, referindo-se a um templo por ele mandado edificar em Nagueshi (Bandorá), realça a sua actividade política e o zelo na administração pública ([176]). Da inscrição ainda existente em Nagueshi (Bandorá) podemos concluir que o seu nome completo era Mai Senavaya Vaglé, filho de Purusha Senavaya, sendo ambos naturais de *Kukalli* (Cuncolim, Pondá). Trata-se, portanto, do mesmo indivíduo que figura como divão na inscrição de Veluz. Com efeito, junto ao templo de Sri Naguesha (Bandorá), há uma lápide com uma inscrição marata de Deva Raya I de Vijayanagara (24 de Dezembro de 1413), donde consta que o mencionado Mai Senavai Vaglê era ainda divão do Concão em 1335 da era *salivahana* (1413 AD) e que em Bandorá (Bandevada) havia tempos para o culto de Sri Naganatha (Naguesha) e Sri Hahalakshmi-devi ([177]).

Governadores de Goa no domínio de Vijayanagara (1379-1443)

Vassanta Madhava (1379)
Mallappa Vodeyar (1387)
Narahari Mantri (1391)

([174]) Heras, *Goa Viragal of the time of Harihara II of Vijayanagara,* QJMS, XIX, 1.

([175]) Robert Sewell identificou os 4 primeiros monarcas de Vijayanagara, mencionados por Fernão Nunes na sua *Chronica* da seguinte maneira:

Deorao	Harihara I
Bucarao	Bukka I
Pureoyre Deorao ...	Harihara II
Ajarao	Bukka II e Devaraya I.

Henry Heras é de opinião que o Rei Ajarao não é outro senão o próprio Imperador Harihara II, como se pode concluir da alusão às batalhas contra os Maometanos, à conquista de Goa e à construção da cidade de Vijayanagara. O nome original de Harihara I era Kadda (*Cf.* Rice, *Mysore and Coorg from the Inscriptions,* p. 112), nome que Fernão Nunes teria transformado em Bucarao. O nome Pureoyre, mudando *p* para *b*, seria a corrupção de Bukka Raya. Heras propôs, por isso, a seguinte identificação:

Deorao	provàvelmente o Rei Hoysala Vira Ballala III
Bucarao	Harihara I
Pureoyre Deorao ...	Bukka I
Ajarao	Harihara II.

Cf. Sewell, *A Forgotten Empire,* pp. 48-51, 301. Heras, *Beginnings of Vijayanagara History,* Bombay, 1929, pp. 46-48.

([176]) *Sri Manguesh Konkanakhyana Dakshinatya Sarasvata Brahmanakhyana,* ed. Ramchandra Vamana Naik, Bombay, 1831, VII, pp. 119-123.

([177]) JBBRAS, XXIII-LXIV, pp. 107-108; JBHS, IV-2, pp. 718; BISM, *Varshik Itivratta,* 1835, pp. 169-175.

Bachappa Vodeyar (1396)
Bachanna (1399)
Mai Senavaya Vaglê (1403)
Vittanna (Vittanapa, Vittala) Vodeyar (1407)
Savanna (1412)
Nanjana Gossavi (1413)
Viruppa Dannayaka (1417)
Mallapa Vodeyar (1419)
Trimbak-Deva (1424)
Handiya Raya (1430)
Mallarasa Vodeyar (1436)
Irugappa Odeyar (1443)

Alguns anos mais tarde, em 1407, o governador de Goa era Vittama Vodeyar e, em 1412, um outro chamado *Savanna.* Conhecem-se ainda outros governadores de Goa, de origem vijayanagarica: Nanjana Gossavi em 1413, Viruppa Dannayaka em 1417, Mallapa Vodeyar em 1419, e Trimbak-Deva em 1424. Handiya Raya governava Goa em 1430; era «filho do tesoureiro Arasappa, que estava governando o reino do Gove Chandragutti em 1430». Em 1436 encontrava-se no governo de Goa Mallarasa Vodeyar, e em 1443 Irugappa Odeyar. Abd-er-Razzak, embaixador do Rei da Pérsia ao Rei de Calicute, que em 1443 visitou Vijayanagara, diz que este Império se estendia do Ceilão até Kelburga e de Bengala até ao Malabar [178].

Em 4 de Fevereiro de 1471, Goa foi atacada pelas tropas do famoso vizir *bahmani* Khwaja Mahmud Gawan, enviado pelo rei *bahmani* Muhammad Shad II (1463-82). Depois de muita resistência, o nosso país rendeu-se aos adversários, e o

(178) Heras, *Goa Viragal of the Time of Harihara II of Vijayanagara,* QJMS, XIX, 1.
Bombay Gazetteer, XVII, p. 49.
Saletore, *A New Persian Embassy to the Vijayanagara Court,* NIA, I (Julho 1938).

governo da nova conquista foi confiado pelo general ao nobre Kush Kadam que tomou o nome de *Kishwar Khan* [179].

Dinastia Bahmani do Decão

1 — Hasan Gangu (1347-58)
2 — Muhammad I (1358-75)
3 — Mujahid 1375-78)
4 — Danda (1378)
5 — Mahmud I (1378-97)
6 — Ghiyas-ud-din (1397)
7 — Shams-ud-din (1397)
8 — Firoz (1397-1422)
9 — Ahmad (1422-35)
10 — Alla-ud-din (1435-57)
11 — Humayun (1457-61)
12 — Nizam (1461-63)
13 — Muhammad II (1463-82)
14 — Mahmud (1482-1518)

Reis nominais

Ahmad II (1518-20)
Alla-ud-din II (1520-22)
Wali (1522-26)
Kalim (1526)

(*Apud Bombay Gazetteer,* Bijapur, p. 397)

Não se desfizeram, porém, as esperanças dos Hindus de Goa de retomar a sua pátria aos novos conquistadores. Em 1472, Vikrama, Rajá de Belgão, apoiado pelo Imperador de Vijaya-

(179) Ferishta-Briggs, *op. cit.,* I, p. 350; II, pp. 483-485. Khwaja Mahmud Gawan considerava Goa Velha (Gopakapur ou Gopakapattana) como «o maior porto da terra». *Cf.* Sherwani, *Khwaja-i-Jahan Mahmud Gawan's Campaigns in the Maharashtra,* p. 274. Chowdhuri, *Life of Mahmud Gawan,* JIH (Setembro 1928); Husain, *Mahmud Gawan,* JASB, I (1935), 2.

nagara, resolveu arrancar a cidade do jugo muçulmano, com a ajuda do senhor de Bankapur. Mas Muhammad Shah, adivinhando o plano do inimigo, organizou um poderoso exército e cercou a fortaleza de Belgão, obrigando Vikrama a desistir para sempre do seu projecto e a pedir a paz (180).

O Reino Bahmani do Decão atingira o máximo de grandeza e esplendor. Em 1478, estava dividido em oito províncias (*tarafos*), cada uma com o seu governador e oficiais encarregados de diversos assuntos e problemas do governo. O governador e seus subordinados eram directamente nomeados pelo rei. Goa ficou incluída na província de Juner e o seu governo confiado a Najm-ud-din-Gilláni (181).

Segundo Ferishta, o Imperador de Vijayanagara «Shew Ray» (Siva Raya) organizou em 1481 uma poderosa armada para libertar Goa do jugo dos Muçulmanos, mas o seu propósito desfez-se pela rápida intervenção de Muhammad Shah. Desconhecemos qualquer imperador de Vijayanagara chamado *Siva Raya*, que tivesse reinado em 1481 (182). Muhammad Shah faleseu no ano seguinte, e seu filho era ainda muito novo para dirigir o governo. Esta circunstância favoreceu a proclamação da independência das diversas províncias, sendo Goa a primeira

(180) *Cf.* Aiyangar, *A Little-known Chapter of Vijayanagara History — 1450-1509*. Madras, 1916, QJMS, VI, pp. 61-109. Fonseca, *An Historical and Archaelogical Sketch of the City of Goa*, Bombay, 1878.

(181) Ferishta-Briggs, *op. cit.*, II, pp. 502, 529.

Grant Duff, *A History of the Mahrattas*, London, 1921, p. 29.

(182) Ferishta-Briggs, *op. cit.*, II, p. 538 e II, p. 80. Ferishta parece considerar «Shew Ray» (Siva Raya) como o último representante importante da primeira dinastia de Vijayanara ou dinastia Sangana. Mas não se encontra nenhuma referência a esta monarca, nem na *Chronica* de Fernão Nunes ou na *Narrativa* de Domingos Paes, nem nas inscrições indianas. Escreve Ferishta que «Shew Ray» morreu na última década do século XV, o que torna impossível a sua identificação com Sadasiva Raya, que reinou aproximadamente entre 1543 e 1570. *Cf.* Sewel, *A Forgotten Empire*, p. 111. Ramanayya, *Studies in the History of the third Dynasty of Vijayanagara*, p. XXVIII. Heras, *The Aravidu Dynasty of Vijayanagara*, Madras, 1927.

a revoltar-se. Com a morte do Governador Naja-ud-din Gilláni, um dos seus subordinados chamado *Bahadur Khan Gilláni* declarou-se senhor independente de um vasto domínio nas vizinhanças de Goa. Porém, o rebelde foi derrotado pelos exércitos do Reino Bahmani em 1499, e o governo de Goa foi confiado a Malik-en-ul-Mulk Gilláni (183).

XIII — *O Reino de Bijapur*

Com o desmembramento do Reino Bahmani do Decão, o principado de Bijapur proclamou a independência, sob o patrocínio de Abdul Muzaffar Yusuf Adil Shab, chamado *Savai* pelos cronistas muçulmanos e *Sabaio* pelos portugueses, da cidade de *Sava*, onde passara a sua infância. Adil Shah foi, portanto, o fundador do reino maometano de Bijapur.

Não podemos resistir à tentação de transcrever na íntegra a história da infância de Adil Shah, tal como a descreve Mohamed Kasim Ferishta, o célebre cronista de Bijapur e da Índia Maometana. Abdul Muzaffar — diz-nos Ferishta — era filho de Agá Murad ou Amurath, Sultão dos Turcos. Com a morte de seu pai, foi salvo por sua mãe de ser morto por seu irmão que sucedera no trono. Devido ao perigo que corria, foi enviado secretamente a Khwaja Imád-ud-din, um mercador de Sava (Pérsia), que o educou até aos 17 anos. Em 1459 pôs-se a caminho da Índia, pressentindo porventura a sua gloriosa e ascencional carreira na vida militar, sob a protecção do famoso conquistador de Goa Khwaja Mahmud Gawan (184). Nomeado governador de Devguiri (Dautalabad), assumiu o título de *Adil Khan*, tendo sido mais tarde transferido como governador para Bijapur, sob as ordens

(183) Ferishta-Briggs, *op. cit.*, II, pp. 517, 529, 543 e segs.; IV, p. 71.

Elphinstone, *The History of India. The Hindu and Mahomedan Periods*, London, 1874, p. 680.

(184) Ferishta-Briggs, *op. cit.*, I, p. 1 e segs. Gibbon, *Decline and Fall of the Roman Empire*, XII, p. 150.

do Reino Bahmani do Decão. Finalmente, em 1489, com o desmembramento deste reino, fundou o sultanado independente de Bijapur.

A versão de João de Barros aproxima-se, em muitos pontos, da de Ferishta:

Dinastia Adil Shahi do Reino de Bijapur

1 — Yusuf Adil Shah (1489-1510)
2 — Ismail Adil Shah (1516-1534)
3 — Mallu Adil Shah (1534-1535)
4 — Ibrahim Adil Shah (1535-1557)
5 — Ali Adil Shah (1558-1580)
6 — Ibrahim Adil Shah (1580-1626)
7 — Muhammad Adil Shah (1627-1656)
8 — Ali Adil Shah II (1656-1672)
9 — Sikandar Adil Shah (1672-1686).

«Segundo a geral opinião daquelles, que sabiam os princípios da fortuna deste Sabayo, elle era natural da persia de huma Cidade por nome Sabá, ou Savá, porque por hum modo, e por outro a nomeam os Parseos, os quaes quando formam os nomes patronimicos, dizem de Sabá Sabaij; de Fars pola Persia Farfij; e de Armen por Armenia Armenij, e por este modo formam todolos outros; e segundo esta verdadeira formação, havemos de chamar a este homem Sabaij, e não Soay, ou Sabayo, como nós formamos. Este sendo moço pequeno, seu pai, que era homem de pouca sorte, e ganhava sua vida à porta de huma casa a vender fruita, o deo a hum mercador grosso da terra, o qual polo achar diligente, e fiel em seus tratos, depois que foi homem, o mandou com vinte cavallos à India, dos Passoas que se carregam em Ormuz, e chegou a ella em condução que os vendeo de maneira, que de hum fez cinco. Tornando a seu Senhor com o emprego delles, em que tambem ganhou muito, tornou-lhe fazer outra armação de cincoenta, dos quaes primeiro que chegasse à India, por má

navegação lhe morreram os dous terços; e os que lhe ficaram, vendeo por seis mil pardaos: e ou que não se atreveo tornar ao Senhor com tamanha perda, ou que a Fortuna o chamava (porque ella poucas vezes leva alguem a summo estado, senão por meio de algum crime commetido) leixou-se ficar naquelle Reyno Decan com o dinheiro, e foi viver com o Rey da terra. Outros dizem que o mesmo Senhor, por ter vendido estes cavallos a ElRey, e não poder haver pagamento delles, em modo de presente lhe deo este Sabayo, sendo moço bem disposto, como quem lhe dava hum escravo; e desta entrada qualquer que ella foi, tanto que tomou armas, começou fazer taes serviços, que pouco, e pouco veio a tanto, que lhe deo ElRey a Cidade de Galbergá (Kulbarga) que a comesse. E daqui começou a conquistar as terras dos Gentios do Reyno de Bisnaga (Vijayanagara) que tinha por vizinho, té que com hum grande poder de gente veio tomar a Cidade de Goa, que havia poucos annos, que era povoada dos Mouros, que fugiram de Onor, como dissemos. Da qual Cidade, ao tempo que a elle tomou, era Senhor hum Mouro per nome Melique Hocem (Malik Hussein), homem que naquele tempo que lhe o Sabayo matando a elle, tinha nella doze mil homens» [185].

A curiosidade intelectual de Barros levava-o a procurar as fontes históricas do Oriente para escrever a sua *Asia*. É possível que tivesse lido a história de Adil Shah na obra *Tarikh-i-Ferishta,* do citado cronista muçulmano Ferishta, ou em qualquer outra narrativa enviada da Índia, pois num dos capítulos das *Décadas* afirma ter traduzido o livro *Tarigh,* escrito em original persa: «hum livro escripto em Parseo chamado Tarigh que treladamos desta lingua: o qual he hum sumario de todos los Reys que forão na Pérsia, té hum certo tempo que os Arabes com sua secta de Mafamede a subjugarão» [186].

(185) Barros, *Da Asia,* Década II, Livro V, Capítulo II, p. 455.
(186) Barros, *Da Asia,* Década II, Livro IV, Capítulo IV.

Tanto Brás de Albuquerque como Gaspar Correia parecem confundir Yusuf Adil Shah e Muhammad Shah Bahmani com a designação geral de *Sabaio*. Devemos confessar, no entanto, as nossas dúvidas, sobre a etimologia de *Savai* dada por Ferishta e João de Barros. Diversas vezes foi concedido esse título pelos reis da Índia a pessoas em nada relacionadas com a cidade persa de Sava. Assim, por exemplo, o Imperador mongol Akbar conferiu o título de *Savai* a um célebre *guru jaina* chamado *Hira Vijaya Suri*, que visitou a sua corte e lhe prestou homenagem.

Sobre as razões que levaram Adil Khan — nome que os cronistas portugueses mudaram para *Idalcão* — a estabelecer-se em Goa, lê-se nos *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque:*

> «E avendo muitos annos que os Mouros tinham ganhado o Reyno de Daquem (Decão) ao Rey de Narsinga (Vijayanagara) e eram senhores delle posto que com os gentios de Goa tivessem sempre guerra, nunca os puderam senhorear, até que o Çabaio veio ser senhor de Daquem, e este continuando a guerra com elles, foi muitas vezes desbaratado, e outras muitas vencedor: finalmente avidos os paços da serra por treição, veio com grande poder de gente sobre a ilha de Goa, e esteve sobrella tanto tempo, até que a entrou; e tomada a cidade toda, a outra parte do Reyno ganhou sem trabalho, e ficou ella cabeça principal de ambos os Reynos; e vendo o Çabaio velho o sitio de Goa ser muito bom, e de boas agoas, e a Ilha em si muito fertil, e graciosa, determinou de fazer assento nella, e tudo o mais de seu Reyno deixar por amor de Goa e fez logo huns paços mui grandes, e bem lavrados; e depois de se ver ali assentado de assossego, ficou tão contento do porto, e do rio, e da disposição, que tinha pera se fazer nelle grandes Armadas, que praticava muitas vezes com esses seus privados, que pois a fortuna lhe dera Goa, que esperava de ganhar dali o Reyno de Cambaya, e destruir todo o Malabar, porque

> estes foram sempre os maiores contrairos que elle teve; e quando Afonso Dalboquerque ganhou Goa, averia quarenta annos, pouco mais, ou menos, que o Çabaio a tinha ganhando aos Gentios. Como se soube por todas aquellas partes, que Çabaio era senhor do Reyno de Goa, pela muita fama, que dos tempos passados tinha trabalhăram todos de o terem por amigo, e o Xeque Ismael, e o grão Soldão do Cairo, e o Rey de Adem lhe mandáram logo seus Embaixadores, procurando muito sua amizade; e porque elle dava aos estrangeiros maior soldo, que nenhum Rey da India, acudiram logo a Goa muitos Rumes, Turcos, Arabios, e Persas, e com esta gente tomou muitos lugares ao Rey de Narsinga, e se fez grande Senhor no Reyno de Daqueares depois dos Portugueses serem entrados na India, os Malabares, que eram os maiores inimigos, que o Çabaio tinha, se confederaram com elle, e o fizeram seu Capitão geral, e lhe offereceram muito dinheiro, e gente, e toda a outra mais ajuda, que lhe fôsse necessária contra nós; e para esta empresa tinha o Çabaio feito huma Armada mui grossa de naos, navios, e galés no rio de Goa, a qual se estava acabando, quando o grande Afonso Dalboquerque entrou a Cidade» (187).

Adil Shah tratou logo de anexar ao seu reino os territórios vizinhos, conforme escreve Barros:

> «Finalmente feito Senhor da Cidade, tomou as terras a ella sujeitas, qie era, de grande rendimento por serem estas tanadarias Pondá, Cupa, Salsete, Antruz, Cintacora, Bardes, Trenar, com estoutras que eram nos portos de mar, assi como Banda, Colator, Cural. E a fóra estas tanadarias, tinham no sertão, e nos portos de mar

(187) *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque,* Parte II, Capítulo XX.

muitas Cidades, e Villas dellas que lhe deo ElRey, e outras que ganhou a poder de ferro, de que estas eram as principais, Bisapor metrapoli sua, Rachur, Perzabar, Bichocondá, Vay, Galbergá, Alapor, Guimalá, Crará, Ruy bagá, Bilgão, Querhij, Meriche, Pandarapor, Seguer, Calchorá, Neril, Panellá, Cintacora, Banda, e outras, que se verão em as Taboas da nossa Geografia. A causa que dizem porque este Capitão veio a ser mais poderoso que os outros, foi, porque lhe coube em sorte estas terras dos portos do mar, porque havia toda a entrada, e sahida das mercadorias da maior parte do Reyno Decan, e assi do Reyno Bisnaga» (188).

Ferishta descreve-nos Adil Khan como sendo um grande carácter, um sábio príncipe, profundamente religioso e conhecedor da natureza humana, formoso, elegante, muito culto e músico hábil (189).

Referindo-se à cidade de Velha Goa, que pertencia ao Reino de Bijapur, ao tempo da sua conquista pelos Portugueses, escreveu o escritor português Fernão Lopes de Castanheda: «era povoada de mouros mercadores estrangeiros muy honrados e ricos todos brancos, e também de gentios naturais da terra e *doutros filhos de mouro e de gentio que se chamavão naiteas*» (190).

Os Árabes que colonizaram a costa ocidental da Índia e os Turcos que a invadiram pelo Noroeste, não só não tinham preconceito racial, mas eram proselitistas, e como tal cruzaram-se com os Indios locais e converteram-nos ao islamismo. «A população maometana de Bijapur, sob o domínio dos *bahmanis* — escreve Meadows Taylor no seu *Manual of Indian History* — era constituída de persas, turcos, árabes e mongóis casados

(188) Barros, *Da Asia*, Década II, Livro V, Capítulo II, p. 453.
(189) Ferishta-Briggs, *op. cit.*, I, p. 350.
(190) Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da India pelos Portugueses*, Livro III, Capítulo VIII, p. 24.

com mulheres nativas». Yusuf Adil Khan era casado com uma princesa marata chamada *Babuji Khanam*, irmã de Mucunda Rao, que por ele fora derrotado. O *marati* era a língua oficial do sultanato e os Maometanos de Bijapur, segundo James Campbell, eram na sua maioria descendentes dos Hindus locais (191). Da profunda assimilação social e étnica resultaria para Goa rápido progresso e prosperidade na terra e nos mares.

Apesar da tolerância do Idalcão, lavrava o descontentamento na classe hindu de Goa. Já nesse tempo se espalhara a fama de um povo estranho que vinha de longas terras, sulcando mares nunca dantes navegados, de espadas largas, escudo das quinas e Cruz de Cristo na bandeira. O descobrimento do Gama e os triunfos de D. Francisco de Almeida, assinalados para sempre na História do Oriente, despertaram o temor e a desconfiança dos reis muçulmanos, ciosos do seu prestígio e do monopólio comercial do Índico.

A Afonso de Albuquerque estava reservada a glória de transformar Goa no ponto culminante da expansão ultramarina portuguesa.

Ferishta deixou a seguinte narrativa do último acontecimento no reino do Sultão de Bijapur Yusuf Adil Shah:

«No ano 915 (Abril de 1509 a Abril de 1510 AD), os Cristãos atacaram de surpresa a cidade de Goa e assassinaram o governador e muitos muçulmanos. Sabendo isto, Adil Shah, com três mil homens escolhidos, *decanis* e estrangeiros, marchou com tal expedição, retomou o forte

(191) *Imperial Gazetteer of India*, Bombay Presidency, I, p. 23.
Gazetteer of the Bombay Presidency, XXIII, p. 282.
West, *History of the Bombay Karnatak Musulman and Marata*, p. 641.

e matou muitos Europeus; mas alguns escaparam nos seus barcos para o mar alto» (192).

Os Portugueses chegavam à Índia no momento oportuno. Goa Dourada tornar-se-ia, em breve, a metrópole do Império luso-oriental.

XIV — *Os cronistas portugueses e a História de Goa Pré-Portuguesa*

As crónicas portuguesas constituem fonte preciosa para o estudo dos primórdios da História de Goa. Pelo seu extraordinário interesse histórico, passamos a transcrever e a criticar as observações e notas de quatro escritores portugueses da era dos Descobrimentos: Barros, Couto, Gaspar Correia e Brás de Albuquerque. Valiosa é a sua contribuição para o esclarecimento da Antiga História e civilização de Goa.

João de Barros:

«A Entrada dos Mouros per armas na India, entre os Gentios e elles ha grande variedade, principalmente na concordância dos tempos; porque os Mouros do Reyno Guzarate e escreveu per hum modo, e os do Reyno Decan por outro, e as Chronicas dos Reys Gentios de Bisnaga (Vijayanagara) levam outro caminho; porém todos convem nisto, que o Conquistador foi Rey do Reyno Delij (...) e seguindo o que dizem estes Decanijs, nos annos de Mahamed de setecentos e sete, que são mil e trezentos

(192) Ferishta-Briggs, I, p. 350. *Cf.* Cousens, *Bijapur and its Architectural Remains with an Historical Outline of the Adil Shahi Dinasty.* Bombay, 1916.

de nossa Redempção, houve em o Reyno Delij hum Principe Mouro chamado Xá Nosaradim (Nasirud-din), tão poderoso em gente, e estado de terra, que da grande potência que tinha succedeo per gloria de seu nome querer conquistar a India. Com a qual cubiça descendeo daquellas partes do Norte vizinhas às fontes dos rios Ganges, e Nilo, com grande número de gente de cavallo, e de pé, té que veio conquistando os vizinhos que eram Gentios, enchegou ao Reyno Canará, que começa do rio chamado Gate, que he ao Norte de Chaul, té o Cabo Comorij, quanto ao que jaz do Gate pera dentro contra o Oriente (...); e pela parte do Oriente vai entestar com o Reyno Orixá; e estes Reys Gentios desta grão Provincia Canara eram aquelles, donde procedem os que ora são de Bisnaga. Feito este Xá Noçaradim Senhor daquelle grande estado, leixou nelle por fronteiro, ao tempo que se tornou pera Delij, hum seu capitão chamado Habed Xá, o qual como era homem prudente, e cavalleiro, peró que ficou com pouca gente em comparação do que havia mister pera resistir à potencia de tanto Gentio, como havia em torno daquellas terras conquistadas, onde elle estava, pouco e pouco se fez tão poderoso com algumas victorias, que tomou aos Gentios a maior parte daquelle Reyno Canará (...). Estando na qual prosperidade de fortuna faleceo, leixando hum filho per nome Mamud Xá (Mahammad Shah Bahmani); ao qual ElRey de Delij confirmou naquelle estado que tinha seu pai, com lhe poer encargo de pagar cada hum anno mais hum tanto do que o pai pagava. Passados alguns annos, em que cumprio com estes pagamentos, vendo-se tão poderoso, começou de alevantar a obediencia que devia a seu Rey, não somente começando negar os pagamentos, mas ainda sendo chamado pera elle pera o ir ajudar a huma guerra, que se lhe moveo na Pérsia, não quiz obedecer. E como quem temia que desocupado ElRey daquellas guerras em que andava, lhe havia de vir pedir

estreita conta de sua desobediencia, começou de se liar Mouros, e assi com outros vizinhos para se ajudar com elles. Mas a fortuna o favoreceo mais, do que elle desejava: cá Xá Nofaradim faleceo na guerra em que andava, e seu filho que o sucedeo, por razão della ficou tão desbaratado, e sem forças pera contender com Mamud Xá, e elle tão poderoso, que ousadamente se intitulou por Rey do Canará, chamando-lhe Decan. (...). E sendo este Mamud Xá já homem de muita idade, cansado da continuação da guerra, e também temendo que seu estado se perdesse com a grandeza delle por mao governo de seus sucessores, em sua vida ordenou dezoito Capitães, per os quaes repartio, todalas frontarias do seu Reyno (...). E ao tempo que nós entrámos na India, de dezoito Capitães que Mamud ordenou, já huns se tinham feito Senhores do estado dos outros, de maneira que não havia mais que estes, o Sabayo (Adil Khan ou Adil Shah, Nizamaluco (Nizam el-Mulk ou Nizam Shah), Madremaluco (Imad el-Mulk ou Imad Shah), Melic Verido (Kasim Berid, a quem sucedeu Amir que tomou o título de Berid Shah, Cóge Mocadão (Khwaja Mahmud Gawan), o Abexij capado (concacesca), Cótamaluco (Kuth el-Mulk ou Kuth Xá), ou quaes eram mui grandes Senhores em estado de terra, e riqueza de dinheiro. E o mais poderoso de todos era o Sabayo Senhor de Goa (...)» (193).

Diogo do Couto:

«Pelo que se ha de saber, que perto dos annos de nossa Redempção de 1312 se levantou hum Rey do Dely, que foi o maior Senhor que até então houve em todo o Oriente: e sahindo de suas terras com grandes exercitos, entrou pelos Reynos do Decan, que eram de Gentios sugeitos aos Reys do Canará, e a poucos golpes os sujeitou a todos;

(193) Barros, *Da Asia*, Década II, Livro V, Capítulo II, p. 453.

e nelles deixou por Governador hum filho seu (ainda que outros dizem que sobrinho) chamado Thogalaça, que he aquele, a quem João de Barros nomea por Abetxa, no que nos não embaraçamos, porque póde mui bem ser, que este fosse o nome depois de ser Rey, e outro o seu proprio que dantes teria, porque todos estes Reys tem muitos nomes; e todavia nas Chronicas dos Mouros nomeam a este Thogalaça pelo primeiro Rey do Decan, e foi o primeiro Mouro que nelle começou a reinar. Este semeou por todos aquelles Reynos a falsa lei de Mafamede, que assim frutidicou por nossos peccados, que já no tempo em que descobrimos a India era tudo untado della. Recolhido o Rey do Dely para seus Reynos, dahi a alguns annos faleceo, succedendo-lhe seu filho, a que não soubemos o nome. Este foi o que teve aquella grande batalha com o Grão Tamarlão, que no Capitulo atrás tratamos. Morto o Rey de Dely ficou no Decan Thogalaça, que já tinha Corte na Cidade de Ultabad, onde depois de reinar dezenove annos faleceo, succedendo-lhe seru filho Singabupa (...). Este (Daudar Soltão) repartio a Provincia do Decan em governancas, assinalando limites a cada huma por esta maneira. Em tudo o que jaz de Angediva até Cifardão, que são sessenta leguas por costa, poz por Governador a hum Capitão chamado Adel Can, que era Justiça maior de seus Reynos, a este chamamos corruptamente Idalcão (...). E deixando todos os mais alevantados pera seu tempo, continuaremos com o Soltão Adelcan, que poz sua cadeira na Cidade de Visapor (Bijapur). Andava na sua Corte hum Turco chamado Cufo (Yusuf) que em tempo de Daudar Soltão foi ter a Xarbedar em huma Cafila de mercadores, sendo ainda mancebo. Este Turco era de tantas forças, e tão grande lutador, que não havia em todo aquelle Reyno quem o derribasse, pelo que ElRey folgava muito com elle (...). Morto o Adelcan achou-se o Cufo na Corte, e logo lançou mão de hum filho d'ElRey menino fazendo-se seu tutor, com cuja

cor acquirio os Grandes de sua parte, tendo tanta astucia, e saber que provêo as fortalezas principaes de Capitães de sua valia, e como teve tudo seguro, e por si, dizem que ajudou o menino, que faleceo dentro hum anno depois do pai morto, e logo se fez alevantar por Rey, no que houve pouco que fazer. Este Cufo estendeo ainda os limites do seu Reyno tudo o que pode, até ir em pessoa conquistar a Ilha de Goa (...). E porque não souberam dar verdadeira informação ao nosso João de Barros destas cousas, confundio o nome do Gentio Savay com o de Cufo Adelcan (Yusuf Adil Khan) dizendo no quinto Livro da segunda Decada, que quando entrámos na India era Senhor de Goa hum Mouro chamado Soay, a que commummente chamamos Sabayo vassalo do Rey do Decan. Parseo, natural da Cidade de Savá. Disto se riram seus filhos bem, quando lhe liamos isto, dizendo que seu pai não era senão Turco, nem se chamava senão Cufo. Esta Ilha de Goa he tão antiga, que se não acha nas escrituras Canarás (cuja sempre foi) o principio de sua povoação. Mas acha-se que foi sempre tão continuada dos estrangeiros, que andava entre elles por adajo, vamo-nos recrear às frescas sombras de Goa e a gostar da doçura do seu betre. E assim lhe chamavam por excellencia Goe moat, que na sua antiga linguagem quer dizer terra fresca e fertil. E pela continuação do nome se veio a abbreviar e a lhe chamaram Goe, e nós mudando-lhe a letra E, lhe chamamos Goa. Os naturaes Canarins della lhe chamam Tis Vari, que quer dizer trinta aldeias, por serem tantas as que esta Ilha tem, que todas, louvado Deos, são hoje povoadas de Christãos, e repartidas por doze, ou quinze Freguesias» (194).

(194) Couto, *Da Asia*, Década IV, Livro X, Capítulo IV, p. 420.

Gaspar Correia:

«Antigamente foy de gentios tributarios ao Rey de Bisnegá, e passaua de setenta anos que era Reyno sobre sy isento, quando os nossos agora chegarão a Goa; e o principal assento d'este Reyno o Rey tinha em Goa, que então era a cidade de Goa situada n'este rio de Goa velha, em que entrou o Timoja, a qual cidade se despouoou, e se tornou a pouoar a cidade onde agora he, e esto porque o rio cá tinha milhor fundo e milhor varadoiro per'as naos dos mercadores, que acrescentarão muyto a nobreza da cidade, porque por toda a ilha de Goa em roda tinha muytos esteiros e varzeas alagadiças, que se cobrião com a maré, e em alguns lugares, que auia passagem da terra firme pera Goa, tinhão os mouros torres e muralha que tolhião a passagem, em que tinhão piães e guarda; e porque nom passagem a nado, as gentes que matauão as deitauão no rio, em que auia muytos lagartos que andauão encarniçados, que às vezes seçobrauão as almadias por comer a gente, e tomauão os que se estauão lauando na borda do rio. E por causa do rio de Goa a velha muyto esprayar, e os mercadores nom poderem varar suas naos, por ysso se passarão ao outro rio, que era bom, em que se fez a cidade, e ficou o nome de Goa velha ao outro rio. E porque os mercadores erão muytos e com grosso treto, com que a cidade muyto engrandeceo em muyta nobreza, com muyto rendimento pera o Rey, assy do que entraus pelo mar como do que vinha pola terra, e mórmente polo trato de cauallos que vêm d'Ormuz pelo mar, que muyto valem pola terra dentro, com que este Rey de Goa era poderoso em muyta gente de guerra, que sempre tinha, com que seguraua suas terras e estado, senhoreando outras ilhas juntas a este esta de Goa, em que auia casas de seus idolos, de cantaria de grandes edificios e lauores, com grandes rendas, em que tinhão seus bramenes, que são seus

sacerdotes nas leys de suas ceremonias, em que usauão de ley que morrendo marido as molheres se queimauão viuas col elle, e a que ysto nom fazia ficaua auiltada, pera sempre engeitada d'antre as gentes; o que estimauão sobre todas suas leys, e lhe metem em cabeça que morrendo ellas assy vão viuer no outro mundo com seus maridos, do que adiante mais direy em seu lugar. Goa se foy assy nobrecendo pela grande escala que tinha do que entraua e saya pola terra firme per o Reyno de Bisnegá, que se departe per huma serra muy fragosa que corre de longo da terra, que sòmente tem certos passos muy estreitos per que podem passar, que com muy pouca gente se podem guardar a todo o poder de gente que vier. A esta serra chamão Gate, e d'ella pera o mar se chama Balagate. E por assy ter esta guarda d'esta serra o Rey de Bisnegá tinha paz com este Rey de Goa, por caso das mercadorias e cauallos que lhe corrião a Bisnegá, de que auia grandes proueitos. E d'esta serra até o mar se chama o Reyno de Decan, que tem huma ponta com Cambaya, e corre até aquy até Goa, que entesta com terras e portos de mar do Rey de Bisnegá. E tanto guerreou este Rey de Decan chamado Sabayo, que todo o Reyno sogegou, e auia corenta anos que estaua em posse d'elle pacifico, quando os nossos assy chegarão a Goa; e o mais do tempo estaua elle em Goa, que era, como cabeça de seu Reyno, em que estaua com grande estado de gente de pé e de cauallo em nobres casas e aposentos, com os seus principaes senhores» [195].

Brás de Albuquerque:

«O Reyno de Goa foi antigamente de Gentios, e era tributario do Rey de Narsinga (Vijayanagara); e quando Afonso Dalboquerque o ganhou, averia setenta annos que

[195] Gaspar Correia, *Lendas da India*, II, p. 56-57.

era izento, e não lhe obedecia; e a principal cabeça deste Reyno era a Cidade de Goa, que está situada em huma Ilha, a que os Gentios chamão tiçuarij, rodeada toda de esteiros de agoa salgada, e de Ilhas, e em alguns paços principaes desta Ilha, tinham torres feitas pera defenderem a passagem aos Mouros da terra firme; e porque o passo de Gondali era tão baixo, que de baixamar podiam passar a váo, ordenáram que todos aquelles, que morressem por justiça, e assi auguns Mouros, que fossem tomados na guerra, se lançassem nelle, para que os lagartos, que ha naqueles esteiros, viessem ali buscar esta carniça, os quaes eram tantos, e tão acostumados a acodirem a este cevo, que os Mouros por esta causa não ousavam de passar o váo; e com este artificio, e com mais torres, que tinham derredor da Ilha, viveram muitos annos sem os Mouros poderem entrar com elles; e a primeira povoação, que nesta Ilha de Tiçuarij ouve, foi Goa a velha, e segundo seus edificios parece que foi cousa grande: e a razão, por que os primeiros fundadores fizeram ali seu assento, e não onde está agora a Cidade de Goa a nova (lhe podemos chamar), dado caso que o porto, e o rio fosse muito melhor, foi pela barra ser de pouco fundo, e não poderem entrar por ella nãos nem navios; e por curso de tempo as agoas, que vem da serra do Gate, que no Inverno correm com grande furia pera o mar, foram pouco, e pouco abrindo esta barra de maneira, que ficou em altura, que podiam entrar por ella naos e navios. Vendo os moradores de Goa a velha, que este rio, e porto era melhor, e a barra tinha fundo, que por ella podiam entrar náos, e navios, sem perigo, deixaram a povoação de Goa a velha, e vieram fundar esta povoação, onde agora está a nossa fortaleza, e fizeram ali huma Cidade mui grande; e por serem homens do mar, e sofrerem mais os trabalhos, que todas as outras nações começaram logo fazer náos grandes, e navegaram por todas as

partes da India: eram valentes homens, e bons frecheiros, e nisto faziam muita vantagem a todos os seus vizinhos. Foi sempre Goa em tempo dos Gentios nomeada por cousa muito principal naquellas partes, e avia nella muita gente de pé, e de cavalo, e isso se defenderam muitos annos contra o poder do Rey de Daquem» (106).

Com probidade e espírito de observação, procuraram os escritores portugueses reunir o maior número possível de elementos históricos sobre Goa, antes da sua conquista por Afonso de Albuquerque. Nem sempre, porém, os seus relatos se aproximam da verdade histórica, ou por defeito de informações orais e falta de documentos seguros, ou por erro de interpretação das fontes indianas e árabes. Assim, por exemplo, João de Barros enganou-se ao atribuir a Nasir ud-din (Xá Nosaradin) as conquistas de Alla-ud-din Khilji. Por sua vez, Diogo do Couto é muito confuso ao tratar da formação do Reino Bahmani do Decão e da conquista de Goa pelos Maometanos. Gaspar Correia e Brás de Albuquerque parecem pretender que Goa tivesse sacudido o jugo de Vijayanagara e proclamado a independência em 1440, tendo sido, nessa época, transferida a capital para a nova cidade, fundada na aldeia de Elá, que mais tarde se desenvolveu na actual Velha Goa. Esta hipótese está em aberta contradição com outras fontes mais fidedignas. Segundo a *Crónica dos Reis de Bisnaga*, Goa perdeu-se «em tempo de Verupacarao», isto é, Virupaksha Raya II, Imperador de Vijayanagara que reinou entre 1465 a 1478. Ferishta é mais explícito ao dizer claramente que Goa foi conquistada em 1470 por Khwaja Mahmud Gawan (107).

(106) *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque*, II, pp. 95-96.

(107) David Lopes, *Chronica dos Reis de Bisnaga*, p. 11.

Ferishta-Briggs, *op. cit.*, I, p. 350.

João de Barros e Duarte Barbosa traçaram o quadro histórico-político da Índia nos alvores do século XVI. Em primeiro lugar, estavam os sultanados de Delhi e de Bengala. O Reino de Cambaia era ao tempo governado por Mahmud Shah I ou Mahmud Begarrha, a quem sucederam sucessivamente Muzaffar Shah II, chamado *Muzafar O Clemente* pelos cronistas portugueses, e Sekander Shah que foi assassinado pelo seu vizir; o irmão de Sekander, Bahadur Shah, vingou a sua morte e apossou-se do trono, vencendo o vizir. Vinha a seguir o Império de Vijayanagara, que os cronistas portugueses designaram por Reino de Bisnaga ou Narsinga (108), com os numerosos principados e reinos do Malabar. Finalmente os cinco sultanados do Decão, a saber: Berar, da dinastia Imad-Shaihi; Ahmadnagar, da dinastia Nizam-Shahi, mais tarde conquistado por Shah Jahan; Bidar ou Bidur, da dinastia Barid-Shahi, fundado em 1492 e destruído em 1657 por Aurangzeb; Golconda, da dinastia Kutb-Shahi; e Bijapur, da dinastia Adil-Shahi, de que fazia parte Goa, eliminados e anexados também por Aurangzeb (109).

Tal era, nas suas linhas gerais, o estado de Goa e do Indostão, quando Vasco da Gama descobriu o caminho marítimo da Europa para a Índia, revolucionando a História da Humanidade. As portas douradas e milenárias da Índia Imortal abriam-se, de par em par, aos navegadores portugueses...

(Continua)

(108) Bisnaga de Vijayanagara e Narsinga do Rei Narasimha. *Cf.* Heras, *Early Relations between Vijayanagara and Portugal*, QJMS, XVI, pp. 63-74.

(109) *Cf.* Smith, *Early History of India*, Oxford, 1924; *Oxford History of India*, Oxford, 1923.

Silva Rego, *História das Missões do Padroado Português no Oriente*, pp. 9-18.

Dimas Bosque, físico-mor da Índia e as Sereias

por *JAIME WALTER*
(Médico do Ultramar)

Quando se folheia a edição dos *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* de Garcia de Orta, dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho, a nossa atenção é chamada para o prólogo e carta que o segue, de um certo Dimas Bosque que Ficalho, na nota respectiva, elucida ser um médico valenciano tendo exercido funções na Índia. Ao mesmo médico volta a referir-se, na nota (1) ao *Colóquio* 58.º, com maior desenvolvimento, fornecendo mais alguns pormenores biográficos e relatando parcialmente uma descrição, por esse médico feita, de uns peixes semelhantes a mulheres, capturados por nativos da ilha de Manar.

Transcrições da nota atrás referida lêramos em trabalho do Prof. Rocha Brito sobre o Dr. Tomás Rodrigues da Veiga — precisamente aquele a quem Dimas Bosque se dirige na carta da introdução dos *Colóquios* — e no curioso livro *A Sereia*, de Fernando Pires de Lima. E sempre que víamos qualquer referência ao assunto, a nossa curiosidade em conhecer a notícia original aumentava, supondo ir encontrar nela motivo que merecesse mais amplo realce.

Em boa hora o Dr. Silva Rego, na sua *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente* (que só agora pudemos ler), transcreveu esse documento no latim original, prevenindo-nos que a sua leitura fora difícil, dado

que apresentava muitas abreviaturas e passagens de sentido vago.

Logo que nos foi possível, tentámos obter a tradução do documento, óbice que nos foi resolvido pela competência e amizade do Rev. Padre Manuel Alves, e verificamos pela sua leitura que o nosso interesse estava plenamente justificado.

Resolvemos então dar publicidade à tradução do relato completo do Dr. Dimas Bosque, aproveitando a oportunidade para tentar dissipar pequenas dúvidas, que verificamos em alguns autores, sobre os dados biográficos do referido médico.

* * *

Dimas Bosque, como ele próprio declarou, nasceu em Valência e formou-se em Medicina — como nos diz o Conde de Ficalho — ou em Letras e Medicina, segundo o Prof. Rocha Brito. Se completou o curso em Coimbra, não se pode afirmar, pois a única conclusão que se tira, do que escreveu, é ter assistido às lições e contactado com o Prof. da Universidade Dr. Tomás Rodrigues da Veiga, que Dimas Bosque diz ser lente de prima. Ora como o Dr. Tomás da Veiga, sendo lente de véspera, ascendeu a lente de prima pela Provisão de 23 de Novembro de 1557, ùnicamente podemos concluir que, nesta data, o nosso médico residia em Coimbra.

Em 7 de Abril de 1558 partiu Dimas Bosque para a Índia, na qualidade de físico-mor do vice-rei D. Constantino de Bragança. Esse cargo de físico-mor é posto em dúvida por vários autores, mas não por nós, visto existirem documentos que confirmam ter Dimas Bosque tido essa categoria e por ser a designação dada aos físicos dos vice-reis visto estes, por regimento, terem direito aos seus ordenados, *além da despesa que se faz por conta da fazenda Real, com a sua guarda ordinária, e capitão dela, e seu físico-mor e seu cirurgião-mor...*

Vinha de longa data esta concessão, sendo o físico-mor e o cirurgião-mor da escolha e confiança do vice-rei ou governador, com a obrigação de o acompanharem em todas as suas deslocações, terrestres ou marítimas, e de prestarem serviços da forma e no local que ele entendesse. Esta concessão, que terminou em 1604, levava quase sempre a que a autoridade encarregasse o físico-mor da vigilância do cumprimento da legislação médica, então comum à metrópole e ultramar.

Daí a interferência de Dimas Bosque na alteração do regimento de preços de medicamentos, mais tarde referida pelo farmacêutico do Hospital Real, Baltazar Rodrigues, quando requereu ao vice-rei nova alteração, circunstância que o Conde de Ficalho aponta. E também, por razões das suas funções, o contacto que se estabeleceu entre ele e Garcia de Orta, parece que depois foi transformado em sólida amizade.

Teve curiosa e particular actuação o Dr. Dimas Bosque na cultura médica da Índia, acompanhado como se sentia pelo grande Orta. Atribui-se-lhe a iniciativa de ter criado, em Goa, aquilo a que hoje chamaríamos um colóquio de medicina, ou seja, uma sessão pública realizada no Colégio de S. Paulo, em que argumentavam entre si os médicos da cidade.

Essa assembleia foi antecedida por uma *oração breve e bem inventada* do físico-mor, ou melhor, por um pequeno mas bem feito discurso de abertura produzido pelo Dr. Bosque. Neste colóquio, figurava o *doutor Orta, que he hum velho já quase decrépito,* segundo escreveu o Padre Luís Fróis, em carta de 16 de Novembro de 1559.

Baseado não sabemos em que argumentação, afirma-nos Germano Correia — e fazemo-nos sòmente eco dessa afirmação — que Dimas Bosque foi quem primeiro estudou e identificou a doença conhecida por *bicho de Ormuz,* a *dracontíase* dos autores contemporâneos.

De acordo com as funções que desempenhava, o Dr. Bosque acompanhou o vice-rei na conquista de Damão, realizada no Natal desse ano de 1558. E quando, em 1560, D. Constantino

de Bragança resolveu levar a cabo a campanha de Jafanapatão, Dimas Bosque teve de o seguir, como é óbvio, e tratar os numerosos doentes que dela resultaram.

O vice-rei, nessa viagem, fizera-se acompanhar também do Provincial dos Jesuítas e chamara para junto de si o Padre Henrique Henriques e os irmãos Luís de Gouveia e Estêvão de Góis, da Companhia de Jesus, os quais se encontravam na ilha de Manar, fugidos de Punicale, onde tinham sido destruídas e incendiadas as instalações que lá possuíam, entre as quais figuravam o hospital e Casa da Misericórdia que o Padre Henriques fundara e de que cuidava, como notável curioso da medicina que foi.

Em determinada altura da campanha, chegou ao vice-rei a notícia de que duas naus, vindas na armada do reino e dadas como perdidas, haviam arribado à ilha de Manar, com muitos doentes a bordo. Imediatamente o vice-rei mandou chamar o Padre Henrique Henriques e lhe ordenou que fosse à ilha, fizesse desembarcar os doentes «*...em embarcações dos cristãos e ter deles cuidado; passariam de cento e cinquenta. Muito trabalharam os irmãos com eles, com muita caridade. Um físico-mor do vice-rei confessou que peiadamente viera a curar os enfermos, mas que por ver a caridade com que os irmãos tinham cuidado deles, que se alegrava sumamente, por haver cá vindo, e que não quisera perder esta vinda por nenhum caso, a que tão edificado estava que, se não estivera atado com o vínculo do matrimónio, ele entrara na Companhia...*».

Esta foi a versão dos factos que nos legou o Padre Henrique Henriques, em carta de 8 de Janeiro de 1561, dirigida ao Geral da Companhia, Padre Mestre Diogo Laines. Outra foi a versão que nos deu mais tarde Dimas Bosque no relato que apresentou, como veremos.

Foi durante essa estadia em Manar que o Dr. Bosque teve a oportunidade de ver os peixes, nove fêmeas e sete machos, que os nativos haviam capturado e que «*...por causa da semelhança que tinham com o homem chamavam-lhes mulheres...*», assunto que motivou esta pequena notícia.

Partiu o vice-rei para Cochim em 2 de Janeiro de 1561 e a seguir para Goa. Entretanto permitiu e favoreceu o Padre Henrique Henriques na fundação do hospital e Casa da Misericórdia de Manar, ilha que ficou à guarda do capitão Jorge de Melo de Castro, comandando 150 soldados e dez navios.

Voltou assim Dimas Bosque a Goa onde, em 4 de Setembro de 1561, arrematou a ilha de Santa Cruz por 1560 pardaus de tangas — propriedade confiscada aos bens do falecido Jorge Vaz de Magalhães, almoxarife da ribeira e armazém de Goa, alcançado com a fazenda pública —, precisamente no mês em que abandonou as funções de físico-mor, em virtude de D. Constantino de Bragança ter regressado a Lisboa nessa data por haver terminado o triénio da sua governação.

De facto, os médicos dos vice-reis ou governadores só exerciam as suas funções durante o tempo do respectivo governo por serem de escolha; essas funções podiam ser renovadas, se o novo mandatário quisesse servir-se do mesmo pessoal do anterior, o que raras vezes acontecia, pois os médicos acompanhavam as entidades de um modo geral desde Lisboa.

No caso presente, segundo afirma o Visconde de Lagoa, o novo vice-rei, D. Francisco Coutinho, fizera-se acompanhar de mestre Martim Afonso, na qualidade de físico e cirurgião-mor, pondo-se assim termo ao desempenho das funções oficiais de Dimas Bosque. Porém, supomos haver engano do Visconde de Lagoa quanto às funções de Mestre Afonso, pois este no seu *Ytinerario de Mestre Afonso, solurgiao que foi da India, em tempo do Comde Visorei e do Gouernador João Dememdonça, da Viagem que fez da Imdia por terra a estes Reinos de Portugal, por mandado do mesmo Gouernador*, diz, sem margem a dúvida, ter exercido só as funções de cirurgião-mor: *Por falecimento do comde viforrei da Imdia, a quem eu seruia de folurgião mor....*

Cessadas as suas funções, Dimas Bosque continuou em Goa a exercer clínica, como ele próprio o afirmou. Esta nossa versão contraria a de Silva Carvalho, que diz ter o Dr. Bosque exercido as funções de físico-mor de Goa de 1561 a 1562 alargando, em outro passo, essa data até 1572, época da nomeação de Duarte Lopes. Não concordamos com esse parecer, não só porque Dimas Bosque e o próprio Garcia de Orta não deixariam de referir tal circunstância nos *Colóquios*, mas também porque sabemos que em 1565 exercia ele em Goa funções médicas, incompatíveis com as de físico-mor, funções essas até que o levaram a escrever o relato que nos ocupa.

De facto, em carta de 29 de Novembro de 1565, dirigida ao Reitor do Colégio de Córdova, o Padre João Baptista de Ribera escreveu: *Con esta, si uviere tiempo, trabajare que vaia una copia de una relacion que me dio un medico deste nuestro collegio, de ciertos pescados de la amitad arriba hombres y mugeres ni mas ni menos que nosotros*, o que claramente nos demonstra que, em 1565, Dimas Bosque exercia as funções de médico do Colégio dos Jesuítas de Goa e hospital anexo.

Daí em diante perdemos-lhe completamente o rasto.

* * *

Diz o Conde de Ficalho, na nota (1) ao *Colóquio* 58.º, atrás referida, que a descrição feita por Dimas Bosque corresponde aos peixes da ordem dos Sirénios, género *Dugongo*, assim chamado por Lacépède em 1803, apelidado *Halicore* por Illiger em 1811 e confirmado por Cuvier em 1817.

Seria curioso comparar a primeira descrição dos peixes, feita por Lacépède, com a que Dimas Bosque fez em 1565; mas não nos é possível fazê-lo, pelo que vamos dar um resumo do que lemos, em tratado de 1955, em relação sòmente com o que o nosso médico escreveu, para assim podermos avaliar do valor da sua descrição.

«Euterios aquáticos, de membros anteriores transformados em barbatanas (no esqueleto com omoplata, úmero, cúbito, rádio, corpo, metacarpo e dedos, verificados aos R. X.). Epiderme fina, pêlos finos e raros. Lábio superior formando uma espécie de disco labial, macio e sensível. Orifícios nasais de abertura dorsal. Cavidade bucal com dentição láctea (dentes funcionais). Olhos pequenos e globosos, com processo ciliar pouco desenvolvido. Orifícios auditivos minúsculos. Traqueia muito curta, como a própria região cervical. No macho, pénis em estojo peniano e testículos abdominais. Nas fêmeas, mamas axilares, vagina, útero, trompas e ováriosș».

* * *

É do teor que segue o relato de Dimas Bosque, de uma notável curiosidade.

Reverendíssimo Padre, os anos passados quando o ilustríssimo Constantino, filho do Príncipe de Bragança e Governador cristianíssimo da Índia Oriental combatia o reino de Jafanapato, no Golfo Gangético, derrotados o rei e os príncipes do reino, ele naquele momento fez o cerco à fortaleza bem armada e defendida e chegou o mensageiro com notícias de duas naus da frota lusitana que se perderam por qualquer acidente ou por vontade de Deus Óptimo Máximo, e fez saber que são arrojadas através de vários acidentes e perigos gravíssimos do mar, lutando os soldados e marinheiros com grandes doenças e com falta de cristãos, por causa da longa e tormentosa viagem; e levados até ao último momento da vida chegaram ao litoral do reino conquistado e tomaram entre ele e uma ilha o porto seguro. Ouvido o mensageiro, o bom príncipe deu graças a Deus, autor de todos os bens, pela chegada feliz das naus que conseguira trazer, de modo que a destruição de inimigos promoveu e levantou o moral do bom imperador de tal maneira que foi grande a alegria pela recuperação das naus.

Em seguida e sem demora, como convinha ao príncipe vigilantíssimo e pai piíssimo, todo solícito manda chamar-me e lastima a desgraça daqueles e o mal-estar de todo o exército; num breve mas piedoso pedido manda-me que vá até às naus e empregue todos os esforços da arte médica para debelar as doenças gravíssimas dos doentes aflitíssimos que gemiam e suspiravam e que embarque imediatamente para bordo das naus.

Admirado fiquei, confesso, com o grande número dos que estavam prostados; agravava-se o mal-estar, o moral desaparecia, faltavam os meios de cura para os doentes, em número não pequeno, e era aflitiva a falta de toda a espécie de medicamentos.

Na verdade depois de várias consultas e várias ideias, lembraram-se do único remédio: que fossem transportados todos os doentes da nau trireme nos botes das próprias naus para a ilha mais próxima.

A ilha era habitada pelos cristãos daquela região que foram convertidos pelo Padre M. Francisco Xavier, varão de grande memória, cuja vida memorável e apostólica se espalhou pela parte extrema oriental e por todas as ilhas daquele vastíssimo mar as quais evangelizou com um ardor infatigável no meio de trabalhos exaustivos e converteu à fé de Cristo, arrancando-os à adoração dos ídolos.

Pregou aos bramanes, japoneses e chineses e outros numerosos povos, ensinou primeiro os rudimentos da fé e instruídos acerca do caminho do Senhor, passaram a viver sob o cunho materno da Santa Igreja, presentemente em paróquia dirigida pelo Padre Henrico Henriques, sacerdote da mesma sociedade, duma vida singular de exemplo e conservando-se no bom odor da verdade recebida, gozam duma paz tranquila no meio daquela região.

Portanto uma vez tomada a resolução, executei com todo o cuidado juntamente com os oficiais das naus a ideia exposta como vinda de Deus, levei todos os doentes para a ilha, ajudado pelos conselhos e verdades do mesmo ilustríssimo Padre Henrico e de outros que pertenciam à mesma Sociedade e condoído com a doença deplorável e irremediável comecei a curar os corpos mais necessitados e desfeitos em sal como ele costumava dizer.

Entretanto o número de doentes era tal, o género de doença tão cruel, os sintomas tão graves que após os tratamentos apenas tinha tempo para respirar. Alquebrado de fadiga, muito alegre e com palavras cheias de Deus, levantava o moral do candidíssimo chefe.

Como passássemos o tempo em trabalhos usuais e noutras conversas, lembramo-nos das correntes imortais do mar junto ao litoral, aconteceu que uma multidão de pescadores chegou até junto do comandante os quais lhe pediam com insistência no meio de muita vozearia e grande barulho para ver os peixes por eles apanhados, de tal maneira que se dirigiu para junto dos botes piscatórios.

Contavam que assistiram ao estupendo milagre da natureza como todas as obras miraculosas de Deus Poderoso pois nove fêmeas e sete machos que apresentavam, por causa da semelhança que tinham com o homem, chamavam-lhes mulheres.

Com tal novidade, admirados, saltamos para os botes donde os pescadores retiravam os peixes e colocavam na praia; ao ver a sua forma

e ao contemplar a sua semelhança não deixei de ficar estupefacto perante a contemplação dos mesmos e não podia afastar os olhos deles.

Contemplava a admirável semelhança do peixe de tal modo que quase só era acreditável a quem visse.

Todavia ajudado por uma filosofia cristã, vendo a forma admirável dos peixes, obra de Deus autor de todas as coisas a quem tudo é fácil e nada é impossível, pensei em examinar cada membro em particular e ver o valor de cada um, de maneira que feito um exame anatómico a cada um deles, chegasse a conhecer com mais clareza a máxima semelhança de todo o corpo que tinham com as partes externas do homem. Começando logo por separar as partes, observei a cabeça e a face que contemplava tanto mais quanto me lembrava da força admirável do poder divino que me estava na mente. Na verdade a cabeça e a figura era rotunda e ligada ao próprio corpo sem nenhuma interrupção naquela, as partes fibrosas das extremidades a que chamamos ouvidos eram compostas de cartilagem e de plumas de que o corpo estava revestido numa proporção elegante.

A juntar a estas, os olhos estavam armados com pálpebras tanto na disposição como na cor, mostrando a efígie humana não de peixe mas de homem, muito bem metidos na face.

Além disso descendo da parte superior por entre ambas as mandíbulas destacava-se o peixe não por toda a parte mas em duas metades e conservava a sua configuração.

Os lábios colocados também por baixo do próprio nariz, representavam a boca do homem numa grandeza admiràvelmente proporcionada, adornada lindamente por uma disposição não de dentes serrados como costumam usar os nativos, mas por uma série contínua, espalmados e alvíssimos, de tal maneira que a aparência e disposição era sem dúvida menos de peixe do que de homem.

Igualmente o peito tinha a mesma forma que no homem, a pele muito clara, cheio de veias muito finas espalhadas à superfície, no qual apareciam dois largos seios, um de cada lado, não lhes faltando sequer os pequenos e elegantes bicos que há nas mulheres, um pouco mais proeminentes do que nos peitos dos machos; não se alongavam todavia para baixo, mas sim conservavam-se elevados como peitos virginais, duma rotundidade proporcionada e ao apertá-los com a própria mão saía bastante leite, duma grande alvura, não sem a admiração dos presentes. Tinham braços não redondos mas alongados em largura, os quais igualavam o comprimento dos dois cúbitos, nos quais se distinguia não os cúbitos nem os antebraços, mas um corpo íntegro e contínuo e compacto, sem articulações nem junturas.

Nas axilas, a que chamamos sovacos, como diria Cícero, apareciam muitos pêlos, mas mais flexíveis e mais compridos do que os que aparecem nos sovacos dos homens e mulheres.

O ventre é coberto duma pele muito fina, macia e muito branca; não nos falava menos da obra admirável do Criador. Cheio de admiração, quase extasiado, contemplava com bastante atenção todos os membros da geração nos machos e em toda a sua composição muito semelhantes aos dos homens.

Nos membros das fêmeas era tanta a semelhança e proporção com os das mulheres que sem dúvida despertava a admiração das próprias mulheres.

Todavia aquilo que mais aumentava a admiração do monstro era a semelhança interna dos membros. Vi com atenção na verdade através do corte feito com instrumento cortante que a meu pedido foi feito, examinei diligentemente todas as partes internas, em tudo a mesma coisa que nas mulheres; o útero como que oculto dentro do corpo assim como as partes a ele adjacentes em nada se distinguia da madre e sementeira das mulheres, finalmente nos movimentos nos dois sexos era tal o parentesco com o homem, que em nada se notava qualquer diferença.

O resto da parte extrema do corpo nada tinha de semelhante com o homem. Tanto nos machos como nas fêmeas, terminava em uma espécie de duas caudas, de que já falavam os poetas do mar da Sicília.

As fêmeas (não devo omitir isto) de longe levam vantagem aos machos, que em todo o género de seres vivos é costume serem de maior grandeza.

Reverendo Padre, esta era a configuração dos peixes, esta a composição, o desenho e descrição exacta, de todos os membros que retratei o melhor que pude e em poucas palavras, e tanto quanto possível pintei com as cores mais vivas para te transmitir.

Farei uma narração mais longa e mais exacta se me sobrar tempo da cura dos doentes que agora são muitos nesta cidade, os quais não me canso de visitar durante o dia e a noite. Desculpa, pois, se eu como amigo muito teu dedicado, não por minha vontade, mas oprimido pelo cansaço e pelas ocupações não pude prestar-me ao que era teu desejo. Se ao narrar a história com brevidade atribuis negligência na composição e desordem na narração, com o respeito que muito te devo a ti e aos outros padres da Santa Sociedade peço me perdoes.

Saúde e recomendo-me às tuas preces a Deus.

* * *

Quantas descrições como esta, de valor para a história das ciências, jazerão ainda escondidas nos arquivos portugueses?

BIBLIOGRAFIA

A. DA SILVA CARVALHO — «Garcia d'Orta», in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XII. Coimbra, 1934.

ANTÓNIO DA SILVA REGO — *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia.* 9.º volume. Lisboa, 1953.

Arquivo Português Oriental — Fascículo 5.º, 2.ª parte. Nova Goa, 1865.

Arquivos da Escola Médico-Cirúrgica de Nova Goa — Série A, fasc. 16.º, 17.º e 20.º. Bastorá, 1941 e 1947.

FERNANDO PIRES DE LIMA — *A Sereia.* Porto.

FRANCISCO MENDES DA LUZ — «Livro das Cidades e Fortalezas», in *Studia*, n.º 6, Lisboa, 1960.

GARCIA DE ORTA — *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia.* Edição dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho. Lisboa, 1891-1895.

Itinerários da Índia a Portugal por Terra, revistos e prefaciados por António Baião. Coimbra, 1923.

ROCHA BRITO — *O Doutor Tomás Rodrigues da Veiga, ilustre cravanário*, in «Jornal do Médico», vol. XIII, n.º 323, Porto, 1949.

Traité de Zoologie, direcção de Pierre Grassé. Tomo XVII, Paris 1955.

VISCONDE DE LAGOA — *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente.* Vol. II.

Partilha do mar oceano e descobrimento do Brasil

(Subsídio para a história das grandes rotas do comércio marítimo)

por *MANUEL NUNES DIAS*

A) — A conjuntura do Ocidente

I — *Mundo em crise: a Europa no século XIV*

A reconquista cristã do Mediterrâneo, pela expansão militar e religiosa da sociedade feudal, que lançara no século XI o Ocidente contra o Oriente, suscitara novas condições de vida. Nos ricos mercados levantinos, a Europa encontrou as riquezas que ela fora impotente para acumular. O resultado mais imediatamente colhido pelo cruzadismo foi o renascimento do comércio cristão na orla mediterrânea.

A Europa, alargada até às costas da Ásia Menor, acabou por derrubar os obstáculos que entravavam a sua evolução progressista. Ao espírito do cristão medieval abriram-se os largos horizontes da especulação. Algumas cidades da Flandres (Bruges, Gand e Ypres) e do Mediterrâneo italiano (Veneza, Génova, Pisa e Florença) surgem, então, no quadro europeu, como os grandes baluartes da reacção de uma nova classe de mercadores e marinheiros contra os velhos senhorios assentes nos vastos domínios agrícolas. O Ocidente, despertado pelo choque recebido do Mediterrâneo, encontrou em si mesmo as energias para

futuras investidas expansionistas. A rápida infiltração do comerciante transformou as formas de produção e, bem assim, as relações sociais até aí existentes. O esperto mercador trazia consigo o trabalho livre, a circulação da riqueza e o renascimento dos centros urbanos, com todas as conhecidas resultantes sociais e económicas (1).

Essa profunda transformação da sociedade ocidental possuía, porém, o vírus das futuras revoluções sociais e económicas que abalaram os quadros europeus a partir das primeiras décadas do século XIV. O renascimento mercantil criou novas formas de acumulação social de riqueza, que se fazia pela exploração do pequeno produtor e pela ruína do senhorio rural. Com as enormes fortunas privadas acentuou-se cada vez mais claramente o domínio dos fortes comerciantes e banqueiros sobre o artesanato e pequeno e médio mercador. É o caso dos prestamistas e negociantes italianos que monopolizavam a pequena produção no Mediterrâneo e na hinterlândia do continente europeu (2). A eles se vergavam, de certo modo, a aristocracia e o clero. Neles encontravam os príncipes poderosos aliados.

O despertar das cidades produziu-se primeiramente na Itália (Veneza, Génova, Florença e Pisa) por razões conhecidas; a seguir, no Mar do Norte, onde a Flandres tirou partido da vizinhança das vias fluviais que tinham sido, como se sabe, o eixo do império carolíngio. Em França, assistia-se ao crescimento não sòmente das cidades marítimas (Marselha, Mompilher, Nantes, Ruão e Bordéus), mas ainda das cidades fluviais

(1) *Cf.* Pirenne, H. — *Histoire économique de l'Occident Médiéval*, págs. 331 e segs., Paris, 1951; «Les périodes de l'histoire sociale du capitalisme», págs. 87 e segs. *Bulletin de l'Académie Royale de Belgique*, Classe des Lettres. 1914; *Histoire de l'Europe des invasions au XVI siècle*, págs. 295 e segs., Bruxelas. s. d.; *Histoire du Moyen Age*, págs. 39 e segs., t. VIII da *Histoire Générale* de Glotz; *Histoire de Belgique*, t. II, págs. 67 e segs., Bruxelas, 1922.

(2) *Cf.* Renouard, Yves — *Les hommes d'affaires italiens du Moyen Age*, págs. 171 e segs., Paris, 1949; Sapori, A. — *La crisi delle compagnie mercantile dei Bardi e dei Peruzzi*, págs. 37 e segs., Florença, 1926.

(Paris e Orleães) e ao aparecimento das famosas feiras da Champanha: Lagny, Bar, Troyes e Provins. Os centros urbanos, onde se concentravam as matérias primas e os mercados, atraíam os artesãos. Os modestos artesanatos rurais eram, pois, substituídos pela incipiente indústria da cidade. Das novas aspirações da nascente burguesia surgia o movimento comunal (3).

Na Flandres, por condições geográficas e históricas particulares, apareceram os primeiros entrepostos comerciais e industriais da Europa continental. Bruges, Liège, Gand e Ypres centralizam toda a actividade produtiva do Mar do Norte. Ali se desenvolvera, graças às trocas com o Levante efectuadas através das firmas italianas, uma actividade económica que colocou novos problemas de mercado e de matérias primas: a indústria dos tecidos. A Flandres, que abastecia a Europa com os seus lanifícios — a grande indústria da Idade Média — importava lãs inglesas. A criação de carneiros na Inglaterra, nas primeiras décadas do século XIV, caminhou paralela com os têxteis flamengos. Mas, com Eduardo III (1327-1377), os Ingleses, que até então vinham importando as ricas manufacturas tecidas nos teares flamengos com as suas lãs, resolveram, eles próprios, desenvolver esta lucrativa indústria de fiação e tecelagem (4).

A concorrência no mercado dos têxteis criou novas questões económicas que abriram profundos abismos sociais. O drama era europeu. As reivindicações dos trabalhadores urbanos, em matérias de salários, não tinham ressonância. Inúmeras famílias, particularmente na Flandres, na Inglaterra e na França, se encontraram sùbitamente em enormes difi-

(3) Veja-se o estudo de H. Pirenne — *Les villes et les institutions urbaines* (2 vols.). Paris, 1939.

(4) *Cf.* Unwin, G. — *Finance and trade under Edward III*, pág. 67 e segs. Manchester, 1918; Lipson, E. — *Economic history of England*. t. I, págs. 207 e segs. Londres, 1929; Perroy, E. — «Les crises du XIV Siècle», págs. 167 e segs. *Annales, Ec. Soc. Civ.*, Abril-Junho, 1949.

culdades de vida com a queda do poder aquisitivo, mercê da carestia gerada pelas novas formas de exploração económica que a *Guerra dos Cem Anos* (1337-1453) agravou. Em toda a parte, a intranquilidade social era a regra. A instabilidade económico-social acarretava, no campo e na cidade, assustadoras perspectivas. O inflacionismo desorganizava a produção e as trocas, gerando crises de crédito e inseguranças monetárias.

Não admira, portanto, que as rebeliões adquirissem o carácter de revoluções de fome. A *Guerra dos Cem Anos* (5), que impôs à Inglaterra a solução do problema do poderio marítimo (6), trouxe, com as pestes que a acompanharam, medonhas crises de pão. O drama cerealífero foi uma constante económica do século XIV, sobretudo em Portugal (7).

O século XIV foi um tumultuoso período de revoluções. Lutas de toda a espécie que a «arraia-miúda» da zona rural e os artífices livres das cidades conduziam, contra a prepotência, respectivamente, dos senhorios latifundiários e da burguesia comercial e marítima. Abismos sociais e inquietações económicas surgiam em toda a parte, gerando insegurança em todos os sectores da vida. As revoltas que partiam das cidades flamengas, onde as grandes comunas tomaram a direcção do movi-

(5) *A Guerra dos Cem Anos*, que representa uma crise do feudalismo, não foi apenas o resultado das ambições dinásticas de Eduardo III ao trono francês. Devemos considerar, outrossim, os projectos da França na Flandres, que os Ingleses não viam com bons olhos. Ademais, os mercadores franceses e ingleses assaltavam-se mùtuamente no Canal e na rota da Baía de Biscaia pelos vinhos da Gasconha. Há, portanto, uma pluralidade de factores.

(6) Veja-se o sistema das alianças: Inglaterra e França — Potências de força terrestre — disputam a amizade e auxílio militar de Potências de força naval, respectivamente, Portugal e Espanha.

(7) *Cf.* Serrão, Joel — «Sobre o trigo das ilhas nos séculos XV e XVI». *Das Artes e da História da Madeira*, vol. I, n.º 2, Agosto, 1950; Costa, Francisco Carneiro da — «Os Açores e o problema cerealífero português do século XV». *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*, ano I, n.º 1, Janeiro, 1945.

mento político, achavam-se paralelas na França, na Itália, na Inglaterra, em Portugal, em toda a parte. As rebeliões populares destronaram a oligarquia burguesa dos postos de comando, sem, contudo, conseguirem estabelecer uma ordem durável. A guerra, por sua vez, tornava cada vez mais crítica a situação dos pequenos e dos pobres. A Europa do século XIV apresentava o triste espectáculo de uma civilização em crise. As revoltas ou eram totalmente urbanas — como as insurreições inglesas em 1381 — ou ainda com o duplo carácter urbano-rural, como as da Flandres marítima (1323-1328) e a que impeliu os camponeses de França, prestes a morrer de fome, para a Jacquerie, em 1358 (8).

Essas revoluções democráticas são demonstrativas das profundas transformações da vida económica e da estrutura social do Ocidente cristão no decorrer da Baixa Idade Média. Nelas, conjugava a burguesia todas as suas forças para arrebatar à nobreza o poder político. Para isso, aproveitava as explosões de desespero das classes populares permanentemente sacrificadas. À medida que minguavam os réditos do senhor rural, comprimindo-se a aristocracia da terra entre o fantasma da centralização do poder real (9) e as novas forças económicas emergidas da reconquista cristã do Mediterrâneo, desagregava-se o prestígio da tradicional sociedade campesina, para dar lugar a uma nova classe cosmopolita de comerciantes, marinheiros, armadores e prestamistas, amparada pelo trono (10). Nela,

(8) *Cf.* Pirenne, H. — *Le soulèvement de la Flandre maritime de 1323-1328*. Bruxelles, 1900; Réville, A. — *Le soulèvement des travailleurs d'Angleterre en 1381*. Paris, 1898.

(9) Na segunda metade do século XV, verifica-se na Europa Ocidental um progresso da realeza. Na França, Luís XI, logo que subiu ao trono (1461), concebeu o projecto de abater o poderio senhorial; na Inglaterra, com o advento dos Tudors (Henrique VII), após a *Guerra das Duas Rosas* (1455-85); na Espanha, com o casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela (1469), e com a conquista de Granada, em 1492; em Portugal, com D. João II (1481-1495).

(10) Entre a realeza e a nova classe de comerciantes estabelece-se uma solidariedade de interesses, facto conhecido.

se via cada vez mais nìtidamente a base em que se erguia o edifício social da nova Europa. As novas estruturas económico-sociais sentiam, então, a urgente necessidade de se libertarem das tradicionais sujeições impostas pelos «consórcios» italo-muçulmanos da orla mediterrânea.

Investindo contra a absorção desse monopólio conservador, o incipiente capitalismo comercial do continente europeu poderia sobreviver e desenvolver-se. Para isso, necessitava, antes de tudo, de quebrar as amarras que o prendiam, desprezando os problemas ligados ao Mediterrâneo e alargando a sua expansão económica de força e de vitalidade ascendentes até aos ricos mercados do ouro, dos escravos e das especiarias afro-asiáticas, grandemente comerciáveis. Foi quando se colocou à Europa Ocidental a questão da conquista do Atlântico ignoto. Solução arriscada e dispendiosa, mas única.

II — *Portugal na crise: as revoluções de 1383-1385*

A crise portuguesa de 1383-1385 deve inserir-se no drama económico-social europeu do século XIV. A *Guerra dos Cem Anos* foi uma revolução social, e o drama português é um fenómeno conexo com essa vasta agitação da Europa Ocidental. Crise dinástica e crise de classes são elos de uma mesma corrente.

Portugal, mercê das suas condições geográficas e, bem assim, da sagacidade do seu povo, encontrou em si mesmo a força inicial necessária à sua transformação orgânica. Algumas cidades marítimas (Porto, Viana do Castelo, Lisboa, Aveiro, Setúbal, Lagos, etc.), pelo seu condicionalismo físico em relação ao Atlântico, bem como pela sua própria evolução particular, constituíram o fulcro do tráfico marítimo português à distância, assente na agricultura, na salinação e na pesca.

A primeira dinastia não criou barreiras ao incremento mercantil. Ao contrário, todos os monarcas, na medida do possível, ampararam as aspirações da incipiente burguesia dos portos,

cuja acção se estendia aos empórios do Mar do Norte e do Mediterrâneo Ocidental. Na verdade, todas aquelas tendências que vimos esboçarem-se na Europa a partir do século XIII com o renascimento do comércio desenvolveram-se em Portugal nos últimos tempos da Idade Média. Uma nova classe se definiu no enredo internacional: a burguesia comercial e marítima. À semelhança das suas congéneres da Europa cristã, a burguesia portuguesa surgiu como elemento activo das novas tendências sociais. Nela se encontravam os novos fundamentos da sociedade. Como os seus colegas do Norte, os marinheiros e mercadores portugueses evoluíam no sentido da sua emancipação sorvedoura dos países da orla mediterrânea, procurando assim realizar as transformações económicas e sociais imprescindíveis à sua livre expansão extra-europeia.

Essa progressiva evolução portuguesa viu-se, porém, sustada após a morte de D. Fernando. Pequena paragem, necessária talvez. Portugal achava-se em luta com Castela, capítulo da *Guerra dos Cem Anos*. A peste negra também visitou os lares portugueses. O drama era geral. Consequências gravíssimas advieram.

O reinado de D. Fernando foi uma série de guerras com Castela. Segundo Fernão Lopes ([11]), a poupança que D. Pedro amealhara foi esbanjada por D. Fernando na sua política continental e nas crises internas subsequentes. Com a sua morte, aos 22 de Outubro de 1383, a crise entrou numa nova fase deveras aflitiva. O falecimento do rei deixou a Nação numa terrível encruzilhada. O soberano morreu sem deixar filhos varões, e D. Beatriz, a única filha que vingara do seu enlace

---

([11]) Fernão Lopes é o cronista de uma causa nacional e patriótica, que triunfou. É o primeiro cronista moderno. Foi o primeiro que sentiu a alma popular. É um homem do povo que teve uma posição nas lutas políticas e sociais do seu tempo. As suas crónicas são populares e mostram as convulsões da Nação. Sob certos aspectos, é superior a Froissart.

com Leonor Teles ([12]), estava casada com D. João I de Castela ([13]).

Em virtude do tratado de 2 de Abril de 1383, D. Beatriz era sucessora da Coroa, ficando a rainha como regente durante a menoridade do príncipe que viesse a nascer do matrimónio da filha de D. Fernando, ao qual haveria de pertencer o trono ([14]). E só no caso de D. Beatriz morrer sem filhos e de não haver outro herdeiro legítimo é que o rei de Castela herdaria o Reino de Portugal. O espírito do tratado era evitar a união ibérica em favor de Castela ([15]).

Após 16 anos de governo (1367-1383) castigados de amarguras, D. Fernando legava ao Reino a regência de Leonor Teles. Em tão graves circunstâncias, a Rainha não poderia conservar a autonomia política de Portugal sem sobressaltos. Era difícil, se não impossível, sustar a onda revolucionária. Se o povo a custo suportava a regência, o pensamento de um possível domínio castelhano era-lhe intolerável.

O animador entusiasta do anseio popular e patriótico era Álvaro Pais ([16]), burguês intelectual que dispunha de grande ascendência sobre as massas, principalmente sobre as classes populares de Lisboa. Para salvar Portugal, o Andeiro precisava

([12]) De Leonor Teles teve D. Fernando três filhos: os infantes Pedro, Afonso e a infanta Beatriz. Os dois primeiros morreram de tenra idade. (*Cf.* Benevides, F. F. — *Rainhas de Portugal*, t. I, pág. 227. Lisboa, 1878). O casamento de D. Fernando e D. Leonor Teles teria sido realizado entre 15 e 18 de Maio de 1372. (*Cf.* Arnaut, S. Dias — *A crise nacional*..., pág. 127. Coimbra, 1960).

([13]) Em Março de 1381, a infeliz infanta veio a casar, depois de outros arranjos de matrimónio, com D. João I de Castela, que enviuvara da rainha D. Leonor em 13 de Setembro de 1382. *(Ibidem)*.

([14]) Do casamento houve apenas um filho, o infante D. Miguel, que morreu em 1385. (*Ibidem*, pág. 229).

([15]) Veja-se o tratado de casamento de D. Beatriz com D. João I de Castela, *in* Sousa, D. António Caetano de — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, das «Provas», págs. 296 e segs. Lisboa. 1735.

([16]) Tinha sido Chanceler-Mor do Reino durante os reinados de D. Pedro e D. Fernando.

de ser eliminado. Já Nuno Álvares, preocupado com o destino da Nação, indicara o Mestre de Avis ([17]). Álvaro Pais tomou os seus planos em termos novos.

A posição do filho de Teresa Lourenço, a princípio hesitante, ia definir-se, personificando a Revolução. E acabou por concordar com o plano traçado pelo *líder* revolucionário. Ficou, pois, assente que o Andeiro seria morto. À conjuração aderiram alguns nobres da nova geração: Nuno Álvares Pereira ([18]), D. Afonso Telo, conde de Barcelos ([19]), Rui Pereira, Lopo Vasques, Lourenço Martins e outros fidalgos.

À morte do amante da Rainha ([20]), seguiu-se a esperada sublevação popular, que acabaria por destronar Leonor Teles da regência, confiando o poder ao Mestre de Avis ([21]). No filho bastardo de D. Pedro I e de Teresa Lourenço, repousavam as

([17]) D. João, bastardo de D. Pedro I e filho de Teresa Lourenço, dama da Galiza. D. Pedro confiara a sua educação aos cuidados do Mestre de Cristo, Nuno de Andrade, tudo fazendo para que convivesse na Corte com o infante D. João, filho de Inês de Castro. Aos 7 anos fê-lo Mestre da Ordem de Avis. (*Cf.* Saraiva, Cardeal — *Obras Completas*, t. III, págs. 21 e 224. Lisboa, 1874; Oliveira, P.º Miguel de — *História Eclesiástica de Portugal*, págs. 140 e segs. Lisboa, 1948).

([18]) Nuno Álvares era filho bastardo do Prior do Hospital, D. Fr. Álvaro Gonçalves Pereira e de uma dama solteira, D. Iria Gonçalves. *(Cf. Chancelaria de D. Pedro,* L. I, fol. 89, *in* Arquivo Nacional da Torre do Tombo).

([19]) Também D. Afonso Telo, conde de Barcelos e irmão da Rainha, aderiu à conjura, decidido a lavar com o sangue do Andeiro a nódoa que manchara o nome da família e a dignidade do Reino.

([20]) Veja-se em Fernão Lopes (*Crónica de D. João I*, vol. I, cap. VI, págs. 13 e segs.; cap. VIII, pág. 6; cap. IX, pág. 19; cap. X, págs. 22 e segs. Porto, 1945), a narração da morte do Andeiro e a comédia de Álvaro Pais, que se seguiu ao acto, instigando o povo a invadir o Paço Real para acudir ao Mestre.

([21]) À morte do Andeiro seguiram-se criminosas correrias. Nos sítios em que os «miúdos» se alçaram pelo Mestre, roubaram e assaltaram os castelos. Veja-se a descrição dos atropelos *in* Fernão Lopes — *Ibidem*, cap. XIV, págs. 33 e segs.

esperanças do povo para o governo do Reino e defesa da independência.

O 6 de Dezembro pusera por terra a autoridade da despiedosa viúva de D. Fernando. A Rainha, vendo-se perdida, fugiu para Santarém, de onde marcou encontro com o seu genro castelhano, que aguardava pretexto par invadir Portugal.

À fuga de Leonor Teles, seguiu-se, no entanto, a desordem social. A Nação dividiu-se. O povo receava uma represália do grupo adversário conduzido pela Rainha. O próprio Mestre, temendo uma vingança, planejou a sua ida para a Inglaterra ([22]). Ademais, o espectro de uma invasão militar castelhana conjugava todas as forças da rebelião à volta dos *líderes* populares.

A morte do Andeiro significava, com efeito, a proclamação de uma desordem interna. A adesão das classes populares era espontânea e entusiástica. Impunha-se, portanto, prosseguir na luta contra o partido da Rainha e do invasor castelhano. Disposto a lutar, o povo aclamou o Mestre de Avis «Regedor e Defensor do Reino», na Assembleia de S. Domingos, jurando sacrificar tudo ao serviço da causa nacional.

A aclamação do Mestre, investidura popular de sentido nìtidamente patriótico, adequada às circunstâncias, cortou os últimos laços com a odiada Rainha. O que se procurava era a segurança da independência nacional ([23]). D. João I de Castela mobilizava as suas armas, preparando-se para tomar conta da herança de sua mulher. O que os patriotas desejavam era a garantia de Portugal independente. Todos estavam persuadidos de que a resistência ao intruso castelhano era a única saída.

A situação era embaraçosa. A causa nacional e patriótica vinha sendo defendida apenas por uns poucos nobres escudados nos pequenos. Tudo lhes faltava: dinheiro, armas, soldados, e

(22) *Idem*, cap. XIX, pág. 40; cap. XX, pág. 42.

(23) *Cf.* Serrão, Joel — *O carácter social da revolução de 1383*, págs. 34 e seg. Lisboa, 1946; Cortesão, J. — «Os factores democráticos na formação de Portugal». *História do Regime Republicano em Portugal* (Direcção de L. de Montalvor), vol. I, pág. 86. Lisboa, 1930.

prestígio. A angustiosa crise política era agravada pelo drama económico-social. Nenhum grupo apresentava unidade. Todos estavam cindidos. Cada qual tinha as suas aspirações.

Nesse caos político-social, dois partidos se entrincheiravam: de um lado, o grupo forjado no crisol da liberdade e da independência, constituído pelas classes populares dos centros urbanos, pela grande maioria dos letrados ([24]), por uma parte do clero ([25]) e por elementos da pequena nobreza ([26]); da outra banda, encontrava-se o partido da Rainha conivente com D. João I de Castela, integrado por representantes da velha fidalguia acastelada e do alto clero, defendendo o princípio da legitimidade, conforme as cláusulas contratuais do casamento de D. Beatriz. O juramento prestado afastava do «Messias» de Lisboa a nobreza que ocupava postos de comando. Havia, outrossim, o receio da força militar de Castela.

A fragmentação e a discórdia da sociedade portuguesa correspondiam à profunda luta de classes que os acontecimentos da segunda metade do século XIV suscitaram por toda a Europa. Do tremendo impacto de interesses e ideais surgiu a guerra civil, revolução nacional e patriótica, incarnando uma nova consciência.

O Mestre apareceu aos olhos do povo como o redentor, o «Messias» de Lisboa. Os primeiros actos do «Defensor do Reino» aumentaram-lhe o prestígio. Do conselho que organizou, faziam parte, além de elementos do clero e da nobreza, representantes das grandes cidades do Reino ([27]); e 24 delegados dos

(24) Dentre os letrados, destacavam-se Álvaro Pais, João das Regras, Martim Afonso, João Afonso de Azambuja, João Gil e Gonçalo Pires.

(25) O arcebispo de Braga, D. Lourenço, chefiava os elementos do clero.

(26) A pequena nobreza estava representada por Nuno Álvares Pereira e Álvaro Vasques de Góis.

(27) Eram 24 os representantes eleitos anualmente pelos 12 grémios em que se agrupavam os ofícios mecânicos. Cada bandeira ou agremiação elegia 2 representantes. Mais tarde, passaram a constituir uma verdadeira assembleia: a *Casa dos Vinte e Quatro*. A *Casa* era uma espécie de con-

mesteres passaram a ter assento na Câmara de Lisboa e, consequentemente, ingerência no governo da Cidade [28]. Vê-se, pois, a importância adquirida pelos homens de ofício como elemento político. As classes populares iam tomando parte cada vez maior na administração pública.

A causa da soberania nacional necessitava, porém, para triunfar, de condições materiais satisfatórias que só a burguesia dos portos, sobretudo de Lisboa e Porto, lhe poderia fornecer. Com efeito, foi nas arcas dos mercadores do Reino que o «Mestre» encontrou o indispensável amparo financeiro. A adesão da classe apacatada do País deu novo colorido à Revolução, cujo carácter social deixou, a datar daí, de ser nìtidamente popular para ser burguês. Os «miúdos» passaram, assim, para segundo plano. A chefia deslizou, portanto, para a burguesia económica, financiadora da resistência, que se decidiu pela causa nacional só depois da mobilização castelhana contra Portugal. Comprando fidalgos para seu serviço, contratando arqueiros na Inglaterra para combater a aguerrida cavalaria de Castela, o burguês abriu as suas algibeiras à causa do «Mestre», inaugurando, com isso, a segunda fase da revolta quando se colocou o problema da independência nacional [29].

---

selho formado por delegados das diversas corporações de artes e ofícios, instituição que consolidou o bom entendimento entre a Coroa e as classes populares (*Cf.* Oliveira, E. Freire de — *Elementos para a história do Município de Lisboa*, t. I, pág. 4. Lisboa, 1932; Langhans, F. P. — *A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa. Subsídios para a sua história*, pág. 3. Lisboa, 1948).

[28] Fez seu Chanceler-Mor o doutor João das Regras; João Gil e Martim da Maia foram nomeados Vedores da Fazenda; Lopo Martins foi chamado para Corregedor da cidade; João Domingues Torrado foi nomeado Almoxarife do Reino; Lourenço Esteves, Desembargador do Paço. Figuram ainda no conselho D. Lourenço, arcebispo de Braga, João Afonso de Azambuja e Martim Afonso (*Cf.* Fernão Lopes — *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. XXVII, págs. 55 e seg.).

[29] Só agora a tese de António Sérgio se nos afigura aceitável, pois é a partir de então que encontramos informes seguros do carácter burguês adquirido pela Revolução. Antes disso, o carácter social é nìtidamente

O interesse das classes económicas revelou-se. A burguesia comercial e marítima, desencadeando a insurreição e dirigindo agora a resistência, tinha um intento: assumir a chefia dos negócios do Reino. Para isso, financiou a revolta, assoldadando mercenários ingleses e atirando os «tripas ao sol» para as linhas da frente.

A salvaguarda nacional foi organizada pelos quatro grandes concelhos do Reino: Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, sobretudo pelos dois primeiros. A patriótica resistência do partido pró-Mestre teve, no entanto, a sua mais elevada expressão em Lisboa, capital e berço da Revolução popular.

Enquanto, dentro e fora do Reino, o «Messias» de Lisboa procurava adesões à causa nacional, D. João I de Castela preparava-se para invadir Portugal. No dia 12 de Janeiro de 1384 chegou a Santarém, onde o aguardava a Rainha. Dias depois, a 8 de Fevereiro, mandou cercar Lisboa por mar e por terra. No Tejo, a esquadra de Sevilha debalde tentava impedir o avanço da frota portuguesa. O assédio a Lisboa quebrava-se, ademais, contra a resistência dos patriotas entrincheirados nas muralhas fernandinas. As notícias das vitórias de Nuno Álvares, no sul, e a esperança de socorros davam, outrossim, aos sitiados uma arraigada confiança no triunfo [30].

No arraial castelhano, o gadanho da peste ceifava preciosas vidas, fazendo minguar as forças invasoras [31]. Diante da aflitiva situação, o rei de Castela viu-se obrigado a levantar o bloqueio (3 de Setembro de 1384), partindo para Santarém e

---

popular (*Cf.* Azevedo, P. de — *Documentos das Chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, t. I (1415-1450), págs. 6 e segs. Lisboa, 1915; Cardeal Saraiva — *Obras...*, t. III págs. 255 e segs.; Serrão, Joel — *Op. cit.*, págs. 38 e segs.).

[30] *Cf.* Fernão Lopes — *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. LXXXVI, págs. 147 e segs., e, bem assim, os capítulos subsequentes, págs. 256 e segs.; Selvagem, Carlos — *Portugal Militar*, págs. 159 e segs. Lisboa, 1931; Martins, Oliveira — *A vida de Nuno Álvares*, págs. 157 e segs. Lisboa, 1893.

[31] *Cf.* Fernão Lopes — *Idem*, cap. CXLIX, pág. 309; cap. CL, pág. 311

daqui para Sevilha, depois de organizar a defesa dos castelos que tinham abraçado a causa da legalidade: Santarém, Sintra, Alenquer, Óbidos, Leiria, Torres Vedras, Penela, Castelo de Vide, Vila Viçosa, Monforte, Braga e Ponte de Lima, facto demonstrativo do planejamento de uma nova invasão (32).

A 2 de Outubro, o «Mestre» convocou uma assembleia que se reuniu em S. Domingos para deliberar sobre a situação nacional. Todos o confirmaram na regência e defesa do Reino, concedendo-lhe plenos poderes para dirigir os negócios da guerra. E resolveu-se mais: que em Coimbra se reunissem os prelados, fidalgos e concelhos que estivessem contra Castela, para eleição de um novo rei, consolidando jurìdicamente, com a solução da crise dinástica, a independência nacional.

Reunidas as Cortes (Março de 1385), nas quais se viam juntos os procuradores das vilas e cidades do País com os representantes do clero e da nobreza (33), o «grão doctor» João das Regras espôs a ordem do dia: a questão do herdeiro do trono e a defesa do Reino.

Tratava-se, antes de tudo, de eleger um rei (34). Quanto à escolha, dividiam-se os espíritos, optando alguns pelo infante D. João, filho de D. Pedro I e Inês de Castro. Às Cortes, os deputados do povo levaram, porém, um mandato espontâneo: aclamar rei o Defensor. Também o clero, representado pelo arcebispo de Braga, D. Lourenço, estava concorde. A nobreza achava-se, no entanto, dividida em duas facções: a dos partidários do «Mestre», liderada por Nuno Álvares, e a dos legitimistas do príncipe D. João, filho mais velho de Inês de Castro, prisioneiro em Toledo. Sobre o pretenso direito de D. Beatriz,

---

(32) *Idem*, cap. CLV, pág. 328; cap. CLVI, pág. 331.

(33) As Cortes reuniram-se com mais de 11 prelados, representantes do clero, mais de 73 fidalgos, representantes da nobreza, e mais de 55 procuradores dos concelhos (*Idem*, cap. CLXXXIII, págs. 393 e seg.).

(34) Os «três estados», reunidos nessa memorável assembleia, pela primeira e única vez, elegeram o Rei. Caso inédito na história de Portugal.

a assembleia estava coesa: todos eram decididamente contra a Rainha e o intruso castelhano.

As Cortes levaram largo tempo a discutir. No palco, surgiu em cena, como principal astro da peça, João das Regras, advogado da tese pró-Mestre. Insistiu na ilegitimidade de D. Beatriz e dos filhos de Inês de Castro. Demonstrou a nulidade do segundo casamento de Leonor Teles e, portanto, a condição ilegítima da filha. Lembrou, outrossim, que D. Pedro I nunca chegou a casar com Inês de Castro. Seus filhos haviam, ademais, entrado em Portugal à mão armada de conivência com Castela (35). Eliminando as soluções contrárias, João das Regras chamou a si a atenção, defendendo eloquentemente a candidatura do «Defensor do Reino» (36).

Finalmente, no dia 6 de Abril de 1385, o «Mestre» foi aclamado Rei de Portugal (37). Com o novo monarca, uma nova dinastia — a de Avis — conduziu a Nação ao seu mais alto esplendor.

As condições políticas e sociais do País não permitiram outro resultado. O «Mestre» era, na verdade, o mais forte candidato. A Nação compreendeu a ingrata iniquidade que seria antepor os contestáveis direitos dos pretendentes que estavam em Castela aos que o «Defensor do Reino» ganhara, pelejando pela causa nacional. Diante da argumentação de João das Regras e bem assim da firme posição de Nuno Álvares e dos procuradores dos concelhos, acabaram por curvar-se soberbos fidal-

---

(35) *Cf.* Fernão Lopes — *Crónica de D. João I*, vol. I, cap. CLXXXVI, pág. 402; cap. CLXXXVII, pág. 407; cap. CLXXXVIII, pág. 410.

(36) «este dom Joham Meestre d'Avis, que tãto trabalhou e trabalha por honra e deffenssom destes rreinos, he apto e perteeçente, e mereçe esta honrra e estado de rei». (*Idem*, cap. CLXXXIII, pág. 393 e seg.; cap. CLXXXIV, pág. 395; cap. CLXXXV, pág. 398).

(37) *Cf.* Cardeal Saraiva — *Obras...*, t. III, págs. 207 e segs.; Fernão Lopes — *Crónica...*, vol. I, cap. CXCI, pág. 419; cap. XCCII, pág. 421; Caetano, Marcello — «As Cortes de 1385». *Revista Portuguesa de História*, t. V, págs. 5 e segs. Coimbra, 1951.

gos beirões que ousavam defender a suposta legitimidade dos filhos de D. Pedro e Inês de Castro.

Portugal tem, afinal, um rei. A Nação respira e rejubila. Portugal tem um condestável: Nuno Álvares Pereira [38]. É agora um Estado organizado com as suas raízes profundas no consenso da Nação. Falta-lhe, porém, um último triunfo: a vitória militar. Só depois dela, a crise estaria totalmente vencida. Por isso, o novo soberano não perdeu tempo: foi defender na guerra a Coroa que as Cortes lhe haviam dado. Vencedor no campo da lei, onde João das Regras foi o seu advogado, faltava ainda a D. João I vencer no campo de batalha. Agora era a vez de Nuno Álvares, o Condestável do Reino.

Depois de Aljubarrota e Valverde — capítulos da *Guerra dos Cem Anos,* em que os Ingleses lutaram ao lado dos Portugueses, enquanto os Franceses pelejavam por Castela — a sorte da guerra não ofereceu mais dúvidas. Ultimadas as lutas da independência [39], rechaçadas as pretensões castelhanas, consolidada a causa nacional pela espada do Condestável, reforçada a aliança com a Inglaterra pelo casamento de D. João I com Filipa de Lencastre [40], organizado o país pela sensatez de

[38] D. João I nomeou Condestável e seu Mordomo-Mor ao vencedor dos Atoleiros. Eram os 2 mais altos cargos de Estado no exército e na Corte. Os demais cargos militares e civis foram, é claro, distribuídos pelos mais próximos partidários da causa nacional: Álvaro Pais foi nomeado Marechal do Reino; Gil Vasques da Cunha, Alferes-Mor; Afonso Furtado, Capitão-Mor da frota real; João das Regras, Chanceler, tornou-se uma espécie de primeiro ministro, mentor e inspirador político do novo monarca. *(Cf.* Fernão Lopes — *Crónica...,* vol. I, cap. CXCIII, pág. 424).

[39] Em 1390, morreu D. João I de Castela. Sucedeu-lhe no trono Henrique III. Seguem-se as escaramuças militares, até que em 31 de Outubro de 1411, já no tempo de D. João II de Castela, as duas Coroas puseram fim à prolongada guerra da independência. Encerrava-se, portanto, a crise política de 1383.

[40] A aliança com a Inglaterra dava fundamento político às trocas comerciais entre os dois Países, favorecendo sobremaneira a burguesia do Reino que operava nas rotas da Flandres, da Inglaterra e de Marrocos.

João das Regras, abriram-se promissoras perspectivas de expansão.

Com a subida de D. João I ao poder, dois elementos sociais conquistaram posições junto do Rei: a burguesia dos portos, financiadora da guerra civil, e os legistas [41]. Ao lado destes favoritos, ergueu-se também uma nova nobreza incarnada na impressionante figura do Condestável e, de certo modo, submissa ao trono [42].

Esses novos elementos eram, no entanto, ambiciosos. A burguesia comercial e marítima, sobretudo, não estava disposta a abdicar do importante papel político assumido durante a Revolução. O seu intento era, com efeito, impor ao novo monarca o seu anseio como política nacional. Na verdade, a Revolução não guindou apenas um rei ao Poder, mas também a burguesia, credora da Coroa.

Finalmente, ao cabo de um longo período de intranquilidades, encerrava-se a Idade Média portuguesa. A Nação, agora

[41] Durante os últimos tempos da Idade Média, tomou vulto em Portugal uma nova classe, a dos legistas, dentro da qual passam a recrutar-se o pessoal da chancelaria régia, que redigia os documentos reais, os funcionários da magistratura, os embaixadores e os conselheiros do Rei. Constituem elemento relevante na direcção da política nacional. As teorias desenvolvidas pelos legistas despertaram no espírito do soberano as ideias da centralização monárquica. O estudo e aplicação do direito romano eram mais condicentes com a nova hegemonia burguesa do que o direito senhorial medievo. O absolutismo iria, assim, desenvolver-se «pela graça de Deus».

[42] A nova nobreza nascida das revoluções ficou na dependência da Coroa. Não escaparam a Fernão Lopes *(Crónica...,* vol. II, cap. I, págs. 4 e segs.; cap. II, págs. 10 e seg.) as enormes concessões do novo monarca aos seus correligionários. Cumularam-se de honrarias os partidários da causa do Mestre. Parte dos bens pertencentes aos fidalgos que haviam combatido por Castela foram distribuídos pelos patriotas que abraçaram a causa nacional. A nova nobreza, criada pela força das circunstâncias, era ambiciosa. D. João I, porém, não deixou de manter as prerrogativas da realeza. *(Cf.* França, Eduardo de Oliveira — «O poder real em Portugal e as origens do absolutismo», *Boletim da Faculdade de Filosofia da USP,* n.º LXVIII, págs. 283 e segs. S. Paulo, 1945).

livre e coesa, podia traçar novos rumos, tomando consciência dos seus destinos. Alargando-se para o sul, fomentando a actividade comercial e marítima, ao mesmo tempo que se organizava orgânicamente, descortinava horizontes de vastas ambições. Portugal voltava ao trabalho. A Revolução era apenas uma lembrança gloriosa. Com o ascenso dos Avis ao trono, a Nação atingiu a sua maioridade política. Liberto das querelas e contradições peninsulares, assente o seu direito em bases sólidas, Portugal projectou-se numa nova empresa de fecundos resultados: a conquista do mar alto.

III — *Superação da crise: a conquista do mar alto*

No começo do século XV, a burguesia da Europa Ocidental mostrava-se resolvida a libertar o comércio das sujeições impostas pelos Países da orla mediterrânea. Tarefa de enorme envergadura, que os negociantes flamengos, ingleses, alemães e portugueses pareciam impotentes para realizar. As trocas com o Oriente, por via mediterrânea, acusavam «déficit» para as classes mercantis do Atlântico europeu. Os intermediários, italianos e muçulmanos, eram os que lucravam no negócio. A ideia de suprimir essa onerosa concorrência comercial tornou-se uma obsessão.

A Europa Ocidental necessitava, porém, antes de tudo, de uma base geográfica intercontinental que o Mediterrâneo lhe não oferecia.

Só a conquista do Atlântico largo poderia realizar as transformações económicas e sociais necessárias ao seu livre crescimento (43). A navegação cristã no mar alto ir-se-ia desenvolver assim pela angustiosa necessidade que tinha a Europa

(43) Uma penetração pelo Mediterrâneo era inconveniente. O choque de interesses com o «consórcio» italo-muçulmano aconselhava cautela. O panorama do Levante modificava-se, ademais, com o avanço tártaro. A expansão turca era, na verdade, uma ameaça, embora longínqua.

do Norte de quebrar as amarras que a prendiam ao bloco monopolista italo-árabe da orla mediterrânea.

As profundas crises de mão-de-obra (44) e de metais preciosos (45) impunham a solução rápida do problema. Os mercados do ouro novo e dos escravos exerciam seguramente uma enorme atracção. Com a conquista do «mar tenebroso», a Europa derrubaria os quadros mediterrâneos que entravavam a sua evolução progressista, chamando a si novos mundos em conexões recíprocas, criando as bases de uma nova civilização — a civilização atlântica de nítida feição capitalista.

A delicada conjuntura impôs, portanto, a procura do ouro e dos escravos. O minguado meio circulante não cobria mais as crescentes exigências das trocas à distância. A queda da mineração e exploração do cobre argentífero na Europa Central (Tirol, Boémia e Hungria), fenómeno ligado à *Guerra dos Cem Anos*, precipitou as crises de crédito e da moeda. A retracção dos estoques de metais preciosos gerava inseguranças em todos os sectores da vida. Situação insustentável. A Europa vivia enferma. Não era difícil diagnosticar a moléstia: escassez de ouro e prata.

Até à organização portuguesa das rotas atlânticas do ouro novo africano (Arguim e Mina), a circulação monetária da Europa cristã era dominada por duas zonas económicas de altas pressões: de um lado, a área do Norte, governada pela prata (46) da Alemanha do Sul (Nuremberg e Augsburg); de outro, a área do ouro sudanês, que dava coesão ao bloco mediterrâneo, e que

(44) *Cf.* Postan, M. — «The Fifteenth Century». *Economic History Review*, págs. 162 e segs., t. IX, 1939.

(45) *Cf.* Nef, John — «Silver production in Central Europe (1450-1618». *The Journal political economy*, pág. 575, Outubro, 1941; Bloch, M. — *Esquisse d'une histoire monétaire de l'Europe*, pág. 43, «Cahiers des Annales» n.º 9, Paris, 1954.

(46) A conquista portuguesa do Atlântico provocou ampla e intensa circulação dos metais alemães, grandemente comerciáveis nos centros africanos de resgates (cobre) e nos mercados indianos (prata).

corresponde à época do *dinar* e da supremacia económica do Islão. As moedas de ouro dos impérios muçulmanos *(dinar)* e bizantino*(bezante)*, até à reconquista cristã do Mediterrâneo, dominaram o Ocidente cristão, que desconhecia a efectiva cunhagem do precioso metal amarelo.

A Europa estava ainda presa ao sistema carolíngio da prata [47]. Só as regiões submetidas a Bizâncio (Itália e Sicília) e ao Islão (reinos cristãos da Península Ibérica), por conhecidas razões, escapavam à regra [48].

([47]) A reforma monetária foi uma das grandes obras de Carlos Magno. A criação do sistema carolíngio, assente na prata, afastou, de certo modo, a Europa Ocidental por muito tempo do sistema monetário de Roma calcado no ouro. O monometalismo da prata correspondeu plenamente ao minguado giro mercantil do Ocidente. *(Cf.* Nogaro, B. — *La monnaie et les systèmes monétaires*, págs. 73 e seg. Paris, 1948; Baudin, Louis — *La monnaie et la formation des prix*, pág. 265. Paris, 1947; Saint Phalle, A de — *Le rôle social de la mannaie*, pág. 43. Paris, 1953; Marchal, J. — *Cours d'Économie Politique*, t. I, pág. 785. Paris, 1948).

([48]) No século VIII, quando a Ibéria meridional foi integrada no império muçulmano, os reinos cristãos da península conheceram o dinar, moeda de ouro. Pouco depois, os Almorávidas, senhores dos mercados do ouro, introduziram o maravedi (morabitino), moeda forte. Não admira, pois, que os primeiros monarcas portugueses da dinastia afonsina conhecessem a cunhagem do ouro (morabitinos) e da prata (denários). Portugal estava numa encruzilhada de dois mundos económicos, cada qual com o seu sistema monetário próprio: o muçulmano (ouro) e o da Europa do Norte (prata). Foi isso que permitiu a Portugal congregar o grosso da prata do Norte com a dobra mourisca de ouro, criando no século XIV, com D. Pedro I (1357-1367), um sistema monetário completo, em que o marco era a unidade de peso, a que se reportava a quantidade de metal precioso. O padrão monetário era o marco de prata de 11 dinheiros (sistema carolíngio de libras, soldos e dinheiros) de metal fino e um de liga. *(Cf.* Aragão, A. C. T. — *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, vol. I, doc. 11. Lisboa, 1874; Costa Lobo — *História da Sociedade em Portugal no século XV*, págs. 276 e seg. Lisboa, 1903; Figanier, J. — *Moedas árabes. Da criação do emirado espanhol à conquista de Granada (711-1492)*, págs. 15 e seg. Lisboa, 1949).

O minguado meio circulante não dava cobertura às crescentes necessidades do comércio. A Europa estava desmetalizada. Havia uma regressão mineira ligada à guerra e às pragas que a acompanharam. Os senhores do ouro eram os impérios da orla mediterrânea. Além das espécies muçulmanas, as moedas de ouro que circulavam eram as italianas que tinham por modelo o *florim* de Florença, cunhado em 1252, e o *ducado* veneziano, amoedado em 1284 como réplica ao *florim*.

O empobrecimento progressivo do Ocidente em ouro acarretava constrangimento do crédito, paralisação das trocas e congelamento dos capitais. No termo do século XIV, a Europa entrou, com efeito, numa fase descendente da sua curva económica. A situação era insustentável. A massa metálica reduzia-se ameaçadora. Nenhum artigo de permutação havia, ademais, para equilibrar uma balança comercial inteiramente deficitária. Os têxteis e os produtos agrícolas não bastavam para cobrir as importações oriundas dos mercados levantinos. Sem ouro, não se mantinham as trocas, periclitando, portanto, as transacções. A nauseante desordem monetária atingira o seu «nível base».

A gravidade da crise, que tinha de ser contornada, justificou o recurso a todos os meios disponíveis. Com o intento de corrigir a depressão, a Coroa tomou em toda a parte providências infelizes recorrendo ao direito de senhoriagem, quebrando a moeda [49].

A desvalorização da moeda era, na verdade, um meio fácil de enriquecer e também de empobrecer, a que a realeza, maravilhada com a simplicidade do processo, mal resistia. Por isso, a monarquia abusou despòticamente desse extravagante poder que lhe permitia elevar ou enfraquecer o título das espécies, consoante fosse devedora ou credora. A natureza do mal

---

([49]) O expediente de enfraquecer a moeda assemelha-se, de certo modo, à inflação fiduciária dos governos de hoje com resultados parecidos.

estava na escassez de metal precioso. Uma quebra de moeda dava lugar a outra. Os lucros eram ilusórios. Quando as contribuições devidas ao Estado eram pagas em moeda depreciada, os benefícios logo se transformavam em pesados prejuízos. Idêntica decepção tinham os senhorios rurais, quando viam que as rendas da terra se volatizavam na arteirice monetária. Daí tornar-se costume estabelecer em certos contratos a condição do pagamento «em boa moeda antiga».

A medida nada adiantou. A crise monetária tornou-se ainda mais claudicante. A aflitiva depressão encontrava-se paralela em Portugal. Desde a hora de Aljubarrota, as responsabilidades da realeza e, bem assim, de seus aliados haviam aumentado. A questão europeia era igualmente um problema português.

Diante das inquietudes que se adensavam, os primeiros Avis recorreram também ao tradicional direito de quebrar padrões monetários. Nos reinados de D. João I (1385-1433) e D. Duarte (1433-1438), houve um esforço da Coroa no sentido de estabilizar a moeda. Portugal padecia dos males europeus. A *Guerra dos Cem Anos* fez-se presente nos Atoleiros (1384), no cerco de Lisboa (1384), em Trancoso (1385), em Aljubarrota (1385) e em Valverde (1385). O mesmo âmbito tiveram as fomes e as demais pragas que assolaram todo o continente. Não admira, portanto, que Portugal padecesse da mesma amargura.

Na verdade, de 1384 a 1475 [50], não houve em Portugal uma efectiva amoedação de ouro. É um cruciante período de instabilidade monetária e de constantes sobressaltos financeiros. As rendas da Coroa limitavam-se aos tributos provenientes

[50] Em 1457, graças à organização da rota atlântica de Arguim, D. Afonso mandou cunhar o cruzado, moeda de ouro, destinado às suas investidas militares em Marrocos. (*Cf.* Pina, Rui de — *Chronica d'el Rey D. Afonso V, in* «Colecção de Livros Inéditos de História Portugueza dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II», t. I, cap. CXXXVIII, págs. 458 e segs. Lisboa, 1790).

da frouxa circulação interna e à pequena arrecadação advinda das rotas da Flandres e de Marrocos. Daí recorrerem os reis portugueses ao tradicional expediente de quebrar moeda, sinal evidente da carência de metais preciosos.

As sucessivas quebras da moeda em Portugal são atestadas pela elevação das espécies monetárias. O *marco de prata*, fixado em 12 *libras* por D. Afonso III, em 1235, e que continha 20 728 gramas de metal fino, foi progressivamente sofrendo a depreciação seguinte: na época de D. Dinis (1279-1325) valia 14 *libras*, e continha 17 767 gramas; D. Afonso IV (1325-1357) elevou o *marco* a 18 *libras*, diminuindo a porção de prata para 13 818 gramas; D. Pedro I (1357-1367) fez subir o *marco* para 19 *libras*, reduzindo o peso de prata para 13 091 gramas; D. Fernando (1367-1383) elevou o *marco* a 25 *libras*, e reduziu-lhe o valor, alterando-lhe a quantidade de metal precioso para 11 306, 10 364 e 9 949 gramas, sucessivamente; com D. João I (1385-1433), o *marco* atingiu 29 mil *libras*, possuindo apenas 0,212 gramas de prata, prova eloquente da comoção monetária [51].

As repetidas quebras da moeda eram sinais certos da raridade de ouro e prata. O numerário desvalorizado ninguém o aceitava. O drama era, pois, aflitivo. A geral elevação dos preços, impulsionada pelo enfraquecimento monetário, gerava novas intranquilidades económico-sociais. Uma coisa ligava-se à o desfiladeiro por que a Europa resvalava, mercê da má sorte, o desfiladeiro em que a Europa resvalava, mercê da má sorte, pródiga nos últimos anos da Idade Média. Os contratempos fustigavam com o mesmo furor a agricultura e o comércio.

As complicações que se sucediam, uma após outra, no sector económico, no campo financeiro e no quadro social, representavam sérios entraves à colectividade em seu conjunto,

[51] *Cf.* Aragão, T. — *Op. cit.*, vol. I, págs. 189 e segs.; Costa Lobo — *Op. cit.*, pág. 281; Vieira, D. F. — «A evolução do sistema monetário brasileiro». *Revista de Administração*, ano I, n.º 2, Junho, pág. 22. São Paulo, 1947.

atormentando especialmente a burguesia comercial e marítima, para a qual escasseava o crédito e faltavam meios de pagamento. Ademais, entraram em crise os transportes ao mesmo tempo que cresciam os preços das utilidades, elevando o custo da produção e das trocas. A burguesia via, assim, agravar os tropeços que se opunham à sua expansão. Ela, mais que nenhuma outra classe, sofria prejuízos reais de efeitos duradouros.

A realeza tentava, passada a ilusão de quebrar moeda, conter a inflação, mas os freios da máquina administrativa funcionavam mal. O problema continuava, portanto, de pé. Impunha-se resolvê-lo. O anseio do ouro combinava-se ainda com a necessidade que o Ocidente tinha de mão-de-obra, de goma e de matérias primas tintureiras, reclamadas pela florescente indústria têxtil. Semelhante indispensabilidade forçava as classes económicas de Portugal, da Flandres e da Inglaterra a efectuar vastas compras de gomas e de tintas nos entrepostos do Mediterrâneo. Tal transacção implicava seguramente uma transferência, cada vez maior, de metal precioso, gerando assim insuficiências na balança de comércio da Europa Ocidental.

A burguesia dos portos e, bem assim, a Coroa, interessada na centralização do poder real, não podiam assistir de braços cruzados ao drama económico-social que assolava a sua obra. O dilema era, realmente, aceitar a catástofre ou tentar uma solução, sem dúvida dispendiosa e arriscada, mas cujo eventual insucesso em nada agravaria a derrocada que se aproximava.

A superação das crises interessava a toda a sociedade. À Igreja, a solução do impasse era importante pelo lado moral e espiritual. O clero tampouco se mostrava indiferente pelo lado temporal da questão, mesmo porque, para a perfeição do indivíduo, se reconhece a necessidade de um mínimo de condições materiais. Outrossim, a empresa serviria a Deus não só pela investida militar contra o Islão, mas também pela cristianização de novos agregados sociais. A nobreza, por sua vez, arruinada pelo enfraquecimento do regime dominial, via inexoràvelmente perder-se o seu prestígio e importância. Na expansão ultramarina, encontraria mercês e honrarias, nova seiva para aumentar os seus acanhados réditos. O povo, que mais duramente sofria as resultantes da guerra, da carestia e dos demais flagelos, estava presente. A realeza, para fazer face às enormes despesas de uma administração cada vez mais centralizada, via nos interesses da burguesia as suas próprias aspirações. A aliança com os detentores do capital multiplicador de riqueza era para a Coroa a solução mais coveniente, talvez a única. Todos se mostravam, por isso, interessados na «aventura». As diferentes aspirações convergiam para o mesmo alvo. A burguesia encontrava assim uma esfera comum onde havia colaboração recíproca e benéfica — e por vezes necessária — da Igreja, da nobreza, da burguesia, do «povo miúdo» e da realeza.

A Europa Ocidental recusou-se, pois, a cruzar os braços, e atirou-se decidida para o Atlântico, desprezando, de certa maneira, os problemas ligados ao Mediterrâneo.

Portugal foi o pioneiro. A ele se deve a solução da angustiosa pendência. Colocado numa encruzilhada de dois mundos — o Mar do Norte e o Mediterrâneo —, Portugal era uma admirável charneira da Europa. Pobre e pequeno, apertado contra o mar por um vizinho absorvente, encontrou no Atlântico o espaço para crescer. Dir-se-ia, paradoxalmente, que à sua miséria medieval Portugal deveu a sua fortuna e prestígio da época manuelina. A pobreza levou-o a buscar no Mar Oceano o que o continente lhe não podia dar.

A posição geográfica de Portugal era deveras privilegiada, admirável janela da Europa aberta para o Atlântico. Rotas de comércio do Mar do Norte, do Báltico e do Mediterrâneo convergiam regularmente para os seus portos, abertos à navegação e às trocas. A organização da rota marítima da Flandres, desviando o eixo mercantil do Reno para o Atlântico europeu, favoreceu Portugal, que, nessa época, já possuía um género de vida nacional: o tráfico marítimo assente na agricultura, na salinação e na pesca. O movimento demográfico português,

subsequente à fundação da monarquia, utilizara a costa e explorara o mar. A coordenação da conquista e valorização da terra criou o género de vida e preparou o advento da Nação. O comércio à distância desde cedo adquiriu tal amplitude que os mercadores portugueses frequentavam os empórios da Flandres, da Inglaterra, de Castela e de Marrocos.

Dadas essas condições, Portugal era chamado a intervir na rota marítima italiana da Flandres. A costa portuguesa atraía a si as galeras de Veneza, como excelente escala do tráfico entre o Mar do Norte e o Mediterrâneo. Para lá afluíam comerciantes e marinheiros italianos, catalães, marselheses, flamengos, alemães e ingleses.

Resolvido a tirar partido desse magnífico nó de rotas de comércio, Portugal vinha de há muito incrementando relações mercantis com as praças do Norte e do Mediterrâneo Ocidental (52). Mercadores lisboetas, portuenses e algarvios sabiam que as galeras venezianas eram abastecidas de produtos da terra (vinho, azeite, trigo, frutas, mel, etc.), especiarias, seda, algodão, vidro, açúcar, ferro, cobre, prata, estanho, latão, sal, e corantes. Conheciam os caminhos e mercados de cada artigo comerciável.

Portugal era, por isso, o mais fiel intérprete dos anseios da Europa Ocidental. Pelo seu domínio sobre o mar, cabia-lhe tentar a solução do drama, iniciando o movimento da libertação da Europa do Norte das tradicionais sujeições impostas pelo Mediterrâneo. Quando os Avis subiram ao trono, toda a área continental portuguesa já havia sido demarcada, se não inteira-

(52) D. Dinis, o grande monarca português da Idade Média, ampliou o comércio externo. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando, últimos reis da primeira dinastia, seguiram-no, incrementando a política de fomento naval e mercantil. Os livros das Chancelarias, guardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, contêm valiosos informes para um estudo dessa natureza. *(Cf.* Livros IV de D. Dinis e III e IV de Afonso IV). Também Fernão Lopes (*Crónicas de D. Pedro I e de D. Fernando, in* «Colecção de Livros Inéditos...», t. IV, págs. 115 e 134, respectivamente, Lisboa, 1816) ministra importantes subsídios.

mente ocupada e valorizada. O magnífico ciclo da reconquista e independência encontrara o seu termo em Aljubarrota. Impunha-se, pois, uma nova empresa. Portugal estava consciente da sua posição no enredo das relações internacionais. A ele competia pilotar a nau abandonada. Tudo se conjugava no sentido de tornar viável a expansão oceânica com que sonhavam as classes económicas do Mar do Norte.

Por que não tentar uma aberta concorrência com os mercados do Mediterrâneo? Não possuía Portugal os mencionados produtos da terra? A rota do Algarve, já não ligava o Reino (Faro, Tavira, Sagres, Silves, Lagos, Loulé e Monchique) a Marrocos? O estanho e as lãs não eram negociadas na Inglaterra? Os têxteis flamengos e os metais alemães (cobre, prata e latão) não se ofereciam nos entrepostos da Flandres? Outrossim, não estava a burguesia do norte interessada na concorrência? Sim. Mas o sucesso do empreendimento dependia em alto grau das permutas a realizar. O ouro era o principal artigo de troca. Dele dependiam as compras que os Portugueses tinham de efectuar no norte. A solução do problema consistia, portanto, em alcançar os mercados do ouro. O resto viria por si.

Obcecada por essa ideia, a incipiente burguesia portuguesa, fazendo convergir para o mesmo objectivo as aspirações da Coroa, do clero, do povo e da nobreza, e instigada pelas classes económicas do Mar do Norte e da Europa Central, investiu contra Ceuta, um dos termos das rotas transaarianas do ouro novo, da malagueta e dos demais artigos ricos do Sudão.

Era o primeiro passo para a conquista do mar largo. Salto inédito na história. Significativo empreendimento para o futuro do Ocidente cristão. Ponto de partida para a integração da civilização europeia na civilização mundial. Uma pluralidade de razões condicionou a arremetida ultramarina, de nítido aspecto internacional, embora com a marca portuguesa. O Rei foi o árbitro supremo, o principal empresário colonial. Todo um mundo heterogéneo seria, porém, empenhado no audacioso acometimento da feição capitalística e de repercursiva modernidade.

B) A integração do Atlântico na Civilização Ocidental

I — *O Atlântico, barreira geográfica*

A conquista do «mar tenebroso» teve início no século XV, com a expansão ultramarina portuguesa. Trata-se, na verdade, de um facto novo, bem português. Até então, o Atlântico constituira uma barreira geográfica ao alargamento civilizador dos povos europeus. As tendências de universalização do Ocidente viram-se, com efeito, durante milénios sustadas pelo Mar Oceano, espécie de fatalismo geográfico.

Na Idade Média, o Atlântico mal figurava na cartografia. O grande acontecimento do mundo moderno consistiu, pois, em transpor esse obstáculo, até então intrafegável ([53]). A europeização do mundo é coincidente com esse importante sucesso. O Atlântico, uma vez integrado na navegação sistemática, tornou-se logo a mais fecunda via marítima de passagem e, consequentemente, de contacto entre civilizações. Não admira, portanto, que sofresse o embate da luta entre as grandes potências pela sua partilha política e económica. Conquistado o mar alto, o Mediterrâneo viu minguar a sua tradicional função histórica. Em contrapartida, a preeminência foi passando para o Atlântico, onde a Europa encontrou condições necessárias à sua evolução progressivista.

Distanciando-se sùbitamente dos povos que até então tinham tentado a devassa do «mar tenebroso», os Portugueses encetaram uma tarefa que modificou profundamente a fisionomia do Mundo. A expansão ultramarina dos Avis constituiu um movimento inteiramente novo. Nada teve com os empreendimentos italianos e castelães dos séculos XIII e XIV, que malograram. Os navios são atlânticos. A navegação é à vela. Barcos

([53]) *Cf.* Godinho, V. Magalhães — «Création et Dynamisme Économique du Monde Atlantique, 1420-1670». *Annales, Ec. Soc. Civ.*, Janeiro-Março, págs. 32 e segs. Paris, 1950; *A expansão quatrocentista portuguesa*, pág. 45. Lisboa, 1944.

a remo não operam no mar largo. As dispendiosas galeras mediterrâneas não se atreviam a navegar no Atlântico.

Até ao século XV — século de preponderância ultramarina portuguesa — o mar alto era ignorado. Apenas experiências em torno das ilhas. Nada mais. Por isso, não aparece na cartografia medieval. Todos os esforços haviam sido até então frustrados. Para além do Bojador, nada se conhecia. Tudo figurava no romance da geografia histórica. Na verdade, todas as tentativas de conquista oceânica, anteriores às portuguesas, malograram. O insucesso conduzia à consolidação das tradicionais vias de comércio com nítida primazia dos Países da orla mediterrânea.

Ao apagar das luzes do século XIII, em 1291, dois genoveses, os irmãos Vivaldi, partindo de sua terra, transpuseram Gibraltar e penetraram no Atlântico. Até hoje, porém, não se sabe, do desfecho da empresa. Teodósio d'Oria, que financiou a expedição, organizou novas viagens à procura dos Vivaldi, mas sem resultados. Possìvelmente alcançaram as Canárias, para onde se dirigiram em busca de mão-de-obra escrava destinada ao açúcar do Mediterrâneo ocidental, sobretudo de Valência ([54]).

No começo da centúria subsequente, o genovês Lanceloto Mallocelli redescobriu as Canárias, apoderando-se da ilha que recebeu o seu nome. A partir de então, italianos, portugueses, andaluzes, catalães e maiorquinos organizaram novas investidas com objectivo de saque. Os informes são os mais desencontrados. Cada qual procura reivindicar para a sua agremiação o redescobrimento das Canárias ([55]). Sabe-se que

([54]) *Cf.* Roncière, Ch. de La — *La Découverte de l'Afrique au moyen âge*, t. II, págs. 4 e seg.; Caddeo, Rinaldo — *Le navigazioni atlantiche di Alvise da Ca da Mosto*, pág. 64. Milão, 1928; Machado, Franco — «O conhecimento dos arquipélagos atlânticos no século XIV». *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, págs. 269 e segs. Lisboa. 1937.

([55]) *Cf.* Godechot, J. — *Histoire de l'Atlantique*, pág. 37. Paris, 1947; Blanco, R. Roman — «Anchieta não é português». *Revista de História*, n.º 15, pág. 147. S. Paulo, 1953.

Maiorca e Catalunha eram focos de navegação para essas ilhas, viveiro de escravos. A colonização das Canárias data, contudo, da abertura do século XV (1402-1405). Jean de Béthencourt e Godifer de la Salle ao serviço de Castela, partindo de La Rochelle, alcançaram as Canárias, onde estabeleceram uma colónia de normandos [56].

A datar daí, sucederam-se as conhecidas reivindicações luso-castelhanas [57]. A iniciação colonial espanhola nas Canárias foi, porém, obra estrangeira. Nisso a historiografia contemporânea parece estar de acordo. Sòmente após a conquista de Granada, em 1492, é que a Espanha lançou, realmente, os primeiros fundamentos da sua expansão ultramarina. Antes disso, a navegação castelhana circunscreveu-se às ilhas. O empreendimento espanhol no mar largo foi, pois, tardio em relação ao português. Quando Castela ultimou a Reconquista, Portugal já havia explorado o Atlântico sul-africano, preparando-se, portanto, para dobrar o Cabo e disputar o Índico ao Islão.

Na integração do Atlântico no complexo da civilização do Ocidente europeu, há, pelo menos, três etapas essenciais: a

(56) *Cf.* Margry, Pierre — *La Conquête et les conquérants de îles Canaries. Nouvelles recherches sur Jean IV de Béthencourt et Godifer de la Salle, le vrai manuscrit du canarien.* Paris, 1896.

(57) *Cf.* Machado, Franco — «Descobrimento e colonização do arquipélago da Madeira. A questão das Canárias». *História da Expansão Portuguesa no Mundo,* vol. I, págs. 275 e segs. Lisboa, 1937; Boccacio, Giovanni — «Notícia de uma expedição às ilhas Canárias, que partiu de Lisboa em 1 de Julho de 1341 e regressou à mesma cidade em Novembro deste ano». *in* J. M. da Silva Marques — *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua história,* vol. I, págs. 77 e segs. Lisboa, 1944; «Carta del-Rei D. Afonso I ao Papa Clemente VI». *Ibidem,* págs. 88 e segs.; Freitas, Jordão de — «A carta de D. Afonso IV ao Papa Clemente VI», *in Diário de Notícias,* de 16 de Julho, Lisboa, 1917; Godinho, V. M. — «A economia das Canárias nos séculos XIV e XV». *Revista de História,* t. X, págs. 311 e segs. S. Paulo, 1952; Rita, J. G. de Santa — «Os conhecimentos geográficos do princípio do século XV». *História da Expansão Portuguesa no Mundo,* vol. I, págs. 213 e segs. Lisboa, 1937; Embid, F. Perez — *Los Descubrimientos en el Atlântico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas.* Sevilha, 1948.

conquista do Atlântico sul-africano, a conquista do Atlântico norte-americano e a conquista do Atlântico sul-americano. A segunda etapa estudou-a Hamilton, acentuando a importância dos metais da América espanhola na génese do capitalismo moderno [58]. O derrame aurífero das Índias Ocidentais é, porém, uma empresa do começo do século XVI que, na verdade, vem perfazer um panorama já iniciado anteriormente por Portugal quase um século antes. A terceira etapa, cronològicamente a mais recente, é a conquista do Atlântico brasileiro e do rio da Prata, que completa o domínio da vasta bacia oceânica. A primeira fase, a da conquista do Atlântico sul-africano, que projectou Portugal sobre o Oriente afro-asiático, é a que corresponde à saída para o mar largo, fecunda e criadora empresa precursora que põe em relevo o papel representado por Portugal na formação histórica do capitalismo moderno [59].

II — *Ceuta cristã: o carácter social da empresa*

Ceuta é cidade muito antiga, e teve sempre, pela sua posição em relação ao Estreito de Gibraltar [60], enorme importância mundial. A sua origem não é bem conhecida. *Septa* significa *cidade bem cercada.* Esse nome ter-lhe-ia sido dado pelo

(58) Hamilton, Earl J. — *American Treasure and the Rise of Capitalism,* trad. esp. *in El Florecimiento del Capitalismo y otros ensayos de História Económica,* págs. 1 e segs. *Revista de Occidente,* Madrid, 1948.

(59) Dias, M. Nunes — *O Capitalismo Monárquico Português (1415--1549). Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno. Conclusões.* São Paulo, 1957.

(60) Gibraltar é o monte Calpe dos geógrafos da Antiguidade. É uma enorme escarpa avançada sobre o mar em imponente promontório que domina a comunicação entre o Atlântico e o Mediterrâneo. Acha-se unido à Península apenas por uma língua de terra baixa e arenosa. *(Cf.* Baldas, L. Torres — «Gibraltar, llave y guardia de España», *Al-Andalus,* vol. VII, fasc. I, págs. 161 e segs., 1942).

facto de a cidade estar construída numa península cercada de mar por todos os lados excepto pelo poente, de maneira que apenas fica em seco um estreito istmo fortemente murado ([61]).

Em 1415, por ocasião do assalto português, Ceuta estava sob o poder dos Árabes merímidas, senhores de Fez, Alcácer e Tânger desde o século XIII, quando impuseram aos almóadas a sua hegemonia política ([62]).

Cidade e porto do Marrocos mediterrâneo, a cavaleiro do Estreito, Ceuta foi sempre uma presa cobiçada. Era uma das chaves da África mediterrânea. Acha-se a menos de 50 quilómetros de Tânger, situada bem em frente de Algeciras, quase no mesmo meridiano de Gibraltar. Montada no extremo promontório da Serra Ximeira ([63]), na embocadura de Gibraltar, Ceuta era o principal porto de mar na zona ibero-africana e ponto de cruzamento e convergência de vias de comércio, autêntica charneira das rotas do Sul e do Levante. Foi sempre considerada uma das melhores bases para a navegação entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Atalaia, pelo valor naval e mercantil, era uma das chaves que abria o pórtico das rotas do ouro, dos escravos, do marfim, da seda e dos demais produtos do Sudão e do Levante que afluíam aos mercados do Mediterrâneo africano. Foi sempre a cabeça da Mauritânia, miradouro

([61]) *Cf.* Edrissi — *Description de l'Afrique Septentrionale*, t. I, págs. 199 e seg., trad. franc. Dozy e Goeje-Leyde, 1866; Saavedra, E. — «La Geografia de España del Edrissi». *Boletim de la Soc. Geogr. de Madrid*, t. XIV, pág. 88

([62]) David Lopes *(A expansão...*, pág. 133) diz que, por ocasião da conquista cristã, em 1415, o senhor da cidade era Abu-Saído. Mascarenhas *(op. cit.*, pág. 10) menciona Zala Benzala, enquanto Godinho *(Hist. económica e social da expansão portuguesa*, pág. 35. Lisboa, 1947) aponta Çala-bem-Çala. Este príncipe é seguramente o Zala Benzala mencionado pelo cronista Mascarenhas.

([63]) Valentim Fernandes *(O Manuscrito*, pág. 34), referindo-se à Serra Ximeira, escreve: «Xymeira he hũa montanha alta entre Tanger e Arzila, a qual he chea de bogios. E caçã nos em sẽdo pequenos cõ redes».

de valor mundial e lugar de embarque para a Guerra Santa peninsular ([64]).

Ceuta era uma jóia. Notável pelo seu desenvolvimento agrícola, industrial e comercial, era um valioso mercado tanto para a África como para a Europa. De clima agradável, possuindo um solo fertilíssimo para a agricultura, Ceuta era uma desejada presa. A cidade estava rodeada de jardins, pomares de limoeiros, canaviais, oliveiras, videiras, linho, algodão, trigo e cevada. Valentim Fernades alude à riqueza da terra ([65]). Duarte Pacheco refere-se à fertilização de toda a Mauritânia ([66]). Zurara menciona a abundância de gado e produção agrícola ([67]) O cronista árabe Sidi R'honi ([68]), Mascarenhas ([69]). Seco de Lucena ([70]), Robert Ricard ([71]) e El-Oufrani ([72]) são unânimes em ressaltar a fartura de Ceuta. O seu mercado abria-se para quatro mundos económicos: a Europa, o Mediterrâneo levantino, o Marrocos atlântico e o Sudão. A sua invejável situação de charneira tornou-se escala obrigatória de rotas terrestres e marítimas de comércio.

A cidade, como importante centro mercantil e urbano, vivia da navegação e das trocas. O carácter social era essencialmente urbano e burguês. A população era composta por mercadores, marinheiros e oficiais mecânicos. O poder político estava senhoreado pela burguesia comercial. Os cronistas Valentim Fernandes e Zurara afirmam que a nobreza não podia residir na cidade. Na praça de Ceuta acentuadamente cosmopolita se

([64]) «foy hũa das principais cidades no tempo dos mouros assy em edificios como em riquezas e nobrezas e mercadorias» *(Idem*, pág. 33).

([65]) «e fazẽ vinhas e pomares e semeã trigo e cevadas» *(Ibidem)*.

([66]) *Cf. Esmeraldo*, L. I, cap. XIII, pág. 23.

([67]) «Alli achárão muito pão, e vinho, e legumes, e roupa em grande abastança...» *(Crónica do Conde...*, cap. XXXVII, págs. 329 e seg.).

([68]) *História de Tetuan*, págs. 47 e segs. Tetuão, 1953.

([69]) *Op. cit.*, pág. 12.

([70]) *Art. cit.* págs. 492 e seg.

([71]) *Le commerce de Berbérie...*, págs. 266 e segs.

([72]) *Histoire de la dynastie saadienne*, págs. 200 e segs.

encontravam negociantes genoveses, venezianos, pisanos, florentinos, catalães, maiorquinos, aragoneses, flamengos, ingleses, portugueses, alemães e castelhanos, com os mercadores do Egipto, da Síria, do Marrocos e de toda a Berbéria. A negociação dos artigos europeus, africanos e asiáticos realizava-se sobretudo nas feitorias dos cristãos. Metais (cobre, latão e prata) e contas cristalinas da Alemanha do Sul (Nuremberg e Augsburg), lãs, panos e estanho da Flandres e da Inglaterra constituíam as melhores formas de pagamento das mercadorias asiáticas (sedas, perfumes e especiarias) e africanas (ouro em pó, malagueta, escravos e marfim). Ceuta era, assim, pela internacionalização das trocas de produtos procedentes de três continentes, uma cidade-mercado de diversas regiões económicas. Não admira, portanto, que Portugal investisse contra ela em 1415.

Da vitória da revolução democrática de 1383-1385 contra Castela e contra a nobreza agrária e militarista, nasceu uma nova sociedade que foi tornando impossível a sua coexistência com o quadro anterior. À velha fidalguia rural opôs-se uma nova classe social, cujas condições de progresso assentavam na troca mercantil à distância. De Aljubarrota surgiu um novo complexo social que cresceu e que se exprimiu na libertação dos «miúdos», pela liderança da burguesia económica dos portos e pela ruína do senhorio agrário. É toda uma revolução económica, política e social que se revela nas novas formas de exploração e nas novas normas de comportamento individual e colectivo. Terminada a Reconquista, ultimadas as guerras com Castela, consolidada a independência, Portugal procurou no Atlântico nova esfera de acção imperial. Finda a guerra civil, a sociedade portuguesa tumultuou-se em aspirações e energias novas. Tudo concorria para o audacioso empreendimento. A unidade territorial estava feita. A obra de expansão continental acabara. Só um horizonte se descortinava: o mar ignoto.

No conjunto de circunstâncias favoráveis do quadro português e da conjuntura internacional deve filiar-se a decisão do assalto a Ceuta. Porquê Ceuta? Mais que nenhuma outra cidade, Ceuta oferecia a Portugal ilimitadas perspectivas. Por isso, todos se atiraram afoitamente contra ela.

Divergem, no entanto, as opiniões acerca dos objectivos que teriam assinalado a empresa. Os móveis mais firmemente invocados têm sido: elevado espírito de cruzada, energia bélica dos príncipes portugueses, interesse de ordem política e imediatismo económico. O mesmo desencontro, idêntica distorção de conceitos sobre o seu inspirador. Para uns teria sido D. Henrique; outros apontam João de Azambuja, Vedor da Fazenda; uma terceira hipótese dá a ideia ao próprio D. João I. Têm, pois, divergido os pareceres.

A versão romântica e tradicional é o projecto de o Rei efectuar em Lisboa um vistoso torneio (73), no qual os seus três filhos mais velhos (D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique) teriam ensejo de evidenciar qualidades para serem armados cavaleiros (74). A ideia do torneio — guerra de luxo e simulada — não agradaria a João Afonso que viu nela um pretexto para lembrar aos infantes que deviam entrar na cavalaria por feitos reais, através de uma guerra séria que haveria de trazer à Nação honra e proveito. Para a conquista das esporas de cavaleiro, mais digna seria a tomada de Ceuta que o grandioso torneio que a Coroa se propunha realizar (75). Os príncipes aceitaram entusiasmados o alvitre do sagaz vedor de D. João I, e procuraram o monarca com o claro intento de o demoverem. Haveriam de demonstrar ao Rei e à Nação as suas qualidades bélicas na ardileza da guerra contra o Mouro infiel.

O soberano ficou hesitante. Por fim cedeu, depois de consultados os seus confessores e alcançado o voto favorável da

(73) A organização dos torneios, onde os jovens fidalgos demonstravam as suas qualidades bélicas para serem armados cavaleiros, constitui expressivo exemplo de que as tradições da cavalaria senhorial não estavam ainda de todo extintas.

(74) *Cf.* Zurara — *Crónica da tomada de Ceuta por el-Rei D. João I*, cap. VIII, págs. 24 e segs. Lisboa, 1915.

(75) *Idem*, cap. IX, págs. 26 e segs.

Rainha e do fiel Condestável [76]. O plano, engenhosamente arquitectado por João Afonso, dera resultados. Portugal ia, finalmente, preparar-se para o cometimento ultramarino.

Os informes dos cronistas Zurara e Pisano afiguram-se-nos aceitáveis. A ideia do empreendimento teria nascido no cérebro de João Afonso. Não cremos que o plano tivesse sido arquitectado por D. Henrique. O Infante era ainda muito moço. Que idade tinha em 1415? Apenas 21 anos, pois nasceu a 4 de Março de 1394. Ademais, em que ano teria surgido o projecto da investida contra Ceuta? Após 1411, ano em que as guerras com Castela foram ultimadas? Que tempo teriam levado os preparativos da expedição? Ano e meio, como indica Zurara? O plano não teria sido pensado em 1411, data em que Portugal firmou a sua independência? Assim sendo, que idade tinha D. Henrique? Apenas 17 anos! A execução de uma empresa tão importante e audaciosa não exigiria maior amadurecimento e experiência? Qual a acção do Infante antes de 1415? Ela não se projecta só depois da conquista de Ceuta? Não foi em 1416 que o príncipe se retirou da Corte para fixar residência no Algarve? Daqui, e desde então até à sua morte, em 13 de Novembro de 1460, é que chama a si as atenções, uma vez que a ele se devem realmente as melhores iniciativas.

Insensato seria, portanto, vincular a ideia do cometimento de Ceuta a D. Henrique. Quando dissemos que o plano da tomada de Ceuta foi apresentado pelo calculista Vedor da Fazenda, não afirmamos que a ideia nasceu nele. João Afonso apenas apresentou projecto aos infantes, seguramente com o intuito de se servir deles junto do trono. Pensemos na burguesia económica dos portos. Não estava ela interessada em solucionar o angustioso drama que a apoquentava? Não era Lisboa um entreposto de carácter nitidamente cosmopolita? Não se encontravam ali marinheiros e mercadores de todas as partes? A

(76) *Idem*, cap. X, págs. 30 e segs.; Pisano, Mestre Mateus de — *Livro da Guerra...*, págs. 4 e segs.

capital era, como alude Fernão Lopes [77], «cidade de muitas e desvairadas gentes»? João Afonso não estava como Vedor da Fazenda em ligação permanente com o alto comércio do Reino? Assim sendo, porque não admitir a hipótese de ter sido a ideia da empresa sugerida pelos comerciantes lisboetas, portuenses e algarvios ao Vedor? João Afonso não seria um instrumento da burguesia junto do Rei? As «desvairadas gentes» não possuíam filiais em Ceuta? Não era esta cidade uma praça cosmopolita? Dentre outros, ali não se achavam os genoveses? Não foram estes mercadores italianos os que mais influenciaram o comércio e a navegação em Portugal? Génova não estava em luta com Veneza? Outrossim, à burguesia europeia não convinha varrer os «ladrões do mar» da zona perigosa do Estreito? Por que então não admitir a ideia de que o plano da conquista tenha sido pensado por um grupo de mercadores portugueses e estrangeiros coniventes, que viram no Vedor de D. João I um admirável mediador? Outrossim, não era Portugal a Potência marítima capaz de levar avante o empreendimento? Que outro País poderia ser seu eventual concorrente? Castela, que ainda estava embaraçada na teia da reconquista? A Inglaterra e a França, que ainda sangravam da *Guerra dos Cem Anos* e que não dispunham de uma poderosa marinha?

António Sérgio [78] já notou que João Afonso foi o intercessor entre a burguesia e os infantes, e estes os intermediários entre o Vedor e o Rei. João Afonso foi o animador da empresa, alcançando do monarca, pelos príncipes, o que directamente não conseguiria. Exacto. Mas, quando Sérgio fala em alto comércio, estará pensando apenas na burguesia económica do Reino? Teria o ilustre ensaísta incluído os espertos mercadores estrangeiros (genoveses, ingleses e flamengos), aos quais igualmente interessava a empresa? Não estava a Europa Ocidental empenhada em interferir nos trânsitos dos Países da

(77) *Crónica de D. Fernando*, págs. 125 e seg. do *Prólogo*, *in loc. cit.*

(78) *A Conquista de Ceuta...*, pág. 300, *in loc. cit.*

orla mediterrânea, sobretudo romper o monopolismo veneziano? Assim sendo, o audacioso plano assenta numa aspiração que vinha de longe.

Insensato seria, quer-nos parecer, vinculá-lo apenas a um homem. A empresa teria surgido da convergência de vários factores. Esperar que a ideia fosse arquitectada exclusivamente por uma pessoa é hipótese que se nos afigura extravagante. Pensar ainda que a arremetida interessava sòmente a uma determinada classe quer-nos parecer igualmente ideia absurda. Um amontoado de razões tornava a conquista de Ceuta preferível a qualquer outra. Há um conjunto de estímulos, um agregado de esforços e aspirações. Imperativos religiosos, políticos e económicos figuram como elementos excitantes do empreendimento. Cada razão, cada estímulo actuaria mais fortemente nesta ou naquela classe e consoante os casos pessoais. As conveniências eram diversas. Ninguém se mostrava indiferente às aspirações de natureza económica e religiosa; tampouco insensível à cobiça material do lucro.

A variedade de estímulos concitou a concordância de esforços, unindo a multiplicidade das vantagens numa só. A empresa seria assim nacional e cosmopolita. Ela engloba as mais desencontradas aspirações. Os interesses são díspares. A conjunção dos mais diversos factores impeliu Portugal para Ceuta. Ao rei, à nobreza, à burguesia comercial e marítima, enfim, à Nação, convinha a empresa. É que todos desejavam alcançar os seus objectivos. Todos queriam vencer a seu modo.

A necessidade comum de superar os malefícios gerados pelas crises do século XIV conjugava todos os ânimos para levar avante a ousada expedição. Todo um complexo de motivos religiosos, políticos e económicos atirou os Avis para o Atlântico. A crise dinástica que se seguiu à morte de D. Fernando não esmoreceu, antes exacerbou a consciência nacional portuguesa — sangue novo traçando novos rumos.

Atribuir, portanto, a este ou àquele móvel uma importância única e decisiva equivale a deturpar o cometimento, alte-

rar e conspurcar a própria realidade. Vejamos, pois, como actuaram os incentivos consoante os grupos.

Não há que negar que a empresa agradava ao Rei e à fidalguia, servos da Fé. A conquista estava profundamente integrada no velho impulso cavalheiresco da Reconquista. O espírito de cruzada animava fundamentalmente a aristocracia e a realeza. Ao assalto a Ceuta presidia o nobre propósito de serviço de Deus» ([79]). Os cavaleiros fidalgos, fiéis aos seus votos, entregaram a vida em holocausto pela «dilatação da fé católica». O objectivo primordial da investida contra Ceuta e de toda expansão ultramarina seria, para a nobreza, a oferenda perene de bem servir a Deus e ao Rei. O resto viria por acréscimo. A conquista colonial seria a última cruzada, a maior e mais frutuosa de quantas até então se tinham realizado para destruir o Muçulmano e propagar a Fé católica. O Catolicismo, aqui plenamente sinónimo de Cristianismo, defensor e guarda de um Revelador, Cristo, vendo-se ameaçado, desempenharia assim um papel relevante na empresa. Pelos seus Doutores, pelos seus Santos, pelos seus Papas, a Santa Sé não se cansava de pregar o cruzadismo ([80]).

Ter nas mãos Ceuta significava, antes de tudo, fazer recuar o Islão. O arreigado espírito de cruzada não havia minguado, antes se reacendera em combatividade e fervor religioso desde a conquista do Algarve, ultimada nos primeiros anos do reinado

---

([79]) «Como el-Rey disse que nam queria detreminar nenhuũa cousa... ata que soubesse se era serviço de Deos...» (Zurara — *Crónica da tomada de Ceuta*, cap. X, págs. 30 e seg.).

([80]) A Igreja sempre concedeu indulgências aos que arriscavam a vida, lutando contra os inimigos de Cristo. São numerosas as Bulas que ministram informes dessa natureza. (*Cf.* Bulas de Gregório XI — a de 2 de Abril de 1376 dada em Avinhão, e a de 12 de Outaubro de 1377, *in* Silva Marques — *Documentos...*, vol. I, págs. 150, 160 e segs.; e de Martinho V — a de 26 de Março de 1419, dada em Florença, e a de 5 de Março de 1421, dada em Roma — *Idem*, págs. 251 e segs. 257 e segs.).

Afonso III (1248-1279), na qual desempenharam importante papel os freires militares de Santiago e de Calatrava ([81]).

Uma luz de apocalipse e de êxtase místico vinha iluminando Portugal desde recuados anos. A nova nobreza saída de Aljubarrota, depois de ter dado a vida pela causa do «Mestre», a converteu em oferenda ao serviço da dilatação da Fé. A empresa era de toda a Cristandade. O empreendimento era de crença viva e ardente. Ceuta prolongava em terra africana a tradicional cruzada peninsular. A conquista, como luta contra os Mouros, seria assim a sequência do cruzadismo transportado para a outra banda do Estreito. Meter uma lança em África era para o português cumprir um dever e ganhar o céu — servir ao Rei e a Deus.

O heroísmo religioso teria sido a obsessão dominadora do espírito de D. Henrique. Soldado e iluminado, chega a ser um místico. Para Oliveira Martins e seus seguidores, o Infante era um cavaleiro medieval inflamado de profundo fervor cristão ([82]). Joaquim Bensaúde ([83]), sustentando a tese de cruzada, versão tradicional defendida por Oliveira Martins, dá-lhe maior calor religioso. O Infante foi o inspirador da conquista. D. Henrique era um místico, um iluminado, profundamente obcecado pelo fervor cristão. O engendrado plano que dominava o seu

---

([81]) A conquista do Algarve foi ultimada nos primeiros anos do reinado de Afonso III (1248-78). No empreendimento contra os Sarracenos, desempenharam importante papel os freires militares de Santiago e os de Calatrava. Com a tomada do Algarve, definiu-se o limite meridional do Reino. Havia ainda, no entanto, o problema da fronteira oriental com Leão e Castela. *(Cf.* Santo Agostinho, Fr. J. de — «Memoria sobre huma Chronica inedita da Conquista do Algarve». *Memórias de Literatura*, t. I, págs. 74 e segs. Lisboa, 1792; Saraiva, Cardeal — *Obras...*, t. III, págs. 105 e segs.).

([82]) *Cf. Os filhos de D. João I*, págs. 60 e segs. Lisboa, 1947; *Portugal nos mares*. vol. I, págs. 38 e segs. Lisboa, 1942; *História de Portugal*, t. I, págs. 178 e seg. Lisboa, 1942.

([83]) «Origines du Plan des Indes». *Lacunes et Surprises de l'Histoire des Découvertes Maritimes*, págs. 305 e segs. Coimbra, 1930.

DIAS, Manuel Nunes — *Partilha do mar oceano e descobrimento do Brasil*

espírito era de carácter político-religioso. Chegar a Marrocos não bastava. Tornava-se imprescindível alcançar a Índia. Marrocos seria apenas a base estratégica de salvaguarda da Península cristã contra prováveis investidas agressivas do Infiel. A grande cruzada estava no mar, na conquista da Índia, onde se apertaria o nó contra o mundo muçulmano. O Infante era um soldado cristão dominado por uma misteriosa obsessão guerreira. Impregnado de abnegação e heroísmo condensados nos romances de cavalaria, o Príncipe era dominado pelas místicas alucinações do cruzadismo. Ceuta seria assim apenas um passo, não o termo da jornada.

Afigura-se-nos insensata a engendrada tese de Bensaúde. Em 1415, não cuidava ainda o Infante de descobrimentos e de conquistas. O plano henriquino das Índias é pura visão de Oliveira Martins e de seus seguidores. D. João II é que concebeu genialmente o plano das Índias. Duarte Leite descrê totalmente de que D. Henrique, ao organizar expedições ao longo do Atlântico africano, premeditasse circundar toda a costa continental e alcançar a Índia. Ademais, o exclusivismo da explicação religiosa não convence. Uma pluralidade de móveis profundos estimulava o espírito do Infante. A Fé cristã conjugava-se admiràvelmente com outras razões animadoras do empreendimento ultramarino.

Cruzada? Sim. Mas é certo também que a rapina, o saque, o imediatismo foram motivos da entusiástica adesão da nobreza minguada em rendas. O prestígio social, as glórias militares e os favores régios que se lhes seguiam constituíam, sem dúvida, móveis excitantes do cruzadismo em terras marroquinas. O espírito de confisco e da aventura desenvolvera-se na nova nobreza vitoriosa em Aljubarrota. Parte dos fidalgos era pensionista do trono. A aristocracia achava-se numa encruzilhada, não sabendo que caminho tomar. Para sustar o constante diminuendo dos seus réditos, ela tinha apenas um remédio: alargar pela conquista a sua poupança. A arremetida contra Castela na península era uma temeridade que não convinha aos Avis, ainda imaturos no trono. Só havia, pois, uma saída: desviar a

ambiciosa e necessitada nobreza para Marrocos, onde a acção militar e o cruzadismo se conjugavam admiràvelmente com a embaraçosa situação financeira, resultante da depreciação da moeda e dos rendimentos da terra.

A empresa agradaria a Deus, ao Rei, à fidalguia e às classes económicas. Ultimadas as lutas com Castela, o assalto a Ceuta surgia aos olhos de todos como derivativo solucionar dos problemas do Reino.

À Coroa, a empresa interessava por mais de uma razão: forma honrosa de se livrar das dolências de uma nobreza estéril, o que aliviaria o Tesouro da mantença de cavaleiros credores do trono por serviços prestados durante o inquietante período que se seguiu à crise dinástica de 1383; comando da estratégica zona do Estreito; o empreendimento agradaria, ademais, à Cristandade por ser serviço de Deus.

A navegação do Estreito vivia em sobressaltos. Os navios das rotas da Flandres corriam o risco de serem pilhados pela pirataria muçulmana aninhada no Marrocos mediterrâneo. As fustas, bergantins, galeotas e outras embarcações da rota algarvia das frotas que demandavam os portos do Atlântico marroquino estavam igualmente ameaçadas pelos «ladrões do mar» (84). Os navios dos cristãos tinham de navegar comboiados e artilhados, o que encarecia sobremaneira o transporte que se reflectia nos dividendos do tráfico. A situação era insustentável. Conquistar Ceuta devia, portanto, afigurar-se cometimento de estupendos resultados. A posse da cidade acarretaria o domínio político-militar do Estreito e a segurança da navegação comercial entre o Mediterrâneo e o Atlântico (85).

---

(84) Godinho (*A expansão quatrocentista...*, pág. 67) vê na pirataria uma actividade económica habitual, e, por isso, considera insustentável o que se tem dito sobre os obstáculos criados pela guerra de corso na zona do Estreito. Veja-se ainda: Cortesão, J. — «Africa Nostra. II. A tomada e ocupação de Ceuta». *Boletim da Agência Geral das Colónias,* ano I, n.º 5, págs. 11, 18, 20 e segs. Lisboa, 1925.

(85) Na Baixa Idade Média, a Europa cristã organizou diversas expedições contra a pirataria muçulmana aninhada nas costas de Marrocos. Em

Nenhuma outra nação reunia como Portugal condições tão favoráveis para tentar a solução do problema. A terrível comoção da guerra civil desaparecera na serenidade e na ordem restabelecida pelos Avis. Liberto das contradições peninsulares e assente o seu direito em bases sólidas, Portugal preparou-se para se projectar em novas empresas reclamadas pelo sangue novo oriundo das crises de 1383-85, inauguradoras de uma nova etapa de crescimento orgânico, social e político. A Nação ia desenvolver-se em todos os quadrantes. Ceuta abriria aos Avis um futuro protector.

Portugal não ignorava o valor político de Ceuta. Em 1415, o Islão ainda se mantinha firme em Algeciras, Gibraltar e Granada. Tomar Ceuta seria dificultar a ida de reforços marroquinos para a Espanha muçulmana e diminuir a ameaça de novas invasões. O assalto a Ceuta, auxiliando Castela a conquistar Granada, seria «serviço de Deus», ao mesmo tempo que ergueria uma barreira à possível expansão castelhana para o norte da África. A investida daria à Cristandade um admirável baluarte fora da Europa. Ceuta daria a Portugal o policiamento do Estreito ao mesmo tempo que abriria à burguesia comercial e marítima um rico mercado do ouro e dos escravos africanos.

---

23 de Abril de 1239 os Genoveses investiram contra Ceuta, um dos recantos dos «ladrões do mar». Pouco depois, os Castelhanos assaltaram a praça de Salé. Em 1390, uma frota organizada por genoveses, franceses, maiorquinos e catalães atacou Almadia, estratégico reduto de piratas. Em 1400, Henrique III de Castela investiu contra Tetuão. A expedição portuguesa de Ceuta seria, quer-nos parecer, a repetição dessas arremetidas cristãs (*Cf.* R'honi — *Op. cit.*, pág. 26; Miranda, A. Huici — *Resumen de la noticia de como los cristianos de Génova intentaron entrar en la ciudad de Ceuta por asalto, in* «Colección de crónicas árabes de la reconquista», vol. III, t. II, págs. 127 e segs. Tetuão, 1954; *Noticia de la toma de Salé, ibidem,* págs. 267 e segs.; Beretta, A. Ballesteros — «La toma de Salé en tiempos de Alfonso X el sabio. *Al-Andalus,* vol. VIII, fasc. I, págs. 89 e segs. Madrid, 1943; Gomes, E. Garcia — *El Paragón entre Málaga y Salé de Ibu al Fatib, ibidem,* vol. II, 1934; Loubignac, V. — «La procession des cierges à Salé». *Hespéris,* t. XXXIII, 1.º e 2.º trimestres, 1946, págs. 5 e segs.).

Ceuta era o termo de rotas transaarianas e mediterrâneas. E aqui atingimos outro móvel da empresa: o de natureza económica, que tanto estimulou a burguesia portuária de carácter cosmopolita.

Os mercadores portuenses e lisboetas não podiam deixar de intervir. A empresa ficaria sem sentido. O prestígio da burguesia era progressivo. A vitoriosa revolução democrática de 1383-85 arrebatou à velha nobreza agrária e militarista, bem como ao alto clero conservador e legitimista, a sua tradicional preponderância política, transferindo-a para a classe média representada pelos juristas e burgueses, partidários da causa nacional que entronizou os Avis. Desde que a cidade surgiu como organismo social, o velho mosteiro e o antigo senhorio da terra cederam-lhe a primazia.

As classes mercantis, credoras do Rei, liderando a Revolução, entronizaram um monarca financeiramente pobre para poder custear a empresa ultramarina. Os prestamistas da Coroa eram os burgueses apacatados de Lisboa e Porto. Sòmente eles poderiam continuar a tratar com o soberano em matéria de adiantamentos. Nenhuma outra força, a não ser a calculista burguesia económica, já triunfante nas revoluções de 1383-85, poderia financiar o dispendioso empreendimento. Este facto não deixa de ser significativo: marca em Portugal a ascendência da riqueza móvel sobre a terra e a transferência do poder político para as classes populares ([86]).

O papel desempenhado pela burguesia foi deveras enorme. As forças económicas postas em jogo eram demasiado estuantes para serem esquecidas. Deixar de apontar a acção dos mercadores na empresa significa conspurcar a realidade do «processus» histórico da Expansão. O assalto interessava à burguesia por mais de uma razão. O norte da África assumia maior importância à medida que as rotas marítimas italianas iam deslocando considerável volume mercantil de ambas as margens do Mediterrâneo para o Atlântico europeu.

A incerteza das rotas terrestres transalpinas dava à rota veneziana da Flandres maior vigor económico. A frota da «Senhoria», abarrotada de vinhos, azeite, frutas, especiarias, metais, lãs, sedas, algodão e vidros, fazia escala nos portos napolitanos e sicilianos, onde carregava açúcar e outros produtos comerciáveis nos entrepostos do Mediterrâneo africano — Trípoli, Ceuta, Tânger, Orão e Constantina. Esses artigos de procedência eùropeia constituíam excelente forma de pagamento para as mercadorias do Sudão, transportadas para o norte da África pelas caravanas transaarianas dos nómadas cameleiros. Ouro em pó, escravos, malagueta, peles, goma, penas e marfim engrossavam as carregações de torna-viagem das caravanas do Tombuctu. ([87]).

Não estaria a burguesia portuguesa interessada em cortar as grossas correntes do tráfico mediterrâneo senhoreado pelos Italianos? O que faltava a Portugal? Não eram os artigos do Sudão? Por que não tentar uma penetração mercantil em Marrocos, onde poderiam ser adquiridas as mercadorias da «Terra dos Negros» e do Levante que faltavam às trocas portuguesas? Eis o que animava a burguesia do Reino, de acentuado carácter cosmopolita, a partir do empreendimento ultramarino dos Avis. A febre do ouro novo africano impôs-se como obsessão avassaladora que aquecia todos os cérebros. A amplitude dos desequilíbrios das trocas tornava para Portugal cada vez mais precária a situação do Tesouro. Os percalços eram enormes. A comoção monetária abria profundos abismos sociais. Todos se entreolhavam perplexos diante de tantas aperturas. Como

([86]) O facto não é só português, é europeu. (*Cf.* Pirenne, H. — *Les villes du Moyen Age*, págs. 195 e segs. Bruxelas, 1927).

([87]) *Cf.* Lagoa, Visconde de — «Estímulo económico da conquista de Ceuta». *Congresso do Mundo Português*, VIII, t. I, págs. 72 e segs. Lisboa, 1940; *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente. Introdução*, págs. XLV e seg. Lisboa, 1942; Pernoud, Régine — *Les villes marchandes aux XIV et XV siècles*, págs. 79 e segs. Paris, 1948; Sérgio, António — «A conquista de Ceuta». *Ensaios*, t. I, págs. 281 e segs. Rio, 1919.

dar solução ao problema? Cruzar os braços e aceitar a catástrofe? Não. Diante das desordens económicas que se amontoavam, só havia uma terapêutica: alcançar as fontes do ouro africano. Solução dispendiosa e arriscada, mas única.

Obcecados e perseguidos por essa ideia, é que os burgueses de Lisboa e Porto forjaram o plano de assalto a Ceuta. A conquista de semelhante atalaia marroquina a cavaleiro do Estreito permitiria, no entender do alto comércio português, desviar as pistas do ouro e dos escravos para o Atlântico em proveito do Reino. Outrossim, Ceuta abriria a Portugal, deficitário em trigo, o farto celeiro das vertentes de Marrocos. Ceuta era, portanto, uma diabólica atracção.

Terrível surpresa. Ao assalto (88) seguiu-se a desilusão para a burguesia. O estado permanente de tensão militar desviou o tráfico. Os objectivos dos mercadores portuenses e lisboetas malograram-se. Ceuta valeu pela dura aprendizagem (89). A cidade portuária, até então termo de vias comerciais, transformou-se numa praça de guerra grandemente onerosa para os Avis (90).

Impunha-se, pois, o estudo de novos planos de expansão. Penetrar no Mediterrâneo iria ferir os interesses de Veneza, Aragão, Génova e Egipto. A luta pela partilha política e económica do Mediterrâneo africano não convinha a Portugal. Que

(88) A cidade foi saqueada pela nobreza desejosa de recuperar prestígio social e obter mercês. Zurara refere-se à pilhagem que se seguiu à conquista da cidade, em 1415. *(Cf. Crónica do Conde...*, L. I, cap. IV, págs. 224 e segs.).

(89) Os objectivos de ordem política e religiosa foram alcançados. Com Ceuta, Portugal não sòmente vigiou os passos de Castela e da pirataria mourisca, mas também tolheu em grande parte a resistência de Granada. A burguesia é que recebeu uma dura lição. Dir-se-ia que Ceuta serviu mais à Europa cristã do que pròpriamente a Portugal.

(90) Ceuta tornou-se logo deficitária para os Avis, sorvedouro de homens e dinheiro. Zurara *(Crónica do Conde...)* e Pedro de Azevedo *(Documentos das Chancelarias Reais...)* ministram preciosos informes para um estudo dessa natureza.

fazer? Conquistar o mar ignoto pela abordagem do Atlântico africano, desviando as rotas transaarianas para o Oceano. O que a burguesia não conseguiu em Ceuta alcançar-se-ia na Guiné com os régulos jalofos e mandingas, senhores das fontes do ouro novo. As populações do Sudão iam, afinal, conhecer novos clientes. Iniciava-se, assim, a conquista e exploração do «mar tenebroso» pelas caravelas henriquinas. A lição de Ceuta estava aprendida, e o Atlântico, o grande laboratório, aberto a novas experiências.

III — *Abordagem da «Terra dos Negros»: Arguim, primeiro ensaio do sistema das feitorias ultramarinas.*

Frustado o audacioso plano de «captura» do ouro sudanês em Ceuta, mas cristianizado o Estreito, Portugal iniciou em sólidas linhas a conquista e exploração do Atlântico com o estabelecimento das rotas de Arguim, das ilhas e da Senegâmbia.

As trocas com a «Terra dos Negros» exerceriam sobre o espírito de todos aquela mesma atracção que fora desde a antiguidade a mola que movimentara boa parte da economia mediterrânea. A navegação portuguesa no mar ignoto ir-se-ia desenvolver, assim, sobretudo pela urgente necessidade de ligar o Reino aos mercados do ouro novo africano.

Em 1419, o Infante D. Henrique foi nomeado governador perpétuo do Algarve (91). Percebe-se a conexão entre esse acto político e a obra ultramarina que se projectava.

Todos os anos, a partir de 1421, uma caravela pelo menos partia costa abaixo com o objectivo de localizar uma passagem

(91) *Cf.* Freitas, Jordão de — *A vila e a fortaleza de Sagres nos séculos XV e XVI*, pág. 13. Coimbra, 1938; Lopes, F. Fernandes — *Terçanabal e a «Escola de Sagres»*, págs. 21 e seg. Lisboa, 1945; Iria A. — «O Algarve no Descobrimento e Cristianização da Guiné no século XV». *Congresso Comemorativo do V Centenário do Descobrimento da Guiné*, v. I, págs. 193 e seg. Lisboa, 1940.

além do Bojador [92]. Essa perseverança henriquina foi recompensada em 1434 [93], ano em que Gil Eanes regressou com a feliz notícia de que dobrara o temível Cabo e vira maravilhado diante de si um Oceano fácil de navegar [94].

No ano seguinte, em 1435, Afonso Gonçalves Baldaia, copeiro da Casa do Infante [95], alcançou um trecho da costa além do Bojador a que chamou *Angra dos Ruivos* [96], devido à abundância de peixes desse nome que ali havia [97].

Em 1436, empreendendo outra viagem, com ordens expressas de D. Henrique para fazer prisioneiros que pudessem informar sobre a terra [98], o ousado copeiro da Casa do Infante chegou ao Rio do Ouro [99], caminho aberto às ricas regiões da vasta e enigmática Guiné.

O Infante reconhecia, assim, uma vasta região da África atlântica que lhe permitiu entrar em relações humanas com os Alarves e Azenegues da costa do Sáara meridional. Descortinavam-se com o feito de Baldaia novos horizontes geográficos e comerciais, levando a Portugal risonhas esperanças.

---

[92] No Bojador começava o «mar tenebroso» da cartografia medieval.

[93] Ignoramos documentos que precisem viagens além do Bojador anteriores a 1434. Tudo ainda permanece no romance geográfico.

[94] Zurara — *Crónica da Guiné*, v. I, cap. IX, pág. 72. Porto, 1937. Barros — *Ásia*, Déc. I, L. I, cap. IV, págs. 23 e seg. Lisboa, 1945. Valentim Fernandes — *O Manuscrito*, pág. 137. Lisboa, 1940.

[95] Zurara — *Ibidem*.

[96] Damião Peres (*História dos descobrimentos portugueses*, pág. 77. Porto, 1943) identifica a Angra dos Ruivos com o actual Gernet Bay, numa posição de 24° 51′ de L. N.

[97] *Cf.* Barros — *Ásia*, Déc. L. I, cap. V, pág. 26.

[98] «Vos incomendo que vades o mais avante que poderdes e que vos trabalheis de haver lingua dessa gente, filhando algum, por que o certamente possaes saber» (Zurara — *Crónica da Guiné*, v. I, cap. X, págs. 73 e seg.); «mandou um navio ao rio do Ouro para ver se poderiam apanhar um lingua» (Diogo Gomes — *As Relações*, pág. 272. Lisboa, 1900).

[99] *Cf.* V. Fernandes — *O Manuscrito*, pág. 130; Barros — *Ásia*, Déc. I, L. I, cap. V, pág. 27); Diogo Gomes — *As Relações*, pág. 272; Pacheco, D. — *Esmeraldo*, L. I, cap. 23, pág. 40. Lisboa, 1892; Munzer — *Itinerário*, págs. 40 e seg. Coimbra, 1932.

Baldaia voltou feliz. Nas vizinhanças do Rio do Ouro, captura seis alarves, os quais foram resgatados a troco de dez escravos negros e um pouco de ouro em pó [100].

A Europa Ocidental recebia, deste modo e pela primeira vez, escravos negros e ouro africano por via atlântica. A preciosa carga impressionou profundamente D. Henrique, que se mostrava, agora mais do que nunca, disposto a desviar para o Atlântico o ouro sudanês que os nómadas cameleiros do deserto transportavam desde recuados tempos para o Mediterrâneo.

Após o feito de Baldaia, houve um pequeno hiato nas viagens à «Terra dos Negros». Razão disso? As contradições da política interna portuguesa. As desventuras de D. Duarte e as questões que se seguiram à sua morte desviaram o Infante do seu programa de explorações ultramarinas. A interrupção é assinalada por Zurara [101], Diogo Gomes [102], Valentim Fernandes [103] e pelo cronista Barros [104]. Em Agosto de 1437, foi o desastre de Tânger [105]. De nada valeram os esforços do

---

[100] *Esmeraldo*..., L. I, cap. 23, pág. 41.

[101] «Dos anos seguintes não achamos cousas notáveis que de contar sejam» (*Crónica da Guiné*, v. X, cap. XI, pág. 79).

[102] «Depois disto o senhor infante foi ocupado por outros negocios durante alguns anos, nos quaes não tratou de Guiné« (*As Relações*, pág. 272).

[103] «Os anos seguintes não achamos cousas notaveis que de contar seja» (*O Manuscrito*, pág. 140). Repare-se como V. Fernandes repete Zurara.

[104] «Até o ano de trinta e nove não achamos cousa notavel ... houve tantas diferenças no reino, que cessaram todas las cousas deste descobrimento té o ano de corenta» (*Ásia*, Déc. I, L. I, cap. VI, pág. 28).

[105] O ataque a Tânger assemelha-se, no que respeita ao cruzadismo e militarismo da nobreza, ao empreendimento de Ceuta. O Infante D. Fernando via na empresa a forma de conquistar as esporas de cavaleiro que seus irmãos haviam obtido em Ceuta. Como a vontade de D. Duarte hesitava, D. Fernando recorreu à influência de D. Henrique junto do trono. Assim, em 22 de Agosto de 1437, partiram os dois irmãos da praia do Restelo com a esquadra armada em Lisboa com destino a Ceuta, onde se

Infante D. Pedro no sentido de se evitar a expedição suicida ([106]). A desastrosa empresa ([107]) trouxe a Portugal enormes malefícios agravados com a terrível peste de 1438 que dizimou o Reino e enlutou a Nação com a morte de D. Duarte.

Ao falecimento prematuro do monarca, seguiram-se profundas desavenças entre os partidários da Rainha viúva e do Infante D. Pedro sobre a administração do Reino durante a menoridade do futuro rei D. Afonso V ([108]).

Estabelecida a Regência de D. Pedro, a 10 de Janeiro de 1440 ([109]), afastada a ameaça de uma guerra civil e da intervenção estrangeira, o Infante D. Henrique retomou os seus planos ultramarinos ([110]). A vitória política da burguesia, em 1440, guindando D. Pedro ao governo do Reino, inaugurou um período de intensa acção oceânica.

encontrariam com a esquadra do Porto, comandada pelo Conde de Arraiolos. O resultado do ataque, iniciado no dia 13 de Setembro, foi o mais desastroso para Portugal. O Infante D. Henrique, dominado pelo desespero, assumiu o compromisso em nome de D. Duarte, rei de Portugal, da entrega de Ceuta e do ajuste da paz por cem anos com a Berbéria. Sala-bem-Sala, governador de Tânger, exigiu um dos infantes como refém até à entrega de Ceuta. A história é conhecida. Ceuta não foi restituída. D. Fernando, após longos anos de martírios, morreu em Fez em 5 de Julho de 1448. Sobre o cativeiro do Infante Santo, vejam-se, entre outros, Rui de Pina — *Chronica d'el Rey D. Duarte, in* «Inéditos», t. I, cap. X, págs. 103 e segs.; cap. XLII, págs. 182 e segs.; V. Santarém — *Quadro...*, t. I, págs. 323 e segs. e t. III, pág. 78; Almeida, F. de — *História da Igreja em Portugal*, t. II, págs. 522 e segs.; Álvares, Frei João — *Chronica do Santo e Virtuoso Infante D. Fernando*. Lisboa, 1827.

([106]) O Infante D. Pedro foi sempre contrário à política portuguesa em Marrocos. É conhecida a sua posição no caso de Ceuta. A conquista territorial, militar e senhorial preferia a expansão oceânica, comercial e burguesa. Um estudo sério sobre a ideia imperial do Regente está por fazer. E D. Pedro bem o merece.

([107]) *Cf.* Cardeal Saraiva — «Memória sobre a expedição de Tânger no ano de 1437». *Obras...*, t. III, págs. 317 e segs.; Ribeiro, A. — «O desastre de Tânger». *Hist. de Port.*, v. III, págs. 32 e segs. Barcelos, 1931.

([108]) Santarém, V. — *Quadro...*, t. I, pág. 315; Pina — *Chronica d'el Rey D. Afonso V*, caps. I, II e III, págs. 203 e segs., *in* «Inéditos», t. II. Lisboa, 1792; Acenheiro, Ch. R. — *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, cap. XXIII, págs. 248 e segs., *in* «Inéditos...», t. V. Lisboa, 1924.

([109]) Santarém — *Quadro...*, t. I, pág. 325; Pina — *Chronica d'El-Rey D. Afonso V*, cap. LIII, pág. 288; Ribeiro, A. — «Regência de Leonor de Aragão e revolta de Lisboa». *Hist. de Port.*, III, págs. 57 e segs. Barcelos; «Regência do Duque de Coimbra», *idem*, págs. 74 e segs.

Com a Regência, há uma retracção do imperialismo territorial, guerreiro e senhorial em Marrocos. Em contrapartida, há um geral entusiasmo na expansão atlântica. Abriu-se uma nova fase no «processus» da conquista e exploração do «mar ignoto», cujas rotas levavam aos mercados do ouro e dos escravos. Os resultados amealhados na torna-viagem atiravam para um plano secundário a ideia guerreira, mística, do cruzadismo da Reconquista. Dizer o contrário é distorcer a realidade histórica.

Em 1441, logo no ano seguinte ao do estabelecimento da Regência, D. Henrique armou um navio e entregou-o a Antão Gonçalves, seu guarda-roupa, com a missão de ir ao Rio do Ouro filhar cativos que melhor o informassem sobre as possibilidades comerciais da região ([111]).

Nesse mesmo ano, partiu outro navio henriquino comandado por Nuno Tristão ([112]). As instruções eram as mesmas: aprisionar azenegues para colher informes seguros sobre a procedência do ouro e trazer para o Reino novos carregamentos de peles e azeites de lobos marinhos ([113]).

([110]) Damião Peres *(op. cit.* págs. 116 e segs.) acha que a interrupção das viagens à Guiné (1437-1440) se deve ainda às condições físicas do Atlântico. Durante esses quatro anos, os estudos náuticos conduziram à adopção da caravela como tipo de navio dos descobrimentos e de uma nova rota de regresso pelo mar largo, uma vez que as correntes das Canárias e o alisado de NE, favoráveis na viagem de ida, se transformavam em obstáculos difíceis.

([111]) *Cf.* Barros — *Ásia*, Déc. I, L. I, cap. VI, págs. 28 e segs.; Zurara — *Crónica da Guiné*, v. I, cap. XII, págs. 81 e segs.; V. Fernandes — *O Manuscrito*, págs. 140 e segs.; Diogo Gomes — *As Relações*, pág. 272.

([112]) *Ibidem.*

([113]) «carregar aquele navio de coirame e azeite daqueles lobos marinhos» (Zurara — *Crónica da Guiné*, v. I, cap. XII, págs. 81 e seg.; «E nõ hia senõ pera carregar o navyo de corame e azeites daquelles lobos»).

O Infante, no regresso das expedições de 1441, colheu preciosas achegas sobre o trato do desejado metal amarelo ([114]). A política henriquina era de paz e comércio. Paralelamente a isso, no entanto, impunha-se legitimar a descoberta. Por isso, não admira que o Regente e o Infante enviassem a Roma o embaixador Fernando Lopes de Azevedo com a missão de informar o Pontífice e, ao mesmo tempo, de solicitar a doação perpétua à Coroa de todas as terras que se iam descobrindo além do Bojador.

Atendendo a que o principal objectivo da empresa ultramarina era a propagação da Fé cristã, o papa Eugénio IV não só atendeu os Infantes, como também concedeu indulgência plenária aos que os auxiliassem na luta contra os Mouros ([115]).

Os privilégios concedidos pela Santa Sé foram confirmados por diversas bulas de pontífices que sucederam a Eugénio IV ([116]), sinal evidente de que a realeza garantia, no plano

---

(V. Fernandes — *O Manuscrito*, págs. 140 e segs.); «buscar gente desta terra e depois ter com eles comunicação e comércio» (Barros — *Ásia*, Déc. I, L. I. cap. VI, pág. 28).

([114]) *Cf.* Munzer — *Itinerário*, pág. 42; Diogo Gomes — *As Relações*, pág. 273.

([115]) Zurara — *Crónica*, v. I, cap. XV, págs. 101 e segs.; Barros — *Ásia*, Déc. I, L. I, cap. VII, págs. 32 e seg.; V. Fernandes — *O Manuscrito*, cap. VIII, págs. 143 e seg.

([116]) Nicolau V, por bula de 8 de Janeiro, de 1450, concedeu a Afonso V todos os territórios descobertos. Em 1454, no mesmo dia e mês, ratificou a precedente e estendeu a concessão a toda a Guiné. A 1 de Março do ano seguinte (1455), Calixto III expede nova bula, aumentando as concessões feitas à Coroa de Portugal. Depois disso, outros diplomas se seguiram até à célebre bula que confirma a partilha do mundo combinada entre Portugal e Espanha em Tordesilhas. (*Cf.* Bula de Eugénio IV, de 5 de Janeiro de 1443, *in* A. N. T. T. *Col. de Bulas*. M. 4, n.º 8; *A. D. A. N. T. T.*, págs. 7 e seg.; Bula de Nicolau V, de 8 de Janeiro de 1454 — *Ibidem*, M. 8, n.º 29; *Ibidem*, págs. 14-20; Bula de Calixto III, de 13 de Março de 1456, confirmando Nicolau V, e concedendo à Ordem de Cristo a jurisdição espiritual das terras desde o Cabo Não até à Índia, *in* A. N. T. T., *Livro dos Mestrados*, fl. 165, gav. 7, M. 13, n.º 17, transcrita em latim, na íntegra, *in* *A. D. A. N. T. T.*, págs. 20 e segs.

internacional, a conquista e descoberta à maneira da Reconquista.

A enigmática «Terra dos Negros» ia, assim, de ano para ano, deixando de figurar no romance geográfico para se tornar um elemento da realidade. O enorme abismo entre o Ocidente europeu e o Sudão minguava a cada viagem.

No ano seguinte, em 1442, organizou-se uma nova viagem, resultante das auspiciosas notícias trazidas por Antão Gonçalves e Nuno Tristão. A expedição, comandada por Gonçalo de Sintra e Dinis Dias, deve-se à iniciativa do Regente ([117]), facto demonstrativo da acção ultramarina do Infante D. Pedro, que Zurara, Barros e Valentim Fernandes omitiram ([118]).

Em 1443, Nuno Tristão, em nova viagem, navegando além do Cabo Branco, descobriu o arquipélago de Arguim ([119]). O feito sacudiu a Nação. Arguim era uma ilha próxima da terra e muito povoada de Mouros e mestiços ([120]). Ali havia abundância de água doce ([121]), factor geográfico favorável à organização de uma feitoria destinada aos resgates ([122]) e à construção de um castelo para defesa dos estabelecimentos comerciais.

O condicionamento físico da região e as urgentes necessidades de assegurar a regularidade do tráfico e, ao mesmo tempo, estabelecer uma base de apoio para ulteriores empreendimentos, levaram o Infante a ocupar militarmente Arguim,

---

([117]) *Cf.* Munzer — *Itinerário*, pág. 43.

([118]) Igualmente Fontoura da Costa («Descobrimentos marítimos africanos dos portugueses com D. Henrique, D. Afonso V e D. João II», *I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 1.ª secção. Lisboa, 1938), João Barreto (*História da Guiné — 1318-1918*. Lisboa, 1938) e Damião Peres *(op. cit.)* não mencionam a viagem.

([119]) Zurara — *C. da Guiné*, v. I, cap. XVII, pág. 113; Barros — *Ásia*, Déc. I, L. I, cap. VII, pág. 35; V. Fernandes — *O Manuscrito*, pág. 145.

([120]) «de Canegios» — escreve Diogo Gomes (*As relações*, pág. 273).

([121]) *Idem*, pág. 274.

([122]) Além do ouro e dos escravos, a região se oferecia ao rico tráfico de marfim. Munzer (*Itinerário*, pág. 43) escreve: «e um lugar rico em dentes de elefantes».

em 1445, com o início da construção de uma fortaleza, ultimada, provàvelmente, em 1461, após a morte do Príncipe, já na gerência de Afonso V ([123]).

A organização dos resgastes de Arguim, garantidos por uma fortaleza, é de enorme importância por constituir o marco inicial de um tráfico assente numa feitoria, na qual se associam, pela primeira vez no Ultramar, o mercador e o militar. O facto de a construção do castelo de Arguim ter sido iniciada por D. Henrique vem esclarecer que o Infante, único senhorio do tráfico, teria sido levado a praticar um acto que é do domínio da terra — a associação do militar ao trato. Isso não é sem importância, pois tem um significado que vai muito além do simples facto cronológico da edificação da fortaleza, destinada a assegurar o regular funcionamento da feitoria comercial.

Arguim tornou-se logo o foco de atracção ultramarina, centro fundamental do comércio africano e primeira colónia da Europa cristã na enigmática «costa dos negros».

([123]) O ano exacto da construção do castelo de Arguim é problema ainda em aberto. Munzer não menciona o ano, tampouco o nome do príncipe que o mandou construir. Zurara nem sequer se refere ao castelo. Pacheco (*Esmeraldo*, L. I, cap. 24, pág. 42) embora não mencione o ano, afirma que Soeiro Mendes, fidalgo de Évora, construiu a fortaleza a mando de Afonso V após a morte do Infante. Barros (*Ásia*, Déc. I, L. II, cap. I, pág. 70) aponta a data de 1461. Robert Ricard (*Études sur l'histoire des portugais au Maroc*, pág. 99. Coimbra, 1955) acha que o forte foi construído entre 1455 e 1461. Assim sendo, teria sido iniciado com D. Henrique e terminado com Afonso V. Fontoura da Costa (*op. cit.*, pág. 261) indica os anos de 1445 e 1466 como balizas, o que achamos aceitável, uma vez que Diogo Gomes (*As Relações*, pág. 274) alude ao de 1445 e Barros (*loc. cit.*) menciona o de 1461. S. Welch (*Europe's Discovery of South Africa*, pág. 148, Cape Town, 1947) afirma que D. Henrique construiu a fortaleza em 1448 e no ano seguinte (1449) Soeiro Mendes foi nomeado governador. Almeida d'Eça (*Normas económicas da colonização portuguesa até 1808*, pág. 41. Coimbra, 1921) apenas diz que o Infante mandou Soeiro Mendes edificar o castelo. Não menciona o ano. Basílio de Vasconcelos (*Cf.* Nota 24, *in* Munzer, pág. 77) acha que o forte teria sido construído em 1464, por Afonso V e reparado mais tarde por D. João II.

IV — *Conquista da Senegâmbia: o aspecto institucional do tráfico.*

O estabelecimento do comércio de Arguim, garantido por uma fortaleza, é, com efeito, de enorme importância por constituir o marco inicial de um tráfico baseado em feitoria, na qual se associam, pela primeira vez no Ultramar, o mercador e o militar. O aspecto institucional é relevante. Em Arguim, sob a protecção de D. Henrique, Portugal inicia o sistema das feitorias ultramarinas, empreendimento diverso da política marroquina de acentuado carácter guerreiro e senhorial. Com a montagem dos armazéns de Arguim, definem-se, na verdade, os dois princípios fundamentais da gigantesca empresa atlântica: ocupação territorial, com as fortalezas, e organização do tráfico, com as feitorias.

O grande senhorio do tráfico é o Infante. O comércio africano é, no entanto, património inalienável da Coroa, reconhecido e defendido pela Santa Sé ([124]).

Aconteceu, porém, que a realeza, nos primeiros tempos da expansão ultramarina, não estava em condições para, ela mesma, explorar o monopólio do comércio africano. Não podendo então fazê-lo directamente, foi levada a experimentar soluções impostas pelas circunstâncias. A empresa era ainda deficitária. A monarquia não convinha a exploração directa do património. Contentou-se com o direito de interdição. Com os melhores trunfos deu as cartas, chamando a si a prerrogativa de estabelecer as modalidades de exploração do trato que lhe

([124]) Vejam-se as citadas bulas, sobretudo a de Nicolau V (*Romanus Pontifex*), de 8 de Janeiro de 1454, concedendo a Afonso V e a todos os reis portugueses, seus sucessores, perpètuamente, a conquista e apropriação das terras e mares da África, já conquistados e que de futuro fossem conquistados, proibindo a todos os cristãos navegar, pescar e comerciar nas ditas terras e mares, sem prévia licença da Coroa ou do Infante D. Henrique, sob pena de excomunhão — «de que não poderão ser absolvidos sem prèviamente darem reparação ou se comporem amigàvelmente com o rei e seus sucessores». (*Cf. Bula...*, *in loc. cit.*).

parecessem mais convenientes. Antes da exploração directa, preferiu a iniciativa privada ao serviço da Coroa, traduzida na necessidade de autorização régia e no pagamento de uma determinada contribuição, concedendo a quem queria fazer mercê — é preciso que se diga — o direito de empreender viagens de comércio ou de reconhecimento geográfico.

O tráfico não era livre. O direito de organizar expedições à «Terra dos Negros» estava condicionado ao favor régio que, consoante as circunstâncias, podia ou não delegar a exploração mercantil. Ademais, a concessão dependia do pagamento de determinadas contribuições, geralmente na cobrança do quinto das mercadorias negociadas ([125]).

Não havia, portanto, liberdade, mas, sim, o rigor de uma constante intervenção do Estado, traduzida na necessidade de consentimento régio expresso na cobrança de determinada percentagem sobre os resultados do empreendimento ([126]). Com esta interdição, a Coroa monopolizava todas as prerrogativas de estabelecer as modalidades de exploração do comércio africano. Esse controle régio levou ao carácter estatal da audaciosa empresa ultramarina. Mercê dele, ninguém podia enviar

([125]) O «quinto», a rigor, era sobre presas de guerra. Com a expansão, a Coroa conservou essa contribuição de carácter militar. Pela Carta Régia de 22 de Outubro de 1443 (A. N. T. T. *Chanc. de Afonso* V, L. 24, fl. 61; *A. D. A. N. T. T.*, págs. 8 e seg.) sabe-se que a realeza amealhava desse imposto. Repara-se nesta passagem: «daqueles a que elle asy mandase ou dese liçença lhes desemos o direito do quinto ou dizima do que de la trousessem, segundo a nos pertençeçe».

([126]) Quando se procurou incrementar a colonização do Brasil com a criação do sistema das capitanias, inscreveu-se nas Cartas de Foral a obrigação de pagarem à Coroa um quinto da produção os eventuais exploradores mineiros. Há, pois, uma translação do regime para o Brasil. Veja-se este trecho: «e os ditos capitães e seus sobcessores serem obrigados de me pagar a mim e a meus sobcessores o quinto de todo ouro e prata que acharem e descobryrem tomarem e ouverem asy das minas como per comércio ou per qualquer outra maneira». (A. N. T. T. *Chanc. de D. João III*, L. 21, fl. 73, transcrita, na íntegra, *in Hist. da Colonização Port. do Brasil*, v. III, págs. 269 e seg. Porto, 1924).

mercadorias, fossem quais fossem, trazer ou vender, sem prévia autorização do monarca, sob pena de perda das cargas e navios ([127]).

O Rei era o chefe e protector do cometimento atlântico. Mas os grandes propulsores da expansão foram seus filhos, os Infantes D. Pedro e D. Henrique. Por isso mesmo, foram os mais aquinhoados pelos favores régios. Em 25 de Setembro de 1433, D. Duarte concedeu a D. Henrique a isenção do pagamento devido ao Estado do quinto dos lucros advindos das empresas de pirataria organizadas à sua custa ([128]). Esta concessão régia, dada em Sintra, foi mais tarde confirmada por Afonso V, em Almada, no 1.º de Junho de 1439 ([129]).

No dia seguinte (26 de Setembro de 1433), o monarca fez mercê a D. Henrique das ilhas ([130]) da Madeira, Porto Santo e Deserta. A doação era vitalícia e com todos os direitos, rendas e jurisdição cível e crime, salvo em sentença de morte e talhamento de membro, e com reserva, para a Coroa, da cunhagem e curso da moeda ([131]). Nesse mesmo dia, a realeza concedeu à Ordem de Cristo, por o Infante D. Henrique, seu regedor e governador, lhe pedir, todo o espiritual das mencionadas ilhas, reservando para si o dízimo do pescado e demais direitos reais ([132]).

([127]) A. N. T. T. *Chanc. de D. Afonso V*, L. 24, fl. 61.

([128]) *Idem*, L. 19, fl. 19; *A. D. A. N. T. T.*, pág. 1. Transcrita *in* Godinho (*Documentos sobre a expansão portuguesa*, v. I, págs. 140 e segs.) e Silva Marques (*Documentos*, v. I, pág. 271, n.º 225).

([129]) *Cf. Chanc. de Afonso V*, L. 19, fl. 19.

([130]) O regime de colonização das ilhas foi a capitania (semi-senhorial, semi-capitalista) reservando-se a Coroa a justiça suprema e o direito de cunhar moedas (A. N. T. T. *Chanc. de D. Duarte*, L. 1.º, fl. 18; *A. D. A. N. T. T.*, pág. 2).

([131]) *Ibidem*. Marques (*op. cit.*, v. I, pág. 271) e Godinho (*op. cit.*, v. I, págs. 180 e seg.) publicaram este diploma régio de doação vitalícia das ilhas, de enorme interesse para o estudo do regime senhorial português no século XV.

([132]) A. N. N. T. *Chanc. de D. Duarte*, L. 1.º, fl. 18; *A. D. A. N. T. T.*, pág. 2.

Mas não era apenas o «navegador» o único favorecido pelas benesses régias. O Infante D. Pedro, seu irmão, igualmente recebeu do trono algumas concessões. Por carta dada por D. Duarte, a 6 de Novembro de 1433, o futuro Regente ficou isento do pagamento à Coroa do quinto dos lucros das expedições de pirataria ([133]) em que andavam os seus capitães ([134]).

Em 1439, recebeu, por Carta de 1 de Junho, confirmação da mercê das presas de pirataria ([135]) que lhe haviam sido concedidas por Carta de 25 de Setembro de 1433. Nessa mesma data, foi aquinhoado com o favor de Afonso V de poder cortar nos pinhais do Ribatejo, «enquanto for mercê del-Rei», toda a madeira de que precisasse para seus navios, casas e demais obras ([136]). Outrossim, nesse mesmo dia, foi-lhe dada Carta régia de confirmação de doação das ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta, com todos os seus direitos, rendas e jurisdição ([137]). E os favores continuaram. Em Junho desse ano de 1439, foi contemplado com mais duas Cartas Régias: uma de privilégio para ele e para os moradores daquelas ilhas (Madeira, Porto Santo e Deserta), durante cinco anos, de isenção do pagamento ao Estado de dízimos e portagens de tudo que levassem dali para o Reino ([138]); outra, de licença de povoamento dos Açores, onde o Príncipe já havia mandado criar ovelhas ([139]). Anos depois, por Carta dada a 5 de Abril de 1443, a

(133) A isenção do quinto aos infantes é sinal evidente de que a pirataria continuava a prejudicar o comércio português na zona do Estreito. Varrer esses «ladrões do mar» seria um dos planos da Coroa. Por isso, não admira que D. Duarte animasse a organização de armadas contra a pirataria com a isenção do quinto até então amealhado pelo Estado.

(134) A. N. T. T. *Chanc. de D. Afonso V*, L. 19, fl. 79, 3.º dipl. — Carta Régia transcrita *in* Marques, *op. cit.*, v. I, pág. 274, n.º 259.

(135) A. N. T. T. *Chanc. de D. Afonso V*, L. 19, fl. 19, 1.º dipl.

(136) *Idem*, fl. 17 v., 1.º dipl.

(137) *Idem*, fl. 19 v., 2.º dipl.

(138) *Idem*, fl. 17 v., 3.º dipl.

(139) *Idem*, fl. 14; *A. D. A. N. T. T.*, págs. 6 e segs.; Marques — *op. cit.*, Doc. 316, págs. 401 e seg.

Coroa estendeu aos moradores e povoadores das ilhas dos Açores a isenção, já concedida aos colonos da Madeira, Porto Santo e Deserta, do pagamento, durante cinco anos, dos dízimos e portagens das coisas levadas das ilhas para a Metrópole ([140]).

O sistema de concessões chegou ao grau mais alto com a cessão senhorial do monopólio do tráfico africano a D. Henrique, pela Carta Régia de privilégio de 22 de Outubro de 1443, em virtude da qual ninguém poderia ir além do Bojador sem sua licença ou mandado, sob pena de perda dos navios e respectivas cargas ([141]).

Dessa forma, o Príncipe chamou a si o monopólio sobre todas as viagens à «Terra dos Negros». Daí em diante, ele é que passou a amealhar o quinto até então devido à Coroa ([142]). A partir dessa data, só ele tinha poderes para autorizar viagens ao ocidente africano, fossem elas de exploração comercial, de reconhecimento geográfico ou de pirataria ([143]).

A cessão senhorial a D. Henrique, decorrente das iniciativas ultramarinas do Príncipe, teria sido uma espécie de prémio à moda da Reconquista. Ninguém estava melhor que o Infante de Sagres para ser favorecido pela cedência do monopólio de exploração do tráfico africano. Deve-se, ademais, considerar o prestígio da sua Casa Senhorial, composta por uma multidão de servidores (cavaleiros, escudeiros, artífices, mercadores, agricultores e escravos), cujas forças políticas e económicas a Coroa procuraria atrair para a sua causa ([144]).

(140) *Idem*, L. 27, fl. 107 v., 2.º dipl.; Marques, *Ibidem*, Doc. 334, pág. 425

(141) *Ibidem*.

(142) *Idem*, L. 19, fl. 79, 3.º dipl.

(143) Não ficou nisso o privilégio henriquino. Anos depois (15 de Janeiro de 1450), o Infante obteve o exclusivo da pesca do coral nos mares do Reino. (*Ibidem*, L. 37, fl. 202 v.; Marques, *op. cit.*, v. II, Doc. 1017, pág. 537).

(144) Da Casa Senhorial de D. Henrique, das mais importantes do século XV, partiram as melhores iniciativas ultramarinas. Veja-se, por exemplo, a relação dos descobridores pertencentes ao seu senhorio: Gil Eanes (escudeiro), Baldaia (copeiro), Gonçalves Zarco (cavaleiro), Tristão

Em 1443, ano da cessão senhorial de património, Nuno Tristão descobriu Arguim.

Organizados em sólidas linhas os resgates, multiplicaram-se os empreendimentos de descobertas geográficas e de exploração mercantil. Lagos, no Algarve, e Arguim, no ocidente africano, tornaram-se logo os elos principais da contínua corrente de comércio que electrizou Portugal. Os estabelecimentos de Arguim foram a salvação do Reino e da empresa oceânica, que se mostrava cada vez mais disposta a estender a sua acção civilizadora a novas áreas do Atlântico africano.

Graças à intensa actividade mercantil de Lagos ([145]), não admira que as suas classes económicas avançadas fossem as primeiras a compartilhar dos lucros oriundos da nova rota do ouro africano. O trato de Arguim, que as últimas viagens haviam demonstrado ser altamente rendoso, levou o perspicaz almoxarife ([146]) do rei, em Lagos, Lançarote ([147]), escudeiro e criado do Infante ([148]), a requerer a D. Henrique, em 1444, a devida licença para realizar uma viagem de exploração comercial e de reconhecimento geográfico à «Terra dos Negros» ([149]). Alcançada a autorização, a frota, com seis navios, seguiu directamente para Arguim.

A empresa de Lançarote e seus «associados» ([150]) representa, sem dúvida, o primeiro passo firme para o tráfico africano organizado. O empreendimento colectivo, com claros intuitos mercantis, incipiente «associação» comercial à maneira do que ocorria nas cidades da Itália, da Flandres e da Inglaterra, na Baixa Idade Média ([151]), reflecte a intensa cobiça que os resgates de Arguim, já em 1444, ano da viagem, excitavam.

Explorado o arquipélago de Arguim, Lançarote navegou até ao Cabo Branco, de onde regressou a Lagos com uma preciosa carga de escravos negros — 235, segundo Zurara ([152]), 653, no relato de Munzer ([153]), ou 680, se dermos crédito aos informes de Diogo Gomes ([154]). Fosse qual fosse o carregamento, o facto é que a expedição teria sido altamente compensada, apesar do preço de custo da armação e equipagem de um navio.

A repartição da presa entre os «sócios» foi feita em Lagos, na presença do Infante ([155]). Se aceitarmos o montante regis-

Vaz Teixeira (cavaleiro), Antão Gonçalves (guarda-roupa), Nuno Tristão (moço da câmara), Lançarote (escudeiro), Gonçalo de Sintra (escudeiro), Diogo Afonso (criado), João Fernandes (escudeiro), Garcia Homem (criado), Diogo Gil (escudeiro), Fernando Afonso (criado), Diogo Gomes (moço da câmara), João Gonçalves Ribeiro (criado), Nuno de Baya (escudeiro) e outros. (*Cf.* Zurara — *Crónica da Guiné,* v. I, págs. 70, 119, 163, 177, 178, 290 e 218; v. II, págs. 149, 220, 246 e 252; Barros — *Ásia,* Déc. I, L. 1, cap. VIII, pág. 36; cap. XI, pág. 44; Diogo Gomes — *As Relações,* pág. 278.

(145) A partir de 1419, ano em que o Infante foi nomeado governador perpétuo do Algarve, Lagos teve um enorme desenvolvimento comercial e marítimo. D. Henrique, com o seu senhorio ultramarino, fez dessa estratégica base algarvia o porto de Portugal para a África negra.

(146) Os almoxarifes eram pessoas ricas. Tinham a incumbência de administrar certas propriedades da Casa Real.

(147) *Cf.* Carta de mercê de Afonso V, de 6 de Abril de 1448, de almoxarife de Lagos a Lançarote, *in* A. N. T. T. *Chanc. de Afonso V,* L. 27, fl. 74, 4.º dipl.; Marques — *op. cit.,* v. I, págs. 425 e seg. Doc. 335.

(148) Zurara — *Crónica da Guiné,* v. I, cap. XVIII, pág. 119.

(149) *Ibidem,* págs. 116 e seg.

(150) Gil Eanes, Estêvão Afonso, Rodrigo Álvares, João Dias e João Bernardes, moradores em Lagos e «homens honrados», figuram nas *Crónicas* de Zurara (*C. da Guiné,* v. I, cap. XIX, pág. 121) e de Barros (*Ásia,* Déc. I, L. I., cap. VIII, pág. 36) como capitães de navios da frota de Lançarote. Seriam parceiros do esperto almoxarife de Lagos? Neste caso, ignoramos os contratos de parceria que ligavam entre si os empreendedores.

(151) *Cf.* Grousset, R. — *Les villes marchandes aux XIV et XV siècles.* Paris, 1948; Beardwood, A. — *Alien merchants in England 1350-1377.* Cambridge, 1931; Bigwood, G. — *Le régime juridique et économique du commerce de l'argent dans la Belgique au Moyen Âge.* Bruxelas, 1921; Knight, M. — *Histoire économique de l'Europe à la fin du moyen âge.* Paris, 1930; Lipson, E. — *Introduction to the economic history of England,* v. I, Londres, 1929; Fanfani, A. — *Le origine dello spirito capitalistico in Italia.* Milão, 1933.

(152) *Crónica da Guiné,* v. I, cap. XXIII, págs. 142 e seg

(153) *Itinerário,* pág. 43 .

(154) *As Relações,* pág. 274.

(155) Zurara — *C. da Guiné,* v. I. pág. 154.

tado por Zurara, o mais modesto dos três, D. Henrique teria então amealhado 47 escravos, correspondentes ao pagamento do quinto que lhe era devido. Afigura-se-nos um bom lucro. Afinal, o príncipe nada despendeu. Limitou-se apenas a dar a autorização legal. O quinto era, pois, uma magnífica fonte de renda ([156]). Não admira que o calculista Lançarote fosse armado cavaleiro ([157]), prémio à moda da Reconquista. A empresa ultramarina proporcionava, além de ambicionados lucros, ascenção social.

Por isso é que D. Henrique, logo após o regresso do almoxarife de Lagos, insistiu em organizar novas expedições de reconhecimento geo-económico. A Portugal interessava resolver o problema do ouro. O Infante, esclarecido com novos informes, conjugou esforços com o firme intento de estender a sua acção além do arquipélago de Arguim.

Naquele mesmo ano 1444, partiu outra frota sob o comando de Antão Gonçalves, Gomes Pires e Diogo Afonso, sendo um dos navios enviado pelo Regente D. Pedro, o que vem demonstrar, uma vez mais, a sua contribuição para a obra ultramarina ([158]).

No ano seguinte (1445), embarcou Nuno Tristão, pela terceira vez, numa caravela com destino às ilhas de Arguim ([159]). Prosseguindo viagem, chegou ao rio S. João. Dali

([156]) É claro que o preço dos escravos variava conforme a idade, robustez, educação para o trabalho e segundo as leis da relação entre a oferta e a procura. Sabe-se que em Março de 1489, no reinado de D. Manuel, o preço dos escravos em Lagos era, em média, de 5 mil reais. *(Cf.* A. N. T. T. *Chanc. de D. Manuel,* L. 31, fl. 97 v.; *L. 1.º do Guadiana,* fl. 231 v.; *C. Q. D. M.,* n.º 380, *in A. H. P.,* III, pág. 396).

([157]) *Cf.* Zurara — *C. da Guiné,* I, pág. 154.

([158]) Repare-se no que escreve Zurara — «aquele ano mandou o Infante Antão Gonçalves ... em uma caravela, e esta ia por mandado do Infante D. Pedro que àquele tempo regia o reino em nome del-Rei» (*C. da Guiné,* v. I, cap. XXIX, pág. 177).

([159]) Jaime Cortesão («O designio do Infante e as explorações atlânticas até à sua morte». *História de Portugal,* t. III, págs. 378 e seg.

navegou junto à costa, que se apresentava bem diferente do trecho até então cartografado ([160]), até ao rio Senegal ([161]), excelente via de acesso para o interior da rica Senegâmbia, que permitiu aos Cristãos desviar em favor do tráfico atlântico o ouro do Bambouk, até então monopolizado pelas caravanas transaarianas.

Organizados os resgates na Senegâmbia ([162]), abriu-se aos Portugueses um promissor horizonte. A África Negra surgia

Barcelos, 1931) afirma que a viagem é de 1446. Damião Peres *(op. cit.,* pág. 87), F. de Almeida (*História de Portugal,* t. II, pág. 78. Coimbra, 1923) e C. R. Beazley (*O Infante D. Henrique e o início dos descobrimentos modernos,* pág. 202, trad. port. Porto, 1954), mencionam o ano de 1441. João Barreto (*op. cit.,* pág. 24) e M. Godinho (*Documentos,* v. II, pág. 268) optam pelo de 1444. Os cronistas Zurara, V. Fernandes, Munzer, Diogo Gomes e Barros não indicam o ano da partida.

([160]) A costa do Cabo Não até Arguim era arenosa e estéril, bem ao contrário da que agora viam pela primeira vez «acompanhada de muitas palmeiras e outras árvores verdes e formosas» — escreve Zurara (v. I, cap. XXX, pág. 180).

([161]) Divergem os informes sobre a exacta extensão desta viagem de Nuno Tristão. Diogo Gomes (*As Relações,* pág. 275) limita-se a descrever a costa. O relato de Zurara é, igualmente, obscuro (v. I, págs. 179 e seg.). Munzer (*Itinerário,* pág. 44) repete Diogo Gomes. Barros e V. Fernandes nada informam. Damião Peres *(op. cit.,* pág. 88) acha que Nuno Tristão foi além da foz do Senegal, mas não lhe aponta a descoberta do Cabo Verde, avistado por Dinis Dias em subsequente viagem. Godinho (*Documentos,* v. I, pág. 199), Beasley *(op. cit.,* pág. 202) e Santarém *(C. da Guiné,* v. I, pág. 180, nota 1) acham que Nuno Tristão apenas chegou ao Arvoredo ou Palmar, região situada antes do Senegal. João Barreto *(op. cit.,* pág. 24) considera inaceitável a hipótese de Santarém que Godinho e Beazley aceitam. O autor da *História da Guiné* afirma que Nuno Tristão ultrapassou o Senegal, concordando, assim, com a hipótese de Damião Peres.

([162]) A. Teixeira da Mota («O problema da descoberta da Guiné portuguesa». *Congresso Comemorativo do V Centenário do Descobrimento da Guiné,* vol. I, pág. 34. Lisboa, 1946) afirma que Nuno Tristão foi o primeiro europeu que estabeleceu contacto com os negros mandingas, senhores das rotas do ouro e, até então, «sócios» dos nómadas cameleiros do Sáara.

aos olhos maravilhados dos navegadores do Infante como um promissor «Eldorado». A penetração continental portuguesa ia realizar-se à custa do ideal de um Portugal maior, que alargasse as suas fronteiras para o Atlântico Sul. Por isso, o «novo mundo», sorridente de esperanças, apressou o reconhecimento da costa.

A partir de então, multiplicaram-se as viagens à Guiné. Em 1445, Dinis Dias, «homem abastado e de honrados feitos», armou um navio (163), e foi directamente (164) ao Senegal, termo da costa então conhecida. Nesse mesmo ano, preparou-se outra expedição de três caravelas com Antão Gonçalves, Garcia Homem e Diogo Afonso, criados do Infante (165). Seguiu-se a empresa de Gonçalo Pacheco (166), que requereu a D. Henrique autorização para enviar uma caravela e equipar mais duas que pertenciam a Álvaro Gil, ensaiador da Moeda, e Mafaldo, morador em Setúbal (167). O comando do navio armado por Gonçalo Pacheco foi dado a Dinis Eanes da Grãa, seu sobrinho e — o que é importante — escudeiro do Regente D. Pedro, facto que nos leva a crer que o irmão de D. Henrique estaria interessado na «parceria».

A burguesia portuguesa mostrava-se cada vez mais interessada na empresa henriquina, encontrando nela novos estí-

(163) A viagem seria de iniciativa particular, demonstrando já a intervenção da burguesia lisboeta na expansão. (*Cf.* Barros — *Ásia*, Déc. I, L. I. cap. IX, pág. 39; Santarém — Nota 1, *in C. da Guiné*, v. I, pág. 184; Godinho — *Documentos*, v. II, pág. 202, nota 1).

(164) A viagem directa constitui prova evidente dos progressos da marinharia portuguesa na época de D. Henrique. Repare-se nesta passagem de Zurara: «o qual nunca quiz amainar até que passou a terra dos mouros e chegou a terra dos negros» (*C. da Guiné*, v. I, pág. 184).

(165) *Ibidem*, pág. 190.

(166) Era tesoureiro-mor das «cousas» de Ceuta em Lisboa e pai de Duarte Pacheco (*Ibidem*, pág. 218; Barros, *Ásia*, Déc. I, pág. 44).

(167) A duração da «sociedade» seria limitada a uma viagem. Repare-se que não encontramos os mesmos armadores nas empresas seguintes. Tudo indica que na torna-viagem, divididos os lucros, a «companhia» seria liquidada.

mulos para o prosseguimento das explorações geo-económicas além do Senegal. Os mercadores do Reino, pela sua extraordinária obra de reconstrução económica, política e social, e pela obsessão de alcançar os mercados do ouro e dos escravos, sempre claramente expressa, não podiam deixar de participar em novos empreendimentos ultramarinos.

Por isso, o almoxarife Lançarote dirigiu-se de novo ao Infante, solicitando autorização para com alguns negociantes do Reino organizar nova expedição à «Terra dos Negros» (168).

O chefe da armada era Lançarote. Acompanhavam-no Soeiro da Costa, alcaide de Lagos e sogro do esperto almoxarife, Gomes Pires (169), Álvaro de Freitas, Rodrigues Eanes Travassos (170), Estêvão Afonso, João Gonçalves Zarco, Dinis Dias, Gil Eanes, Tristão Vaz Teixeira e outros homens experimentados. O objectivo era a exploração do «rio do Nilo» (171).

No ano seguinte (1446), Gonçalves Zarco entregou a seu sobrinho, Álvaro Fernandes, uma caravela com a missão de continuar o reconhecimento da costa da Senegâmbia. Nave-

(168) A frota era composta por 26 caravelas e uma fusta. Armaram-se em Lagos 14 caravelas. As demais prepararam-se em Lisboa e na Madeira. Destas, uma era de Dinis Dias e de Tristão Vaz Teixeira, outra de Álvaro G. Ataíde e duas de João Gonçalves Zarco. (*Cf.* Zurara, v. II, pág. 21; Barros — *Ásia*, Déc. I, págs. 45 e seg.; V. Fernandes — *O Manuscrito*, pág. 157).

(169) «que era presente naquela caravela del-Rei como principal capitão» (Zurara — v. II, pág. 60). Esta passagem do cronista não revela que a expedição era de iniciativa particular e do Infante D. Pedro? A frota não é composta de navios armados e equipados por particulares e por uma caravela da Coroa enviada pelo Regente? Assim sendo, não é mais uma prova da acção ultramarina de D. Pedro?

(170) «criado do Regente que trabalhava quanto podia por acrescentar em sua honra» (*Ibidem*). A ida de um criado do Regente não significa nada? Não será sinal evidente da intervenção de D. Pedro que, além de armar um navio, envia um criado seu?

(171) É o Senegal, que supunham ser braço do Nilo. Segundo a cartografia da época, o Nilo teria duas embocaduras: uma no Mediterrâneo e outra até então ignorada, no Atlântico. Explorar esta última seria um dos desejos do Infante.

gando além do Cabo Verde, encontrou um rio onde travou violenta luta com os indígenas que se mostravam agressivos. Ferido, voltou para o Reino, onde recebeu 200 *dobras* — 100 do Regente D. Pedro e outras 100 de D. Henrique [172], por ter ido além do Cabo dos Mastros [173].

Nesse mesmo ano (1446), burgueses de Lagos e da Madeira organizaram uma expedição, à maneira do que havia feito Lançarote, dispostos a navegar algumas léguas além do Cabo Verde [174]. Afigura-se-nos importante o registo desta armada [175], pois a frota de Lagos era integrada por uma caravela pertencente ao bispo do Algarve, da qual era capitão um seu escudeiro [176]. Ignoramos, porém, a participação do clero em empresas desta natureza. Quais os móveis disso? Cristianização? Curiosidade científica? Comércio?

Em 1447, logo no ano seguinte, mais três expedições de iniciativa henriquina [177] foram ao rio do Ouro e a Arguim por escravos, peles e óleo de focas [178]. As viagens ao norte do Senegal, além de menos arriscadas e dispendiosas, eram mais lucrativas. Acontece que os negros da Senegâmbia se mostravam agressivos, dificultando enormemente a exploração

---

[172] «pelo que foi dado duzentas dobras: cento que lhe mandou dar o Infante D. Pedro, e doutras cento do Infante D. Henrique» (Zurara — *C. da Guiné*, v. II, pág. 217). Note-se, uma vez mais, como o Regente D. Pedro era um animador da expansão atlântica.

[173] Até onde, exactamente, teria ido Álvaro Fernandes? João Barreto *(op. cit.*, pág. 39) acha que chegou às proximidades da Serra Leoa. Teria alcançado o Rio Grande? Duarte Leite (*Acerca da «Crónica dos feitos da Guiné»*, pág. 167. Lisboa, 1941) e Damião Peres *(op. cit.*, pág. 101) afirmam que não foi tão longe.

[174] Zurara — *C. da Guiné*, v. II, pág. 220.

[175] Como acontece com outras viagens à Guiné, alguns historiadores dos descobrimentos—Damião Peres *(op. cit.)* e João Barreto *(op. cit.)*, por exemplo, omitem esta expedição.

[176] *Cf.* Zurara — *C. da Guiné*, v. II, pág. 220.

[177] Referimo-nos às viagens de Gomes Pires, Antão Gonçalves e Jorge Gonçalves.

[178] Zurara — págs. 241 e segs.

da terra e a organização dos resgates. Os Mandingas e Jalofos do Senegal e do Gâmbia não pareciam dispostos a receber os novos clientes europeus. Viviam desconfiados e arredios. Tudo seria questão de tempo, repetição de esforços e habilidade diplomática para atrair à agremiação portuguesa os régulos da Senegâmbia, senhores dos segredos do ouro.

As condições necessárias à penetração continental na «Terra dos Negros» estavam, todavia, a ser preparadas. A expansão ultramarina portuguesa despertava atenções internacionais. Ao longe, a fama das viagens atraía a Portugal «aventureiros» de toda a espécie, esperançosos por honras e riquezas. Dentre eles, destacou-se um fidalgo da Corte da Dinamarca [179] de nome *Villarte* [180], que veio a Portugal com o claro intento de poder participar nas expedições ao ocidente africano. Para isso, pediu ao Infante [181] uma caravela para ir à Guiné, no que foi prontamente atendido.

A expedição partiu de Lisboa [182] em fins de 1447 ou princípios do ano seguinte [183], com destino ao Cabo Verde. A acom-

---

[179] Diogo Gomes (*As Relações*, pág. 277) diz que era do Reino da Suécia. Zurara (*C. da Guiné*, v. II, pág. 251) menciona os três povos escandinavos — «del-Rei de Dinamarca e de Suécia e Noruega». Optamos pela Corte da Dinamarca, uma vez que os outros dois Estados estavam politicamente reunidos a este Reino. Note-se que Vilarte era estrangeiro, sinal evidente de que a «política de sigilo» defendida por J. Cortesão não era tão rigorosa.

[180] A grafia do nome varia de cronista para cronista: *Vallarte* (Zurara, pág. 251), *Valarte* (V. Fernandes, pág. 182) e *Abelhart* (Diogo Gomes, pág. 277).

[181] José de Bragança (Nota 1, *in Crónica da Guiné*, v. II, pág. 25) acha que o «Infante» bem pode ser o Regente. Assim, teríamos mais uma prova do interesse de D. Pedro pelas coisas da Guiné.

[182] O facto de ter partido de Lisboa não reforça a ideia de que o Infante D. Pedro é que teria armado a caravela? As frotas henriquinas não partiam de Lagos?

[183] Em que ano teria partido Vilarte? João Barreto *(op. cit.)* afirma que foi em 1447. F. de Almeida *(Hist. de Portugal*, t. II, pág. 89) diz que Vilarte veio para Portugal em Janeiro de 1448. Damião Peres *(op. cit.)* nada esclarece. Beazley *(op. cit.*, pág. 224) acha que o navegador teria morrido

panhar Villarte iam Fernando Afonso, como embaixador, para tratar com os régulos, e dois cativos da Guiné como intérpretes (184).

Navegando além do Cabo Verde, chegaram a um porto da costa do ocidente africano chamado *Abran,* onde desembarcaram para o reconhecimento da terra. Villarte conseguiu avistar-se com os chefes negros Guitanye, Satan e Minef, vassalos do poderoso rei Boor, cuja aldeia ficava no interior a uns seis dias de jornada (185).

Os indígenas mostraram-se arredios e desconfiados. Apesar disso, os cristãos conseguiram efectuar alguns resgates — panos e enfeites por marfim (186). Os régulos, no entanto, estavam em desacordo entre si sobre a atitude a adoptar para com os intrusos europeus. Assim, numa ocasião em que os expedicionários se encontravam na praia, os nativos atacaram-nos de surpresa. Morto Villarte, Fernando Afonso regressou directamente a Portugal (187).

Depois dessa desastrosa viagem, houve uma nova interrupção na série dos descobrimentos henriquinos. A hostilidade das populações negras ao sul do Cabo Verde era um empecilho. As expedições à Senegâmbia eram, por isso mesmo, altamente deficitárias. Cada viagem era uma «aventura», um bilhete de lotaria que podia sair premiado ou não.

---

no começo de 1449. Porém, não menciona a data da partida, que bem podia ter sido em fins de 1447. Zurara (v. II, pág. 252) informa apenas que Fernando Afonso, criado do Infante acompanhou Vilarte. O Cardeal Saraiva (*Indice,* pág. 68) diz que, em 1448, Fernando Afonso foi ao sul do Cabo Verde como embaixador, mas não se refere à viagem de Vilarte. É provável que a viagem se tenha realizado em fins de 1447 ou começos de 1448. Se Vilarte morreu em princípios de 1448, como afirma Beazley *(op. cit.,* pág. 224), a expedição seria no segundo semestre de 1447, pois a viagem levaria seis meses.

(184) *Cf.* Zurara — *Crónica da Guiné,* v. II, pág. 252.

(185) *Idem,* pág. 254 e seg.

(186) *Idem,* pág. 257.

(187) *Idem,* pág. 259 e seg.; Diogo Gomes — *As Relações,* págs. 277 e seg.

A realidade africana, além do «inferno verde», acarretaria, é o que se nos afigura, uma retracção — encolhimento de iniciativas. Isso deve ter induzido o Infante a voltar-se mais para a colonização das ilhas atlânticas (188) e para o trato com as populações negras da costa do Senegal, que se mostravam menos agressivas.

O hiato deve-se, no entanto, quer-nos parecer, às novas condições internas do Reino. Aos aspectos financeiros sobrepunha-se o drama político que culminou com a morte do Regente D. Pedro na trágica noite de 20 de Maio de 1449, em Alfarrobeira (189). Acrescente-se a isso a luta com Castela pela

---

(188) As ilhas interessavam a Portugal por mais de um motivo. Constituíam excelentes terras de colonização (derivativo para a nobreza minguada em rendas) e de comércio, além de servirem de bases navais para a costa ocidental da África, tanto para a Guiné, como para Marrocos. Na Madeira e nos Açores, desenvolveram os Portugueses a cultura de cereais, vinho, açúcar e criação de gado. Ali encontraram, outrossim, o pastel e a urzela — vegetais para a indústria de tintas. Paralelamente a isso, desenvolveu-se o comércio de escravos e da madeira. O sangue de dragão e o pescado completavam a riqueza das procuradas ilhas. *(Cf.* Mauro, F. — «De Madère à Magazan: une Méditerranée atlantique». *Hésperis,* t. XL, 1.º e 2.º trimestres, págs. 250 e segs. Paris, 1953; Serrão, J. — «Sobre o trigo das ilhas nos séculos XV e XVI». *Das Artes e da História da Madeira,* v. 1.º, n.º 3. Agosto, 1950; «Em torno da economia madeirense de 1580-1640. *Ibidem,* v. I, n.º 1. Junho de 1960; Costa, F. Carneiro da — «Os Açores e o problema cerealífero português do século XV. *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquivo dos Açores,* ano I, n.º 1, págs. 13 e segs. Janeiro, 1945; «A cultura do pastel nos Açores. *Ibidem,* n.º 4, 1945; Costa, M. G. da — «Os Açores, base atlântica no século XVI. *Brotéria,* Junho, págs. 17 e segs. Lisboa, 1944.

(189) A Regência de D. Pedro (1439-1449), movimento urbano e burguês, constitui um período da História de Portugal de carácter acentuadamente anti-senhorial. Alfarrobeira é a reacção da fidalguia. Dela os nobres saem suficientemente fortes para dominarem a política nacional portuguesa durante o reinado de Afonso V. *(Cf.* Ribeiro, A. — «Alfarrobeira». *História de Portugal,* III, págs. 87 e segs. Barcelos, 1931. «A Regência do Duque de Coimbra». *Ibidem,* págs. 74 e segs., «Afonso o Africano». *Ibidem,* págs. 101 e segs.; França, E. O. — *op. cit.,* págs. 301 e segs.).

posse das Canárias e compreenderemos melhor a interrupção das viagens à «Terra dos Negros» depois do desastre da expedição de Villarte. Outrossim, o casamento da Infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso, com o imperador alemão Frederico III (190), desviando por uns instantes as atenções do Reino, seria mais um contributo para explicar a pausa na actividade ultramarina para além do Senegal.

Desaparecido o Infante D. Pedro, a burguesia, sua aliada, entrou em comoção. Mesmo depois de restabelecido o sossego no Reino, houve um relaxamento de forças da acção henriquina no prosseguimento das descobertas, indício do abalo causado pela morte do Regente.

Depois dessa pausa, hiato forçado, necessário talvez, abriu-se o «sinal verde». Com os resgates do ouro, intensificaram-se as navegações. Portugal voltou-se, resolvido, para a «Terra dos Negros» com o claro intento de solucionar a complicada questão da Senegâmbia. A ideia do aprovisionamento de metal fino continuava a perseguir os espíritos. A obsessão do ouro era um tremendo traumatismo que atormentava, numa dura afirmação da realidade das exigências materiais, todos os cérebros. As populações negras além do Senegal guardavam os segredos do ouro. Impunha-se, pois, conquistar a confiança e a amizade dos indígenas, cuja terra aurífera se apresentava, então, aos olhos maravilhados dos Cristãos, como a presa mais ambicionada de Portugal e do resto da Europa.

Por isso, não admira que, em 1554, o nobre veneziano Alvise de Ca da Mosto — aportuguesadamente Luís de Cada-

(190) O enlace foi celebrado em Lisboa a 9 de Agosto de 1451, sendo Frederico III representado por procurador. (*Cf.* Pina — *Chronica de Afonso V*, cap. XCCCI e seg. *in loc. cit.;* Santarém — *Quadro*, t. I, págs. 349 e seg.; t. II, págs. 87 e segs.; Cordeiro, L. — *Uma sobrinha do Infante*. Lisboa, 1894; Viterbo, S. — «D. Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha». *A. H. P.*, t. VII, págs. 432 e segs.; t. VIII, págs. 34 e segs.).

mosto (191) — viesse para Portugal (192). Depois de conseguir

(191) Como a *Crónica da Guiné* não abrange feitos posteriores a 1447, as viagens de Cadamosto constituem fonte de grande interesse para o estudo da história da penetração continental portuguesa na África negra, nos últimos anos da vida do Infante. As suas viagens foram publicadas pela primeira vez em 1507, em Vicência, na compilação *Paesi Nuovamente Retrovati Et Novo Mondo da Alberico Vesputio Florentino intitulato*, com o título de «Aloysio de Cadamosto libro della prima navigatione per Oceano alla terra de Negri et della bassa Ethiopia, per commandamento del Infante D. Henrico di Portogallo». Sucessivamente, a narrativa das suas viagens foi publicada em edições italianas e versões latinas, alemãs e portuguesas. (*Cf.* Caddeo, R. — *Le Navigiazioni atlantichi di Alvise da Ca da Mosto*. Milão, 1929; *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra* (textos italiano e português). Ed. da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1948; *Navegações 1.ª e 2.ª de Luiz de Cadamosto* (textos italiano e português), *in* Silva Marques — *Documentos*, Suplemento ao v. I, págs. 164-248; Ramusio, G. B. — «Navigatione del M. Aluise de Ca da Mosto. *Delle Navigationi et Viaggi*, págs. 96 e segs. Veneza, 1563; «Navigatione del Capitano Pietro di Sintra Portoghesi scritta per il M. Aluisi de Ca da Mosto». *Ibidem*, págs. 110 e segs.).

(192) A darmos crédito à versão tradicional, Cadamosto teria vindo a Portugal por acidente. No dia 8 de Agosto de 1454, embarcou em Veneza numa das galés da rota da Flandres. Teria, então, 22 anos de idade. Nas alturas do Cabo de S. Vicente, foi detido por uma tempestade. O Infante, informado da chegada dos italianos, enviou o seu secretário António Gonçalves, que se fez acompanhar do cônsul veneziano Patrício de Conti. Cadamosto, encantado com o que ouviu sobre o Ultramar português e resolvido a tentar fortuna, deixou-se ficar no Algarve, enquanto os seus companheiros prosseguiram. (*Cf. Viagens*, P. II, págs. 86 e segs., *cit.* ed. da Academia). Até que ponto podemos dar crédito à narrativa do esperto veneziano? Godinho (*A expansão*, pág. 83) relaciona a sua vinda a Portugal com o interesse de Veneza nos descobrimentos de uma nova rota das especiarias africanas. Entre Cadamosto e Patrício de Conti, cônsul de Veneza em Portugal, haveriam estreitas ligações nesse sentido. Afigura-se-nos, no entanto, que a «Rainha do Adriático» não estaria em condições de enfrentar Portugal no Atlântico. Os Portugueses já tinham a caravela. As pesadas galeras italianas não se atreviam a navegar no «mar tenebroso». O estabelecimento de uma nova rota marítima veneziana poderia levar essas Potências a uma guerra. O plano de Cadamosto seria apenas de espionagem, se é que ele estava ao serviço de Veneza. O espírito de aventura e a ideia de um lucro fácil seriam, quer-nos parecer, os móveis que levaram Cadamosto a entrar em relações com D. Henrique.

dos favores do Infante a necessária licença ([193]), empreendeu duas viagens à Guiné — em 1455 e 1456 ([194]).

No dia 22 de Março de 1455, partiu de Lagos numa caravela armada por Vicente Dias, natural desta cidade algarvia ([195]). Navegando em direcção à Madeira, desembarcou no porto de Monchique no dia 27 ([196]). Depois de passar pelas Canárias, chegou, ao fim de alguns dias, ao Cabo Branco, de onde seguiu para o arquipélago de Arguim ([197]). Dali partiu

([193]) Repare-se, uma vez mais, que em Portugal não se fazia segredo em torno das viagens e descobertas africanas. O tão falado sigilo não merece o crédito que alguns historiadores lhe querem dar.

([194]) O Visconde de Santarém (*Recherches sur la priorité des découvertes des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique,* pág. 270. Paris, 1842); M. R. Major (*Vida do Infante D. Henrique de Portugal,* pág. 304, trad. port. Lisboa, 1876) e F. de Almeida (*História de Portugal,* t. II, pág. 93) acham que a segunda viagem de Cadamosto foi realizada em 1457. Mendes de Brito (*O Infante D. Henrique, 1394-1460,* pág. 196. Lisboa, 1942) e M. Trigoso (*Navegações de Luiz de Cadamosto a que se ajuntou a viagem de Pedro de Cintra, capitão português, in* «Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas», t. II, págs. 137 e seg. Academia Real das Sciências, Lisboa, 1812) antecipam de dez anos a primeira viagem, que teria sido empreendida em 1445, portanto, dois anos antes da expedição de Vilarte, o que nos parece inaceitável. Depois dos trabalhos de Beazley (*op. cit.,* pág. 239), Damião Peres (*op. cit.,* pág. 102) e J. Barreto (*op. cit.,* págs. 43 e seg.) não há que duvidar: as duas viagens foram realizadas em 1455 e 1456. Demais, é o próprio Cadamosto que menciona o dia e ano em que partiu pela primeira vez para a Guiné, apesar de F. de Almeida (*op. cit.,* pág. 93, nota 2) afirmar que Cadamosto não consigna as datas das suas viagens, o que não é verdade. Repara-se nesta passagem do explorador veneziano: «partissemo dal spradito cano san Vizenzo a di 22 marzo 1455» (*Viagens,* P. I, pág. 8). E referindo-se à segunda expedição: «lano seguente...» (*Idem,* pág. 60).

([195]) «del qual giera patron Uno Vizente dies natural de lagus» (*Ibidem,* pág. 7). Qual a participação do armador Vicente Dias? Qual o contrato que o prendia a Cadamosto? Eis o problema.

([196]) Cadamosto mostra-se maravilhado com a riqueza cerealífera da Madeira, pondo em relevo os progressos das povoações de Monchique, Santa Cruz, Funchal e Câmara de Lobos (*Ibidem,* pág. 9).

([197]) *Idem.* P. II, págs. 100 e seg.

para o Senegal, rio que separava a terra pobre e árida dos pardos Azenegues do fértil país dos Negros.

O régulo Zucholino era, então, o rei do Senegal. As populações, fisicamente bem constituídas, ao contrário dos Azenegues, que eram enxutos e de pequena estatura, eram criadores de gado vacum e caprino. O cavalo era o animal mais apreciado. Viviam em guerra com os aldeamentos dos sertões. Os prisioneiros eram transformados em escravos e negociados com os Azenegues e Alarves do norte ou, então, obrigados a trabalhar no cultivo de certas terras ([198]).

Navegando em direcção ao sul, Cadamosto chegou a um lugar, a cerca de 80 milhas do Senegal, chamado *terra de Budomel.* O perspicaz veneziano, com o claro intento de conquistar a confiança e amizade do potentado negro, presenteou-o com sete cavalos e alguns panos de lã ([199]).

Budomel convidou Cadamosto a passar alguns dias em sua casa, distante da costa 25 milhas, onde lhe daria 100 escravos como forma de pagamento do que havia recebido. O italiano aceitou prontamente. As mercadorias que tinha dado ao régulo haviam-lhe custado mais de 300 *ducados* ([200]). Mas a amizade com os indígenas valia mais do que isso. Conquistada a confiança do príncipe negro, Cadamosto poderia conhecer os sertões da Senegâmbia e, o que era importante, cartografar as pistas do ouro.

Aproveitando-se da hospitalidade do régulo, os cristãos percorreram as terras do interior, visitando algumas feiras onde se permutavam panos de algodão, milho, óleo, gamelas de pau, esteiras de palma, armas e ouro em pó. Tudo era feito à base de troca, incipiente economia de compensação ([201]).

Do reino de Budomel, onde obteve uma carga de escravos, Cadamosto fez-se à vela em demanda do rio Gâmbia que, se-

([198]) *Idem,* pág. 118.

([199]) *Idem,* P. II, pág. 125.

([200]) *Idem,* P. I, pág. 35.

([201]) *Idem,* P. II, pág. 141.

gundo lhe informara o Infante, ficava além do Senegal, numa região onde se encontraria grande porção de ouro ([202]).

Continuando sua rota para o sul, encontrou nas imediações do Cabo Verde duas caravelas, uma em que ia o genovês Antoniotto Uso di Mare, que havia saído de Lagos logo após a partida de Cadamosto, e outra em que viajavam alguns escudeiros de D. Henrique. Como o intento de todos era o mesmo, juntaram-se os três navios, e continuaram a navegar rumo ao sul, sempre à vista de terra. Ultrapassando o Cabo Verde, distante do reino de Budomel 40 milhas ([203]), encontraram três ilhotas onde havia abundante vegetação. Desembarcaram numa delas para fazer aguada, mas, como não encontraram nenhuma nascente, prosseguiram viagem logo no dia seguinte.

Passando o Cabo Verde, entraram numa costa baixa, de rica flora, banhada por numerosas ribeiras e pequenos rios, que não permitia a navegação. Esse trecho do ocidente africano era habitado por dois povos negros: os Barbacins e os Sereros, ambos independentes do reino do Senegal. Idólatras, arredios e agressivos, usavam o arco e flechas envenenadas ([204]).

Navegando durante o dia e lançando âncoras todas as tardes ao sol posto, com 10 ou 12 braças de água, e distantes da costa 4 ou 5 milhas, prosseguiram sempre em direcção ao Equador, com o claro objectivo de alcançar o Gâmbia, onde esperavam encontrar o desejado metal amarelo.

Finalmente, chegaram à boca do Gâmbia, larga de 3 a 4 milhas ([205]). Foi uma desilusão. Onde esperavam encontrar

---

([202]) *Idem*, P. I, pág. 49.

([203]) «distante del luogo done Io mi parti da budamel millia 40» (*Ibidem*, pág. 50).

([204]) *Idem*, P. II, pág. 147.

([205]) Foi aí que pela primeira vez foi observado por Cadamosto o Carro Sul, identificado com o grupo estelar hoje conhecido por *Cruzeiro do Sul*. Ali verificaram o quase desaparecimento da Estrela Polar. Por isso, procuraram um novo no Cruzeiro do Sul. (*Cf. Cadamosto — Ibidem*, pág. 155; Bensaúde, J. — *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*, págs. 145 e seg., Bern, 1912; Beazley — *op. cit.*, pág. 258; Brito, Mendes de — *op. cit.*, págs. 195 e seg.).

ouro quase acharam a morte. Os indígenas mostraram-se agressivos. Os cristãos, resolvidos a explorar o interior, subiram o rio até avistarem almadias de negros, que atacaram os intrusos europeus com setas envenenadas. De nada valeram os esforços de Cadamosto para entabular relações pacíficas de comércio. Tudo foi em vão. Diante da hostilidade dos negros e dos protestos da tripulação, ansiosa por voltar para Portugal, Cadamosto achou mais prudente regressar directamente ao Reino ([206]).

Nessa primeira viagem, Cadamosto e Uso di Mare não foram além do Gâmbia ([207]). Logo no ano seguinte (1456), no entanto, ambos, de comum acordo, armaram duas caravelas, com o firme propósito de voltarem à Guiné e explorarem o Gâmbia ([208]). O Infante D. Henrique, entusiasmado com o relatório dos italianos, equipou uma terceira caravela, cujo comando entregou a um capitão de nome ignorado ([209]).

Em princípios de Maio, partiram de Lagos, pelas Canárias e pelo Cabo Branco. Ao fim de três dias de viagem, encontraram, pela primeira vez, algumas das ilhas do arquipélago de de Cabo Verde ([210]). Navegando para o sul, por uma costa já

([206]) *Viagens de Cadamosto*, P. II, pág. 155.

([207]) «no passando piu auanti» (*Idem*, P. I, pág. 59).

([208]) *Idem*, pág. 60.

([209]) Cadamosto não menciona o nome do capitão do navio armado por D. Henrique. Idêntica omissão cometem os historiadores dos Descobrimentos.

([210]) Sobre o descobrimento do arquipélago de Cabo Verde há uma enorme confusão. A darmos crédito à narrativa de Cadamosto (P. II, págs. 159 e seg.), não há dúvidas: em 1456, ele e seu companheiro Uso di Mare desembarcaram nas ilhas da Boa Vista e Santiago, onde fizeram aguada e se abasteceram de tartarugas e pombos — excelente provisão para a viagem. Diogo Gomes (*As Relações*), no entanto, reivindica para si a glória de ter sido o primeiro cristão a avistar a ilha de Santiago, que teria sido a primeira ilha descoberta de Cabo Verde, em 1460.Diante disso, dividem-se os historiadores. C. A. de Bettencourt (*Descobrimentos, guerras e conquistas dos portugueses em terras do ultramar nos séculos XV e XVI*, págs. 57 e seg. Lisboa, 1881) não aceita o informe

conhecida, chegaram ao Gâmbia, o qual começaram logo a subir.

Desta vez foram bem recebidos pelos indígenas, que se mostravam admirados com os navios (211), vestuários e cor da pele dos cristãos. Navegando sempre pelo rio acima, iam avistando almadias de negros, aos quais ofereciam panos e outros artigos que levavam para o trato. Conquistada a confiança dos indígenas das margens do Gâmbia, Cadamosto soube que o potentado da região era o príncipe Farosangoli, que vivia no sertão, longe do rio entre 9 e 10 dias de viagem (212).

Continuando a navegar rio acima, os europeus chegaram a uma aldeia situada a 60 milhas da foz do Gâmbia onde imperava o régulo Batimansa. Os expedicionários logo entraram em relações de amizade com os nativos, conquistando a confiança e simpatia do príncipe negro, e trocando panos e bugigangas que levavam por escravos, gatos de algália e ouro (213).

Como as febres ameaçavam a expedição, Cadamosto resolveu sair da terra de Batimansa, descendo o Gâmbia até à foz. Dali navegou mais 100 milhas para o sul, chegando à boca do rio Casamansa. Seguindo a costa, avistou uma ponta de terra de cor avermelhada a que chamou Cabo Roxo. Continuando a navegar para o sul, sempre junto do litoral, encontrou um

de Cadamosto. Acha que a descoberta se deve a Uso di Mare, companheiro de Diogo Gomes na viagem de 1460. Beazley (*op. cit.* pág. 259) e Mendes de Brito (*op. cit.*, pág. 196) aceitam a narrativa de Cadamosto. Porém, não apontam o nome do descobridor. Major (*op. cit.*, pág. 335) e Damião Peres (*op. cit.*, pág. 133) aceitam o relato de Diogo Gomes. Uma coisa não deve ser posta em dúvida: o papel desempenhado por Uso di Mare. Não era ele companheiro de Cadamosto em 1456 e de Diogo Gomes em 1460?Fosse o português ou o veneziano, o certo é que o genovês Uso di Mare estava presente.

(211) Os negros do Gâmbia desconheciam a navegação à vela. As suas almadias eram tocadas a remos.

(212) *Cf. Cadamosto,* P. I, págs. 63 e seg.

(213) V. Fernandes (*O Manuscrito,* pág. 75) repetindo a narrativa de Cadamosto, não menciona o resgate de ouro.

rio que denominou *Rio de Santa Ana* (214). Pouco depois, chegou ao rio de S. Domingos (215). Prosseguindo viagem, chegou a uma extensa embocadura de um rio que lhe pareceu ser um golfo. Era o Geba, também conhecido por *Rio Grande* (216).

Na foz do Geba, Cadamosto lançou âncora. Logo viu aproximarem-se da sua caravela almadias de negros. Os intérpretes não se fizeram entender. Os negros além do Gâmbia pertenciam a outros agregados culturais. O desconhecimento recíproco das línguas não impediu a transacção mercantil. Os cristãos resgataram dos próprios navios algum ouro em jóias por troca de miudezas (217). Dois dias depois, regressaram a Portugal (218).

Cadamosto trouxe ao Reino uma verdadeira «Aleluia». O Infante, vendo-se na trilha do ouro, organizou uma nova expedição composta por três caravelas, cujos comandos entregou a Diogo Gomes (219), capitão-mor, João Gonçalves Ribeiro e Nuno Fernandes de Baya, estes dois últimos, respectivamente, criado e escudeiro da Casa de D. Henrique (220).

(214) Bendes de Brito (*op. cit.*, pág. 196) e E. Prestage (*op. cit.*, pág. 120) identificaram esse rio com o Cacheu, primeiro curso de água ao sul do Casamansa.

(215) É o rio Manso (*Ibidem*).

(216) *Cf. Cadamosto,* P. II, pág. 171.

(217) «da quelli negri da quelli 2 almadie fo comprada muj algunj arraleti doro» (*Idem,* pág. 73).

(218) *Ibidem.*

(219) Diogo Gomes era moço da câmara do Infante. Foi almoxarife do Paço de Sintra, conhecendo nessa ocasião o alemão Martinho de Boémia, que escreveu em latim as suas narrativas — provàvelmente em 1482, já no reinado de D. João II. A narração foi reproduzida por Valentim Fernandes num códice que se acha guardado na Biblioteca de Munich. De uma cópia fiel desse códice foi feita a versão portuguesa por Gabriel Pereira, intitulada *Diogo Gomes. As Relações do Descobrimento da Guiné e das Ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde.* (*Cf. As Relações,* págs. 267 e seg.).

(220) Em que ano teria Diogo Gomes realizado a viagem? As suas *Relações* não mencionam o ano. Damião Peres (*op. cit.*, pág. 104) conside-

Navegando para o sul, junto à costa da Senegâmbia, Diogo Gomes passou os Rios S. Domingos e Grande, indo ter a um outro rio chamado *Fancaso* ([221]), actual Rio Grande de Buda ([222]). Logo apareceram os indígenas nas suas almadias com panos de algodão ([223]), dentes de elefante e malagueta em grão «nas suas cascas tal qual cresce» ([224]), dispostos a comerciarem com os portugueses.

Do Rio Grande, Diogo Gomes retrocedeu até ao Gâmbia, cuja exploração geo-económica havia sido, como vimos, iniciada por Cadamosto. Aproveitando o vento próspero e boa maré, subiu a importante via fluvial de penetração continental, encontrando-se no rio, à medida que navegava, com os negros, que já se mostravam mais hospitaleiros.

Os indígenas dos sertões do Câmbia com os quais Diogo Gomes fez as primeiras trocas eram vassalos do régulo Frangasik, sobrinho do rei Farisangul. Ali resgataram os cristãos

---

ra-a contemporânea da segunda viagem de Cadamosto, empreendida em 1456. Beazley (*op. cit.* 283) acha que foi em 1458.

([221]) *Cf. As Relações*, pág. 278.

([222]) *Cf.* Damião Peres — *op. cit.*, pág. 107.

([223]) A narrativa de Diogo Gomes menciona panos de seda, o que achamos inaceitável. Jaime Cortesão («O desígnio do Infante e as explorações atlânticas até à sua morte». *História de Portugal*, t. III, pág. 279. Barcelos, 1931), no entanto, afirma que os Portugueses encontraram na foz dos rios da Guiné, como produtos de troca do comércio local, panos de seda. Não será mais um dos exageros da narrativa de Diogo Gomes? Afigura-se-nos que sim, apesar de J. Cortesão lhe dar crédito.

([224]) O que mais maravilha Diogo Gomes é a malagueta. Seria essa a primeira vez que os Portugueses a resgatavam? Teria sido esse navegador henriquino o primeiro a trazê-la para Portugal por via atlântica? Quer-nos parecer que sim. Cadamosto não se refere a ela apesar de a conhecer como bom mercador veneziano que era. E no reino de Gâmbia havia malagueta, como já o afirmou o Conde de Ficalho (*Memória sobre a malagueta*, pág. 24. Lisboa, 1945).

180 arráteis ([225]) de ouro em troca de panos, manilhas ([226]) e outras miudezas ([227]).

Dominado por preocupações comerciais ([228]), incitamento material de penetração nos sertões, o capitão de D. Henrique colheu novas notícias sobre a terra. O ponto de mira era o rico metal amarelo, de que amostras de Frangazik haviam despertado os maiores apetites. Obcecado por essa ideia, Diogo Gomes subiu o rio, e foi até Cantor, mercado do Gâmbia, onde traficavam os nómadas cameleiros do deserto com os negros mandingas. O principal objectivo dos expedicionários consistia em localizar um ponto de contacto com os mercadores do ouro do Tombuctu e dos demais entrepostos do sul do deserto, que abasteciam as caravanas transaarianas de metal fino. Com a chegada dos cristãos a Cantor, desenhava-se a enorme tenaz que haveria de estrangular o Muçulmano cameleiro. Portugal, unido económica e politicamente, com interesses a defender e a legitimar, encontrava-se cada vez mais apto para enfrentar o crescente poderio do Islão na «Terra dos Negros» e, consequentemente, para desviar para o Atlântico o trânsito do ouro africano.

A presença de Diogo Gomes em Cantor provocou os maiores alvoroços ([229]). O conflito entre Muçulmanos e Portugueses pela hegemonia sobre os impérios negros do Sudão centro-ocidental abriu um profundo sulco de febre económica. A tradicio-

---

([225]) O arrátel, peso antigo, é equivalente a 459 gramas. Assim sendo, Diogo Gomes teria resgatado mais de 80 kg de ouro, montante que se nos afigura exagerado. É muito ouro!

([226]) As manilhas de cobre e de latão tinham grande aceitação comercial na «Terra dos Negros». Constituíam uma das melhores formas de pagamento do ouro. Eram de procedência alemã — Nuremberg e Augsburg. (*Cf.* «Cartas de Quitação de D. Manuel». *A. H. P.*).

([227]) *Cf. As Relações*, pág. 279.

([228]) «porque ali viera para tratar de commercio» (*Ibidem*).

([229]) «logo soou a fama por todo o paiz que estavam os christãos em Cantor, e correram de toda a parte para ali, a saber do norte de Tombuctu, e moradores do lado do sul, etc.» (*Idem*, pág. 279).

nal luta política e religiosa da Reconquista mudava de feições e de teatro. Cristãos e Infiéis desvairavam na ambição dos tesouros que a «Terra dos Negros» escondia. O que mais atraiu a atenção de Diogo Gomes foi o ouro. Não se cansou de perguntar em Cantor, por meio de seus intérpretes, quais eram as pistas do desejado metal precioso ([230]).

Como não pudesse avançar mais pelo rio acima, devido à espessura do arvoredo que impedia a navegação à vela, voltou para a costa, onde o aguardavam as outras duas caravelas. Descendo o Gâmbia, avistou-se com o poderoso régulo Batimansa, já conhecido de Cadamosto, que lhe fez o melhor acolhimento, mostrando desejo de entrar em relações com o Infante e adoptar a religião cristã. Servindo-se da amizade e do prestígio desse príncipe negro, Diogo Gomes conseguiu ainda entabular relações com o régulo Nomyhans, senhor da margem esquerda do baixo Gâmbia. Com perícia convincente, converteu-o ao Cristianismo. E tanto os portugueses enalteceram a figura do Infante, que o potentado negro se dignou receber o nome de *Henrique* ([231]).

Assente o tratado em sólidas linhas com os príncipes do Gâmbia, Diogo Gomes voltou a Portugal (1456) com alguns escravos negros, peles, malagueta e ouro que conseguiu resgatar.

Em 1458, as navegações henriquinas sofreram nova interrupção ([232]) devido à ofensiva de Afonso V sobre Alcácer-Ceguer ([233]). O Infante, apesar de já dobrado em idade, não só

([230]) *Ibidem.*

([231]) «E o proprio rei dizia que elle não tinha outro nome senão henrique» (*Idem,* pág. 282).

([232]) Diogo Gomes alude a esta pausa dos descobrimentos. Repare-se nesta passagem: «E aconteceu que nos dois annos proximos ninguem foi à Guiné, porque o rei Affonso com 352 velas passou à Africa e tomou poderosissima cidade dalquivir e por este motivo o senhor infante não atendeu à Guiné» (*Idem,* pág. 283).

([233]) Afonso V era um cruzado de mentalidade bem medieval. Era um Nuno Álvares. A conquista de Constantinopla pelos Turcos, em 1453,

aprovou a ideia do assalto aos Mouros, mas também reforçou com a sua frota de Lagos a armada real. À nobreza militar convinha esse imperialismo territorial e guerreiro, pela presa que representava. O cruzadismo era, afinal, o resultado lógico das próprias condições da fidalguia perseguida pelo espectro da quebra de rendas. Os grandes senhores do Reino em vão tentavam esconder uma situação material deficiente. Constituíam uma classe que, do ponto de vista económico, estava ameaçada de estagnação por falta de incentivos à produção. Repetia-se, assim, o carácter senhorial e militarista do assalto a Ceuta. A Cruz era para a nobreza minguada em rendas o guião mais seguro para a abastança. Os fiéis cavaleiros afonsinos procuravam em nome de Deus e da paz uma forma legítima para satisfazer as suas ambições.

Por isso, não admira que a Guiné ficasse por algum tempo, se não esquecida, pelo menos isolada. Novo hiato forçado que a política externa afonsina acarretava com grande pesar da burguesia comercial e marítima do Reino.

Durante os anos que se seguiram à torna-viagem de Diogo Gomes, triunfou a causa do imperialismo territorial e guerreiro. A riqueza que os navegadores henriquinos haviam trazido a Portugal como amostras era, porém, suficientemente palpável para provar ao Rei e à Nação que o património da Coroa podia ser aumentado, desde que se organizasse o trato em bases firmes com os régulos da Senegâmbia, senhores das trilhas do

e os progressos otomanos nos Balcãs geraram intranquilidades no Ocidente cristão. A Igreja apelava para os príncipes católicos. A D. Afonso V se dirigiu o papa Calixto III por intermédio do bispo de Silves. O fogoso monarca português, imbuído do ideal dos cavaleiros da Távola Redonda, prometeu servir durante um ano com 12 mil homens à sua custa, «nam sem grandes lamentações do Reyno». Para cobertura das despesas mandou cunhar o famoso cruzado com o ouro resgatado na Guiné. A morte de Calixto III (Agosto de 1459) fez malograr a expedição contra os Turcos. Perante isso, Afonso V passou a terras marroquinas, investindo contra Alcácer-Ceguer, em Setembro de 1458. (*Cf.* Pina — *Crónica de D. Afonso V,* cap. CXXXV e segs. *loc. cit.*; Santarém — *Quadro,* t. X, págs. 59 e segs.; Mascarenhas — *op. cit.,* págs. 232 e segs.).

ouro. A «Terra dos Negros» já havia feito o seu aparecimento na História de Portugal. Justamente agora não podia sair dela, uma vez que a estrutura nacional do Reino exigia uma completa renovação económica. Por isso mesmo é que os antagonistas e as contradições internas foram postos de lado, perdendo-se, diluindo-se no encontro da realidade africana. Portugal voltou-se de novo para a dourada Guiné, onde encontraria as forças necessárias para realizar a gigantesca obra imperial que havia iniciado em Ceuta.

Em 1460, depois de lembrar ao Infante o pedido que os príncipes negros do Gâmbia lhe haviam feito, desejosos por se converterem ao Cristianismo, Diogo Gomes tornou à Guiné numa caravela armada pelo próprio Afonso V ([234]). Entre outras mercadorias destinadas aos resgates, levou 10 cavalos, animais desejados pelos reinos negros.

Em 12 dias, chegou a Barbacins, onde encontrou duas caravelas ancoradas no porto de Zaya, numa das quais ia Gonçalo Ferreira, «familiar do senhor infante», e, na outra, o conhecido mercador genovês Uso di Mare, companheiro de Cadamosto na expedição de 1456. Ambos levavam cavalos ([235]) para o trato com os nativos.

Disposto a policiar os mares da Guiné, Afonso V deu a Diogo Gomes plenos poderes para agir contra caravelas que contrabandeavam armas com os Mouros ([236]), ordenando-lhe que as tomasse e lhas levasse a Portugal ([237]).

([234]) A darmos crédito à narrativa de Diogo Gomes (*Cf. As Relações*, pág. 285), o navio teria sido armado pelo Rei, o que nos leva a conjecturar que D. Henrique já era falecido. Há um profundo silêncio em torno da questão.

([235]) As constantes referências a cavalos atestam a importância desses animais nos reinos do Sudão Ocidental. Constituíam excelente forma de pagamento para os resgates de escravos.

([236]) É conhecida a bula de Eugénio IV, de 25 de Maio de 1437, a qual concedia aos Portugueses autorização para comerciar com Mouros, «exceptuando sòmente ferro, madeira, cordas, navios, e outros artigos de armamento». (*Cf.* A. N. T. T. *Col. de Bulas*, M. 8, n.º 5).

([237]) *Cf. As Relações*, pág. 285).

Informado de que os contrabandistas navegavam do Gâmbia para o Senegal, Diogo Gomes enviou Gonçalves Ferreira para o Cabo Verde, onde deveria ficar à espreita com uma caravela artilhada. Surpreendidos, os mercadores clandestinos tiveram o seu navio confiscado com as respectivas mercadorias, inclusive o ouro que haviam resgatado com os negros e azenegues ([238]). As transacções ilícitas acarretariam enormes danos à Coroa, de um lado, e, de outro, aos particulares que obtinham a devida licença para empreender viagens à Guiné. Por isso, não admira que a realeza se mostrasse resolvida a defender o seu rico património ultramarino ([239]).

Enquanto Gonçalo Ferreira regressava a Portugal com a ambicionada presa a prestar contas ao Rei, Diogo Gomes e Uso di Mare saíram do porto de Zaya, e navegaram durante dois dias e uma noite até às ilhas de Cabo Verde ([240]), onde encontraram abundante pescaria, aves e rios de água doce. Dali partiram com destino ao Reino, fazendo escala nas Canárias e na Madeira ([241]).

Em 1460, ano da morte do Infante e da segunda viagem de Diogo Gomes, os Portugueses já tinham reconhecido a «Terra dos Negros». A Senegâmbia vinha sendo sistemàticamente explorada. Do Senegal à Serra Leoa, os navegadores e comerciantes de D. Henrique já haviam estabelecido as bases firmes de um trato mercantil regular ([242]). Os estabelecimentos de Ar-

([238]) «E assim fez e a tomou, e nela encontramos muito oiro». (*Idem*. pág. 286).

([239]) O contrabando foi sempre um tormento para a Coroa. Pouco sabemos sobre as transacções ilícitas. A escassez de informes deve-se, é claro, à própria natureza do negócio, pois o contrabando só fica documentado quando é apreendido.

([240]) Esta viagem ao arquipélago de Cabo Verde, realizada com Uso di Mare em 1460, é que provocou a conhecida confusão sobre o ano e o nome do descobridor das ilhas.

([241]) *Cf. As Relações*, pág 186.

([242]) Os cronistas são unânimes em apontar a Serra Leoa como termo final das navegações henriquinas. Referindo-se à Serra Leoa, escreve

guim, com as suas sucursais no Rio S. João, principiavam a chamar a si as riquezas do Sudão que os Alarves e Azenegues transportavam ao entreposto saariano de Oadan. A penetração continental através do Senegal e do Gâmbia começava a desviar para o mar os velhos caminhos do ouro. A acção portuguesa tornava-se, dia a dia, mais penetrante, pondo o Islão em verdadeiro alvoroço. Portugal criava, assim, um «mundo novo» que entrava na História como valioso factor da economia do Ocidente cristão. O desejado metal amarelo da Guiné accionava a organização do tráfico atlântico à distância. A caça ao ouro tornou-se uma obsessão — fome voraz. As riquezas dos reinos negros da Senegâmbia eram um estímulo para todas as formas de actividade económica. Penetrando nos sertões da vasta área geográfica entre os rios Senegal e Gâmbia, os Portugueses estabeleceram contacto regular com os príncipes mandingas, senhores das pistas do ouro do Sudão centro-ocidental.

Com as viagens de Cadamosto, de Diogo Gomes e Uso di Mare, alargaram-se as áreas do trato. Certos entrepostos, até então monopolizados pelos nómadas cameleiros, tornaram-se tributários dos armazéns de Arguim, onde se organizaram intensas transacções entre Portugueses, Azenegues, Alarves e Negros. As velhas rotas transaarianas do ouro sofriam, assim, um estrangulamento que sufocava o gigantesco organismo muçulmano. Paralelamente ao desvio dessas rotas para o Atlântico, os mercadores negros dos sertões circunvizinhos do alto Senegal-Gâmbia passavam a conhecer nos Portugueses novos clientes.

A cristianização do Mali revestia-se, portanto, de especial significado. Portugal entrava, finalmente, em contacto directo com os detentores do ouro, senhoreando-se da complicada me-

---

Duarte Pacheco: «como o virtuoso Infante Dom Anrrique descobrio esta terra do cabo nam atee qui soomente» (*Esmeraldo*, cap. 33, pág. 56. Lisboa, 1892). Cadamosto (*Viagens*, pág. 79), narrando as viagens de Pedro de Sintra, afirma: «e de questo ultimo loco in nauti non ne passa manillio algum fina al miopartir de spagna che fo a di primo feurar 1468».

cânica que espalhava o metal fino do Bambouk pelas vastas regiões ismaelizadas do Sudão Ocidental, e que, desde recuados tempos, fizera a fortuna dos mercados da orla mediterrânea.

Graças à repetição de esforços, a primeira «captura» do ouro sudanês deixava o mundo dos sonhos para figurar na realidade histórica. Assente nessa base de resgate, o metal precioso veio, e Portugal pôde ensaiar nova etapa salvadora da expansão atlântica: o ouro da Mina.

V — *Derivação do ouro da Mina para o Atlântico: capital particular e recuperação patrimonial do tráfico.*

Estabelecidas as bases firmes de um comércio regular com os reinos negros da Senegâmbia e com as comunidades berberes do Sáara atlântico, Portugal mobilizou-se para completar a «captura» do ouro sudanês com a organização da rota da Mina.

As expedições de Cadamosto ([243]) e de Diogo Gomes ([244]) haviam trazido ao Reino uma verdadeira «Aleluia». Por elas, Portugal pôde recolher preciosos informes sobre os caminhos do ouro, ao mesmo tempo que estabeleceu em sólidas linhas contacto regular com os aldeamentos mandingas do Senegal e do Gâmbia. A feitoria-fortaleza de Arguim, consagração política henriquina e valiosa base de penetração continental, destinava-se a desviar em proveito do mar as velhas trilhas do do ouro sudanês.

Mas os estabelecimentos de Arguim, ponto de partida para a «captura» atlântica, não bastavam. Impunha-se organizar o trato no coração da «Terra dos Negros», além da Senegâmbia, numa área geográfica mais próxima possível das regiões auríferas, completamente ignorada dos nómadas cameleiros do deserto, clientes do Tombuctu ([245]).

([243]) *Cid.* nota 191, pág. 343.

([244]) *Cf.* «As Relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde». Versão do latim por Gabriel Pereira. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 5. Lisboa, 1900.

([245]) A costa da África negra não figurava, então, na cartografia

Com a perseverente execução do plano de absorção do comércio do ouro e de desvio do seu trânsito das pistas transaarianas para o Atlântico, é que Pedro de Sintra empreendeu a sua viagem ([246]) à Serra Leoa ([247]).

---

sinal evidente do seu desconhecimento (*Cf.* Santarém — *Estudo da Cartografia Antiga,* v. II, págs. 237 e segs. Lisboa, 1910).

([246]) Em que ano teria partido Pedro de Sintra? Antes ou depois de 1460, ano da morte do Infante? Fontoura da Costa («Descobrimentos marítimos africanos dos portugueses com D. Henrique, D. Afonso V e D. João II». *I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo,* 1.ª secção, págs. 265 e segs. Lisboa, 1938; «A actividade dos descobrimentos desde a morte de D. Henrique até ao advento de D. João II». *História da Expansão Portuguesa no Mundo,* v. I, págs. 357 e segs. Lisboa, 1937), dá a viagem realizada em 1460-1461, afirmando que as caravelas do Infante chegaram até à Serra Leoa. João Barreto (*História da Guiné — 1418-1918,* pág. 56. Lisboa, 1939), aponta o ano de 1462, portanto, após a morte de D. Henrique — 13 de Novembro de 1460. Ralph Delgado (*História de Angola,* v. I, pág. 45. Benguela, 1948), acha que a Serra Leoa foi descoberta pelos navegadores do Infante. J. Cortesão («O desígnio do Infante e as explorações atlânticas até à sua morte». *História de Portugal,* t. III, pág. 382. Barcelos, 1931) afirma que os capitães henriquinos ultrapassaram a Serra Leoa, reconhecendo, inclusive, o Golfo da Guiné. A esta ideia opõem-se Duarte Leite (*Coisas de Vária História,* pág. 49. Lisboa, 1941; *Acerca da Crónica dos feitos da Guiné,* págs. 248 e segs. Lisboa, 1941) e Damião Peres (*História dos descobrimentos portugueses,* pág. 116. Porto, 1943) que afirmam ter sido o descobrimento do Golfo da Guiné realizado pelos navegadores de Fernão Gomes, já na época de Afonso V. Quanto ao ano da viagem, Damião Peres acha que Pedro de Sintra teria partido em 1461 ou 1462. A darmos crédito às narrativas de Cadamosto (*Viagens,* P. I, págs. 74 e segs.; P. II, págs. 178 e segs.) e de Duarte Pacheco (*Esmeraldo,* L. I, cap. 33, pág. 57), Pedro de Sintra, ainda em vida do Infante, teria feito o reconhecimento da costa africana desde a foz do Geba até à Serra Leoa. Em ulterior viagem, já ao tempo de Afonso V, possìvelmente em 1461, teria continuado a navegar para o sul, chegando até à Mata de Santa Maria. Teriam, pois, sido as duas viagens a primeira a mando do Infante; a segunda de iniciativa de Afonso V. Numa, chegou às fronteiras da Serra Leoa; noutra, ultrapassou o Cabo Mesurado indo até à Mata de Santa Maria.

([247]) Assim denominada por Pedro de Sintra, «por ser huuma terra aspera e braua» (*Esmeraldo,* L. I, cap. 33, pág. 57).

Pedro de Sintra, escudeiro de Afonso V, foi o continuador dos descobrimentos realizados por Cadamosto e Diogo Gomes. Partiu de Lisboa, possìvelmente em 1461, com duas caravelas ([248]) armadas pela Coroa ([249]).

Nessa viagem, teria reconhecido a costa africana desde o estuário do Geba até à Mata de Santa Maria — extenso e fechado arvoredo situado cerca de 20 quilómetros para o sul do Cabo Mesurado e já, como este, em território da actual República da Libéria, ultrapassando, assim, a Serra Leoa ([250]).

Cadamosto descreveu a viagem ([251]). Pedro de Sintra, ultrapassando o trecho acidentado da Serra Leoa, entrou numa costa baixa, de excelentes praias ([252]), até encontrar um golfo, onde desagua o rio Santa Maria das Neves, repleto de bancos de areia (Ilha dos Bancos). Navegando sempre em direcção ao sul, achou outro rio a que chamou *Rio das Palmas,* pelas muitas palmeiras que cresciam nas suas margens ([253]). Mais

---

([248]) Cadamosto (*Viagens,* P. I, pág. 74) afirma que foram duas caravelas. Barros (*Ásia,* Déc. I, L. II, cap. II, pág. 72) aceita o informe, associando à empresa o nome de Soeiro da Costa, que seria o capitão de um dos navios.

([249]) Cadamosto (*Ibidem*) atribui a Afonso V a iniciativa da viagem: «el re de portogallo ge manda da poi da morte del dito signor Infante 2 caravelle armada capitanio um juro de cinzia scudel del dito signor re».

([250]) Damião Peres (*op. cit.,* pág. 143) nota que Pedro de Sintra, navegando para além do Cabo Mesurado, penetrou na zona das calmas equatoriais, sendo, assim, o primeiro europeu a tomar conhecimento dos obstáculos naturais que ali encontra a navegação à vela.

([251]) A viagem de Pedro de Sintra foi narrada a Cadamosto por um seu antigo escrivão que fez parte da empresa. É ele próprio quem o diz. (*Cf. Viagens,* P. I, pág. 74).

([252]) «Passa da la costa dela montagna liona tuto de la in avanti sie terra bassa e spiaze com molte seche de arena che eusi fuori in mar». (*Idem,* pág. 77).

([253]) As árvores, como já notou M. C. Baptista de Lima («O primeiro contacto entre os portugueses e os pretos da Guiné». *I Congresso Comemorativo do V Centenário do Descobrimento da Guiné,* v. II, pág. 23, Lisboa, 1946), constituíram importante factor de identificação geográfica. Serviam de padrões, onde se gravavam as armas dos empreen-

adiante, descobriu o Cabo Mesurado. Costeando 16 milhas além, chegou ao Bosque de Santa Maria, «terminus» da viagem ([254]).

Pedro de Sintra colheu preciosos elementos para o estudo das condições geográficas da costa ([255]) e culturais dos indígenas, ao mesmo tempo que procurou saber das possibilidades comerciais da terra. O que mais o maravilhou foi a abundância de ouro que os negros traziam nas orelhas, nos narizes, nos lábios e ao pescoço ([256]).

Essa viagem descortinou a Portugal novos e prometedores horizontes. Ninguém mais punha em dúvida a existência de ouro na «Terra dos Negros», que podia ser transportado por via atlântica até ao Reino. Na Guiné, Portugal encontrava finalmente o apoio material indispensável à sua própria expansão ultramarina. Ali havia uma imensa riqueza aguardando resgate.

Não admira, portanto, que as classes mercantis e marítimas do Reino, que já estavam entrando numa fase de amadurecimento económico, adestrando-se para a conquista do Atlântico Sul, se apresentassem como directos representantes das novas tendências da Nação. Todos se mostravam interessados em participar na prometedora empresa oceânica. O comércio africano exercia, fatalmente, sobre uma burguesia ambiciosa, uma enorme atracção. No «mar tenebroso», os mercadores e marinheiros portugueses haviam encontrado a força inicial necessária à sua transformação orgânica, de acordo com as suas possibilidades sociais e económicas de crescimento.

---

dedores, marcando-se, assim, os termos dos descobrimentos e a respectiva posse em nome do rei de Portugal.

([254]) *Cf. Cadamosto,* P. I, págs. 77 e segs.; P. II, págs. 174 e segs.

([255]) O viagem de Pedro de Sintra deu enorme contribuição à cartografia da época. A narrativa de Cadamosto possibilitou aos cartógrafos italianos emendar certos erros e fazer alguns acrescentamentos, como já o notou Ch. de La Roncière (*La découverte de l'Afrique au moyen âge,* t. II, pág. 61. Cairo, 1925).

([256]) *Cf. Cadamosto,* P. I, pág. 76; P. II, pág. 175.

Morto o Infante D. Henrique, Afonso V mostrou-se logo pouco adestrado para a exploração directa do tráfico africano. A riqueza aurífera era, porém, uma realidade. Pedro de Sintra encontrara indígenas «vestidos» com anéis e colares de ouro. Os mais incrédulos mostravam-se agora optimistas e esperançosos por deitar a mão ao precioso metal amarelo que se oferecia aos Cristãos. O monarca, no entanto, não era muito afeiçoado a empreendimentos dessa natureza. Era quase alérgico a transacções mercantis com comunidades tão distantes e enigmáticas. Por isso, não admira que, no ano seguinte à viagem de Pedro de Sintra (1462), a Coroa se esquecesse do seu rico património africano. Precisamente quando a burguesia esperava pelo aceleramento das descobertas e intensificação do tráfico atlântico, houve nova pausa. A obsessão da realeza não era a «Terra dos Negros», mas o precipitado assalto a Tânger. O espírito de cavaleiro medieval de Afonso V, inflamado com a conquista de Alcácer-Ceguer ([257]), sonhava com novos empreendimentos militares em Marrocos.

Em Novembro de 1463, partiu de Lisboa uma força expedicionária com o Rei e seu irmão, o Infante D. Fernando. O objectivo era o escalamento de Tânger. O plano de conquista malogrou-se inteiramente. Depois de Tânger, o monarca pensou em Arzila. Em Agosto de 1471, a armada real portuguesa ancorava diante da desejada cidade marroquina. Horas depois, os cristãos estavam senhores da situação. À queda de Arzila, seguiu-se a de Tânger — facto conhecido.

Mercê desse cometimento insano e de certa maneira inútil, apesar de honroso, o tráfico foi relegado para um plano secun-

---

([257]) *Cf.* Pina, Rui de — *Chronica d'El Rey D. Affonso V, in* «Collecção de Livros Inéditos de História Portuguesa dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II», t. I, págs. 199 e segs.; Góis, Damião de — *Crónica do Príncipe D. João,* cap. X, págs. 67 e segs. Coimbra, 1905; Azevedo, P. de — *D. Afonso V e a Ordem da Torre e Espada,* págs. 37 e segs. Coimbra, 1919; Mascarenhas — *História de la Ciudad de Ceuta.* Manuscrito de 1648 publicado pela Academia de Ciências de Lisboa, cap. 58, págs. 232 e segs. Lisboa, 1918.

dário. Perseguido pela miragem marroquina, o soberano deixou-se levar pelo seu fervor cristão e medieval, consumindo boa parte dos resgates do ouro sudanês no cruzadismo ([258]). Disso se aproveitou a nobreza, despojando a poupança régia ([259]).

As contradições internas do Reino e as aventuras em Marrocos não permitiram à Coroa explorar, ela mesma, o património africano. Tratou, no entanto, de evitar o alargamento do hiato nas descobertas, resolvendo o problema por meio de certas modalidades de exploração que lhe pareciam mais convenientes ao seu interesse e às possibilidades de a servir. Viu-se levada, assim, a experimentar nova solução imposta pelas circunstâncias.

À cessão «senhorial» e graciosa da época do Infante ([260]), a realeza preferiu, agora, a cedência onerosa do comércio africano ao capital particular, arrendando, em 1469, a Fernão Gomes, burguês lisboeta e figura curiosa de empresário colonial, o tráfico da Guiné ([261]).

Essa modalidade de cessão de património não era nova. A Coroa já tinha experiências de arrendamento de outra natu-

---

([258]) Para as despesas do seu militarismo senhorial, Afonso V havia mandado cunhar, em 1457, o cruzado, moeda de ouro. (*Cf.* Aragão, A. C. Teixeira de — *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal,* t. I, págs. 223 e segs. Lisboa, 1874).

([259]) *Cf.* Ribeiro, A. — «Afonso-o-Africano». *História de Portugal,* v. III, págs. 101 e segs. Barcelos, 1931; Lopes, David — «A expansão em Marrocos». *História da Expansão Portuguesa no Mundo,* v. I, págs. 143 e segs. Lisboa, 1937; França, E. O. — *O poder real em Portugal e as origens do absolutismo,* págs. 301 e segs. S. Paulo, 1946.

([260]) Veja-se a Carta Régia de 22 de Outubro de 1443, em virtude da qual ninguém poderia ir além do Bojador sem licença ou mandado do Infante D. Henrique, sob pena da perda dos navios e respectivas cargas (A. N. T. T. *Chanc. de D. Afonso V,* L. 24, fl. 61; *A. D. A. N. T. T.,* págs. 8 e segs.).

([261]) *Cf.* Barros — *Ásia,* Déc. I, L. II, pág. 72.

reza: alfândegas, saboarias e impostos ([262]). A transferência da extensão de uma prática régia medieval.

A concessão a Fernão Gomes era, ademais, um estímulo ao capitalismo particular. O empresário lisboeta já era pessoa conhecida e achegada ao trono. Era — é preciso dizê-lo — credor do Rei. Já em 1458, por ocasião da conquista de Alcácer-Ceguer, o ricaço de Lisboa fizera certos adiantamentos à Coroa. Mais tarde, quando se deu o assalto a Arzila e Tânger (1471), o abastado empresário colonial, já usufrutuário do tráfico africano, abriu novamente seus bolsos ao aventurismo afonsino. Outrossim, adiantara à realeza certas somas destinadas à deficitária praça de Ceuta ([263]). O perspicaz burguês, ao mesmo tempo que enriquecia o seu património, tornava-se um dos favoritos da monarquia, que não teve dúvidas em armá-lo cavaleiro por ocasião do assalto a Tânger ([264]), prémio à moda da Reconquista ([265]).

A cedência fora feita, todavia, com cautela. O arrendamento da exploração do tráfico africano foi delegado mediante a condição expressa de o empresário-concessionário prosseguir nas descobertas geográficas. O arrendatário comprometia-se a explorar, em cada ano, 100 léguas de costa a partir do Bosque de Santa Maria, termo da viagem de Pedro de Sintra, a Soeiro

---

([262]) *Cf.* Braamcamp Freire — «Tombo da Comarca da Beira (1395)». *A. H. P.,* t. X, págs. 209 e segs. Lisboa, 1916; Lencastre, F. de — *Tratado das Alfândegas em Portugal,* t. I, págs. 163 e segs. Lisboa, 1886; Azevedo, Pedro de — *Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos,* t. I, Doc. XIII, págs. 18 e segs. Lisboa, 1915; Brito, P.º Cunha — «Os pergaminhos da Câmara de Ponte de Lima». *Archeólogo Português,* v. XIII, págs. 51 e segs.; Marques, J. da Silva — *Descobrimentos portugueses. Documentos para a sua história,* v. I, Doc. 63, págs. 64 e segs. Lisboa, 1944.

([263]) *Cf.* Barros — *Ásia,* Déc. I, L. II, cap. II, pág. 72.

([264]) *Ibidem.*

([265]) Com as descobertas e conquistas, inúmeros criados, escudeiros e mercadores foram armados cavaleiros — decorrência das iniciativas bélico-geográficas. Na empresa atlântica, elementos saídos das classes populares encontraram um meio de ascensão social.

da Costa. Devia, ainda, pagar à Coroa a importância de 200 mil *réis* anuais [266].

Essa solução régia, em que se defendiam os interesses do Estado, beneficiado pelas enormes vantagens advindas das novas descobertas geográficas, ficou assente no contrato de Novembro de 1469 [267]. O acordo [268] era válido por 5 anos. O concessionário ficava senhor do monopólio do comércio e, bem assim, da navegação em toda a «Costa dos Negros» já descoberta e por descobrir, com exclusão de duas zonas económicas: uma ao norte, compreendendo a área geográfica explorada pelos marinheiros e mercadores que traficavam nos estabelecimentos de Arguim, cuja posse exclusiva o favor régio havia concedido ao príncipe D. João [269]; outra ao sul, abrangendo a terra firme, defronte das ilhas de Cabo Verde, pertencente ao Infante D. Fernando, cuja exploração mercantil estava reservada aos colonizadores das respectivas ilhas [270]. O empresário arrendatário ficava, igualmente, proibido de resgatar marfim, cujo comércio era monopólio do Rei [271].

A cessão onerosa a Fernão Gomes era, pois, de enorme interesse para a Coroa. Eram, assim, os capitais particulares investidos na dispendiosa e arriscada função descobridora de uma longa e enigmática costa do ocidente africano além do Cabo Mesurado e do rio Soeiro. Os riscos e incertezas seriam do arrendatário, não do Estado. A cedência era, ademais, limitada, o que evidencia a solicitude do soberano pelas coisas da

(266) *Cf.* Barros — *Ásia*, Déc. I, L. II, cap. II, págs. 71 e segs.

(267) *Ibidem.*

(268) Ignora-se o texto do contrato. Onde estará guardado? Em arquivo público ou particular? Ou teria levado descaminho? Infelizmente, a única fonte conhecida é a narrativa do cronista Barros.

(269) Em 1469, ano do acordo, os resgates de Arguim pertenciam ao príncipe D. João, filha de Afonso V. Mas pouco depois, o esperto empresário colonial obteve do futuro monarca o monopólio do trato de Arguim, ao preço de 100 mil réis. *Cf.* Barros — *Ásia*, Déc. I, L. II, cap. II, pág. 72).

(270) *A. N. T. T. das Ilhas*, fl. 2 v.

(271) *Cf.* Barros — *Ásia*, Déc. I, L. II, cap. II, pág. 72.

Guiné. Além da renda certa e directa, oriunda da concessão do tráfico, a realeza não abdicou do direito de amealhar outros benefícios do seu rico património ultramarino.

Não só a cessão era restringida pela interferência estatal, mas também todo e qualquer privilégio de comércio com a «Terra dos Negros» obtido por particulares. Tal era, nesse sentido, a regulamentação régia, por que Afonso V, logo no ano imediato ao acordo com Fernão Gomes, chamou a si, por Carta datada de Alenquer a 19 de Outubro de 1470, o monopólio de gatos de algália, pedras preciosas, tintas (brasil e laca), unicórnio, malagueta e demais especiarias africanas [272].

Nos cinco anos que se seguiram a 1469, ano do arrendamento do tráfico, o concessionário Fernão Gomes promoveu, em obediência ao tratado, o descobrimento do Golfo de Guiné [273]. No cumprimento da sua obrigação de descobrir novas terras africanas, o empresário colonial equipou, em 1470, uma caravela, cujo comando entregou a Soeiro da Costa, companheiro de Pedro de Sintra [274]. Navegando além do Cabo das Palmas, descobriu o rio que tem o seu nome, situado à altura do Cabo das Três Pontes e vizinho da aldeia de Axém [275], onde mais tarde se organizou o trato do ouro. Em Janeiro do ano seguinte, uma nova expedição financiada por Fernão Gomes, partiu com destino à Guiné. Comandavam-na João de Santarém

(272) A. N. T. T. *Chanc. de D. Afonso V*, L. 21, fl. 56; *A. D. A. N. T. T.*, pág. 33.

(273) Já ficou dito que J. Cortesão *(cf.* nota 4) acha que o Golfo da Guiné foi descoberto na época do Infante, o que se nos afigura inaceitável.

(274) A viagem de Soeiro da Costa tem sido omitida pela maioria dos historiadores dos Descobrimentos. Damião Peres *(op. cit.)* não a inclui nas expedições promovidas por Fernão Gomes; João Barreto *(op. cit.)* não a menciona. Ralph Delgado *(op. cit.)* não lhe presta atenção. Estranhamos o facto, pois o cronista Barros alude à viagem. *(Cf. Ásia*, Déc. I, L. II, cap. II, pág. 72).

(275) Em Axém foi construída mais tarde, já no reinado de D. João II, uma fortaleza e organizada uma feitoria comercial — adenda à da Mina.

e Pero Escobar, cavaleiros da Casa del-Rei ([276]), os quais levavam, como pilotos, Martim Fernandes e Álvaro Esteves ([277]).

Navegando em águas da Costa da Malagueta, passaram o Cabo das Palmas e o Cabo das Três Pontas, descobrindo a importante aldeia de Samá ([278]), na embocadura do pequeno rio São João ([279]), onde fizeram com os indígenas os primeiros resgates do ouro ([280]).

Prosseguindo na sua viagem para o sul, já na costa setentrional do Golfo da Guiné, chegaram ao aldeamento das Duas Partes, onde Diogo de Azambuja haveria de construir o celébre Castelo de São Jorge da Mina, em 1482, a mandado de D. João II ([281]).

---

(276) O facto de o comando da expedição ser entregue a cavaleiros do rei não significa nada? Seriam agentes da Coroa associados ao arrendatário? Iriam como funcionários régios ou como simples capitães de Fernão Gomes? Os novos descobrimentos promovidos pelo concessionário seriam de inteira confiança do monarca? Afonso V não teria nos seus cavaleiros agentes de ligação? Eis o problema que se põe.

(277) *Cf.* Barros, *loc. cit.*

(278) A actual Shama Bay, no entender de Fontoura da Costa (*A actividade*, pág. 359; *Descobrimentos*, pág. 25) e Damião Peres *(op. cit.*, pág. 146).

(279) Prah river (Fontoura da Costa — *Ibidem)*.

(280) *Cf.* Barros — *loc. cit.; Esmeraldo*, L. II, cap. IV, pág. 68.

(281) Santarém e Escobar organizaram os resgates do ouro nas aldeias negras de Samá e Duas Partes. Exacto. Mas qual delas é a Mina? Fontoura da Costa *(Descobrimentos*, pág. 25) e R. Delgado *(op. cit.*, pág. 48) afirmam que a Samá deram o nome de *Mine*. Damião Peres *(op. cit.*, pág. 147) parece aceitar a explicação, pois escreve: «e a Mina de ouro de Samá por eles descoberta em 1471». Estranhamos o facto de esses historiadores terem omitido a aldeia das Duas Partes nos descobrimentos promovidos por Fernão Gomes. Teriam sido levados pela narrativa de Duarte Pacheco (embora não a mencionem) para a qual Samá é a Mina. Pacheco escreve: «este Rio Sam Johan he muito pequeno e aqui estaa hum luguar que se chama Sammá o qual luguar se fez ho resgate do ouro e quy neste tempo [escreve em 1505] se chamaa a Mina» *(Esmeraldo*, L. II, cap. IV, pág. 68). Uma passagem do cronista Barros leva-nos, no entanto, a conjecturar que a aldeia das Duas Partes é que seria a Mina. Referindo-se a Samá, apenas escreve: «o primeiro resgate do ouro que se fez nesta terra foi em ũa aldeia

O contrato com Fernão Gomes, sendo válido por cinco anos, ia até 1473. Mas o calculista empresário obteve do favor régio, pelo diploma de 1 de Junho de 1473 ([282]), a prorrogação do prazo por mais um ano, nas mesmas condições do acordo anterior ([283]). Outrossim, conseguiu de Afonso V a exclusividade do comércio da malagueta, comprometendo-se, por isso, a pagar à Coroa mais 100 mil *réis* anuais ([284]).

A realeza percebia, pois, apenas a renda estipulada no diploma contratual. E isto obriga-nos a perguntar o que aconteceu ao *quinto* durante a vigência do acordo. Quer-nos parecer que, com a morte do Infante D. Henrique, em 1460, retornou ele ao Estado, senhor do património. E isto põe outro curioso problema: com o arrendamento do comércio da Guiné, sobre quem recaem as despesas militares? Quem as tiver, deverá ter o *quinto*. Salvo prova em contrário, afigura-se-nos que a Coroa, ao mesmo tempo que arcava com os gastos advin-

---

chamada Sama». Mais adiante, aludindo à Aldeia das Duas Partes: «e depois se fez mais abaixo onde ora está a fortaleza que el-Rei Dom João mandou fazer, o qual lugar se chamava pelos nossos Aldea das Duas Partes». (*Asia*, Déc. I, L. II, cap. II, pág. 72).

Concluindo, Samá, ao fundo da actual Shama Bay, seria o primeiro local onde os navegadores de Fernão Gomes organizaram o resgate do ouro. No entanto, o centro fundamental do trato do precioso metal amarelo teria sido mudado para Duas Partes (possivelmente a actual Elmira Bay), local mais apropriado, onde Azambuja edificou o Castelo de São Jorge. Como o grosso dos resgates do ouro se fazia ali, a região passaria a ser conhecida pelo nome de *Mina*. É o que se nos afigura mais aceitável. Santarém *(Estudos de cartografia antiga)* nada esclarece. Trata-se de mais um problema de geografia histórica de difícil solução.

(282) A. N. T. T. *Chanc. de D. Afonso V*, L. 33, fl. 147 v.

(283) «e esto assy e per aquella maneira e cousas com que lho teemos dado e outorgado na carta do contrauto que dos dictos cinquo annos teem» *(Ibidem)*.

(284) «e os cem mill reais que despoys se nos obrigou pella malaguetta que mandamos que outrem nos dictos contrautos nom resgate, salvo elle dicto Fernam Gomez» *(Ibidem)*.

dos da defesa militar do património africano, amealhava o *quinto* (285).

O arrendatário observou ambos os compromissos — o de 1469 e o de 1473 — deixando descoberta, ao cabo do último contrato (1474), toda a costa setentrional do Golfo da Guiné, inclusive as ilhas e o Cabo de Santa Catarina (286), no hemisfério sul (287). Em seis anos, os capitães de Fernão Gomes descobriram mais de 600 léguas de costa, além de diversas ilhas. Findo o prazo, o maneiroso empresário colonial recebeu foros de nobreza e o apelido *da Mina* (288), com que passou a ser

---

(285) O «quinto», a rigor, era sobre presas de guerra. Com a expansão, a Coroa conservou essa contribuição de carácter militar. Pela mencionada Carta Régia de 22 de Outubro de 1443, sabe-se que a Coroa, até então, amealhava esse imposto. Note-se esta passagem: «daqueles a que elle assy mandase ou dese licença lhes desemos o direito do quinto do que de la trousesem, segundo a nos pertençeçe» (A. N. T. T. *Chanc. de D. Afonso V*, L. 24, fl. 61; *A. D. A. N. T. T.*, pág. 8). Quando se procurou incrementar a colonização do Brasil, com o sistema das capitanias, inscreveu-se nas Cartas de Foral a obrigação de pagarem à Coroa um quinto da produção os eventuais exploradores mineiros. Há pois, uma transacção do regime para a América portuguesa. *(Ibidem, Chanc. de D. João II*, L. 21, fl. 73, transcrita na íntegra *in História da Colonização Portuguesa do Brasil*, v. III, págs. 269 e segs. Porto, 1924).

(286) Cape Saint Catherine.

(287) Depois de descobrirem Samá e Duas Partes, onde principiaram a organizar os resgates do ouro em sólidas bases, os navegadores de Fernão Gomes foram batendo a costa, alcançando o Cabo Formoso no delta do Níger. Navegando em direcção ao sul, descobriram São Tomé (21 de Dezembro de 1471), Ano Bom (1.º de Janeiro de 1472) e Santo Antão (17 de Janeiro deste último ano), mais tarde Ilha do Príncipe, em homenagem ao futuro rei D. João II. De 1471 a 1473, Fernando Pó descobriu os Camarões, encontrando, logo a seguir, a Ilha Formosa. De 1473 a 1474, durante a prorrogação do acordo, Lopo Gonçalves chegou ao rio Gabão e a um cabo a que pôs o seu nome. Ainda ao serviço de Fernão Gomes, Rui Siqueira alcançou (25 de Novembro de 1474) o Cabo de Santa Catarina — «terminus» dos descobrimentos geográficos promovidos pelo empresário Fernão Gomes. *(Cf.* Barros — *loc. cit.)*.

(288) Na quitação dada a Pero Estaço, «Recebedor moor dos lex [60] milhoões», um dos contribuintes foi «Fernão Gomes da Mjna». *Vid.* a rela-

conhecido, devido à descoberta dessa rica região do ocidente africano, para onde afluía o grosso do ouro que os negros mineravam nos sertões (289).

Assim conseguiu a realeza, através dos empreendimentos particulares, abrir a arriscada e dispendiosa trilha, ao longo da misteriosa e agressiva «Costa dos Negros». Graças a isso, Portugal pôde organizar em bases firmes a mais importante rota atlântica do ouro africano, questão vital para o Ocidente europeu e facto novo na História do Mundo.

Ultimado o contrato com Fernão Gomes, Afonso V, pela lei de 31 de Agosto de 1474, chamou a si a exploração do tráfico africano (290).

Paralelamente às contradições continentais, o comércio ultramarino padecia, porém, das consequências oriundas da rivalidade ibérica. Os resgates do ouro, que os capitães de Fernão Gomes haviam organizado nas aldeias de Axém, Samá e Duas Partes, despertavam apetites nas grandes Potências. O monopólio gerava má vontade de Castela, como já o notou La Roncière (291). A luta pela partilha económica e política do Atlântico era um prolongamento das rivalidades internacionais. A fama do ouro da Guiné fazia crescer a excitação dos Reis Católicos. A hostilidade luso-castelhana começava a estender-se à África. As riquezas da «Terra dos Negros» constituíam ambicionada presa. Já em 1475, ano em que Afonso V invadiu Castela, os monarcas espanhóis enviaram à Costa da Guiné

ção dos prestamistas dos «milhões» outorgados nas Cortes de 1477, em Montemor-o-Novo e de 1478 em Santarém (A. N. T. T. *Chanc. de D. Afonso V*, L. 26, fl. 1; *A. H. P.*, t. IV, págs. 426-438).

(289) Em reconhecimento da sua valiosa acção descobridora, Afonso V deu-lhe, ainda, novas armas. O seu escudo passou a ter três cabeças de negros com anéis de ouro nas orelhas e nos narizes e um colar ao pescoço. (*Cf.* Barros — *Ásia*, Déc. I, L. II, cap. II, pág. 73).

(290) A. N. T. T., *L. 1.º de Leis*, n.º 718; *A. D. A. N. T. T.*, pág. 40.

(291) *La Découverte...*, t. II, págs. 49 e segs.

alguns navios com propósitos mercantis [292]. Nesse mesmo ano, um piloto castelhano foi à Mina num barco flamengo, onde realizou algumas transacções com os indígenas. Foi, porém, infeliz, naufragando na torna-viagem à altura da Praia dos Escravos [293].

O exemplo de Castela foi logo seguido por outras Potências. A crescente fama dos resgates da Mina levou os Ingleses a tentar fortuna no «Eldorado» africano. Em 1481, uma frota de mercadores da Inglaterra, já equipada e pronta para partir com destino ao Golfo da Guiné, foi embargada pelo rei Eduardo IV, temeroso de quebrar a boa ordem anglo-lusa [294]. As cobiças estrangeiras geravam as maiores intranquilidades nas rotas atlânticas de Arguim e da Mina.

Em 1479, Portugal e Castela, esgotados numa campanha militar desastrosa e inútil, desejavam a paz. Em Março do ano seguinte, o tratado de Toledo punha fim à guerra [295].

Graças à interferência do príncipe D. João, estabeleceu-se entre as duas Potências ibéricas, entre outras cláusulas, que o tráfico africano seria apenas de Portugal [296]. Em contrapartida, ficavam para os Reis Católicos e seus sucessores as Canárias [297]. Afonso V, apesar dos contratempos de Toro, saía, assim, graças à sagacidade de seu filho, vitorioso da luta diplomática. Portugal, embora não conseguisse realizar o seu sonho ibérico, passou a ter, na verdade, por múltiplas razões, destacada projecção na política internacional.

---

(292) *Cf.* Peres, Damião — *A exploração do Golfo...*, pág. 548; *História dos descobrimentos...*, pág. 175; Delgado, R. — *op. cit.*, pág. 50; Bensaúde, J. — *Lacunes et surprises*, pág. 260.

(293) *Ibidem.*

(294) A. N. T. T., *L. das Ilhas*, fl. 109 v.; Welch, S. — *Discovery...*, pág. 220; Lucas, C. P. — *West Africa*, págs. 50 e segs.; Resende — *Crónica de D. João II*, cap. 33; Pina — *Crónica de D. João II*, cap. 69.

(295) A. N. T. T., *L. das Pazes*, fl. 136; *A. D. A. N. T. T.*, págs. 42 e segs.

(296) *Ibidem.*

(297) *Ibidem.*

Pouco depois, dadas as conhecidas contradições da ideia imperial afonsina e da aristocracia agrária e militarista [298], o generoso soberano, pela Carta Régia dada em Torres Novas a 4 de Maio de 1481, concedeu a seu filho, D. João, a exploração graciosa do monopólio dos «trautos da Guinee» [299].

A cedência senhorial de património seria, quer-nos parecer, uma decorrência dos serviços prestados ao Estado pelo Príncipe durante a guerra com Castela. Essa nova experiência régia de exploração do tráfico africano teve capital importância no destino marítimo de Portugal. O rei entregava ao futuro «Príncipe Perfeito» [300] o comando geral da expansão ultramarina. D. João era, com efeito, o mais fiel intérprete do pensamento das avançadas classes económicas do Reino, grandemente interessadas na conquista atlântica. O esperançoso príncipe manifestou logo aptidões de grande estadista, iniciando, assim, a sua gloriosa carreira como orientador da expansão oceânica. Repetia-se, de certo modo, o acto do Regente D. Pedro, que entregara os destinos do tráfico africano a seu

---

(298) Ao deficitário imperialismo senhorial e guerreiro em Marrocos, que até à ocupação de Tânger, em Setembro de 1471, ocupara o espírito do anacrónico monarca, sucedeu a desastrosa política ibérica em que as atenções da Coroa se prendem ao problema da sucessão ao trono espanhol. (*Cf.* Ribeiro, A. — «A sucessão de Castela». *História de Portugal*, v. III, págs. 115 e segs., Barcelos; — «Toro», *ibidem*, págs. 134 e segs.; «Afonso V e Luís VI. As terçarias de Moura», *ibidem*, págs. 148 e segs.; O. Martins — *O Príncipe Perfeito*, págs. 209 e segs. Lisboa, 1915; Pina — *Crónica de D. Afonso V*, cap. CLXXII; Góis — *Crónica do Príncipe D. João*, cap. XLII; Resende — *Crónica de D. João II*, cap. VIII; Mendonça, A. Lopes de — «A batalha de Toro». *Annaes das Sciências e Lettras*, v. I, págs. 701 e segs. Lisboa, 1857; Santarém — *Quadro*, t. III, págs. 112 e segs; Viterbo, Sousa — *A batalha de Touro*. Lisboa, 1900.

(299) A. N. T. T. *Chanc. de D. Afonso V*, L. 26, fl. 102 v.; *A. D. A. N. T. T.*, pág. 46.

(300) D. João tinha, então, apenas 26 anos de idade, pois nasceu, em Lisboa, a 3 de Maio de 1455. *(Cf.* Resende — *Crónica de D. João II*, cap. I; Pina — *Crónica de D. Afonso V*, cap. CXXXIV; *Crónica do Príncipe*, cap. I).

irmão D. Henrique — etapas experimentais do regime de exploração do rico património ultramarino.

No mês seguinte (21 de Junho de 1418), a bula de Sisto IV confirmou a cessão senhorial do exclusivismo do comércio africano (301) — colaboração da Santa Sé no plano internacional para a mantença do monopólio do trato da Guiné (302). Semanas depois (1.º de Setembro), D. João era aclamado rei de Portugal (303).

Novo governo, novas directrizes. O «Príncipe Perfeito» definiu logo o seu programa de acção política de austeridade. Portugal era já uma potência colonial, a única da Europa de então. A Madeira enriquecia as cargas de torna-viagem com açúcar, trigo e vinho; Santa Maria e São Miguel, nos Açores, multiplicavam os seus rebanhos; a Terceira constituía, à maneira das demais ilhas atlânticas, excelente base naval para as caravelas das rotas da Guiné; Pico, Graciosa e São Jorge vinham sendo povoadas por agricultores e marinheiros; as ilhas de Cabo Verde já figuravam na cartografia; a costa africana, do Rio do Ouro ao Cabo de Santa Catarina, estava sendo sistemàticamente explorada; os potentados negros dos rios Senegal, Gâmbia e Geba, mostravam-se dispostos a estreitar relações de comércio pacífico com a clientela portuguesa; os resgates do ouro e dos demais produtos ricos da Guiné animavam o dinamismo mercantil português que crescia em direcção ao Atlântico Sul, numa necessidade orgânica de expansão. Graças a essa efervescência capitalista, Portugal surgia na Histó-

(301) A. N. T. T., *Col. de Bulas*, M. 35, n.º 2. Esta bula, escrita em latim, acha-se transcrita *in A. D. A. N. T. T.*, págs. 47-55.

(302) Não obstante exercerem de facto todos os privilégios de soberania sobre a costa africana, nem o príncipe nem o rei se julgavam no direito de anexar novos territórios sem que alto poder da Igreja legalizasse as conquistas e as descobertas, conferindo as respectivas posses — princípio de Direito Público adoptado pelo Ocidente cristão.

(303) *Cf. Auto da Aclamação, in* A. N. T. T. *Chanc. de D. João II*, L. II, fl. 1, transcrito *in* Freire de Oliveira — *Elementos...*, t. I, págs. 346-353.

ria moderna como centro motor da revolução económica e social do Ocidente.

Com D. João II no trono, tudo retornou à Coroa. Ninguém reclamou o património ultramarino, que, de direito e de facto, pertencia ao monarca e cuja delegação podia ser concedida ou não pelo favor régio. Foi então que se definiu o monopólio do Estado — a propriedade do comércio e a exploração directa, sem cedência graciosa ou onerosa a senhorios ou a empresários coloniais. O governo dos domínios atlânticos e o tráfico ficaram, assim, associados como atributos da Coroa. Por isso, o militar, o administrativo e o mercantil não se dissociaram mais. Daí a urgente necessidade de se criarem organismos autárquicos de controle, de expressivos exemplos.

A complexidade crescente das trocas e a interdependência cada vez maior entre as diversas regiões do património atlântico conduziam a realeza a um «processus» de concentração e centralização de capitais, numa autêntica supremacia monopolizadora, preâmbulo da sua autocracia, no plano político, e do seu incipiente capitalismo monárquico, no plano económico. O monarca, até então chefe e protector do cometimento oceânico, torna-se então o grande empresário colonial (304).

As investidas de D. João II contra uma nobreza estéril e deficitária (305) encontravam apoio financeiro nos empreendimentos africanos que empolgavam o trono e a burguesia, sua aliada. Ninguém melhor do que o novo monarca sabia o que significava o tráfico da Guiné para a obra interna e externa que a Coroa se propunha realizar — centralização do poder político e expansão ultramarina. Decidida a não deixar o comércio africano crescer ao acaso ou em benefício de particulares, a realeza chamou a si o monopólio de exploração. Os informes

(304) *Cf.* Dias, M. Nunes — *O capitalismo monárquico...*

(305) *Cf.* França, E. O. — *O poder...*, págs. 322 e segs.; Ribeiro, A. — «O rei contra a nobreza». *História de Portugal*, v. III, págs. 162 e segs. Barcelos, 1931; «A conspiração dos nobres», *ibidem*, págs. 181 e segs.; «O Príncipe Perfeito», *ibidem*, págs. 191 e segs.

que os comerciantes e marinheiros portugueses haviam obtido dos negros da Senegâmbia foram suficientes para sugerir ao príncipe que o tráfico seria mais proveitoso para si nas mãos do Estado. A colaboração mercantil entre Negros e Cristãos aumentava. Arguim, chave e empório do trato durante meio século, não comportava mais as crescentes exigências da expansão atlântica. Impunha-se a urgente solução do problema com o estabelecimento de novos centros de resgates que mantivessem a contínua corrente de comércio que vinha electrizando Portugal. Era preciso organizar novas feitorias, garantidas por fortalezas militares, numa área da «Terra dos Negros» mais densamente povoada e econòmicamente mais fértil.

Semelhantes razões levaram D. João II a perseverar na marcha para o Atlântico Sul. O novo monarca estava resolvido a encontrar o remédio para o mal que afligia a Nação. Por isso, iniciou uma política que sacudiu o País inteiro. A bravura do «Príncipe Perfeito» foi uma chispa que quase inflamou o estopim de uma revolução. A sua enérgica e decisiva acção política interrompeu a marcha acelerada da nobreza retrógrada e parasitária que ameaçava atirar o Reino para o completo descalabro. A figura do novo soberano tinha, forçosamente, de emergir da solução política e administrativa que ameaçava transformar o trono num cadáver em franca decomposição. O novo governo, para salvar a nação desgovernada, usou de todas as armas, ensanguentando as suas próprias mãos na carne do Duque de Viseu, seu primo e cunhado ([306]). Não hesitou, tampouco, em aplicar o remédio convinhável, prendendo e executando os chefes da nobreza conspiradora, entre eles, o mais vil, o Duque de Bragança ([307]), três dias antes de o Duque de Viseu ser apunhalado em Setúbal.

([306]) *Cf.* Pina — *Crónica de D. João II*, cap. XVIII, pág. 59.

([307]) *Idem*, cap. XIV, págs. 42 e segs.; A. Ribeiro — «A conspiração», *in loc. cit.*, págs. 181 e segs.; «O rei contra a nobreza», *in loc. cit.*, págs. 162 e segs.; França — *O poder...*, págs. 324 e segs.

Desde então, ninguém mais se atreveu a conspirar contra a Coroa. D. João II, daí por diante, governou livre e desembaraçado. À medida que centralizava o poder político, fazia novos planos de expansão ultramarina. Senhor dos resgates do ouro novo africano, resolveu tomar rumo certo, fazendo com que a empresa atlântica se financiasse a si mesma. Chamando a si os «trautos da Guinee», mostrou-se, com isso, resolvido a enfrentar todos os contratempos. Disposto a defender a dourada «Costa dos Negros» das interferências estranhas e tentativas de espoliação, colocou na ordem do dia o projecto de construção de fortalezas e feitorias no Ocidente africano, com o claro intento de garantir a regularidade do tráfico do metal amarelo que os Negros mineravam no interior ignoto.

A carência de dinheiro era instante. Impunha-se organizar os resgates do ouro na nova área geográfica, densamente humanizada e rica, cuja exploração e reconhecimento haviam sido iniciados pelos capitães de Fernão Gomes. Desde que Rui de Siqueira chegara ao Cabo de Santa Catarina, em 1474, não se tinham efectuado novas viagens de descobrimentos. A guerra com Castela (1475-1479) provocara uma pausa nas navegações. Ultimadas as campanhas militares afonsinas, D. João II, já assente no trono, voltou-se para a expansão oceânica, dando maior impulso e cunho prático ao comércio africano.

A Mina despertava imensa avareza. Uma terra, onde o ouro se trocava por bugigangas, era demasiado atraente para se deixar crescer ao acaso, ou nas mãos de empresas particulares. Para conservar a Guiné aurífera, a Coroa tinha de estar atenta, de vigia permanente. A costa dourada da Mina, começada a explorar por Santarém e Escobar, enriquecera o burguês concessionário Fernão Gomes, e estava agora ameaçada de cair nas garras das desordenadas contradições imperialistas das grandes Potências.

D. João II apressou-se, por isso, a organizar uma fortaleza-mercado — centro fundamental do tráfico — na Mina, para onde seria drenado o ouro do sertão. Ao mesmo tempo, serviria de defesa contra o intruso vindo do mar ou do interior. O mo-

narca estava resolvido a montar em sólidas linhas uma nova zona de «captura». Nesse ponto extremo da costa conhecida é que tinham lugar os grandes resgates do precioso metal amarelo. A penetração continental portuguesa na África Negra iria prender novamente e com maior vigor as atenções da realeza. A acção régia tinha, pois, por incitamento a prosperidade de um rico tráfico de ouro, origem da vasta organização marítima de D. João II e do considerável desenvolvimento da navegação no Atlântico Sul (308).

A ideia de construir uma fortaleza-feitoria na costa da Mina era deveras audaciosa. Manter uma colónia de exploração numa terra tão distante de Lisboa e adversa à vida dos Europeus parecia uma ilusão, plano aparentemente irrealizável. As condições do meio físico e a franca hostilidade dos indígenas eram problemas difíceis de enfrentar. Por isso, não podia esperar-se que uma pequena guarnição de homens brancos pudesse viver naquelas paragens, tão longe da civilização. Fundar uma colónia cristã no coração da «Terra dos Negros» seria, no entanto, serviço de Deus, ao mesmo tempo que traria honra e provento à realeza.

Com o trato da Mina, D. João II solucionaria os desassossegos que ameaçavam o prestígio da Nação e a autoridade do trono. O ouro africano seria a salvação de Portugal e da monar-

(308) Foi enorme a influência do ouro africano no progresso geográfico, náutico e científico. As ideias dos homens começavam a expandir-se à medida que os seus espíritos recebiam impressões das novas terras descobertas. O golpe dado pela expansão oceânica ao sistema de Ptolomeu, em matéria de Geografia, foi tremendo. A cosmologia de Nicolas Koppernigh (Copérnico) nasceria — é o que se nos afigura — da acção atlântica portuguesa. As novas descobertas deram confirmação às suas especulações, especialmente a respeito da esfericidade da Terra. Graças a isso, teria podido rejeitar os epiciclos ptolomaicos e propor a conhecida teoria do movimento planetário, exposta em 1545 na cidade de Nuremberg — importante comunidade alemã de estreitas relações com Portugal. *(Cf.* Welch — *Europe's Discovery,* pág. 326; Bensaúde — *Lacunes et Surprises,* pág. 256).

quia polìticamente centralizada, de um lado; e, de outro, do resto da Europa Ocidental desmetalizada. A Mina seria, na verdade, a retaguarda económica do «Príncipe Perfeito», ponto de apoio financeiro do movimento oceânico expansionista em demanda da Índia, que haveria de mudar tão profundamente as perspectivas mundiais.

A segurança e regularidade dos resgates exigiam o estabelecimento de fortalezas — associação do militar ao mercador. A empresa era difícil. Demandava, antes de tudo, um executor de singulares aptidões. Não se tratava de uma missão de descoberta ou de conquista. A incumbência era outra. Consistia em escolher na costa da Mina um ponto estratégico, onde se haveria de estabelecer um forte núcleo de colonização, de nítidas feições comerciais e militares, com o claro objectivo de defender a conquista e assegurar o tráfico com os reinos negros circunvizinhos, senhores dos segredos das pistas do ouro. O trato impunha o estabelecimento de bases de ocupação permanente. O plano da realeza consistia em proteger o seu rico património africano contra a cobiça dos atravessadores nacionais e estrangeiros.

Previdente e perspicaz como era, D. João II não queria expor o seu monopólio a riscos inúteis. Com o intento de proteger o comércio da Guiné, cada vez mais lucrativo, organizou uma frota de dez caravelas e duas urcas, cujo comando foi confiado a Diogo de Azambuja (309), com a missão de fundar na

(309) Azambuja não foi um descobridor, tampouco um conquistador. Foi, antes de tudo, um diplomata. Homem experimentado nas campanhas peninsulares e marroquinas, oferecia ao rei a sua fidelidade e o seu saber. Ninguém melhor talhado do que ele para executar o plano amadurecido no cérebro de D. João II. Cavaleiro da Casa de D. João, e companheiro malogrado do Infante D. Pedro, Azambuja teve seu nome imortalizado com a fundação do Castelo de São Jorge da Mina. Em recompensa de seus serviços, D. João II, por uma Carta Régia de 17 de Março de 1485, conferiu-lhe licença para «que no escudo de suas armas possa meter e meta um castelo além das outras armas suas que tem». *(Cf.* L. Cordeiro — «Diogo de Azambuja...». *Questões,* v. II, págs. 93-174. Lisboa, 1936, ou *Bol. da Sociedade de Geografia de Lisboa,* págs. 5 e segs., 1892).

Costa da Mina uma fortaleza destinada a garantir, em favor da Coroa, os resgates do ouro. Azambuja ia comandar doze navios até aos confins do mundo descoberto, onde, com o consentimento dos potentados negros, construiria uma fortificação militar e organizaria um entreposto mercantil destinado às trocas. A missão era de paz e comércio. Entre portugueses e indígenas deviam existir as melhores relações de amizade. Os cristãos chegariam como amigos, não como intrusos hostis. Nada de conquistas violentas, demonstração de força. Paz a todo preço. Paz e bons negócios. Nisso consistia a acção colonial portuguesa, maneiroso sistema de exploração ultramarina, forma singular de colonização.

Amadurecidos os planos no cérebro prodigioso de D. João II, equipada a frota com todo o esmero, Azambuja fez-se ao mar. O elevado número de navios demonstra que não se tratava de uma expedição de descoberta, mas sim, da montagem de um incipiente núcleo colonial, o primeiro que os Europeus fundariam no Golfo da Guiné.

Azambuja partiu de Lisboa no dia 12 de Dezembro de 1481 (310), três meses após a aclamação do «Príncipe Perfeito». Com ele, seguiram 600 homens — 100 artífices (pedreiros, carpinteiros, etc.) e 500 soldados (311). As duas urcas, protegidas por uma caravela de reconhecimento, por serem barcos mais lerdos e pesados, já haviam partido dois dias antes (10 de Dezembro de 1481) com enorme quantidade de cal, telhas, pregos, mantimentos, munições, madeira e pedra aparelhada (312). Todo o material destinado à edificação da fortaleza foi pré-fabricado. O primor com que tudo foi preparado mostra que o arquitectado plano do Rei foi largamente pensado. Tudo devia ir já pronto do Reino. Na «Terra dos Negros», não encontrariam pedra e cal

(310) *Cf.* Barros — *Ásia*, Déc. I, L. III, cap. I, pág. 78.
(311) *Ibidem.*
(312) *Ibidem.*

à mão. Ademais, não convinha perder tempo numa terra agressiva com a preparação de materiais de construção.

Navegando em direcção ao sul, Azambuja não desperdiçou tempo em explorar a longa e misteriosa Costa da Guiné. A sua missão era outra. Por isso, seguiu directamente para o Cabo das Três Pontas, entre o qual e o das Redes se estendia a famosa e rica Costa da Guiné. Percorrendo o litoral, chegou à aldeia das Duas Partes, onde seria construído o forte militar (313). Ali encontrou João Bernardes, com uma caravela da Coroa, resgatando ouro com os negros vassalos do príncipe Casamansa (314), sinal evidente de que o trato já vinha sendo organizado antes da construção do Castelo de São Jorge.

O primeiro problema que se colocou foi o da escolha do local. O sítio devia oferecer condições favoráveis. O lugar foi reconhecido com cautela — abundante em água potável, dispondo de uma península baixa e fàcilmente fortificável, tanto do lado da terra como do lado do mar, praias seguras e abrigáveis, permitindo ancoragem fácil e livre de receios.

O sítio era excepcional, permitindo a drenagem mercantil de uma vasta área económica da Guiné. Ficava logo ao sul da zona aurífera no itinerário do dourado Bambouk, vizinho da aldeia das Duas Partes e de fácil penetração comercial para o entreposto de Samá, onde Santarém e Escobar haviam iniciado o trato com os indígenas. O local era deveras estratégico, situado na bela baía que se alonga do Cabo das Três Pontas ao Cabo Corse — o actual Cape Coast Castle. Ali, os cristãos resgatavam ouro em pó e em jóias. O lugar era excelente para o tráfico com o sertão. Corresponde, sumàriamente, às actuais áreas do Achanti, Uangara e Bonducu (315), numa privilegiada trilha de penetração comercial.

(313) *Ibidem.*
(314) *Ibidem.*
(315) *Cf.* Welch — *Europe's Discovery*, pág. 219; Bovil, E. W. — *Caravans of the old Sahara*, págs. 184 e seg. Londres, 1933.

Escolhido o terreno, Azambuja tratou de conquistar a amizade e a confiança dos indígenas. Resolvido a edificar a fortaleza, tratou de negociar o caso com Casamansa, senhor da região. Servindo-se da experiência de João Bernardes, o capitão de D. João II pediu uma entrevista ao príncipe negro, a fim de obter a necessária autorização para construir o forte militar ([316]). O régulo aquiesceu ao pedido do diplomata português. O cronista Barros ([317]) descreve a conferência, cujo objectivo foi plenamente atingido ([318]).

Iniciados os trabalhos, em vinte dias apenas o forte já estava em posição de defesa. Próximo do castelo, Azambuja mandou construir uma capela dedicada a São Jorge, santo protector de D. João II ([319]).

Ultimada a fortaleza ([320]), famosa sentinela da nova área dos resgates do ouro africano, Azambuja assentou o trato com

([316]) *Cf.* Barros — *Ásia,* Déc. I, L. III, cap. I, pág. 78.

([317]) *Idem,* págs. 79 e segs.

([318]) Antes de ordenar o início da construção do forte militar, Azambuja tomou posse de uma árvore numa elevação próxima à Aldeia das Duas Partes, mandou arvorar a bandeira das quinas reais e erguer um altar onde se celebrou a primeira missa (20 da Janeiro de 1482). Barros (*ibidem,* pág. 79) coloca a Aldeia das Duas Partes como pertencente à Etiópia — «primeira missa dita naquelas partes da Etiópia». A colocação da Etiópia na Guiné constitui erro comum da cartografia do tempo. No planisfério de Diogo Ribeiro, de 1527, por exemplo, a Etiópia, terra do Preste João, figurava na região da Guiné. *(Cf. Carta in* A. Cortesão — *Cartografia...,* v. II, estampa XVII).

([319]) *Cf.* Barros — *Ásia,* Déc. I, L. III, cap. II, pág. 84.

([320]) Nos séculos seguintes, a partilha do Atlântico pelas grandes Potências (Holanda, Inglaterra, França, Portugal e Espanha) acarretou enormes sobressaltos ao Ultramar português. O castelo de São Jorge da Mina foi um dos baluartes da resistência. Durante o período da unidade ibérica (1580-1640), os Holandeses assaltaram, por diversas vezes, o forte construído por Azambuja, até que se apoderaram dele. Mas, em 1657, graças a Francisco de Brito Freire, vencedor dos Holandeses em Pernambuco, a Mina escreveu uma bela página da Restauração no Ultramar. *(Cf.* Vasconcelos, Frazão de — *A fortaleza de São Jorge na Mina, glorioso padrão do império, plano para a sua recuperação.* Lisboa, 1934).

os indígenas. A feitoria da Mina, protegida pelo forte militar, chamou a si o grosso do tráfico do ouro sudanês.

Organizada a defesa da nova colónia militar e mercantil, o capitão de D. João II deixou-se ficar na Mina durante dois anos e sete meses ([321]). Com ele ficaram 60 homens integrantes da guarnição destinada à segurança do incipiente núcleo colonial ([322]).

Azambuja escolhera para a sua colónia o melhor local, o mais estratégico ponto do litoral para a penetração comercial. A Mina era o sítio mais favorável para a «captura», o lugar mais conveniente para encorajar os nativos do sertão a levar o ouro em pó e em jóias até aos estabelecimentos portugueses da costa.

Semelhante drenagem aurífera em favor do tráfico atlântico constitui o coroamento de um longo «processus» histórico, autêntica empresa civilizadora em marcha ascendente.

As relações humanas com os régulos do interior foram amigáveis, facto que favoreceu muitíssimo a audaciosa obra colonial. A notícia do estabelecimento português na costa espalhou-se ràpidamente pelo sertão. O precioso metal amarelo dava forças aos Europeus para suportar as adversidades climatológicas e os demais perigos que o «Eldorado» negro apresentava.

A Mina completou Arguim, fortalecendo em bases firmes o sistema ultramarino das feitorias comerciais, onde se encon-

([321]) Barros — *Ásia,* Déc. I, L. III, cap. II, pág. 85.

([322]) Azambuja regressou a Portugal em 1484. Em 15 de Março de 1486, por carta dada em Santarém por D. João II, a Mina recebeu foros de cidade. Foi, outrossim, decretado que na capela de São Jorge fosse diàriamente rezada uma missa por alma do Infante D. Henrique, pioneiro e animador dos Descobrimentos. Por carta de 17 de Março de 1485, D. João II acrescentou no brasão de armas de Azambuja um castelo pelos seus relevantes serviços prestados à Nação. *(Cf.* Barros — *Ásia,* Déc. I, L. III, cap. II, págs. 84 e segs.; Pacheco — *Esmeraldo,* L. II, cap. V, págs. 68 e segs; Pina — *Crónica de D. João II,* cap. II, págs. 14 e segs.; *A. D. A. N. T. T.,* pág. 56).

tram associados o militar e o mercador, episódio momentoso na génese e expansão do mundo moderno. Com isso, os Portugueses adiantavam-se aos demais povos europeus, tornando-se os vanguardeiros de um singular sistema de colonização branca na África Negra.

Com o ouro da Mina, a realeza adquiriu segurança e tranquilidade financeiras indispensáveis à consolidação da sua autocracia e à organização de novos empreendimentos ultramarinos. Assentes no ambicionado metal fino resgatado na costa, puderam os marinheiros e mercadores portugueses traçar rumo certo e seguro através da grande e ignota via atlântica até aos ricos mercados das especiarias asiáticas e dos campos auríferos do Monomotapa.

VI — *Organização da rota do Cabo e «captura» atlântica das especiarias asiáticas.*

Na Mina, encontrara a Coroa um excelente meio de conseguir que a empresa ultramarina se financiasse a si própria. Os adiantamentos de que o «Príncipe Perfeito» necessitava para accionar a expansão no Atlântico Sul podiam ser obtidos em transacções mercantis com os conhecidos prestamistas flamengos, alemães e italianos. As rotas atlânticas do ouro, que os Portugueses haviam organizado, despertaram avareza na finança internacional. Todos se mostravam interessados em se tornarem clientes de Portugal. Bartolomeu Marchioni, o maneiroso banqueiro florentino, conquistando a simpatia e confiança de D. João II, foi um dos maiores excitadores do empreendimento régio (323). O comércio da Mina garantiria dividendos aos banqueiros da Coroa. Nunca a realeza tivera tanto crédito. As rotas de Arguim e da Mina desviaram para o Atlântico a finança europeia, até então circunscrita, de certo modo, aos mercados da orla mediterrânea.

(323) *Cf.* Cortesão, J. — *A missão...*, *in loc. cit.*, pág. 5.

Portugal desfrutava, ademais, de privilegiada posição no quadro das relações internacionais, graças à sua força oriunda da própria expansão ultramarina. A vitória diplomática alcançada pelo *Tratado de Toledo*, a 6 de Março de 1480, delimitava zonas de partilha colonial aos dois Países ibéricos. A procura da Índia pelo rumo do Cabo não podia, pois, ser impugnada pelos Reis Católicos. D. João II, quando ainda príncipe, renunciara às pretensões sobre as Canárias, contanto que a Portugal ficasse livre a costa atlântica da África ao sul da Guiné. O filho sucessor de Afonso V já tinha ideia de atingir o Índico pelo Cabo. Com o objectivo de concretizar o amadurecido plano das Índias, o «Príncipe Perfeito» não se poupou a esforços para conquistar, em Toledo, aquela vitória diplomática que lhe haveria de abrir o Atlântico sul-africano, sem qualquer contestação castelhana (324).

Organizada a rota atlântica do ouro da Mina, D. João II iniciou a penetração comercial nos reinos de Benim e do Congo. A expedição de Diogo Cão (1484) representa a primeira tentativa de uma acção colonial no Congo (325). Partindo da Mina, os seus capitães ultrapassaram o Cabo de Santa Catarina, estabelecendo na foz do Congo (326) uma nova base de actividade

(324) *Cf.* «Os artigos do Tratado». A. N. T. T., *Livro das Pazes*, fl. 136; *A. D. A. N. T. T.*, págs. 42 e segs.; Peres, D. — «Política Colonial de D. João II: o Tratado de Tordesilhas». *Hist. de Port.*, v. II, págs. 569 e segs. Barcelos, 1931.

(325) É claro que não cabe aqui o relato das viagens de Diogo Cão. Para um estudo dessa natureza, *vid.*: Barros — *Ásia*, Déc. I, L. III, cap. III. págs. 86 e segs.; Pina — *Crónica de D. João II*, cap. LVII, págs. 144 e segs.; cap. LVIII, págs. 147 e segs.; cap. LIX, págs. 159 e segs; cap. LX, págs. 166 e segs.; *in loc. cit.*; Galvão, A. — *Tratado...*, págs. 130 e segs.; Ruge, S. — *História da época dos descobrimentos*, trad. portuguesa, págs. 103 e segs. Lisboa, s. d.; Peres, D. — *História dos descobrimentos*, págs. 179 e segs.; Prestage, E. — *The Portuguese pioneers*, págs. 199 e segs. Londres, 1933; Peres, D. — «O Caminho da Índia: do Golfo da Guiné ao Cabo da Boa Esperança». *Hist. de Port.*, t. III, págs. 553 e segs. Barcelos, 1931.

(326) Diogo Cão mandou erguer na foz do Congo um dos famosos padrões de pedra de D. João II, marco destinado a assinalar a presença

mercantil. A viagem foi coroada de êxito. O rei do Congo e alguns régulos prontificaram-se a prestar vassalagem à Coroa portuguesa, e converteram-se ao Cristianismo [327]. Portugal assenhoreava-se, portanto, de uma estratégica zona político-económica que lhe garantia uma eficaz penetração comercial no reino de Benim, situado entre a Mina e o Congo. Ali organizaram os agentes de D. João II os resgates de escravos negros e de uma especiaria até então desconhecida na Europa — a pimenta de rabo.

Em 1486, João Afonso de Aveiro, a mando de D. João II, empreendeu uma viagem ao reino de Benim com o objectivo de estender a acção mercantil da Mina até ao Congo, estabelecendo, assim, as bases firmes do tráfico numa vasta área do Atlântico Sul-Africano. Na torna-viagem, Afonso de Aveiro trouxe a Portugal alguns príncipes negros. Os régulos asseguraram a D. João II que no oriente de suas terras havia um poderoso monarca cristão chamado *Ogané* [328]. Estudados os informes, o «Príncipe Perfeito» não vacilou: tratava-se, certamente, do misterioso Preste João. Entusiasmado com o relato da embaixada africana, D. João II mandou prosseguir na

---

dos navegadores portugueses e os respectivos direitos de domínio. Por isso, o poderoso rio africano foi chamado *Rio do Padrão*. Depois, foi-lhe dado o nome *do Reino do Congo*, que atravessa, posto que os indígenas lhe chamassem *Zaire*. (*Cf.* Ruge. S. — *op. cit.*, págs. 103 e segs.; Barros — *Ásia*, Déc. I, L. III, cap. III, pág. 86; Peres, D. — *Hist. dos desc.;* págs. 181 e segs.

(327) O príncipe Caçuta, um dos nobres do Congo, recebeu na pia do baptismo o nome de *João* «por amor del-Rei», com «apelido de Silva», nome do padrinho Aires da Silva, carameiro-mor do «Príncipe Perfeito» (*Cf.* Barros — *Ásia*, Déc. I, L. III, pág. 88).

(328) Quem seria Ogané que D. João II identificou como sendo o Preste João? Põe-se o problema. La Roncière *(La découverte...*, t. II, págs. 81 e seg.) nada esclarece. Apenas diz que não era o conhecido Uganda. Damião Peres (*Hist. dos Desc.*, págs. 238 e seg.), por sua vez, acha que bem podia ser o rei Organa, potentado sudanês. A semelhança da grafia dos dois nomes torna plausível esta hipótese. Mas quem era Organa? Damião Peres, que menciona o nome, nada esclarece.

exploração do Atlântico Sul, com o firme propósito de encontrar o Preste e atingir a Índia [329].

No mesmo ano (1486), foram organizadas duas expedições: uma terrestre, com Pero da Covilhã e Afonso de Paiva [330]; outra marítima, com Bartolomeu Dias e João Infante [331].

Os dois primeiros emissários de D. João II [332] partiram de Santarém a 7 de Maio de 1487. Os cronistas Barros [333], Galvão [334] e Castanheda [335] relataram a odisseia que o Conde de Ficalho [336] apresenta em circunstanciada exposição. Os dois agentes reais levaram consigo a delicada incumbência de localizar o reino do Preste e descobrir uma passagem entre o Atlântico e o Índico que permitisse aos Portugueses estender a sua acção civilizadora até à Ásia [337]. O principal intuito era, na verdade, o ouro do Monomotapa, que se supunha pertencer ao Preste João, e os mercados das preciosas especiarias malaio-indianas.

Na ilha de Rhodes, encontraram dois portugueses — Frei Gonçalo e Frei Fernando — que lhes prestaram valiosos infor-

---

(329) *Cf.* Barros — *Ásia*, Déc. I, L. III, cap. IV, pág. 90.

(330) *Ibidem.*

(331) O feito de Bartolomeu Dias e seus companheiros é facto conhecido. Continuando a marcha do reconhecimento do Atlântico sul-africano, ultrapassou o termo meridional do continente negro, dobrou o Cabo e descobriu a procurada passagem para o Índico.

(332) Gaspar Correia *(Lendas da Índia,* T. I. P. I., pág. 6) chama *Afonso de Paiva* a Gonçalo de Paiva.

(333) *Ásia*, Déc. I, L. III, cap. V, págs. 95 e segs.

(334) *Tratado*, págs. 131 e segs.

(335) *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, L. I, cap. I, págs. 5 e segs. Coimbra, 1924.

(336) *Viagens de Pedro da Covilhan.* Lisboa, 1989.

(337) Covilhã era o homem talhado para esta missão. Perfeita figura de aventureiro, estava preparado para os perigos futuros. A sua vida era a mais agitada. A sua mocidade foi vivida em eternas rixas com os Ponce de Léon em assaltos e emboscadas pelas ruas de Sevilha. *(Cf.* Ficalho — *Viagem...*, págs. 53 e segs.).

mes. Decididos a entrar no Egipto como mercadores, puseram-se a caminho de Alexandria e Cairo, onde entabularam negociações com comerciantes muçulmanos que frequentavam o tráfico indiano. Embarcando no Mar Vermelho, chegaram a Aden, onde se separaram, designando como lugar de reunião a cidade do Cairo. Covilhã partiu para a costa do Malabar. Visitou Cananor, Calecute, Ormuz e Goa, de onde regressou à costa oriental da África, que seguiu até Sofala, famosa pórtico de entrada para as terras auríferas do Monomotapa. Quando, no seu regresso, voltou ao Cairo, soube que seu companheiro Afonso de Paiva, que havia ido para a Etiópia, tinha falecido. Disposto a voltar à Corte de D. João II com boas e más notícias, foi abordado nas ruas do Cairo por dois emissários do «Príncipe Perfeito» — o rabino Abrahão de Beja e José de Lamego. Este último mensageiro regressou imediatamente a Portugal com as informações reunidas por Covilhã sobre o volume do tráfico das especiarias asiáticas e mecanismos dos resgates do ouro do Monomotapa. Outrossim, Covilhã informava na carta enviada a D. João II que os navios portugueses deviam seguir o Atlântico africano na direcção do sul até chegarem ao extremo meridional do continente, onde encontrariam a desejada passagem marítima para o Oriente. Na torna-viagem do Índico para Portugal, por via atlântica, deviam tomar o rumo de Sofala a Madagascar.

Depois de haver despachado José de Lamego com essas importantes notícias, Covilhã visitou depois, com o rabino Abrahão, a cidade de Ormuz, a fim de completar o seu diário. Enviou o seu companheiro com uma caravana por Bagdad e Halep à Síria — um dos termos das rotas das especiarias — com instruções para dali regressar a Portugal com o relatório que devia ser apresentado a D. João II.

Entretanto, Covilhã punha-se a caminho da Abissínia com propósito de dar cumprimento à missão recebida, visto que Afonso de Paiva havia falecido no Cairo sem nada ter noticiado a respeito do enigmático Preste João. O soberano da Etiópia recebeu-o muito bem na sua capital, Choa, e soube

convencê-lo a ficar ali, onde casou e viveu o resto dos seus dias (338) como um fidalgo etíope.

O plano ultramarino de D. João II consistia no assento de relações de amizade com o famoso soberano da Abissínia (339). A demanda do Preste João foi um dos grandes sonhos da Idade Média. O devaneio intensificou-se numa esperança dulcíssima de vida nova, de nova «Idade de Ouro», com a expansão atlântica portuguesa. A história do Preste penetrara na Europa com a reconquista cristã do Mediterrâneo. O seu nome correu o Ocidente e dominou a literatura de viagem. Ao certo, ninguém sabia onde ficavam os seus domínios. Mas, se não se sabia onde imperava o misterioso potentado cristão, havia certeza da sua existência. O seu império era a «Fonte da Mocidade», onde abundavam o ouro e as especiarias. Assim sonhava a Europa cristã. Em demanda do poderoso príncipe negro, passaram a andar reis e papas. Que forte aliado seria, assim tão rico e virtuoso, na cruzada contra o Mouro infiel! O soberano que tanto ocupava a imaginação europeia viveria na Abissínia? O veneziano Marco Polo, que descreveu a viagem que fez ao Oriente de 1270 a 1296, afirmou que o Preste João tinha sido o rei tártaro Hunc-Can, morto por Gengis-Can numa batalha, mas que seu neto Jorge herdara o título (340). O franciscano Odorico de Pordonome, que visitou a Ásia entre 1318 e 1330, localiza o Preste numa ilha da China (341). Seria esta a última referência a um Preste João asiático.

---

(338) Covilhã morreu em 1520 (Galvão — *Tratado...*, pág. 329).

(339) «el-Rei encomendava muito a Covilhã que se ainda não tinha achado o Preste que não receasse o trabalho de se ver com ele» (Barros — *Ásia*, Déc. I, L. III, cap. III, pág. 96); «E se não tinha visto e sabido... e principalmente fosse ver no Preste João (Castanheda — *op. cit.*, L. I, cap. I, pág. 7).

(340) Polo, Marco — *O Milhão*, capítulos 66-68, págs. 104-108. Porto, 1944.

(341) *Cf.* Machado, A. Reis — Prefácio (pág. XV) à citada obra do P.e Francisco Álvares — *Verdadeira informação...*

Com D. João II parece estar, finalmente, identificado e localizado o soberano negro que tanto ocupava a imaginação europeia. O sucesso de Afonso V, ao mesmo tempo que procurava descobrir o caminho marítimo para a Índia, tentava alcançar as famosas terras do Preste. Uma aliança com o potentado negro facilitar-lhe-ia o domínio comercial de ambas as margens do Índico. Nos reinos do Congo e de Benim, obtiveram os capitães de D. João II preciosas notícias: a Oriente havia um rei, o mais poderoso daquelas partes, a que chamavam *Oganê*. O régulos de Benim veneravam-no. Juntando essa informação a outras já colhidas, os Portugueses acabaram por localizar o reino de Oganê no sul do Egipto, e identificaram-no com o Preste João. Por isso, não admira que o «Príncipe Perfeito» enviasse na direcção da Índia, por terra, em Maio de 1487, Pero da Covilhã e Afonso de Paiva; e por mar, em Agosto do mesmo ano, Bartolomeu Dias.

Quando chegaram a Lisboa as primeiras notícias de Covilhã, Bartolomeu Dias já tinha regressado ao Reino com a experiência vivida nos mares do sul, onde enfrentou o imponente penhasco, no extremo sudoeste do continente negro, que conseguira dobrar. O relato do capitão e as preciosas narrativas daquele emissário de D. João II foram postas ao serviço da primeira viagem de Vasco da Gama. Dias e Covilhã deram a D. João II a certeza da existência de uma passagem marítima entre o Atlântico e o Índico.

A narrativa de Covilhã demonstra profunda sagacidade e acentuado espírito de observação [342]. As notícias enviadas a Lisboa foram as mais valiosas: venda de pimenta e de canela no mercado de Calecute; navegação e comércio em ambas as margens do Índico, afirmando a D. João II que as comunidades burguesas do Malabar, para onde afluíam as especiarias asiáticas, seriam fàcilmente acessíveis aos Portugueses desde que Sofala fosse alcançada. As cartas do perspicaz mensageiro do

(342) Note-se que Covilhã foi o primeiro português que viu a Índia, e o primeiro europeu que visitou a dourada Sofala.

«Príncipe Perfeito» eram completas, e constituem magnífica fonte documental para o estudo da acção ultramarina do filho de Afonso V, que se propunha organizar as rotas atlânticas do ouro do Monomotapa e das especiarias asiáticas. As informações de Covilhã são precisas e valiosíssimas. As notícias sobre o tráfico da pimenta, da canela e do cravo, denotam sensível e aguçada intuição comercial. Dá especial relevo à importância do porto de Sofala — trampolim que haveria de levar os capitães e mercadores manuelinos até aos campos auríferos do sertão do Monomotapa e aos ricos mercados de Cananor, Cochim, Calecute, Goa e Ormuz [343]. A odisseia de Covilhã constitui uma exemplar patrulha de reconhecimento atrás das linhas inimigas. O emissário régio agiu como autêntico «oficial de ligação», informando o seu «quartel general» de todos os movimentos inimigos.

D. João II morreu, no entanto, sem ter notícias confirmadas do Preste João. O próprio Covilhã nem sequer o encontrou [344]. O inescrutável potentado negro, que tão fortemente havia impressionado os Portugueses desde o tempo do Infante D. Henrique, acabou por desvanecer-se por completo. O príncipe que recebeu Covilhã, com grande pompa e promessa de aliança, foi Eskender ou Escander que os cronistas Castanheda [345] e Barros [346] chamam *Alexandre*. O chamado *Preste* era, apenas, um déspota à maneira oriental, tendo por habitação, não um palácio

(343) «escrevo a el-Rey o q̃ vira da Índia... e a carregação despecearia e q̃ Calicut e Cananor estuão ẽ costa e podiase nauegar pera lá indo demandar Çofala dõde podião ir tomar a costa de Calicut» (Castanheda — *op. cit.*, L. I, cap. I, pág. 7).

(344) *Cf.* Siqueira, Coutinho J. de — «Os portugueses na Etiópia». *I Congresso da Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo*, 4.ª secção, pág. 7. Lisboa, 1938.

(345) «tomou seu caminho pera a costa do Preste João q̃ he senhor da Ethiopia. E chegado à Corte deu a carta del-Rey dõ João a Alexander q̃ então senhoreaua a Ethiopia». (*Op. cit.*, L. I, cap. I, pág. 7).

(346) «foi ter à corte do Preste, per nome Alexandre a que eles chamam Escander». *Ásia*, Déc. I, L. III, cap. III, pág. 96).

de maravilhas mas uma «tenda». Tudo ficou no mundo dos sonhos. Sobre a própria origem das palavras *Preste João* nada se sabe. A *Verdadeira informação das Terras do Preste João das Índias*, do Padre Francisco Álvares, mostrou à Europa a realidade etíope. Desfazia-se, assim, com a expansão ultramarina portuguesa, o grande sonho do Ocidente cristão medieval.

No Oriente, porém, Portugal encontraria o cobiçado ouro do Monomotapa e as ricas especiarias asiáticas, que haveriam de compensar a ilusão do Preste. Os feitos de Bartolomeu Dias e de Covilhã deram a D. João II a fórmula do problema que solucionaria o «sonho da Índia». O caminho para o Oriente, pelo rumo do Cabo, estava aberto aos navios portugueses. A aliança que Covilhã estabelecera com o príncipe etíope era propícia a Portugal e a toda a Cristandade. Apesar de os Turcos estarem senhores de Constantinopla, o mundo muçulmano ainda comandava as rotas índicas do comércio que D. João II estava resolvido a «capturar» em favor do tráfico atlântico à distância. Uma aliança política com o potentado da Abissínia não era, com efeito, de desprezar, pois os Árabes senhores do Mar de Oman e de ambas as margens do Índico, apresentar-se-iam aos Portugueses como os maiores impecilhos.

O plano do «Príncipe Perfeito» estava, todavia, em condições de ser executado. Pelo Atlântico africano, atingiriam Sofala. O valioso porto muçulmano abriria aos Portugueses as terras auríferas do Monomotapa. Da África índica ao Malabar, seria um salto.

O audacioso projecto de expansão ultramarina não chegou, porém, a ser executado por D. João II. Depois da morte do seu único filho, o príncipe D. Afonso, a 13 de Julho de 1491 (347), o grande monarca poucos anos mais teve de vida, e esses poucos foram demasiadamente tristes e amargurados (348). D. João II preparara para seu filho um dos maiores impérios, casando-o

(347) Pina — *Crónica de D. João II*, cap. L, págs. 131 e segs.

(348) *Ibidem*, cap. XLIV, págs. 108 e segs.

com D. Isabel, filha dos Reis Católicos (349). Mas o príncipe morreu desastradamente da queda de um cavalo, nas margens do Tejo, junto de Santarém. E com o desastre, que abalou profundamente o Reino, dissipou-se o grande sonho peninsular de D. João II.

Morto o «Príncipe Perfeito», quando os seus navios estavam às portas da Índia, sucedeu-lhe no trono o irmão de D. Leonor, D. Manuel, duque de Beja. Seu pai, D. Fernando, era sobrinho do Infante D. Henrique, por quem fora legalmente adoptado como filho, o que fez com que se considerasse neto do «Navegador». Crescera com o «sonho da Índia», assistindo aos preparativos para o descobrimento do seu caminho marítimo, longe de supor o que o destino lhe reservara.

D. Manuel seria olhado pelo povo como prognóstico feliz. O próprio D. João II, morto o príncipe D. Afonso, veria nele o seu herdeiro. Os Reis Católicos comemoraram o facto. Fernando e Isabel julgavam ter o jovem monarca à sua disposição, em virtude do afecto que D. Manuel dedicava à sua tia (350). Mas, apesar de o novo soberano não ter a forte personalidade de seu antecessor, mostrou-se logo de pulso firme, disposto a defender

(349) D. João II faleceu a 25 de Outubro de 1495. Morto o filho, nunca mais teve saúde. Escreve o cronista Garcia de Resende: «se dahi em diante nunca foi bem sam» (*Crónica*, cap. CLXII). Em 1492, já estava com a saúde bem abalada: «no anno de nouenta e dous... lhe vierão grandes desmayos de que em casa da Raynha sua molher esteve muito mal e perigoso à morte» (*Ibidem*). O desastre que ceifou a vida do filho apresou a morte de um organismo que já não era forte. Em Outubro de 1484, já não tinha boa saúde, vendo-se obrigado a pedir à Rainha para assinar por ele uma Carta Régia: «agora estamos muy bem, pero hũ pouco fraco e por isso rogamos aa sr.ª Rainha q̃ esta assinase per nos». (*A. N. T. T.*, L. II de D. João II, fls. 38 — Documento transcrito por Freire de Oliveira, *in Elementos*, 1.ª P., t. I, pág. 361).

(350) Numa carta a De Puebla, embaixador espanhol em Londres, datada de 28 de Dezembro de 1496, os Reis Católicos mostravam-se felizes e esperançosos por seu sobrinho ter subido ao trono português. (*Cf.* Welch — *South Africa...*, pág. 3).

os interesses de Portugal, onde quer que eles colidissem com os de Castela.

D. Manuel não perdeu tempo. Não deixou baixar a febre dos descobrimentos que aquecera a Nação. Em poucas semanas de governo tinha já convocado o Conselho da Coroa [351] para o assistir na prossecução do grandioso plano da Índia [352].

Logo na primeira sessão do Conselho os pareceres dividiram-se. A questão foi largamente debatida. Seria prudente partir para uma terra inimiga tão distante Não seria carga demasiadamente pesada para um País como Portugal? Os impérios afro-asiáticos, que tanto haviam impressionado Covilhã, não eram muito diferentes dos reinos negros do Atlântico africano? Entrar em luta com essas Potências orientais não significava levar à ruína? Ademais, não devia ser levada em conta a cobiça que o comércio da Índia iria fatalmente despertar?

D. Manuel fez, porém, ouvidos moucos a tudo quanto tivesse por mira sustar a expansão atlântica, decidindo, portanto, prosseguir na obra ultramarina do seu antecessor. O proveito espiritual e material da grande empresa haveria de fazer calar os descontentes. As rotas de Arguim e da Mina cresciam em dividendos. Os resgates do ouro e dos demais artigos da «Terra dos Negros» davam suficiente cobertura para a manutenção do audacioso empreendimento. A «captura» do ouro do Monomotapa e das especiarias asiáticas traria a Portugal nova abastança. D. Manuel não podia retrogradar na História. Por isso, não vacilou: deu ordem para se prosseguir na gigantesca obra ultramarina em direcção ao enigmático Oriente.

Havia-se encontrado, afinal, a fórmula para solucionar a questão. O grande problema que primeiro se colocou foi o da náutica. A viagem de Bartolomeu Dias demonstrava que a

(351) Desde a época de D. João I, o Conselho da Coroa era constituído por um prelado, representante do alto clero, dois nobres, três legistas e quatro cidadãos (*Cf.* Barros, Gama — *op. cit.*, t. III, págs. 256 e segs.),

(352) O Conselho foi convocado em Dezembro de 1495, em Montemor (Góis — *Crónica de D. Manuel I*, P. I, cap. 24, pág. 44. Coimbra, 1926).

navegação costeira no Atlântico Sul não convinha. O Cabo da Boa Esperança tinha de ser abordado pelo mar largo. Essa audaciosa manobra naval pressupunha o conhecimento do regime de ventos e correntes marítimas dominantes. No hemisfério norte, os navios das rotas da Mina e de Arguim seguiam há muito, sem hesitações, pelo mar de Sargaço e pelos Açores, em demanda da «Terra dos Negros». Nos «mares do sul», não ousavam, porém, navegar, a não ser à vista da terra. O problema deve ter sido largamente debatido na primeira torna-viagem de Bartolomeu Dias.

Paralelamente ao problema da navegação no mar alto, impunha-se encontrar resposta para a questão da resistência dos navios. Posta de lado a ideia de seguir ao longo da costa para contornar o Cabo, a esquadra da Índia não se comporia de caravelas. A navegação nos perigosos mares do sul exigia novos tipos de navios. A grande viagem do descobrimento de uma passagem marítima para a Índia realizar-se-ia com navios pesados, naus de alto bordo com enormes velas quadradas, próprias para suportar as tormentas marítimas daquelas paragens. A navegação no extremo meridional da África atlântica requeria navios de armação direita, pesados e resistentes. Mas não deviam ser muito grandes, pois um barco pequeno seria mais fácil de manobrar diante de portos desconhecidos e duvidosos. O problema que se punha não era o da velocidade ou da capacidade de transporte, mas, sim, o da resistência, vulnerabilidade e segurança.

Tinha-se resolvido que seriam construídos quatro navios para completar o «plano da Índia» que Bartolomeu Dias deixara inacabado. D. Manuel mostrava-se disposto a não deixar escapar a riqueza indiana.

A tarefa da preparação dos navios foi dada a Fernão Lourenço, que fora feitor da Casa da Mina no reinado de D. João II. A frota devia ser cuidadosamente equipada. Os navios teriam a melhor construção. Só materiais de primeira qualidade seriam empregados. O «engenheiro» responsável pela construção das

naus foi Bartolomeu Dias, pois ninguém como ele conhecia, por experiência, os mares do Cabo ([353]).

Cada navio devia levar três ou quatros aparelhos de velas e amarras. As pipas e barris para água, vinho e vinagre, seriam forradas de barro e protegidas com resistente arqueação de metal. Quantidades de farinha, carne e medicamentos seriam armazenados. Os salários da tripulação deviam ser mais altos do que os até então recebidos. Armas e munições seriam em quantidade suficiente para repelir qualquer agressão ([354]). Era, portanto, uma expedição cuidadosamente preparada. A empresa era mais de reconhecimento que de descoberta ou conquista.

Há muito que D. João II vinha estudando, com carinho e prudência, a expedição que alcançaria a Índia e que haveria de pôr em alvoroço o mundo muçulmano. O amadurecido plano não sofria, assim, quebra de continuidade. O empreendimento acarretaria uma revolução completa: económica, naval, técnica, social, política e religiosa. A metamorfose fez-se sentir em todos os sectores. A caravela africana, com pano latino, foi posta de lado e substituída por navios mais resistentes. Com velas redondas, a caravela do *Livro das Fortalezas del-Rei D. Manuel* ([355]) fez o seu aparecimento na História dos Descobrimentos e Conquistas. A deslumbrante visão do ouro do Monomotapa e das ricas especiarias e drogas da Índia impunham novos aperfeiçoamentos técnicos às construções navais.

Os navios não deviam exceder em muito as cem toneladas. As costas e as embocaduras dos rios deviam ser exploradas com esmero. Semelhante reconhecimento só podia ser feito, na verdade, com navios de baixa tonelagem.

Cento e setenta homens ([356]), marinheiros e soldados, gente seleccionada, compunham a equipagem da esquadra, cujos

([353]) *Cf.* Barros — *Ásia*, Déc. I, L. IV, cap. I, pág. 130.
([354]) *Cf. Esmeraldo*, L. IV, cap. II, pág. 99.
([355]) Mendonça, H. Lopes de — «Estudos sobre navios portugueses nos séculos XV e XVI». *Mem. da Acad.* da 2.ª classe, T. VI, P. II, pág. 69. Lisboa.
([356]) Para Castanheda *(op. cit.*, L. I, cap. II, pág. 9) teriam sido 148.

comandos e navios, mencionados pelo cronista Barros ([357]), foram os seguintes:

Navios	*Almirantes*	*Capitães*	*Pilotos*	*Escrivães*
S. Gabriel	Vasco da Gama	—	Pero Alenquer	Diogo Dias
S. Rafael	—	Paulo da Gama	João de Coimbra	João de Sá
Bérrio	—	Nicolau Coelho	Pero Escobar	Álvaro de Braga
Nau dos mantimentos	—	Gonçalo Nunes	—	—

As tonelagens variavam. A *S. Gabriel* tinha 120 tonéis, a *S. Rafael* 100, a *Bérrio* 50, e o nau dos mantimentos, 200 ([358]). A experiência náutica adquirida pelos marinheiros portugueses demonstrava que não convinha equipar uma frota com muitos navios e de grande tonelagem, quando se tratava de navegar em águas desconhecidas. O barinel tinha sido o navio que o Infante mais empregara na primeira fase das descobertas, seguindo-se-lhe depois as caravelas e outros pequenos barcos de remos e latinos. A esquadra de Bartolomeu Dias e João Infante não conheceu navios superiores a 50 toneladas. E a regra estabelecida pela náutica portuguesa explica as modestas dimensões das naus de Vasco da Gama ([359]).

A empresa era, pois, grandiosa. Tudo tinha sido estudado e preparado. Não era uma aventura. Era o maior dos empreendimentos ultramarinos. As grandes despesas foram financiadas

([357]) *Ásia*, Déc. I, L. IV, cap. II, pág. 134.
([358]) Castanheda — *op. cit.*, L. I. cap. II, págs. 8 e segs.
([359]) *Cf.* Oliveira, J. Braz de — «Os navios de Vasco da Gama», *in loc. cit.*

pelos carregamentos de torna-viagem das rotas atlânticas da Mina e de Arguim ([360]).

Ao cuidado de Fernão Lourenço, tesoureiro e feitor dos «trautos da Guinee», ficou a solução dos problemas económicos do cometimento ([361]).

O monarca não descuidou nada. A nomeação de um escrivão para cada navio da armada ([362]) indica o claro propósito da realeza de obter uma narrativa completa dos acontecimentos da viagem, das condições político-militares dos potentados orientais e, bem assim, das possibilidades mercantis ([363]).

Os capitães da armada, por sua vez, tinham instruído os seus pilotos para que cartografassem, quando possível, a costa

---

([360]) Portugal encontrara um meio de fazer com que a expansão se financiasse a si própria. Lopo Mendes, recebedor do Tesouro da Casa da Mina, por exemplo, de Março de 1494 a Abril de 1497, arrecadou dos «trautos da Guiné» nada menos que 221 367 997 reais. Na Africa atlântica, D. Manuel tinha uma excelente fonte de renda para coberturas do novo empreendimento. (*Cf.* A. N. T. T. *Chanc. de D. Manuel*, L. 17, fls. 20; L. *2.ª da Ext.* fls. 98).

([361]) *Idem, L. 6.º de Misticos*, fl. 192 v.; C. Q. D. M., Doc. 22, *A. H. P.*, II, pág. 240.

([362]) *Cf.* Barros — *Ásia*, Déc. I, L. IV, cap. II, pág. 134.

([363]) Dos relatórios da viagem, apenas um parece ter sobrevivido. Trata-se do famoso *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, editado pela primeira vez em 1838. A segunda edição data de 1861, corrigida e aumentada por A. Herculano e pelo Barão do Castelo de Paiva. Em 1940, apareceu em Lisboa a edição de Fontoura da Costa. Finalmente em 1945, surgiu a edição de A. Baião e Magalhães Basto, com uma introdução de Damião Peres, e que traz o título: *Diário da viagem de Vasco da Gama*. Esta edição, a mais actualizada, consta de dois volumes e está incluída na «Série Ultramarina da Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil», publicada no Porto sob a direcção do Visconde de Lagoa.

O *Roteiro*, que parece ser obra de João de Sá, escrivão da nau S. Rafael (Castanheda — *op. cit.*, L. I, cap. XVI, pág. 44), ministra curiosos e importantes informes sobre os reinos da Índia, preços de especiarias em Alexandria, notícias acerca dos elefantes e um vocabulário de palavras indígenas. Damião Peres (*Hist. dos Desc.*, pág. 297) atribui a autoria do *Roteiro* a Álvaro Velho, marinheiro da nau S. Gabriel.

percorrida, interrogassem os marinheiros árabes e obtivessem tudo o mais que fosse útil a ulteriores expedições.

João Nunes, Fernão Martins e Martim Afonso, conhecedores da língua árabe e de diversos dialectos africanos, embarcaram como intérpretes ([364]). A Vasco da Gama, almirante da frota, foi dada a assistência náutica do famoso piloto Pero de Alenquer, que governara o navio de Bartolomeu Dias na viagem ao Cabo da Boa Esperança ([365]).

Cuidadosamente armada e equipada, a grande expedição, verdadeiramente a maior e mais audaciosa de todas até então realizadas, partiu de Lisboa na manhã de um sábado, a 8 de Julho de 1497 ([366]). Na noite do dia anterior, Vasco da Gama e seus capitães guardavam vigília na histórica *Ermida de Nossa Senhora de Belém*, uma das mais notáveis capelas da Cristandade para uso dos homens do mar, onde, no mesmo sítio, se haveria de construir o monumento de Belém ([367]).

À partida da frota, a população de Lisboa convergiu, ansiosa, para o largo, entre a capelinha e a praia. Barros ([368]) descreve a solene procissão dos marinheiros, capitães e padres, cantando litanias. De joelhos, na praia, todo o pessoal da ar-

---

([364]) *Cf. Roteiro*, pág. 12. Lisboa, 1861.

([365]) Viterbo, Sousa (*Trabalhos Náuticos dos Portugueses*, P. I, pág. 33 e segs., e 332 e segs.) reuniu preciosas notícias sobre Pero de Alenquer.

([366]) É a data mencionada por Castanheda (*op. cit.*, L. I, cap. II, pág. 9). Gaspar Correia (*op. cit.*, T. I, pág. 15) coloca a partida no dia 25 de Março. António Galvão (*op. cit.*, pág. 144) aponta o dia 20 de Julho. Como se vê, os cronistas divergem sobre o dia da partida. Optamos pela informação de Castanheda por ser a mencionada no *Roteiro* (pág. 1, *cit.* ed. de 1861).

([367]) Em 1498 a capelinha edificada pelo Infante foi transferida para a guarda da Ordem dos Jeronimistas. A Santa Sé, a pedido de D. Henrique e seus sucessores, transformou a singela igrejinha dos marinheiros portugueses numa maravilhosa catedral da África, da Ásia e da América. (*Cf.* Almeida, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal*, t. II, págs. 225 e segs. Coimbra, 1912; *Notícia histórica e descritiva do Mosteiro de Belém*, de autor anónimo. Lisboa, 1842).

([368]) *Ásia, Déc. I*, L. IV, cap. II, págs. 133 e segs.

mada recebeu do vigário de Belém a benção do Santíssimo. Todos se sentiram inspirados de um elevado sentimento de lealdade e de fervor religioso.

Quando os navios começaram a mover-se, fez-se ouvir a voz da oposição, que Camões ([369]) eternizou na magnífica e longa lamentação do *Velho do Restelo,* e que exprime todos os agravos populares. A sorte estava jogada — momento crucial para D. Manuel e para a Nação inteira. Portugal faria frente ao risco, jogando a segurança presente pela visão de um futuro deslumbrante, mas perigoso. Ninguém sabia quanto tempo duraria a viagem. O vasto Atlântico Sul era uma barreira quase intransponível. Do Cabo à Índia estendia-se outro perigoso Oceano, cujas linhas de navegação os marinheiros portugueses ignoravam por completo. Dobrado o Cabo, o que os aguardaria?

A missão continuava a ser de paz e comércio. Vasco da Gama ([370]) não recebeu apenas incumbências de navegador e explorador. As suas funções eram, sobretudo, de ordem diplomática. Ia como embaixador de D. Manuel. O monarca cristão, por intermédio dele, oferecia ao potentado de Calecute a sua amizade e aliança. O destino da expedição havia sido traçado pelas narrativas colhidas no Oriente por Covilhã. A rota marítima ([371]) fora desenhada com a ajuda de Bartolomeu Dias e

([369]) *Lusíadas,* C. IV, págs. 162 e segs. Lisboa, 1880. (Ed. do II Centenário do poeta).

([370]) Vasco da Gama, nascido e criado em Sines, à beira do Atlântico, deve ter sido marinheiro desde a mocidade, embora não fosse piloto profissional. Como acontecia com inúmeros fidalgos portugueses, eram-lhe tão familiares o astrolábio e a bússula como a espada. (*Cf.* Aragão, Teixeira de — «Vasco da Gama e a Vidigueira». *Boletim da Soc. de Geog. de Lisboa,* págs. 548 e segs., 1886).

([371]) Não existe ainda unanimidade de juízos sobre a rota seguida por Vasco da Gama. Divergem as opiniões. Os pareceres são os mais desencontrados. Não nos cabe aqui entrar na controvérsia. (*Cf.* Coutinho, Gago — «O Roteiro de Vasco da Gama não prova a 'casualidade' do descobrimento do Brasil». *Congresso do Mundo Português,* v. IX, T. I, págs. 35 e segs.; Coimbra, Carlos — «A rota de Vasco da Gama e as ideias do Almirante Gago Coutinho». *Diário de Lisboa,* 31 de Dezembro de 1940).

dos melhores pilotos do Reino. O conhecido geógrafo Diogo Ortiz e Abraão Zacuto, o astrónomo judeu, deram a sua valiosa contribuição. Tudo fora preparado com esmero e carinho.

Passada a costa do Natal, fizeram-se ao mar largo, permanecendo fora de vista da terra por alguns dias. Provàvelmente devido à falta de água, viram-se compelidos a procurar na costa um fundeadouro. No dia 10 de Janeiro de 1498, entraram num pequeno rio, entre a Baía da Lagoa e o Cabo das Correntes, a que chamaram *Rio do Cobre* ([372]) devido às manilhas desse metal que os cafres usavam nos braços, nas pernas e nos cabelos ([373]). Desembarcando, trataram os portugueses de cativar a amizade e confiança dos indígenas, com o claro objectivo de obterem informações sobre a dourada Sofala e a ambicionada Índia, bem como estabelecer bases firmes de transacções pacíficas de comércio ([374]).

Os capitães de D. Manuel atingiram, assim, uma zona económica no Índico africano até então ignorada. Interessava-lhes, certamente, cartografar a região e enriquecer os diários de bordo. Foi com esse intuito que Martim Afonso, um dos intérpretes da armada, distribuiu presentes (panos vermelhos e manilhas de cobre e latão) entre os naturais. Com isso, conseguiriam algumas notícias sobre o Monomotapa, o poderoso imperador negro que se assenhoreara de uma vastíssima área do

([372]) *Cf.* «Carta demonstrativa da viagem». *Roteiro,* cit. ed. de 1861.

([373]) Thel (*The portuguese...,* pág. 90), Welch (*South Africa...,* pág. 42) e o autor do *Roteiro* põem em destaque a presença de cobre na região visitada pela primeira vez por uma armada portuguesa. Escreve o autor do *Roteiro:* «E ha nesta terra muito cobre o qual trazem nas pernas e pellos braços e pellos cabellos retorcidos...» (pág. 19).

([374]) É de crer que as manilhas de cobre usadas pelos cafres como enfeite seriam de procedência alemã. As marinhas italianas transportariam o procurado artigo para os portos do Mediterrâneo levantino, onde era negociado pelos mercadores do Islão, senhores do Índico, que o enviavam para as suas sucursais do oriente africano. O cobre da Alemanha do Sul (Nuremberg e Augsburg) constituía uma das melhores formas de pagamento para os resgates de ouro em ambas as costas da África negra.

oriente africano, nos sertões de Sofala, e que corresponde hoje, sumàriamente, à Rodésa do Sul e à porção mais ocidental da província portuguesa de Moçambique [375].

Graças à inteligente diplomacia de Martim Afonso, conseguiram os portugueses a amizade e confiança dos indígenas do Rio do Cobre, cuja região os capitães manuelinos denominaram *Terra de Boa Gente* [376], admirável área económica, rica de cobre, estanho e marfim. Os panos constituíam o artigo de maior aceitação para os resgates. Com eles, os agentes da Coroa organizariam as suas transacções mercantis, obtendo dos nativos os produtos regionais, particularmente cobre [377].

Partindo da *Terra da Boa Gente*, navegaram durante seis dias pelo Índico africano, passando ao largo da dourada Sofala, visitada por Covilhã, sem, contudo, se aperceberem de tal. O procurado porto, escoadouro do precioso metal dos sertões do Monomotapa, estava ali, bem perto do Rio do Cobre. A rota traçada não tinha sido completa. Os informes de Covilhã, embora enriquecidos com os dos indígenas da *Terra da Boa Gente*, não haviam sido suficientes. Os capitães manuelinos navegavam no Índico pela primeira vez. Um simples erro de cálculo náutico seria suficientemente grande para desviar a armada do seu rumo desejado. O facto de não terem visto Sofala demonstra que os navios não navegaram junto à costa do continente negro, mas, sim, pelo mar alto. Supunham, certamente, que o famoso e cobiçado pórtico de entrada para as terras auríferas do Monomotapa estaria em latitude bem mais distante. Caso contrário, teriam navegado junto ao recorte do

(375) *Cf.* Dias, Manuel Nunes — *Os campos do ouro...*

(376) *Roteiro...*, pág. 20.

(377) «Ha nesta terra muito cobre... O capitam mandou huma jaqueta e calças vermelhas e carapuças... E disseram que qualquer cousa que ouvesse em sua terra que nollo dariam. E ha nesta terra estanho que elles trazem n'huumas guarnições de punhaees e as baynhas osam de marfim. E prezam muito pano e nos davam muito deste cobre por camisas se lhas nós quiseramos». (*Idem*, págs. 18 e segs.).

litoral até à sua parte mais setentrional, representada pelo delta do Zambeze. É também de se crer que tiveram de lutar contra as fortes correntes do canal de Moçambique, e, para não serem esmagados contra os rochedos próximos da costa, buscariam o mar largo, razão por que passaram diante de Sofala sem a ver. É o que se afigura plausível, se tivermos em conta o condicionalismo físico hostil daquela parte meridional do Índico africano, então desconhecido dos capitães manuelinos.

Desviados do rumo certo, foram ter à região onde hoje fica Quelimane, próximo da foz do Zambeze, que chamaram *Rio dos Bons Sinais* [378], por ali encontrarem, pela primeira vez, negros ismalizados que falavam o árabe, e lhes dizerem que mais ao norte encontrariam um comércio marítimo muito activo [379].

Os Portugueses tinham atingido um ponto do oriente africano, trampolim para os mercados das especiarias asiáticas, onde se estendia, dominante, o comércio muçulmano. A viagem estava sendo coroada de êxito. Os capitães de D. Manuel estabeleciam, assim, os primeiros contactos com os Mouros — tradicionais inimigos de crença e de acção mercantil — que traficavam em ambas as margens do Índico.

Os cristãos deixaram-se ficar na foz do Zambeze quase um mês. Os navios precisavam de reparos. A tripulação necessitava de merecido descanso. Convinha auscultar bem a terra antes de qualquer iniciativa. A presença de Europeus no Índico, despertaria interesse e curiosidade. Impunha-se aplicar no Índico a tradicional política ultramarina portuguesa de paz e comércio. O encontro devia ser de boa amizade. A adversidade de crenças precisava de ser contornada. O antagonismo religioso poderia pôr em perigo o êxito da missão. Era necessário seguir à risca as instruções da Coroa — estabelecer relações cordiais. Notícias da Índia e do Monomotapa é que mais interessavam aos capitães manuelinos. Os Portugueses haviam atingido as terras que

(378) *Roteiro*, pág. 22.

(379) *Ibidem*.

Covilhã descrevera, onde o Islão era o senhor das rotas do ouro, dos escravos e das especiarias orientais. O choque seria fatal. Os Muçulmanos, certamente, não saberiam sequer de onde vinha o intruso. Tinham, pois, por isso e por outras razões, de agir com prudência e disfarçada afeição. Embora lhes não agradasse a presença dos Cristãos, os Mouros saudaram os recém-vindos ao seu porto. Tanto portugueses como muçulmanos, neste primeiro encontro, foram cuidadosos nas suas atitudes. As conhecidas contradições se encarregariam de atear o fogo ao estopim. O impacto seria, fatalmente, inflamável. A partilha política e económica do Índico entre Cristãos e Muçulmanos, facto novo na História do Mundo, acarretaria as maiores intranquilidades para ambos os lados, até que se definisse a completa hegemonia a favor de Portugal.

Fazendo-se de novo ao mar, depois de ter mandado erguer um padrão na foz do Zambeze, o almirante manuelino chegou à ilha e porto de Moçambique (2 de Março de 1498), onde obteve as primeiras informações seguras de que bastaria navegar até Melinde, pois ali encontraria piloto que o guiasse na travessia do Índico. A ilha de Moçambique era um dos «quartéis generais» do Islão. Ali encontraram os portugueses embarcações árabes que demandavam os mercados do oriente africano por ouro, marfim e escravos. Os perspicazes mercadores árabes haviam escolhido o porto abrigado e favorável da ilha para estabelecer um centro de comércio com os Negros. O senhorio do porto era vassalo do príncipe árabe de Quiloa ([380]) — importante centro político que comandava as rotas comerciais da África Índica. Maneirosamente, Vasco da Gama procurou conquistar a amizade e confiança do potentado da ilha, enviando-lhe presentes. O *cheik* retribuiu a gentileza com uma visita a bordo no seu traje mourisco de vistosas cores. Recebido pelos capitães dos navios de D. Manuel com grandes honras, mostrou-se interessado em ver tudo o que era novo para ele. Voltando a terra,

([380]) Castanheda — *op. cit.*, L. I, cap. V, pág. 18; Strong, S. A. — *op. cit.*, pág. 396; Welch — *South Africa...*, págá. 49.

o soberano árabe enviou aos cristãos víveres e um marinheiro chamado *Devané,* que se ofereceu aos visitantes para acompanhar a armada até à Índia. Esse indiano seria um mercador desgarrado em Moçambique, que viu nos europeus uma excelente oportunidade para estabelecer transacções mercantis na sua terra natal, Cambaia, como corretor de especiarias dos Portugueses, os quais se apresentavam como bons clientes. O almirante de D. Manuel aceitara-o como passageiro para a Índia, e o esperto Devané estava resolvido a não sacrificar um futuro prometedor ao ódio dos seus comparsas.

Quando os mouros se aperceberam de que estavam a tratar com intrusos cristãos, houve uma radical mudança na disposição favorável dos orientais. Os árabes passaram a suspeitar das intenções dos visitantes. A procedência e objectivo dos intrusos geraram desconfianças no espírito dos mouros. Certamente, começariam a temer a futura concorrência dos Europeus. Com o intuito de surpreender a guarnição portuguesa e apresar os navios, os muçulmanos arquitectaram toda a espécie de planos. As emboscadas, no entanto, malograram-se graças à vigilância e superioridade do armamento dos portugueses ([381]). Era o primeiro choque entre Mouros e Cristãos, início da tumultuosa história de dois imperialismos em luta pelo comando do Índico.

Apesar das adversidades, a estada dos portugueses na ilha de Moçambique foi valiosa. Ali obtiveram as melhores notícias. A ilha era dominada pelos Muçulmanos. Importantes rotas de comércio convergiam para o estratégico porto índico, que redistribuía especiarias, prata, panos e pedrarais asiáticas, os quais se destinavam aos resgates do ouro do Monomotapa e de outras mercadorias procedentes da costa do oriente africano, particu-

([381]) *Roteiro...*, pág. 25 e segs.; Castanheda — *op. cit.*, L. I, cap. V, págs. 17 e segs.; Prestage — *The portuguese pioneers*, págs. 256 e segs.; Ruge, Sophus — *op. cit.*, págs. 112 e seg.; Peres, D. — *Hist. dos desc.* págs. 324 e seg.

larmente marfim e escravos negros ([382]). Moçambique era um foco de atracção mercantil, nó e encruzilhada de rotas marítimas de comércio que demandavam ambas as margens do Índico. Não admira, portanto, a grandiosidade, o luxo e «bem-estar» material que os portugueses encontravam na estratégica ilha muçulmana, entreposto intermediário entre as comunidades burguesas do Malabar e da África índica ([383]). Paralelamente à rica função comercial, o porto de Moçambique constituía excelente base naval para o resfrescamento dos navios que navegavam em direcção a ambas as margens do Índico. Os capitães de D. Manuel não se esqueceriam da lição que a visita lhes proporcionara. A ilha, verdadeiro miradouro, passou a figurar nos planos que os Europeus poriam em execução num futuro que se avizinhava.

De Moçambique, a frota fez-se de novo ao mar. A 4 de Abril todos os navios estavam a salvo em Mombaça ([384]). Os árabes

([382]) «ilha pouoada de mercadores que tratauão com mouros da India, que lhe trazião prata, panos, crauo, pimenta, gengibre, com muytas perlas e rubis. E que doutra terra lhe trazião ouro» — escreveu o cronista Castanheda (*op. cit.*, L. I, cap. V, pág. 17). Também o autor do *Roteiro* se refere a intensa actividade mercantil da ilha: «sam mercadores e tratam com mouros dos quaees estavam aquy quatro navios delles que traziam ouro, prata e cravo e pimenta e gengivre com muitas perllas e rrobins» (págs. 24 e seg.).

([383]) O autor do *Roteiro* alude ao luxo e «bem-estar» material dos mouros da ilha: «as suas vestiduras sam de panos de linho e d'algodam e sam rricos e lavrados e todos trazem toucas com vidros de seda lavrados com fio d'ouro» *(Ibidem)*.

([384]) Para o autor do *Roteiro*, a ancoragem teria sido no dia 4 de Abril, numa quarta-feira: «à quarta feira que foram quatros dias dabrill, démos as vellas e ante mêo dia ouvemos vista de huma terra ... a qual cidade se chama Mombaça» (pág. 35). O cronista Castanheda (*op. cit.*, L. I, cap. VIII, pág. 23) repete o informe. Mas Barros, discordando, aponta o dia 7: «aos sete dias de abril, béspora do Domingo de Ramos, chegaram ao porto de ũa cidade chamada Mombaça» (*Ásia*, Déc. I, L. III, cap. V, pág. 147). Damião Peres (*Hist. dos descobrimentos...*, pág. 325) aceita como exacta a data indicada pelo cronista Barros. Abstemo-nos de entrar

apressaram-se a enviar uma embarcação ao porto para se informarem do fim que levavam os cristãos. O almirante de D. Manuel respondeu, com acentuada prudência, que se dirigiam à Índia, e que atracavam ali para aprovisionamento e reparos dos navios. A princípio, o *cheik* mostrou-se disposto a tratar com os cristãos, mas em breve deu ouvidos aos seus conselheiros, que pintavam os europeus como piratas que se acobertavam com o pretexto de organizar relações pacíficas de comércio. Repetia-se em Mombaça o sobressalto vivido na ilha de Moçambique. As intranquilidades aumentavam. Vasco da Gama, certamente, pensaria em atacar a cidade e destruir os seus potentados, mas esse propósito seria abafado pela prudência dos seus capitães. A Portugal não convinha iniciar a sua acção no Índico com a reputação de pirata. No momento em que uma demonstração de força fosse necessária, os portugueses haveriam de usar os canhões dos seus navios. Por enquanto, precisavam de se refrear. Os diários ainda não estavam completos. Nada sabiam do Preste e da dourada Sofala, tampouco do rumo que deviam tomar em demanda da Índia. Os portugueses eram muito poucos. As doenças haviam-se, além disso, encarregado de ceifar boa parte dos homens que tinham saído de Lisboa. Por isso e por outras razões, seria suicídio entrar em luta aberta com o Islão. Ainda era cedo para lutar pela partilha política e económica do Índico. A missão era de paz e comércio. A armada constituía verdadeira patrulha naval de reconhecimento. Assim sendo, os navios não podiam permanecer por enquanto em estado de defesa vigilante. Abrir fogo, só em caso de agressão. Nada mais. Os cristãos tinham a clara consciência do perigo que os ameaçava. Sòmente uma maneirosa política de auscultação e de prudência poderia frustrar as intenções agressivas dos árabes, que procurariam, por todos os meios descobrir a força do europeu metediço.

a fundo na questão. O facto de a ancoragem ter sido dia 4 ou dia 7 não alterou de maneira alguma o «processus» histórico. Entretanto, optamos pela informação do *Roteiro*, por nos parecer a mais aceitável.

Os pilotos de Moçambique haviam adiantado aos portugueses que em Mombaça encontrariam cristãos, abissínios e indianos (385). Se assim fosse, confirmar-se-iam as esperanças dos portugueses. Pura ilusão. A hostilidade foi enorme. Mesmo admitindo a existência, ali, de cristãos, de nada adiantaria aos oficiais manuelinos, uma vez que seriam pouquíssimos e suspeitos.

A franca hostilidade de Mombaça não aconselhava ancoragem. Por isso, a frota cristã fez-se de novo ao mar. Depois de dois dias e três noites, chegou ao porto de Melinde, onde os portugueses encontraram uma recepção benévola e amiga. Era um sábado de Aleluia (386).

Melinde era inimiga de Mombaça e de Moçambique. A rivalidade que havia entre estas comunidades explica o segredo da amizade de Melinde. Os Muçulmanos da África índica estavam divididos, não se entendiam. A luta pela supremacia política e comercial gerava os maiores azedumes. Ambas se empenhavam em rixas de fronteiras (387). Não admira, pois, que entre portugueses e o soberano de Melinde se estabelecessem relações amistosas. Agora tudo parecia caminhar auspiciosamente. Os portugueses, desiludidos em Mombaça e Moçambique, viram aumentar em Melinde os seus esperançosos desejos. O acolhimento amigo do governo da cidade reanimou-lhes as esperanças. Mas os capitães de D. Manuel não sabiam até que ponto poderiam confiar na amizade de Melinde. Os árabes, tanto uns como outros, eram demasiadamente simulados. Por isso, os cristãos não podiam confiar nas aparências. A atitude amiga do senhorio de Melinde foi, portanto, recebida pelos visitantes europeus com certa reserva. A conhecida astúcia oriental era capaz de arquitectar qualquer plano para atrair os cristãos ao porto, e

(385) «em a qual o mouro disse que havia cristãos abexis e da India» (Barros — *Ásia*, Déc. I, L. III. cap. V, pág. 147).

(386) *Idem*, pág. 149; Castanheda — *op. cit.*, L. I, cap. XI, pág. 30.

(387) *Cf.* Welch. S. — *South Africa*, pág. 53; Ruge, S. — *op. cit.*, pág. 114.

destruí-los. Daí a prudente e constante vigília dos capitães de D. Manuel.

Melinde recebeu, na verdade, os portugueses de braços abertos, dando-lhes recepção franca e amiga, bem diversa da de Mombaça e Moçambique. Razões políticas e mercantis explicariam o raro acontecimento. O governo de Melinde veria nos Cristãos fortes aliados na luta que vinha sustentando com Mombaça, sua rival. Outrossim, os Portugueses seriam bons clientes do seu mercado. Uma aliança nesses termos seria, portanto, valiosa para ambos.

Embora de origem suspeita, a hospitalidade benévola de Melinde agradou aos visitantes. Vasco da Gama teve uma entrevista com o sultão, depois da habitual troca de credenciais e de presentes. No decurso da conversação, o árabe informou o almirante português de que Calecute era o centro do comércio das especiarias. Aconselhou-o a não pagar demasiado caro as mercadorias para não prejudicar o tráfico, e prometeu dar aos visitantes um piloto de confiança. O sultão sentir-se-ia extremamente feliz por se libertar da supremacia política de Quíloa, a troco de um tributo pago a um poderoso rei cristão como D. Manuel, cujos navios e canhões lhe dariam segurança contra todos os rivais do Oriente africano. Melinde parecia ser sincera. Dela transpira um vivo senso do poder político-militar do soberano português e de ardente gratidão pela aliança que os europeus se comprometiam a respeitar (388).

A ancoragem em Melinde foi, pois, proveitosa. O sultão Ali prestou valiosos informes aos agentes manuelinos. Cambaia não era o mercado que convinha aos Portugueses por ser apenas um centro intermediário. O centro fundamental do tráfico das especiarias e drogas asiáticas era o empório de Calecute, onde os cristãos encontrariam cargas para a torna-via-

(388) *Cf.* Cartas do Sultão Ali Uagerage escritas em árabe para D. Manuel, *in Documentos Arábicos para a História Portuguesa*, págs. 67-73, 123 e segs. Lisboa, 1790; Barros — *Ásia*, Déc. I, L. III, cap. VI, pág. 150; Castanheda — *op. cit.*, L. I, cap. XI, págs. 30 e segs., cap. XII, pág. 32.

gem. A questão dos preços não podia deixar de ser discutida. As especiarias e drogas asiáticas eram, então, vendidas no mercado de Alexandria, uma das melhores praças do Mediterrâneo oriental, onde se abasteciam as galeras venezianas, aos preços seguintes, segundo o autor do *Roteiro* (389):

Canela	25	cruzados	o	quintal
Cravo	20	»	»	»
Pimenta	15	»	»	»
Gengibre	11	»	»	»
Noz-moscada ...	16	»	»	»
Lacre	25	»	»	»
Brasil	10	»	»	»
Incenso	2	»	»	»
Pau de aloés	2	»	»	arrátel (16 onças ou 459 gr)
Benjoim	1	»	»	»

Os preços nos centros produtores não deviam ser alterados pelos visitantes europeus, que se propunham organizar a rota atlântica das especiarias indianas. O mercado não devia ser prejudicado pela presença da nova clientela. Sòmente assim se poderiam garantir os dividendos reclamados pela dispendiosa e arriscada empresa ultramarina (390). Os conflitos políticos, advindos dessa luta económica entre Cristãos e Muçulmanos, demonstraram que o conselho do sultão de Melinde não podia ser seguido. No Índico, se debateram, assim, com a maior violência, os interesses económicos de duas potências imperialistas. Para a partilha de ambas as margens do Índico actua-

(389) Págs. 115 e segs., ed. de 1861.

(390) Os lucros seriam enormes, apesar das despesas do empreendimento ultramarino. Quando Vasco da Gama e seus companheiros regressaram a Lisboa (Agosto ou Setembro de 1499), vendia-se no Reino o quintal de pimenta a 80 cruzados, o de canela a 180, o de cravo a 200, e de gengibre a 120, o de noz a 100, e o de massa a 300 cruzados. (*Cf.* Correia — *Lendas,* T. I. P. I., págs. 142 e segs.; Aragão, T. de — «Vasco da Gama e a Vidigueira», *in loc. cit.*, págs. 48 e segs.; Ruge, S. — *op. cit.*, pág. 126).

ram e reagiram, recìprocamente, os factores morais, políticos e económicos, deixando, porém, bem vincadas em aspectos particulares as contradições fundamentais do moderno capitalismo. Certamente o governo de Melinde, na entrevista que tivera com os capitães manuelinos, não pensaria na partilha económica e política do Índico pelos grandes impérios: Portugal e o Islão. Os conflitos que surgiram dessa partilha, e que se destacaram com aspectos próprios, não passavam ainda pelo seu cérebro. Pensaria apenas numa simples expedição que se destinava a negociar os ricos artigos orientais nos próprios centros produtores. Nada mais.

Portugal, porém, tinha outros planos já bem amadurecidos. Apesar de não estar ainda suficientemente equipado para a disputa do mundo afro-asiático, tinha a clara consciência de que a conquista dos mercados indianos do ouro e das especiarias era então uma necessidade absorvente para o seu incipiente capitalismo. A penetração cristã no Oriente ia realizar-se à custa de um ideal político de um Portugal maior, que alargasse as fronteiras do seu império. Ambas as margens do Índico seriam para o capitalismo manuelino, já na sua fase ascendente, as fronteiras naturais do Reino, os postos avançados de um império ultramarino, legitimado pelas conquistas e descobertas.

Com Vasco da Gama, o Índico sofria, portanto, a primeira arremetida oficial dos capitais portugueses. Estudada em Melinde a procurada rota marítima de Calecute, o sultão da cidade forneceu ao almirante português um excelente piloto que Barros chama *Malemo Cana* (391), o cronista Castanheda denomina *Canaqua* (392), e Góis (393) escreve *Malemo Canaqua.* Trata-se do experimentado piloto árabe Ibne Maiide (394), cujo

(391) *Asia,* Déc. I, L. IV, cap. VI, pág. 151.

(392) *Op. cit.,* L. I, cap. XII, pág. 33.

(393) *Crónica de D. Manuel,* P. I, cap. XXXVIII, pág. 81.

(394) Damião Peres *(História dos descobrimentos...,* pág. 325), escreve «Ahmed bem Madjid».

nome significa *piloto-astrólogo*. Era natural de Nejd, do planalto central da Arábia, e descendia de famosos navegadores do Índico ([395]).

Com a monção de sudoeste, a frota partiu de Melinde (24 de Abril) em direcção ao empório de Calecute, foco de atracção comercial ([396]). O indiano muçulmano Devané — o mercador desgarrado em Moçambique que se havia oferecido como corrector de especiarias dos cristãos — seguiu com os portugueses até à Índia. Graças à experiência do piloto Ibne Maiide, apresentado ao almirante de D. Manuel pelo sultão de Melinde, os portugueses, aproveitando-se das monções que sopravam favoráveis na direcção da costa do Malabar, chegaram em vinte e dois dias às praias da Índia. A 20 de Maio, num domingo, fundearam no cobiçado porto de Calecute ([397]).

Finalmente a Índia! Ao cabo de onze meses ([398]) de cansaço e sobressaltos no mar e em terra, ali estava o país com que D. João II havia sonhado. Os marinheiros, oriundos do *cabo do mundo*, ancoravam agora diante da terra das especiarias, do luxo e do «bem-estar» material. Os Indianos ficaram intrigados com a inesperada visita. Quem eram? De onde vinham? Os navios e o traje dos cristãos não podiam ser confundidos com os dos Muçulmanos. Tudo estranho, incompreensível. Indianos e portugueses viveram instantes de êxtase, absortos de mútua admiração.

Os portugueses haviam chegado ao termo da viagem. Certo. Mas muita coisa, quase tudo, ainda estava por fazer. Restava a Vasco da Gama estabelecer boas relações de ami-

---

([395]) *Cf.* Ferrand, Gabriel — *Le Pilote des Mers de l'Inde, de la Chine et de l'Indonesie*. Paris, 1921; «Le pilote arabe de Vasco da Gama et les instructions nautiques des Arabes au XV siècle». *Annales de Géographie*, págs. 289 e segs., 31.º ano, 1922; Welch — *South Africa...*, pág. 57.

([396]) *Roteiro*, pág. 49; Góis — *Crónica de D. Manuel*, P. I, cap. 38, pág. 81.

([397]) *Cf.* Castanheda — *op. cit.*, L. I, cap. XIII, pág. 33; *Roteiro*, pág. 50.

([398]) A frota havia saído de Lisboa no dia 8 de Julho de 1497. (*Cf. Roteiro...*, pág. 1; Castanheda — *op. cit.*, L. I, cap. II, pág. 9).

zade com o Samorim de Calecute, a importante base política e económica indispensável para o assentamento das transacções comerciais que D. Manuel, através dos seus correctores e capitães, pretendia firmar no Oriente. A tarefa não era fácil. A Índia não estava pològicamente unificada. Era constituída por um grande número de Estados independentes. O chamado império do Malabar, com a sua famosa capital Calecute, estendia-se pela falda ocidental dos montes Gates, desde o rio Carnate, perto do Cabo Camorim, até à alta montanha de Ely (Deli), aos 12º da latitude norte, e visível do mar a grande distância. Formava esse território, cujo soberano se intitulava *imperador*, uma região geográfica de cerca de 80 léguas de comprimento por 6 a 10 de largura. O título do monarca era *Samudrim*, que os portugueses corromperam em *Samorim*, que significa *Senhor do mar*. Embora tivesse subjugado algumas cidades, como Cochim e Coulão, os Estados procuravam emancipar-se da influência soberana do potentado de Calecute. A grande fortuna e poder político do Samorim assentavam no comércio do seu porto, principal charneira do tráfico afro-asiático. A cidade excedia em grandiosidade todos os demais portos da costa ocidental da Índia. Ali traficavam activamente os comerciantes e marinheiros muçulmanos. Calecute era, sobretudo, um empório burguês, o mais valioso entreposto das especiarias asiáticas. O porto era um importante mercado. Ali se agrupavam os grandes armazéns de pedra pertencentes aos «consórcios» mouros e as miseráveis casas de madeira cobertas de folhas de palmeira, onde viviam as populações das castas inferiores. A certa distância do porto, achava-se a cidade, formada pelo luxuoso palácio do soberano, rodeado de bosques e jardins, e pelas residências das castas superiores, onde moravam os Brâmanes e Naires, nobreza militar dedicada ao Samorim ([399]).

([399]) *Cf.* Ruge, Sophus — *op. cit.*, pág. 115; *Zinadim*, págs. LI e segs.; Barros — *Ásia*, Déc. I, L. IV, cap. VII, págs. 153 e segs.; Castanheda — *op. cit.*, L. I, cap. XIII, págs. 35 e segs.

As populações indianas pertencentes às castas inferiores viviam e dependiam dos Mouros, senhores do comércio. Os mercadores árabes eram os administradores do porto, possìvelmente credores do Samorim e da nobreza militar. As suas frotas dos Golfos Arábico e Pérsico, passando por Aden e Ormuz, iam à Índia, onde carregavam as preciosas especiarias que eram negociadas nos entrepostos do Mediterrâneo oriental, especialmente nos mercados egípcios do Cairo e Alexandria, principais centros redistribuidores para a Europa cristã e para Islão ocidental.

Nesta conjuntura, não seria fácil aos capitães de D. Manuel assentar relações pacíficas de comércio numa cidade como Calecute, em que o Samorim estava disposto a tomar, por qualquer disputa económica ou contingência política, o partido da velha clientela muçulmana, que há séculos enriquecia o seu tesouro. Os senhores do mercado eram os Mouros, tradicionais inimigos de crença dos Cristãos. Os Europeus, aos olhos dos Árabes, eram vistos como intrusos.

Calecute era um mercado florescente. Não passava dia nenhum sem que no seu porto entrassem navios procedentes do oriente africano, da Arábia, do Golfo Pérsico, das ilhas da Oceânia, de Cambaia, de Cochim, de Cananor e do Pacífico asiático. Para os seus armezéns afluíam ricas especiarias, marfim, cera, mel, escravos, panos, sedas, perfumes, metais preciosos e pedrarias. As suas ruas encontravam-se pejadas de mercadores e marinheiros provenientes de todo o Oriente. O luxo e o «bem-estar» material tornavam, assim, a cidade de Calecute numa valiosa presa.

Era nesse rico mercado que os portugueses pretendiam estabelecer bases firmes de comércio pacífico com Indianos e Árabes. A empresa era difícil, dispendiosa e arriscada. A hospitalidade de Calecute desiludiu os esperançosos desejos dos oficiais manuelinos. Repetiram-se os agravos de Mombaça e Moçambique. Os cristãos excitaram ódio quando se apresentaram na Índia para fazerem concorrência directa no comércio das especiarias que, havia séculos, estava monopolizado pelos

seus inimigos de crença. Era, pois, natural que causasse alarme, pânico geral a aparição de uma armada portuguesa na costa do Malabar.

O Samorim, frio e calculista, não levou a bem a chegada dos inesperados visitantes. Temia que a presença dos europeus, alterando as relações pacíficas de comércio, comprometesse as receitas da sua autocracia. A boa ordem e a hábil política comercial seriam ameaçadas desde que os Cristãos e Muçulmanos estabelecessem concorrência no mercado. O tráfico podia ser transferido da sua capital e dos seus domínios para outros portos.

Diante de semelhantes circunstâncias, estava ameaçado o desejo ardente de D. Manuel de contrair uma aliança de amizade e liberdade de comércio. Os Árabes se encarregariam de perturbar o bom andamento das negociações.

A primeira recepção feita em terra ao almirante de D. Manuel foi, todavia, benévola e respeitosa. Mas os cristãos não se deixaram impressionar pelas aparências. Pisavam terra inimiga. Ademais, os amigos de Melinde já haviam posto os portugueses a par das manhas dos muçulmanos de Calecute [400].

Vasco da Gama tinha fundeado com os seus navios a alguma distância do porto. Não queria saltar para terra sem a devida permissão do Samorim. Com o intuito de conseguir uma entrevista com o soberano do país, enviou a terra um emissário chamado *João Martins* para relatar a destinação da esquadra e dizer ao monarca que os navios que ali estavam faziam parte de uma frota de 50 naus, enviadas pelo rei cristão mais poderoso do Ocidente para comprar especiarias, mas que uma tempestade os havia dispersado. Obtida a autorização, Vasco da Gama desceu em terra. Dirigindo-se ao palácio, foi recebido pelo Samorim em audiência solene, ao qual entregou as cartas que lhe enviava D. Manuel [401].

(400) *Cf. Roteiro...*, págs. 46 e segs.

(401) *Cf.* Correia — *Lendas...*, T. I, págs. 78 e segs.; Castanheda — *op. cit.*, L. I, cap. XV, págs. 39 e segs; cap. XVI, págs. 41 e segs.; cap. XVII, págs. 45 e segs.; *Roteiro...*, págs. 52 e segs.

As relações, a princípio amistosas, depressa se tornaram tensas. Vasco da Gama, porém, dominou-se. A abertura de uma guerra seria loucura. Os Mouros haviam-se encarregado de indispor o Samorim com os visitantes. Debalde procurou o capitão-mor da armada manuelina desfazer a intriga, esclarecendo que o rei de Portugal desejava ùnicamente adquirir especiarias em troca de ouro, prata, cavalos e armas, mercadorias abundantes no seu país. Todos os esforços foram em vão.

O príncipe indiano estava resolvido a proteger o comércio dos seus «sócios» muçulmanos estabelecidos há muito no seu império. A aliança era secular. De Agosto a Outubro partiam, todos os anos, as naus de Meca, levando cobre, prata, ouro, mercúrio, coral, água-de-rosas, perfumes e outros artigos de luxo para a praça de Calecute, de onde voltavam, em Fevereiro, carregadas de especiarias e outros produtos do remoto Oriente. As transacções eram lucrativas para ambos os lados. Graças aos negocientes árabes, Calecute era o principal mercado da Costa do Malabar, possìvelmente de todo o Índico. Não havia um produto asiático que não fosse ali encontrado. Muitos dos muçulmanos que traficavam em ambas as margens do Índico, em Samatra, na China, em Ceilão, nas ilhas Maldivas e noutros entrepostos do Oriente, haviam-se fixado em Calecute, casando-se com mulheres indígenas. A permanência desses elementos vinha sendo vantajosa para o Samorim e sua corte. Isso explica o prestígio dos plutocratas árabes junto do trono. O Samorim, certo de que a presença dos cristãos acabaria por gerar intranquilidades, resolveu manter a secular aliança com as firmas e consórcios muçulmanos, fazendo ouvidos moucos às razões apresentadas pelos emissários de D. Manuel.

Durante o tempo em que a armada percorreu o litoral do Malabar, pôde Vasco da Gama medir o ânimo da oposição que tinha de enfrentar. Agindo com prudência, conseguiu evitar um choque armado com forças superiores à sua. Desiludido, resolveu despedir-se de Calecute — despedida hostil. Antes,

porém, conseguiu carga para a torna-viagem. D. Manuel precisava ver, apalpar amostras de especiarias que os seus capitães haviam negociado nos mercados produtores. Além disso, o ousado almirante levaria consigo o diário de bordo completo, todas as informações necessárias à organização da rota atlântica das especiarias asiáticas. Sabia agora que o comércio no Oriente só seria possível se apoiado por uma força naval suficiente para se opor aos velhos rivais muçulmanos. Ficou ciente dos itinerários das rotas árabes de comércio. Navios de mercadores mouros demandavam todos os anos Quíloa, Mombaça e Moçambique à procura do ouro do Monomotapa. Outros resgatavam directamente em Sofala o precioso metal negociado nos sertões do Zambeze. Os mercados afro-asiáticos do Índico estavam em poder dos magnates do Islão. Os meses da monção favorável já eram conhecidos. Ademais, ficaram assentes as bases firmes da aliança com Melinde, encruzilhada de rotas que do Mar Vermelho, do Golfo Pérsico e da Costa do Malabar, demandavam a África índica por ouro, marfim e escravos. A empresa de descoberta e reconhecimento foi, portanto, deveras frutífera.

Com essas preciosas informações, Vasco da Gama empreendeu a viagem de regresso. Sem piloto indiano e contra a monção, atravessou o Índico para Melinde levando quase três meses a fazer a viagem que anteriormente fizera em 22 dias. Melinde era, então, o único lugar seguro e amigo num Oriente hostil. Ali fundearam os navios de D. Manuel, no dia 7 de Janeiro de 1499. A 29 de Agosto do ano anterior, tinham deixado o ancoradouro de Calecute. Partindo de Melinde, passaram à vista de Mombaça em direcção ao Cabo da Boa Esperança — dobrado no dia 20 de Março. Graças ao alisado de sueste, os navios progrediram ràpidamente, atingindo a altura da foz do Gâmbia no dia 25 de Abril. Da costa da Guiné navegaram até à ilha de Santiago. Daqui a Lisboa foi um salto. No dia 10 de Julho, Nicolau Coelho aportou a Lisboa. Dias depois chegou

João de Sá. Vasco da Gama, que se detivera na Ilha Terceira, foi o último a chegar ([402]).

Vasco da Gama e seus companheiros receberam de D. Manuel condecorações e recompensas em dinheiro ([403]). A honra que o Almirante mais apreciou foi o senhorio de Sines, a cidade acastelada em que nascera. Mas, como a doação régia necessitava de consentimento da Ordem Militar de Santiago, e esta, possìvelmente, se recusou a ceder ([404]), a concessão nunca se tornou efectiva. Mais tarde, Vidigueira e Vila de Frades substituíram Sines, e o título de *Conde da Vidigueira* tornou-se hereditário ([405]).

Com a descoberta do caminho marítimo para a Índia, Portugal abriu ao Atlântico o imenso e ambicionado tráfico

---

([402]) A data é ainda hoje muito discutida. Seria no dia 29 de Agosto, como afirmam Barros e Góis? Ou teria sido no dia 8 de Setembro, como alude Galvão? Ou 18 deste mês, como pretende Gaspar Correia? Não importa. O feito é que alterou a história, não a data do regresso a Lisboa. Dos 170 homens que partiram, apenas 55 lograram voltar a Lisboa, expressiva mostra das adversidades enfrentadas pela expedição. (*Cf.* Castanheda, *op. cit.*, L. I, capítulos XXV e segs., págs. 62 e segs.; Barros — *Ásia*, Déc. I, L. IV, cap. XI, págs. 168 e segs.; Góis — *Crónica de D. Manuel*, P. I, cap. 43, págs. 95 e segs.; Galvão — *Tratado*, págs. 144 e segs.; *Roteiro*, págs. 20 e segs.; Correia — *Lendas*, T. I, págs. 28 e segs.; Osório, Jerónimo — *Da vida e feitos...*, págs. 122 e segs., T. I. Lisboa, 1804. Vejam-se ainda o esquema das derrotas da viagem de ida e volta, *in Roteiro*, no fim da obra, ed. de 1861, e uma reprodução publicada por Mário de Albuquerque «O descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Suas consequências nacionais e universais», *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, V. II, entre as págs. 60-61.

([403]) *Cf.* Carta de D. Manuel concedendo a Nicolau Coelho, pelo serviço que fez no descobrimento da Índia, 50 mil reais de tença, sendo 30 mil de juro e herdade para ele e seus sucessores, e 20 mil para enquanto for mercê de «Sua Alteza» (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Místicos*, Liv. 2.º, fl. 245 v.).

([404]) *Cf.* Welch — *South Africa*, pág. 65.

([405]) *Cf.* Freire, Braamcamp — «O Almirantado da Índia». *Archivo Histórico Portuguez*, T. I, págs. 25 e segs.; Cordeiro, L. — *De Como e Quando Foi Feito Conde Vasco da Gama*, Lisboa, 1892; Aragão, Teixeira de — «Vasco da Gama e a Vidigueira», *in loc cit.*

das especiarias asiásticas, que constituía, desde recuados tempos, um dos principais esteios da economia do Islão oriental. A empresa de Vasco da Gama foi enormemente repercussiva. Além das resultantes que se fizeram sentir em todos os sectores da história das relações internacionais, representou, sobretudo, uma ampliação quantitativa do comércio europeu, abrindo ao Ocidente perspectivas ilimitadas de intercâmbio mercantil em moldes de nítida estrutura capitalista.

Não bastou, porém, o simples encontro de uma passagem atlântica para o Índico afro-asiático. Os Portugueses foram recebidos no Oriente como intrusos. O elemento humano com que os Cristãos depararam no Malabar não era o mesmo da «Terra dos Negros». Daí a necessidade da execução de outra política, com o firme intento de assegurar às trocas atlânticas à distância o avultado e valioso comércio das especiarias asiáticas, cujo caminho marítimo Vasco acabara de abrir à Europa ocidental.

Da abundância de capitais comerciáveis que havia nos entrepostos indianos já D. Manuel tinha exactas informações. Tratava-se, agora, depois da torna-viagem de Vasco da Gama, de os explorar. Impunha-se, portanto, o estabelecimento de feitorias e fortalezas nos pontos mais estratégicos do Índico, à maneira do que se fizera nas costas da «Terra dos Negros», postas a coberto de um assíduo patrulhamento naval.

Na verdade, sòmente a organização e mantença da rota do Cabo — facto novo na História do Mundo — garantiriam ao incipiente capitalismo monárquico português a regularidade do rico tráfico oriental.

A Coroa, diante da perspectiva imediata de lucro, concluiria que os dividendos dariam cobertura para a arriscada e dispendiosa rota marítima. Os seus capitães tinham desembarcado em Lisboa amostras de lucrativos carregamentos, compensadores de todos os esforços ([406]). Por isso, a realeza não

---

([406]) *Cf.* Carta de D. Manuel para os Reis Católicos, dando-lhes parte da descoberta da Índia e, bem assim, da sua riqueza (Arquivo Nacional

perdeu tempo: despachou Cabral para completar, em toda a linha do Índico, o que Gama havia iniciado — a «captura» atlântica das especiarias asiáticas.

VII — *Polémica ibérica em torno do Mar Oceano e arribada de Cabral à Terra de Vera Cruz*

Tem sido tema controvertido na história da expansão atlântica o do descobrimento do Brasil. A controvérsia aliciou o espírito de certos investigadores. Dir-se-ia que o debate em torno do problema constitui uma terrível obsessão para a historiografia contemporânea.

A História do Brasil abre-se, na verdade, com um intróito deveras embaraçoso: o enigma da descoberta da Terra de Vera Cruz. Acaso ou intencionalidade? Prioridade portuguesa? Precursores de Cabral na rota do Atlântico brasileiro? Portugueses ou estrangeiros?

O assunto tem sido exaustivamente discutido. As respostas têm sido diversas. As explicações teóricas tendem, porém, a ser unilaterais e entusiastas, com omissão de termos de um problema que é, dada a escassez de fontes, grandemente enredado. Desse esforço de pesquisa e reflexão resultaram, no entanto, saldos positivos, e a História progride pelo domínio crescente das dificuldades.

Afigura-se-nos que o problema é de prioridade, não de acaso ou intencionalidade. Esta proposição é, todavia e de modo igual, de valor muito relativo. Não basta descobrir um marco cronológico para resolver a questão. Como ensina Marc Bloch ([111]), achar a génese não é explicar. A explicação que

---

da Torre do Tombo, *Col. de S. Vicente*, vol. 3, pág. 513, transcrita na íntegra, *in Alguns Documentos do Arq. Nac. da Torre do Tombo*, págs. 95 e segs.).

([111]) *Cf. Apologie pour l'histoire ou métier d'historien. Cahiers des Annales*, n.º 3. Paris, 1952.

leva à compreensão reclama mais alguma coisa: a análise dos mecanismos, estruturas e móveis profundos.

Organizada a rota do Cabo pelos Portugueses, o Mediterrâneo perdeu a sua tradicional importância como grande via de expansão do Ocidente para o Oriente. Lisboa tornou-se o porto da Europa, autêntica charneira entre mundos económicos. O Mar Oceano surgiu, então, como admirável moldura geográfica do capitalismo moderno. A conquista e integração do Atlântico no complexo da civilização ocidental inauguram uma nova era — a era capitalista —, e, com ela, a projecção europeia no Mundo.

Essa repercussiva revolução completou-se mais tarde com o estabelecimento das rotas do Atlântico americano, abaixo e acima do Equador. A lição de Vasco da Gama estava aprendida, e o Atlântico, o grande laboratório, aberto para novas experiências. A montagem do património ultramarino dos Avis, proporcionalmente enorme, foi lenta, arriscada e dispendiosa. Nesse processo histórico devemos inserir o descobrimento do Brasil. Não fora improfìcuamente, porém, que marinheiros e mercadores portugueses trabalharam na construção de uma civilização atlântica. O caminho percorrido, com as suas indecisões, retrocessos e fracassos, estava em 1500 aberto a novos ensaios. Com a «captura» das especiarias asiáticas, Portugal atingiu, na marcha ascendente da sua evolução progressiva, o ponto crítico da expansão oceânica que abriria a Cabral a rota do Brasil.

A conquista do Atlântico afro-americano representa, tanto no campo material como no campo intelectual, as tendências europeias de universalização. As descobertas geográficas, numa época de efervescência de ideias, de revisão de conhecimentos e de valores, dão, porém, mais alguma coisa do que novas regiões de exploração. Revelam, na verdade, ao Europeu a sua posição no Mundo. O progresso faz-se pela observação e pela experiência. O homem foi levado a compreender a natureza não ùnicamente com um fim especulativo mas para dominá-la.

Os nautas portugueses não ignoravam totalmente a existência de terras nos mares ocidentais. A descoberta dos Açores pelas caravelas henriquinas ([408]) e, sobretudo, as concessões de numerosas ilhas atlânticas são sinais evidentes de que uma pluralidade de estímulos aconselhava a navegar em mar largo para oeste.

Em 1457, nos últimos anos de vida de D. Henrique, o Infante D. Fernando, seu sobrinho e afilhado ([409]), já havia sido aquinhoado pelo favor régio com uma carta de doação, dada em Sintra a 17 de Novembro, das ilhas que daí em diante viessem a ser descobertas por seus navios e gente, das quais e de seus moradores teria o senhorio ([410]). Doações dessa natureza constituíam enorme incentivo à acção ultramarina do príncipe. Por carta de 19 de Setembro de 1462 ([411]), ano em que D. Afonso V vivia obcecado pela ideia do escalamento de Tânger, a Coroa concedeu a D. Fernando as ilhas de Cabo Verde descobertas na época do Infante D. Henrique ([412]) e, bem assim, as que Diogo Afonso havia descoberto ([413]).

([408]) *Cf.* Freitas, Jordão de — «As ilhas do arquipélago dos Açores na história da expansão portuguesa». *História da Expansão Portuguesa no Mundo,* vol. I, págs. 291 e segs. Lisboa, 1937; Barbosa, António — «Arte de navegar dos portugueses na época dos descobrimentos». *Idem,* págs. 321 e segs.

([409]) O Infante D. Fernando, irmão de Afonso V, fora adoptado como filho por D. Henrique. O alvará de perfilhação, guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (*Chancelaria de D. Afonso V,* L. 1.º, fl. 118 v.) acha-se publicado *in* Marques — «Suplemento» ao vol. 1.º, Docs. 96 e 97, pág. 115.

([410]) *Chancelaria..., ibidem, idem; Alguns Documentos do Arq. Nac. da Torre do Tombo,* pág. 22; Marques..., vol. 1.º, Doc. 425, págs. 543 e seg.

([411]) *Cf. Carta... in* Arq. Nac. da Torre do Tombo, *Místicos,* v. 2.º, fl. 155.

([412]) Trata-se das 5 ilhas orientais do arquipélago de Cabo Verde: Santiago, Fogo, Maio, Boavista e Sal. Ainda hoje se discute quem teria sido o descobridor: António de Noli, Cadamosto, Diogo Gomes ou Vicente Dias? (*Cf.* Peres, Damião — *História dos Descobrimentos Portugueses,* pág. 130. Porto, 1943).

([413]) Diogo Afonso, escudeiro do Infante D. Fernando, descobriu 7

O arquipélago dos Açores, graças à sua privilegiada posição no Mar Oceano, tornou-se logo um nó dramático da expansão, admirável base de operações da investida portuguesa na linha do Atlântico ocidental. Dessa vanguarda marítima teria partido Diogo de Teive, em 1452, com o claro intento de explorar o horizonte a sudoeste e a noroeste dos Açores, tendo chegado às proximidades da Terra Nova, conforme conclusão de Damião Peres ([414]).

Os descobrimentos portugueses de terras ocidentais atribuídos ao segundo quartel do século XV acham-se, todavia, envoltos em mistério. Dir-se-ia que figuram no romance geográfico. Se, na verdade, foram realizados, ficariam circunscritos ao norte do Equador, na costa sententrional da América do Sul ou no Mar das Antilhas ([415]).

Nenhuma fonte fidedigna autoriza, outrossim, qualquer conclusão referente à Terra Nova dos Corte-Reais. A viagem de João Vaz, à maneira das suas congéneres, com o propósito de deslindar os segredos dos mares ocidentais, é, com efeito, uma desafiante incógnita. Não obstante, os empreendimentos atlânticos realizados no decurso do século XV são demonstrativos dos indícios do conhecimento português pré-colombino.

Dado o antagonismo colonial, a enunciação da contenda ultramarina surgiu com nitidez nos últimos anos do século XV com o *Tratado de Tordesilhas.* À luta continental ibérica seguiu-se a inevitável investida para as regiões tropicais. Partilhas políticas, pacíficas ou violentas, coroaram a obra diplomática de alguns homens de Estado. A Europa imperialista era, então, fielmente representada por Portugal de D. João II e pela Espanha dos Reis Católicos. A concorrência nos mares impôs a divisão de águas e terras do Mundo como expressiva

ilhas: Brava, S. Nicolau, S. Vicente, Rasa, Branca, Santa Luzia e Santo António (*Cf. Carta..., in loc. cit.).*

([414]) *História dos descobrimentos...,* pág. 159.

([415]) *Idem,* pág. 163.

fórmula política de uma imperiosa necessidade de expansão oceânica.

No Atlântico, sobretudo, pela sua situação particular de importante via marítima, se debateram interesses políticos e económicos das duas grandes monarquias rivais. Na contenda actuaram e reagiram factores diversos, deixando, porém, bem vincadas em aspectos particulares as contradições fundamentais do imperialismo.

Tordesilhas constitui, na verdade, um marco no processo histórico da partilha política e económica das regiões coloniais, partilha nunca ultimada pelas exigências sempre crescentes da orgânica imperialista.

A estratégia de D. João II, no plano de competição ultramarina, numa altura do século XV em que os seus capitães já haviam organizado a rota atlântica do ouro da Mina ([416]), consistiu em desviar a atenção de Castela do empreendimento português no ocidente africano, com o claro intento de salvaguardar a passagem marítima do Cabo para o Índico, acontecimento prenunciado. A obsessão do «Príncipe Perfeito» era o Oriente, rico de especiarias e outros produtos comerciáveis, não o Ocidente ignoto para onde Portugal induzia os seus competidores peninsulares ([417]).

Semelhante estratagema animaria a empresa castelhana na busca do caminho para a Índia através dos mares ocidentais. Portugal teria seguramente a convicção do erro de rumo do cometimento ultramarino espanhol, facto patenteado após o regresso de Colombo das regiões insulares do Atlântico norte-americano.

([416]) Veja-se o nosso estudo — *A organização da rota atlântica do ouro da Mina e os mecanismos dos resgates.* Separata da *Revista de História,* n.º 44, Outubro-Dezembro. S. Paulo, 1960.

([417]) *Cf.* Bensaúde, Joaquim — «Origines du Plan des Indes». *Lacunes et Surprises de l'histoire des Découvertes Maritimes,* págs. 301 e segs. Coimbra, 1930.

O perspicaz piloto genovês, ao serviço dos Reis Católicos ([418]), regressando das Bahamas e das Antilhas, que ele identificava com a ilha Cipango, desenhada nos mapas do tempo como guarda avançada do longínquo Oriente, chegou a Lisboa a 6 de Março de 1493. A capital portuguesa foi, pois, a primeira terra do continente europeu visitada por Colombo na sua primeira torna-viagem da América. No dia 9, à noite, Colombo chegou a avistar-se com D. João II, que se achava então em Valparaíso, distante nove léguas de Lisboa, junto do Mosteiro de Nossa Senhora das Virtudes, termo de Santarém ([419]).

Na verdade, pela aplicação das cláusulas assentes no ajuste celebrado entre Afonso V e o príncipe D. João, seu filho, com Fernando e Isabel de Castela, em Toledo, a 6 de Março de 1480 ([420]), águas e terras ao sul das Canárias seriam exclusivo da exploração portuguesa ([421]).

Não obstante os artigos do referido *Tratado de Toledo,* a viagem de Colombo reacendeu o problema de zonas de competições ultramarinas entre as duas Coroas ibéricas. D. João II, fundamentado no diploma de 1480, procurou garantir os direitos portugueses. Para isso, fez uma demonstração de força naval, mandando aprontar uma armada cujo comando entre-

([418]) Foi pela tomada de Granada (1492), término da reconquista peninsular, que a Santa Sé concedeu aos soberanos espanhóis (Fernando e Isabel) o título de Reis Católicos.

([419]) *Cf.* Barros — *Ásia,* Déc. I, L. III, cap. XI, págs. 118 e segs.

([420]) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro das Pazes,* fl. 136. O tratado acha-se transcrito *in Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo,* págs. 42 e segs.

([421]) «Otrosi quisieron mas los dichos señores Rey e Reyna de Castilla..., E prometieron de agora para en todo tiempo, que por sy... njn sus herederos subcessores, non turbaran, molestaran... los Rey e Principe de Portogal, njn los reys que por tiempo fueren de Portogal, nyn sus rreynos, ... en todos los tratos, tierras, rrescates de Gujnea..., tierras descubiertas... por descobrir... e asy las islas que agora tiene descubiertas e qualesquier otras islas que se fallaren o conquiriren de las yslas de Canaria pera baxo porque todo lo que es fallado... conquerir o descobrir en los dichos termynos... finca a los Rey e Principe de Portogal e sus rreynos, tirando solamente las islas de Canaria...» (*Idem,* pág. 42).

gou a D. Francisco de Almeida, filho do Conde de Abrantes, com o firme propósito de a enviar às ilhas visitadas por Colombo, pois achava «que esta terra descoberta lhe pertencia» (422).

Em contrapartida, Fernando e Isabel dilataram a polémica, buscando em seu favor a sanção da autoridade pontifícia como segurança, no plano internacional, da posse das águas e terras visitadas por Colombo. Tranquilizando os Reis Católicos, o Papa Alexandre VI expediu uma bula, a 4 de Maio de 1493, atribuindo a Castela o domínio exclusivo de todas as ilhas e terras firmes, já descobertas ou que viessem a descobrir-se, situadas a Ocidente de uma linha meridiana traçada de polo a polo que passasse cem léguas a oeste de qualquer das ilhas dos Açores e Cabo Verde, contanto que essas ilhas e terras não fossem possuídas por algum príncipe cristão antes do Natal de 1492 (423).

Apesar de essa demarcação, ideada pelas concepções empíricas de Colombo (424), salvaguardar as rotas portuguesas do Atlântico africano e, portanto, o caminho marítimo da Índia, semelhante disposição contrariava os interesses de Portugal. Por isso, D. João II recusou-se a aceitá-la, erguendo-se claramente diante dos olhos de Castela como um competidor sobremaneira perigoso na luta pela partilha do mundo ultramarino.

Os Reis Católicos, receosos de uma nova guerra continental, entraram em negociações com a Coroa portuguesa para que esta enviasse seus embaixadores à corte castelhana, onde o assunto seria discutido. O «Príncipe Perfeito» aquiesceu ao

(422) Barros — *Ásia*, Déc. I, L. III, cap. XI, pág. 121.

(423) A bula *Inter cætera*, de 4 de Maio de 1493, guardada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Gaveta 10, maço 11, n.º 16), acha-se transcrita em latim, *in Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, págs. 66-68.

(424) Vejam-se os estudos de Damião Peres *(O descobrimento do Brasil...*, págs. 73 e seg.; *Hist. dos desc....*, págs. 278 e seg.) e Malheiro Dias «Os precursores de Cabral. Introdução». *Hist. da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. I, pág. XXVII. Porto, 1921.

apelo com lisura. «E pera isso mandou a Castela, logo no Junho seguinte deste mesmo ano, ao Doutor Pero Dias e Rui de Pina, cavaleiro de sua casa (425).

As desinteligências entre as duas Coroas rivais protelaram-se por algum tempo. Os emissários portugueses, dispensando a Santa Sé como medianeira, propuseram a divisão do Ultramar por meio de um paralelo traçado pelo sul das Canárias, ficando para Portugal as terras descobertas ou a descobrir situadas na parte austral, e, para a Espanha, as da porção setentrional, excluindo-se, no entanto, do quinhão castelhano as regiões coloniais já incorporadas no património da monarquia portuguesa (426).

A contraproposta do filho e sucessor de Afonso V não agradou a Fernando e Isabel. A política portuguesa mostrava então mais uma vez a sagacidade e perseverança dos seus homens de Estado. Perante a iminência de uma luta armada que tornasse realidade as reivindicações ultramarinas de D. João II, os Reis Católicos encontraram-se num dilema sobremaneira embaraçoso: defender a ordem existente ou entrar no caminho das concessões. Preferiram esta última solução.

Após o recuo da diplomacia espanhola, o soberano português enviou a Castela «Rui de Sousa e seu filho Dom João de Sousa, e Aires de Almada, corregedor da sua Corte, e a Estêvão Vaz, que depois foi feitor da Casa da Índia, por secretário da embaixada» (427).

O debate prolongou-se ainda por algum tempo. Depois de cansativas averiguações e diligências, as duas Coroas chegaram a um acordo, ultimando-se em Tordesilhas, a 7 de Junho de 1494, o tratado entre Fernando e Isabel, reis de Castela,

(425) Barros — *Ásia*, Déc. I, L. III, cap. XI, pág. 121.

(426) *Cf.* Herrera — *História General de los hechos de los castellanos...*, Década I, Libro, II, cap. VIII, págs. 47 e seg.; Peres, Damião — *Hist. dos descobrimentos...*, pág. 278.

(427) Barros — *Ásia*, Déc. I, L. III, cap. XI, págs. 121 e segs.

e João II sobre a divisão do que havia de ficar a pertencer a cada Nação, das terras e ilhas que se descobrissem no Ultramar

Conforme a cláusula fundamental do diploma, as duas monarquias estabeleciam uma linha de demarcação — o meridiano traçado a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde — dividindo o Mar Oceano em duas zonas de influência: as ilhas e terras firmes já descobertas ou que viessem a descobrir-se no hemisfério oriental pertenceriam a Portugal; as do hemisfério ocidental caberiam à Espanha ([428]).

Essa raia de demarcação corta o litoral brasileiro através do meridiano que passa por Belém, ao norte, e Laguna, ao sul, dando a Portugal o domínio de quase todo o Atlântico Sul e a parte de terra firme que fica a leste dessa linha — o Brasil — cuja existência genialmente se suspeitava ([429]).

([428]) O *Tratado de Tordesilhas* de partilha do Mar Oceano, guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Gaveta 17, maço 2, n.º 24 e Gaveta 18, maço 2, n.º 2), e no Archivo das Indias, em Sevilha, acha-se transcrito, na íntegra, em castelhano (*Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, págs. 69-80; Calvo, Carlos — *Coleccion completa de los tratados*..., t. I, págs. 19-36. Paris, 1862) e em português (Bensaúde, J. — «Estudos sobre D. João II». *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2.ª série, vol. I, págs. 243-254. Lisboa, 1946).

No mesmo dia e ano, pelos mesmos plenipotenciários, foi feito outro ajuste em Tordesilhas, «entre los Reyes Catolicos y el Rey de Portugal sobre el derecho de ambas coronas a la navegación, conquista, comércio y pescarias en la costa de Africa». Este segundo acordo de Tordesilhas acha-se transcrito *in Armas*, António Rumeu de — *España en el Africa Atlantica. Documentos*, págs. 26-37. Madrid, 1957 (Consejo Superior de Investigaciones Cientificas).

([429]) *Cf.* Almeida, L. Ferrand de — *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil*, vol. I (1493-1700), pág. 9. Coimbra. 1957; Cortesão, J. — *Le Traité de Tordesillas et la Découverte de l'Amérique*, págs. 48 e seg. Lisboa, 1926; Bensaúde, J. — *Lacunes et Surprises*..., págs. 284 e segs.; Coutinho, Gago — *Bartolomeu Dias*, págs. 259 e segs. Lisboa, 1953; Freitas, Jordão de — «O descobrimento do Brasil pelos portugueses antes de 1500». *Congresso do Mundo Português*, vol. IX, págs. 11 e segs. Lisboa, 1940; Peres, Damião — *O descobrimento do Brasil*..., págs. 78 e segs.; *Hist. dos desc.*..., pág. 284; Dias, Malheiro — *Os precursores de Cabral*..., págs. XXV e segs. *in loc. cit.*

Na verdade, impressiona a precisão do traçado do meridiano a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde. Semelhante partilha do mundo ultramarino deixava Portugal na posse do Atlântico afro-brasileiro, admirável linha marítima que salvaguardava, de um lado, a rota do Cabo já descerrada por Bartolomeu Dias, e, de outro, a navegação para o Ocidente, onde se presumia encontrarem-se terras que enriqueceriam, de uma forma ou de outra, o património da Coroa. A costa ocidental da África e o ignoto Brasil passariam, assim, com o domínio do Atlântico Sul, a ser as regiões mais ambicionadas da monarquia portuguesa. Sobre elas assentaria o átrio do Oriente, cuja abertura obcecava então o «Príncipe Perfeito».

No pleito de Tordesilhas, D. João II não defendeu ùnicamente o caminho marítimo da Índia. Advogou também o vaticínio da existência de terras ocidentais ao sul do Equador, talvez já avistadas por Pero Vaz da Cunha, o Bisagudo, na sua torna-viagem do Senegal, em 1488 ([430]).

Sabe-se, outrossim, que as duas Coroas ibéricas enviaram, em data anterior a 1500, expedições às «Índias Ocidentais», com o acentuado propósito de tirar o maior proveito da demarcação de Tordesilhas. Alonso de Hojeda, Vicente Pinzon e Diego de Lepe figuram no rol dos que viajaram a mando de Castela. Em compensação, no encalço da armada de Vasco da Gama, partiria clandestinamente, em 1498, Duarte Pacheco Pereira, autor de o *Esmeraldo*, com a incumbência de «descobrir ha parte mais oucidental passando alem ha grandeza do mar ociano honde he hachada & nauegada huma tam grande terra firme com muitas & grandes Ilhas ajacentes a ella que se estende a setenta graaos de Ladeza da linha equinocial contra ho polo artico» ([431]), nos limites do ajuste de 7 de Junho de

([430]) *Cf.* Dias, Malheiro — *Os precursores*..., pág. XXVIII.

([431]) *Esmeraldo*..., 1.º livro, cap. 2.º, pág. 7.

1494 ([432]), sinal evidente do venturoso prenúncio da descoberta de terras no Atlântico brasileiro ([433]).

O maior apercebimento do mar alto distingue, com efeito, a empresa ultramarina de D. João II da sua congénere castelhana. Os Avis já haviam organizado em sólidas linhas as rotas da Senegâmbia e, bem assim, já operavam no Atlântico sul-africano, quando os Reis Católicos ultimaram a Reconquista cristã com a queda de Granada, em 1492. A maturidade da marinharia portuguesa, em confronto com as suas congéneres europeias, era incontestável. Portugal não confundia os mares ocidentais com a rota do Cabo.

O empreendimento dos Avis no Atlântico é realmente distinto, pois particulariza-se fundamentalmente em relação à empresa colombina que buscava a Ásia pelo oeste. Ilhas e terras firmes do Ocidente — cuja existência seria prevista pela ciência náutica portuguesa — eram consideradas como regiões inteiramente desprendidas da Índia, zona afortunada das especiarias e pedrarias.

A concepção cosmográfica de D.João II, evidenciada em Tordesilhas e nas expedições aos mares ocidentais, conduzia à descoberta do Atlântico brasileiro, admirável ancoradouro para as naus da «carreira da Índia».

A «Terra de Vera Cruz» figuraria, portanto, como precioso elo da mesma cadeia da expansão oceânica do «Príncipe Perfeito». Em Tordesilhas, os Reis Católicos, obcecados com a salvaguarda das ilhas descobertas por Colombo, e ignorando inteiramente o perfil do Atlântico americano, deram terras a

([432]) Quando falamos no acordo de 7 de Junho de 1494, referimo-nos ao primeiro tratado de Tordesilhas que dividiu o «mar oçeano» entre as duas Coroas ibéricas

([433]) Duarte Pacheco Pereira, cosmógrafo e navegador experimentado, foi um dos signatários das estipulações de Tordesilhas. Reuniu às informações colhidas na sua viagem de 1498 os conhecimentos adquiridos posteriormente pelos nautas portugueses, sobretudo a experiência resultante dos empreendimentos de 1500 a 1505. Veja-se o *Esmeraldo...*, págs. 7 e segs.

Portugal, supondo que estavam concedendo apenas água. A mudança do meridiano para 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde não atingia os interesses de Castela nas ignotas Antilhas. Por isso, Fernando e Isabel aquiesceram diante da insistência de D. João II em afastar a sua fronteira atlântica, que enriquecia sobremaneira o património dos Avis com a posse do Brasil. Castela não sabia o que dava. Em contrapartida, Portugal tinha sérias razões para perseverar na transferência da raia de partilha do Mar Oceano, de enorme valor estratégico para o domínio de ambas as margens do Atlântico Sul e, portanto, da rota do Cabo, caminho vital do tráfico afro-asiático.

Não se indicou, porém, no diploma de Tordesilhas, o sítio de Cabo Verde que se tomaria para medição da contagem das 370 léguas ([434]), apesar de os pontos extremos do arquipélago distarem entre si 2º e 40' de longitude ([435]). A determinação da linha divisória constitui, outrossim, grave erro de contagem de longitude, pois se admitiam então léguas de 14 1/6 a 27 7/8 por grau de Equador ([436]).

Dir-se-ia que os plenipotenciários luso-castelhanos, polemistas de Tordesilhas, jamais acreditaram no exacto cumprimento do ajuste entre as duas Coroas litigantes. Ninguém teria fé na execução do tratado. O acordo nunca foi observado. A raia de partilha nem chegou a ser demarcada. Vinte e oito

([434]) No tratado, lê-se apenas: «que el dicho señor Rey de Portugal tiene con los dichos señores Rey & Reyna de Castilla & Aragon ... a Sus Altesas plaze, & los dichos sus procuradores en su nombre & por virtud de los dichos sus poderes otorgaron & consintiron que se haga & siñale por el dicho mar oçeano una raya o linea derecha de polo a polo, conviene a saber, del polo artico, al polo antartico que es de norte a sul, la qual raña o linea se aya de dar & dê derecha, como dicho es, a tresientas & setentas leguas de las yslas del Cabo Verde, hasia la parte del poniente... (Veja-se o tratado, *in loc. cit.*).

([435]) *Cf.* Almeida, F. de — *Hist. de Portugal*, t. II, pág. 188. Coimbra, 1923.

([436]) *Idem*, págs. 188 e seg.

anos depois de assinado o convénio, D. João III e Carlos V ainda discutiam a divisão do Mar Oceano, cuja demarcação a controvérsia peninsular pela posse das Molucas fizera ressurgir (437).

Anos mais tarde, em 1529, a questão em torno das Molucas ainda punha o problema da delimitação das 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde. Porquanto, os signatários de Tordesilhas «nom estavão tão instructos das cousas da marinharia, cosmografia e astrologia, pera logo determjnarem o modo que se nisto avia de teer» (438). Não admira. Tudo era mistério. O homem desconhecia o homem e o mundo em que vivia. A sua experiência estendia-se, quando muito, à terça parte do globo e de seus habitantes.

No começo do século XVI, portugueses e espanhóis continuavam a desrespeitar as estipulações assentes em Tordesilhas. Uma carta de Estêvão Fróis ao rei D. Manuel, datada de S. Domingos a 30 de Julho de 1514, insinua subtilmente que nessa época o diploma não era acatado por nenhuma das agremiações demandistas, dado que na América se considerava o Equador como raia divisória dos dois domínios: ao norte, o de Espanha; ao sul, o de Portugal (439). Semelhante divisão, que

(437) A questão da posse de Maluco e de Banda, ilhas descobertas pelos Portugueses logo depois que Albuquerque tomou Malaca, surgiu com a conhecida viagem de Fernão de Magalhães. Sobre a discussão, vejam-se as seguintes fontes: Baião, António — «Fernão de Magalhães e a primeira circumnavegação ao globo. Documentos». *Archivo Histórico Portuguez*, vol. II, págs. 332 e segs. Lisboa, 1904; Santarém, Visconde de — *Quadro Elementar*..., t. II, págs. 36 e segs.; *Cartas de Afonso de Albuquerque*, t. IV, págs. 73 e segs.; «Carta de Carlos V a D. João III, de 12 de Dezembro de 1522». *Alguns Documentos*..., págs. 462 e seg. O original acha-se no Arquivo do Tombo, Gaveta 18, maço 2, n.º 45.

(438) *Cf.* «Apontamentos que o duque de Bragança mandou a D. João III». *Alguns Documentos*..., págs. 492 e segs.; Arquivo do Tombo, Gaveta 18, maço 5, n.º 3.

(439) «ho que se usava e pratycava amtre os lymites asy hera, que da lynha canunçyall pera o sull hera de Vossa Alteza, e que da mesma lynha

seria não um meridiano mas um paralelo, lembra a mencionada proposta de partilha do Ultramar por D. João II, embora com uma diferença: o afastamento da linha divisória das Canárias para o Equador.

As reivindicações de D. João II, que conduziram à partilha do Mar Oceano, constituem indício indubitável de que em Portugal se admitia, com risonha esperança, a existência de terras no Ocidente, entre a Europa e a Ásia. A Coroa portuguesa conhecia o plano colombino, que fora explanado por Toscanelli a Afonso V.

Ademais, a atitude do «Príncipe Perfeito» em relação a Colombo, as intrigas que acompanharam nas duas Cortes peninsulares a controvertida questão das soberanias, o ajuste de Tordesilhas, a viagem de Duarte Pacheco em 1498 (440), o açodamento de Colombo que, neste ano, pela primeira vez avistou terra firme na América, a expedição de reconhecimento de Gaspar Corte Real, sob a égide e expensas do trono e, bem assim, o afastamento premeditado de Cabral para oeste são, na verdade, factos extremamente significativos. Revelam, com efeito, a conexidade entre a empresa atlântica de D. João II e o descobrimento do Brasil, apoteose da expansão ultramarina dos Avis.

É nesse encadeamento que devemos encaixar a arribada de Cabral a Porto Seguro. São elos de um mesmo processo de árdua competição pela partilha política e económica do Atlântico. No Mar Oceano se organizariam as vias de passagem para as regiões coloniais do Novo Mundo, conexas com as suas congéneres afro-asiáticas que Portugal vinha, desde recuados anos, assentando em sólidas bases.

pera ho norte hera d'elrey padre de Vossa Alteza...». *Idem*, pág. 362; *Idem*, *Corpo Cronológico*, parte 1.ª, maço 15, n.º 99.

(440) *Cf.* Silva, Luciano Pereira da — «Duarte Pacheco Pereira, precursor de Cabral». *Hist. da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. I, págs. 231 e segs. Porto, 1921.

Semelhante concorrência revela o aparecimento histórico do moderno imperialismo, posteriormente caracterizado por um agravamento das tendências capitalistas das grandes potências para conquista dos mercados e das matérias-primas, bem como exploração colonial.

Os Estados individualizavam-se cada vez mais acentuadamente na sua política e na sua economia. O antagonismo, numa época de nítida centralização monárquica, conduzia a novos empreendimentos. A abertura da rota atlântica das especiarias asiáticas oferecia a Portugal enormes possibilidades mundiais de expansão. Lisboa ligava-se à Índia e ao Extremo-Oriente sem perda de continuidade do meio de comunicação — o mar. O incipiente capitalismo manuelino apresentava-se, no desabrochar do século XVI, com novas exigências, mas também com os meios técnicos e materiais para as realizar.

Em 1500, seis anos depois do *Tratado de Tordesilhas*, e quatro anos após Colombo ter descortinado terra firme no Atlântico norte-americano, a descoberta do Brasil por Cabral figuraria na lógica dos acontecimentos. Bartolomeu Dias dobrara o Cabo e Vasco da Gama acabara de abrir a valiosa rota atlântica das especiarias asiáticas. O nome de Portugal ecoava por todo o Oriente. As naus da carreira da Índia reclamavam, ademais, a organização de postos-chave, não ùnicamente na linha da costa do Índico mas também nos mares ocidentais. Sendo assim, impunha-se o domínio do Atlântico Sul, valioso para a salvaguarda da soberania portuguesa na África meridional.

Já Gago Coutinho, em 1943, numa conferência no Liceu Literário Português, no Rio de Janeiro ([41]), concluiu que, durante uma prévia exploração do quadrante sudoeste do Atlântico, em data anterior a 1497, fora encontrada a costa brasileira e a rota a seguir para a «barlaventear» e passar para o Cabo. Sabe-se, com efeito, que em 1497 Vasco da Gama, embora navegasse com naus, não escalou na Mina. Preferiu traçar

([41]) *Descobrimento do Brasil*, págs. 56 e seg. Rio de Janeiro, 1943.

uma rota em arco, passando mais duzentas léguas a oeste e atravessando o Atlântico Sul durante três meses sem ver a terra.

O descobrimento do Brasil por Cabral, sob o signo do capitalismo moderno, seria, portanto, questão de tempo. Os conhecimentos náuticos e as possibilidades materiais de Portugal eram sobremaneira favoráveis à pluralidade de incentivos que animavam a expansão. Tudo convergia, como contributo imprescindível, para o êxito do arriscado e dispendioso empreendimento ultramarino.

O sucesso alcançado por Vasco da Gama e o trofeu de Colombo excitariam grandemente os Portugueses que, desde recuados anos, navegavam nos mares ocidentais à procura de terras. Ignoramos, todavia, as circunstâncias de tais viagens para o Ocidente ignoto, bem como os resultados obtidos. Não obstante tal lacuna, essas empresas contribuíram, de uma forma ou de outra, para a descoberta do Brasil. A elaboração lenta de um gigantesco plano ultramarino reconhece-se a cada passo — desde a abordagem da «Terra dos Negros» pelas caravelas henriquinas até à arribada das naus de Cabral aos ancoradouros do Atlântico brasileiro.

A «captura» das especiarias asiáticas pelos Portugueses modificou profundamente a evolução do mundo ocidental. A entrada dos capitães manuelinos na luta pela partilha política e económica do Índico precipitou a competição luso-castelhana no Mar Oceano. A concorrência iria desenvolver-se e afirmar-se como etapa bem definida das rivalidades peninsulares.

Quando D. Manuel, de acordo com as suas necessidades de momento e na antevéspera do apogeu do seu domínio, apregoou a necessidade de combater no Oriente a expansão do Islão, para glória da Fé católica e fortalecimento do seu capitalismo monárquico, não se esqueceria, previdentemente, de enunciar ao capitão-mor da sua segunda armada da Índia a conveniência de uma ancoragem na vastidão marítima do Ocidente, escora e base de operações do tráfico oriental e baluarte de defesa contra as ameaças de Castela no plano colonial português.

As controvérsias entre Portugal e Espanha vinham descambando do plano abstracto para o terreno concreto dos interesses. Confirmando politicamente as suas necessidades económicas de medrança nas margens do Atlântico Sul e do Índico, o venturoso sucessor de D. João II ordenou a partida da frota de 1500.

As fontes são deveras escassas. Das instruções régias e de Vasco da Gama para a viagem de Cabral conhecemos apenas fragmentos (442). Revelam, no entanto, admirável afã e incontestável confiança de coordenação e de audácia.

Na abertura de 1500, estavam criadas as condições para que D. Manuel, senhor da rota do Cabo, fosse mais longe. Portugal mostrava-se cada vez mais capaz de resistir à atracção do Mediterrâneo e de, sòzinho, encontrar em si próprio as forças necessárias para a montagem de novos empreendimentos. O Atlântico, grandemente senhoreado pelos Avis, era então a principal via marítima de passagem e de partilha política e económica. A conquista e integração do Mar Oceano no complexo da civilização europeia marcavam a nova fase que se descortinava na evolução progressiva do Ocidente cristão. A rota atlântica das especiarias asiáticas, recém-inaugurada, reclamava segurança. A indispensabilidade da organização de novas bases de apoio no Ultramar, para salvaguarda do tráfico e da soberania da realeza, viriam precipitar a empresa de Cabral. As tendências que vimos esboçarem-se a partir do reinado de D. João II no que toca ao Atlântico brasileiro afirmam-se nìtidamente no governo seguinte.

(442) «Instruções a Pedro Álvares Cabral, quando for por capitão mor de uma armada à Índia». *Alguns Documentos...*, págs. 97-107. O manuscrito acha-se no Arquivo do Tombo, maço 1.º *de Leis*, sem data, n.º 21; «Borrão original da primeira folha das instruções de Vasco da Gama para a viagem de Cabral» (sem local nem data). *Os Sete Únicos Documentos de 1500*, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral, Doc. II, págs. 13-20. Lisboa, 1940 (Agência Geral das Colónias); «Borrão original de algumas folhas das instruções régias dadas a Cabral para a sua viagem» (sem local nem data). *Ibidem*, Doc. III, págs. 21-46; «Borrão original das instruções régias adicionadas, sob a forma de carta, dadas a Cabral para a sua viagem» (sem local nem data). *Ibidem*, Doc. IV, págs. 47-53.

No Verão de 1499, após a torna-viagem de Vasco da Gama, D. Manuel achou necessário enviar à Índia uma nova armada. Por carta régia dada em Lisboa a 15 de Fevereiro de 1500, Pedro Álvares Cabral (443) foi provido nas elevadas funções de comandante supremo da expedição (444).

A frota, de treze navios (445), quase todos naus, isto é, navios de «panos redondos», levava 1200 homens (446), gente escolhida e bem armada, oito frades da Ordem de S. Francisco como missionários, tendo por guardião a figura vene-

(443) Na carta de nomeação, lê-se «pedraluarjz de gouuea» (*Cf. Os Sete Únicos documentos de 1500...*, Doc. I, pág. 12). Gouveia é sobrenome de sua mãe. Cabral, «homem fidalgo de bom saber» (*Cf.* Gaspar Correia — *Lendas da Índia*, t. I, pág. 146), nascido em Belmonte no ano de 1467 ou de 1468, era filho de Fernão Cabral e Isabel de Gouveia. Era o segundo filho, sendo seu irmão João Fernandes Cabral o primogénito. Na *Chancelaria de D. Manuel* (Liv. 13, fol. 10), no Arquivo da Torre do Tombo, acha-se o registo da carta régia de nomeação — Pedro Álvares de Gouveia.

Na carta que D. Manuel deu a Cabral, escrita em Lisboa no 1.º de Março de 1500, dirigida ao Samorim, rei de Calecute, o monarca português já lhe chama «pero alvares cabral» (*Ibidem*, Doc. V, pág. 59).

Em 1503, casou com Isabel de Castro, sobrinha de Albuquerque, de quem teve 6 filhos: 2 meninos e 4 meninas. Seu avô, Álvaro Gil Cabral, foi alcaide-mor do Castelo da Guarda, em tempos de D. Fernando e do Mestre de Avis (*Cf.* Cortesão, J. — *A Expedição de Cabral, 1500*, pág. 15, *in loc. cit.*).

(444) «lhe damos e emcarregamos a Capitanya moõr de toda a dita frota e armada» («Carta Régia de nomeação de Cabral...», pág. 12).

(445) Castanheda, Góis, Barros e Gaspar Correia são unânimes em afirmar terem sido treze os navios da Armada de 1500, a mais bela e poderosa que até então partira.

(446) Barros alude a 1200 pessoas, entre mareantes e homens de armas, «toda gente escolhida, limpa, bem armada e provida pera tam comprida viage» (*Ásia*, Déc. I, Liv. V, cap. I, pág. 181).

rável de frei Henrique de Coimbra ([447]), ulteriormente bispo de Ceuta e confessor do Rei, oito capelães e um vigário, que deviam ficar no Oriente. Na esquadra ia uma caravela «latina», a de Bartolomeu Dias, destinada ao reconhecimento da costa de Sofala.

O cronista Barros cita treze capitães da armada, incluindo Cabral, chefe supremo: Sancho de Tovar, filho de Martim Fernandes de Tovar; Simão de Miranda, filho de Diogo de Azezedo; Aires Gomes da Silva, filho de Pêro da Silva; Vasco de Ataíde, Nicolau Coelho, que fora com Vasco da Gama; Bartolomeu Dias, que descobriu o Cabo da Boa Esperança, e seu irmão Pêro Dias; Nuno Leitão, Gaspar de Lemos, Luís Pires, Simão de Pina e Pêro de Ataíde, de alcunha «Inferno» ([448]). Pêro Vaz de Caminha, no entanto, na carta de «achamento» ([449]) do Brasil endereçada a D. Manuel, datada de Porto Seguro a 1 de Maio de 1500, atribui comando apenas aos sete primeiros capitães acima indicados ([450]).

Uns, como Cabral, Simão de Miranda, Aires Gomes da Silva e Simão de Pina, pertenciam a famílias tradicionais, cuja lealdade à Coroa resistira à terrível comoção do século XIV; outros, fielmente representados pelos irmãos Dias e Nicolau Coelho, formavam a ala dos navegadores do Atlântico ignoto, ou exprimiam, como Sancho de Tovar, o ideal universalista da realeza ([451]).

([447]) Completavam a grei franciscana: frei Gaspar, frei Francisco da Cruz, frei Simão de Guimarães, frei Luís do Salvador, frei Masseu, frei Pedro Neto e frei João da Vitória.

([448]) *Cf.* Barros — *Ásia*, Déc. I, L. V, cap. I, pág. 181.

([449]) A palavra «achamento», escrita por Caminha, não significa «achado» casual. Não se confunda, portanto, com o significado contemporânea do vocábulo. Dentro do seu tempo e da sua história, empregava-se «para designar o mais intencional dos descobrimentos portugueses — o da Índia» (*Cf.* Cortesão, J. — *A Carta de Caminha*, págs. 245 e segs.).

([450]) Veja-se a «Carta de Caminha...», *in Os Seis Únicos Documentos de 1500...*, Doc. VI, págs. 66 e segs.; *Alguns Documentos...*, págs. 108 e segs. O manuscrito acha-se no Arquivo da Torre do Tombo, Gaveta 8, maço 2, n.º 8.

([451]) *Cf.* Cortesão, J. — *A Expedição de Cabral (1500)*, pág. 33.

Outros personagens embarcados na frota merecem destaque: Duarte Pacheco Pereira, conhecida figura da expansão; o bacharel mestre João, físico e cirurgião do Rei, que se notabilizou por uma carta dirigida a D. Manuel, datada de Vera Cruz no dia 1 de Maio de 1500 ([452]); Aires Correia, filho de uma velha família servidora do trono, feitor da armada, que ia com a missão de organizar uma feitoria em Calecute; Pêro Vaz de Caminha, escrivão da frota; e, pelo menos, três intérpretes: Gaspar da Índia, Gonçalo Madeira de Tânger e um grumete negro da Guiné ([453]).

A construção naval ganhara com as experiências anteriores. Ultrapassado o Cabo, a técnica náutica introduziu modificações no velame, gáveas, boca e calado, criando, assim, um novo tipo de navio — a caravela redonda —, resultado do incessante aperfeiçoamento da pequena e veloz caravela latina do Infante D. Henrique, que no século XV fora o melhor navio da expansão atlântica não só pelas vantagens aerodinâmicas das suas velas triangulares, que aproveitavam melhor a força motora dos ventos, por impulsão e aspiração, mas também pela forma do casco e querena ([454]), mais estreita e esguia para cortar a mareta ([455]) e suportar melhor o mar alto ([456]).

As constantes necessidades da navegação fizeram aumentar o porte dos navios. Fernando Oliveira, no *Livro da Fábrica das Naus*, mencionado por Mário de Vasconcelos e Sá ([457]), aconselhava a construção de navios de maior capacidade para a

---

([452]) A carta, guardada no Arquivo da Torre do Tombo (*Corpo Cronológico*, Parte 3.ª, maço 2, n.º 2), acha-se publicada *in Os Sete Únicos Documentos...*, Doc. VII, págs. 193 e segs.

([453]) *Cf.* Cortesão, J. — *A Expedição de Cabral...*, pág. 34; Peres, Damião — *O descobrimento do Brasil...*, pág. 95.

([454]) Parte do navio que fica debaixo do nível da água.

([455]) Onda do mar.

([456]) *Cf.* Brito, Mendes de — *O Infante D. Henrique (1394-1460)*, pág. 200. Lisboa, 1942.

([457]) «Os navios dos descobrimentos». *História de Portugal*, v. III, pág. 623. Barcelos, 1931.

rota atlântica das especiarias asiásticas, e afirma que as naus no tempo de D. Manuel (1495-1521) e de D. João III (1521-1527) eram de 500 a 1000 toneladas.

As naus, geralmente, tinham dois mastros com velame redondo. As de maior lotação aparelhavam com duas velas no mastro principal e uma ou duas no mastro de proa, velame mais fácil de manobrar do que o «latino» das caravelas henriquinas. Surgiu, assim, o navio «redondo» quinhentista, com tonelagem superior a 150 tonéis (458), que arrastava atrás de si uma cauda de navios de menor porte, para segurança da frota em caso de ataque inimigo ou acidente. Trata-se de um navio apetrechado com grossas bombardas. Fazia o tiro rente à linha de água, de sobre a coberta. Barco comercial e militar da «carreira da Índia», a nau atingia velocidades que oscilavam entre seis e dez milhas por hora. Era, outrossim, apesar da alta tonelagem, empregada no golpe de abordagem e cerco (459). Foi esse o navio — genuinamente português — adoptado pelos Espanhóis para as suas viagens à América (460).

A prática do mar alto revelou, porém, a conveniência de tornar mais veleiras, defensáveis e resistentes algumas das naus da rota do Cabo, criando-se, assim, um novo tipo de navio que possuía as qualidades náuticas da caravela redonda — o galeão manuelino ou quinhentista, que aparelhava com quatro mastros, dos quais os dois da ré tinham velame latino como o das caravelas. O galeão era, com efeito, um tipo de navio intermediário entre a caravela e a nau. Tinha o porte de 200 a 400 tonéis, raramente excedendo 500. Tornou-se logo o navio

(458) *Cf.* Brito, M. de — *Op. cit.*, pág. 225; Fonseca, Q. da — «A arquitectura noval no tempo dos descobrimentos». *Hist. da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. II, pág. 44. Lisboa, 1939.

(459) Brito, M. de — *Op. cit.*, págs. 228 e segs.; Sousa, A. Botelho de — «A Armada e o Império da Índia». *Hist. da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. II, págs. 94 e segs.; Fonseca, Q. da — *Op. cit.*, pág. 44.

(460) *Cf.* Reparaz, G. de — *La época de los grandes descubrimientos hespañoles y portugueses*, pág. 137. Barcelona-Buenos Aires (Col. Labor), 1937.

de combate. Graças à sua robustez, guarnição e armamento, era a embarcação preferida para acometer o adversário a curta distância e procurar na abordagem a decisão (461).

A expedição de 1500 foi realizada com naus, navios da época com possibilidades de êxito no mar alto. A galé, com a sua borda baixa e a sua chusma de remadores, que consumia grande quantidade de água e mantimentos, era imprópria para viagens que demandavam meses sem escala. Além disso, a sua estrutura não resistia à navegação de alto mar. Como já o demonstrou Gago Coutinho (462), as viagens no Atlântico largo, tanto de exploração como de descoberta, só poderiam ser feitas com barcos de bordo alto e de vela. As caravelas, navios de menor tonelagem e de limitado calado de água, podiam aproximar-se mais da costa e, graças às suas velas triangulares latinas, navegar mais achegadas ao vento que as naus. Por isso, foram preferidas nas viagens de reconhecimento da Guiné e, bem assim, na passagem marítima do Atlântico para o Índico, explorada por Bartolomeu Dias.

Viagens definitivas de alto mar, como a de Cabral, só com naus, navios de «panos redondos», que navegavam bordejando pelo mar largo, em regiões conhecidas de «ventos contrários» e com plena consciência de rumo. Não admira, pois, que os Portugueses navegassem com mais confiança na sua experiência que em afoitezas. Desde o começo do século XV, por ocasião da abordagem do Sáara atlântico e da «Terra dos Negros», já os pilotos henriquinos navegavam no alto mar, servindo-se dos astros — Sol e Estrela do Norte — para a determinação da latitude do rumo verdadeiro e da longitude (463). Sabe-se que

(461) *Cf.* Fonseca, Q. da — *Op. cit.*, pág. 45; Sousa, A. Botelho de — *Op. cit.*, pág. 94.

(462) *Descobrimento do Brasil*, pág. 9.

(463) Para o estudo do processo de determinação de latitudes, veja-se o recente estudo de Luís Mendonça de Albuquerque — *Algumas observações sobre o problema das latitudes na marinharia dos descobrimentos.* Coimbra, 1960.

até 1492, a navegação de mar largo fora privilégio dos nautas portugueses. Na verdade, mais de meio século antes de Colombo os mareantes do Infante D. Henrique já tinham destruído a lenda do «mar tenebroso». As caravelas regressavam ao Reino «dereitamente» dos mares tempestuosos da Madeira, Canárias, Açores e Cabo Verde. A volta era pelo largo e sem escalas. As viagens «largas» são demonstrativas do conhecimento prévio dos ventos dominantes no Atlântico, resultado de sucessivas viagens de exploração em várias épocas do ano.

Vê-se, portanto, que a montagem da frota de Cabral resultou de experiências anteriores. Longe de ser uma «nau sem rumo», tinha firme convicção para se conservar na derrota que levava ao Atlântico brasileiro.

Com o êxito de Vasco da Gama, D. Manuel não perdeu tempo. No primeiro domingo da Quaresma, a 8 de Março de 1500, o afortunado monarca, com toda a Corte, dirigiu-se à praia do Restelo, onde já estava a armada de Cabral, para juntos ouvirem missa na velha ermida henriquina de *Nossa Senhora de Belém,* onde começava a erguer-se o grandioso Mosteiro dos Jerónimos. D. Diogo Ortiz, bispo de Ceuta e ulteriormente de Viseu, celebrou missa pontifical, durante a qual pregou um sermão sobre as descobertas e conquistas ultramarinas. Após a missa, D. Ortiz benzeu o chapéu de Cabral e a bandeira da Ordem de Cristo, que estivera arvorada no altar durante a oblação. Ultimada a bênção, o bispo entregou os dois objectos ao Rei. D. Manuel colocou, então, o chapéu benzido na cabeça do capitão-mor, e passou-lhe a bandeira de pano branco com a cruz vermelha no centro. Após isso, seguiram em procissão até ao embarcadouro da praia do Restelo, onde Cabral e seus capitães se despediram do soberano, beijando-lhe a mão. Por ser domingo, dia de festa e partida da frota, o povo «cobria aquelas praias e campos de Belém, e muitos, em batéis que rodeavam as naus, levando uns, trazendo outros, assi serviam todos com suas librés e bandeiras de cores diversas, que

não parecia mar, mas um campo de flores, com a frol daquela mancebia juvenil que embarcava» ([464]).

A frota largou no dia seguinte, segunda-feira, 9 de Março de 1500, no meio das aclamações e preces fervorosas de um povo imenso, a contemplar um espectáculo que seria deveras admirável. «O coração de todos estava entre prazer e lágrimas, por esta ser a mais fermosa e poderosa armada que té aquele tempo pera tam longe deste reino partira» — escreveu o cronista Barros com exaltação ([465]).

Na manhã do dia 14 navegavam entre as Canárias. No dia 22, estavam à vista do arquipélago de Cabo Verde. Na noite seguinte, na altura da ilha de São Nicolau, desgarrou-se da frota «Vasco datayde com a sua naao sem hy auer tempo forte nem contrairo pera poder seer» ([466]). As diligências para encontrar o navio perdido foram em vão. A nau havia sido engolida pelo mar.

Com o desfalque de um navio, velejaram para oeste, o mais longe possível da costa africana, até que no dia 21 de Abril de 1500, terça-feira da Páscoa, reconheceram sinais de terra próxima, tais como sargaços, ervas marinhas, aves aquáticas, madeiros flutuantes e águas esverdinhadas ([467]).

No dia seguinte, a 22, quarta-feira pela manhã, descobriram um monte e um negrume prolongado no horizonte, indício da continuação da linha litoral. Pouco depois, viram serras mais baixas, ao sul do monte, e uma formosa terra chã com alterosa vegetação. Ao monte deu o capitão-mor o nome de *Monte Pascoal,* por ter sido avistado na semana da Páscoa, e

([464]) *Cf.* Barros — *Ásia,* Déc. I, L. V, cap. I. pág. 181.

([465]) *Ibidem.*

([466]) São palavras da carta de Caminha a D. Manuel (*Cf. Carta..., in Os Sete Únicos Documentos...,* Doc. VI, pág. 66).

([467]) «E asy segujmos nosso caminho per este mar de lomgo ataa terça feira doitauas de pascoa que foram xxj dias dabril que topamos alguũs synaaes de tera...) *(Ibidem).*

à terra deu o nome de *Terra de Vera Cruz* (468), a qual, depois de assente o padrão e erguida a cruz, como símbolo da soberania dos Avis no Atlântico brasileiro, chamou *Terra de Santa Cruz* (469). Mais tarde «se perdeo este nome & lhe ficou ho do Brasil por amor do pao brasil (470).

No dia 23, quinta-feira, navegaram para terra e foram encorar em frente da boca de um rio, onde os cristãos travaram as primeiras relações com os indígenas (471). No dia subsequente, a 24, sexta-feira, rumaram para o norte. Os vasos maiores fundearam fora, enquanto os navios de menor tonelagem entraram num abrigo que Cabral chamou de *Porto Seguro,* mais tarde denominado *Baía Cabrália* (472). Dois jovens indígenas apanhados em uma almadia (473) foram apresenta-

---

(468) «E aa quarta feira seguinte pola manhaã ... ouuemos vista de terra, primeiramente dhuũ gramde monte muy alto e rredondo ... ao qual monte alto o capitam pos nome o monte pascoal e aa tera a tera da Vera Cruz» *(Idem,* págs. 66 e seg.).

(469) «Nesta terra mandou pedraluares meter hũ padrão de pedra cõ hŨa Cruz, & por isso lhe pos nome terra de santa Cruz» (Castanheda, Fernão Lopes de — *História...,* Liv. I, cap. XXXI, pág. 73).

Gaspar Correia (*Lendas da India,* t. I, pág. 152) diz que o nome de *Santa Cruz* dado à terra descoberta foi «porque a ella chegarão a tres de Mayo, dia de Sancta Cruz», o que não é exacto, pois o descobrimento do Brasil data de 22 de Abril de 1500, e não de 8 de Maio, dia em que a Igreja celebra a Invenção da Santa Cruz de Cristo. A data verdadeira é a que se acha no texto referido por Caminha, testemunha ocular.

(470) Castanheda — *História...,* Liv. I, cap. XXXI, pág. 73. Barros aceita, igualmente, o fundamento histórico da origem do nome *Brasil,* pois escreve: «tanto que daquela terra começou de vir o pau vermelho chamado brasil, trabalhou que este nome ficasse na boca do povo e que se perdesse o de Santa Cruz» (*Ásia,* Déc. I, L. V, cap. II, pág. 185).

(471) Veja-se a *Carta de Caminha.*

(472) O ponto de arribada foi um pouco ao norte do Monte Pascoal, na latitude 16° e 53′ S. O ancoradouro foi a Baía Cabrália, a 16° e 21′ de latitude S, à qual deram a denominação de *Porto Seguro.* (*Cf.* Leite, Duarte — *O mais antigo mapa do Brasil,* pág. 246, *in loc. cit.*).

(473) Pequena embarcação usada em algumas partes da Ásia e da África. É aguda na popa e na proa, e tem a querena muito estreita. Chega a medir 27 metros de comprimento e apenas 3 de largura.

dos a Cabral. Os intérpretes das línguas asiáticas e africanas que estavam a bordo, porém, não compreenderam o idioma falado pela tribo dos Tupiniquins, que então dominavam no sul baiano (474).

No dia 25, sábado, entrou toda a armada no porto. No dia seguinte, 26, Domingo de Pascoela, o capitão-mor da frota mandou armar um altar num ilhéu que encontrou dentro do porto, e aí frei Henrique de Coimbra, com muita solenidade, celebrou a primeira missa que se rezou no Brasil (475). Foi cantada e assistida por todos os sacerdotes que iam na armada: oito capelães, um vigário e oito missionários franciscanos. Durante o santo sacrifício, esteve desfraldada a bandeira da Ordem de Cristo. Frei Henrique pregou um sermão com referência ao descobrimento. Foi o primeiro em terra brasileira. Todos os capitães e marinheiros dos navios assistiram à missa. Os indígenas, atraídos pela novidade, achavam-se na praia fronteira ao ilhéu, acompanhando a cerimónia religiosa e imitando os gestos dos cristãos (476).

No mesmo domingo, a 26 de Abril de 1500, decidiu Cabral, em conselho dos capitães, enviar a Lisboa o navio dos mantimentos, capitaneado por Gaspar de Lemos, com a prazenteira notícia do descobrimento da Terra da Vera Cruz. Nos dias 27 e 28 — segunda e terça-feira — os navios tomaram água e fizeram lenha. Quarta-feira, dia 29, Sancho de Tovar, imediato de Cabral, desembarcou. Os outros capitães ocuparam-se na baldeação dos mantimentos. No dia 30, quinta-feira, fizeram mais aguada e lenha, sempre auxiliados pelos nativos. No dia 1.º de Maio, sexta-feira, erigiram com grande festividade uma enorme cruz de madeira, que ali fora feita por dois carpinteiros de bordo, na qual se viam as armas e a divisa de El-Rei

---

(474) *Cf. Carta de Caminha.*

(475) Acham alguns que a primeira missa fora celebrada em 3 de Maio, dia em que a Igreja celebra a Invenção da Santa Cruz de Cristo, o que se nos afigura inaceitável.

(476) *Cf. Carta de Caminha...,* págs. 74 e segs.

D. Manuel. Os indígenas acompanhavam com curiosidade todos os movimentos dos cristãos. Por fervor religioso e estratégia, Cabral determinou que o pessoal da armada se ajoelhasse dante da cruz «emcostada a huũa árvore junto com o Rio», para os nativos «verem ho acatamẽto que lhe tijinhamos ... e asy o fezemos E estes x ou xij que hy estavam acenaram-lhes que fezessem asy e foram logo todos beijala» ([477]).

Assente a cruz, Cabral tomou posse da nova terra em nome do rei de Portugal. Ao pé, armou um altar, e frei Henrique de Coimbra celebrou a segunda missa. Pregou, outrossim, o segundo sermão. No dia subsequente, sábado, 2 de Maio, Cabral, com onze navios, zarpou de Porto Seguro em demanda da Índia ([478]), com a incumbência de assentar em sólidas linhas a rota do Cabo aberta por Vasco da Gama ([479]).

D. Manuel comunicou a regozijante novidade aos Reis Católicos, por carta datada de Lisboa a 28 de Agosto de 1501 ([480]). O afortunado monarca português dizia-lhes que Cabral «chegou a uma terra que novamente descobriu a que pôs nome Santa Cruz», e que era «mui conveniente e necessária à navegação da Índia, porque ali corregiu suas naus e tomou água..., e pelo caminho grande que tinha para andar não se

(477) *Idem*, pág. 86.

(478) *Idem*, págs. 88 e seg.

(479) Cabral chegou a Calecute a 13 de Setembro de 1500. Perdeu, porém, junto do Cabo da Boa Esperança, os navios capitaneados por Gomes da Silva, Simão de Pina e Bartolomeu Dias. Triste acaso: Bartolomeu Dias naufragou e morreu no Cabo das Tormentas que havia descoberto (*Cf.* Barros — *Ásia*, Déc. I, L. V, cap. II, pág. 185). Barros alude ainda ao naufrágio da nau de Vasco de Ataíde, o que não é exacto, pois, segundo o depoimento de Caminha, o navio soçobrou à vista de Cabo Verde (*Cf. Carta...*, pág. 66).

(480) *Cf.* «Traslado da carta.... *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, págs. 165 e segs. Na versão espanhola da carta, lê-se: «Escrita em Santarém à veinte e nueve de Julio». É, no entanto, o único desacordo entre os dois textos, como já o notou Malheiro Dias (*Ibidem*, nota V, pág. 167). Ambas as datas demonstram, todavia, a morosidade da comunicação oficial da venturosa notícia.

deteve para se informar das cousas da dita terra, sòmente dali me enviou um navio a notificar-me como a achara, e seguiu seu caminho pela via do Cabo da Boa Esperança» ([481]).

Estava, finalmente, descoberto o Brasil ([482]). Acaso ou intencionalidade? Conhecimento pré-cabralino? Prioridade portuguesa? Qualquer resposta a essas indagações é, todavia, de importância muito relativa. Temos, ademais, de recorrer, consoante o caso, à conjectura. A História reclama factos e inteligência. Pelo que ficou dito, e no estado actual do problema ([483]), somos levados a admitir:

1) Escassez de fontes — diários, mapas e relatórios dos capitães da frota.
2) Exiguidade das narrativas conhecidas: carta de Caminha, relação do «Piloto Anónimo» e carta de Mestre João.
3) Deficiência e vícios de informação dos cronistas. Jerónimo Osório, Góis, Faria e Sousa, Barros, Castanheda e Gaspar Correia erram até a cronologia.
4) Lacunas das instruções régias e de Vasco da Gama para a viagem de Cabral.
5) A armada de 1500 teria um duplo encargo: reconhecer no Atlântico brasileiro uma base de operações

(481) *Idem*, pág. 165.

(482) D. Manuel concedeu a Cabral, em recompensa dos seus serviços, duas tenças anuais: uma de 13$000 rs e outra de 30$000 rs. (*Cf.* «Provisões...». *Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico*, parte 2.ª, maço 6, n.ºs 2 e 4, respuectivamente).

(483) *Cf.* Dias, C. Malheiro — *Os precursores de Cabral...*, págs. XI e segs.; Coutinho, Gago — *Descobrimento do Brasil*, págs. 8 e segs.; Mendonça, H. Lopes de — *Do Restelo a Vera Cruz*, págs. 153 e segs.; Peres, Damião — *O descobrimento do Brasil*, págs. 107 e segs.; Cortesão, J. — *A Expedição de Cabral*, pás. 35 e segs.; *A Carta de Caminha*, págs. 74 e segs.; Leite, Duarte — *O mais antigo mapa do Brasil*, págs. 264 e segs.

para a rota da Índia ([484]) e ultimar no Oriente as relações políticas e comerciais iniciadas por Vasco da Gama. A expedição tinha, na verdade, um nítido carácter de embaixada e de conquista.

6) Truncar o avanço dos Castelhanos pelas costas da América em direcção ao Brasil.
7) Duarte Pacheco, que dois anos antes havia recebido de D. Manuel a incumbência de descobrir terras a Ocidente, seria o «elo secreto» e o «condutor» da expedição.
8) Caminha ignorava inteiramente a Terra de Vera Cruz. É o que se depreende da leitura de sua carta, cheia de admiração ([485]).
9) Dada a referência que se acha no mapa de Bisagudo ([486]), a carta do Mestre João, dirigida a D. Manuel, parece revelar um conhecimento pré-cabralino do Brasil ([487]). O reconhecimento da Terra de Vera

---

([484]) D. Manuel, ao comunicar o descobrimento do Brasil aos Reis Católicos, diz que a terra era «mui conveniente e necessária à navegação da Índia, porque ali corregiu suas naus e tomou água» (*Cf.* «Traslado da Carta...», *in loc. cit.).*

([485]) Com a morte de Caminha, em 1500, e sucessivamente de Cabral e de D. Manuel, a memória da famosa carta apagou-se por largo tempo, pois só foi publicada, pela primeira vez, na *Corografia Brasílica* do Padre Manuel Aires do Casal, em 1817, graças à «Impressão Régia» do Rio de Janeiro (*Cf.* Cortesão, J. — *A Carta...*, págs. 25 e segs.).

Caminha, cavaleiro de Afonso V, de D. João II e de D. Manuel, era filho de respeitosa e rica família portuense, sendo seu pai, Vasco Fernandes Caminha, cavaleiro da Casa do Duque de Guimarães, ulteriormente de Bragança (*Cf.* Basto, Magalhães — «Pero Vaz de Caminha». *O Primeiro de Janeiro,* de 16-8-1940).

([486]) Jero Vaz da Cunha, o Bisagudo, foi o navegador a quem D. João II, em 1489, confiou o comando da frota em que regressou ao Senegal o príncipe Bemoin.

([487]) «quanto Señor al sytyo desta terra mande vaso alteza traer un mapamundi que tyene pero vaaz bisagudo e por ay podrra ver vosa alteza el sytyo desta terra...» *(Carta..., in loc. cit.).*

A carta de Mestre João foi escrita em espanhol aportuguesado, facto

Cruz, em 1550, representaria apenas a notícia oficial de um acontecimento anterior, facto que, com efeito, parece ressaltar do *Esmeraldo* ([488]) e da carta de D. Manuel aos Reis Católicos ([489]).

Os Avis guardariam rigoroso silêncio com o claro intento de deixar os concorrentes castelhanos nas suas tentativas de ir à Índia pelo Ocidente.

10) Tordesilhas constitui o primeiro indício seguro da existência do Brasil. O tratado encerraria dois pressentimentos de D. João II, afortunados presságios: a chegada à Índia e ao Brasil.
11) Cabral receberia instruções para reconhecer as terras do Ocidente.
12) O afastamento da frota para oeste seria intencional.
13) Reconhecimento premeditado de uma nova rota atlântica, diferente da que Bartolomeu Dias explorara com as suas caravelas. A náutica portuguesa reconheceria a necessidade de cortar caminho para o Cabo pelo mar largo, contornando os ventos contrários, os «Geraes do Sueste».

---

que levou Sousa Viterbo a lembrar a possibilidade de o Mestre João, autor da carta, ser o Mestre João Faras, talvez espanhol, tradutor da *Geografia* de Pomponio Mela, cujo manuscrito se acha na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa. (*Cf. Os Sete Únicos Documentos...*, Doc. VII, pág. 105).

([488]) Alguns historiadores abordam a hipótese da descoberta pré-cabralina do Brasil, a qual atribuem a Duarte Pacheco, em 1498, e argumentam com a seguinte passagem do *Esmeraldo de Situ Orbis:* «& por tanto bemaventurado Principe temos sabido & visto como no terceiro anno de vosso Reynado do hano de nosso senhor de mil quatrocentos noventa & oito donde nos vossa alteza mandou descobrir ha parte oucidental passando alem ha grandeza do mar ociano honde he achada & naueguada huma tam grande terra com muitas & grandes Ilhas adjacentes a ella que se estende a setenta graaos de Ladeza da linha equinocial contra ho polo artico». (*Esmeraldo...*, L. I, cap. 2.º, pág. 7).

([489]) O feliz monarca português dizia aos Reis Católicos que Cabral «chegou a uma terra que novamente descobriu a que pôs nome Santa Cruz» *(Cf.* «Traslado da Carta..., *in loc. cit.).*

14) É inadmissível a versão tradicional de que houve tormenta na zona caboverdeana. A viagem, desde S. Nicolau até à ancoragem, no Brasil, foi realizada sem contratempo, conforme testemunho fidedigno de Caminha ([490]). A derrota figuraria, seguramente, no plano de Cabral. Os cronistas Castanheda ([491]), Gaspar Correia ([492]) e Barros ([493]) mencionam, todavia, um temporal na região de Cabo Verde, o que se nos afigura inaceitável, pois os depoimentos das testemunhas que iam na armada — Caminha, Mestre João e o «Piloto Anónimo» — desdizem semelhante hipótese.

15) O circuito dos ventos do Atlântico Sul não tiveram influência no desvio da frota de Cabral para oeste. Na quadra do ano em que se realizou a viagem, os ventos sopram de noroeste e de sudeste, afastando, assim, os navios da costa brasileira. Admitindo-se a tormenta oriunda de outros quadrantes, o flagelo teria durado alguns dias e dispersado as naus da armada, infortúnio que certamente seria registado pelos informantes da expedição.

16) À maneira de Vasco da Gama, que também se desviou para oeste depois de ultrapassado o arquipélago de Cabo Verde, o deliberado afastamento de Cabral para Ocidente encontraria melhor justificação no intento de evitar as calmas e trovoadas da

([490]) «se perdeo da frota Vaasco datayde com a sua naao sem hy auer tempo forte nem contrairo pera poder seer fez o capitam suas deligençias pera o achar a huũas e outras partes e nom pareçeo majs. E asy segujmos nosso caminho per este mar de lomgo ataa terça feira doitauas de pascoa que foram xxj dias dabril que topamos alguũs synaaes de tera... E aa quarta feira seguinte pola manhaõ topamos aves ... e neeste dia ... ouuemos vista de terra...» (*Cf.* «Carta...», págs. 96 e seg.).

([491]) *História*..., Liv. I, cap. XXXI, pág. 72.

([492]) *Lendas*..., t. I, pág. 511.

([493]) *Asia*, Déc. I, L. V, cap. II, págs. 182 a seg.

costa ocidental da África, e de dobrar o Cabo «pelo longo», para escapar a tempestades das regiões adjacentes.

17) Não houve erro de rumo. É difícil, se não impossível, crer que os pilotos portugueses, após quase um século de náutica atlântica, errassem apenas uma vez para descobrirem o Brasil. A armada de 1500 reuniu experiências anteriores. A costa ocidental da África e as regiões do Cabo já haviam sido assinaladas em cartas. Ademais, na frota viajavam Bartolomeu Dias, versado na rota do Cabo das Tormentas; Nicolau Coelho, companheiro de Vasco da Gama; Duarte Pacheco, esquadrinhador dos mares ocidentais, e outros navegadores calejados na arte de marear e experientes na derrota do Cabo da Boa Esperança. A carta de Mestre João patenteia a segurança de orientação das agulhas de bordo na viagem de Lisboa a Cabo Verde, bem como da ilha de S. Nicolau até à ancoragem no Brasil. O desvio de tantos graus para oeste figuraria — não fosse ele intencional — nas narrativas de Caminha, de Mestre João e do «Piloto Anónimo», como facto imprevisto.

18) O afastamento da armada para Ocidente estaria no plano imperial da Coroa, em virtude da importância da descoberta de terras firmes no Atlântico brasileiro, há muito prenunciada. É o que ressalta do procedimento do capitão-mor, enviando um dos seus navios com a risonha notícia ao Rei. Cabral não iria contrariar o empenho manuelino ([494]), desfalcando a frota, se tal atitude não fosse concordante com o delineamento da Realeza.

([494]) Cabral recebeu ordens expressas do Rei para adquirir, no Oriente, novos navios que permitissem engrossar as carregações de torna-viagem. (*Cf. Instruções*...).

19) O descobrimento do Brasil, demonstrando que a rota atlântica pelo Ocidente não conduzia à Índia, constitui a comprovação do equívoco de Colombo.
20) Intercalado na rota atlântica das especiarias asiáticas, como acontecimento premeditado, a arribada de Cabral à Terra de Vera Cruz representa a consagração da empresa ultramarina dos Avis.

No mar Oceano, Portugal encontrou espaço para crescer. Embora pobre, realizou, dentro das limitações gerais da época, a sua expansão marítima deveras admirável, pela convergência de múltiplos incentivos que a condicionaram. Com a organização das rotas da Senegâmbia, das ilhas, do Cabo e do Brasil, assentes em sólidas linhas, os Avis aceleraram o ritmo da vida, descortinando horizontes de amplíssimas perspectivas para o florescimento do capitalismo moderno, que só então se inaugurou.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A) *FONTES*

I — *Manuscritas*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Colecção de Bulas, M. 4, n.º 8.
Colecção de Bulas, M. 8, n.ºs 5 e 29.
Colecção de Bulas, M. 35, n.º 2.
Livro dos Mestrados, fl. 165.
Chancelaria de D. Pedro, L. 1.º, fl. 89.
Chancelaria de D. Dinis, L. IV.
Chancelaria de D. Afonso IV, Ls. III e IV.
Chancelaria de D. Duarte, L. 1.º, fl. 18.
Chancelaria de D. Afonso V, L. 1.º, fl. 118 v.
Chancelaria de D. Afonso V, L. 19, fls. 14, 17, 19, 79.
Chancelaria de D. Afonso V, L. 21, fl. 56.
Chancelaria de D. Afonso V, L. 24, fl. 61.
Chancelaria de D. Afonso V, L. 26, fls. 1 e 102 v.
Chancelaria de D. Afonso V, L. 27, fls. 74 e 107 v.
Chancelaria de D. Afonso V, L. 33, fl. 147 v.
Chancelaria de D. Afonso V, L. 37, fl. 202 v.
Chancelaria de D. João II, L. II, fl. 1.
Chancelaria de D. João III, L. 21, fl. 73.
Chancelaria de D. Manuel, L. 13, fl. 10.
Chancelaria de D. Manuel, L. 17, fl. 20.
Chancelaria de D. Manuel, L. 31, fl. 97 v.
Livro 1.º do Guadiana, fl. 231 v.
Livro das Ilhas, fls. 2 v. e 109 v.
Livro das Pazes, fl. 136.
Livro 6.º dos Místicos, fl. 192 v.
Livro 2.º dos Místicos, fls. 155 e 245 v.
Gaveta 7, M. 13, n.º 17.
Goveta 10, M. 11, n.º 16.
Gaveta 17, M. 2, n.º 24.
Gaveta 18, M. 2, n.ºs 2 e 45.
Gaveta 18, M. 5, n.º 3.
Colecção de S. Vicente, n.º 3.
Corpo Cronológico, parte 1.ª, M. 25, n.º 99.
Corpo Cronológico, parte 2.ª, M. 6, n.ºs 3 e 4.
Corpo Cronológico, parte 3.ª, M. 2, n.º 2.
Maço 1.º de Leis, n.º 21.

II — *Impressas*

ACENHEIRO, Ch. Rodrigues — *Chrónicas dos Senhores Reis de Portugal.* «Collecção de Inéditos de História Portuguesa», t. V, págs. 1 e segs. Lisboa, 1824.

Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas. Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

ÁLVARES, P.e Francisco — *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias.* Lisboa, 1943.

ÁLVARES, Frei João — *Chrónica do Santo e Virtuoso Infante D. Fernando.* Lisboa, 1827.

ARMAS, António Rumeu de — *España en el África Atlântica. Documentos.* Madrid, 1957. (Consejo Superior de Investigaciones Científicas).

AZEVEDO, Pedro de — *Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 relativos a Marrocos,* t. I, (1415-1450). Lisboa, 1945.

BARROS, João de — *Ásia,* Déc. 1.ª. Lisboa, 1945.

BOCCACIO, Giovanni — «Notícia de uma expedição às ilhas Canárias» *in* J. M. da Silva Marques — *Descobrimentos Portugueses,* vol. I, págs. 77 e segs. Lisboa, 1944.

—— «Carta del-Rei D. Afonso IV ao Papa Clemente V». *Ibidem,* págs. 88 e segs.

BAIÃO, António — «Fernão de Magalhães e a primeira circumnavegação ao globo. Documentos». *Archivo Histórico Portuguez,* vol. II págs. 332 e segs. Lisboa, 1904.

CADAMOSTO, Luís de — SINTRA, Pedro de — *Viagens de.* Ed. da Academia Portuguesa da História, texto italiano e trad. port. Lisboa, 1948.

CADDEO, Rinaldo — *Le navigazioni atlantiche di Albise da Ca da Mosto,* Milão, 1929.

CALVO, Carlos — *Colección completa de los tratados... Desde el año de 1493 hasta nuestros dias,* t. I. Paris, 1862.

CARTAS de Afonso de Albuquerque — Edição da Academia Real de Ciências de Lisboa, sob a direcção de R. A. de Bulhão. Lisboa, 1884-1915.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de — *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses.* Coimbra, 1924.

Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista, vol. II, t. II. Tetuão, 1954.

CORREIA, Gaspar — *Lendas da Índia.* Lisboa, 1959.

Documentos Arábicos para a História Portuguesa. Lisboa, 1790.

EDRISSI — *Description de l'Afrique Septentrionale,* t. I, trad. Dozy-G. Leyde, *et de l'Espagne,* t. I, trad. franc. Dozy-G. Leyde, 1866.

FERNANDES, Valentim — *O Manuscrito de.* Lisboa, 1949.

FREIRE, Braamcamp — «Tombo da Comarca da Beira (1895)». *Archivo Histórico Portuguez,* t. X, págs. 209 e segs. Lisboa, 1916.

GALVÃO, A. — *Tratado dos descobrimentos.* Porto, 1944.

GODINHO, V. Magalhães — *Documentos sobre a expansão portuguesa,* vol. I. Lisboa, 1924.

GÓIS, Damião de — *Crónica do Príncipe D. João.* Coimbra, 1905.

—— *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel.* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

GOMES, Diogo — *As relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde.* Versão do latim por Gabriel Pereira. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa,* n.º 5, Lisboa, 1900.

LOPES, Fernão — *Crónica de D. João I.* 2 vols. Porto, 1945.

—— *Chrónica d'El Rey D. Fernando.* «Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa, t. IV, págs. 123 e segs. Lisboa, 1793.

—— *Chronica d'el Rey D. Pedro I. Ibidem,* págs. 3 e segs.

MARQUES, J. M. da Silva — *Descobrimentos portugueses. Documentos para a sua história.* 2 vols. Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944.

MASCARENHAS — *História de la Ciudad de Ceuta.* Manuscrito de 1648 publicado pela Academia de Ciências de Lisboa. Lisboa, 1918.

MUNZER, Dr. J. — *«Itinerário» do.* Coimbra, 1932.

NAVARRETE, Don Martin Fernandes de — *Colección de los Viages y Descubrimientos Que Hicieron por Mar los Españoles.* Coordenada e Ilustrada por... 5 vols. Buenos Aires, 1945-46.

Notícia histórica e descritiva do Mosteiro de Belém, de autor anónimo. Lisboa, 1842.

OLIVEIRA, E. Freire de — *Elementos para a história do município de Lisboa,* t. II. Lisboa, 1887.

OSÓRIO, Jerónimo — *Da vida e feitos d'El Rei D. Manoel,* t. I. Lisboa, 1804.

PEREIRA, Duarte Pacheco — *Esmeraldo de Situ Orbis.* Edição comemorativa da descoberta da América, no seu quarto centenário, sob a direcção de R. E. de Azevedo Basto. Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

PINA, Rui de — *Chronica d'El Rey D. Afonso V.* «Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa», t. L. págs. 189 e segs. Lisboa, 1790.

—— *Chronica d'El Rey D. Duarte. Ibidem,* págs. 71 e segs.

PISANO, Mestre Mateus de — *Livro da Guerra de Ceuta.* Lisboa, 1915.

POLO, Marco — *O Milhão.* Porto, 1944.

RESENDE, Garcia de — *Chronica de el Rei D. João II.* 3 vols. Lisboa, 1902.

—— *Roteiro da Viagem de Vasco da Gama.* Ed. A. Herculano. Lisboa, Imprensa Nacional, 1861.

SANTARÉM, Visconde de — *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal...,* t. I e III. Paris, 1842-1843.

SANTO AGOSTINHO, Fr. J. de — *Memoria sobre huma Chronica inedita da conquista do Algarve.* «Memórias de Literatura», t. I, págs. 74 e segs. Lisboa, 1792.

SARAIVA, Cardeal — *Obras Completas*, t. III. Lisboa, 1874.

Os Sete Únicos Documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.

SOUSA, M. de Faria e — *Ásia Portuguesa*, vol. I. Porto, 1945.

TRIGOSO, M. — *Navegações de Luiz de Cadamosto a que se juntou a viagem de Pedro de Cintra.* «Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas», t. II, págs. 137 e segs. Lisboa, 1812.

ZINADIM — *História dos portugueses no Malabar.* Manuscrito árabe do século XVI, publicado e traduzido por David Lopes. Lisboa, 1898.

ZURARA, G. E. de — *Crónica da Guiné.* 2 vols. Ed. J. de Bragança. Porto, 1937.

— *Crónica da tomada de Ceuta por el-Rei D. João I.* Lisboa, 1915.

— *Chronica do Conde D. Pedro de Meneses.* «Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa», t. II, págs. 213 e segs. Lisboa, 1792.

B) *Bibliografia*

ALBUQUERQUE, Luís Mendonça de — *Algumas observações sobre o problema das latitudes na marinharia dos descobrimentos.* Coimbra, 1960.

ALBUQUERQUE, Mário de — «O descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Suas consequências nacionais e universais». *Hist. da Exp. Portuguesa no Mundo*, vol. II, Lisboa, 1939.

— *O significado das navegações: causa da conquista de Ceuta.* Lisboa, 1930.

ALMEIDA, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal*, t. II. Coimbra, 1912.

— *História de Portugal*, t. II. Coimbra, 1923.

ALMEIDA, L. Ferrand de — *A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil*, vol. I (1493-1700). Coimbra, 1957.

ARAGÃO, A. C. Teixeira de — *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, t. I. Lisboa, 1874.

— «Vasco da Gama e a Vidigueira». *Bol. da Soc. de Geog. de Lisboa*, págs. 548 e segs. Lisboa, 1886.

ARNAUT, Salvador Dias — *A crise nacional dos fins do século XIV. I — A sucessão de D. Fernando.* Coimbra, 1960.

AZEVEDO, P. de — *D. Afonso V e a Ordem da Torre e Espada.* Coimbra, 1919.

BALDAS, L. Torres — «Gibraltar, llave y guarda de España». *Al-Andalus*, vol. VII, fasc. I, págs. 161 e segs. Madrid, 1942.

BARBOSA, António — «Arte de navegar dos portugueses na época dos descobrimentos». *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, págs. 231 e segs. Lisboa, 1937.

BARRETO, João — *História da Guiné (1418-1918).* Lisboa, 1938.

BARROS, H. da Gama — *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV.* 2.ª edição dirigida por T. de Sousa Soares, t. III. Lisboa, s. d.

BASTO, Magalhães — «Pero Vaz de Caminha». *O Primeiro de Janeiro*, de 16-8-1940. Porto.

BAUDIN, Louis — *La monnaie et la formation des prix.* Paris, 1947.

BEARDWOOD, A. — *Alien merchants in England, 1350-1377.* Cambridge, 1931.

BEAZLEY, C. R. — *O Infante D. Henrique e o início dos descobrimentos modernos.* Trad. port. Porto, 1954.

BENEVIDES, F. F. — *Rainhas de Portugal*, t. I. Lisboa, 1878.

BENSAÚDE, Joaquim — *Lacunes et Surprises de l'Histoire des Découvertes Maritimes.* Coimbra, 1930.

— *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes.* Bern, 1912.

— «Estudos sobre D. João II». *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2.ª série, vol. I, págs. 243-254. Lisboa, 1946.

BERETTA, A. Ballesteros — «La toma de Salé en tiempos de Afonso X el sabio». *Al-Andalus*, vol. VIII, fasc. I, págs. 89 e segs. Madrid, 1943.

BETTENCOURT, C. A. — *Descobrimentos, guerras e conquistas dos portugueses em terras do ultramar nos séculos XV e XVI.* Lisboa, 1881.

BIGWOOD, G. — *Le régime juridique et économique du commerce de l'argent dans la Belgique au Moyen Âge.* Bruxelas, 1921.

BLANCO, R. Roman — «Anchieta não é português». *Revista de História*, n.º 15, págs. 147 e segs. S. Paulo, 1953.

BLOCH, Marc — *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien.* Cahiers des Annales, n.º 3. Paris, 1952.

— *Esquisse d'une histoire monétaire de l'Europe.* Cahiers des Annales, n.º 9. Paris, 1954.

BOVIL, E. W. — *Caravans of the old Sahara.* Londres, 1933.

BRITO, P.e Cunha — «Os pergaminhos da Câmara de Ponte de Lima». *Archeólogo Português*, vol. XIII, págs. 51 e segs.

BRITO, Mendes de — *O Infante D. Henrique (1394-1460).* Lisboa, 1942.

CAETANO, Marcello — «As Cortes de 1385». *Revista Portuguesa de História*, t. V. Coimbra, 1951.

COIMBRA, Carlos — «A rota de Vasco da Gama e as ideias do Almirante Gago Coutinho». *Diário de Lisboa*, de 31 de Dezembro de 1940.

CORDEIRO, M. Luciano — *De Como e Quando Foi Feito Conde Vasco da Gama*. Lisboa, 1892.

—— *Uma sobrinha do Infante*. Lisboa, 1894.

—— «Diogo de Azambuja». *Questões Histórico-Coloniais*, v. II, págs. 93-174. Lisboa, 1936. (Acha-se ainda *in Bol. Soc. de Geog. de Lisboa*, págs. 5 e segs. 1892).

CORTESÃO, A. — *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*, vol. II. Lisboa, 1935.

CORTESÃO, Jaime — *Le Traité de Tordesillas et la découverte de l'Amérique*. Lisboa, 1926.

—— *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro. Edições Livros de Portugal, Lda., s. d.

—— *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. Lisboa, 1922.

—— *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa, 1940. (Cadernos da «Seara Nova»).

—— «O desígnio do Infante e as explorações atlânticas até à sua morte». *História de Portugal*, t. III, págs. 373 e segs. Barcelos, 1931.

—— «A missão histórica e o problema nacional dos portugueses». *Revista Portuguesa*, t. I, fasc. 1.º. S. Paulo, 1930.

—— «Os factores democráticos na formação de Portugal». *História do Regime Republicano em Portugal*. Direcção de L. de Montalvor, vol. I, Lisboa, 1930.

—— «África Nostra, II. A tomada e ocupação de Ceuta». *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano I, Novembro. Lisboa, 1925.

—— «A tomada e ocupação de Ceuta». *Boletim da Agência Geral das Colónias*. Ano I, n.º 5, Novembro, págs. 11 e segs. Lisboa, 1915.

—— «A Expedição de Cabral (1500)». *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, págs. 1 e segs. Porto, 1923.

COSTA, A. Foutoura da — «A actividade dos descobrimentos desde a morte de D. Henrique até ao advento de D. João II». *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, págs. 357 e segs. Lisboa, 1937.

—— «O Descobrimento do Brasil». *Ibidem*, vol. II, págs. 359 e segs. Lisboa, 1939

—— «La découverte du Brésil en 1500, 22 Avril, date historique; 3 Mai, date conventionnelle». *I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 1.ª Secção: *Descobrimentos*, págs. 103 e segs. Lisboa, 1938.

—— «Descobrimentos marítimos africanos dos portugueses com D. Henrique, D. Afonso V e D. João II». *I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 1.ª Secção, págs. 265 e segs. Lisboa, 1938.

COSTA, Francisco Carneiro da — «Os Açores e o problema cerealífero português do século XV». *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*, Ano I, n.º 1, Janeiro, 1945.

—— «A cultura do pastel nos Açores». *Ibidem*, n.º 4, 1945.

COSTA, M. G. da — «Os Açores, base atlântica no século XVI». *Brotéria*, Junho, págs. 17 e segs. Lisboa, 1944.

COUTINHO, Gago — «O Roteiro de Vasco da Gama não prova a 'casualidade do descobrimento do Brasil'». *Congresso do Mundo Português*, vol. IX, t. I, págs. 35 e segs.

—— *Bartolomeu Dias*. Lisboa, 1935.

—— *Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro, 1943.

—— *Bartolomeu Dias*. Lisboa, 1953.

DELGADO, Ralph — *História de Angola*, vol. I. Benguela, 1948.

DIAS, Manuel Nunes — *A depressão monetária do século XIV e a conquista henriquina da Senegâmbia*. S. Paulo, 1959.

—— «Os campos do ouro do Monomotapa no século XVI». *Acta do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. II, págs. 122 e segs. Lisboa, 1960.

—— *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549). Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*. Vol. I. Coimbra, 1963.

—— *A organização da rota atlântica do ouro da Mina e os mecanismos dos resgates*. Separata da *Revista de História*, n.º 44, Outubro-Dezembro, S. Paulo, 1960.

DIAS, Monteiro C. — «Os precursores de Cabral. Introdução». *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. I, págs. 1 e segs. Porto, 1921.

EÇA, Almeida de — *Norma económica da colonização portuguesa até 1808*. Coimbra, 1921.

EMBID, F. Perez — *Los Descubrimientos en el Atlantico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas*. Sevilha, 1948.

FANFANI, A. — *Le origine dello spirito capitalistico in Italia*. Milão, 1933.

FERRAND, Gabriel — *Le pilote des Mers de l'Inde, de la Chine et de l'Indonesie*. Paris, 1921.

—— «Le pilote arabe de Vasco da Gama et les instructions nautiques des Arabes au XV siècle». *Annales de Géographie*, 31.º ano, págs. 289 e segs. 1922.

FICALHO, Conde de — *Memória sobre a malagueta*. Lisboa, 1945.

—— *Viagens de Pedro da Covilhan*. Lisboa, 1898.

FIGANIER J. — *Moedas árabes. Da criação do emirado espanhol à conquista de Granada (711-1492)*. Lisboa, 1949.

FONSECA, Q. da — «A arquitectura naval no tempo dos descobrimentos». *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. II, págs. 44 e segs. Lisboa, 1939.

FRANÇA, E. O. — *O poder real em Portugal e as origens do absolutismo*. S. Paulo, 1946.

FREIRE, Braamcamp — «O Almirante da India». *Archivo Histórico Portuguez*, t. I, págs. 25 e segs.

FREITAS, Jordão de — «O descobrimento do Brasil pelos portugueses antes de 1500». *Congresso do Mundo Português*, vol. IX, págs. 11 e segs. Lisboa, 1940.

—— *A vila e a fortaleza de Sagres nos séculos XV e XVI*. Coimbra, 1938.

—— «As ilhas do arquipélego dos Açores na história da expansão portuguesa». *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, págs. 291 e segs. Lisboa, 1937.

—— «A Carta de D. Afonso IV ao Papa Clemente VI». *Diário de Notícias*, de 16 de Julho. Lisboa, 1917.

GODECHOT, J. — *Histoire de l'Atlantique*. Paris, 1947.

GODINHO, V. Magalhães — «Création et Dynamisme économique du Monde Atlantique, 1439-1670». *Annales, Ec. Soc. Civ.* Janeiro-Março, págs. 32 e segs. Paris, 1950.

—— *A expansão quatrocentista portuguesa*. Lisboa, 1944.

—— «A economia das Canárias nos séculos XIV e XV». *Revista de História*, t. X, págs. 311 e segs. S. Paulo, 1952.

—— *História económica e social da expansão portuguesa*. Lisboa, 1947.

GOMES, E. Garcia — «El Parongón entre Málaga y Salé de Ibu al Fatib». *Al-Andalus*, vol. II, págs. 183 e segs. Madrid, 1934.

GROUSSET, R. — *Les villes marchandes aux XIV et XV siècles*. Paris, 1948.

HAMILTON, Earl J. — *American Treasure and the Rise of Capitalism*, trad. esp. *in El Florecimiento del Capitalismo y otros ensayos de História Económica*, págs. 1 e segs. Madrid, 1948.

HERRERA, A. — *Historia General de los hechos de los castellanos*. Madrid, 1725.

IRIA, Alberto — «O Algarve nos descobrimentos e cristianização da Guiné no século XV». *Congresso Comemorativo do V Centenário do Descobrimento da Guiné*, vol. I, págs. 193 e segs. Lisboa, 1940.

KNIGHT, M. — *Histoire economique de l'Europe à la fin du Moyen Âge*. Paris, 1930.

LAGOA, Visconde de — «Estímulo económico da conquista de Ceuta». *Congresso do Mundo Português*, VIII, t. I, págs. 72 e segs. Lisboa, 1940.

—— *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente*. Lisboa, 1942.

LANGHANS, F. P. — *A casa dos Vinte e Quatro de Lisboa. Subsídios para a sua história*. Lisboa, 1948.

LEITE, Duarte — «Os falsos precursores de Álvares Cabral». *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. I, págs. 109 e segs. Porto, 1921.

—— «O mais antigo mapa do Brasil». *Idem*, vol. II, págs. 225 e segs. Porto, 1923.

—— *Acerca da «Crónica dos Feitos da Guiné»*. Lisboa, 1941.

LENCASTRE, F. de — *Tratado das Alfândegas em Portugal*. t. I. Lisboa, 1886.

LIMA, M. C. Baptista de — «O primeiro contacto entre os portugueses e os pretos da Guiné». *I Congresso Comemorativo do V Centenário do Descobrimento da Guiné*, vol. II, págs. 23 e segs. Lisboa, 1946.

LIPSON, E. — *Introduction to the economic history of England*, vol. I. Londres, 1929.

LOBO, Costa — *História da Sociedade em Portugal no século XV*. Lisboa, 1903.

LOPES, David — «A expansão em Marrocos». *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, págs. 143 e segs. Lisboa, 1937.

LOPES, F. Fernandes — *Terçanabal e a «Escola de Sagres»*. Lisboa, 1945.

LOUBIGNAC, V. — «La procession des cierges à Salé». *Hespéris*, t. XXXIII, 1.º e 2.º trimestre, págs. 5 e segs. Paris, 1946.

LUCENA, Seco de — «Ceuta». *Mauritânia*, t. XIII, págs. 51 e segs. Tânger, 1940.

MACHADO, Franco — «O conhecimento dos arquipélagos atlânticos no século XIV». *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, págs. 269 e segs. Lisboa, 1937.

—— «Descobrimento e colonização do arquipélago da Madeira. A questão das Canárias». *Ibidem*, págs. 275 e segs. Lisboa, 1937.

MAJOR, M. A. — *Vida do Infante D. Henrique de Portugal* (Trad. port.). Lisboa, 1876

MARCHAL, J. — *Cours d'Économie Politique*, t. I. Paris, 1948.

MARGRY, Pierre — *La conquête et les conquérants de Iles Canaries. Nouvelles recherches sur Jean IV de Bethencourt et Godifer de la Salle, le vrai manuscrit du canarien*. Paris, 1896.

MARTINS, Oliveira — *A vida de Nuno Álvares*. Lisboa, 1893.

—— *Os filhos de D. João I*. Lisboa, 1947.

—— *Portugal nos mares*, vol. I. Lisboa, 1942.

—— *História de Portugal*, t. I. Lisboa, 1942.

—— *O Príncipe Perfeito*. Lisboa, 1915.

MAURO, F. — «De Madère à Mazagan: une Méditerranée atlantique». *Hespéris*, t. XL, 1.º e 2.º trimestre, págs. 250 e segs. Paris, 1953.

MENDONÇA, H. Lopes de — «Estudos sobre navios portugueses nos séculos XV e XVI». *Mem. da Acad.*, da Segunda Classe, t. VI, parte II, págs. 93 e segs. Lisboa, 1892.

—— «Do Restelo a Vera Cruz». *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, págs. 153 e segs. Porto, 1923.

—— «A batalha de Toro». *Annaes das Sciencias e Lettras*, vol. I, págs. 701 e segs. Lisboa, 1857.

MOTA, A. Teixeira da — «O problema da descoberta da Guiné portuguesa». *Congresso Comemorativo do V Centenário do Descobrimento da Guiné*, vol. I, págs. 34 e segs. Lisboa, 1946.

NEF, John — «Silver production in Central Europe (1450-1616)». *The Journal political economy*, págs. 575 e segs. Outubro, 1941.

NOGARO, B. — *La monnaie et les systémes monétaires*. Paris, 1948.

OLIVEIRA, J. Braz de — «Os navios de Vasco da Gama». *Memórias da Academia*, da Segunda Classe, t. VI, parte II. Lisboa, 1892.

OLIVEIRA, P.e Miguel de — *História Eclesiástica de Portugal*. Lisboa, 1948.

PERES, Damião — *História dos Descobrimentos Portugueses*. Porto, 1943.

—— «O Caminho da Índia; do Golfo da Guiné ao Cabo da Boa Esperança». *História de Portugal*, t. III, págs. 553 e segs. Barcelos, 1931.

—— «Política Colonial de D. João II: o Tratado de Tordesilhas». *Idem*, t. II, págs. 569 e segs. Barcelos, 1929.

—— «Lutas entre Portugal e Castela». *Ibidem*, págs. 332 e segs.

—— *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral*. Porto e Rio de Janeiro, 1949.

PERNOUD, Régine — *Les viles marchandes aux XIV et XV siècles*. Paris, 1948.

PERROY, E. — «Les crises du XIV siècle». *Annales, Ec. Soc. Civ.* Abril-Junho, págs. 37 e segs. Paris, 1949.

PIRENNE, H. — *Histoire économique de l'Occident Médiéval*. Paris, 1951.

—— «Les périodes de l'histoire sociale du capitalisme». *Bulletin de l'Academie Royale de Belgique*, Classe des Lettres, 1914.

—— *Histoire de Belgique*, t. II. Bruxelles, 1922.

—— *Les villes du Moyen Âge*. Bruxelles, 1927.

—— *Le soulèvement de la Flandre maritime de 1323-1328*. Bruxelles, 1900.

POSTAN, M. — «The Fifteenth Century». *Economic History Review*, t. IX, págs. 16 e segs., 1939.

PRESTAGE, E. — *The portuguese pioneers*. Londres, 1933.

RENOUARD, Yves — *Les hommes d'affaires italiens du Moyen Âge*. Paris, 1949.

REPARAZ, G. de — *La época de los grandes descubrimientos hespañoles y portugueses*. Barcelona-Buenos Aires (Col. Labor), 1937.

RÉVILLE, A. — *Le soulèvement des travailleurs d'Angleterre en 1381*. Paris, 1898.

R'HONI, Sidi — *História de Tetuan*. Trad. esp. Tetuão, 1953.

RIBEIRO, Ângelo — «A sucessão de Castela». *História de Portugal*, vol. III, págs. 134. e segs. Barcelos, 1931.

—— «Toro». *Idem*, págs. 134 e segs.

—— «Afonso V e Luís VI. As terçarias de Moura». *Idem*, págs. 148 e segs.

—— «O rei contra a nobreza». *Idem*, págs. 162 e segs.

—— «A conspirações dos nobres». *Idem*, págs. 181 e segs.

—— «O Príncipe Perfeito». *Idem*, págs. 191 e segs.

—— «O desastre de Tânger». *História de Portugal*, vol. III, págs. 43 e segs. Barcelos, 1931.

—— «Afonso V e o Africano». *Ibidem*, págs. 101 e segs.

—— «Regência de Leonor de Aragão e revolta de Lisboa». *Idem*, págs. 57 e segs.

—— «Regência do Duque de Coimbra». *Ibidem*, págs. 74 e segs.

—— «Alfarrobeira». *Idem*, págs. 17 e segs.

RICARD, Robert — *Études sur l'histoire des portugais au Maroc*. Coimbra, 1955.

RITA, J. G. de Santa — «Os conhecimentos geográficos do princípio do século XV». *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, págs. 213 e segs. Lisboa, 1937.

RONCIÈRE, Ch. de La — *La découverte de l'Afrique au Moyen Âge*, t. II. Cairo, 1925.

RUGE, S. — *História da época dos descobrimentos*. Trad. portuguesa. Lisboa, s. d.

SÁ, Mário de Vasconcelos e — «Os navios dos descobrimentos». *História de Portugal*, vol. III, págs. 623 e segs. Barcelos, 1931.

SAAVEDRA, E. — «La Geografia de España del Edrissi». *Boletim de la Soc. Geog. de Madrid*, t. XIV, págs. 8 e segs.

SAINT-PHALLE, A. de — *Le rôle social de monnaie*. Paris, 1953.

SANTARÉM, Visconde de — *Estudos de cartografia antiga*. 2 vols. Lisboa, 1931.

—— *Recherches sur la priorité des découvertes des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique*. Paris, 1842.

SAPORI, A. — *La crisi delle compagnie mercantile dei Bardi e dei Peruzzi*. Florença, 1926.

SAWYER, A. R. — *The Portuguese Manica Gold Fields*. Londres, 1901.

SELVAGEM, Carlos — *Portugal Militar*. Lisboa, 1931.

SÉRGIO, António — «A conquista de Ceuta». *Ensaios*, t. I, págs. 281 e segs. Rio, 1919.

SERRÃO, Joel — «Sobre o trigo das ilhas nos séculos XV e XVI». *Das Artes e da História da Madeira*, vol. I, n.º 2, Agosto, 1950.

—— *O carácter social da revolução de 1383*. Lisboa, 1946.

SILVA, Luciano Pereira da — «Duarte Pacheco Pereira, precursor de Cabral». *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. I, págs. 231 e segs. Porto, 1921.

— «A arte de navegar dos portugueses». *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. I, págs. 1 e segs. Porto, 1921.

SIQUEIRA, Coutinho J. de — «Os portugueses da Etiópia». *I Congresso da Hist. da Expansão Portuguesa no Mundo*, 4.ª secção, págs. 7 e segs. Lisboa, 1938.

SOUSA, A. Botelho de — «A Armada e o Império da Índia». *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. II, págs. 94 e segs. Lisboa, 1939.

SOUSA, D. António Caetano de — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, *das Provas*. Lisboa, 1735.

SOUZA, T. O. Marcondes de — *O Descobrimento do Brasil. Estudo crítico*. S. Paulo, 1946.

STRONG, J. A. — *History of Kilwa*. Londres, 1895.

TAEL, G. Mac Call — *The Portuguese in South Africa*. Cape Town, 1896.

— *History of Africa South of the Zambezi*. Londres, 1909.

UNWIN, G. — *Finance and trade under Edward III*. Manchester, 1918.

VASCONCELOS, Frazão de — *A fortaleza de São Jorge da Mina, glorioso padrão do império. Plano para a sua recuperação*. Lisboa, 1934.

VIEIRA, D. F. — «A evolução do sistema monetário brasileiro». *Revista de Administração*, Ano I, n.º 2, Junho. S. Paulo, 1947.

VITERBO, Sousa — *Trabalhos Náuticos dos Portugueses dos séculos XVI e XVII*. Lisboa, 1898.

— *A batalha de Touro. Alguns dados e documentos para a sua monografia histórica*. Lisboa, 1900.

— *Pero Vaz de Caminha e a primeira narrativa do descobrimento do Brasil*. Lisboa, 1902.

— «D. Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha». *Archivo Histórico Portuguez*, t. VII, págs. 432 e segs.; t. VIII, págs. 34 e segs. Lisboa, 1909-1910.

WELCH, S. — *Europe's Discovery of South Africa*. Cape Town, 1935. (Há trad. port. Lourenço Marques, 1950).

— *South Africa under King Manuel*. Cape Town, 1937. (Há trad. port., Lourenço Marques, 1950).

Documentário

Hystorya dos Cercos

Que os Olandezes puzerão à Fortaleza de Mozambique o Anno de 607 e 608.
Sendo Capitão e governador della Dom Estevão de Atayde

Dirigida ao Illustrissimo Senhor Dom Francisco da Gama Almyrante do mar da Indya e prezidente do Concelho della

Copyllada por Antonio Durão Soldado dos mesmos cercos

Introdução e notas de
A. MEYRELLES DO SOUTO
(da Academia Portuguesa de História)

Aos soldados de Portugal, que em terras de Moçambique se bateram ou estão de sentinela, sempre com os olhos postos na grandeza da Pátria.

INTRODUÇÃO

Na Biblioteca da Ajuda existe um manuscrito, in 4.º, encadernado em pergaminho, com a cota 51-IV-36, provindo da Livraria do Conde de Vimioso, onde tinha o indicativo C n.º 91 volumes 1.

Foi seu autor Antonio Durão, «soldado da India», que tomou parte nos Cercos que descreve, e se identifica, referindo-se aos camaradas, «os meus companheyros e naturais».

Logo, era português, nacionalidade que se denunciava já na fluência do fraseado da narrativa.

Consta de 20 capítulos, todos numerados e com seu título, no total de 107 fólios, também numerados e escritos nas 2 páginas.

O estado de conservação é bastante bom, se se descontar o corte feito em algumas folhas pela tinta de ferro.

Escrito por duas mãos, a segunda a partir da pág. 32, é provável que a primeira seja do original, porque a assinatura do Autor está acompanhada pelo desenho com que nesses tempos (século XVII e até depois) se autenticavam as rubricas.

A data e o local da feitura estão patentes a página 2: «degoa ẽ de dezembro 13 de 609».

É, pois, códice coevo dos acontecimentos, e isso lhe multiplica o valor: escrito por quem foi «testemunha de vista», «companheiro em todos estes trabalhos» e, depois, «se recolheu a uma escrevaninha».

* * *

Na biblioteca da Academia de Ciências (ms. 384 azul) está também um manuscrito sobre o mesmo assunto — os Cercos de Moçambique — sem nome de autor; *pelo contexto, verifica-se*

não passar de resumo do anterior, feito, provàvelmente no século XIX, a dar fé a uma apostila no rosto, que diz:

«Segundo a censura do Snr. Trigoso, lida em 7 de Abril de 1824, deve ficar no cartório».

Aliás, tem sòmente 72 páginas e não refere, portanto, muitos dos sucessos. O seu capítulo 14 «Forãm muitos os prodigios deste cerco e forão revelados os sucessos dos 25 a huma santa mulher por Maria S.ma» só tem o título, sem texto algum.

* * *

Em 1937 o lusófilo Edgar Prestage, de colaboração com C. Boxer (autor das notas), publicou — com índice em português — no III volume do Arquivo Histórico de Portugal *uma reedição da obra datada de «Madrid 1633» — «Cercos de Moçambique defendidos por Don Estevão de Atayde, Capitan General y Governador de aquella Plaza escritos por Antonio Duran, soldado ... Año de 1633 Madrid», segundo exemplar encontrado no Museu Britânico.*

Em 1952, o Cónego Alcântara Guerreiro fez outra reedição, em Lourenço Marques, do mesmo original, seguindo o exemplar que se acha no Arquivo Histórico de Moçambique. Não lhe apôs qualquer nota.

Apesar de serem traduções da «Hystorya», que agora se publica, é de notar que, no seu capítulo XIIII foi omitido todo um parágrafo do 15.º português, que começa: «O P.e Frey João Lobo» até ao fim do capítulo.

E também falta, por inteiro, o 14.º do nosso, donde resulta as edições espanholas terem XIX capítulos, enquanto o original tem 20 e o XIIII espanhol corresponder ao 15.º português e assim sucessivamente.

Há apenas coincidência de números (romanos nas espanholas e árabes no português) até ao n.º XIII (= n.º 13.º).

Quer dizer:

Como foi objecto de comunicação minha à Academia Portuguesa de História, em sessão de 16 de Novembro de 1962,

D. Álvaro de Atayde, filho do herói dos Cercos, D. Estêvão de Atayde (falecido e enterrado na Ilha e despojado dos seus bens por ordem régia, post-mortem*) quis reabilitar a memória de seu Pai e ofereceu e dedicou ao Conde-Duque de Olivares, a 1.ª edição (datada de 1633, Madrid) do trabalho de António Durão,* traduzido em castelhano, *antepondo-lhe alguns documentos justificativos e 4 sonetos laudatórios da autoria de outros tantos fidalgos portugueses, e alusivos a seu Pai, D. Estêvão.*

Não sei se obteve o êxito desejado ...

Desta edição espanhola é que Prestage e Guerreiro se serviram (como digo acima) em 1937 e 1952, respectivamente, ignorando todos, que, a dois passos, ali na Ajuda, jazia um códice, mais antigo 24 anos e com toda a segurança *de ser, se não totalmente o original, pelo menos a sua cópia* mais antiga *— e isso de certeza.*

Os Cercos foram em 1607 e 1608 e o ms. da Ajuda é de 1609!

É este que ora se dá à estampa, integralmente, *sem em nada o alterar, pois os Cercos postos à fortaleza de Moçambique, pela gloriosa defesa, não só pertencem de direito próprio aos fastos brilhantes do nosso Ultramar, como o salvaram de derrocada imediata.*

Com efeito, se a fortaleza de S. Sebastião tivera caído em mãos holandesas, todo o comércio, todo o tráfego, toda a navegação do Índico lhes ficava na posse, pois a Ilha de Moçambique era, insubstituìvelmente, *o porto de arribação e refresco obrigatório e normal das naus que, saídas de Lisboa, se dirigiam à Índia. Aí se reabasteciam da longa jornada* directa, *e descansavam e faziam aguada para a travessia do Índico.*

Como Prestage, com assisada justeza, frisa:

«A perda de Moçambique acarretava a perda de toda a Índia portuguesa».

E caída a Ilha, Sofala se lhe seguiria num ápice ...

Pondo-os a par, como valor histórico e nacional, dos celebrados Cercos de Diu, não se me afigura fazer-lhes exagerada

justiça, exalçando-os, em detrimento daqueles: são todos quadros gloriosos da nossa brilhantíssima gesta de Além-Mar.

Dedicando este trabalho aos meus companheiros de armas que, hoje, no século XX, ou se batem nas terras adustas do nosso Congo ou estão de atalaia nas da Guiné e nas moçambicanas, do Rovuma ao Zambeze, do Save aos Libombos, presto a todos eles — soldados de Portugal, alguns dos quais comigo Além serviram — a minha modesta homenagem, bem sincera, e comovido preito de gratidão, como português de lei.

As notas, ligeiras, a acompanhar a leitura têm apenas o intuito de, sem pretensões, lhe facilitarem a apreensão.

Manteve-se com todo o rigor, *a ortografia original com seus erros patentes, Mocambique, Mosambique, çerco, consolacam, destroir, etc., etc.*

A redacção é tudo quanto há de mais despretencioso, simples, claro, intuitivo, modelado nos tempos precedentes ao Gongorismo, por quem não tem pretensões a escritor (ele o diz de si mesmo), e da mais fácil leitura.

Supomos ter trazido a lume, — neste momento em que tanto precisamos exaltar os nossos antepassados gloriosos —, umas páginas de grandeza simples, sem vanglórias, mas épicas.

Indo buscá-las ao esquecimento onde jaziam, duma só feita se marcam dois pontos: a narrativa primeira foi redigida em português *(é esta)* e o seu autor *era, também,* nacional nosso.

Trazemos, deste modo, para a historiografia lusíada e para a literatura portuguesa dois valores incontestáveis, — texto e escritor — até agora de todos ignorados.

Hystorya dos Cercos

Que os Olandezes puzerão
a Fortalleza de / Mosambique
o Anno de 607 e 608. /
Sendo Capitão e Governador
della Dom / Estevão de Atay-
de

Dirigida ao Ilustrissimo
Senhor Dom / Francisco da
Gama Almyrante domar
da In/dya e prezidente do
Concelho della.

Copyllada por Antonio Du-
rão Soldado/dos mesmos
Cercos

41

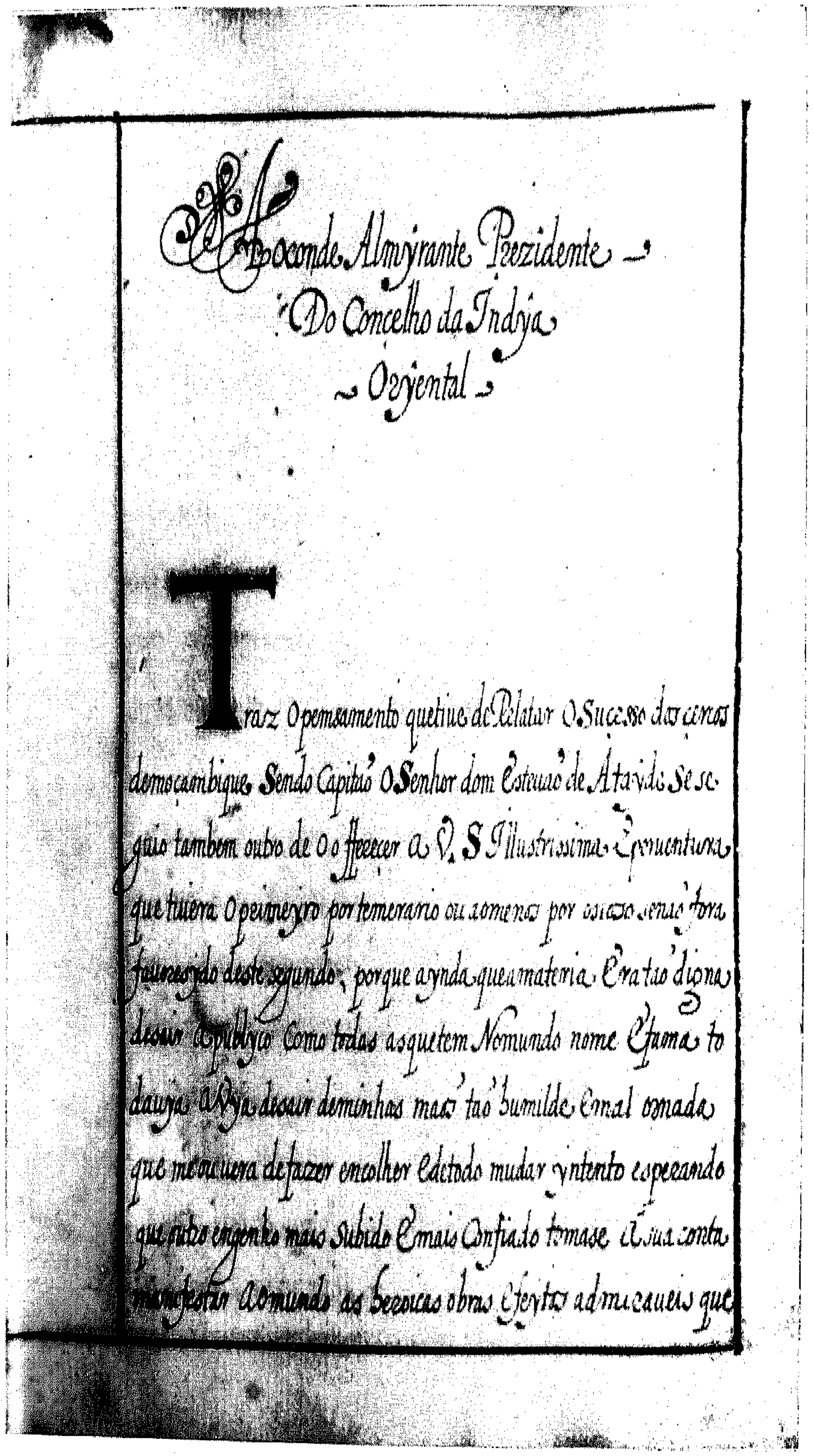
51
IV
36

HYSTORYA DOS CERCOS

Que os Olandezes puzerão A fortalleza de Mosambyque o Anno de. 607 e 608. Sendo Capitão e gouernador della Dom. Esteuão de Atayde

Dyrigida Ao Illustrissymo Senhor Dom Françisco dagama Almyrante domar da Indya e prezydente do Conçelho della

Copyllada por Antonyo Durão Soldado dos Mesmos Cercos


Ao conde Almyrante Prezidente
Do Concelho da Indya
Oryental

Traz O pensamento que tiue de Relatar O Sucesso dos cercos demoçambique Sendo Capitão O Senhor dom Esteuão de Atayde Se seguio tambem outro de O offerecer a V. S Illustrissima E poruentura que tiuera O primeyro por temerario ou aomenos por osioso senão fora fauoresydo deste segundo, porque aynda que a materia Era tão digna desair apublyco Como todas as que tem No mundo nome E fama todauya auya desair deminhas mãos tão humilde E mal ornada que me ouuera defazer encolher Edetodo mudar yntento esperando que outro engenho mais Subido E mais Confiado tomase à sua conta manifestar aomundo as heroicas obras E feytos admiraueis que

Ao conde Almyrante Prezi-
dente Do Concelho da Yn-
~ dia Oryental ~

Traz o pensamento que tiue de Relatar o successo dos Çercos demoçambique sendo capitão o Senhor don esteuão de Atayde se seguio tambem outro de o offereçer a V. S Illustrissima é poruentura que tiuera o primeyro por temerario ou ao menos por osioso senão fora fauoresydo d'este segundo, porque aynda que a materia era tão digna de sair a publyco como todas as que tem No mundo nome é fama todauya auia de sair deminhas mãos tão humilde e mal ornada que me ouuera de fazer encolher e de todo mudar yntento esperando que outro engenho mais subido e'mais confiado tomase à sua conta manifestar ao mundo as heroicas obras e feytos admiraueis que // os poucos portuguezes que em Mosambique se [2 v]
acharão Nestes dous Cercos Commetterão. Mas vendo que aprimeyra mão que este piqueno tratado ocupasse auya de ser a de V. S. me pareçeo logo q̃ a estendia em meu fauor cauzando em mĩ nouo anymo e'brjo para Romper por todas as difficuldades que se me offeresyão porque se o pouco que de mĩ conheço me cauzaua Justos reçeos, a grandeza de V. S. me por mettya a todo o fauor e emparo Nem só me quero ualer de Rezão comũa como he a os grandes fauoreçerem piquenos primsipalmente quoando se acolhem a seu emparo e proteição, mas doutras muitas.

Primeyramente mo deue V. S. por soldado da indya onde mylitey debaixo de sua bandeyra sendo V. S. Capital geral e Visorey della e seus Capitaes famosos se custumão afeiçoar tanto as provinsias que conquistarão ou gouernarão que uem a tomar os nomes dellas como lemos dos africanos, dos Namydicos Macedonios asiaticos. V. S. deue ser muito affeiçoado aesta e atodas suas couzas pois não somente a gouernou feli-
çemente [algũs (sic) mas] foi conquistado e'descuberta // por seus ante- [3]
passados e aynda que della não tomassẽ o nome todauya nella eternizarão o que tinhão e ella o fez e fara famozo por todo o mundo emquoanto elle durar. Outra Rezão mais particular me faz confiado e he uer que escrevo as obras valerosas que os portugezes fizerão em Mocabique por defender aquella prymeira Crus de cristo Nosso S.or que nella aruorou o

Illustrisymo Snor Dom Vasco da gama (1) *Vysauo glorioso de V. S. Presiza obrigação lhe fica logo de defender esta obra pello que nella lhe vay que se con a caza susedeu tambem nas obrigações de tal progenitor. Veya quoanta teria o S.r dom Vasco aos que ental ocazião nos achamos, defendendo aquella primeyra Planta sua, e primsipio da deleytação de Nossa feé, en todo este estado Primsipalmente que me confeço por ynfirior a todos em escreuer, todauya trabalhey pello não ser aos outros em a defender.* ~

Finalmente se por dessendente da Illustrissima estirpe dos Gamas esta V. S. obrigado a amparar e defender as couzas da India, e esta em particular; não o esta menos Por Tayde q̃ acustumarão defender toda
[3 v] *por cuia comfirmação bastará relatar somente o Conde de Attouguia Dom luis de Atayde* (2) *cuias obras marauilhozas Nunca o tempo poderá por em esquesimento aynda que tenha postas outras muito grandes o quoal exçedendo a muytos, a ninguem çede. porque aynda quenão conquistou denouo este estado, todauia todo o defendeo e não mereçe mais louuor o que conquista denouo que o que defende e' conserua o conquistado comforme Aaquelle dito tão verdadeyro como bem Recebido.*

¶ *Non minor est uirtus quam quærer parta tueri.*

Alem disso os que conquistarão o forão fazendo pouco a pouco em diuersos tempos maeste (sic) vallerosissimo Capitão deffendeo. A Indya toda num mesmo tempo pois coniurados todos os Reis vezinhos e unidos entre si pretendião lançar os Portugezes della o que poruentura effeytuarão se elle a não gouernara naquelle tempo.

Taide era tambem o Senhor dom Aluaro quetão pertinasmente defen-
[4] *deo a fortaleza // de Maluco como he Notoryo ao Mundo. Não sem grande admyração de todo elle. De tal pay aprendeo o Snõr Dom esteuão* (3) *a*

(1) «*Arvorou Dom Vasco...*»

«La segunda vez que tornou à India Dom Vasquo deixou hy feeytoria asentada e ffeitor nela» (Titulo da fortaleza de Moçambique).

Simão Botelho. «Tombo do Estado da India», Lisboa, 1868.

(2) *Vid.* notas finais.

(3) «*De tal Pay aprendeo o Sr. Dom Estevão*».

Lê-se no *Registo da Casa da India* (N.º 992):

«A Dom Estevão de Atayde, filho de dom Alvaro de Atajde, a capitania de Chaul e isto pelos serviços que seu pay fez na fortaleza de Maluco sendo capitam estando de cerco todo o tempo sofrendo muitos trabalhos; e por se perder vindo de Maluco e por falecer na nao sao pedro vindo pera o Reyno. Lisboa 22 de Março João Torres a fez anno 1583» (Luciano Ribeiro).

— Vê-se, pois, que D. Estêvão já viera de Chaul para Moçambique. Aqui ganhou fama, faleceu, jaz — e foi arruinado por intrigas *post-mortem*, servindo o seu espólio para reconstruir a fortaleza que, vivo, tão galhardamente defendera. Assim, mesmo morto, serviu a Província e a Pátria!

defender a fortaleza de S. Mg.de não em hũ só cerco mas em muytos mostrandosse verdadeyro Tayde em ser valleroso defensor. Seya o V. S deste tratado que aynda que apoucado, não hão de ser poucos o que o persigão. Mas se eu à sombra de hum Tayde não receey as armas de ymigos Olandezes tambem debaixo do emparo de outro que he gloria de todos elles não recearey as lingoas dos ocyosos ficando para sempre obrigado ao Seruisso de V. S.a cuya Illustrissima pessoa e' estado. D's guarde por largos annos, de Goa e' de Dezembro 13. de 609.

Antonio Durão

Carta de Dom Esteuão de Atayde
Ao Padre frey Antonyo Degouuea ~

Sempre me parecerão melhor os louuores merecydos que // publy- [4 v]
cados e'assĩ se fora pello meu particular poruentura não dera orelhas aos que seme offereçerão neste tratado em queso relatão os successos que tiue nos cercos de Moçambyque mas considerando bem as couzas achey que senão deyxasse diuulgar poderya ser mais notado de yngrato que encolhydo porque quoanto os successos forão mais extraordinarios e' as uictorias admiraueis mais se deixa entender serem merçes de D's grangeadas por elle alcançadas com seu fauor. O que poderá negar mal quem vyo mil e quinhentos homens tambem armados tambem disciplinados tão prouidos de artilherya e' munições e petrechos de guerra partidos de olanda não mais que a fim de çercar hũa fortaleza de quem sabião quenão tinha gente deprezidyo pouca artilheria, mal encaualgada e'tão custumada anão ter guerra, que de fortaleza não tinha mais q̃ o nome e para cuya defenção não acharão mais que sessenta companheyros que pudessem tomar as armas. porque toda a mais gente qua ella se recolhya mais podia seruir de quebrar o anymo a estes que de lho acreçentar. E estes puderão tanto que não só deçercarão a fortaleza mas queymando
e'destruindo todas as ma // chynas, que os ynimigos trazião os fizerão [5]
embarcar com tanta pressa quenão só deyxarão porte de arlherya (sic) mas aynda das armas e' uestidos particulares com perda demais detrezentos que ficauão mal cubertos de terra, e querer emcobrir estas marauilhas que D's obrou serya ymitar o ingrato Rey Achab. que não queria uer milagres ainda que fossem proueytosos por que D's não fosse por elles gloriffіcado. E'lle deue ser por estes que em minha prezença obrou

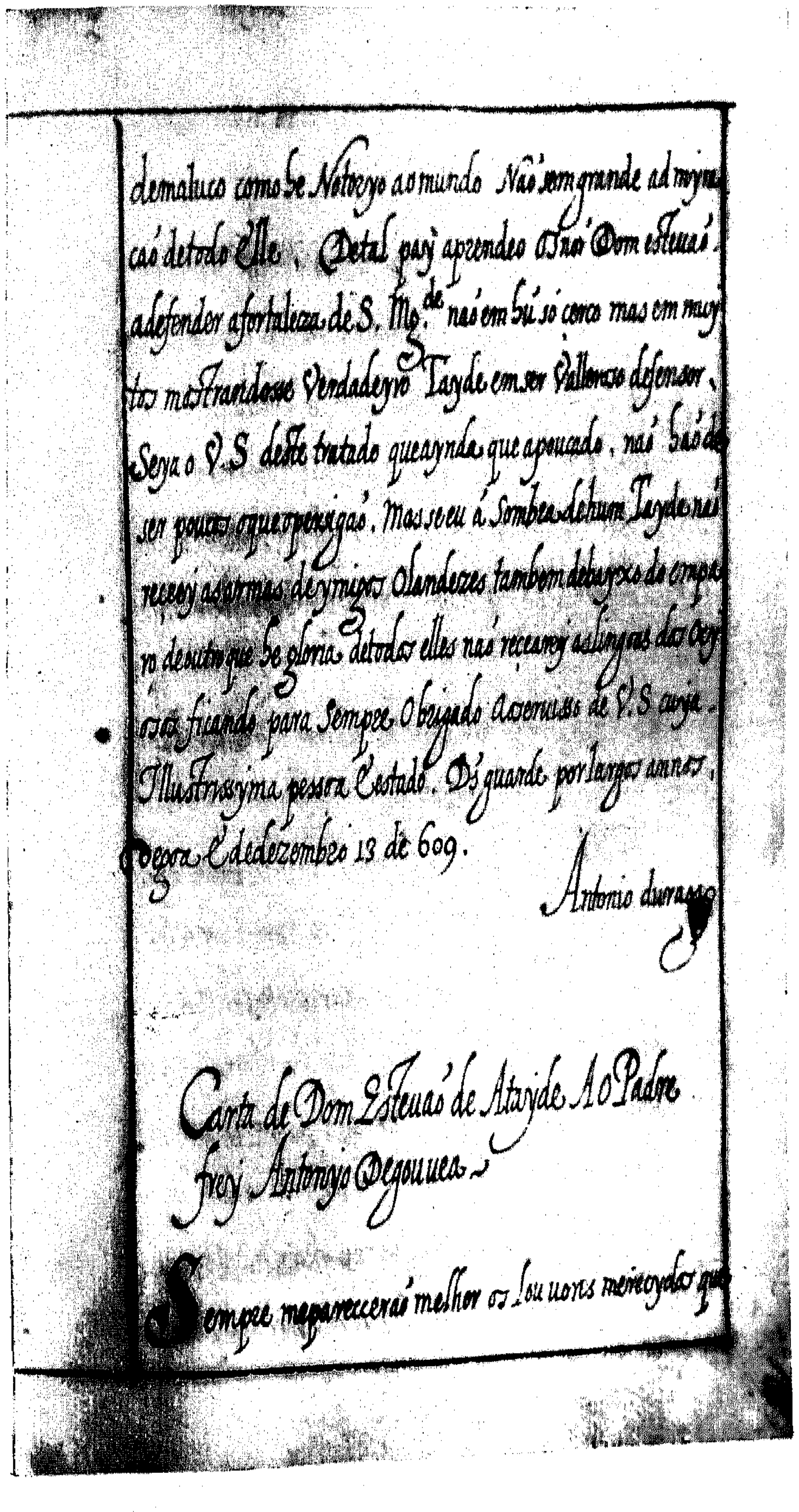
Tambem Pede a razão que se acuda pellos soldados da Indya a quem alygeireza das naos. Olandezas, e' a destreza de sua artilhyria tinha roubado inyusta mente parte dafama que nella tinhão ganhada e' diuulgão pello mundo que ya não erão os que forão e'como nestes cercos fique manifesto que as naos que tinhão tomado o fizerão amercadores e'não a

soldados e' se alguñs successos bons tiuerão os deuem mais à força desua artilherya, quenão a de seus braços pois as uezes quyerão as maõs conosco forão com ellas na cabeça. sendo onumero dos nossos tão poucos contra tantos como os seus erão, heyusto // que se publyque este tratado
[5 v] *e' se restitua o seu a seu dono e' com estar, conuencydo destas Razões, e deseiar ya que o tratado saia a publyco todauya não opermittirey sem que primeyro seya uisto. e' limado por V. Paternidade, auendo que sera bem recebido de todos se V. Paternidade yulgar que o mereçe'. Não se offereçe mais de caza hoye 22. de Nouembro de 609.*

¶. Dom esteuão de Atayde

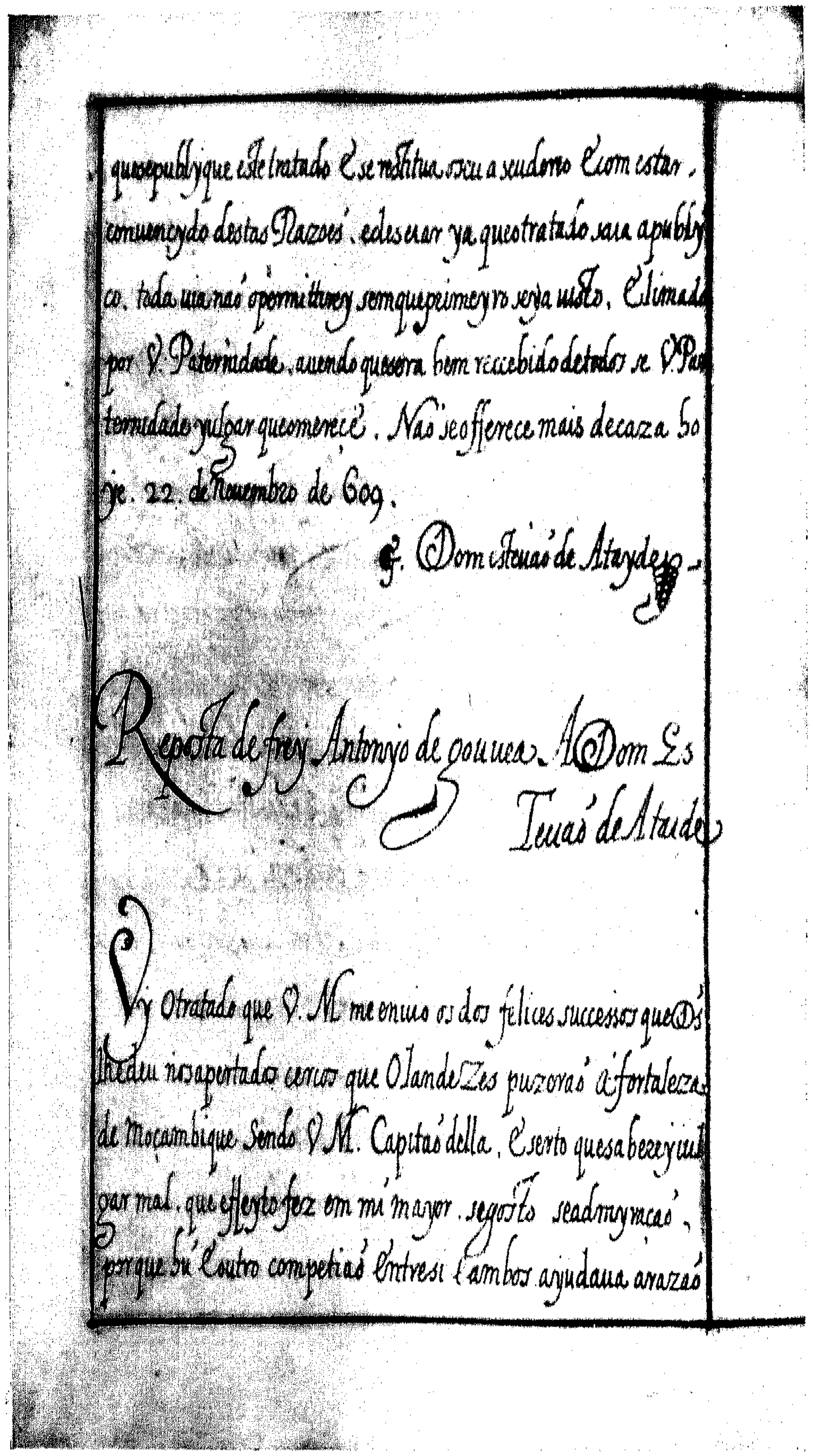
Reposta de frey Antonyo de Gouuea A Dom EsTeuão de Ataide

Vy o tratado que V. M me enuio os dos felices successos que D's lhe deu nos apertados cercos que Olandezes puzerão a fortaleza de Moçambique sendo V. M. Capitão della, e' serto que saberey iulgar mal. que effeyto fez em mi mayor, segosto, se admyração, por que hũ e' outro competião e'ntresi eambos ayudaua arazão // : Crescya o cõtemtamento
[6] *e' gosto vendo restituida a fama e' nome portuguez à sua antiga e' deuida gloria. e' isto pello esforço, valor e prudensya de V. M a cuyo seruiço por tantos titulos estou obrigado; para que se a razão geral da patria e' natureza me daua grande parte no contentamento Onyuerçal entre todos os portugezes, a particular de Capellão tão afeyçoado o subisse dequilates e' o realçasse mais. A admiração tem tantas rezões porsi quenão será marauilha se for muito grande porque sendo forçado crer por mais que uerdadeyros os successos que se relatão sabemos mal attinar nos meyos comque se alcançarão. Vemos sessenta soldados somente que V. M tinha em sua companhya e' estes todos necessariamente obrigados a defenção de quoatro balluartes da fortaleza, que repartidos por V. M ficarão quinze para cada hũ assistindo todos elles em seu lugar de dya e denoite. Agora pergunto quem fazia a sobrerolda. quem guardaua e' uigiaua os mais panos de muro tão descubertos como compridos, e' mal artilhados quem os entulhaua para resistir a furia da artilheria ynimyga e quem salhaua e preparaua a nossa? a quem a longa paz // e'*
[6 v] *quietação da terra tinha pryuada não só deseus comdestables mas aynda dos Repayros e' lançada por terra como instrumento pouco Necessaryo Quem fazia os asaltos no Campo ynimigo' e' emfim, quem reparaua continuamente os continuos danos que de dya e' denoite os ynimigos fazião consua Bateria tão continua como Reforçada? Nũa fortaleza que por algũas partes estaua aynda ymperfeyta. e' en nehũa tinha perapeito, nem ameias, e se alguem mediser que cestoes ou saccos de terra são*


demaluco como se Notorio ao mundo Não sem grande admyra
cão detodo elle. Detal paij aprendeo o Snõr Dom esteuão
adefender afortaleza de S. Mg.de não em hũ só cerco mas em muy
tos mostrandose Verdadeyro Tayde em ser Valleroso defensor.
Seya o V.S deste tratado queaynda que apoucado, não são de
ser poucos oque o perigão. Mas se eu á Sombra dehum Tayde não
recey as armas deynimigos Olandezes tambem debayxo do empa
ro desuo que se gloria detodos elles não recearey as lingoas dos Oey
osos ficando para Sempre Obrigado ao seruiso de V.S cuya
Illustrissyma pessoa e estado. Ds guarde por largos annos.
Degoa e de dezembro 13 de 609.
Antonio durasso

Carta de Dom Esteuão de Atayde A o Padre
frey Antonyo Degouuea.

Sempre meparecerão melhor os louuores merecydos que


quoepublyque este tratado e se restitua, o seu a seudono e com estar convencydo destas Razões, edeseiar ya queotratado saia apublyco, toda uia não opermittirey semqueprimeyro seya visto, e limada por V. Paternidade, auendo queseia bem recebido detodos se V. Paternidade yulgar quomerece. Não se offerece mais decaza. Goje. 22. de Novembro de 609.

Dom Esteuão de Atayde

Reposta de frey Antonyo de gouuea A Dom Esteuão de Ataide

Vy Otratado que V. M. me enuio os dos felices successos que Ds lhedeu nos apertados cercos que Olandezes puzerão a fortaleza de Moçambique sendo V. M. Capitão della. E serto quesabereyiulgar mal, que effeyto fez em mi mayor. segosto seadmyração, porque hu e outro competião entresi e ambos ajudaua arazão

os ordynarios repayros em semelhantes occaziões dygo que he verdade mas que forças erão bastantes para todas as noites fazer Repayros denouo porque todos os dias anoitecerão desfeytos, os que a noite atraz se tinhão posto, e'assy ficaua quasi frustrado o trabalho dos nossos. que sendo tão grande não pode ter repouzo de dya Nem denoite. Não pode logo deyxar de nos admyrar vendo quão ympossiuel era o sono e quão difficultoza uigia tão continua e' se alguñs se custumarão a domir (sic) por breue espaço em pé arrimados as espadas ou alabardas aprenderão de V. M. que enquoanto durarão os cercos não teue outra cama nem outro sono mais descançado.

quero deyxar o trabalho corporal e' uir a affligão // do espiryto interior que não deuya trazer menos apertado animo de V. M. do que os rebeldes tinhão a sua fortaleza vendo que estaua tão impossibilitado para ser socorrydo como Nessesytado de socorro, Vendo que sendo os companheyros tão poucos lhe hião faltando cada dya. [7]

Vendo que podya faltar a agoa, e' mantimentos, e' que ya faltauão as monyções; Vendo dentro da fortaleza tanta multidão de gente inutil. S. molheres, mininos e'uelhos que por mais que imcobryão as lagrimas, todauya descobrião nos rostros o temor frio que lhe occupaua os corasões, andando todos asombrados do terribel estrondo que incansauelmente andava por todo oar repetindo pellos e'ccos das concauidades das serras Vezinhas. Mas destes Ynimigos interiores que combatyão seu animo não ficou V. M. menos uictorioso que dos rebeldes trrazendo os tão reprymidos que nem hũ piqueno sinal dealgũ destes reçeos permityo nunca sair-lhe ao Rostro, antes o trazya sempre tão cheo de alegria e'confiansa, que a comunicaua atodos os que de sua Vista trazião dependuradas suas esperanças.

Grande louuor e gloria mereçeo sempre // No mundo quem defendya algũa cydade de poder deseus inimigos e'assi o premyo que o Romanos dauão asemelhantes pessoas. e'ra hũa Coroa. Yulgando por ella que deuya dominar aos outros quem os sabya e'podya defender. São logo deuidas a V. M. não só muitas coroas, mas muito differentes das outras pois não defendeo os seus de hum cerco mas de muitos com tais circunstancias quenão acho entre os antigos ou modernos comquem o aya de comparar sem lhe fazer aggrauo. porque aynda que na obstinação que tiuerão os companheyros. e' defensores destes se pareção aos Saguntinos, todauya tiuerão o fim mais felice' eglorioso. Algũa semelhança destes teue o duro e' pezado cerco que o Snõr Dom Aluaro de Atayde sustentou na fortaleza de Maluco, mas não teue companheyros tão fieis como V. M. pois lhe foy necessaryo defenderse de dya do impeto dos Ynimigos, e' denoite da couardya dos seus. sendo-lhe forçado trazer numa mão a espada, e na outra aschaues da fortaleza; estas para que lhe não abryssẽ a borta (sic). aquella para que lhe não entrasse omuro. Detal pay herdou V. M. o animo [7 v]

e e'sforço com que vallerozamente se defendeo e'ofendeo aos ynimigos, e do Conde dom luis de Atayde seu tio, mais que esforço, e' ualor por-
[8] *que // a estas uirtudes. (que nelle forão raras) ayuntou tal prudencya gouernando estes estado, (sic) que tendo-o quasi todo deçerco, o não sentião os cercados e'entodos lhe conçedeo D's tão prosperos sucessos, que acquirindo para o estado longa quietação, e muitas riquezas, acquirio para si ymmortal fama, e Nome glorioso*

Verdade he que aynda q̃ os fauores que o Ceo fez a V. M. forão muy differentes porque O Conde com artifisio grande. e' bellyca astucia chegou dizem) afazer soldados de palha para con elles encher os lugares dos uerdadeyros que faltauão e' atemorizar os ynimigos, que uendo não faltar gente nos muros e' sobeyar nos nauios perdião o animo e' desconfiauão dauictoria, mas V. M. não teue necessidade deste artificyo pois lhe mandou o Ceo não soldados phantasticos, mas uerdeyros (sic) como seuio naprymeira sahida que aquelles uinte e sinco fizerão aos quais visilvelmente (sic) acompanharão os soldados do exercyto Celestial com cuia ayuda não seria de estimar o que fizerão se elles os conhecerão, mas
[8 v] *será digno delouuor eterno oque cometterão sen entender o fauor // quetiuerão senão despois derecolhydos na fortaleza onde querendo engrandeçer hum a outro o que lheuira fazer a seu lado, se dezenganauão. todos que não erão os que ymaginauão aquelles que uirão peleyar con tal esforço; donde ynfiro oanimo comque os nossos combaterião insitados com o exemplo de emulação dos que ymaginauão ser seus custumados companheyros.*

Contais fauores e'tão manifestos; comtais victorias, e'tão ymportantes, obrygado fica V. M. a dar aquem lhas deu infinytas graças com que não somente fica cumprindo com a obrygação de Capitão Christão. mas tambem se faz capaz de alcançar outras merçes mayores da mão de hum D's tão benigno que se dá por tão satisfeyto dos beneficios passados com o aguardesimento delles que se obriga a fazer outros denouo. Assy o ten dito pello propheta Dauid no Ps. 49. ¶ Sacrificium laudis honorificabit me, et illic iter quo ostendam illi salutare dei. ¶ O sacrificyo que mais mecontenta he ho das graças, e louvores que se me dão e'emfim este he o caminho por onde alcançarão demi tudo quanto pretendem.
[9] *Não perca V. M. este caminho para as nouas pretençõ- // es e' conquistas em que S. Mg.^{de} o tem com muita razão metido por que Vltra de que ajustiça pede que restaure V. M. a fz.^{da} que perdeo em tantos cercos, e'portantas Vias, aprudencya ensina a escolher para as emprezas capitães bem afortunados nellas como o fizerão os Romanos, elegendo sempre para as guerras de Africa Capitães da familia dos Scpiões (sic) e'cornelios pellos bons' sucessos que os desta familya naquella proVincya*

tiuerão e'pois a familya dos Taydes he tambem afortunada na Indya (não falo na dos Castros, porque ainda q̃ o estado lhe não deua menos. deue ella menos a V. M. pois tendo tanto della não quiz que o conhecessemos senão por Tayde). Iusto he que a Indya o escolha para empreza tão ymportante primcypalmente podedno dizer com verdade o que Abimelech, e outros Capitães dyserão ao patriarcha Isac. ¶ Vidimus dominum esse tecum ~ Que marauilha he que nos busquemos se uimos que o S.^{r} nos acompanha. e'fauorece. Quem deuia logo ser escolhido para as nouas emprezas de Africa. (pois em seus limites fica esta Conquista). senão hũ nouo Scipião, hum Tayde bem afortunado en toda a Indya, hum Capitão fauorecydo de D's e' ajudado delle ~

Tambem todo este estado, e' ayndia toda a nação portugueza está [9 v] *a V. M. muito grande obrigação. Vendo restaurada sua onra e' fama por seu meyo.*

Estauão publicos no mundo os males, que os Rebeldes Olandezes tinhão feyto na yndia, mas não estaua publica a causa delles: porque quem visse algũas naos nossas rendidas as suas; algũas queimadas por suas mãos, outras leuadas a seus portos para testemunhas de seus triumphos. e'alguñs fidalgos, e' cavalleiros nossos. catiuos, e' aferrolhados em seus grilhões, imaginaria que nossa antiga fama, e nome tudo vinha aredundar em mayor gloria do inimigo vencedor, pois pella grandeza do Vencydo costuma ser estimada a Victoria dequem a alcança, sendo assi que nunca Vierão com nosco a golpe de espada, antes nunca os comettemos que não fogissẽ e' só fiados na multidão de sua artilheria, c' destreza de seus comdestables rodeauão nossas naos, e as desenxarceauão demaneyra que era forçado a nossos passageiros entregarem-se em suas mãos por não serem (sem porueyto algũ) mantimento de peixes mas nunca chegarão a abalroar nao nossa, nem qui- // zerão algũa hora [10] *contenda com nosco de perto. e' esta a que se atreuerão dos Cercos que puzerão a V. M. foy por estarem confyados napouca resistencya que sabyão ter aquella fortaleza assy demonições e'artilheria como de defensores e gente de guerra e'na multidão de seus combatentes, apparelhados tantos annos antes p.^{a} este efeyto, dos quais saindo vencidos e' desbaratados pellas mãos de V. M. fiqua manifesto ao mundo quão enfiriores nos seyão no esforço, e valentia, e'quoão pouco sedeuiasees (sic) braços nos bons sucessos que na Yndia tinhão alcançado.*

E pois V. M. uençeo quoal outro dauid ynimigo ate então tão temido, bem lhe conuem o louuor que a elle se deu. na morte do gigante quoando lhe cantauão. ¶ Qui abstulit opprobrium de gente. tirando da opinião dos homeñs esta afronta, e'pprobrio (sic). que tão yustamente padecião os portugezes. ¶ deiecit exultationem golia: e'aquelle bryo. e altiuez que estes ynimigos hião criando. V. M. foi o primeyro q̃ o abateo, e' omilhou dando motiuo aos mais paraterem em menos conta inimigos

[10 v] *contanta facilidade uencidos: // e' não tenha V. M. esta por piquena gloria porque realmente he muy grande e' muy digna de se estimar porque os ynimigos não só mente se hião ajudando ya de sua artilheria, mas dos fauores de sua fortuna, e dos reçeos de alguns nossos, e' contra todas estas foy V. M. o primeyro que fez rosto, e lhe fez voltar, as costas.* ~

Estauão lá douidosos os filhos de jsrael uendo o mar roxo aberto, e' deuidido, e' sendo-lhe Necessario passarem por elle, receaua cada coal de entrar temendo emtraremse as ondas a iuntar e' tomaremno em meyo, mas Aminadab, principe do (sic) tribu de juda foy a primeyro que entrou, e fasilitou a entrada aos que cosigirão, mostrando com seu exemplo quão pouco auia que temer. Se as armas dos Olandezes fazião no mar alguns soldados nossos perplexos, se as ondas que elles pareçe que com suas uellas dominayão. lhe tinhão cauzado algũ reçeo; ya detodo está perdido. jo uemos a V. M. yr diante mostrando quão pouco ha que temer Olan-
[11] *dezes. Se puzermos o pé entre elles // Ya sabemos quão pouco podem despois que V. M. abateo sua soberba, e' ynsolencia; ya sabemos a que chegão suas forças despois que V. M. as exprimentou. Mas pareçe-me razão que entre as deuisas, de suas bandeyras mande V. M. pintar hũ leão que foi a empreza que Aminadab trazia em seu gião (sic) despois de sua primeira, entrada no mar que temos ditto. Selhe a V. M. contentar a pintura, não lhe descontente este e'mistichio para orla della.*

¶ *Qui mare tentauit primus adire, leo est.*

Hetitulo deuido a V. M. pellas propiedades delle, porque com ser tão teribel que uençe seus ynimigos só com auoz, é rogido, he tão generozo que a ninguem offende selhe sujeita, obrigações percizas de todo grande Capitão. ou que Basta para o fazer tal pello voto do poeta que não obriga a mais que a estas duas couzas. ~

¶ *Parcere subiectis, et debellare superbos*

Desta segunda dão testemunho os que o tratarão naguerra da primeira
[11 v] *o daremos os que tratamos na paz na qual Vza // de tal termo que affeiçoado todo o que conversa, o que eu uou bem prouando com o que digo pois deuo pareçer ya muito affeiçoado, e eu me confesso não só por esse, mas por muito obrigado com as particulares merçes que de V. M. tenho Recebido, e com as geraes que a toda esta sua relegião tem feito mas contudo affirmo que assy como o tratado esta algũ tanto diminuto em relatar as obras de V. M. e deseus compannheyros assy tambem eu não excedera sequizera nelle acreçentar muito mas nem minhas occupações medão lugar nem V. M. licença pera dizer maisque hũas uerdades singellas e izentas de todo affeite e lizonja e'pois este estillo tem o author guardado, deue V. M. permittir lhe que saya a luz com seu tratado feyto*

mais em fauor Vniuersal de todos os portuguezes que no particular de V. M.

Não se offereçe mais, D's guarde a V. M.

Deste Convento de N. Senora da Graça de Goa 25 de Novembro de 609.

Frey Antonio de Gouuea.

Ao curioso Leytor [12]

Quem pode estranhar a soldados Relatarem os successos das guerras em que se acharão os perigos emqueseuirão, as Victorias que D's lhe deu. Vendo yntruduzido este custume assy em tempos antigos como modernos, principalmente auendo algũns que não alcançarão menos fama com a pena, do que merecerão com a espada. Julio Cœsar escreuia denoite o que dedia passaua nas guerras de frança: fazendo hũa e outra couza com tanta felicidade que disse bem Marco Tullio delle que pretendendo dar materia a escritores, lha tirara: porque quem seauia de attreuer a acreçentar no que Julio Cœsar tinha tambem primsipiado? Conhecidos são os Hespanhoes que o mundo celebra por seus escritos, despois de o auer feyto por suas obras, não lhe preiudicando o contarem o que elles mesmo fizerão.

Mas este pensamento que a outros pudera // seruir de espora, me [12 v]
seruia ami de freo ou para fallar mais claro. totalmente me apartaua da pretenção que tinha de escreuer destes çercos que os Olandezes puzerão a Moçambique: receando perder com apena entre muitos a opinião que entre os poucos tinha com a espada alcansado e' contente com os lugares que tiue me não queria arriscar á subida de outros mais altos. Lembrado da queda de Icaro de que foi occazião querer voar com apenas (sic) que a natureza lhe não dera. e' fundando consideração me deixey estar algũs dias em sillencio, deseyando comtudo que ouuese outra pessoa que com melhores tintas ornassẽ esta historia, mas uendo que se hia passar do muito tempo, e' que nhenhum dos dos que se acharão prezentes tomaua esta empreza á suaconta, e' reçeando que os auzentes o fizessem com menos cuidado do que ella mereçia, me deliberey a lançar mão della com todo orisco que se offerece', entendendo quenão posso perdertanta Opinião quenão seya maior o gosto que ganhe deuer que posso ser occazião de se saberem no mundo as Heroicas obras que hũ Capitão com poucos soldados portugezes fizerão na defenção de hũa fortaleza (1) *tão mal // petre-* [13]

(1) *«hũa fortaleza»*...
Tinha 4 baluartes: S. João, Nossa Senhora, São Gabriel e Santo António, como ainda hoje lá se podem ver. Um destes havia também o nome de *Santo André*, mas não consegui averiguar qual.

chada contra tão grande multidão de ynimigos, e' a conta de ficarem yzentas de esquecimento victorias tão raras, fique arriscada a opinião de quem as escreue.

Verdade he que se este tratado for ter a mãos deleitor bem intencionado, ia o estou uendo desculpal (sic) meus erros, e dizer quando os notar. Que muito que ao Author falte bom metodo de escreuer, e' não guarde com perfeição as leis da hist.ª pois disse bem Cicero que ensoando o estrondo das armas ficão em silencio todas as leis, e' sequalquer som que ellas fação he Bastante p.ª emmudeçer, e perturbar ao mais eloquente que Roma teue, não he marauilha que tremesse a pena ao Author, que quando co ella escreuia estaua sentado sobre o muro a quem a furia das bombardadas (derribando parte), fazião tremer todo ~

Espero achar esta boa tenção e' em parte a mereçeo pella que tiue depublicar as Victorias de meus companheiros e' naturaes contra gente rebelde a seu D's, e a seu Rey (5), e' quando assy não for não preiudique
[13 v] *a e'xcelençia // da materia, a insufficiencia do Author, e alcançe estra obra o preuilegio que geralmente sedá ao ouro, que desta fortaleza semanda, do qual fazem cadeas, cuio pezo se estima desprezado ofeitio, e' mudado por outros artifices noutras yoias de grande preço, e admiração. Tal offereço ao mundo esta historia tosca, e'mal encadeada, mas o sugeito he ouro de toque, e'como enseus quilates for conhecido e por mão mais sabia não só emendado, mas mudado, pouco ymporta que se perca o primeiro feitio.*

Vale

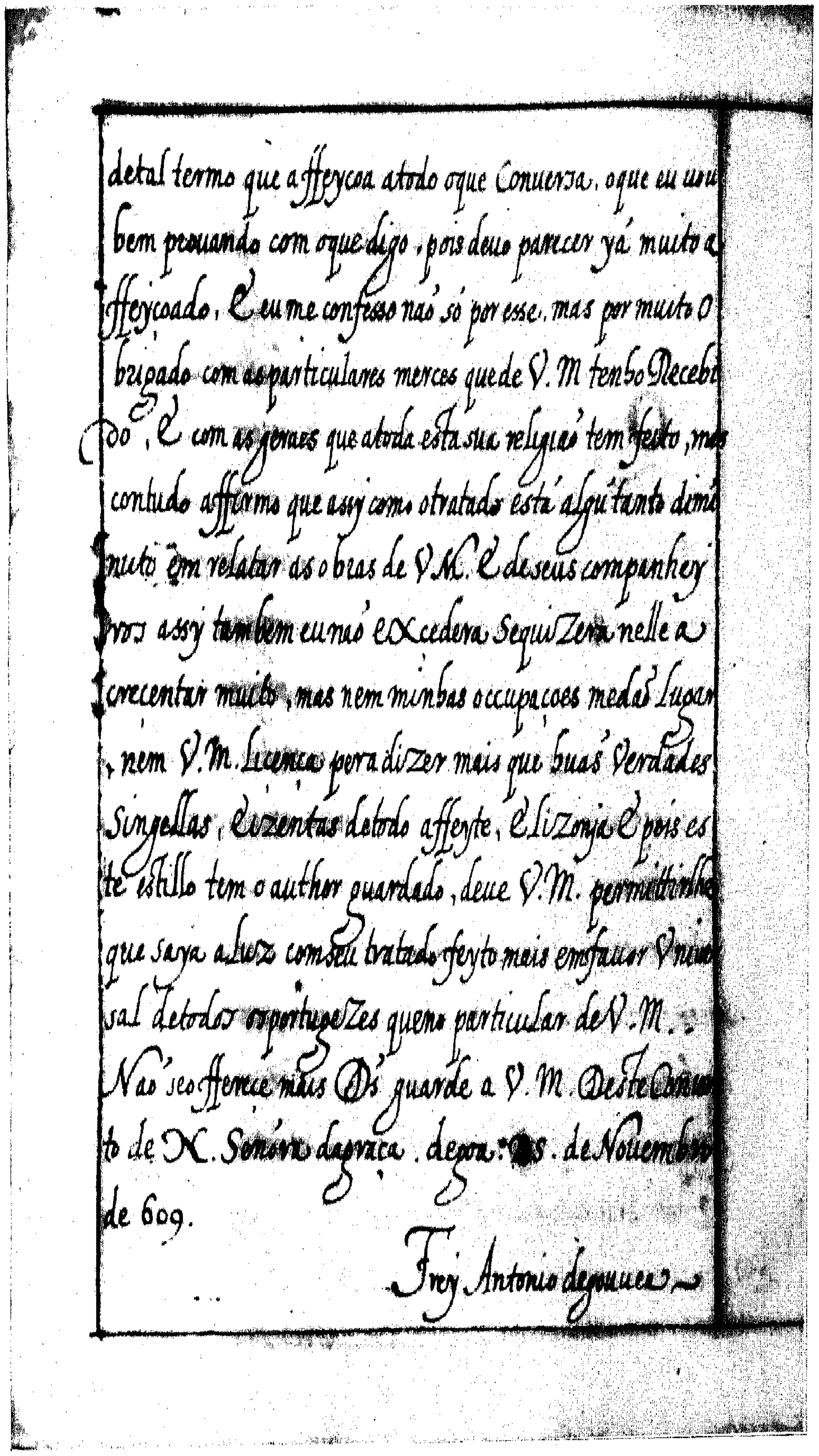
(Nota: Fólio 14 está em branco).

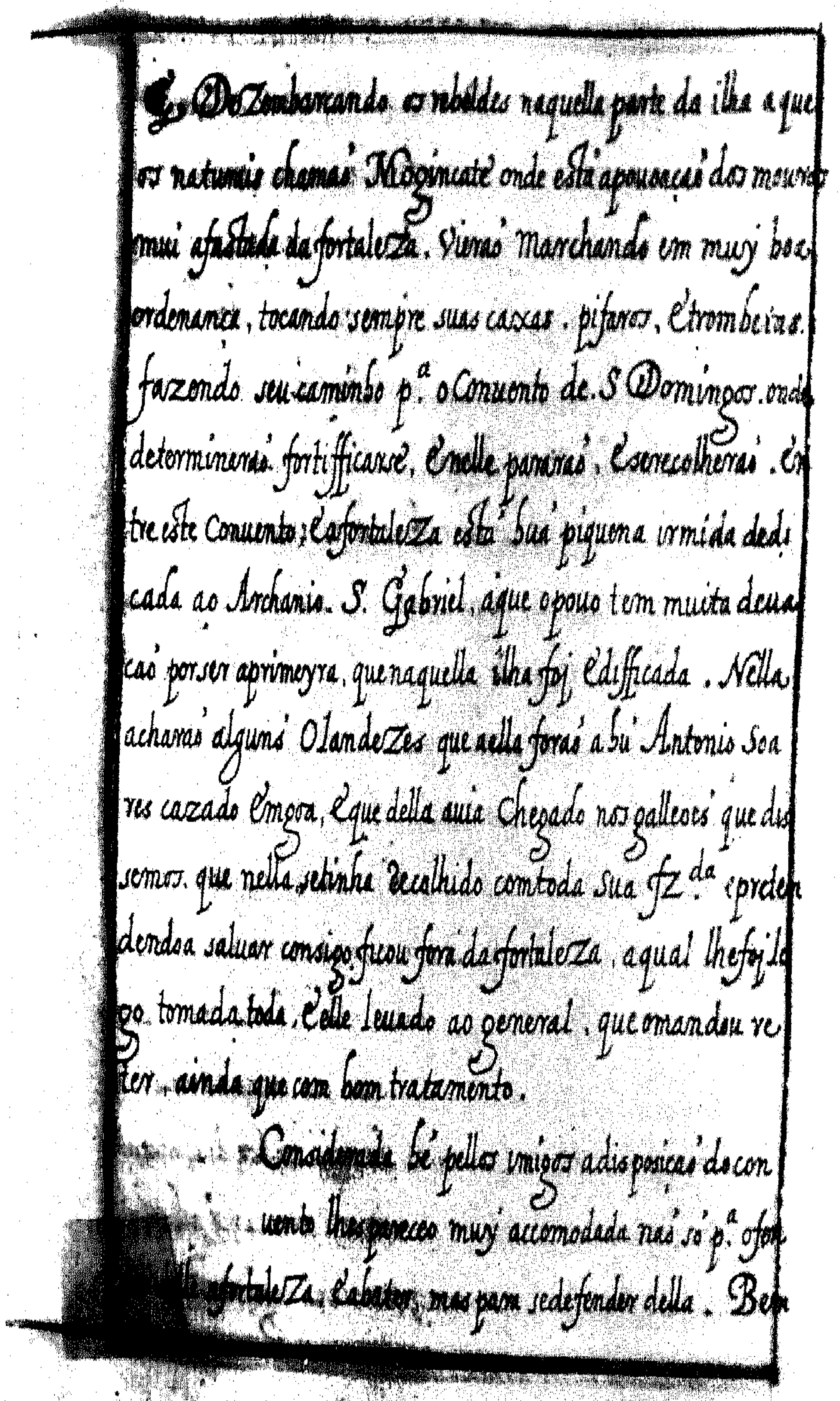
Possuía acomodações para 2.000 pessoas, mas a guarnição efectiva era de 5 bombardeiros e 100 homens, no máximo.

A cisterna data do Governo de Sebastião de Macedo, que presumo seja o mesmo Sebastião Macedo de Carvalho, de quem reza o *Registo da Casa da Índia* assim:

Em 1602 «a capitania de Dio por dez annos que serviu na India por capitão, onde foi ferido». Faz-se-lhe referência a fol. 17, e fol. 23 v.

(5) *Vid.* notas finais.


detal termo que affeycoa atodo oque Conuersa, oque eu uou
bem prouando com oque digo, pois deuo parecer yá muito a
ffeycoado, e eu me confesso naõ só por esse, mas por muito o
brigado com as particulares merces que de V. M tenho Recebi
do, e com as geraes que atoda esta sua religiaõ tem feito, mas
contudo affirmo que assy como otratado está alguã tanto dimi
nuto em relatar as obras de V. M. e de seus companhei
ros assy tambem eu naõ excedera se quizera nelle a
crecentar muito, mas nem minhas occupacoes me daõ lugar
, nem V. M. Licenca pera dizer mais que huas Verdades
Singellas, e izentas de todo affeyte, e lizonja e pois es
te estillo tem o author guardado, deue V. M. permittir lhe
que saya a luz com seu tratado feyto mais em fauor Vniver
sal de todos os portuguezes que no particular de V. M.
Naõ se offerece mais Ds guarde a V. M. Deste Conuen
to de N. Senhora da graça. de g.ºr s. de Nouembro
de 609.
Frey Antonio de gouuea ~


Dezembarcando os rebeldes naquella parte da ilha a que
os naturais chamão Mogincate onde està apouoação dos mouros
mui afastada da fortaleza. Vierão marchando em muy boa
ordenança, tocando sempre suas caxas, pifaros, e trombetas.
fazendo seu caminho p.a o Conuento de S. Domingos. onde
determinarão fortifficarse, e nelle pararão, e se recolherão. En
tre este Conuento, e a fortaleza està huã piquena ermida dedi
cada ao Archanjo S. Gabriel, aque o pouo tem muita deua
ção porser aprimeyra, que naquella ilha foj edifficada. Nella
acharão alguns Olandezes que nella forão a hũ Antonio Soa
res cazado em goa, e que della auia chegado nos galleões que dis
semos. que nella se tinha recolhido com toda sua fz.da e prete
dendo a saluar consigo ficou fora da fortaleza, a qual lhe foj lo
go tomada toda, e elle leuado ao general, que o mandou re
ter, ainda que com bom tratamento.
Considerando bẽ pellos imigos adisposição do con
uento lhes pareceo muy accomodada não só p.a o for
... fortaleza, e combater, mas para se defender della. Bem

Capit. 1.º [15]

Em que se trata de quem erão os emigos que vierão Cercar a fortaleza de Moçambique e da ocazião q̃ os moueo ao fazer ~

A Ainda que aia muito tempo que franceses, e' Inglezes exercitem o uso imfame de piratas, ynfestãdocom suas uelas mais acompanhadas de ligeyreza, e' artilheria, que de esforço, não só o mar mediterraneo, mas ainda o Oceano, asy oriental como Occidental; todauia depoucos annos a esta parte com os bons' successos de Fr.co Draque (6) famoso cossario yngles não sómente pareçe que se desaforarão de todo os de sua nação, mas tambem abrirão caminho aos estados de Olanda, e' Gelanda para os ymitarem emtão imfame exercicio: perturbando huns' e outros o comercio, e' trato Vniversal das yndias orientaes, e' Occidentais. e' quasi ympedindo muito grande parte delle, engraue prejuizo e' danó não só dacoroa de // de [15 v] hespanha, e' de todas a ella sogeitas ou unidas que são, a melhor, e mais samparte da Christandade, mas aynda da conversão das almas, a que emtodos os lugares maritimos destas prouincias se attendia oppondosse aos ministros daygreia catholica, que apiedade delRey de Hespanha em todas aquellas partes conserua, e' sustenta para aconuersão, e' doutrina deitão grande multidão degentilidade que nella seconuerte a nossa Sancta fe catholica, no que sepode, bem uer se são ministros do e'uangelho como elles se iactão (7) ou companheiros de satanas, cuyas partes seguem, mas nem por isto que elles pretendião fazer: os tenha alguem por poderosos, que não há animal por piqueno que seya, que não possa fazer algum danó, e'para molestar qualquer mosca abasta, e quadralhe bem este nome, porque com serem muito fracos todo o dano, que nos fizerão

(6) *«Francisco Draque»*.
Trata-se do corsário inglês Francis Drake do tempo de Isabel 1.ª, o qual tanto nos prejudicou, e tão grande papel desempenhou no desbarato da «Invencivel Armada». Veio a morrer em Porto Bello, de desgosto pelo desastre sofrido no ataque a Panamá.
(7) Jactam.

foy voando comsuas uelas, tendo azas para fogir todas as uezes que os
buscamos, e como a distancia das terras hé tão grande, omar tão largo,
[16] as nauegações, e' derrotas tão differentes, e paratantas // tantas partes,
não era possiuel auer armadas, que pudessem defender todas: pello que
ficaua facil aos cossayros, e'piratas ayuntar suas forças, e' ualendosse
dauelocidade de seus nauios emuestir os nossos carregados de faz.da
desemparados dearmadas, faltos de munições, e' artilheria, e' assi, com a
pouca resistencya dos mercadores portugezes, e' Castelhanos, e' com o
seuo dos roubos que comtão pouco custo seu os hia enriquecendo, forão
gastando tanto deste officyo que ya parecia não poderem uiuer sem elle,
Verdade he que as mais duas uezes, que uierão as mãos com os hespanhoés,
forão desbaratados, e' uencidos, como seuio nosuccesso de Yoão Ribão

Onde despois deperder hũa grossa armada, perde tambem auida
miserauelmente, e' aynda que o anno de 605, lançarão a Pedralueres
[16 v] daBreu da fortaleza de ternate (8), não foy por // por esforço seu, pois
sendo a força tão piquena sem ter mais resistençia que hũas trincheyras
demadeyra, a deyxauão mais de mil, e quinhentos Olandezes descon-
fiados de apoderem entrar, e' indosse ia recolhendo tomou fogo a poluora
dos nossos, e' ardeu hũa só casa de pedra, e cal; que fazia toda a forta-
leza; ficando o capitão Pedralueres sem nenhũa poluora, e moniçoes, e'
com mui poucos companheyros: pello que lhe foy forçado deixar Maluco,
e' Pasar as Philippinas pedir soccorro a Dom Pedro de a cunha Vissorey
delas, com o qual voltou o anno seguinte e' restaurou todo o perdido,
lançando os Olandezes que por aquellas ilhas auia, e' castigando ao Rey
de Ternat, que os tinha fauorecido no çerco que Cornelio Madalaua,
Olandez poz à fortaleza de Malaca, o anno de 606, estando por Capitão,
Andre furtado de Mendonça (9) com muito poucos Portugezes: Enestes
dous que emtempo deDom Esteuão de Atayde puserão á fortaleza de
Moçambique Paulo Vancarden o anno de 607, e Pedro Blen's o anno de 608,
// contudo podia tanto com elles a façilidade com que algũas naos nossas
[17] frances na florida o anno de 1566. No de francisco Draque en nombre de
Dios.

---

(8) *«Pedralvares de Breu na fortaleza de Ternate».*

Há equívoco. Deve querer dizer Tidore, pois os Portugueses perderam Ternate já em 1575. Ambas pertencem ao arquipélago das Molucas.

(9) *«por capitão André Furtado de Mendonça».*

É o mesmo com quem andou Martim Gomes de Carvalho, como veremos. O cerco de Maluco deu-se de Maio a Agosto de 1606 pelos Holandeses. Foi capitão de Rachol e terras de Salcete (em 1588) por 9 anos de serviço na Índia, como capitão-mor; depois, teve a fortaleza de Malaca e, em 1610, a «de Sofala e Ormuz pelos serviços que está fazendo na Índia» (*Reg. da Casa da Índia*). Foi 37.º governador da Índia. Faleceu em 15-4-1610, mal dobrou o Cabo da Boa Esperança, no regresso ao Reino. Veio na nau «Nossa Senhora da Penha de França», a mesma que D. Jerónimo Coutinho comandava em 1608. Jaz no Convento da Graça, em Lisboa.

se lhe rendião, e' o medo com que os mercadores se lhe entregauão, que
ueio a dar brio a estes Olandezes para cometterem mayores empresas o
qual sendo ajudado do Conde Mauricio (10) seu principe pretenderão con-
quistar algũas praças na jndia, para que fortificandosse nellas, não só
pudessem inuernar seguros de nossas armadas, e' dos ynuernos, que tolhem
anauegação, mas aynda continuar seu comerçio, e' trato co' os naturaes
ayudandosse' de sua arte demarear, em que são por extremo exerçitados ~

E continuando os Olandezes esta derrota dajndia oriental surgião
muitas vezes à uista da jlha de Moçambique onde está anossa fortaleza,
custumando proverse de agoas, e mantimentos assy de outras jlhas vezi-
nhas como fizerão oanno de 601, e' o de 604. Sendo Capitão SeBastião
de Maçedo de Carualho, lançando ferro dez naos Olandezas á uista
damesma fortaleza a. 25. de julho, e' perseverando surta athe 25 de
Agosto, sondando neste tempo todo o Canal, e' rio, queimando o Galeão
dotrato que acharão // surto, e' impedindo toda emtrada, e' sayda naquela [17 v]
barra, notarão muy bem as imperfeições da fortaleza, a pouca rezis-
tencia, que os da terra podião fazer, a facilidade da desembarcação, e'
sobre tudo tomarão lingoa muito certa da falta em que a fortaleza estaua
de artilheria, munições, soldados, e'condestables, e'oque mais animo lhe
deu foy saber que se aquella fortaleza fosse cercada, senão poderia
defender, porque não tendo mais que hũa cisterna estaua rota, e' não podja
ter agoa, e a que de nouo sefazia era contanto uagar, como se não fora
cousa tão importante, e' bem sepersoadião estes inimigos, que se elles
uiessem apparelhados para esta empreza terião nella o successo que
deseiasse. Tal era a falta de tudo o que semelhantes praças requerem
para sua defensão, mas uendosse impossibilitados por então dissimularão
seu intento dilatando-o para melhor ocasião, e' assi sem que nhũ delles
desembarcassẽ, nem desse sinaes de sua pretenção derão à vela para o Sul,
appartandosse hũs para a Sunda, e outros para Maluco comforme ains-
trucção q̃ trazião ~

// Alguãs destas naos Voltarão p.a Olanda, e' Gelanda carregadas dedro- [18]
gas, e' de todas as riquezas da jndia, Java, e' china, porque de todas estas
partes não só resgatarão; mas roubarão, Forão todauia melhor recebidos
do Conde Mauricio, e' dos contratadores que os tinhão armados pella
informação que derão da facilidade com que se podia tomar a fortaleza
de Moçambique, que pellas riquezas queleuarão, aynda que forão muitas
porque ia se pormettião o dominio, detoda aquella Costa, e' se fazião

---

(10) *«Conde Mauricio».*

É o príncipe Maurício de Nassau, «stadhouder» dos Países Baixos de 1589 a 1625.

senhores de todo o Ouro das minas de Monomotapa (11), da contratação dos rios de Cuama (12), e' quão apello lhe uinha a conquista da ylha de S. L.eo (13) q̃ lhe ficaua vezinha, de que elles tinhão muita noticia, e certo não fora difficultosa sua traça se D's a não atalhara com o fauor comque costuma acodir aos Portuguezes najndia emtempo que delle mais necessidade tem, e' assi he iusto que se crea, que D's pelleia por elles contra seus ynimigos.

[18 v] Com a esperança de tão importante conquis- // Conquista armou
o Conde Mauricio com o fauor daquelles estados oito Naos petrechadas
de todo o necessario para o Cerco. S. (14) muita artilheria gossa *(sic)*,
muita poluora e' municões, trazendo todas por lastro muitas barras de
ferro, muitos pelouros do mesmo metal, e duas lanchas em cada hũa
para desembarcar a gente enterra, e' afora agente do mar que era
muita, e' mui bem exercitada, Vinhão nesta armada mil e'quinhentos
homeñs, todos mui bem armados depeitos, e' mirriões, e' os mais delles
com mosquetes não muito grandes mas que despedião muito grande bala.
Era general de toda ella Paullo Vancarden, homem practico nas couzas
de mar, e não pouco exprimentado nas da terra. Partio esta armada tão
cedo de Olanda, que chegou á vista de Moçambique hũa terça feyra a
uinte noue de Março de 607. tempo em que muitas uezes ainda as nossas
naos não tem partido do Reyno. Não quiserão entrar a barra aquelle dia
para o faserem ao outro com mais comodidade damaré. e' assi surgirão
entre aylha de Móçambique, e' a de S. jorge q (15) // q̃ lhe fica defronte
[19] para a parte do Sul pouco mais de tiro de canhão forçado.

(11) *«Monomotapa»*.

Região do interior de Africa, correspondendo mais ou menos à actual Rodésia do Sul.

Vid. M. do Souto, «O mártir do Monomotapa: cronologia e itinerários» (Comunicação à Academia Portuguesa de História, 1962).

(12) *«Rio Cuama»*.

É o Zambeze, que desagua no Índico, em delta, perto do Chinde, nas Bocas do Cuama.

(13) S. Lourenço = Madagascar.

(14) Scillicet = isto é.

(15) Chamada hoje *de Goa*.

Capitolo 2.º do estado
em que Estaua a for-
taleza de Moçam-
bique quando
es'tes re-
Beldes chegarão
á uista della ~

Está a piquena ylha de Moçambique na Costa de Africa pouco menos
de 16. graos da parte Austral em muito pouca distancia da terra firme
da qual a diuide hum piqueno rio, donde os portugezes (de que na mesma
ylha há hũa piquena pouoação) se proue de todo o genero demantimentos,
como carnes, frutas, milho, e' outros ligumes, e' de agoa muito boa. A
farinha lheuay da India porque em toda aquella Costa não há trigo ainda
que a terra hé capaz // paz em partes de o produzir se o semearem: Foi [19 v]
a primeira terra das que oje estão sogeitas ao estado da jndia, que os
portuguezes descobrirão naquella admirauel nauegação que fez O almi-
rante dom. Vasco da Gama pr.º descobridor e' conquistador da jndia o anno
de 1505 (16) plantando na praya della hũa fermosa cruz de pedra das
que para este effeito leuaua lauvradas e' com ella deu felice' principio á
conquista da jndia, e' pareçe que tomou posse' por parte dos Reis que
mais pretendião fazer adorar aquelle diuino estandarte de gente tão
remota, que fazerem se' obedecidos della ¶. He' terra doentia por razão
dos Pantanos, e' lagoas que tem, as quais infestão o ar de maneyra que
o fazem por extremo pernicioso a saude. Os naturaes são Cafres idola-
tras. aynda que ia quando os portuguezes lá forão acharão mouros Ara-
bios, que tinhão preuertido muitos delles. No anno de 1557 por mandado
del Rey dom Ioão o 3.º e'defficou nella dom diogo de-sousa hũa fortaleza
mui importante (ainda que iá auia outra idefficada muito antes por
Duarte demello (17) prim.ro // primeiro capitão que foi daquella praca) [20]
Verdade hé que anão aperfeiçoou, e' como as Necessidades não constran-
gessem a seus successores não forão as obras por diante o que pudera
ser occasião de a perdermos.

(16) *«O anno de 1505»*.

Há engano de data. Vasco da Gama aportou a Moçambique (Ilha) em 2 de Março de 1498 na ida; tocou lá na volta em 1 de Fevereiro de 1499, e ergueu então o último padrão (*cf.* Moura Braz, *Moçambique*). A propósito, vale a pena anotar os outros dois pontos da nossa Costa Oriental nos quais o Conde Almirante tocou: Inhambane («Terra da Boa Gente»), em 11 Janeiro 1498; Quelimane (»Rio dos Bons Sinais»), em 24 Janeiro 1498, onde colocou o padrão «São Rafael».

(17) *«Duarte de Mello, primeiro capitão»*.

«Em 1507, se fez a torre que ouvera de ffazer Vasquo Gomez d'Abreu e que não fez por se perder hindo de Çofalla para laa» (Simão Botelho, *loc. cit.*).

Hé praça de maior interesse que todas quantas há na jndia pello
comerçio que tem nos rios de cuama, que posto que não hé mais que hũ
só: todaula sete outros se metem nelles todos nauegais *(sic)* daquellas pi-
quenas embarcações a que os naturaes chamão pangaios feitos de taboas e'
de cairo sem nenhũa pregadura. Destes rios senão resgata senão ouro,
ambar, e' marfim a troco de continhas de Vrido (18), e ropas pretas de pouco
porte', que os Capitãẽs mandão ir da jndia em muita cantidade, as quais
se distribuem pellos feitores dos Capitães, e' mercadores que passão a
aquelles rios tratando, e' comerçeando cõ os cafres, que descem da terra
firme a certas feyras q̃ se fazem ao longo dos rios, os quais com muita
fedilidade leuão as contas, e' roupas trazendo em retorno infinito ouro,
[20 v] ambar, e marfim o qual hé amelhor mercadoria // que se pode leuar ao
Reyno de Cambaya, por ser custume das molheres daquella nação por a
principal parte de seu ornamento nas Joias feitas de marfim; as quais,
porque o que vem de toda aquella costa, que hé quasi infinito, tiuese
perpetua saida, custumão as molheres fazer em pedaços, e' queimar todas
na morte de seus maridos, e' parentes. E' este costume dasquellas gentias,
faz continuar o trato demanr.ª (19) que este anno passado de 609. chegou a
ualer hambar quinhentos pardaos, pezando hũ só dente muitas vezes
pouco menos, e' alguñs mais. O principal trato que os portugezes tem hé
com os uassalos de hum principe a quem elles chamão Monomotapa que
era como e'mperador, e' cabeça de todos os outros Regulos seus vezinhos:
O qual hé senõr de toda hũa ylha, que como o Mar Oceano fazem os rios
do espirito Sancto, e' de Cuama que tem de circuito 300. legoas, na qual
ha tanta cantidade de ouro, que com ser prohibido aos naturaes sobpena
da vida o cauarem no, sem isso achão tanto q̃ senão pode explicar. Tam-
[21] bem hé snõr das mi- // das minas de prata que alguns affirmão serem
serras grandissimas todas de prata tão fina que trazendo hum portugez
hum grande pedaço em tempo que Sebastião de Macedo de Carualho (20)
era Capitão o mandou lançar no fogo, e' das tres partes daquela pedra
secomsumio hũa, e' ficarão as duas de muito boa prata. Tendo informa-
ção destas minas e'l Rey Dom Sebastião mandou a fr.co Barreto Visso-
rey *(sic)* (21) que fora da jndia a fazer esta conquista no anno de 1569,
mas assi porq̃ elle acabou na empreza, como porque o Monotapa era
naquelle tempo poderosissimo a conquista não teue effeito sendo a prin-
cipal occasião o pouco conhecimento que os nossos então tinhão daquellas
terras, que oie estão quasi todas descubertas, e frequentadas dos Portu-
guezes. O Monomotapa por não escapar aos reuezes da fortuna a que
os monarchas estão sugeitos, esta oje tão debilitado por leuantamentos

(18) Vidro.
(19) Maneira.
(20) *Vid.* nota n.º 4.
(21) *Vid.* notas finais.

de seus Vassalos, que chegou a valerse do fauor de alguns portuguezes
que a sua Corte forão, e' por seu meio se confederou com o Capitão
Dom Esteuão de Atayde para que o // o emparassé'. e' defendesse dos [21 v]
seus, dotando por escriptura publica as minas de prata a S. Mg.de dando
seus proprios filhos em refens, permittindo que os riligiosos da ordem
dos pregadores, que nas ygreias de Sene, é tete' residem os fizessem
christãos, os quais os tem ajnda hoie consigo instruindo-os nas couzas
de nossa fé catholica ~

E sendo auisado o reuerendissimo D. Frey Aleixo de Meneses (22)
arcebispo de Goa e' uiso rey que então era da jndia do estado em que
o Monomotapa estaua, e' da facilidade da conquista destas minas des-
pedio em Feu.ro de 608 a dom Nuno aluzz pr. (23) seu sobrinho filho do
Conde da feyra com alguns soldados portuguezes, para que com protexto
de fauoreçer ao Monomotapa contra os leuantados fosse descobrindo as
minas, e' senhoreandosse dellas dando-lhe p.ª esse effeito alguñs nauios
de remos, e ordem para fundar hum forte pouco distante das mesmas
minas no qual os conquistadores pudessem ter guarida em caso que se
vissem apertados // dos naturaes, e' ainda que sua ida foy estranhada de [22]
algũs pello tempo em que se fazia, todauia a ocasião mostrou de quanta
importancia fossẽ o acharse esta companhia de gente no segundo cerco
que os Olandezes vierão pôr á mesma fortaleza de Moçambique no julho
seguinte do mesmo anno, como em seu lugar diremos:

Com ser esta praça tão importante, alonga paz e quietação de que
gosauão, a tinhão posta em tanto descuido, que mais merecião os capitães
della o nome dos contratadores dos rios (que em effeito são) que de
Capitães de fortaleza que inimigos pudessem algũa ora cercar ou que
ouuessem de fazer rezistencia a quem a quizesse entrar. He verdade que
o que nella estaua feyto, era tudo muito bom, mas era pouco, porque não
auia mais que os panos do muro com quatro baluartes bem principiados,
nos quatro cantos em que os muros se fechauão situado isto nũa rocha
viva como lingoa que aylha lança sobre a boca da barra; cuia entrada
defendem muito bem não só os dous baluartes, que ficão da parte // do [22 v]
rio, mas o outro que fica mais ao mar. Tudo isto ficaua descuberto sem
parapeito nem defenção algũa, a artilheria pouca, e' nenhũa pessoa enca-
ualgada, e' todas sem repayro porque os que auia erão de muitos annos

(22) *«D. Fr. Aleixo»...*
Dom Frei Aleixo de Menezes, nomeado em 1595 arcebispo de Goa, foi vice-rei da Índia de 1602 a 1609. Arcebispo de Braga e vice-rei de Portugal, morreu em Madrid em 1612. Era eremita de Santo Agostinho, do Convento da Graça, de Lisboa, filho doutro D. Aleixo de Menezes, sobrinho do governador da Índia, Lopo Soares de Albergaria. Deixou muito boa fama de si e do seu Governo. — Não confundir nem com o pai, nem com D. Aleixo de Menezes, aio de el-rei D. Sebastião e protector de Camões.
(23) Álvares Pereira.

leuados da jndia, e' estiuerão sempre ao sol, e' achaua que os tinha podres e' quebrados como couza desnecessaria na fortaleza. A parede de muro sobre que joga a artilheria não estava lageada senão chea de couas que impedião grandemente o puxar avante as peças, e' quebrauão os repairos todas as uezes que disparauão nem auia hũ mosquete são, nem hũ pique, nẽ mais que hũa pouca de poluora, que dom Estevão tinha leuado quando foj, e' outra que naquelle mesmo anno o Arcebispo lhe mandou, mas erão tantas as armas. S. Lanças, mosquetes, e'spingardas, e' alabardas, peitos, e' murriões que os cazados tinhão em suas cazas, que cada qual dellas podia ser almazem para maior numero de soldados, dos que na fortaleza auia, e' não foi esta preuenção pouco importante para a defensão della. Não auia Condestable, nem soldado de paga, porq̃
[23] // que dalguñs, que o Capitão dom. Esteuão tinha leuado consigo, era a maior parte passada aos rios com trinta cazados da mesma pouoação, que fizerão bem grande falta em occasião tão necessaria. A fortaleza em sy era muito grande, a gente muito pouca, porque escolhendo a que podia tomar armas não se acharão mais que sessenta soldados, trinta cazados da pouoação, e' outros trinta, que auia muito poucos dias tinhão chegado de Melinde com pretenção de passar aos rios para seus negocios particulares, mas trouxe os Ds' em tal tempo, porque a Multidão dos inimigos da fé não preualesse contra o esforço dos poucos, que na fortaleza estauão.

¶ Neste estado acharão os rebeldes a fortaleza de Moçambique, e' certo q̃ a inda que elles em sua terra tinhão informado della conforme o que acharão o anno de 604. que naquella barra estiuerão, não a podião pintar mais miserauel do que então estaua. Verdade hé que acharão
[23 v] acabada a cisterna, e' chea // de agoa por deligencia de Sebastião de Macedo, que antes que acabasse os seus tres annos fez com joão Serrão da Cunha feytor que então era, que a puzesse em perfeição. O que elle fez. não lhe custando pouco trabalho o leuarem lhe os officiaes da faz.da de goa em conta o dinhr.o que gastou em obra tão importante.

Cap. 3. do que o Capitão Dom
Esteuão de Atayde ordenou
p.a defensão da fortaleza, é' do
que aos rebeldes succedeo
na entrada da barra.

Nove dias auia que tinha chegado a fortaleza de Moçambique o galeão do trato (24) que todos os annos custuma ir da jndia carregado de mantimentos, e' roupas do comercio, pello qual o Capatião *(sic)* teue auizo do

(24) Ou seja do «trato do marfim», isto é, do comércio do marfim, etc.

arcebispo gouernador que estivessẽ apparelhado p.a se defender dos rebeldes, porque tinha carta de S Mag.de por terra em que lhe fazia saber, que em Olanda, e, Gelanda se preparaua hũa armada de nauios de alto bordo // e' que corria fama que era para ir sobre a fortaleza de Moçam- [24]
bique, e' ainda que o Capitão, e' aquelles a que deu conta da carta, que o arcebispo gouernador escreuera, em caso que se persuadissẽ que poderião uir os os rebeldes naquelle anno, todauia não imaginauão ser possiuel chegarem tão cedo, é' tinhão m.to fumdamento, porque todo o mez de Março, e' ainda o de Abril cursão por aquela costa os Leuantes com que dobrão o cabo de Boa esperança os que da jndia nauegão p.a Europa, os quais ficão ponteiros aos que da Europa fazem sua derrota para a jndia que não podem dobrar senão com a monção dos Ponentes, que de Mayo por diante são ordinarios por aquella Costa de Africa e' canal que fica entre ella, e' a ilha de S. Lourenço (25), e' assi não se pode imputar a

descuido o não estar descarregado de todo o galeão, que tinha uindo de de Goa, é' o sobressalto que na pouoação ouue recolhendosse a gente della p.a a fortaleza com demasiada pressa, deixando nas cazas m.ta parte de sua fz.da (26) que com mais uagar se pudera muito bem saluar sem acrecentar, o proueito dos inimigos, porque em caso que se esperasse sua // vinda tinhão razão para a não imaginarem tão apressada, e' [24 v]
quasi repentina.

Todauia nem a demasiada pressa dos rebeldes, nem o reboliço, e' inquietação das molheres, e gente fraca, q̃ desordenadamente se recolhião para a fortaleza sem mais tento que o de saluarem as pessoas, e' uidas, nem outras couzas. que em semelhantes occasiões custumão perturbar a quem as vẽ. e' sente, ainda em praças melhor fortificadas e' prouidas das cousas necessarias para hũ cerco, doque aquella estava, forão parte p.a que o Capitão faltasse' na mais piquena obrigação deseu officio, sendo mais delouuar o que fazia, por estar actualmente emfermo auia muitos dias; e assi na hora que forão detodo reconhecidas as Velas Olandezas, e' entendendo o dezenho q̃ trazião pello auiso que tinha do Arcebispo gouernador chamou logo a Pascoal flori dalmeyda feitor. e' alcaide mor da fortaleza, e Pascoal Correa Sourão desembergador da Relação de Goa, que auia ydo com alçada para tirar algũas deuassas do Capitães *(sic)*, que tinhão accabado seu tempo (.como hé custume nas fortalezas da jndia.), e' alguñs // fidalgos, e' caualleyros principaes, que alli se [25]
acharão, aos quais propoz como a vinda daquelles imigos à tal tempo, certificaua o auiso que o Arcebispo gouernador lhemandara do cerco daquella fortaleza; pello que era necessario que elles como pessoas prin-

(25) Madagascar.
(26) Fazenda.

cipaes, e' demais experiencia não só pelleijassem com suas pessoas defendendo a fortaleza de S. Mg.de daquelles rebeldes animassem, e' esforgassem a todos os outros p.a que com seu exemplo sentissem menos a falta que nella auia de gente q̃ pudessẽ tomar armas, e' que mostrassem aos mais, que onde auia tão bons Capitães, e' soldados senão podia dizer que erão poucos, que elle não promettia mais dessi que ser-lhe companhr.o em todos os trabalhos, e perigos daquelle cerco, arriscandosse a todo trance, como qualquer dos particulares, mas que estaua muy confiado na bondade de D's, que lhe auia dar gloriosa victoria contra os inimigos de sua ygeia *(sic)* [27] rebeldes a seu Vigario, e' a seu Rey, e que ainda que tinha esta confiança mui grandes, todauia não era justo que deixassem de fazer de sua parte tudo o que erão obrigados o que não tinha que lhe
[25 v] emcomendar porque detodos elles, e' decada hum // hum em particular esperaua auer de fazer tudo o que pudesse pello zello de sua fé, pello seruiço de seu Rey, e por sua propria honrra, e' credito: pois por todas estas couzas se peleiaua naquella Ocazião, tras isto emcomendou logo o Baluarte S. joão a Martj gomez de Carualho Yrmão de Sebastião de Macedo, que era cazado na pouoação, o baluarte S. Gabriel a Diogo Carualho, o baluarte S. Antonio a Antonio Montr.o Cortereal cazado em goa, que auia ydo por Capitão do Galeão de trato, o baluarte de N. Señora a Andre dalpoem de Brito, acadahum dos quais assinou quinze companhr.os dos sessenta que auia na fortaleza para poderem tomar armas, os quais reconhecendo seus Capitães os forão acompanhando asuas estancias onde estiuerão todo o tempo que o Cerco durou sem nunca desçerem do muro abaixo por nenhũa ocazião, que selhe oferecesse'. O que se nos soldados era muito delouuar, muito mais de admirar foj esta constancia nos cazados, que tendo suas molheres, e' filhas nas palhotas que no corpo da fortaleza auia, tomarão em caso de honrra não
[26] desemparar o muro enquanto elle ti // tivesse necessidade de defensão. Ali dormião, comião, cansauão, e' descansauão dedia, e' denoite, e' tudo isto em tempo que naquellas partes costuma aser o mais tempestuoso jnverno que se pode imaginar. Tras isto deu a chaue da Cisterna ao L.do Pascoal Correia, e as dos almazeñs a Pascoal flori pa*(sic)*que como pessoas de tanta confiança tivessem o cuidado que convinha daquellas couzas em que consistia a principal parte de sua defensão fazendo hũa paga geral a todos os homens que na fortaleza se acharão, ou prestassẽ p.a armas, ou não, para que contando o numero dos q̃ receberão, q̃ forão mais de duzentos, desse Animo aos fracos, se algum auia na fortaleza,

---

[27] igreja.

e' porque o feytor de S. Mg.de não tinha dinhr.o, o Capitão o buscou, empenhando a sua prata, e' fazẽdo a paga a sua custa.

¶ Tanto que os capitães, e' soldados tomarão posse de seus baluartes, e' estancias, começarão logo aentender nos repairos, enrotando hufis, pregando outros, e' concertando todos como melhor podião. caualgando a artilheria, e preparando a demaneyra, que a entrada da barra pudessem offender co // com ella aos inimigos como deseiauão. Alguns Velhos, e' [26 v]
mininos, e gente inutel para as armas, não forão tais p.a o seruiço, tomando todos à sua conta o fazer cartuxos, e' accarretar pelouros do almazẽ para os baluartes. As molheres com agente de seu seruiço trazião p.a a fortaleza algũas peças damelhores *(sic)*, e fato mais escolhido, e o mais mantimento que podião. Aneccesidade das armas espertou os cazados a fazer recolher para a fortaleza todas quantas auia na pouoação, o que foj de grande proueito para os cercados.
Deuse logo ordem que os fardos de roupa quetinhão vindo da jndia para o contrato ordinario dos mercadores fossẽ leuados aos baluartes p.a que hũns sobre outros seruissem derepairo, e' erão elles tantos, que não só seruirão na nossa fortaleza, mas ajnda os que ficarão fora aproueitarão aos inimigos para se repararẽ nos baluartes q̃ fizerão p.a combaterem os nossos com mais segurança. Estiuerão os rebeldes surtos fora da barra o dia todo que chegarão, e' a noite que selhe seguio. O que deu mais lugar aos moradores para naquella noite recolherem mais algũas // couzas [27]
à fortaleza, a qual tambem sepreparou melhor doque fizerão se os inimigos uierão entrando com a mesma viração com que surgirão; mas esta detença que elles fizerão foy demuita perda para elles, e de muito proueito p.a os nossos. poderia ser que ou a marẽ lhefaltassẽ, ou que a Barra não he facil de entrar, e' para se ajudarem das lanchas, que trazião p.a fazerem cabeça as naos a entrada da barra, era forçado lançaremnas fora e p.a este effeyto surgirão. Com tudo elles as podião ia trazer à toa, antes que fossem uistos da fortaleza, mas D's os começou acegar p.a que perdida tão boa Occazião não fizessem o dano que farião, nem o recebeçẽ entrando com mais pressa ~

Capit. 4.º De como os rebel des surgirão da barra p.a dentro, e' doque aconteceo na entrada della

A quarta feira seguinte que forão. 30. do mez de Março // tanto que [27 v]
começou a encher a maré, começarão os rebeldes aleuar as amarras, e' largando os traquetes com auiração datarde forão cometendo a entrada da barra, e' por ser o canal estreyto uinhão de duas em duas, trazendo

cada qual dellas lanchas por proa que lhe fazião cabeça, e' as guiauão pella
parte mais segura do canal. e'ra fermosa couza ver o concerto. e'apparato
da guerra que trazião, apparecendo todas empauezadas de Cramezi com
muita diversidade degalhardetes. Ebandeyras deuarias cores tocando
todos os instrumentos bellicos. S. atambores, pifaros. charamelas, trom-
betas bastardas, e com esta ordem chegando a tiro de bombarda dispa-
rarão toda a sua artilheria contra a fortaleza. dandolhe hũa fermoza, mas
temeroza salva, porq̃ todas as naos trazião duas ordens de artilheria
grossa, com a qual não só prisumião prejudicar aos nossos, mas emcobrisse
com afumaça demaneira quelhe não ficassem fazendo pontaria certa as
nossas bombardas, mas nem comtodas estas preuenções ficarão recebendo
pouco dano, porque como a nossa fortaleza esta fundada nũa lingoa,
que a Ylha lança sobre abarra que entre o mar, e' o surgidouro
[28] do rio // fica como peninsula podia disparar a artilheria de todos os
baluartes e' assi tanto que as naos lhe ficarão atiro, começarão os dous
baluartes de Nossa Senora, e' S. Antonio, que estão para a parte do mar
a fazer seu officio, respondendo á salua que as naos lhe derão com muito
mais detrimento doque tinhão recebido, porque os novos Comdestables
apontando p.ª a parte. onde a fumaça era mais grossa, começarão a
desaparelhar as naos, e' a passar algũas de parte a parte, matandolhe
muita gente, e' seanossa artilheria estiuera melhor encaualgada, sem
duuida meterão algũas no fundo, mas o ter tão roins repairos fazia que
não pudessem os nossos puxalla auante com a pressa necessaria p.ª dis-
pararem mais vezes. Tanto que as naos forão passando dos baluartes.
Nossa. Senora, e' S. Antonio seforão auezinhando ao baluarte S. joão
que com noua surriada os foj saluando, ou desaparelhando, e ia que
querião chegar ao surgidouro forão descubertas do baluarte. S. gabriel;
que he o derradr.º na fortificação e' esta mais a terra, mas não foi este
o de quemenos dano receberão, e'ra a deligencia donossos *(sic)* tanta
[28 v] que apezar da malicia // dos repairos puxando as peças e' as carregauão
demaneyra q̃ as disparauão muitas vezes. e' sempre endano dos inimigos
queuinhão preparados demuylonge para este dya, e' assi trazião da
banda defora de bombordo para onde lhe demoraua a fortaleza muitos
homeñs embalsados ao lume dagoa. com muitos chapuços pastas de
chumbo, e'stopa, e todo o mais nesessario p.ª refazerem as naos do
dano, que a artilheria lhe fizesse dando os dedentro pendor em continente
comforme a necessidade pedia, e' tomando a agoa por todas as partes
com perigo, e' trabalho increiuel. Algũa couza valeo esta preparação,
mas não tanto que hũa dellas, que era a Mayor não uoltassẽ atraz e' fosse
surgir onde se tinha leuado, não seatreuendo acomẽtter a entrada por ser
roim de vela, edegouerno. A sete chegarão ao surgidouro quasi desapa-
relhadas: e' passadas departe aparte por m.tos lugares, sendolhe morta
muita gente que comforme aimformação, que despois seteue passarão de

cem homeñs entre soldades e gente do Mar, em que entrarão dous Capi-
tães, e dous pillotos perda que os rebeldes sentirão muito. Os feridos
forão setenta // não recebendo os da fortaleza dano algum por mais [29]
bombardas que as naos tirarão.

A nao que ficou fora surta cometteo a entrada o dia seguinte as
mesmas horas, que o dia dantes o tinha feyto, e' chegando a barra a
forão os baluartes seruindo demaneira que estando ia no meio do canal
senão atreueo a passar a Vante. e' querendo voltar atraz deu em seco,
e encalhou nodente debaixo, que a terra firme lança ao Mar, e' ali esteue
encalhada das quatro horas da tarde athe as sinco, recebendo neste tempo
tanta quantidade de bombardadas, que não lhe apparecya ia couza sam,
e' todos ymaginarão, que o mesmo mar a acabaria de desfazer, mas ao
por do sol. Sendo amaré detodo chea foy socorrida das lanchas que com
admirauel industria valendosse de uiradores. e' espias com o fauor das
agoas atirarão do bayxo, e' atoa alevarão ao canal antigo da cabeceira
donde surgirão co mella. e'areparарão, e'remendarão detodo mostrando
nesta ocazião sua experiencia, e'destreza na arte demarear. ~

¶ // Aotempo que estes rebeldes apparecerão à vista da fortaleza auia [29 v]
noue dias não mais quetinhão chegado da jndia dous galeões carregados
de faz.das e'mantimentos dosquais se carregou humgalleoto do Capitão
quena mesma monção avia depassar aos rios, e'omais se hya descarre-
gando pouco, e'pouco; de maneyra que aynda amayor parte dos manti-
mentos estaua dẽtro, e' como esta sua chegada fosse tão repentina não
sepode tirar tudo, porque outras occupações de mais ymportancia impe-
dião esta e'assi por ultimo remedio os forão chegando omais q̃ puderão
á fortaleza. p.ª que à sombra da artilheria ficassem mais seguros, mas
os rebeldes tanto que surgirão à quarta fr.ª a tarde, mandarão logo as
lanchas que fossem cortar as amarras dos Galleões. O que se fez com
muita deligencia, e' sem nenhum perigo. forão os galleões logo caindo,
e dando à costa; o que uendo o Capitão D. Esteuão mandou algũa gente
q lhepuzesse o fogo p.ª que os ynimigos senão pudessem aproueitar delles,
nem dos mantimentos que emssi tinhão; os galleões arderão combem
de desgosto dos nossos, e' algũ dos inimigos // que tambem ymaginauão, [30]
quetinhão perda naquelle incendyo por lhes pareçer que erão ia seus,
leuarão todavia ogalleoto con muitas fz.das, que emssi tinha, e'mantimentos,
com o que ficarão mais contentes. ~

Aquella noite enterrarão os mortos na area da outra parte do rio
comgrande silencio, e' semtimento, e' curarão os firidos, e' o outro dia
que foj à quinta fr.ª emque a ultima nao entrou, como ficadito) gastarão
em as reparar todas como melhor puderão, dodano que tinhão recebido
danossa artilheria, e tomando algũ descanço do trabalho que tiuerão,
que foi e'xcessivo.

Neste tempo estaua ia toda agente dapouoação recolhida na fortaleza.

Mandando o Capitão ficar fora alguns escrauos que dentro não seruirião
demais que degastar os mantimẽtos; e assi lhe deu ordem quesepassassem
da outra parte daterra, firme emquanto o cerco durasse, tendo os officios,
e' trabalhos repartidos por todos ficauão só as molheres, a quem tam-
[30 v] bem coube não piquena parte, porque as demais ydade, e' // e' forças
acarretauão terra, e' area e tudo o mais que podia servir de entulho
para os vaos dos reuezes daporta da fortaleza; que erão tres. Outras
donzellas, e'moças não cessauão dedia, e' denoyte decozer sacos p.ª nos
muros, e' baluartes seruirem deperapeytos aos quenelles estauão, ser-
vindo todos comtanta promptidão, e alegria que ia parecia que sepro-
mettião a victoria certa daquelles imigos, que tão confiados vinhão de
a alcançar dos nossos. Verdade he que Algũa forão perdendo, uendo quam
mal forão recebidos nesta primeyra entrada. O capitão acodia atodas as
partes, animando huns, louuando outros, e' atodos, espertando com seu
bom exemplo, e' incançauel vigilancia sendo aiudado dos Capitães dos
baluartes, cuios nomes ficão yá ditos, e' mereçem que oseyão muitas uezes
pello muito esforço com que pelleijarão, e' animarão aos outros a fazerem
o mesmo e não he digno de piqueno louuor Pascoal flori de almeyda, feytor,
e' alcaide mor que então era daquella fortaleza pellos seruiços que neste
cerco fez a D's, e a S. Mg.de e he justo que se sayba que não só semostrou
[31] esforçado caualr.º mas sabio, e' ar // e' ardilozo, traçando, e' inventando
algũas couzas, que forão demuito proueyto dos Cercados, e' muj preiudi-
ciaes aos imigos, como no discurso desta historia seuerá. O L.do Pascoal
Correa sourão pelleijou cõ apessoa, e' com o Conc.º mostrando bem que
as letras não ympedem as armas, ainda que o premio de seus seruiços
terá alcançado no Ceo. pois emtão pia Occazião accaboua auida que
muitas vezes tinha arriscada nadefensão daquelle malreparado muro.
Foy sentida sua morte de todos geralmente. porque tão grande perda
merecia muito grande sentimento.

Capit.º 5.º decomo os re
beldes dezembarcarão
naylha, e' do que ordena
rão para combater a for
taleza.

Ao primeyro de abril pella menhã a avisarão da fortaleza ir apartando
as lanchas das naos e' se entendeo logo que tratauão os rebeldes desua
[31 v] dezembarcação, e' vindo remando // p.ª a praia forão soando os instru-
mentos bellicos, resplandecendo os peytos, e' murrioens de que todos
vinhão armados. pretendeo o Capitão impedirlhe a dezembarcação, e p.ª
este effeyto mandou sincoenta mosqueteyros com ordem que se a mul-

tidão fosse grande senão arriscassẽ, e' voltassem para afortaleza. O que
elles fizerão com muito bom conselho, porque deque effeito serião sin-
coenta mosquetes contra mil, e' quinhentos: primcipalmente vendo. que
qualquer que morresse faria grande falta na fortaleza em tal tempo.'
mas por não parecer aos imigos que não auia nella quem lhefisesse
resistencia: quiz o Capitão dar-lhe aquella mostra, mandando.lhe junta-
mente que quando se recolhessẽ puzesse fogo á povoação, porque os imi-
gos senão aproveitassem de algũas fz.das que nella ficarão. Os Soldados
lho puzerão como lhes era mandado, e'embreue espaço pudera arder toda,
porque os telhados são de folhas depalmeiras secas, mas não tinhão bem
ateado o fogo nas cazas, quando sobreueo hũ grande chuueiro, que o
apagou todo, dando muito grande proueito aos inimigos; os quais forão
dezembarcando sem nenũa *(sic)* (28) contradição, nem resistencia.
// ¶ Dezembarcando os rebeldes naquella parte da ilha a que os natu- [32]
rais chamão Mogincatẽ onde está apouoação dos mouros mui afastada da
fortaleza, vierão marchando em muy boa ordenança, tocando sempre
suas caxas, pifaros, e' trombetas fazendo seu caminho p.ª o Convento
de S. Domingos, onde determinarão fortificar sẽ, e' nelle pararão, e'sere-
colherão. Entre este Convento, e' a fortaleza está hũa piquena irmida *(sic)*
dedicada ao Archanio. S. Gabriel, a que opouo tem muita deuação por ser
a primeyra, que naquella ilha foj e'difficada. Nella acharão alguñs
Olandezes que a ella forão a hũ Antonio Soares cazado ẽm goa, e' que
della auia Chegado nosgalleões que dissemos, que nella setinha recolhido
comtoda sua fz.da e pretendendoa saluar consigo ficou fora da fortaleza,
a qual lhe foj logo tomada toda, e elle leuado ao general, que omandou
reter, ainda que com bom tratamento

Considerada hé pellos imigos a disposição do Convento lhes pareceo
muy accomodada não só p.ª ofender delle afortaleza, e' abater, mas para
se defender della. Bem // Bem entendeo o Visorey D. Luis de Atayde (29) [32 v]
quão grande padrasto podia este Convento ser a fortaleza em semelhante
occazião; e' assi vindo segunda vez por Visorrey da jndia, e soccedendo
invernar em Moçambique mandou sobreestar nas obras prohibindo, que
em nehũa maneyra fossem pordiante, a mesma prohibição fez o Visorrey
Mathias de Albuquerque (30) passando aquella Ylha, e' assi sobreestiuerão
as obras todo o tempo de seu governo, mas como os padres não tinhão
posse' p.ª fundar noutra parte, e' os Visorreis prohibião, e não dauão
ajuda p.ª outro foi a obra crecendo pouco a pouco vindo a ficar em sua
perfeição á tempo que mais periudicial. foy a fortaleza, e melhor se

(28) nenhuma.
(29) *Vid.* notas finais.
(30) *Vid.* notas finais.

aproveitarão os imigos della. Verdade hé quepara pouoação tão pequena hé o edifficio demasiadamente grande.

Ao outro dya pella manhaã, que forão. 2 de abril amanheceo a hũa das portas do Convento hũa trincheira de terra levantada do chão emboa distancia e'nella duas pecas de Artilheria, comque começarão abater a
[33] fortaleza sem della lhe poderem fazer danó algũ, assi porque // os defendia a parede da Igreja que na grossura queria competir com o muro da fortaleza, como perq̃ os condestables (31), e' estauam reparados com muitos fardos de roupa, que acharão napouoação, e a sombra destas peças que começarão a disparar e prejudicar com ellas aos nossos, foram levando diante muitas pipas, e' quartos cheos de terra, com os quais chegaram athe o alpendre da ermida de S. Gabriel pondo nelle bom presidio de mosqueteiros, que reparados das pipas e' quartos não cessauão de disparar seus mosquetes contra os que apparecião sobre o muro.

Ao quinto dia fizeram outra trincheira semelhante da outra parte da hermida onde puzerão hũa peça grossa com seu presidio de mosque-
[33 v] teiros. e' rompendo a // parede da capellamor da mesma hermida fizerão hũa bombardeira em que acestarão hũa peça mayor que todas as outras, a qual lançaua balla de uinte e quatro arratens de ferro fazendo tremer os muros da fortaleza todas as vezes que disparava, assombrando a gente fraca com dous hecos que com seu desatinado estrondo causaua. Tinha catorze palmos de comprimento, e' seis na roda da Camara; foy fundida o anno de 606. como mostrauão as letras que tinha, e deuia ser para o effeito que então seruia, mas elles uoltarão sem ella perdendoa ao tpo (32) da embarcação de que os nossos se aproueitarão muy bem no segundo Çerco, que os Imigos puzerão o anno seguinte a esta fortaleza. ~

Deste lugar determinarão os Imigos Jrrompendo a terra levandoa
[34] sempre di // diante, até se abarbarem com a fortaleza abrindo vallos, e'cauas de doze palmos de altura, custandolhe esta obra infinito trabalho per ser aterra muy aspera, e muy dura de romper tendo muytas pedras e' muito grandes, E em partes acharem rocha uiua, a qual rompião aforça debraço, e' de picão sem os da fortaleza lhe poderem perjudicar pella muita altura dos Vallos Emultidão de revezes.

Emquanto algũa parte dos soldados, e gente do mar trabalhaua nestes vallos, se Occupauão outros em fazerem hũ terrapleno, ou plata forma junto do mesmo convento de S. Domingos, ajudandosse de muitas uigas q̃ nelle, e na povoação acharão, e de muitas palmeyras que na Ilha auia entulhando tudo e fortificando o de maneyra que puderão plantar
[34 v] sobre esta machina tres peças de ar // artilheria muito grandes conque começarão a bater a fortz.ª peraquella parte mais vezinha as portas della, uzando damesma traça dos fardos de roupa e sacos de terra

(31) = artilheiros.
(32) tempo.

de q̃ se tinham apueitado *(sic)* (33) nas outras trincheyras para defenção dos Condestables, e não fazião estes repairos pouca resistencia as bombardeyras dos nossos, porque como os fardos erão muitos e' muito grandes com a chuua que sobreueo se forão pegando hũs aos outros, demaneyra que a nossa artilheria os nam podia desfazer detodo, e odano que recebiam reparauão logo com outros fardos e sacos que tinham de sobresalente. ~

A sombra desta artilheria foram rompendo terra por tres partes saindo com outras tres covas, e' vallos naforma dosprimr.os ate chegar a hũa ramada que estaua junto a porta da fortz.ª a cuja sombra os soldados de // guarda custumauão em tpo de paz a entreter se leuando [35]
sempre de si todo o entulho, e terra que se tiraua das cauas que yão fazendo. Chegados a este lugar encherão muitas pipas E quartos de terra para defenção, e repairo dos prezidios de mosqueteiros, que nas bocas destes tres vallos tinham posto, os quais de dia e de noite disparauão grande numero de pelouros contra a fortaleza, demodo que nam podia por aquela parte pareçer pessoa algũa sem notauel risco dauida. Despois de fortificados os Imigos nesta parte vierão saindo em reves com nouas cauas, E vallos do mesmo theor athe dezembarcarem defronte das portas da fortaleza a tiro de mosquete.

Neste lugar fizeram de terra, e Madeira outra plataforma da mesma maneyra que a que tinham feito junto ao Conuento de S. // S. Domingos [35 v]
mas muito mayor e' mais forte, e' nella acestarão sinco peças de artilheria as mayores, e' mais grossas que em sua companhia tinhão trazido rodeando toda a machina dos fardos, e sacos deque tantas uezes se tinhão seruido, E porque setemião que os nossos lhe fizessem arrebentar algũa das peças com que lhe meter algũ pellouro pella boca, ascobrião todas com panos azuis damesma cor dos fardos, e sacos que tinham pera seu resguardo e' assy as não uião os da fortz.ª senam quando querião desparar, perq̃ entam leuantauão os panos para fazer milhor tiro. Mas não lhe ualeo esta preuenção perq̃ os nossos estauão sempre com obotafogo na mão Esperando que o pano se leuantasse, e vendoo punhão fogo as peças que Mais lhe podia perjudicar, E assy lhe fizerão arrebentar algũas cõ muyto daño dosque seacharão perto. ~
// Todauia desta parage recebeo grande daño o beluarte S. Ant.onio em [36]
que estaua por Cap.m Ant.º Monteyro Corte real que cae sobre as portas da fortz.ª e as defende, e' assy dos tiros que no primeyro dia fizerão, puzeram por terra todos os altos delle, e todos os fardos e sacos que os nossos tinham feito para sua defenção disfizerão e' arruinarão. Mas a noite seguinte tornarão os nossos areparallo de novos fardos, e sacos tendo o trabalho e deligencia das nobres molheres feitos de sobresalente dous mil sacos de terra para semelhantes necessidades, E não bastauão

(33) aproveitado.

menos pois cada dia segastauão mais de duzentos que as molheres
enchião, e' com os moços de seruiço accarretauão e' punham no alto do
muro onde os soldados osyão buscar para os por nos lugares necessarios
[36 v] sem poder emtanta pressa auer repoizo algum em nenhum genero // de
pessoa, nem comtudo pareçia que algũa secançaua ~

Cap. 6.º da instancia que os
Inimigos fazião na conquis
ta da fortaleza, & da morte
de seu mestre de campo ~

Era notauel a instancia com que estes rebeldes apressauão a con-
quista, e' o muito que todos trabalauão nella: Dezoito dias auia q̃ tinham
desembarcado, nos quais não sendo mais que mil, E quinhentos soldados,
e' algũa gente do mar que os ajudaua, ficando os demais nas naos, para
sua defenção tinham feito quatro baluartes, duas plataformas de mayor
artefiçio, e' machina, tendo rota a terra do conuento de S. Domingos athe
[37] as portas da fortaleza com tres vallos E cauas (34) tão grãdes // que
tinhão doze palmos de alto, E dez de largo sendo a distancia de hũa parte
a outra de duzentas E cinquoenta braças medidas a posta, e' da hermida
de S. Gabriel fizeram outros tantos, & da mesma forma contendo de dis-
tancia cento e' uinteçinco, trabalhando com tanta pertinacia que uencia
a dureza da terra, das rochas e das pedras, que pareçe que querião impe-
dir sua deligencia, a qual com ser tanta, muitas uezes ficaua frustrada,
por que a chuua era tal, que tornaua aleuar o entulho com muita pressa
onde com tanto trabalho o tinhão tirado, perdendo algũs a uida nelle,
mas os Inimigos instigados de sua malicia, é' das exortações de seu
mestre de campo que armado de luzente peito Emurrião e' com hum bastão
[37 v] na mão assistião continuamente a esta obra, andando sempre a uista //
dos nossos mas em parte onde senão receaua de seus mosquetes, por ter
exprimentado q̃ não chegauão a tão longa distancia, do que exarcebados
os nossos, e' parecendo lhe que o andar tão descuberto era fazer pouco
cazo delles, dispararão algũs mosquetes para aquella parte e notando bem
conquantos passos nam chegaram os pelouros, aonde elle estaua acres-
centarão a carga de novo, e' dispararão em tão infelice hora hora *(sic)*
para o mestre de Campo Olandez, que hum delles lhe acertou por hũa
perna fazendolha em pedaços de que logo cayo, sendo leuado pellos seus
ao Conuento com universal sentimento de todos; soccedeo outro em seu
lugar que foy continuando nas obras dos vallos, todavia cõ mais cautella
de sua pessoa.

(34) = valas, escavações.

~ Baterão neste tpõ os jnimigos a fortaleza // com treze peças de [38]
artilheria grossa, E com m.tos esmerilhões (35), que pellas çellas *(sic)* do
convento E pella çerca delle tinham posto, que pareçe q̃ todo elle se
apostou a guerrear a fortaleza, não cessando nunca os mosquetes que
estauão nos prezidios mais perto della, sendo a bateria tão continua, que
ninhum dia o numero das bombardadas deçeo de cento e' vinte. ~
Não contentes os rebeldes com tanta bateria e' tantas machinas,
quantas uzauão contra a fortaleza uendo a constancia com que os nossos
resistião, amanhecerão hũ dia trinta passos do baluarte S. Gabriel cõ
nova machina e' baluarte feito de terra, E madeira muito junta, trazendo
muitos caixões grandes que na pouoação acharão, e' enchendo os de terra
puzerão hũs sobre os outros a caualete fortificando tudo com traues E
troncos de palmeyras que cortauão, dentro do qual // puzerão muitos [38 v]
esmurrilhões (36) muy perjudiciais E duzentos mosqueteiros, que pellos
uallos entrauão e' sayam a seu tpõ sem risco de nenhũa pessoa, e' ficando
reparados com os troncos E caixões não cessando de nauejar pellas ces-
teiras (37) que fizeram aos que estauão na fortaleza e muito mais aos que
defendião o baluarte S. Gabriel a que estauão tão uezinhos ficando lhe
tanto yguais que quasi o descobrião todo. E como a distancia era piquena,
nam podia a nossa artilheria fazerlhes dano algũ, passandolhe todos os
tiros por alto, de que os nossos querião arrebentar uendo o dano q̃ rece-
bião, e' o pouco que lhe podião fazer, e' exarcebados mais com a perda de
algũs Portuguezes, q̃ os rebeldes matarão as mosquetadas, inventarão hũa
traça que ajnda que era perigosa foy muito custosa aos imigos. ~
Tem este baluarte S. Gabriel dous // espigões grandes lançados p.ª o [39]
campo feitos p.ª sua fortificação, sobre os quais com madeyra E terra
fizerão dous caualleiros onde se puzerão algũs soldados amparandosse
com os sacos de terra (unico, E ordinario repairo daquela fortz.ª (38))
começarão a fazer notauel dano aos inimigos, pescando hũs pellas seteiras,
e' matando a todo o que se desmandaua para qualquer parte em que se
descobrisse; e' certo que he cousa digna de muy grande espanto uer o
lugar tam arriscado, em que o desejo da uingança de seus companheiros
poz a estes valerosos soldados, porque o lugar onde estavão postos, sendo
batido de mais de doze esmerilhões, que os inimigos começarão logo a
disparar contra elles. Ordenando Ds' que nenhũ lhe perjudicasse. ~
Como este baluarte não estivesse mais distante da fortz.ª que trinta
passos como fica // ditto hum dos olandezes ao por do sol, leuantou [39 v]
a voz dizendo. Eia Portuguezes não se sofre guerra entre homens racio-

(35) = antiga peça de artilharia.
(36) = espingarda de cano comprido.
(37) = seteiras.
(38) fortaleza.

nais, E politicos com tanto silencio, o matarsse calando he só de animais brutos: Nos ainda que uarios successos nos fizerão inimigos, a natureza a todos fez Irmãos, e' companheiros, e' pois damos tanto tpo (39) ao odio, e a guerra, demos tambem algum espaço a amigavel cõmunicação. E descançemos hum pouco para pelejar com mais força, demos conta hũs aos outros de nossos successos, nam para aliuiar os jnimigos, senão para engrandecer cada hũ aos seus. Temos licença do nosso general p.^{a} este exercicio, Estimaremos que a alcançeis do vosso. ~

Ouuia o Cap.^{m} todas estas palauras, por estar prezente quando ellas se disserão?, E entendendo que nos podia ser de proueito esta tregoa, que os inimigos pedião por algum espaço, para nelle se reparar com mais segurança o // odano que a artilheria inimiga todos os dias fazia nos sacos, fardos, e' repairos dos muros, E baluartes, permitio que liure e
[40] seguramente pudessem tratar com os nossos a primeyra mea hora do quarto da prima, dando sua palaura que neste tpõ poderião estar sem receo algum da fortz.^{a} Os Portuguezes lhe derão esta reposta, q̃ os inimigos festejarão, assy pella curiosidade que tinham mostrado, como para poderem chegar mais ao muro da fortz.^{a} as mantas E cauallos de madeyra, que tinham feito, que como eram muito grandes nam as podiam trazer por dentro dos vallos, e' trazendoas descubertas uinhão arriscadas as bombardas e' mosquetadas dos nossos.

Chegada a hora da conuersação appareçerão algũs Olandezes mais perto do muro entre o seu baluarte e' o nosso de S. Gabriel, E saudando aos da fortz.^{a} cortesmente lhe derão boas novas da saude de S. Mg.^{de}
[40 v] E de algũs grandes // grandes da corte. Tras isto as derão tambem do R.^{no} (40) ajuntando q̃ o anno atras passado não uierão naos para a India, mas que a occazião namfora o vento sul, como a India se escreueu por terra, mas aquella mesma armada com outra muyto grande esquadra que em sua companhia ya se puzera na barra de Lixboa, e não deixara sayr cousa algũa por ella fora emq.^{to} durou a monção depoderem uir para a India, e' que naquelle prezente anno não tinham q̃ esperar, porque o R.^{no} estaua tam pobre, E tão impossibilitado que não podia mandar mais que tres ou quatro naos uelhas, e carraças (41) mal aparelhadas, que podião escapar mal da daq̃lla armada que aly tinhão, E de outra de treze naos porque esperauão, E que tambem não tinhamos que esperar soccorro da India, porque o Visorrey Dom Martĩ Afonso (42) leuara ao sul
[41] tudo o q̃ nella auia, onde foi desbaratado por outra armada da // sua de catorze naos que tinhão Malaca de çerco *(sic)*, e' que ja todas aquellas

---

(39) tempo.
(40) Reino.
(41) = grande navio antigo.
(42) *Vid.* notas finais.

fortalezas lhe estauão sogeitas, e' que muito cedo lhe estarião as queficauão, e' continuando a pratica disserão que ja senam espantauão de nossos roins successos porque depois que perderamos aliberdade eficaramos sogeitos a Castella degeneraramos dos antigos Portuguezes, de quem ja não pareciamos descendentes. ~

Ao que os da fortaleza responderam que lhes agardeçião as boas nouas, q̃ da saude de S. Mag.^{de} lhe derão, e' que com o gosto que dellas receberão poderião consolar a pena que das outras que lhe derão poderião tomar emcaso que fossem uerdadeiras, no que senam persoadião porque não eram elles agente, que auia de impedir o curso de nossas armadas nemq̃ ouuessem de fazer rostro ao Vizorrey, que tinha passado ao
sul, porque // seu custume era roubar mercadores, e fogir de soldados, [41 v]
mas que não era muito faltar com a uerdade das palauras quem auia tanto tpo que faltaua com a devida obedienςia ao Pontifice Romano, Ecom a sogeição a seu Rey natural, E seu Sor (43), e sequereião experimentar se os que estauão naquella fortaleza eram descendentes dos Portuguezes antigos, Euerdadeiros imitadores seus, o poderião fazer facilmente alcançando licença do seu General, para cinquenta Olandezes entrarem em campo cõ vinte cinco soldados Portuguezes, e' que neste desafio seconcluisse apertenção da fortaleza, E que o Cap.^{m} della seguraua o Campo da sua parte, E daria refens athe cumprir a palaura, E que aelles deixauão escolher o dia E as armas. ~

Ficaram os Ynimigos confusos deuer a resolução dos nossos, e'
nenhum queria responder todauia instando pella reposta // disse hum [42]
delles que ocomunicarião com o seu general, E porque os nossos zombarão, Emotejarão de sua couardia, responderão que era custume dos pouos vendosse em aperto tirar forças de fraqueza, que mal podia o Cap.^{m} arriscar uintecinco soldados quando todos os que estauão na fortaleza não chegauão a cento: que melhor seria tomar bom concelho com tpo E entregarense em suas mãos antes do vltimo cõflicto, E rompimento da fortaleza, occasião emq̃ a piedade não tem lugar porque tudo assola, E destrue a yra, E impeto dos uencedores, que tratassem de suas uidas, que era o que mais podião estimar pois estauão certos que quando durassem os muros contra a furia de suas bombardadas, não podião durar lhe as munições, agoa e'mantimentos mais que tres meses porque elles os tinhão muy bemcontados, e'que se as necessidades os auião de
fazer entregar p.^{a} // que o deixauão para tpo que com a fortz.^{a} perdessẽ [42 v]
asuidas, fazendas, E liberdades, molheres, e f.^{os} (44) vendo os da fortaleza que yam tomando mais licença do necessario, lhes disseram, que pois

---

(43) senhor.
(44) filhos.

sabião tam malguardar o respeito que deuião que não querião com elles outra conversaçam senão a dasarmas em q̃ elle se não mostrauão tão fortes como nas palauras. ~

Cap. 7 do Successo q̃ tiue
rão dez soldados que o
Cap.m D. Esteuão mandou
tirar a ponte q̃ estaua na
caua da fortaleza. ~

Estauão ja os inimigos tão perto da fortaleza que se receou o Cap.m que lhe pudesse perjudicar hũa ponte leuadiça q̃ estaua na caua q̃ daua ser-
[43] uentia da pouoação p.a a fortaleza, e tão // tambem p.a q̃ os inimigos senam pudessem aproueitar da Madeira della p.a algũas de suas machinas determinou mandalla tirar, o que poz em effeito hũa noite, escolhendo p.a ysto dez soldados que ao quarto da prima rendido sayram pello postigo da praya, e' com todo o silencio que lhe foy encomendado derão volta a fortaleza, e leuantando a ponte aforão encostar ao reuez do belluarte S. Gabriel, escondendoa á uista dos ymigos, e' com a mesma diligencia, e' silencio entupirão a porta da fortaleza da banda de fora compedra, terra, E area que naq'lle revez estaua, e' recolhendosse p.a a fortaleza có muyto boa ordem encontrarão duas espias contrarias que andauão fora dos prezidios, e'apartados de toda a outra Companhia entre a ramada E a fortaleza, E como soubessem quanto o Cap.m desejaua auer hũ Ynimigo
[43 v] destes as mãos // mãos para se inteirar de seus desenhos, tanto que tiuerão uista destes dous, se arremeçarão a Elles demanr.a que lhe não puderão escapar.

Os Olandezes vendosse em poder dos nossos E que os querião leuar para a fortaleza começarão a grandes uozes achamar pellos seus que lhe valessem bradando sempre Ymigos, Ymigos. Com os gritos dos catiuos se alborotarão os prezidios todos, e se puzeram em armas, O mesmo fizerão os que com o general estauão de guarda no convento onde começou a soar hũa trombeta que destintamente dezia recolher, recolher. Os nossos que tinham prezo os dous Olandezes, uendo o estrondo das armas, E o reboliço que em todos os prezidios auia temendo que acodindo as vozes dos catiuos lhe pudessem escapar das mãos os matarão as punhaladas não lheualendo a humildade que mostrarão quando uirão
[44] a deliberação // deliberação que os nossos tomarão de os segurar com a Morte.

Recolherão se os dez soldados pello postigo por onde tinhão saydo, onde forão recebidos com muyto aluoroço dos companheyros, E com elle os leuarão ao Capitão, que sabendo o que deixauão feito, E aboa ordem

que em tudo guardarão, os abraçou atodos agardecendolhes o que fizerão, e'entre outras palauras lhe disse estas.

Nam vos pareça valerosos soldados q̃ quando vos mandey emprender o que tam felicemente compristes, tiue deuos pouca confiança, pois quem tinha uisto o que todos tendes feito destes muros p.a dentro, bem podia entender o que cada hum deuos faria achandosse fora, e' assy não he novo p.a mi oesforço que mostrastes, mas he principio das victorias que espero o successo que tiuestes, com o qual a hũs de nos enchestes de alegria, E a outros enveja, // porque algũs nam festejam tanto o que uem [44 v]
feito como sentem não serem prezentes quando se fazião, mas auos E a elles prometo que uos nam negue as occaziões que se offerecem em que possais mostrar ovalor deuossas pessoas E para ellas guarday avontade que emtodos noto de uir as mãos com os Imigos demais perto. Hũa só cousa uos encomendo, que em semelhantes successos quando não puderdes trazer uiuos a fortaleza os inimigos que vos cayrem nas mãos lhe tragais as cabeças com cuja uista sey eu que leuara Este pouo grande contentamento, E por isto dera ametade deminha faz.da por auerdes trazido hũa ou ambas as cabeças dos rebeldes que matastes.

Todos os que se acharão prezentes mostrarão agradeçer ao Cap.m o termo tão honrozo que com elles tinha uzado, mas hum dos dez que se acharão no assalto chamado Manoel // Manoel Frz (45), pezarozo delhe [45]
faltar com aquelle gosto lhe respondeo. Nam he este o tempo Ill.mo Sor emque os bons caualeyros e Soldados honrados poem os olhos empremio nem interesse senão na obrigação doque professão, na fidelidade que deuem a seu Rey, arriscando auida em seu sereuiço, E na defençam de sua fortaleza, e' ainda que me conheço pello menor demeus companheyros, todauia quero yr buscar hũa das cabeças dos Olandezes mortos, e não terey por premio piqueno o gosto que V. M. afirma que com todo este pouo receberia. Dittas estas palauras selançou per hum pique abaixo per hum reuez da fortz.a (46) com hum traçado atiracolo, e posto embaixo foy demandar a parte donde deixara aos corpos mortos, e' ja os nam achou, porque os Inimigos os tinham recolhidos, e uendosse perplexo, e' indeterminado, parecendolhe que era grande falta não cumprir // a pala- [45 v]
ura que tinha dada, e' que algũs ymaginarião que não ouzara chegar onde os mortos estauão, podendo levar por testemunhas de seu esforço algũs despojos que aly ficarão dos dos mortos senão quiz contentar comysso, julgando por pouco tudo o não era leuar hũa cabeça Olandeza consigo conforme a sua p'messa. ~

Pello q̃ se deliberou em cometer hum dos prezidios euer se podia de improvizo assalto cortar a cabeça a algũ ou morrer na empreza.

(45) Fernandes.
(46) fortaleza.

Com este intento encaminnhou para onde os prezidios estauão, e' chegandosse perto dos Vallos, quiz sua boa sorte que achasse hum Olandez estirado no campo, e arremeçandosse a elle com o traçado na mão lhe poz os pes sobre os peitos, euendo que não fazia mouim.to algum lhe poz os pes sobre os peitos imaginando q̃ estaua morto, mas nam sedetendo
[46] muito nesta ymaginação lhe cortou a cabeça // cabeça Ensaguentada a trouxe p.a a fortaleza dentro no mesmo chapeo do miserauel defuncto que emcaso que estiuesse morto nampodia auer muyto tpo (47), pois ainda o sangue parecia fresco. E todauia seentendeo que nam podia ser dos dous por quem levou hum delles p.a o enterrar não auia de deixar o outro só, E tamperto de seus prezidios. Finalmente o bom soldado com a cabeça prometida uoltou para a fortaleza, e' sendo aiudado dos derriba que o estauão esperando sobio por onde decera não causando menos espanto com a noua deliberação que tomara que gosto com a promessa que compria. ~

A cabeça se aruorou no baluarte em que o soldado tinha sua instancia, Eelle tam contente do que tinha feito que lhe não lembra mais premio nem satisfação. Verdade hé que anda acertado em se contentar com o que em si tem, porque se aspirar a mais lhe darão afeitoria de Mom-
[46 v] baça // ou de Mascate, porque as satisfações grandes as praças de jmportancia não se dam muitas uezes na India aos que as possuem, porque muytos as não merecem, mas dãosse a seu pais e' avos, que ainda que as mereçerão sam ja difunctos, e' assy senão olha pella pessoa que se despacha senam per cujofilho ou neto he. Bem confesso eu q̃ se deue todo orespeito aos homens bem nacidos, e que não ha couza, que nam seja deuida aquem começou lá amereçer por seus auos, E vizauos, mas quem me pode negar que nam mereçe nada o que persi desmereçe. Herança ouue ja no mundo com obrigação que o herdeiro que a não acrecentasse, aperdesse e' justa condição para merecimentos herdados, Ese fora uisto quequem os não acrecentasse os perdesse, quanto mais justo sera que nam aproueytem a quem os não imita, antes os escureçe *(sic)*
[47] com suas obras. Mas recolhamonos eu que fuy // fuy Companhr.o emtodos estes trabalhos eperigos a hũa escreuaninha que o Cap.m D. Esteuão me ouve la nessa Costa da Cafraria, Eoque trouxe a cabeça p.a afeitoria de Mascate se lha derẽ.

(47) tempo.

Cap. 8 do respeito porque o
Captião D. Esteuão de Atai
de mandou dous Portugue
zes a terra firme e despejou
a fortz.a de algũa gente. ~

Nam só estauão os rebeldes S.res da Ilha, e do rio, mas ainda se forão fazendo da terra firme mandando lanchas todos os dias ao longo da praya, que fica defronte da Ilha, desembarcando em todas as partes quequerião, provendosse demuytas carnes, frutas, agoa, E lenha sem nenhũa contradição ou resistencia, o que vendo o Cap.m determinou delhe atalhar, E impedir este // commodo, queera muy importante, e' priuallo [47 v]
da communicação da terra firme, grangeando p.a a fortaleza o refresco, deque elles the (48) entam setinhão aproveytado tanto, para o que escolheo dous homens praticos nalingoa daterra; e experimentados na communicação dos naturaes, E os mandou hũa noyte no tempo que a mare estaua detodo uazia nũa embarcação muyto piquena para que em caso que achassem algũa lancha pudessem nauegar pellos baixos, em q̃ as lanchas o nam podem fazer por demandarem mais agoa, e' assy tomando terra tractassem com as cabeças (49) dos Cafres que nella morauão prometendo lhes muytas roupas E contaria (.que he a mercadoria entre elles mais corrente) os excitassem a impedirem a desembarcação, Ecommunicação aos Olandezes, e' se achassem nos Cafres E mouros da terra
a dis= // disposição que esperauão se deixasse la ficar auizandoo do [48]
que tinhão feito, tornando a mandar a Mesma embarcação, E outras do Mesmo porte, as quais trouxessem todo o refresco que pudessem auendo deleuar por retorno as roupas que lhe tiuessem prometido, e' trabalhassem poruer se por algum dos escrauos ladinos, que ficarão fora da fortaleza podião tomar lingoa das pretenções que os Olandezes tinham neste çerco.

Fizerão os dous expertos Portuguezes o que lhe foy mandado com muita diligencia, e passando na embarcação piquena, alta noyte, aterra firme o puderão fazer sem serem sentidos dos ymigos E como sabião bem aterra, e'conhecião bem os moradores della os forão demandar logo dandolhes daquellas contas de vidro q̃ elles tanto estimão E prome-
tendolhes muitas roupas. Era esta gente amiga // dos Portuguezes, E [48 v]
delles uiuião, seruindoos em suas embarcações, e' tambem tinhão recebido notauel perda com a uinda dos Olandezes, e' por estes respeitos, E muito mais pello piqueno interesse que esperauão, prometerão aos dous Portuguezes, que la forão enviados de fazer tudo o que o Cap.m lhes Man-

(48) até.
(49) = chefes.

dasse, E na mesma noyte derão auiso hũs aos outros para que demadrugada se ajuntassem, despedindo antes que amanhecesse a pequena embarcação com algũas outras em sua Companhia com provimento de frangãos, ouos, frutas despinho E ortaliça, auisando os Portuguezes do bom animo comq̃ os naturaes ficauão contra os Olandezes, e' decomo estauão aparelhados p.ª lhe negar toda acomunicação, e' impedindolhe quanto pudessem a dezembarcação em terra a força de armas, para o
[49] que se ficauão ajuntando // ajuntando muytos armados de suas azagaias, E frechas, E aparelhados para qualquer trançe que se offerecesse. Auizaram juntamente com (50) os Olandezes publicauão nam querer arriscar nenhum só homem na conquista da fortaleza, porque sabião deçerto que nam tinha dentro em si agoa, mantimentos, nem munições, comque sepudesse sustentar tanta gente por muyto tpo, principalmente nam esperando poderlhe uir soccorro da India, e' elles temerem pouco avinda das naos do R.ⁿᵒ que nam custumao vir senão muyto tarde, nam todas juntas, mas hũa E hũa cõ agente enferma, E debilitada, E que antes de sua chegada esperauão estar de posse da fortaleza E assiquerião desistir de todo o assalto pereigoso entretendosse em bater a fortz.ª ate que
[49 v] cõ acontinuação caysse algum lanço de muro // muro, Elhe desse liure entrada na fortaleza.

Foy de tanta importancia a yda destes dous homens aterra firme, que realm.ᵗᵉ pareçe que D's inspirou este meyo, como prim.ʳᵒ E principal para queestes rebeldes, E imigos de nossa fee nam effeituassem seus intentos o que pudera acconteçer se este meyo faltasse, porque todas as contas que elles lançauão erão muy certas, mas todas lhe ficauão frustradas.

Chegadas as piquenas embarcações (a que os naturaes chamão almadias) foram grandem.ᵗᵉ festejadas do Cap.ᵐ, E de todos os que estauão na fortaleza, não só pello refresco q̃ trazião, E esperanças que lhe dauão da Guerra, que os Cafres, e Mouros prometião fazer aos Olandezes, mas muyto mais pello auizo tam importante que lhe trazião, E assychamando
[50] o Cap.ᵐ a concelho aos superendendentes *(sic)* das Estançias // Officiaes, E pessoas principaes da pouoaçam, lhe deu conta do auizo que os Portuguezes lhe tinham mandado da terra firme. S. ficar ella pellos Portuguezes armada contra os Ynimigos, E serlhe forçado uisto seu desenho, que era como uião, tomar a fortaleza por necessidade, e não por armas Pello que era forçado que toda a escrauaria egente inutil, e' que na fortz.ª nam fazia mais que gastar os mantimentos, passassem toda aterra firme pois ella estaua de paz, e' nam corrião os que la estiuessem ninhum risco e' a fortaleza ficaua aliuiada de tamgrande carga poupando os mantimentos, que estes auião de gastar emquanto o Çerco durasse. ~

(50) como.

Aprouarão todos o Concelho do Capitão E com muyta deligencia se foram tomando // tomando a rol todas as pessoas inuiteis E que na [50 v]
fortaleza nam servião em cuja perda se arriscaua pouco por serem os mais delles escrauos forros, e' catiuos, outros enfermos e doentes que folgarão de yr onde tiuessem milhorcomodo p.ª se curarem, principalmente uendo que não auia risco nenhum najornada, E contandosse os que auiam de passar se acharam quinhentas pessoas. No q̃ se pode notar de quanta Importancia foy o auizo que os dous Portuguezes mandarão, E quam perjudicial aos rebeldes publicarem com tanta facilid.ᵉ seus intentos, pois estaua certo o muito perjuizo que estagente auia de fazer dentro na fortaleza se o Çerco durasse pouco mais tpo (51) doq̃ durou, que foram dous mezes; lançando estiba (52) aos mantimentos que nella auia se achou que p.ª os que ficauão que erão menos as duas partes dos que passarão, aueeria Mantimento p.ª // sete mezes, vindo a cada hum por [51]
dia hũa piquena medida de milho, E outra de agoa.

Anoyte seguinte uoltarão as almadias carregadas de gente, E com muitas roupas que o Cap.ᵐ mandou para se repartirem pellos Cafres, os quais contentes E satisfeitos com a boa paga que se lhes daua, acodirão logo arodear as prayas e lugares onde os Olandezes custumauão a dezembarcar, E armados a seu modo lhes começarão a fazer notauel dan'no, principalmente nos primr.ᵒˢ que acharam dezembarcados, E algum tanto desmandados, porque o custume do bom tratamento que os Cafres lhe tinhão feito athe entam, os trazia algum tanto descuidados, Eassy foram mortos algũs, E os outros seembarcaram anado, largando as armas p.ª o poderẽ fazer milhor e mais despejados, ficando tam cheos de medo das azagayas E frechas // eruadas dos Cafres, que [51 v]
nenhum delles ousou mais sayr em terra, perdendo oexercito inimigo o quotidiano reforço e provimento q̃ da terra firme recebeia pella boa ordem que o Capitam D. Estevão nesta materia tem, E pella muyta deligencia que os dous inviados puzerão no negocio que lhe foy encomẽdado. Dezembaraçada a terra firme continuauão denoyte as piquenas embarcações trazendo sempre agoa, lenha, e' muito refresco que para os feridos era muyto necessario E aos sãos demuyto gosto, e' aliuio, leuando aquella gente que se tinha mandado sayr da fortaleza, e' ainda que os Inimigos tinham noticia desta passagem, e' comunicação nunca puderam impedir, porque nauegauão sempre em mare uazia por baixos, onde as suas lanchas não podiam chegar por mais que trabalhassem ~

(51) = tempo.
(52) = estima, avaliação.

[52] Cap. 9.º do que os rebeldes
denouo ordenarão contra
a fortaleza, E da grande re
sitencia que os nossos lhe
fizerão. ~

Foy notauel o sentimento, que os Imigos tiueram pella mudança que os
mouros e' Cafres da terra firme fizerão, não somente pella falta que ao
exercito fazia o quotidiano provimento que della lhe uinha, q.to por
entender que os çercados se auião deprouer, damaneyra que a necessid.e
os não obrigasse aentregarense como elles esperauão enesta opiniam
seconfirmou, mais despois que se certificou que o Cap.m lançaua fora
[53 v] da fortaleza toda agente inutil, ficando so // nella os que a auião de
defender para os quais nam podia faltar mantimento com o que de fora
lhe entraua cadadia, Pello quee see resolveo o general com pareçer dos
seus em apertar mais o çerco, E abreuialo de maneyra que pudesse
entrar a fortz.a ou por assalto ou por minas, oucom quaisquer outros arti-
ficios de guerra; e' assi ordenou damadeyra que trazia 'e de algũa
que na pouoaçam achou dezasete mantas (53) de altura, E largura dos
vallos, que eram de 12 palmos em alto e-10-de largo, E cauas com que
tinha vindo do convento de S. Domingos, ate obaluarte que tinham feito
juntoa fortaleza. ~

Acabada esta machina a trouxerão com muyta quietação E silencio
por dentro dos vallos ate o baluarte onde atiraram fora denoite, e'
quando pella manhã forão // as mantas uistas dos nossos nam causarão
[52 v] piqueno sobresalto, entendendo que os ynimigos pretendião minar a for-
taleza, oupicar omuro, mas como corridos do sobresalto que tiverão,
pedirão algũs licença ao Cap.m para as yrem queimar aquella noyte, q̃
o capitão lhe negou, dizendo que ainda nam era tpo dese arriscarem,
pois emquanto as mantas estauam trinta passos da fortaleza nam lhe
podião perjudicar couza algũa. Todo o dia estiueram as mantas auista
da fortaleza, junto ao seu baluarte, sem que anossa artelharia lhepudesse
persuadir pella piquena distancia que auia de hum lugar ao outro onde
ellas estauão.

Foy aquella noyte muy fauorauel a seus intentos pella grande
chuua, trovões, E relampagos que nella ouve com tanta escuridam que
senam podiaver cousa algũa, eaproueitandosse os Ynimigos de tam boa
[53] occaziam ajuntando todo o corpo do exercito, E homens do // mar os
quais com muyto silencio, E deligencia forão rompendo hũa profunda
caua, com a qual pretendião chegar ao baluarte S. Gabriel que lhe
ficaua mais perto. E por esta caua determinarão trazer as Mantas sem

(53) = parapeito portátil sobre rodas.

que da fortaleza lho pudessem impedir, e' comser agente tanta que pas-
sauão de quinhentos gastadores, e' tamgrande amultidão. S. picões,
lauancas, e' enxadas, E paás comque trabalhauão, era tal afuria dos
uentos, etrovões, que com os da fortz.a estarem alerta emtodo o quarto
da prima nam sentirão cousa algũa, salvo que dequando emq.do (54) seuião
algũs fuzis, os quais erão do fogo que os picões ferião nas pedras em
que dauam; E coniecturando os do baluarte S Gabriel o que podia ser,
E não sabendo como secertificassem. Diogo Carvalho Cap.m que era
daquelle baluarte sedependurou por hũa corda fora do muro, E estando
atento sentio o reboliço dos gastadores, E os golpes dos picões, E alueões
com que cauauão, advertindo quanto se vinnham ja abar // bando (55) [54]
com a fortaleza, pello que leuantou a voz diz.do abrados armas, armas
Caualeyros, e' cheguemonos ao Muro aempedir o desenho destes rebeldes.

As primeyras uozes acodio logo o cap.m mandando tocar osino do
repique, com o que se ajuntarão todos os outros Capitães das outras
estancias com seus soldados. O Cap.m os mandou recolher a seus pre-
zidios, ficando elle no mesmo baluarte S. Gabriel com algũa gente da que
não estaua obrigada as estancias particulares. S. Pascoal Correa ouuidor
Geral, Pascoal Flori dalmeyda feitor, Ruy da Cunha de Mello, e' outros
que naquella occazião nam quizerão pareçer velhos, nem enfermos, por
senam escuzarem de acudir a tam manifesto perigo, juntos todos os
quinze que no baluarte continuamente rezedião, começaram a disparar
algũs mosquetes nam podendo saber deque effeito serião pella grande
escuridam da noyte. Pello que dando logo a algũas panelas de poluora
as deyxaram // cayr ao pe do muro, as quais com o fogo que tomaram [54 v]
descobrirão manifestamente aos ymigos, que com muyta pressa vinhão
abrindo a terra, demaneyra que quasi chegauão com a caua ao mesmo
baluarte S. Gabriel. Tanto que os da fortaleza descobriram a parte onde
os imigos trabalhauam foram lançando nella grande multidão de panelas
de polvora, das quais receberão notauel danõ porquecomo olugar era
estreyto, agente muyta o fogo grande, foy abrazando tantos, que caindo
hũs sobre os outros se foram recolhendo ao baluarte deixando os picões,
enxadas, emais instrumentos com que trabalhauão, sem ouzarem mais
por aquella noyte tornar acontinuar naobra.

Amanheceo e descobrirão os da fortaleza a grande caua q̃ os Imigos
tinham feita tão larga que na parte ondese avezinhaua cõ a fortaleza
estauão postas duas mantas emparelhadas, sendo ambas juntas delargura
deuinte // palmos. Vendo o Cap.m as mantas dos Imigos casi abarbadas [55]
com o muro, E quam facil lhe seria a sombra dellas, ou picaremno ou
Minaremno, semq̃ se lhe pudesse defender, porque as Mantas erão muy

(54) = quando.
(55) = nivelando.

grossas, Eestauão cubertas deterra molhada, demaneyra que nem com fogo, nemcom outro artefício algũ sepodião queimar, nem quebrar de riba da fortz.ª. Com parecer dos officiaes, e' Capitães das estancias escolheo por melhor concelho ocontraminarem O muro da banda de dentro pella parte por onde acaua dos Imigos estaua feita que era nomesmo baluarte S. Gabriel Com esta resolução se começou afazer acontramina com tanta deligencia, que quando ueo a horas de vespora estaua todo o entulho tirado daquella parte que era necessario, E descubertos os alicerces, demaneira que ainda que os rebeldes continuassem suas minas nam perjudicarião a fortz.ª

[55 v] ~ // Acabada esta obra sobirão ao muro E per Concelho de Pascoal Flori' de Almeyda inventarão hũas luminarias ou fugareos de breu, E alcatrão, os quais puzerão em mastros denauios, E de outras embarcações q̃ acazo se acharão na fortz.ª os quais lançados a grande espaço fora della, alumiauão o campo de maneyra que nam podião os Imigos continuar na caua, e' minas semque fossem uistos dos nossos: O que foy occaziam p.ª cessarem algum pouco de suas pretenções, temendo serẽ abrazados com arteficios de fogo que da fortz.ª lhe lançauão e' assy somente trabalhavam os que podião caber escondidos debaixo das duas mantas, que anoyte precedente tinham trazido, E doutras duas, que naquella noyte trouxeram abrindo tanto a caua que as puzerão na ygualdade das outras: e' ainda com todas estas preuenções nam deixarão de
[56] sayr algũs abrazados // porque era tanto o alcatrão, ebreu que com as panelas de poluora lhe lançauão da fortz.ª que nem de baixo do emparo das mantas podião escapar do incendio. Nam ficarão os do baluarte izentos de perigo, porque os Imigos que no prezidio ficauão nam cessauão de disparar os mosquetes, E esmerilhões que no seu baluarte tinhão, com que matarão dous soldados dos nossos aquella segunda noyte; e' voltando a terceyra com mayor impetro foram trazendo as quatro mantas, e' apezar da rezistençia que os do baluarte lhe fizerão matando eabrazando muytos com os arteficios de fogo, que lhe lançauão, as chegarão ao muro do mesmo baluarte, firmando as demanr.ª (56) que nem comgalgas muyto grãdes as puderão quebrar, nem abrazar por mais breu, E alcatrão que lançauão. ~

Andauão os nossos tam colericos que não reparauão nos mosquetes
[56 v] que do baluarte // inimigo continuamente contra elles se disparauão querendo arrebentar de paixam, vendo as mantas dos Imigos pegadas com os muros da fortaleza e' como o baluarte em que pelejauão mamtinhão parapeitos como dissemos, E os que o defendiam se debruçauão sobre o muro, descobrião se muytas vezes e' a luz das luminarias, que tanto tinha aproveitado aos Çercados lhe veyo a prejudicar de maneyra, que apon-

(56) = de maneira.

tando os Imigos dos q̃ se debruçauão, entre elles pescarão com hum mosq̃te pella testa a Ruy da Cunha de Mello, que logo cayo morto com grande sentimento do Cap.m D. Esteuam e de todos os mais. Traz elle matarão logo ao licenciado Pascoal Correa Sourão, senda *(sic)* esta a mayor perda que os nossos tiuerão em todo o discurso do Çerço. Dos ynimigos morrerão tantos q̃ se ouuerão de retirar satisfeitos com deixarem postas as mantas no lugar onde pretendião. ~

// Cap. 10. De hum assalto, [57]
q̃ vinte, e'. cinco soldados
Portuguezes derão ao exer
cito inimigo, E do q̃ nelle
lhe socedeo.

Apartados os ymigos da fortz.ª ficarão os nossos com algum descanço mas com graue sentimento pella falta do licenciado Pascoal Correa E dos mais que com elle acabarão, mas não perderam o animo por se verem menos nem os enfraqueceo a uista daquelles corpos despedaçados E disformes, antes pareçe que se endureçerão e azedarão mais contra os ymigos, que de tais Companh.os os tinham priuado, e' assy estando juntos alguns soldados das outras estancias que para o enterramento acodirão aquella do beluarte S Gabriel se começarão a incitar hũs aos outros, passando palaura entre todos mansamente, que pedissem // licença ao Cap.m para [57 v]
que fizessem hum assalto naquella noyte em que os ynimigos deuiam de estar mais cançados, e' menos cuidadosos de serem combatidos, e' conformandosse vinte e çinco delles num pareçer, ajuntandosse num corpo se foram ao Capitão que ainda estaua em pe no baluarte, onde lhe disse hum delles em nome de todos, estas palauras. ~

Nam he tpõ Ill.mo Sõr dedilatar mais a saida, que ha tanto desejamos fazer contra estes rebeldes inimigos de nossa fee, porquee se tegora confiamos na fraca rezistencia deste muro batido por tantas partes, já as machinas que se ajuntarão o tem arriscado demaneyra, q̃ se o nam soccorrermos nos faltara muyto depressa, assy que a necessid.e nos força a pedir licença a V. M. para darmos hum assalto no Campo ynimigo, E a mesma deue obrigar a V. M. a nola conceder E permitir que cometamos o beluarte que esta // mais vezinho a esta fortz.ª, e' se leuarmos com nosco [58]
fauor do Çeo como esperamos podera ser que achandoos descuydados descançando do trabalho, que estes tres dias enoytes continuamente tiuerão, os perturbemos de modo que faz.do fogir a todos, matemos algũs, e' quando assy não for ao menos nam poderão tirar que com o breu, E alcatrão que da fortz.ª nos lançarão, lhe queimemos as mantas que estão tam pegadas ao muro, E o liuremos do perigo em que esta de poder ser

minado, ou picado: o que de riba não podemos effeituar por estarem
cubertas de terra e se cazo for q̃ deixemos as vidas em suas mãos damos
a V. M. nossa palaura que seja tanto a custa sua que fiquem elles
reçeando *(sic)* segundo assalto, ou poruentura deixem o Çerco vendo a
deliberação com que sabem perder as uidas os defensores desta fortz.^{a}, e'
[58 v] se dezenganem que q.^{do} falte dentro quem a defenda hade ser a tempo //
que nam ha de ficar fora quem a possa conquistar, e não sera nouo que
mortos aliuremos deste cerco, pois a mão abrazada d'Sceuola (57) liurou a
Roma do seu: e' entre as cousas que nos dão confiança, hũa dellas he
entender que pella chuua E escuridam da noyte se nam poderão os imigos
ajudar de seus mosquetes sem os quais estes vinte cinco, que nos offere-
çemos *(sic)* parecenos muytos contra seu exercito, quanto mais contra
o prezidio de hum so beluarte, nem V. M. nos deve negar Esta licença
receando a falta que fazemos na defenção de nossas Estancias, porque a
assistencia a nellas ja nam he tam necessaria como o queimar as
machinas que de tão perto as ameação, e' sem se expor a perigos ninguem
alcançou grandes victorias, e' sobretudo lembramos a V. M. que temos
eleyto por Cap.^{m} E companheyro contra estes hereges ao glorioso S. P.^{e}
[59] Martyr, que tão grande perseguidor delles foy, cuja festa // elles impedem
amanhãa senão festeje cõ a solemnid.^{e} que este pouo em seu convento
custuma E debaixo de seu amparo sem falta yremos seguros, E voltare-
mos victoriosos. ~

O Cap.^{m} os ouuio, E notou bem o desejo E aluoroço com q̃ todos esta-
uão p.^{a} cometer o assalto afligindose já porque lhe tardaua com a licença
e' resoluto em lha conceder lhe respondeo. Nam quero que ymagineis
animosos companh.^{os}, E valerosos soldados que o dilatar tegora esta
licença que ha tanto pretendeis foy por algũa desconfiança q̃ de uos e dos
mais companheyros tiuesse, pois experiencia me tem mostrado que
mayores emprezas se podem fiar devosso esforço, mas como sois tampou-
cos E tam necessarios, qualquer de uos que na fortz.^{a} faltasse nos faria
muyto grande falta, e' assy determinaua de vos não arriscar senão em tam
urgente necessidade como a prezente para a q.^{l} (58) folgo que uos anteci-
passeis primeyro que eu uos mandasse assi porq me liurastes da perplexi-
[59 v] dade // xidade que eu poderia ter na Eleição que fizesse como porque o
aluoroço com que nos offereceis hade acressentar muyto esforço ao
piqueno numero dos que cometeis a empreza. Tambem não quero que se

(57) *«Scaevola»*.

É conhecido o acto heróico do C. Mucius Scaevola, jovem romano que preferiu queimar a mão direita, com que errara o alvo, a responder ao Rei Porsenna, «lars» da Etrúria, que tentou assassinar quando este assediava Roma.

(58) = qual.

diga (se desta escaparmos) que me pedistes l.^{ça} (59) para queimar as man-
tas que estauão pegadas cõ o muro da fortz.^{a}, E eu que uola neguei, podendo
ser de tanto proueito como espero. Pello que de muito boa vontade uola
conçedo confiado na deuina misericordia, e' na boa Eleição do sancto
que por Cap.^{m} escolhestes que sera de tanto effeito este assalto, que com
elle deis principio as victorias q̃ esperamos: p.^{a} o que escuzo fazeruos
lembrança algũa nem encomendaruos a importancia deste negocio, pois
tudo o que uos pudera fazer, vos mo dissestes somente uos prometo que
eu E os mais que na fortz.^{a} ficamos estaremos sobre o muro acuja sombra
uos recolhereis, sendo cazo que não ayeis occazião tam prospera como
desejais, E delle vos defenderemos de maneyra que uos não possão os
Imigos perjudicar, mas como de // penhor E refens do que metendes [60]
prometido me de cada hum de uos hum apertado abraço, o que todos elles
fizerão, obrigandosse de novo atrabalharem quanto lhe bastasse as forças
a pagarẽ com obras de grande gosto seu o bom termo que com elles
uzara.

Despedidos do Cap.^{m} se forão a sala de seu apozento que seruia de
Igreja, onde estauam tres religiosos, da Ordem dos pregadores E outros
clerigos graues, que na fortaleza residião, que com os mais que os acom-
panharão postos em giolhos diante da Imagem de hum deuoto crucifixo
disserão as ladainhas com muita devançam E algũas lagrimas pedindo a
N. sõr ajudassem aquelles soldados fieis contra os inimigos de sua fê.
Acabadas as orações os forão acompanhando ate o postigo da fortz.^{a} q̃
esta da banda da praya, os quais vendosse fora dos muros mandarão hũa
espia diante, a qual a poucos passos encontrou com duas do Olandez junto
aos baluartes S. Gabriel // que vendo a nossa derão logo rebate aos seus, [60 v]
q̃ andaua gente fora da fortz.^{a}, com o que todos os baluartes. E prezidios
dos rebeldes se puzerão em armas, tocando seus instrumentos belicos, E
aparelhandosse para qualquer assalto. ~

Ficarão os nossos descontentiss.^{os} de se uerem sentidos, e entendendo
quanto mais arriscada ficaua sua pretenção. O Capitão ouuindo o rebate
dos inimigos mandou com muyta pressa recolher os nossos, mas quando
o recado foy ja elles eram partidos com intenção de tirarem as mantas
do lugar em que estauão, ja que por serem sentidos nam podião fazer o
assalto que pretendião no baluarte dos rebeldes. Chegado ao pe do ba-
luarte S. Gabriel sem serem sentidos por estarem os inimigos recolhidos
em seus prezidios forão entrando pella caua. E pegando pellas mantas p.^{a}
as tirarem p.^{a} fora, o nam puderão fazer por estarem emcrauadas na
terra, e serem tam pezadas, E fortes que nem mover se podião. Cheos // [61]
os valerosos soldados de colera e paixam por uer quão mal lhe yão

(59) = licença.

succedendo suas traças, determinarão vingarse nos rebeldes, E empregar nelles toda a yra, E paixão que tinhãm concebida. Com esta deliberação partirão para o prezidio dos mosqueteiros que como temos dicto estauão trinta passos deste baluarte S. Gabriel ao pe do qual na caua que tinhão feito, para a parte da fortz.ª encontrarão quatro Olandezes que Estauam deuegia aos quais arremeterão os nossos tam depressa que lhe não puderão os ymigos escapar por mais que lhe forão fogindo p.ª dentro dos vallos. Na subida dos quais ficarão dous mortos, e' os outros duos tonarã *(sic)* feridos as naos, E entregues a dous soldados dos nossos que os foram trazendo p.ª o postigo da fortaleza por onde tinhão saido. ~

Os vinte e tres Portuguezes que ficarão com animo E ligereza *(sic)* incriuel se puzerão encima dos vallos do prezidio dos imigos os quais
[61 v] juntos // nũ corpo até cento uierão cõmeter os nossos disparando todos os mosquetes para terror porq̃, em nenhum dos nossos fizerão dano receando matar os seus em lugar dos nossos. Tanta era a confuzão, e' escuridam da noyte que não sabião conheçer quais fossem hũs, E os outros. Os nossos unidos num corpo foram dando nos inimigos demaneyra q̃ com morte de algũs os fizeram recolher dentro de seu prezidio, onde fauorecidos dos mais que nelle estauão se puzeram todos em defençam, subindose emrriba dos caixões, E cestões de terra, que nelle tinham postos, donde começarão arenouar a contenda, mas ainda nesta occazião lhe foy peor, porque como ficassem muito mais altos, que os nossos nam lhe podião chegar tanto a sua vontade, como os nossos lhe chegauão nam perdendo golpe. Alem disso o lugar esta estreyto, E os inimigos muytos, e tudo lhe ficaua sendo de muito perjuizo a elles, e' muyto proueito aos nossos, que tendo nelles quebradas as lanças lhe
[62] tomauão as suas de q̃ elles // tinhão lançado mão, porque com a chuua que sobreueo não laborauão os mosquetes. Vendosse os rebeldes tam apertados dos nossos forãose retirando, nam ouzando continuar tão rigurosa batalha.

Cap. 11. De como o General
dos Olandezes veo em
soccorro deste baluarte, e'
da retirada que os nos
sos fizerão p.ª a fortz.ª ~

Tanto que os nossos chegarão ao baluorte dos ymigos auizou logo o Cap.ᵐ delles ao seu general que com o corpo do exerçito estaua recolhido no convento de S. Domingos, do assalto que os nossos lhe tinham dado, o qual com quinhentos soldados armados todos, algũs mosqueteyros, E outros
[62 v] com lanças, E alabardas se moveo auir soccorrer aos // seus tendo dado ordem que nenhũa pessoa das que estivessem em prezidios particulares

se mouessem de seu lugar sem expresso mandam.ᵗᵒ seu porq̃ elle tomaua a sua conta o soccorro particular de qualquer prezidio, como fez neste caminhando com ordem começando logo a disparar sua mosqueteria, E pretendendo atemorizar os nossos tocauão todos os instrumentos belicos q̃ pareçia que se queria fundir a Ilha. Os nossos notando como se os imigos uinham chegando deixando deseguir auictoria, e' dando o sinal que leuauão de sua retirada, que era dizer arma, arma, se foram retirando em muyto boa ordenança se foram retirando para a sombra da nossa fortaleza, levando sempre o rostro p.ª os Imigos, E com auista dos seus se animarão de novo acomẽter os nossos que pouco a pouco se foram chegando a fortz.ª sem receber danõ que fosse notauel, e como se retirassem deuagar,
e' os Inimigos que vinham desoccurro *(sic)* // trouxessem muita pressa, [63]
quasi chegarão a caua a tpõ que os nossos a tinham passado por hum lugar estreito, com que fizerão rostro aos inimigos, ficando com as costas seguras nos muros, E pellos lados da mare que era chea, e' chegaua aquella parte, nam deixando mais que hum lugar em que nam podião pellejar mais que cinq.ᵗᵒ dos inimigos, E todos os que mais o quizessem fazer mais seria em fauor dos nossos, impedindosse hũs a outros. Se neste tpõ puderão tomar fogo os seus mosquetes, sem duuida algũa aly acabaram os nossos, por que ja com a diuizão da agoa conhecerão que nenhum dos que estaua della para a fortz.ª era seu, mas foy N. sõr reruido que chouesse tanta agoa, que em nenhũa maneyra deixaua laborar a poluora, e com a espada e lança não temião os nossos vinte e tres o seu exercito todo, que com o terço que podia cometia os nossos avia mais de meya hora sem da fortz.ª darem fee. onde os nossos estauão, nem do q̃ era feito delles.
Tanta era a furia // dos ventos, e tan grande a escuridam da noyte, [63 v]
E com atormenta fazia o mar tal estrondo que encobria totalmente o reboliço das armas que os Olandezes trauados com os nossos fazião ao pe da fortz.ª ~

Andando os soldados de dentro vigiando a todas as partes com grande cuydado, receando algũa desgraça nos que aylão saydo fora por saberem quam depressa forão sentidos dos inimigos sentirão algum movimento ao pe do baluarte S. Gabriel, e' querendosse certificar mais lançaram algũas panelas de poluora para aquella parte q̃ tomando fogo, mostrarão claramente com seu incendio aos nossos pelejando ualerosamente com os inimigos, E deuizando com certeza que os rebeldes pelejauam da enchente da mare p.ª o campo começarão a lançar sobreelles tanta multidam de panellas de poluora, breu, pedras, pedaços de ferro E de repairos
que estauão sobre o muro, sacos de terra // e tudo quanto lhe podião [64]
fazer dano que se nam pode explicar, acodindo aquella parte todos os soldados, que nam erão do quarto dauigia das outras estancias. O Capitam com todos os mais uelhos, mininos, e' enfermos, que nenhum o quiz pareçer naquella occaziam, os religiosos de S. Domingos E os clerigos se acharam

tambem prezentes, chouendo tantos artificios de fogo, E armas sobre os inimigos que os fizeram recolher muy desordenadamente cayndo algũs na caua onde tinha chegado a mare, que os leuou onde nunca mais appareceram. Trinta morrerão logo abrazados, e' feridos pellos nossos, outros trinta ficaram tais que dentro de dous dias acabaram as miseraueis uidas, entrando neste numero os Capitães de duas naos pessoas que o general sentio grauem.te.

Desapressados os vinte E tres esforçados Companheyros foram cõ
[64 v] muyto silencio E // Equietação demandar o postigo da praya por onde tinham saydo, achando a porta delle os dous que auião trazido os dous Olandezes que no premeyro assalto tomarão as mãos, os quais tanto que sentirão o soccorro do seu general começaram dar grandes uozes bradando pellos seus para que lhes acodissem; Os dous companheyros vendo que os nam podião fazer callar, temendo serem sentidos E soccorridos lhe deram de punhaladas, E cortarão lhe as cabeças se foram para o postigo da fortz.a esperar pellos Companheyros nam querendo entrar nella sem elles. Chegados os vinte e tres a porta festejarão os dous grandemente sua uinda, E fazendo sinal lhe mandou o Capitão abrir decendo em pessoa a recebellos acompanhado de todos os religiosos E pessoas graues da fortaleza não se fartando de os abraçar, E engrandeçer com louuar o que fizeram dando todos infinitas graças a N. sõr por tão grande merçe, como
[65] lhe tinha feito com os trazer // todos uiuos sem perda de nenhum só Companhr.o conhecendo que nam podião escapar de tantos, E tam grandes perigos sem particular fauor do Çeo, E realmente se deixa isto uer claramente porque pelejarem tam poucos homens contra tantos por espaço demais de tres horas matando muytos dos inimigos E não morrendo nenhũ nam podia sem particular ajuda de Deos N. sõr, como logo veremos. Verdade he que nam ouve nenhum dos uinte E tres que não trouxessẽ duas etres lançadas, trazendo as malhas E coiras despedaçadas dos golpes que receberam, E elles tam desfigurados, e cançados que quasi os não conhecião, particularmente uendo aos mais delles banhados em muyto sangue, seu, E de seus inimigos, mas os ualerosos companheyros estauão tam cont.es (60) do successo, que nam lhes lembraua q̃ estauam feridos, E que tinham necessid.e de se curar. E realmente se ponderarmos as çircuns-
[65 v] tancias deste // assalto acharemos que he muy digno de se contar entre as occasiões, que deram fama e nome amuytos, assi antigos como modernos, porque cometerem tam poucos hum prezidio depois que estaua auizado, ganhando a Estancia a Mais de çento e tantos mosquteyros, E ultimam.te retirandosse a fortaleza defendendosse demais de seiscentos inimigos que os forão seguindo sem auer nenhum que desmayasse, ou se perturbasse, ou

(60) contentes.

deyxasse de acodir a tpõ (61) ao sinal que se lhe deu, nem se apartasse descuydadamente dos outros. He materia de escriptor mais Eloquente E menos sospeitozo.

O Cap.m os fez recolher assistindo a cura dos mais perigozos, mandando prouer a todos de todo o necessario, uizitando os muytas uezes ate que de todo forão sãos. Os dous Olandezes mandou o Cap.m enterrar, desejando que se acaso os ymigos os achassem menos E os nam uissem imagi = // nassem que estauam catiuos, E tratassem bem os nossos [66]
que tinham consigo para que nos fizessemos o mesmo cõ os seus. ~

Cap. 12. Da carta que o
general Olandez man
dou o O Cap.m Dõ Estevão
d'Atayde E do que fez com
sua reposta.

Em tal estado deyxou o assalto passado aos inimigos, que no dia seguinte cessaram toda a bateria, que custumauão a dar a fortz.a sem auer em todos os prezidios pessoa que puzesse fogo abombarda nem disparasse mosq̃te contra ella, mostrando no silencio que em todo seu exercito auia o dano grande que tinhão recebido. O que uendo o Cap.m
Dom esteuám, mandou hum soldado de confiança, que fosse par fogo // fogo [66 v]
as mantas, que estauão arrimadas ao Muro, para o que da fortaleza lhe lançariam alcatrão E breu com que o fizesse, E que sendo casoque os inimigos lho impedissem, se recolhessem ao reuez do baluarte S. Gabriel, por onde poderia subir sem perigo pellas cordas poronde descesse. Fez o deligente soldado o que o Cap.m lhe mandou, E chegandosse as mantas ajuntou de baixo dellas todo o alcatrão E breu que da fortz.a lhe tinham lançado, E pondo lhe fogo esteue esperando q̃ acabassem de arder, E entam se recolheo com passo uagarozo, e confiado sem em todo este tpo uer Olandez, que lho uiesse impedir, nem ainda disparasse mosquete do baluarte uezinho estando tão perto como temos dito. ~

Neste silencio e quietaçam estiuerão os rebeldes oito dias inteyros, no fim dos quais o seu general mandou pedir L.ca (62) ao Cap.m p.a lhe enuiar
hũa carta de importancia, E q̃ // em quanto uinha, e lheya a reposta [67]
cessassem de sua e nossa parte toda a artilheria E estrepito de guerra. O Cap.m lhe mandou dizer que podia mandar a Carta com as condições que pedia. Recebida esta reposta pello general Olandez mandou seis soldados trajados a Espanhola E muy lustrosos, os quais chegados a fortaleza,

(61) tempo.
(62) = licença.

saudarão Cortezmente aos que estauão no Muro, E mandarão por hũ moço atar a carta num morrão que lhe lançarão a qualabrio logo o Cap.m E em prezença de algũas pessoas mais principais a leo E vio q̃ continha o seguinte.

Garta do General Olan
dez a Dõ Esteuão de Ata
ide Cap.m E Gov.or da for
taleza de Mocambique. ~

[67 v] // Q' inimigos hũs aos outros façam todo o dano possiuel, notorio e manifesto he a todos aq̃lles que algũa noticia tem da guerra. Pello que nossa Intenção henesta que temos começada proseguir em queimar, abrazar, E destroir todas as Igrejas, mosteyros, cazas, E palmares desta Ilha, E assi tambem os Edeficios, E quintas da terra firme, E tudo o mais que com mão armada pudermos alcançar, e' antes que o ponhamos em effeito lho quizemos fazer a saber de nobre cortezia, que a todos os superiores em gouerno deue ser propria: para que possam resgatar a perda e danno que disto se lhe pode conseguir para o que poderão mandar com toda abrevid.o algũs deputados aos quais otorgamos E prometemos osaluo conduto e liure passagẽ despois que pellos portadores desta ouuermos entendido sua intenção feita em Moçambiq̃ a 7 de Mayo 1607.

Paulo Vacarden.

[68] // Vista a carta do inimigo seresolveo o Cap.m em lhe responder nesta forma ~

Reposta *(sic)* de D. Esteuão de
Ataide ao General dos
Olandezes. ~

Obrigado da cortezia faço esta p.a lhe significar que namquero seu seguro, nem dou credito as palauras de sua carta, nem tenho outra ordem de Meus Mayores, nem outra intenção mais que decontinuar em lhe fazer toda a guerra e dano que me for possivel. Desta fortaleza de Mocambique a 7 de Mayo de 607

D. Esteuão d'Ataide.

Com esta reposta se deliberou o general dos inimigos em abrazar,
[68 v] E destroir tudo // o que na povoação e fora della ouuesse, o que executou comtanto impetu *(sic)*, E furor que embreue espaço começou a arder toda a pouoação, escureçendo o fumo de tam grande incendio o ar de

maneyra que os da fortaleza nam uião da pouoação mais que as chamas de fogo, que por entre o espesso fumo algũas uezes appareciam. Os Imigos sayram fora, e' cortaram todas as palmeiras, E aruores da Ilha, tendo o f.to (63) primeyro as que estauão nas hortas E quintães da pouoaçam queerão muytas E de muita importancia. As Imagens de Chro N.Sor de sua benditiss.a may, E dos Santos que nas Igrejas auia com todas as cruzes que dentro ou fora dellas acharão despois de muytos desacatos que destes hereges reçeberam, foram abrazados no inçendio comũ onde tambem lançarão tudo o que seruia nas Igrejas E pertencia ao Culto diuino leuando consigo os sinos do // convento, E das mais [69]
Igrejas, ainda que comprados com as uidas de algũs, a quem os Mesmos sinos matarão como que uingauão seus agrauos.

Ao outro dia pella manhaa que forão oyto de Mayo appareceo aruinada toda a povoação, cazas, ygrejas, E mosteiro, sem ficar mais sinal detudo que as paredes do convento E de algũas poucas cazas nam deixando aruore em pê emtoda allha noque os moradores receberão notauel perda particularm.te nas palmeiras que alem do ornato, E fermozura que comsua uerdura perpetua dauão a Ilha, e fazião auista della alegre E deleitoza aos nossos cançados nauegantes quando delonge a descobrião, indo surgir E descançar da prolixa, e' enfadonha nauegação que do porto de Lx.a até aquelle custumão fazer. ~ Foy aualiado o dano que os rebeldes fizerão nesta pouoação em trezentos mil cruzados, entrando // entrando [69 v]
nesta contia o roubo que fizerão nas naos que quimarão, E no galleoto do capitão que tinha leuado consigo, mas de todas estas perdas seconsolauam os nossos com a uictoria e os inimigos pagarão com as uidas de muitos todo o danõ que fizerão.

Cap. 13. de como os
rebeldes leuantarão
O Çerco, E do que lhe soc-
cedeo ao sayr da barra.

Destroida a pouoaçam E abrazado tudo o que nella auia, como temos dito, trataram os inimigos logo deleuantar o çerco, E embarcarse nas suas naos, pera o que forão a mesma noite depois do inçendio, leuando p.a a praya a artilheria que tinham posta nos prezidios com tanto silencio que os da fortz.a o não sentirão a qual embarcarão com a mesma dissimulação // e' silençio, E ao outro dia pella manhaa que forão oyto [70]
de Mayo tocando os seus instrumentos se foram chegando p.a o mar onde tinham suas lanchas, e nellas se embarcarão e forão tomando p.a

(63) fruto.

as naos, ficando os da fortaleza por extremo alegres e contentes dando
a Nosso Sõr infinitas graças por os auer liurado de tão grande perigo
com tanta honra e credito do nome Portuguez, e' tanto abatimento dos
inimigos, os quais embarcados nas suas naos estiuerão nellas oyto dias
assy para com menos vigia ereceo descançarem do trabalho passado,
como porque quizerão esperar conjunçam de agoas uiuas para poderem
mais a seu saluo sayr da barra p.ª fora. ~

Aos dezaseis de Mayo hũa manhaa muyto escura E de grande
serração começando a mare auazar forão leuando as amarras E dando
[70 v] os traquetes com tanto silençio // silençio *(sic)*, que totalmente sepersoa-
dião nam poderem ser sentidos da fortaleza, mas enganarãose, que como
nella estiuessem de auizo esperando todas as horas que ouessem de dar
auella, e' yrse daquelle porto, forão uistas da fortaleza por mais escura
que a manhaá estiuesse e' auizandoa experta vigia, que os inimigos yão
fogindo, se tocou o sino de rebate, e' acodindo todos ao Muro, começou
obaluarte S. Gabriel, que esta mais aterra vezinho ao surgidouro, a
disparar, sendo Di.º [64] Carualho Capitão delle o que fazia os tiros, que
foram tais, que ouuiram os soldados da Mesma estancia destinctamente
os golpes, que os tres primeyros deram nũa das naos, E ouuiram logo
a inquietaçam que nella ouue, grande indicio do dano que tinhão feito.

Os outros baluartes foram tambem disparando sua artilheria, E
[71] todos // E todos empregarão muy bem seus tiros, porque ainda que senão
divisauão mais que as uellas, todauia ellas mostrauão bem a parte para
onde se podia apontar melhor. ~ Foy crescendo o dia, E descubrindo o
tpo em que de todo uiram os da fortz.ª as naos inimigas surtas fora da
barra todauia com muita gente morta e muito destroçada ficando lhe
hũa dellas encalhada da outra parte da terra firme, a qual estaua cõ as
uergas e nellas caidas os pes dos mastos *(sic)*, encalhandoa os inimigos
depreposito por senão yr a pique ao fundo no meo do canal de q̃ estaua
perto pellas muytas bombardadas que tinha recebido deque estaua detodo
destroçada: E para lhe tirarem a artilheria, E o mais recheo deram
com ella acosta, contentandosse comperder o casco somente sem arris-
car mais.

Festejarão os da fortaleza o bom Effeito de sua artelheria, E para
[71 v] se= // segurarem mais a perdição da Miserauel nao, forão continuando
em lhe atirar ate as dez horas do dia, acertando lhe tantas uezes, que
se deram por sasisfeitos, e seguros de namse auer deleuantar mais daquelle
lugar. As lanchas das outras naos a uierão descarregar do cabedal que
nella uinha, da artilheria, munições, e mantimentos, arriscandosse as
nossas bombardadas, que ainda que matarão alguñs todauia nam impe-
diram que a não despayassem *(sic)* quasi de todo, E despejada lhe puze-

[64] Diogo.

ram fogo, pagando com aquelle desgosto o que os nossos tiuerão do
incendio dos Galleões que a entrada dos inimigos queimado tinham. ~

Foy a perda destanao muyto gr.des para os inimigos, porque era
a Mayor da Companhia E Sota capitania em q̃ vinha o Cabedal de toda
a armada, o mais // das munições, E cousas necessarias p.ª ella, mas [72]
alem desta ficaram as outras tais, que lhe foy forçado reformar a todas
muy devagar dando querena a tres dellas, E tomando lhe a agoa q̃ por
muitas partes faziam, E depois derepararem suas naos como melhor
puderão (que nam deuia ser bem como logo ueremos) deram auela
hũa terça feira 29. de Mayo, avendo chegado aquelle lugar a 29. de
Março do mesmo anno de 607. leuarão consigo o galleote do Cap.m que
tinham tomado o dia q̃ entrarão a barra, E com elle suprirão o numero
deoyto uellas comque uieram. ~

Foy de todo perfeyto ogosto dos nossos cõ a partida dos inimigos,
dos quais de desembaraçados, E desaprecados abrirão as portas da
fortaleza; pellas quais sayram quasi todos os que nella estauão com a
pressa E aluoroço que se pode imaginar, quelogo // foram perdendo cõ o [72 v]
miserauel expectaculo das ruinas e' incendios das Igrejas, E templos de
suas casas E faz.das entrando este sentim.to mais nas molheres que uião
as cazas onde nasceram, E as faz.das de que uiuião, E que para dotes de
suas filhas tinham guardadas, todas abrazadas, E destroidas do fogo,
E furor inimigo. Todauia foram logo os moradores cobrindo algũas roinas
que das paredes lhe ficaram ajudandosse das ollas e madr.ª [65] da terra
firme que lhe fez boa vezinhança assy na paz como na guerra. ~

A nao inimiga q̃ elles deixaram quasi toda queimada descobrio na
vazante da mare em occazião de agoas mayores, muita parte do casco
a que o fogo não pode chegar, e mandando o Capitão saber o q̃ nella
auia lhe acharão no porão seiscentas barras de ferro muyto brando e
frio, de duas braças // braças de comprido cada hũa, E de hũa mão [73]
trauessa de largo, muitos picões, enxadas, e pãs, muitos quartos deca-
patos de vaca p.ª o Çerco, Olastro era de pelouros de bombarda todos
de ferro coado. Acharãosse muitos quartos de Carne, muitos barris de
manteiga: o q̃ se festejou mais polla falta que aos ynimigos podia fazer
que pelo proueyto que deu aos nossos. O que elles todauia estimarão
m.to foy a peça de metal de que temos feito mensam que estaua na
hermida dee S. Gabrieel, a q.l elles deixarão bem contra a sua vontade
E foy desta Manr.ª ~

A noyte que o General mandou embarcar toda a artilheria que-
rendo embarcar esta peça com as outras parece q̃ com a corrente foy
a lancha que a leuaua dar na terra firma da outra parte da cabeceyra [66]

[65] madeira.

[66] Cabaceira.

[73 v] o que sentindo hum dos dous soldados que o Cap.^{m} // la tinha mandado, ajuntou algũs negros da terra, e' matando algũs dos q̃ estauam na lancha lhes poz o fogo, e leuantando a peça p.^{a} a praya a enterrou na area, porque se acaso as outras lanchas auiessem buscar (como de feito fizerão) a não achassem. Vindas algũas lanchas lançarão gente, da qual lhe matarão os negros algũa, morrendo tmbem algũs delles as mosquetadas dos ynimigos que vendo a rezistencia que achauam, E não vendo a peça uoltarão sem ella, E despois de sua partida amandou o cap.^{m} desenterrar E trazer p.^{a} a fortz.^{a} ~

Os que foram buscar o despojo da nao perdida notarão a fabrica Ecompostura. Pello que mepareçeo bem dizer neste lugar qual fosse. Era o vazo de tres forros muyto fortes E de boa madeyra, E entre forro
[74] E forro tinha outro de pastos de chumbo para // esfriar a madeira que com a quentura senão corrompesse, E daquilha paraçima duas braças tinha hum forro de pinho de dous dedos degrossura, sobre aqual ya agala gala de certas pelles misturadas com alcatrão E breu para durar mais, E se perservar do bicho.
Todos os paioes forrados de latam mourisco porque os mantimentos senão corrompessem nem humedecessem. Não tinha mesas de guarnição nem sintas, nem enxarcias p.^{a} fora, E era fechada na popa sem mais uaranda que hum Beliche em que serecolhia o Capitam. Todo o leme forrado das mesmas laminas de latam para lho nam queimarem nem apodreçer. Era de patana e não dequilha, E desta forma affirmão que sam as mais de suas naos, e' assy ficam sendo fortissimas, E muito ligeiras menos arriscadas nos baixos demandando menos agua, E mais
[74 v.] seguras nas // tormentas. Esta armada lheuentou tanto e teue tão roim sucesso, que pudera ser os faça aquietar de todo, ou ao menos perder muyta p.^{te} da soberba E brio que tinham concebido. ~

Cap. 14. de algũas couzas
notaueis que neste Çer-
co aconteceráo. ~

A publicar as Merçes que D's N. Sõr faz a seus seruos nos convida a rezão, E ensina o Anjo de Tobias quando lhe declarou quẽ era, E o respeito porque o soccorrera em suas necessidades para que por tantos beneficios lhe rendesse as deuidas graças. Não será logo justo calar os muytos que D's faz a todos os que estauam nesta fortaleza, liurandoos detam grandes perigos comtampouco danõ seu E tanto dos inimigos prin-
[75] cipalmente estando todos // persoadidos, que o principal meio de seu remedio foy o Mesmo Archanjo S. Gabriel antigo padroeyro daquella fortaleza, E pouoação, E a cujo nome foy dedicado o primr.^{o} templo,

que os Portuguezes nella edifficarão, E a quem estaua encomendado o baluarte sobre que os inimigos mais contenderão E de quem mayor danõ receberão assy na entrada E saida da barra, como no discurso do Çerco *(sic)*, o que fica assaz manifesto no que temos relatado nesta historia. ~

Vindo pois ao intento deste capitolo se deue aduirtir que a occasião que começou a enfraqueçer aos inimigos E dar animo aos nossos, foy o assalto venturoso que os vinte E cinco soldados que temos ditto deram ao prezidio dos rebeldes: anoite que precede afesta do Gloriozo S. P.^{e} (67) Martyr, do qual ficarão os inimigos tam atemorizados quecessando na bateria da fortz.^{a} se leuantarão de todo o çerco*(sic)* della. O quetudo
Deos foy // foy servido reuelar a hũa honrada, E deuota dona Veuua, [75 v]
que na fortaleza estaua, a qual nam cessaua todas as noytes depois da chegada dos rebeldes de pedir a D's N.sõr quizesse livrar aquella gente e a fortaleza de poder dos inimigos de su fee, tomando por ualedora aquella Sor'a (68) que elle tinha escolhido por may sua; E ao Archanjo S. Gabriel padroeyro E protector daquella pouoação, E seu particular advogado aiuntando muytas disciplinas E abstinençias a suas deuotas orações, E ainda que muitas pessoas assy ecclesiasticas como seculares tinham tambem este exerçiçio *(sic)*, todauia esta deuota dona foy ouuida, E particularmente consolada, E passou o caso desta manr.^{a}

Continuando ella em suas orações e não cessando de bater as portas da divina mizericordia, E pedir o despacho de sua petição lhe pareçia
que uia hũa noyte a gloriosa uirgem may // de Deos E senhora nossa, [76]
E lhe dizia sequeres deuota minha uer esta fortaleza liure e dezapresada dos inimigos como desejas, auisa ao Cap.^{m} que Mande gente fora dar sobreelles, E que com isto leuantarão o Çerco. A devota e' humilde dona ficou tam indeterminada e' confuza que nam sabia o que fizesse, nem dissesse, porque imaginar que se enganaua não lhe era possiuel, e yr com aquelle auiso ao Capitão não se atreuia, p.^{a} contar reuelações namtinha confiança, nem q̃ as contasse lhe darião credito a seu pareçer. Eassy sedeixou ficar não cessando comtudo em suas orações, E exercicios, antes continuando todas as outras molheres para que juntas fizessem oração na qual gastauão muytas dellas toda anoyte. Tornoulhe apareçer segunda Eterceyra uez q̃ uia a Senhora, e' quelhe dizia sempre as mesmas palauras, comq̃ a deuota Dona seresolveeo a dar conta disto ao seu confessor que era religiozo da Ordem dos pregadores de muita uirtude
e boas Letras // Letras, o qual setinha com os mais do convento recolhido [76 v]
a fortaleza. Nam sepersoadio o P.^{e} logo no que ella dizia, sabendo quam facis *(sic)* são as molheres em relatar reuelações E quanto mais se dei-

(67) = Pedro.
(68) Senhora.

xam enganar de algũa ilusão; E assy lhe disse que aquella reuelação era de Deos, que lhe abria caminho p.ª se effeituar o quesua May lhe tinha prometido, e que de seu concelho ella se deuia callar por entam, não cessando porem em seus devotos exerçiçios *(sic)*. Fello assy a deuota molher, Etres dias depois de sua confição *(sic)* aconteceo o assalto dos vinte E cinco companheyros que dissemos, aos quais o mesmo P.ᵉ acompanhou da Igreja onde disse as ladainhas por elles, até o postigo da praya por onde sayram, aporta do qual, pareçe que fazendolhe o Spiritu força lhe disse estas palauras. Ide meus Irmãos muyto confiados na bondade E Mizericordia denosso Sor Iesu Chro (69) que pellos merecimentos desua glorioso may nos hade dar uictoria contra seus enossos inimigos. ~

[77] // Oeffeito que este assalto teue mostra que não foy vaã a promessa q̃ o P.ᵉ lhe fez nem estaua mal fundada a revelação, que a devota molher lhe tinha relatada, pois daq̃lla hora por diante nunca mais os inimigos tratarão de offender a fortaleza, mas deleuntar o çerco della, ordenando Deos que o mesmo P.ᵉ publicasse em prezença detantos, o que nem em particular quiz permitir que o Cap.ᵐ nem pessoa algũa soubessem, p.ª que sendo tantas as testemunhas que lhe ouuião as palavras queaos soldados disse as confirissem depois com o uccesso, E se confirmassem todos auerem sido verdadeiras.

Outra çircunstancia teue este assalto, que tambem prova claramente serẽ os nossos nelle ajudados de virtude sobrenatural, e' foy querecolhidos a fortaleza, e' relatando cadaqual o que lhe aconteçera, contara algum
[77 v] os perigos em q̃ seuira dizenedo. Se ao tpo que // que mequebrou alança fulano nam rebatera os golpes q̃ os inimigos me atirarão até eu cobrar outra, semfalta acabara naquella occazião, mas aquelle comque alegaua, affirmaua não ser o que lhe acodira por estar occupado pelejando noutra parte e' assy contavão outros, que cayrão e querião agardeçer aos Companheyros que lhe derão amão, E os leuantarão, negando todos auer feito tal, nem dando fee algũs delles de auer uisto cayr ao Companheyro seu, E como as occaziões em que quasi todos forão soccorridos fossem muytas, e' nenhum delles selembraua de auer ajudado E soccorrido ao outro, nem de o uer em occazião, em que julgasse serlhe necessario, vierão a crer de todo que o Archanjo S. Gabriel padroeyro comũ da fortaleza, E o bem auenturado S. P.º (70) martyr a quem escolherão por Cap.ᵐ naquella empreza os tinha ajudado efauoreçido p.ª poderem sayr della sem perigo, E com vida. ~

[78] // Outra marauilha aconteçeo deque os mesmos inimigos p.ª mayor condenação sua foram testemunhas, e'ntre os templos E Igrejas queestes

(69) Christo.
(70) Pedro.

perfidos hereges pretendião arruinar, hũa dellas era dedicada ao Spũ S.ᵗᵒ (71) a qual jamais puderão derribar ao picão, antes começando alguns a querer desfazer o alpendre, cayram algũas pedras delle, E os matarão mas como he grande o odio que tem aos lugares onde se celebrão os diuinos officios, vendo quenão podião derribar este com ferro, odeterminarão abrazar com fogo, e mandando uir muytos barris dalcatrão, E breu como qual foy ardendo otecto, Etudo o mais que na jgreja aula, uendo todos os circunstantes andar hũafermoza pomba voando com muyta inquietação por entree as chamas que o fogo leuantaua, E procurando algũs tomalla as mãos pareçendolhe que deuião ter as penas queimadas o não puderam fazer antes lhe daua cõ as // as azas no rostro, voando porjunto delles [78 v]
entrando e saindo pello fogo, E hũa uez que desçeo lhe atirarão com muyta monição julgando q̃ adeixauão morta aforam buscar mas dentre as mãos lhe dezapareçeo sem a poderem uer mais ficando os rebeldes attonitos mas não conuencidos. O cazo accontecido relatarão os nossos que estauão catiuos, E algũs moços da terra que ficaram forada fortaleza, e forão testemunhas deuista.

Pareçe que aquelle diuino Spirito que outras uezes tem aparecido em figura de pomba, quiz cõ esta manifestar o sentimento que tinha do sacrilegio que estes perfidos hereges cometião em lhe derrobar otemplo edifficado em seu louuor: e' ainda que lhe pudera dar mayor castigo todauia lho reserua para mais pena E tormento seu.

// Capit.º 15. do numero dos q̃ morrerão neste çerco, assy dos inimigos como nossos, E de algũas pesso as que nelle seassinala rão mais. ~ [79]

Perderão os rebeldes na entrada da barra cem soldados, E sessenta noassalto que os uinte E cinco nossos fizeram (como fica ditto) accabando logo trinta, E os mais pouco despois, no presidio que estaua na hermida do Archanjo S. Gabriel morrerão uinte E cinco de hũa bombardada, que pareçe que guiada pello Archanjo: ostomou defeição que pagarão estes bem os dezacatos que em sua Igreja fizerão, E em Sua Ymagem.

Na sayda da barra, e' em acodir a sua não que deu a costa morrerão tantos que com osque accabarão no discurso do Çerco Excederão o numero detrez.ᵗᵒˢ como // como constou pello juramento que o Cap.ᵐ [79 v]

(71) Espirito Santo.

Dom Esteuam mandou dar a Antonio Soarez, e' Marcos Botelho que elles tinham consigo catiuos os quais depuzerão que erão tantos os que lhe matauamos que se cançauão os uiuos de os enterrar, E assi os ajuntauão em hũa coua de sete em sete e de oyto em oyto tão mal cubertos, que depeois do Çerco os caens E animais da Ilha, lhe tirauão parte dos corpos dandolhe a sepultura em suas entranhas; que os parentes E companheyros lhe tinhão negado, E ainda que tais honras eram convenientes a tão perfidos sugeitos, todauia o espectaculo era miserauel aos olhos humanos.

Foy a perda dos nossos menor em numero, mas tal que com agrande dos inimigos senão pode aliuiar, pois hũa so uida de algũas que no Çerco accabarão, ualia mais que todas as que os seus perderão. Seja o primeyro
[80] de que neste lugar se faça menção o Licençiado Pas= // Pascoal Correa Sourão, de quem fica ditto que auia ydo aquella fortaleza com alçada, e' seruio nella demaneyra, que acabando sobre o muro de hũa mosquetada quelhe derão pellejando ualerosamente, mereçe ser contado entre os famosos soldados da India, que ou aconquistarão, ou adefenderão. Traz elle não mereçe menor sentimento Andre dalpoem de Brito Cap.m do baluarte de N. Sor'a (72), Belchior de Araujo, E Ruy da Cunha de Mello, os quais morrerão todos a noite, que os inimigos chegarão as mantas ao muro para o picarem; No discurso do Çerco forão mortos Joam de Souza, Eusebio da Mata, Antonio da Sylua, João Soares, E outros que fizerão o numero de treze, e' que podem fazer enueja aos que ficamos uiuos pois gozão o premio que mereçem os que perdem auida na defenção dafeé.

Aos que ficarão vivos Previsto que senão negue o louuor q̃ merecẽ
[80 v] assy porque este (como diz Seneca) custuma ser sombra da virtude // seguindoa sempre, como porquesatisfazendo em parte o muyto que se lhes deue excitemos a outros muytos a os imitarem; Verdade he queconheçendo eu minha insufiçiencia *(sic)* não presumo engrandeçer *(sic)* com minhas palauras humildes suas heroicas obras, mas referillas simplezmente entendendo quenão posso dar anenhum dos que neste çerco se achou mayorlouuor do que o que nelle fez. Começando pois pello Cap.m D. Esteuão de Ataide, digo que seu proçedimento foy tal, que não so vençeo aos inimigos com esforço, E valor desua pessoa, mas aos que consigo tinha obrigou demaneira, que desejauão ter mais corpos para milhor pelejar emsuaprezença. Foy a todos companheyro nos trabalhos, tam uigilante que se não rendeo quarto que senão achasse prezente, não tendo nunca lugar Certo onde repouzasse emquanto o Çerco durou, mas arrimado a espada, ou alabarda, ou assentado no muro tomaua o sono, onde o uençia de todo. Dos feridos E enfermos teue sempre particular cuydado
[81] não // não se descuidando dossãos, E que pelejauão, mandando dar Meza

(72) = Senhora.

geral a todos, não chegando o que auia nos almazens a tanto, mas elle suprio do seu, E pagou acada soldado hum quartel a sua custa porque de S Mag.de nam auia nenhum dinheyro, E sobretudo com o termo (73) brando e honroso comque a todos tratava, os teue em tanta paz, e' conformidade entresi que pareçeo cousa notauel a que moula, pello mao custume dos soldados da India, E pella pouca concordia que entre elles ha, ainda emtais occaziões, Etam perigozas, como esta. Pascoal florĩ dalmeida feitor E alcaydemor que neste tpo era da fortaleza de Moçambique seruio nella com tanto zello cuyd.o E deligençia, quanta senão pode explicar façilmente, sendo dos primeyros que acodiam aos rebates, E o prencipal em muitas traças E ardis de guerra muito emdanno dos inimigos, E proueito dos nossos. ~

// Os capitães das e'stançias que atraz temos algũas uezes nomeado [81 v]
são dignos de todo louuor, E porque na em que eu estaua que era do baluarte S. Gabriel tinha por Cap.m a Diogo Carualho cazado em Goa, poderey ser milhor testemunha pois o sou deuista, E como tal affirmo que em todos os dous mezes que o Çerco durou, onão uidormir hora algũa denoite, nem assentarsse, nem practicar em outras materiais mais das que lhe pareçião necessarias para melhor nos defendermos, e'offendermos aos inimigos, sendo sempre o pr.o (74) nos trabalhos que seus soldados tinham em caualgar aartilheria, E reparar o baluarte, e'com ser o primeyro ferido que na fortaleza ouue, o era tam bem emqualquer occazião depellejar que seofferecia, não querendo pareçer ferido, nem enfermo aindaque o estaua muyto. Tambem ajudou muyto aos enfermos E feridos com muitos regalos, doçes, E mezinhas que de Goa tinha trazido couzas todas deque aqlla
// terra careçe sempre quanto mais em tal tempo. ~ [82]

Todos os mais soldados, E cazados merecião ser aqui nomeados, E conhecidos do Mundo, E mais particularmente os vinte E çinco que forão fazer o assalto dequefizemos menção E os dous que passaram a cabeçeira (75), E ainda premiados como suas obras mereçem, mas nomear estes era agrauar aos mais, E especificar todos seria cousa enfadonha. ~

O P.e frey João Lobo, que era prelado do Conv.to de S. Domingos, E dous religiosos que consigo tinha teram de Deos o premio q̃ mereçem pellas obras que fizerão, exhortando e animando atodos, E administrandolhes os diuinos Sacramentos, E fazendolhe companhia nos trabalhos, que nam he piqueno aliuio tão boa comp.a em tal occazião. O P.e Belchior Brás frade Arcediago da see de Goa, E que o Arcebpo Dõ fr. Aleixo

(73) = modo.

(74) primeiro.

(75) *«Cabeçeira»*.

É Cabaceira. Há duas: Grande e Pequena, ambas no Mossuril. Na Grande, ponta ao Norte da Ilha de Moçambique, existe hoje um farolim que dá o enfiamento para a entrada no porto interior.

[82 v] tinha trazido do R.no por seu Capelão // capelam, E mandado a Mocam-
biquee por vizitador das Igrejas daquella costa, nam he iusto que passe
em esqueçimento (76) pello muito q̃ montou sua assistençia naquelle
Çerco. ~

E porque ymos tratando das pessoas benemeritas, razao he que entre
ellas tenham muyto bom lugar as nobres matronas que na fortaleza
setinham recolhido, e' ainda que todas possam competir com as mais
famozas que o tpo antiguo E moderno Çelebra, todauia entre ellas se
sinalou mais hũa dona viuua chamada Brizida fr'z (77) que com obras
de piedade tinha soccorrido e seruido muyto a todos os enfermos e feridos
comtudo o quee a sua possibilidade chegaua. (exercicio deque senão
esqueceo no segundo Çerco) Esta honrada uiuua estando na sua palhota
recolhida anoyte que os inimigos chegarão as mantas ao baluarte S. Ga-
brieel que foy a de mayor sobresalto que na fortaleza ouue não cessaua
[83] cõ as mais de pedir a nosso Sõr desse // desse victoria aos nossos contra
seus inimigos, eliurasse aquella Ilha E fortaleza de poder dehereges.
Tampiedosas orações lhe fez interromper hum miserauel soldado, nam do-
numero dos sessenta que dissemos, o qual estava enfermo E o esteue
emquanto durou o Çerco. Este vendo acodir todos ao rebate, E que nem
uelhos nem enfermos seescusauão, sobio tambẽ com os mais ao muro,
e' ainda que não pellejou todauia uio pellejar os nossos com os inimigos
de tam perto, que julgou quela a fortz.a era entrada afigurandolhe o
medo mais mal do que auia, sem lhe pareçer que podia auer rezistençia
as machinas que tam chegadas estauão ao muro, e' como estiuesse fraco
das forças, E muito mais do animo, deutudo por concluido, E assy se ueyo
recolhendo p.a o seu apozento dizendo em alta voz. Coitados de nos que
fazemos? Ja somos entradas dos inimigos, que tem rendida a fortaleza.
Aualerosa matrona Ouvindo estas palauras deyxou seu recolhimento E
[83 v] oração // oração: e' saindo fora deseu apozento encontrou quem as dizia
que era o soldado enfermo arrimado nũa alabarda, que (como dissemos)
se ya recolhendo. e' metida em grande colera lhe disse. O fraco e' infame
soldado, opprobio do nome Portuguez, como foges deixando teus compa-
nheyros pellejando no muro? se os inimigos o tem entrado mais honroza
couza seria morreres entre elles como valerosos que entre molheres como
fraco, não bastaua teres perdido o animo, senão uires ainda tirado com
tam infelices nouas aos q̃ em Ds' e nos braços de seus defensores tem
confiança. Dame ca essa alabarda, que quero yr encher o teu lugar que
menão hade estranhar por fraca, mas nelle morrerey por meu Deos, E por

(76) *«passe em esquecimento»*.

Como se diz na «Introdução», este parágrafo que começa por «O P.e frey João Lobo» até ao fim deste capítulo não foi transcrito nas traduções espanholas. Simples lapso?

(77) Fernandes.

meu Rey com mais animo do que tu mostras, pois o deixas em tal occazião.
Ditas estas palauras lhe arrancou a alabarda das mãos, E com ella sobio
ao muro, E achou aos nossos ja descançando do trabalho // trabalho da [84]
batalha, porque os inimigos se tinhão retirado, que uendoa e sabendo
della ao que uinha afizerão o uoltar a seu aposento com melhores novas
das que ymaginauão mas sem as armas com que sobio, que lhe podião
dar lugar entre as Illustres molheres do mundo se alcançara melhor tpõ,
ou mais sabio Choronista. ~

Cap. 16. de como Dom Jer.mo
Coutinho chegou a barra
de Moçambique, e' os Olande
zes voltaram sobre a fortaleza.

Andaua o capitão com os soldados que lhe ficaram, E algũa gente
deseruiço reparando a fortz.a o melhor que podia, E a gente da pouoação
toda occupada em reformar as cazas que os olandezes tinham arruinado,
quando hũa sexta feira a horas do meyo dia que forão 22. de Junho do
mesmo anno, seuio appareçer hũa uella ao mar, E traz // ella appareçeo [84 v]
outra, que logo forão conhecidas por naos do R.no (78) pellas varandas que
os inimigos não trazião, as quais surgirão no mesmo dia fora da barra,
E ao outro entrarão, E dahy a poucos chegou outra da mesma Companhia.
Nas primr.as vinham D. Jer.mo Coutinho que era o Capitão mor da armada,
E D. João de Menezes, da que ultimamente chegou, era o Cap.m Dom
fran.co de lima (79); Foram estas naos recebidas com extraordinaria
alegria, e' contentamento daquelle pouo, dando muytas graças a Nosso Sõr
que não somente os liurara do poder dos inimigos, mas ainda lhe mandaua
tam grande soccorro em tpõ que senão esperaua, e' realmente mereçia
esta armada todo bom reçebimento, porque alem de chegar a tão boa
occazião trazia muyta, e muy boa gente, muita artilheria, e muniçõés. ~

O Cap.m mor Dom Jer.mo (80) mostrou estimar muyto o chegar a tpõ
que pudesse seruir a S. Mag.de em reparar aquella fortz.a prouendoa de // de [85]

(78) *«Naos que vieram do R.no»*.

D. Jerónimo Coutinho comandava a «Nossa Senhora da Penha de França», capitaina; Dom João de Menezes, a «Nossa Senhora de Jesus»; Dom Francisco de Lima, a «S. Francisco» — partidas de Lisboa a 5 de Fevereiro.

(79) *«D. Francisco de Lima»*.

Por 15 anos que serviu no Reino e na Índia, foi-lhe dada a capitania de Ormuz em 1614 e «principalmente pela briga que a nao em que veio da Índia teve com 4 holandeses, na Ilha de Santa Helena em que serviu muito bem». Em 1619 foi como «capitão mor das naus que vão à Índia este anno» *(Registo da Casa da Índia)*.

(80) Jerónimo.

muytas cousas, de q̃ estaua muy falta, ainda q̃ teue pezar de nam achar os inimigos da barra p.ª dentro, porque lhe pareçeo que ainda q̃ nam trazia tantas naos como elles todauia se podia ajudar da estreiteza da passagem, e' impedir lhe totalmente asaida, ou ao menos meterlhe algũas no fundo. Nam lhe faltaram comtudo occaziões em que mostrou seu bom zelo, porque achando ainda os baluartes dos inimigos feitos, e' as cauas abertas que os poucos E cançados soldados do Çerco não tinham ainda derrubado, E entupido, mandou com muyta deligençia a sua gente que estaua mais descançada ygualando as cauas, E por de todo por terra o Convento de S. Domingos, E a hermida de S. Gabriel, porque se acazo os inimigos uoltassem, nam fossem outra uez padrastos a fortaleza como auião sido antes, achandosse a todo o tempo E a todo o trabalho prezente,
[85 v] e' repartindo // partindo com a fortz.ª dos prouim.tos e monições que trazia. ~

Nestas occaziões e noutras e bem daquelle pouo gastou o Cap.m mor algũs dias, sendo lhe tambem necessario esperar pello tpõ da monção para a India, que he depois da entrada de Agosto. Sendo passados quatro deste mes, quando ja as naos estavam a pique (81) para se partir, a appareçerão oyto uellas ao mar, que pello galeoto do Cap.m Dom esteuão que consigo leuarão daquella barra forão conhecidas pellas mesmas que daly poucos dias auia se tinham ydo, e' era, assy que faltandolhe o prouim.to da terra firme (como temos ditto) sentindosse cançados e faltos de muytas cousas se foram reformar as Ilhas do Comoro (82), que aly ficam perto com intençam deuoltar, E uer se achauão os da fortaleza cõ algum descuydo de que se pudessem aproueitar, E quando não esperar na barra as naos
[86] do R.no // de que sabião que raramente uinham juntas, E assy lhe pareçia que a formiga (83) as poderião tomar todas. ~

Chegados os inimigos a barra, E tendo uista das nossas tres naos que estauão surtas dentro, nam quizerão entrar sem tomarem pr.º lingoa (84) do estado em que a fortaleza estaua, do poder que aquellas naos trouxerão, E de quem uiera por Cap.m mor dellas, para o que lançarão fora hũa lancha para aquella noite fazerem algun assalto, na terra firme, e' tomarem algũa pessoa que lhes desse informação do que desejauão.

---

(81) = prontas, prestes.

(82) *«Ilhas Comores»*.

Ao norte do Canal de Moçambique, são quatro as Comores: Grande Comore; Anjuão; Mohilla; Mayola, descobertas em 1598 pelo holandês Cornélio Houtmann.

O Canal, como é sabido, é limitado a Leste por Madagascar [«Magatsa ou Mudagaisar» de Marco Polo; «Madeigastar ou Ilha da Lua» dos Mouros, «a fermosa ilha de S. Lourenço» dos nossos cronistas, porque foi encontrada no dia deste Santo (10 Agosto 1506) por João Gomes]. Já em 1500, porém, Diogo Dias lá tocara.

(83) = a uma e uma.

(84) = isto é, sem se informarem.

Com a vinda dos inimigos ouue grande reboliço na pouoação, na qual andaua amais da gente das naos com o Capitão Mor, o qual a mandou logo recolher a ellas. Os da pouoação serecolheram a fortz.ª, começandosse o Capitão Dom Esteuão a preparar nella pella mesma forma que dantes tinha feito, encomendando as estançias aos mesmos Capitães, que no Çerco as tinham defendido. Dom Jer.mo // Cout.º com o pareçer de Dom Esteuão [86 v]
e dos mais fidalgos, E officiaes ordenou por hum prezidio (85) de cinq.ta mosqueteiros no adro de hũa hermida chamada nossa sõra do baluarte que esta pegada com a fortaleza da banda do mar, E que fica acaualeyro sobre a barra, no qual poz cinco peças de artilheria grossa com dous condestables para impedirem a entrada aos inimigos, deixando neste prezidio por Cap.m a M.el dandrade Berenguel (86), E isto feito como convinha serecolheo as naos apparelhando as de maneyra que deixava que os inimigos cometessem a barra, p.ª os fazer boltar com mais dano, do que da primeyra uez tinham recebido. ~

Bem uião os rebeldes as preuençōes q̃ na fortz.ª e fora della auia, E desejando ter exacta informação de tudo, tanto que anoiteçeo mandarão ao longo da terra firme da cabeceyra por fora das Ilhas de S. Jorge a lancha que para este effeito tinham lançado fora, a qual pello escuro da // [87]
da noyte se foy cozendo com a terra firme da outra parte metendosse no rio de Calunde sẽ ser sentida dos nossos, onde esteue toda a noite sem poder effeituar ao que fora. Aoromper da manhaã foy uista das naos que se uinha recolhendo a toda a pressa, do que sendo auisado o Cap.m mor mandou armar sobrecella os bateis das tres naos, metendo em cada hum delles 25 mosqueteiros, os quais lhe foram dando caça ate perto das suas naos, acuja sombra se recolheo, sendo fauorecida no terrenho (87) de que os nossos senam podiam aproueitar porque não tinham vella, mas a remo a seguirão, tanto que hum dos bateis chegou a andar com ella as mosquetadas, mas delles E dos outros escapou a uella, E remo sendo festejada das naos com grande salva de todolos mosquetes largando os galhardetes E bandr.as (88), E disparando toda a artilheria. O que tambem fizerão
por meter medo E pauor as nossas naos, dando-lhe notiçia da // da mul- [87 v]
dam de suas peças. Nam ouzaram comtudo lançar mais lanchas, fora uendo a uigilançia com que os nossos estauão, E o dano que os bateis lhe podião fazer: nam se atreuerão acõmeter a entrada da barra, temendosse da artilheria da fortz.ª, E da que denouo D. Jer.mo Coutinho tinha man-

---

(85) = guarnição.

(86) *«M.el dandrade Berenguel»*.

Deve tratar-se de Manuel de Andrade Biringel, fidalgo da Casa Real, que, em 1593, recebeu a capitania de Baçaim por 9 anos de serviço na Índia.

(87) = vento que sopra da terra para o mar.

(88) bandeiras.

dado acestar junta da Igreja de N. S.ª do baluarte pello muito dano que
lhe podia fazer não auendo de ser menos o que recebessem das nossas
naos, que nam desejauão pouco sua entrada, mas os rebeldes se deixaram
estar surtos na boca da barra, sem fazer desy moulmento algum, mais
que entrar e sayr de guarda, disparando as espingardas e os mosquetes
todas as uezes que o fazião.

Eram ja dez de Agosto tempo em q̃ as naos do R.no costumam par-
tir p.ª a India o que Dõ Jer.mo Cout.º determinou fazer com as de sua
comp.ª, ainda que fossem rompendo por entre os inimigos para o que se
[88] começou a // aprestar, do que tendo o Cap.m Dom Esteuão noticia, e'
inteyrado em quam resoluto estaua em sua partida lhe mandou por dous
escriuães fazer hum protesto a nao, no qual lhe requeria da parte de
S. Mag.de nam desaparasse aquella fortaleza em tal tpõ uista a necessi-
dade della, E que julgasse quam arriscadas sairião as suas naos rom-
pendo por entre a artilheria dos inimigos, que era o q̃ em que consistia
o neruo de suas forças, E quanto o ficaria tambem a fortz.ª de S. Mag.de
com a vinda dos inimigos que reformados das Ilhas do Comoro, onde
estiuerão, não voltauão senão com determinação demorrer ouvençer, *(sic)*
que ainda que elle com os que tinha defendera aquella fortaleza dous
mezes dos mesmos inimigos, e Estaua prestes p.ª lha defender todo o tpõ
que lhe durasse auida por seruiço de S. Mag.de todauia que dos mesmos
ynimigos sabia q̃ esperauão cada dia por nouo soccorro de Olanda E
[88 v] Gelanda, E se acazo lhe uiesse E successedesse *(sic)* // algũa desgraça
na fortz.ª seria o dano irreparavel. O mesmo protesto se lhe notificou da
parte do feitor Pascoal Florĩ dalmeida, E de todo o pouo de Moçambique,
a que D. Jer.mo respondeo, que aquellas materias setratauão melhor em
prezença, que elle yria aquella tarde a fortaleza ver se com o cap.m e
officiaes de S. Mag. E juntos ordenarião o que fosse mais seruiço seu. ~

Sendo duas horas depois de meyo dia dezembarcou D. Ier.mo Cou-
tinho E acompanhado dos capitães das outras naos, E de algũs fidalgos
que consigo trazia se foy para a fortz.ª onde achou o cap.m Dom Esteuam
com o feitor e' mais officiaes, E em prezença de todos elles lhe disse
D. Ier.mo que elle era vindo aquelle lugar para que sua merçe lhe fizesse
todos os requerim.tos que fosse seruido. Ao que D. Esteuão respondeo q̃
bastauão os que lhe tinham feito, E pois a sua merçe era tão manifesta
[89] a rezam delles, esperaua // esperaua que mudasse o intento, e nam dei-
xasse aquella fortz.ª em tpo tam necessario. D. Ier.mo lhe disse que
bem uia o estado em que os rebeldes tinham posta aquella pouoação, E
fortz.ª E ponderaua as rezões do protesto que sua Merçe lhe mandara
fazer, E notificar, mas que tinha ordem preciza de S. Mag.de para passar
a India onde tambem auia necessidade de sua prezença e da chegada
daquellas naos, pella m.ta alteração que emtodos os Reys vezinhos podia

auer, se naquelle anno faltasse, como o anno atraz tinha faltado (89), pello-
que era força do partirsse, E remediar tamgrande incoveniente, E quepara
defensão da fortaleza determinara deixarlhes, cem mosqueteyros, dous
Condestables, E algũa artilheria, poluora, e monições comque sepodiam
defender não so dos inimigos ja uencidos, mas de outros se denouo uiessem,
E alem disso que lhe queria esperar todo o tpo que os // os pilotos, e [89 v]
os pilotos, emais Officiaes das naos julgassem que lhe poderia durar a
monção para chegar a India. Ao Capitão, Ea todos os mais que estauão
prezentes pareçeo bem o meyo, que Dom Jer.mo tomaua, e'chamados os
pilotos E officiais assemtaram que as naos podião esperar naquella Ilha
ateuinte E cinco de Agosto sem notauel risco. de perderem monção. ~

Com esta resolução se recolheo D. Jeronimo para a sua nao, dei-
xando a todos muy satisfeitos, E elle nomeou logo a gente q̃ auia de ficar
na fortz.ª dando lhe ordem, e juntamente a sua partida. Sendo andados
uinte dias do mesmo mes os inimigos se fizerão a uella na uolta da India,
E seguindo os Dom Jer.mo aos vinte E cinco ao sayr da barra a nao S.
franc.co, em que ya por Cap.m D. fr.co de lima, tocou no baixo E encalhou,
pello que foy forçado a Dom Jer.mo sorgir no canal, mandando lhe logo
cortar os mastros // mastros, e com toda a deligencia recolheo a gente, [90]
E mayor parte da carga a sua nao, E o que ficou se recolheo na fortaleza
sem se perder couza algũa E dando auella com a outra nao que lhe ficaua
se partio p.ª a India, e' ainda que era tarde, E tem calmarias chegou com
ambas asalvam.to a barra de Goa primeyro que os Olandezes que tinham
partido quinze dias primr.º que elle. Ajudando Ds' Nsõr seu bom zello E
deligencia. Aos 16. de Sept.ro chegou a Moçambique o galião S. Andre,
emquevinha por Capitão luis de Brito E aos vinte E quatro a nao Nossa
Sõra da Consolaçam em que vinha por Cap.m Dº (90) de Souza.

---

(89) *«Como anno atraz tinha faltado...»*
Pelo *Registo da Casa da India* verifica-se ter D. Jerónimo Coutinho, em 16-3-1606, recebido a «capitania mor das naos que este anno vão à India». Porém, em 23 de Janeiro 1607, foram-lhe «seiscentos mil Reis adeantados» porque «vae este anno por capitam mor da armada para a India».
Quer dizer: não partiu realmente em 1606, como se afirma na «Hystorya».
(90) = Diogo.

Cap. 17. De como o anno
seguinte de 608. chegarão
treze naos Olandezas a bar
ra de Mocambique, E do
que logo fizerão ~

[90 v] // Era tanta a confiança que os rebeldes tinham de poder conquistar Esta fortz.ª de Moçambique facilmente, que antes que Paulo Vancarden general da primr.ª armada partisse de olanda deu a omenagem della, prometendo conquistala, E conseruada ate o agosto seg.te com tal condição que antes da entrada deste mesmo mez serião os estados (91) obrigados athe mandar soccorro, com que se pudesse defender das nossas naos que do R.no custumão chegar naquelle tempo a Moçambique. Os gouernadores rebeldes daquelles estados comprirão melhor a condição do que o General Paulo Vancarden comprio sua promessa, e' para este effeito despedirão na força do Inverno treze naos muy bem petrechadas, com mais de dous mil homens de guerra, nam fallando na gente do mar que era muyta: assinando por general de toda Esta quadra a Petro Blens (92),
[91] por seu almirante // Vis damaral. ~

Estas naos estiuerão algum tpõ na Ilha de S. Helena, assi para esperarẽ a monção dos ponentes, com que pudessem dobrar o cabo de boa Esperança, como para roubar as nossas naos que vindo da India custumão tomar esta Ilha, onde se refazem de tam prolixa nauegação (93), e' se provem da agoa necessaria p.ª contiuuarem sua jornada ate o R.no, E realmente lhe fora facil tomallas todas segundo chegam desbaratadas a esta Ilha, E raramente ainda q̃ não sejão mais que duas ou tres chegão a ella juntas senão deuedidas e apartadas, sendo a principal cousa a pouca conformid.e dos nossos officiaes sem auer para nenhũ delles castigo que se execute, por mais vezes que com elles sejam ameaçados, mas se a falta
[91 v] delle perjudica muito a esta carreyra, muito mais sem // sem comparação perjudica a mesma India; a qual se os Olandezes açoutarão, foy por-

(91) = as provincias dos Países Baixos.

(92) *«Pedro Blens e Visdamaral»*.

O nome exacto do almirante do 1.º cerco é Paulus Van Caerden; parece que o 2.º foi Pieter Willenszon Verhoeven. Não se sabe onde Durão encontrou Blens e Visdamaral.

(93) *«tão prolixa navegação»*.

As naus saíam de Lisboa *direitas* a Moçambique; aí «se refaziam, proviam de água», etc., e seguiam para a Índia.

No regresso de Goa, vinham só à Ilha de Santa Helena, normalmente, e daí a Lisboa (com escala ou não pela Ilha Terceira, dos Açores).

É bem explícita na narrativa de Durão a confirmação destas duas rotas: da ida directa Lisboa-Moçambique e daqui à Índia, e do regresso da Índia — Santa Helena — Lisboa.

que Deos permitio que uiesse oodio dos inimigos executar o que a justiça dos ministros proprios dissimula. ~

Todauia como S. Mag.de tiuesse auiso desta armada E de seus desenhos mandou ordem as naos para que aquelle anno que foy o de 608. não tomassem esta Ilha de S. Helena, E assi escaparão aos rebeldes, E elles desenganados de sua tardança, uendo que lhe era forçado chegar a Moçambique antes da entrada de Agosto conforme a instrução que trazião, deixaram a Ilha e fizeram sua derrota todas em conserva, passando juntas o cabo de Boa esperança, E chegando juntas a uista da fortz.ª de Moçambique hũa segunda feira atarde 28. de Julho. Foram logo tomando as vellas E algũas sorgirão da Ilha de S. Jorge (94) para dentro. Largou logo a capitania hũa bandeira branca, que era parece o sinal que trazião para saber se a fortz.ª estaua por sua. O qual entendido pello capitam
Dom Esteuão mandou por na // na fortz.ª outra vermelha, E desparar [92]
hũa peça com pilouro em sinal de guerra. O que vendo o general Olandez mandou logo a quatro naos das suas que ainda nam estauam surtas que entrassem a barra, e fossem lançar mão de duas nossas, que estauão no surgidouro junto a fortz.ª E tras isto lançou fora todas as lanchas que trazia na armada, mandando meter nellas quinhentos mosqueteyros para que dezembarcassem em terra, nam dando tpõ a gente da pouoação para poder recolher suas cousas, nem a fortz.ª para se prouer milhor: o que fizerão se os inimigos nam entrarão com tanta pressa. No que tomou melhor concelho que o general Paulo Van Carden, a quem nam custou pouco hũa noite de spaço que aos nossos deu, nam querendo entrar no dia que chegou senão ao outro seguinte como atraz dissemos. ~

Estando a não N. S.ª da Consolacam *(sic)* de que o anno atraz uiera
por capitão Diogo de Souza, e' auia invernado naquelle porto, quasi // [92 v]
de todo aparelhada para se partir para a India, tendo alem da sua carga parte da que ficou da nao S. Fr.co da Companhia de Dom Jer.mo Coutinho, que ao sahir da barra encalhou. Tambem estaua surto hum galeão do trato, mas despejado de gente e faz.da. A nao tinha pouca artilheria p.ª se defender de tantos inimigos, E de tanta quanta costumão trazer em suas naos: alem disso o surgidouro he tal que se nam podem as naos chegar a fortz.ª sem ficar encalhadas. O que esta pudera fazer se os inimigos nam forão entrando tam repentinam.te, mas a pressa foy tal que escassamente teue a gente de lugar para se recolher a fortz.ª como o Cap.m Dom Esteuão lhe mandou. As pessoas que quizerão leuar consigo algũa couza ficarão na nao, e' com ella as tomarão os rebeldes, como tambem fizerão a outras na pouoação, que pello mesmo respeito se recolheram a fortz.ª com mais vagar do que convinha.

(94) hoje, de Goa.

As quatro naos inimigas trazendo consigo as lanchas forão entrando
[93] a barra com pouco // pouco danõ, que da nossa artilheria receberam, porque estaua amare vazia, E passauão as ballas por alto. Entradas da barra para dentro uendo a pouca rezistençia, que o galeão do trato, E a nao do R.^{no} lhe fazião mandarão as lanchas que lhe fossem cortar as amarras, o que fizerão muyto a seu saluo, por nam auer quem lho impedisse, E as foram leuando para fora da barra, indo as inimigas emparadas com as nossas para mayor resguardo da nossa artilheria, mas nam lhe ualeo esta preuenção porque estaua ja acestada de maneyra que nam errauão os nossos Condestables tiro, E assy as apertarão tanto, que as fizeram encalhar todas da outra banda da terra firme com muita perda dos inimigos, mas como as suas naos demandassem menos agoa por serem de patana, tanto que amare foy sobindo, como estauão descarregadas com ajuda de algũas lanchas se sahyram do baixo, E se foram para as outras que estavão surtas fora da barra, uerdade he que muyto
[93 v] mal tratadas E cõ // cõ muyta gente morta. ~

Eram quarenta as lanchas que estes inimigos tinham lançado fora; o que lhe da m.^{to} grande auiamento em muitas occaziões muy necessárias, e' assy parte dellas acodirão as naos, que como dissemos estauão encalhadas, e as demais em que uinham os quinhentos mosqueteyros, ao tempo q̃ as naos yam saindo para fora, se forão remando p.^{a} a parte de Mognacate, onde o dezembarcadouro he mais seguro, E aly dezembarcarão sem auer pessoa algũa que lhe fizesse rezistencia, antes era tanta a pressa e' confuzão assy na pouoação como na fortz.^{a} E tantas as couzas a que era forçado acodir, que hũas embaraçauão E empedião as outras. A gente foy recolhendo a fortz.^{a} com aquilo somente que podia leuar consigo, deixando muytas fazendas em suas cazas, muytos mantimentos, e muytos uinhos, de que os inimigos se aproueytarão com grande sentimento dos moradores. Os rebeldes uierão marchando pello mesmo caminho
[94] que os outros tinham trazido te // té as ruinas do Convento de S. Domingos tocando muitos instrumentos belicos, E disparando seus mosquetes p.^{a} terror dos nossos, que auezados aquelle estrondo o estranhauam bem pouco. ~

Do çerco passado ficou hum moço olandez de pouca ydade, não se deixado a porta, se obrigado da infirmidade, do qual o feitor da fortz.^{a} Pazcoal flori d'almeida, mandou leuar para sua caza, E achando-o fiel e experto se seruia delle na feitoria trazendoo sempre consigo dentro e fora da fortz.^{a} sem reçeo de sua maliçea, que era muita, E com ella notaua tudo o que auia na fortz.^{a} .s. o prouimento dos almazens, e quantidade das moniçoẽs, o numero degente, aduirtindo todas as materias, que ouuia tratar, lançando sempre os olhos, e' ouuidos atudo como homẽ de mais ydade. Este tanto que uio as uellas Olandezas, sem que ninguem atentasse nisso se auzentou da pouoaçam, E ao tpõ que os inimigos dezembarcarão

se lançou com elles auisando os de tudo o q̃ tinha visto, E ouuido, o que
os nossos entenderam depois uindo a pratica // pratica com os rebeldes [94 v]
achando logo menos o moço olandez que o primeyro dia de sua chegada tinha desaparecido. Verdade he que ainda q̃ os inimigos estimarão o auizo que tiuerão não festejarão muito saber quanta gente E quam resoluta estaua na fortz.^{a} sentindo grandemente a uictoria que os nossos tiueram de sua armada, e' o mao successo de suas pretenções. ~

Cap. 18. Do que Dom Este
uão ordenou para defen
são da fortz.^{a}, e' de hum de
sastre grande que nella
acconteçeo, E de como
mandou queimar a
nao Consolacão ~

Hũa das couzas com que estes rebeldes puderam mais danificar aos nossos, foy apressa com q̃ as quatro naos entrarão a barra, e' com que a
gente das lanchas // Lanchas foy tomando terra; o que cauzou tam [95]
grande alteraçam E uolta na pouoação, E fortz.^{a} que senam entendião hũs aos outros, porque as portas da fortaleza era razam que se fechassem, E entupissem como o Cap.^{m} mandaua. A gente da pouoaçam queriasse recolher, E consigo o mais que pudessem. Dom Nuno Alurz (95) Pereyra tinha mandado descarregar hum galleoto que trouxera de Goa carregado de prouimentos para a Conquista, e' como era mais piqueno pode chegallo mais perto da fortz.^{a}, E emparalo a sombra da artelharia. O Cap.^{m} Dom Esteuão instaua com a gente que se sobissem aos muros para se preparar a artilheria, e' se defender a entrada aos inimigos, para o que encomendou logo os baluartes a capitães particulares, E assinando soldados a cada hum para defensão delles. No baluarte S. Gabriel poz Martim Gomez de Carualho (96) que no Çerco passado tinha pelejado ualerozamente Di.º (97)

(95) Alvares.

(96) «*Martim Gomes de Carvalho*».

Encontra-se no *Registo da Casa da Índia* (vol. 2.º, pp. 462-63) interessante nota:

Martim Gomes de Carvalho (pai de João Gomes de Carvalho, capitão de Chaul em 1616) fez serviços na Índia por espaço de 14 anos. Serviu de capitão embarcando em 12 armadas do Malabar; esteve com André Furtado de Mendonça na tomada de 3 naus de Meca e dez galeotes na Catimusa (?) e do reino de Jafanapatão e com D. Álvaro de Abranches na tomada de Dabul. Foi cativo dos mouros 2 anos. Libertado, achou-se no assalto e tomada de Cunhale e foi ferido. Depois esteve no cerco que os holandeses puzeram à fortaleza de Moçambique em 1607 e serviu de capitão do baluarte São João, onde também ficou ferido. No 2.º cerco, em 1608, foi «morto de hũa mosquetada» servindo como capitão do baluarte Santo André.

(97) = Diogo.

de Souza no baluarte S. João M.elL (98) de Souza no de S. Antonio; Ant.o de
[95 v] // Ant.o de Barros no baluarte N. S.a os quais acodindo com muyta deligen-
çia a suas estancias mandaram seus soldados ao almazem tomar poluora, E
moniçôes que o capitão tinha mandado repartir entre os mais que forão
buscar suas moniçôes se achou hum soldado bizonho, que com o desatento
que causaua a preça E alteraçam que auia na fortaleza se descuidou do
murrão acezo que leuaua na mão, o qual ou lhe cayo, ou algũa faisca
delle sobre hũ caldeirão de poluora que tomou fogo E o pegou a outra
muyta que estaua perto com notavel dano dos circunstantes que erão
muytos, E estauão m.to juntos, E assi de trinta que forão abrazados mor-
reram logo dezanove, E os outros ficarão de maneira que nam puderão
seruir naquelle çerco: entre os quais ficou tal o feitor Pascoal flori
dalm.da que muito tpõ senam pode leuantar dũa cama fazendo muita falta
[96] em tal occazião a deligencia E esforço com q̃ auia seruido na passada. //
Aquelle dia se ouuera de perder a fortaleza porque nos almazens auia
muita poluora, E o fogo tinha ateado nelles, E se passara auante pudera
uoar a fortz.a ou grande parte della, E quando menos ficara sem polvora,
moniçôes, breu E alcatrão, porque tudo estaua dentro, E tudo esteue
arriscado se Ds' não soccorrera ajudando a boa deligencia do Cap.m
D. Esteuão que leuando comsigo algũas pessoas entrou dentro com notauel
perigo de sua uida a pagando todo o fogo, E liurando a fortz.a de tam
grande risco. ~ ~

Curados os feridos, repartidas as moniçôes com mais tento, E
fechadas as portas da fortaleza assinou o capitão trinta soldados a cada
estançia que sobidos della fizerão mais dano as naos ao sayr da barra,
do que lhe tinham feito a entrada, assy por estarem as peças melhor
apontadas, como porque estauão ja mais fora da alteração passada. foy
[96 v] tambem anoiteçendo E os nossos notarão // notarão bem que os inimigos
se firmauão no Convento de S. Domingos, onde se começarão a fortificar
emq.to a luz do dia lhe deu lugar. ~

Sendo duas horas de noite alguns Portuguezes que por resp.to de
suas fazendas se ficaram na pouoaçam, se recolheram a fortz.a E hum
delles affirmou que passara por entre muitos dos inimigos sem nenhum
oconheçer, nem lhe perguntar quem era ajuntando a isto que os mais
delles estauão bebados porque metendose aroubar pella pouoação acharão
nella muytos vinhos, assy dos quetinham vindo do R.no como dos que na
India chamão Vrracas, E se fazem de palmeyras, E sam mais fortes que
os nossos, respeito porque esta gente lhe he mais afeiçoada, E assy bebendo
muyto perderão o juizo; Pello q̃ aconcelhou o mesmo homem ao Cap.m,
que mandasse dar aquella noyte nos inimigos, que todos acharião lançados

(98) = Manuel.

pellas ruas, E sem guardas, nem vigia, offereçendosse por companheyro
E guia dos que saissem, // afirmando nam poderem perigar os nossos [97]
porq̃ em caso que fossem sentidos sabiam todos os passos E caminhos
da pouoação, E Ilha por onde se podião recolher seguramente a fortz.a
Offereceosse logo p.a o assalto Christouão de Brito Godis, que auia ydo
por capitam de hũa Companhia com Dom Nuno Aluarez P.ra para a Con-
quista ao qual se ajuntarão cincoenta soldados parao acompanharem,
e tendolhe dado o Capitão Lça. (99) lhe aconcelhaoram que o não fizessẽ
E assi perdeo hũa occazião muyto grande em que os nossos puderam dar
notauel castigo a estes rebeldes, E a experiençia mostrou que era ver-
dadeyra a informaçam que sedeu, E que fora o assalto açertado, porque
os inimigos estauão ainda tambebados ao outro dia que algũs delles sem
ordem, nem armas senam as que lhe fizerão perder o juizo se chegarão
a fortalez.a, E na sua lingoa começarão a dizer aos nossos que lhe entre-
gassem a fortalez.a que era sua. Outros mostravão chapins de molheres
ou cousas de comer // E isto de tam perto que os nossos dispararão seus [97 v]
Mosquetes e matarão algũs delles, sendo o primr.o que cayo o que Dom
Nuno Aluarez Pr.a matou de hũa mosquetada a uista de todos, e' nem
por ysso se recolhião os mais, ate que ueyo outro mais capaz do que
estes estauão, e' os fez recolher, E era tanta a desordem em que o vinho
os tinham metido que foy forçado ao Mestre do Campo arrombar todas
as pipas que na pouoação auia, porque deixado este exerçiçio seguissẽ
o a que uierão. ~

Nam se descuidaua o Cap.m Dom Esteuão de todo o que convinha
a boa defenção da fortz.a antes toda a noyte gastou em preparar as couzas
necessarias, repartir Moniçôes, encomendar a guarda dos Mantimentos
uisitar as instancias para saber se faltaua nellas algũa couza, animar
a gente, diuidir os aposentos que na fortz.a eram poucos, E a gente muyta,
E assy apartou os soldados dos cazados, e' com estas ocupaçôes senam
esqueçeo da nao do trato, E da do R.no que estauão // estauão encalhadas [98]
na terra firme de fronte da fortz.a entendendo que tanto que fosse manhaã
os inimigos as auião de tirar do baixo como fizeram as suas; E uendo
quam impossibilitado estaua para as soccorrer ao menos quiz impedir
que os inimigos se nam aproueytassem dellas: Pello quemandou ao outro
dia que foram uinte e çinco de Julho antes que o sol saysse a Bertolameu
Correa, Mestre da mesma nao Consolaçam com quatro ou cinco pessoas
somente nũa piquena embarcação com poluora, fogo, e outras materias
p.a que as fossem queimar: O que elles fizeram com tanta e tal deligençia
que antes que as lanchas chegassem ellas foram ambas queimadas e
abrazadas. Tomando a polvora da nao do R.no fogo arrebentou com hum

(99) licença.

estalido notauel. Vinham neste tpõ as lanchas inimigas p.ª as despejarem, E trabalharem de a por a nado, mas quando a uirão abrazada couza que
[98 v] elles não imaginarão ficarão sentidissimos // E vendo que os çinco companheyros se yam recolhendo na sua embarcação determinarão castigalos pello que tinham feito, e' assy os foram seguindo com tanta furia, que foy necesario aos nossos uararem na terra firme, e' saltar fora por nam serem tomados, deixandolhe a piquena embarcaçam, a que os rebeldes puzerão fogo, E os nossos se foram de noyte para a fortz.ª onde foram bem recebidos do Capitam, que lhe agardeceo muyto o bom seruiço que com tanta deligencia a tinhão feito. ~

Cap. 19. De como os inimi
gos se fortificarão, e' começa
rão a bater a fortz.ª E do as
salto que os nossos lhe
derão. ~

Começarão os inimigos a dezembarcar sua artilheria, e entre as mais peças trouxeram dez muito grossas mais que as outras, as quais
[99] pu // puzerão no convento de S. Domingos onde estaua o corpo do exercito, E nesta mesma parte se foram intrincheyrando, fechandoche de mar a mar, E reparandosse com quartos e pipas cheas de terra, inclinando hũas para outras de maneyra que o lugar que ficaua entre pipa pipa seruia de bombardeyra ficando os rebeldes seguros com tais repairos. Deste lugar se uierão chegando a fortz.ª por vallos, e reuezes ate que quarenta pasos della alevantarão dous baluartes em piquena distançia hum do outro, na qual fizerão hũa trincheyra, E para mais segurança forão continuando com ella, de hum E outro baluarte ate o mar porque como dissemos a Ilha de Mocambique *(sic)* lanca *(sic)* hũa lingoa ao Mar sobre que a fortaleza esta fundanda *(sic)* e quanto mais se vem chegando ao Mar mais estreyta fica, Esta foy a ocaziam porque os inimigos com tanta facilidade se puderam fechar de mar a mar com a primeyra trincheyra
[99 v] que fizerão no convento, e' comesta segunda // dos baluartes. Mas não fizerão isto tão a seu saluo que a nossa artilheria e mosqueteiros lhe nam matasse algũs que os fez trabalhar daly por diante com mais resguardo.

Tanto que os inimigos tiverão dous baluartes em sua perfeição pondo nelles boa guarda de mosqueteyros, trouxeram logo oyto peças de bater das que tinham no conuento e' acestaram quatro em cada hum delles, e com as mais que ficaram no convento começarão hũa bateria tam continua E pertinaz, que ouue pessoas que naquelle pr.º dia que forão 8 d'agosto contarão mais de trezentas bombardadas, com as quais arruinarão grande parte do pano do muro, que esta entre o baluarte S. Gabriel,

E S. Antonio que ficaua fronteyro a sua artilheria. Bem uirão os rebeldes que tinham larga entrada para a fortz.ª mas como elles não pelejão senão com a artilheria, não ouzarão sobir pella quebrada do muro, vendo sobre
elle seus ualerosos // defensores apparelhados p.ª lho defender, E morrer [100]
sobre elle. ~

Acabouse o combate com o dia, e vindo a noyte mandou o cap.m ajuntar muyta pedra, terra, sacos cheos de area, fardos de roupa, E tudo o mais que podia seruir de contramuro, com que o quebrado se reparou de feição que senão reçeauão os nossos de ser entrados por aquella parte, principalmente vendo a fraqueza dos inimigos que não ouzarão cometer a sobida do muro que tinham derribado. Ordenarãose logo as luminarias de que noçerco passado se Usauão p.ra descobrir o campo, E empedir aos inimigos qualquer intento que tiuessem contra a fortaleza ymaginando que se quizessem ualer do escuro da noyte ja que de dia senam atreuerão. Encomendou o Cap.m D. Esteuão a guarda daquelle lanço do muro derribado a Christouão de Brito Godis que com trinta soldados de sua compa-
nhia assistio // nelle todo o tpõ que o çerco durou. ~ [100 v]

Amanheçeo e uirão inimigos a diligençia com que os nossos repararam o lanço do muro derribado E desconfiaram m.to de uer a promptidão e animo com que os nossos trabalhavam E pelejauão, E assy começarão a mostrar frieza nos combates que dauão sem tratarem nunca de dar assalto a fortz.ª com o que cresçeo o esforço e brio dos cercados de maneyra que nam cessavão de importunar ao cap.m lhe desse lça. (100) para sayrem da fortz.ª E darem hum asalto aos inimigos, pois a dera no çerco passado tendo menos gente do que naquelle tinha, e' arriscando muyto mais então que agora. O Cap.m lha ouue de conceder para o que se aparelhou Christovão de Brito capitão do muro derribado com uinte e cinco de sua estancia, nos quais entraua Bertholameu Correa Mestre da Nao Consolação
com algũas pessoas della, E algũa gente da terra e aos // E aos quinze [101]
de Agosto do meo dia sayrão da fortz.ª com muita quietação, não leuando algũs delles mais armas que a espada e lança, E tanto q̃ lhe pareçeo que podião ser descubertos derão com tanto impetu na estancia dos inimigos, bradando S. tiago, sinal a que os da fortaleza aleuantarão a voz atemorizandoos de maneyra, que a todos fizerão desâparar as primeiras trincheyras, E quanto podião correr se forão recolhendo p.ª o corpo de guarda, onde estaua o seu general. Os nossos foram dando nelles, e matando muito espaço ate que da fortz.ª lhe fizerão sinal. ~

Ao tpõ que estes vinte e cinco soldados deram nos rebeldes hũ dos da Companhia chamado Moraria, que era grumete de hũa das Naos que a ly ficou uio tres Olandezes hũ pouco apartados dos baluartes entre as suas trincheyras, e' a fortz.ª os quaes estauão armados de peitos e'

(100) licença.

[101 v] morrioẽs com seus piques nas mãos, E sem esperar // por mais companhia, arremeteo a elles so com hũa lança, e matou a dous a uista de todos os que estauão sobre os muros: o outro se lhe acolheo para a estançia mas ainda alcançou na sobida E o tratou muy mal. Os uinte e cinco companheyros tanto que ouuirão o sinal que da fortz.ª lhe fizerão, se uieram recolhendo para ella deixando mortos vinte e oyto, q̃ com os dous que moraria tinha alcançado fizerão o numero de trinta, e vindosse retirando p.ª a estançia por onde entrarão, trouxeram duas bandeiras, tres atambores, quinze mosquetes, peitos lanças, E outras couzas de comer q̃ os rebeldes tinham, sendo tanta a pressa, e medo com que fogirão, que lhe nam deixou leuar nada consigo.

Tratarão os nossos de lhe encrauar a artilheria, mas não yam apparelhados dos instrumentos necessarios para este effeito, e da fortaleza sentindo abalarse o general dos rebeldes em fauor dos seus appressauão
[102] os sinais a // a recolher o que fizerão com muyt boa ordem trazendo todos os despojos que na estançia acharam sem custar tam honrozo assalto aos nossos nem hũa so gotta de sangue, donde se deixa bem entender qual seja o ualor E esforço destes rebeldes, pois tão informemente fogirão de sos uinte E cinco Portuguezes, E se me disserem que não sabião quantos erão, antes lhe pareçião muito mais: respondo que essa razão descobre mayor couardia, pois excede atodas as que obriga hum homem a fogir sem saber de que. ~

Os nossos foram recebidos do Cap.ᵐ E dos mais que na fortz.ª estauão com grande contentamento, E alegria, festejando sobre tudo o não faltar nenhum dos que sayram fora, e' disparando a artilheria, e mosqueteria, aruoraram as bandeyras inimigas, com o que mais quebrarão os animos
[102 v] dos inimigos E os nossos o forão cobrando de novo. ~ ~

Cap 20. de como fogirão
algũs do exercito inimigo
para a fortz.ª E do que sobre
ysto fez o seu General ate
leuantar o Çerco. ~

Ao outro dia depois deste assalto hum dos inimigos que estaua na Estancia mais uezinha a nossa fortaleza, largando as armas se ueo acolhendo para nos, bradando aos que uia estar sobre o muro que lhe valessem que era Catholico. Chegado ao pe da fortaleza lhe lançarão della hũas cordas com que se atou E ajudando o de riba foy sobindo a fortaleza, não cessando em todo este tpõ os rebeldes que da estancia ouuirão de desparar
[103] seus mosquetes sem q̃ lhe açertasse nenhum. entrado na fortaleza E // E leuado ao Cap.ᵐ lhe disse que era catholico, E frances de nação, E

que senão embarcara para fazer guerra a Catholicos, antes por se apartar de hereges lhe fogira com tanto perigo de sua uida, como todos tinham visto. O Cap.ᵐ Dom Esteuam o rrecebeo muy bem, louuando lhe tão bons intentos, e prometendolhe todo o fauor que para uoltar a sua terra lhe fosse necesario. Tambem lhe perguntou iuntamente pellas forças daquella armada, E pello intento que trazia, E pello numero de gente satisfazendo o frances a tudo com muyta diligencia, singileza, E uerdade, como despois se uio não só pella informação de outros quatro olandezes, q̃ tambem se lançarão com os nossos, mas dos Portuguezes que forão catiuos na nao Consolação. Disse pois o francez ao Capitão que naquella esquadra vinham mais de dous mil homens de guerra, que destes lhe tinhão os nossos mortos mais de duzentos, // E que ymaginando achar a fortz.ª [103 v]
por sua quando a ella chegasse, segundo as promessas que disto auia feito O General da primeyra esquadra, E que de seu roim sucesso estauão muy sentidos e muito desconfiados de poder conseguir o effeito a que uierão e assi lhe pareçia que muy çedo levantarião o çerco, E que nam esperarião mais, que a vinda de algũa nao do R.ⁿᵒ para ver se a podião tomar. Com isto se farião a vella para a India.

Aquella tarde mandou o General dos Olandezes hum trombeta ao Capitão da fortaleza com hũa carta muy chea de arrogancia na qual lhe dezia que pellos principios que tinha uisto, poderia julgar quais serião os fins, que lhe aconselhaua mandasse com tempo algũas pessoas de confiança, que tratassem com elle algũa boa composição E comçerto, antes que de todo ficasse sogeito a furia de seus soldados. O Cap.ᵐ
Dom // Esteuão lhe respondeo que não tinha que tratar com elle couza [104]
algũa, nem auia para que lhe mandar homens para composição, pois nenhũa queria com elle mais que a que as armas fizessem, como as quais estaua aparelhado para defender aquella fortz.ª a mayor poder que o seu. ~

Pouco depois fogirão dos inimigos para a fortaleza quatro soldados Olandezes affirmando serem Catholicos, E como tais os mandou o Cap.ᵐ Dom Esteuão recolher, E agazalhar. Sentio o general olandez grandemente a fogida dos seus, E assi mandou logo outra carta ao Capitão, pedindo lhe encareçidamente lhe mandasse entregar aquelles soldados fogitivos, E quando o nam quizesse fazer soubesse deçerto que auia de mandar matar todos quantos Portuguezes tomara na Nao E na povoação que erão por todos trinta. ~

O Capitão lhe respondeo (101) que dos cativos que consigo tinha podia

(101) *«O capitão lhe respondeo»*.

A resposta foi redigida por Dom Nuno Alvares Pereira, filho do III Conde da Feira *(meu ascendente)*:

«Respondi à conformidade do capitão D. Estevão de Atayde que não costu-

[104 v] fazer o que lhe parecesse // se, mas que os que com nome de Catholicos
se tinhão acolhido de baixo de seu emparo lhe não entregaria em nenhũa
forma. Com este dezengano mandouo barbaro olandez apartar seis, dos
mais Portuguezes Catiuos, entre os quais estaua o sotta piloto, E guardião
da Consolação, e' amarradas as mãos atras, E trazidas a uista dos nossos,
mandou disparar nelles algũs mosquetes com q̃ os miserauels cayrão
mortos, o que realmente fez não so por lhe não entregarem os quatro que
lhe fogirão, mas em vingança dos muytos que os nossos lhe tinham
mortos. ~

Ao domingo seguinte que forão 17. de Agosto, appareçeo hũa uella
ao mar, q̃ dos nossos, e dos inimigos foy logo conhecida por nao do R.no
como de feito era o galeão bom Jesus, em q̃ vinha por capitão fran.co
Sodre P.ra [102] o qual tanto que reconheçeo as naos inimigos se fez na
[105] uolta do mar, mas quatro dellas lhe forão dando caça, E como são //
são mais ligeiras sem comparação que as nossas a forão entrando dandolhe
muitas surriadas de artelharia pello que vendo os do galleão a pouca
defensão que tinhão selhe renderam. Trouxeram os inimigos o galeão para
a barra, mudando para as suas naos a gente delle, que entre sãos E doentes
fazião onumero de çento, E sessenta pessoas, com os quais catiuarão
tambem dous religiosos da ordẽ dos pregadores. Atodos mandou o general
Olandez uir perante sy, E disse que escreuessem hũa carta ao Cap.m da
fortz.a em quelhe relatassem, como todos ficauão em seu poder catiuos,

---

mavão os Portugueses dar a gente que se vinha amparar à fortaleza de Sua Mag.e» (*Cf.* António Baião — «Alguns documentos relativos a João de Barros». *Boletim da Academia de Ciências*. II classe. Vol. XI).

Serviu na Índia por 9 anos (*Reg. da Casa da Índia*). Foi, em 1601, capitão de Columbo; em 1602, de Ormuz; em 1606, era capitão-mor de Armada do Malabar; em 1610, «capitão geral da conquista de ouro e prata dos reynos de Monomotapa»; em 1612, capitão-geral «de toda a gente de guerra da fortaleza de Moçambique e dos reinos de Monomotapa». Em 1613, foi substituir como «General e vizo-rei da conquista de Ceilam» a seu (*e meu*) parente D. Jerónimo de Azevedo, quando este foi para Vice-Rei da Índia.

Este Dom Nuno, a quem se fazem várias referências na «Hystorya», sempre se distinguiu por actos de bravura singulares, sendo muito conceituado, como aliás se depreende deste rosário de situações de relevo que desempenhou.

(102) «*Fran.co Sodré Per.a*».

Francisco Sodré Pereira, «achou-se no assalto e tomada de Cunhale e, por isso e pelos serviços de seu pae Duarte Sodré Pereira», recebeu em 1605 a capitania de Amboino e, em 1608, a de Manar (*Registo na Casa da Índia*).

Este Cunhale (de seu nome completo Maomé Cunhale Marcá) foi corsário célebre e poderoso, que, disfarçadamente protegido pelo Samorim, infestava com os seus paraus (ou juncos) as costas da Índia Portuguesa. Foi derrotado por André Furtado de Mendonça (*vd.* nota 9), capturado e decapitado em Goa em 1600.

— Amboino é, como Ternate e Tidore, ilha do arquipélago das Molucas, descoberta em 1512 por António e Francisco de Abreu. Foi evangelizada por S. Francisco Xavier e delas se apoderaram depois os Holandeses.

mas que a todos daria liberdade se lhe entregasse quatro Olandezes que
se tinham recolhido para a fortaleza, affirmandolhe que se os não man-
daua entregar, que atodos elles auia de dar fundo, ou mandar matar as
mosquetadas a uista da fortz.a como ja fizera a outros.

Os pobres catiuos prometerão fazer tudo o que o general lhe man-
daua, persoadidos da // da certeza de sua morte com a informação que [105 v]
tiuerão da dos seis Portuguezes que dissemos, E iuntos todos notarão hũa
carta mui lastimosa, e'muy digna detoda compaixão na qual relataram
ao Capitão Dom Esteuão seu infelice sucesso, E o estado emque ficauão
condenados amorte em cazo que não quizesse entregar os quatro Olan-
dezes q̃ consigo tinha, e pedindolhe instantiss.a mente, que não arriscasse
auida de tantos Portuguezes por quatro Olandezes, em que tão pouco
lheya, E concluyão que elles o emprazauão para yr dar conta a D's com
elles do dezemparo de muytas molheres que por sua culpa ficarião sem
maridos, E m.tos filhos sem pais. Dada esta carta ao Capitam Dom
Esteuão foy grande a compaixam que teue elle, E todos os mais a quem
amostrou, receando que o barbaro inimigo executasse o castigo comq̃
tinha ameaçado aos catiuos, mas vendo que o remedio consistia na
entrega dos quatro Olandezes // que se tinham acolhido para elle, se [106]
deliberou emlho negar como couza que tanto encontraua sua consciençia,
sua honra, e'sua uerdade, e'assy respondeo aos catiuos, que tiuera muy
grande sentimento de saber o estado em q̃ ficauão, e'quepara os libertar
acceytara todo o meyo que não fosse tam contrario á consciençia e a fee
que deuia aos que fiarão delle suas uidas, deixando a Comp.a de hereges
para serem catholicos, no que estaua tão resoluto que ainda que entre
elles estiuera hum so filho que tinha arriscado ao mesmo perigo, o não
faria cõmeter hũa culpa tão uil como seria entregar os que tinha por
obrigação defender, que outros meyos aueria para sua liberdade, que
os pedissem a D's que os sabia, E podia dar. Honroza deliberação por
certo! E não somente digna de ser louuada mas imitada de muitos, e'mais
emparticular dos q̃ estão em semilhantes lugares que pois são mais // altos [106 v]
que os outros, indecente couza sera cometerem baixezas nelles, E senem
apiedade E cõpaixão podia neste cazo desculpar ao Cap.m Dom Esteuão
d'Ataide, quanto menos desculpara a cobiça aos que por ella deixarem
de fazer o que deuem, ofizerẽ o que não deuem. ~

Dada esta reposta aos nossos que estauão catiuos, ficarão muyto
desconsolados mas duroulhes pouco esta desconsolação, porque não so
o general Olandez dissimulou como castigo ameaçado, mas aterça feira
seguinte dezanove de Agosto, leuantou o Çerco mandando primeyro por
fogo a pouoação, E atudo o que na Ilha escapara ao inçendio passado,
nam pareçendo em toda ella mais que pó, E cinza, e pello silencio, eescuro
da noyte serecolheo agente, E artilharia nas lanchas passando a barra
sem receo da fortz.a E lançando nas Ilhas de S. Jorge todos os Portugue-

[107] zes que na nao E galleão auião tomando. derão a uella para // a India. O Capitão sendo auizado que os nossos ficarão naquelle lugar os mandou buscar agazalhando os com mais amor doq̃ elles tinham ymaginado de sua reposta.

Com a ida dos inimigos tomarão os cançados moradores a reedifficar apauoaçam ficando ainda que pobres, e mal agazalhados, todauia muy dignos nam so de fama, E louuor, mas de muyto grande satisfação pellos seruiços q̃ a S. Mg.de fizerão, E pella constançia E ualor com que nũ Çerco enoutro pelejauão, perdendo quasi todos a mayor parte de suas fazendas E alguns as proprias uidas, entre os quais foy oprincipal Martim Gomez de Carualho, que acompanhando seu Irmão Sebastião de Maçedo ficou nella cazado, sendo hum dos que no primeyro Çerco mais esforço E ualor tinha mostrado, E como tal lhe encomendou o capitão Dom Esteuão neste segundo obaluarte S. Gabriel por ser o demais
[107 v] importançia q̃ // que na fortz.a auia, E que ficaua mais fronteyro aos combates dos inimigos. Elle o defendeo até perder sobre elle auida com graue sentimento do capitão, E de todos os que na fortz.a estauão. Morrerão mais sete Portuguezes, E alguns moços catiuos, uendendo suas uidas tam caras aos rebeldes, que não so lhe custarão mais de trezentos E cinq.ta homens. (como se soube pellos nossos que estauam catiuos, E pellos seus que para a fortz.a setinham acolhido) mas ainda os dezemganarão do pouco que podem sem o fauor de sua artilheria (103), e ja podera serque hũa E outra uez castigados dezistam de suas pertenções tam injustas como mal fundadas. ~ ~

(103) *Vid.* notas finais.

NOTAS FINAIS

No texto são citados os nomes de quatro vice-reis. Para esclarecimento do leitor daremos algumas notas biográficas.

(1) a) — Francisco Barreto (fol. 21) é figura muito ligada a Moçambique. Nasceu em Faro em 1520, filho de Rui Barreto, fronteiro-mor do Algarve, e, após ter sido capitão-mor de Baçaim, foi o 19.º Governador da Índia, a partir de 1555 a 1559, com muito brilho. O seu nome está ligado ao desterro de Camões.

Nomeado General duma Armada que foi coadjuvar a espanhola, em 1564, contra piratas mediterrânicos, houve-se com tal galhardia que Filipe II lhe agradeceu, especialmente, em carta lisonjeira.

Em 1569, feito, por el-rei D. Sebastião, Governador de Monomotapa e da conquista das suas minas de ouro, foi encarregado de vingar a morte de D. Gonçalo da Silveira (*cf.* Meyrelles do Souto, «O mártir do Monomotapa: cronologia e itinerários»).

Devido ao clima e à sujeição que teve de manter perante o jesuíta Monclaros,

orientador da expedição, esta foi mal sucedida, e Barreto veio a falecer, em 1573, em Sena, onde jaz.

Baçaim conserva ainda hoje fortes vestígios do domínio português; e disso é prova o livro de Braz Fernandes *Armas e inscrições do forte de Baçaim*, em 1957 editado pela Academia Portuguesa de História.

b) — D. Luís de Atayde (fol. 3 v.), 3.º Conde de Atouguia, foi dos mais ilustres vice-reis da Índia, de 1568 a 1572, e novamente de 1578 a 1581, ano em que faleceu em Goa.

Foi armado cavaleiro na Igreja de Santa Catarina do Monte Sinai e tomou parte distinta, junto de Carlos V, nas lutas deste Imperador com os Luteranos.

Conquistou Onor e Bracelar e sustentou galhardamente o cerco de Goa posto pelo Hidalcão. Entrou solenemente em Lisboa sob o pálio, ao lado d'el-rei.

O segundo governo da Índia não desmereceu do primeiro.

Foi feito 1.º marquês de Santarém por Filipe I. Era senhor donatário e alcaide-mor de Peniche.

O seu corpo esteve no Convento do Bom Jesus, daquela vila, em belo túmulo, e foi transferido, em 1834, pela extinção do Convento, para a Igreja da Misericórdia.

c) — Matias de Albuquerque (fol. 32 v.) foi vice-rei da Índia de 1591 a 1596, após ter sido capitão de Malaca e de Ormuz até 1587. Varão de grande mérito, fez respeitar o nome português em Ceilão. Morreu na Metrópole em 1609.

d) — Martim Afonso (de Sousa) (fol. 40 v.).

Nasceu em Vila Viçosa no fim de 1400 ou princípios de 1500, e faleceu em Lisboa a 21-VII-1564. Descendente do rei D. Afonso III, foi dos mais gloriosos guerreiros e governadores da Índia, depois de se ter notabilizado no Brasil. Foi seu «físico» durante a estadia no Oriente o grande Garcia d'Orta. Vida tão cheia de trabalhos quase hercúleos não se pode resumir em duas palavras: o seu nome brilha alto na constelação dos nossos heróis ultramarinos.

(2) Pode parecer estranho que Durão acoime os Holandeses de «rebeldes a seu Deus e a seu Rey». (fol. 18).

Todavia, do ponto de vista católico e português (súbditos como éramos nesta altura dos Filipes), os Batavos, feitos protestantes e rebelando-se contra os sucessores legítimos de Carlos V, que herdara de seus avoengos os Países Baixos, mereciam em cheio aquele duplo insulto, tanto mais que a independência das Províncias do Norte (Holanda) só foi reconhecida em 1609.

A maneira como se portaram com as igrejas e imagens da ilha transformou em verdadeira guerra de religião a luta dos nossos contra estes invasores. Isso se confirmou, no 2.º cerco, com a deserção dos quatro soldados católicos para as nossas linhas.

* * *

(3) Durão tem esta afirmação sibilina e curiosa:

«Desenganados do pouco que podem sem o favor da sua artilheria» (fol. 17 v.).

Analisemo-la:

Como se verificou pelo teor da narrativa, os Holandeses fugiam do combate corpo-a-corpo e queriam poupar-se quanto possível. O contrário se dava com os nossos, cujo esforço pessoal foi sempre, e, em todos os tempos, digno de nota.

Sem a artilharia, os Batavos pouco faziam, e esta observação serve para explicar em grande parte os sucessos portugueses nos recontros com tais inimigos, quer no Continente Africano (Angola e Moçambique), quer no Brasil.

Por lealdade, devemos informar que os historiadores holandeses acusam número das suas baixas muito inferior ao indicado por Durão.

A célebre bravura do soldado português, tão apreciada por Napoleão na Moskova, é chave dos heróicos feitos de Além-Mar.

Laus Deo

Bibliografia

BOXER, C. R. — *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire 1415-1825*. Clarendon Press, Oxford, 1963. 136 págs.

O ilustre lusólogo Prof. C. R. Boxer não necessita de apresentação ao público português, tão numerosos e valiosos são os seus trabalhos sobre a história ultramarina portuguesa. É actualmente, e sem favor, o maior especialista do século XVII luso-asiático e brasileiro. A Universidade de Virgínia, dos Estados Unidos da América, convidou-o a proferir algumas conferências que, com efeito, se realizaram em Novembro de 1962. O Prof. Boxer escolheu para tema das mesmas o candente e interessante problema das relações raciais portuguesas. Foram agora publicadas em volume.

O tema das conferências foi-lhe, aparentemente, sugerido por três referências à ausência de preconceitos de raça e de cor nas relações de portugueses com outros povos, feitas pelo Prof. Doutor Oliveira Salazar, Presidente do Conselho, em entrevista concedida à revista *Life* em 1962; pelo Prof. Doutor Adriano Moreira, então Ministro do Ultramar, ao abolir o regime de indigenato, no preâmbulo do decreto-lei n.º 43 893, de 6-9-1961, que algo desnecessàriamente recorda o Prof. Boxer «was signed by Dr. Salazar and all the members of his government» (*pág. 2, n.*); e, finalmente, pelo Prof. Doutor Armando Cortesão em conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa em 9 de Junho de 1962.

O Prof. Doutor C. R. Boxer não concordou com tais afirmações e procurou demonstrá-lo nestas conferências. O livro consta de três capítulos: o I estuda a presença dos Portugueses em Marrocos e na África Ocidental; o II em Moçambique e na Índia; o III, finalmente, no Brasil.

Ocupando-se das relações dos Portugueses com os habitantes de Marrocos e da Africa Ocidental, o Prof. Boxer principia, como é natural, pela conquista de Ceuta em 1415. Descreve o contínuo ou quase contínuo estado de guerra entre portugueses e mouros; a mútua intolerância religiosa; o insucesso da evangelização portuguesa na África do Norte e na África Ocidental, com especial referência às missões da Costa da Guiné; os conflitos armados entre portugueses e africanos; os protestos

dos missionários contra os costumes desenfreados dos portugueses que se amancebavam com mulheres locais; as opressões que os Portugueses praticavam a cada passo; ambição dos Portugueses, etc., etc. A escravatura merece-lhe, como é natural, particular desenvolvimento, e a cada passo volta ao tema. Reconhece certo mérito na tentativa portuguesa de evangelizar o reino do Congo. Refere-se ainda ao facto de, apesar de todos os excessos, a língua portuguesa se ter expandido muito nesta área, formando a base de vários crioulos, «some of which survive to this day» *(pág. 19)*. Narra que a moralidade dos clérigos era baixa. Os missionários advogavam sistemas duros de conversão. Cita António de Oliveira Cadornega que era também de opinião que a única política a seguir com os angolanos era a da força. Apoia-se em Manuel Severim de Faria que condenava os abusos que se praticavam. Apresenta testemunhos de eclesiásticos a oporem-se à ordenação sacerdotal de negros, etc., etc. E termina este capítulo opondo António de Oliveira Cadornega a António de Oliveira Salazar: «Captain António de Oliveira Cadornega, who lived for over forty years in Angola, is a safer guide in this respect than Dr. António de Oliveira Salazar who has never set foot in Africa».

O segundo capítulo ocupa-se das relações dos Portugueses com os povos de Moçambique e Índia. O método é o mesmo: guerra que os Portugueses fizeram aos comerciantes africanos na costa oriental; actos de crueldade praticados pelos Portugueses contra as populações; acção da Inquisição contra costumes supersticiosos de Moçambique; clero escandaloso e sem influência; excessos praticados pelos senhores dos *prazos*; desconfiança das ordenações sacerdotais indígenas, etc. Quanto à Índia, o Prof. Boxer tem um grande auxiliar em Diogo do Couto, autor de *O Soldado Prático*, tão conhecido. A miscigenação dos Portugueses com mulheres indianas é encarada à luz de cartas de missionários, escandalizados com o que acontecia à sua roda. Homem houvera em Malaca que tinha tido 24 mulheres de várias raças! Tudo fruto do «Lusitanian libido» *(pág. 61)*. Refere, com bastante pormenor, a resistência das Ordens Religiosas em admitir indianos no seu seio. A respeito do *colour-bar* praticado pelos Portugueses na Índia, diz que a política da Coroa «was not always clear and consistent, but on the whole the Portuguese kings took the line that religion and not colour should be the criterion for Portuguese citizenship...» *(págs. 69-70)*.

Espraia-se também sobre as rivalidades entre castas, entre reinóis e mestiços, etc. Refere-se às conversões forçadas, que provocaram de vez em quando vinganças por parte dos hindus e até dos novos cristãos.

O III e último capítulo estuda o Brasil e o Maranhão. Fiel ao programa traçado, o Prof. Boxer só vê sombras no quadro. E é fácil descobrir: diferenças de método entre missionários e colonos; conversões forçadas; mancebias; escravidão dos índios; sua libertação definitiva só no

tempo do Marquês de Pombal, etc. Refere a diferença de tratamento dada pelo Estado e pela Igreja aos negros africanos e aos ameríndios. O Prof. Boxer dá a conhecer um interessante folheto, publicado ainda no tempo do Marquês de Pombal, e intitulado *Nova e curiosa relação de hum abuzo emandado, ou evidencias da razão; expostas a favor dos homens pretos em hum dialogo entre hum letrado e hum mineiro* (Lisboa, 1764). Trata-se de exemplar precioso, pois o Prof. Boxer não conhece outro qualquer exemplar. Como o título sugere, o letrado defende os «homens pretos», ao passo que o mineiro os ataca. O diálogo termina com as posições iniciais de cada um, sem o letrado ter podido convencer o mineiro.

A terminar, o Prof. Boxer escreve: «The Portuguese have often been the severest critics of their own colonial misrule, but even the fiercest of these critics seldom suggested that the conquests, colonies or provinces — as they were variously termed — should be abandoned on that account» *(pág. 128)*. E cita três exemplos: D. João de Castro, do século XVI; Diogo do Couto, morto já no século XVII; e, finalmente, João de Andrade Corvo nos seus *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*, em 4 vols., no século XIX. A respeito desta obra, diz o Prof. Boxer o seguinte: «The reader of these volumes is left with the impression that if Portuguese colonization was only half as retrogade and inefficient as it is represented as having been in these pages, then the sooner the Portuguese left their overseas possessions the better for all concerned». Não se percebe bem esta sibilina passagem, tanto mais que ultrapassa já a cronologia imposta às conferências: 1415-1825. Reconhece imediatamente, todavia, que nunca Andrade Corvo pensou em tal; nem tal tinha acontecido com D. João de Castro ou Diogo do Couto.

O Prof. Boxer termina também enigmàticamente a sua obra:

«Whatever the Portuguese workers and peasants may feel about Portugal's past, present, and future as a colonial power, the great majority of the educated classes are proud of her past history and present achievements overseas and are resolved not to abdicate voluntarily in the foreseeable future» *(pág. 13)*.

O livro do Prof. Boxer encontra-se bem elaborado. O leitor pode controlar as principais afirmações, pois abundam as notas. Adivinha-se que o autor se preparou cuidadosamente. Que pensar dele?

É um livro estranho. Eis alguns motivos que podem justificar a asserção:

1) O título induz em erro. O leitor espera encontrar uma obra imparcial, mais ou menos completa, e depara apenas com o aspecto negativo da questão. Quanto ao positivo, foi propositadamente omitido. Trata-se de questão de método, sem dúvida, mas não deixa de impressionar esta escolha. Não há dúvida que cada um tem o seu critério especial. O Prof.

Boxer escolheu este. Mas deveria escolher este método? É que o seu intento foi demonstrar que os Portugueses, apesar das suas declarações quanto à ausência de preconceitos de cor, nas suas relações raciais com outros povos, se tinham comportado como homens do seu tempo, inteiramente iguais aos outros. Sendo assim, não deveria ele mostrar exactamente os portugueses, bem enquadrados no seu tempo, com os seus defeitos mas também com as suas qualidades? Escolhendo o método negativo, como pode o leitor formular um juízo exacto sobre aquilo que o autor confessa ter querido estudar?

2) Há um certo limite quando se estuda um assunto, sob o seu aspecto negativo. Quando se nega de mais, é porque não há a convicção do que se nega. Nestas circunstâncias, pode questionar-se sempre a sinceridade do autor. Além disso, as negações não produzem o seu efeito. Os leitores portugueses desta obra podem incomodar-se algum tanto com as suas primeiras 4 ou 5 páginas. Depois, vem-lhes um incontido sorriso aos lábios. É que, francamente, é demais. *Quod nimis probat, nihil probat.*

3) É difícil supor que o Prof. Boxer tenha desejado atribuir a ignorância dos factos as afirmações dos três professores universitários portugueses, dois dos quais com responsabilidades de governo. A esmagadora maioria dos professores universitários portugueses subscreveria as mesmas afirmações, sem hesitação alguma, e com pleno conhecimento de todos os factos mencionados neste livro e doutros ainda. Trata-se de abusos, de excessos e não de política oficial. Com o método do Prof. Boxer é possível denegrir seja o que for. Ele próprio parece concordar com esta interpretação a págs. 21, 26 e 69. A Coroa não se esquecia de condenar, de vez em quando, tais excessos.

4) O Prof. Boxer foi convidado para proferir conferências na universidade americana de Virgínia, em 1962. Nesta altura, Portugal estava a ser violentamente atacado não só nos Estados Unidos, mas noutros países ainda. O Prof. Boxer conhecia isto. Escolhendo o tema «Race Relations...» e resolvendo tratá-lo apenas sob o seu aspecto negativo, prestou-se a surpreendente pragmatismo histórico. Agindo assim, ofereceu aos inimigos da história de Portugal, que tão bem conhece, um florilégio, composto apenas de «fleurs du mal», quando podia entretecer um ramalhete mais belo e mais verdadeiro. Este livro vai ser a cartilha por onde hão-de ler, daqui em diante, os inimigos de Portugal. Esta perspectiva não agradará certamente ao espírito probo e científico do Prof. Boxer.

5) Finalmente, após a leitura deste livro, fica-se na dúvida se o Prof. Boxer estaria, verdadeiramente, preparado para estudar *em profundidade* o complexo tema das *relações raciais*. Possivelmente, não cuidou de o fazer, nem tal seria seu intento. O modo, por exemplo, como se aproxima do problema da escravatura, parece-nos bastante precipitado.

Sabe-se, com efeito, que se devem apreciar e examinar os acontecimentos históricos, bem situados na sua época. O Prof. Boxer olha para a escravatura do alto do nosso século XX apenas. Mas, como acima se disse, divergem os critérios. Veja-se, por exemplo, o que escreveu Toynbee a respeito deste mesmo assunto. Depois de se referir em geral ao problema, escreve:

> «Again, the English Protestants took up the trade in negro slaves from Africa to the New World and afterwards obtained the monopoly of this trade as one of the perquisites in the Peace Settlement at Utrecht (A. D., 1713). The Spanish and Portuguese Catholic settlers bought the human merchandise which the Protestant slave-traders offered them; but the Spanish and Portuguese Empires and the «successor-states» which eventually took their place as independent state members of the Western Society were not the fields in which the institution of plantation slavery, which had thus been introduced into the New World, struck deepest root and grew to the most formidable proportions. The stage on which the tragedy of negro slavery in the New World was played out on the grand scale was and English-speaking country: the United States». (*A Study of History*, I, 212, ed. de 1955).

O mesmo se poderia aplicar ainda a respeito do *colour-bar* a que o Prof. Boxer faz referência. Pode citar-se mais uma vez o insuspeito Toynbee:

> «Instead of dividing Mankind, as we do, into White people and Coloured people, our forefathers divided it into Christians and Heathen; and we are bound to confess that their dichotomy was better than ours both intellectually and morally. It was better intellectually because a human being's religion is a vastly more important and significant factor in his life than the colour of his skin, and is therefore a vastly better criterion for purposes of classification. Again, the dichotomy into Christians and Heathen is better morally than the dichotomy into White and Coloured, because the gulf between religions, unlike the gulf between races, is not impassable. It is a division between sheep in the fold and sheep astray on the mountains, not between sheep and goats». (*A Study of History*, I, 223-224).

E uma leitura mais atenta do próprio Cadornega descobre que, ao lado de algumas referências à cor, abundam exactamente as referências ao *gentio*, à religião. Se esta política se aplicava na Índia, como confessa o Prof. Boxer, deveria igualmente observar-se noutras regiões.

Quando se afirma a inexistência de segregação racial nas relações entre Portugueses e outras etnias, não se negam os muitos abusos registados a tal respeito. Vinca-se apenas a ideia de que a cor não era obstáculo «impassable», segundo a expressão de Toynbee. Pela conversão ao Cristianismo, desaparecia a barreira. É isto, aliás, o que o Prof. Boxer afirmou ao escrever que «on the whole the Portuguese kings took the line that religion and not colour should be the criterion for Portuguese citizenship», como atrás se referiu.

Em suma:

a) Era a religião, e não a cor, a principal barreira entre Portugueses e outras raças.

b) Caída esta barreira, nada obstava à perfeita fusão das duas etnias.

c) Isto não impedia a existência de abusos individuais e colectivos, desvios administrativos, erros eclesiásticos, etc.

d) Os Portugueses são os primeiros a lamentar este facto. É ainda o Prof. Boxer que o afirma: «The Portuguese have often been the severest critics of their own colonial misrule...».

Em história, porém, repete-se, variam os critérios metodológicos. O Prof. Boxer variou de critério neste seu livro que a política internacional transformará certamente num *best-seller*. A cultura histórica portuguesa deve-lhe sincera gratidão pelo que por ela realizou no passado. E, esquecido este incidente, espera continuar a contá-lo no número dos seus estudiosos, imparciais e independentes.

S. R.

Publications de l'Université Lovanium de Léopoldville. Description du Royaume de Congo et des Contrées Environnantes par Filippo Pigafetta & Duarte Lopez (1591). Traduite de l'italien et annotée par Willy Bal, Professeur à l'Université Lovanium de Léopoldville. Éditions E. Nauwelaerts, Louvain. Béatrice-Nauwelaerts, Paris, 1963 (XXXVI pp., 250 pp. e, intercalados no texto 7 ff. n. n. com um mapa e com gravuras).

A obra do humanista italiano Filipe Pigafetta, tirada das informações que lhe deu o português Duarte Lopes, é sobejamente conhecida por todos os que se interessam pelos princípios da História escrita da África Negra.

Desse livro fizeram-se até hoje vinte e duas edições em diversas línguas, duas em italiano, a original e a facsimilada, publicada em Lisboa

em 1959, sete em holandês, três em alemão, cinco em inglês, duas em latim, outras tantas em francês e uma em português, a derradeira a aparecer antes da segunda em francês a que nos vamos referir.

É esta, sem dúvida, a melhor de todas e a que deve ser consultada para qualquer estudo que tenha na obra de Lopes-Pigafetta elementos a aproveitar. A introdução, breve mas com todos os factos até hoje conhecidos sobre a vida de Duarte Lopes, é deveras interessante e merecedora de todo o louvor. As 393 notas eruditas sobre o texto, as quais ocupam nada menos do que 64 páginas de caracteres miúdos, quase que parecem esgotar o assunto em todos os aspectos, quer seja o histórico, geográfico e linguístico, quer seja o referente à Botânica e Zoologia.

No respeitante a assuntos portugueses, o Prof. Willy Bal mostra-se bom conhecedor, o que muito nos apraz salentar, e era, aliás, imprescindível para um estudo desta natureza. Para isso o ajudaram os *Monumenta Missionaria Africana,* laboriosamente coligidos pelo Senhor Padre António Brásio, que são frequentemente citados, ainda que, verdade se diga, quase todos os documentos relativos a Duarte Lopes já tivessem sido conhecidos e aproveitados nos estudos feitos por Th. Simar, ou por J. Cuvelier ou L. Jadin.

Naturalmente, como talvez não podia deixar de ser, há pequenas deficiências que escaparam ao erudito prefaciador e anotador e que, a nosso entender, se devem indicar nesta revista de estudos sobre o Ultramar português.

Seja a primeira delas, a nosso entender também, a maneira de escrever o nome de *Duarte Lopes.* Sabemos bem que no estrangeiro todos até agora têm escrito *Lopez,* à espanhola, como se de um espanhol se tratasse, mas muito nos agradaria que nesta obra, tão esmeradamente redigida e anotada, aparecesse finalmente a verdadeira grafia, *Lopes,* à portuguesa, pois trata-se de um português. Não ignoramos que no português antigo se escrevia muitas vezes este apelido à espanhola, o que ainda esporàdicamente se observava em princípios do século passado. Contudo, também se escrevia à portuguesa, e o próprio Duarte Lopes, na única carta assinada que dele se conserva, ainda que redigida em espanhol, assim escreveu. (Veja-se *Monumenta Missionaria Africana,* vol. III, Lisboa, 1953, pp. 358-361).

Vem-nos à lembrança que nos jornais e publicações franceses se transcrevem geralmente com esmero os apelidos estrangeiros, por mais arrevezados que sejam; até no catalão *Lopis* não se esquecem de marcar bem o *i* e o *s* final, ainda que se trate de espanhóis. Há a única excepção dos apelidos portugueses *Lopes, Gomes, Mendes, Rodrigues, Alvares, Dias, Gonçalves,* etc., que sistemàticamente são sempre escritos com um *z* final, retintamente à espanhola. Desta anomalia não sabemos francamente o que dizer, se não é que o caso desta tradução de Lopes-

-Pigafetta é muito diferente, pois longe de nós querer compará-la com gazetas ou publicações escritas muito à pressa.

Há pouco apareceu a óptima tradução francesa de Gomes Eanes de Zurara, ou Azurara, esmeradamente redigida pelo Prof. L. Bourdon, e nela se escreve sempre com um *s* final, e nunca com um *z*, o nome daquele cronista português. Eram nossos desejos de que o mesmo acontecesse nesta óptima tradução francesa de Lopes-Pigafetta, na qual, aliás, o primeiro nome do autor do conteúdo referente ao nosso Ultramar se escreve sempre *Duarte*, à portuguesa, e não *Odoardo, Edoart, Eduart, Eduard, Eduardus, Edward, Edoardus, Édouard*, como se lê em todas as outras traduções, exceptuando apenas a inglesa de 1881, em que por vez primeira aparece a forma *Duarte*.

O que dizemos do apelido *Lopez*, que sempre aparece assim grafado nessa tradução do Prof. Willy Bal, se aplica também aos nomes *Gaspar Diaz, Sebastião Alvarez* e *Paulo Diaz*, que se lêem no texto de Lopes-Pigafetta. Sabemos bem que no original italiano assim se encontram escritos esses apelidos, mas, como se mudou a grafia dos nomes próprios das personagens conguesas para a forma portuguesa, nos parece que com maior razão se deviam mudar aqueles apelidos portugueses para a sua autêntica maneira de se escreverem, isto é, para *Dias* e *Alvares*. Não deixamos de salientar, contudo, que nas notas já aparece escorreitamente escrito o nome de *Paulo Dias de Novais*.

Ajuntemos que no texto de Lopes-Pigafetta se intrometeu a errada forma de *Lionor*, que em português se escreve *Leonor*.

De bom grado confessamos que estas observações sobre a maneira de se escreverem certos apelidos portugueses talvez pareçam a alguns um pouco sentimentais, e, sem dúvida, em nada diminuem o valor desta óptima tradução francesa.

Relativamente à vida de Duarte de Lopes, descrita com esmero, apenas notámos que Benavente, a povoação onde este autor nasceu, se encontra, não ao Sul de Lisboa, mas ao Norte, ou mais pròpriamente ao Norte-Nordeste, na margem esquerda ou sul do Tejo, a 54, e não a uns 30 quilómetros da capital portuguesa.

Como se pode deduzir do princípio desta recensão, a enumeração e descrição, indicada nesta tradução francesa, das edições de Lopes-Pigafetta não está completa.

A edição holandesa de 1659, assinalada por A. Burssens, que não indica a de 1658, não deve ter existido; ao menos não a lobrigámos em nenhuma parte, ao passo que a de 1658, que o Prof. Willy Bal diz encontrar-se na Biblioteca do Governo Central da República do Congo, em Léopoldville, está também no Museu Britânico, em Londres, e na Biblioteca Nacional de Paris. Na livraria do Museu Enschedé, em Haarlem, na Holanda, existiam dois exemplares dessa edição, que em fins

do século passado foram vendidos a Asher & Companhia, como se lê nas anotações ao catálogo do leilão, que então se efectuou, daquela livraria.

A edição italiana, publicada em Veneza em 1728 e indicada por Willy Bal, também parece não ter existido; ao menos não a encontrámos em nenhuma das grandes Bibliotecas da Itália.

Descartadas estas duas edições hipotéticas, das vinte e duas certas a que atrás nos referimos, o Prof. Willy Bal indica apenas dezasseis, incluindo a sua própria. Falta a edição latina de 1624, publicada na colecção de viagens feita pelos irmãos De Bry, em Francfort. É muito mais rara do que a primeira edição de 1598, mas, ainda assim, dela se encontram três exemplares no Museu Britânico, dois na Biblioteca Nacional de Paris, um na Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa e outro na Biblioteca Nacional de Nápoles, além do que se conserva no *National Maritime Museum*, em Greenwich, perto de Londres, onde se podem ver todas as edições dos irmãos De Bry.

Falta também a edição alemã de 1628, editada em Francfort no livro raríssimo *Orientalische Indien*, de que há um exemplar no Museu Britânico, de Londres. Esta edição, contudo, é um pouco abreviada, pois ocupa apenas as primeiras 40 páginas de grande formato daquele livro; a edição inglesa de 1625, referida por Willy Bal e incluída por Samuel Purchas no seu famoso *Hakluytus posthumus or Purchas his Pilgrims*, ocupa igualmente 40 páginas de grande formato.

A primitiva edição inglesa, feita por Abraham Hartwell, foi reimpressa nas pp. 519-583 do segundo volume da obra, em fólio, *A Collection of Voyages and Travels... compiled from the curious and valuable Library of the late Earl of Oxford*, publicada em Londres em 1745. Esta mesma edição foi introduzida, ou reimpressa sem nenhuma diferença, no volume oitavo do livro *A Collection of Voyages and Travels*, editado em Londres em 1752 por J. & J. Churchill.

Das três edições holandesas feitas por Vander Aa, o Prof. Willy Bal indica apenas a primeira, de pequeno formato, publicada em 1706 no vol. XVIII da série intitulada *Naaukeurige Versameling der Gedenk--waardigste Zee- en Land-Reysen na Oost en West-Indiën*. Há ainda outra edição, em fólio, que faz parte do segundo volume do livro *De aanmerkens-waardige Voyagien door Francoisen, Italiaanen, Dennen, Hoogduytsen en andere vreemde Volkeren gedaan na Oost-Indiën... Tot Leyden, Door Pieter Vander Aa, Boeckverkooper, alwaar deselve te bekommen zijn*, sem ano de impressão. Esta mesmíssima edição foi introduzida, ou reimpressa sem nenhuma diferença, no oitavo volume da obra *De aanmerkenswaardigste en alomberoemde Zee- en Landreizen der Portugeezen Spanjaarden, Engelsen en allerhande Natiën...*, da qual o primeiro volume se publicou em 1727.

Também nas notas, esmeradamente elaboradas por Willy Bal, há pequeninas deficiências. Na nota 137, por exemplo, alguma coisa mais se poderia dizer sobre a imaginária prata de Cambambe, que durante dezenas de anos, logo após a embaixada de Duarte Lopes, foi o principal móbil da penetração portuguesa em Angola.

Na nota 275, indica-se para a obra *Historiarum Indicarum Libri XVI*, do jesuíta João Pedro Maffei, obra citada por Lopes-Pigafetta, as edições latinas de 1588, 1589, 1590, 1593, 1605, 1614, 1637, 1751, 1752 e 1888, as italianas de 1589, 1749, 1806 e 1830 e as francesas de 1571, 1604 e 1665. Esta enumeração está errada e não é completa.

Em nenhuma parte nos foi dado encontrar a edição latina de 1888, que julgamos não ter existido e a francesa de 1571 não é deste livro, mas de outro do mesmo autor.

O Padre Maffei, em 1570, tinha preparada a tradução latina duma obra do jesuíta português Manuel da Costa, na qual nada se diz do Congo; a 5 de Novembro daquele ano, já essa obra tinha licença para se imprimir, dada em Paris pelo Rei da França, mas afinal a primeira edição apareceu em Dillingen, na Baviera, em 1571, e a edição de Paris só saiu do prelo em 1572. O seu título é *Rerum a Societate Iesv in Oriente gestarvm ad Annvm vsqve à Deipara Virgine M. D. LXVII. commentarius Emmanuelis Acostae Lusitani*, sem se indicar no frontispício o nome do Padre Maffei, que foi o tradutor. No entanto, antes da edição latina de Paris, apareceu em Lyon, em 1571, a tradução francesa com o título *Histoire des Choses memorables, svr le faict de la Religion Chrestienne, dictes & executées és pays & Royaumes des Indes Orientales... Traduit du Latin de Iean Pierre Maffeo, en François: Par M. Emond Auger de la Compagnie du nom de Iesvs...* Como no frontispício se lê o nome do Padre Maffei, fàcilmente se tomou este livro, por engano, como uma das edições dos *Historiarum Indicarum Libri XVI*, o que não é.

Esta última obra, da autoria e não simples tradução do Padre Maffei, teve a primeira edição, como diz o Prof. Willy Bal, em Florença, publicada por Filipe Juncta em 1588. A seguir, foi editada em Veneza por Damião Zenarium sem ano e em 1589; em Lyon na Oficina dos Junctas em 1589; em Colónia na Oficina Birckmânnica em 1589; em Bérgamo por Comin Ventura em 1590; em Colónia na Oficina Birckmânnica em 1590; em Colónia na mesma Oficina em 1593; em Bréscia pelos herdeiros de Tomás Bózzola em 1600; em Anvers por Martinho Nutius em 1605; em Caen por Adão Cavelier em 1614; em Caen por Jacques Mangeant no mesmo ano; em Lyon por João Champion em 1637; em Lyon pelo mesmo editor em 1638; em Bérgamo por Pedro Lancellotti em 1747 nas *Opera Omnia latine scripta* de Maffei; em Viena de Austria na Oficina Trattneriana em 1751, e em Viena de Austria na mesma Oficina em 1752. Houve, portanto, dezassete edições latinas da clássica obra do Padre Maffei.

A tradução italiana teve duas edições em Florença por Filipe Giunti em 1589; foi depois novamente editada em Veneza por Damião Zenaro em 1589; em Bérgamo por Pedro Lancellotti em 1749; em Milão pela Sociedade tipográfica *De'Classici Italiani* em 1806, em três volumes; em Reggio por Pedro Fiaccadori em 1826 e 1827 em seis volumes; em Génova na Tipografia de A. Pêndola em 1829 em dez volumes; em Milão por António Fontana em 1830 em dois volumes; em Nápoles na Tipografia *all' insegna del Diogene* em 1844, e em Milão pela *Nuova Libreria Italiana* em 1898.

São, portanto, dez edições em italiano, às quais se devem ajuntar as três que se fizeram da tradução francesa, publicadas, respectivamente, em Lyon, em 1603 e 1604, por João Pillehotte, e em Paris por Roberto Ninville em 1665.

A obra clássica de João Pedro Maffei, citada por Lopes-Pigafetta, teve trinta edições, e muito contribuiu para divulgar largamente pela Europa o conhecimento das empresas dos Portugueses no Ultramar. Por isso, nos detivemos a enumerar todas as suas edições que nos passaram pelas mãos.

Sobre a nota referente a Francisco de Gouveia, o português que salvou o trono ao Rei do Congo Dom Alvaro I, repare-se que o epitáfio que se lia numa campa na Casa do Capítulo do Convento de S. Francisco da Cidade, em Lisboa, já não existe; como se sabe, o Convento e a Igreja foram arrasados no Terremoto, e no seu local encontra-se hoje a Biblioteca Nacional de Lisboa. Ao publicar-se novamente aquele epitáfio, nos *Monumenta Missionaria Africana*, não se vincou que a campa onde se lia já não existe, e, assim, fàcilmente se engana quem não conheça bem a cidade de Lisboa.

É óbvio que as observações aqui assinaladas se referem a pequeninos pormenores e em nada diminuem o valor desta óptima tradução francesa, que o Prof. Willy Bal fez da obra de Lopes-Pigafetta, a melhor, sem dúvida, das vinte e duas edições que essa obra teve.

Felicitamos o erudito e esmerado tradutor e anotador, e dos seus futuros trabalhos muito ficamos a esperar para a divulgação da História do Congo, intimamente ligada à da nossa Província de Angola.

Francisco Leite de Faria

CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS

PORTUGAL

I — Sede do *Centro* — Calçada da Boa Hora, 30 (Palácio da Ega)
Lisboa — Telefone 63.91.87

II — Sede da *Filmoteca Ultramarina Portuguesa* — Rua da Junqueira, 86
(Palácio Burnay) — Lisboa — Telefone 63.59.24

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

1 — *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa* (Publicação quadrimestral). Vinte e três números publicados. Preço de cada número — 25$00.
2 — STVDIA (Revista semestral) — Preço de cada número — 60$00.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

1 — *Diogo Cão.* Por Damião Peres. — Agência-Geral do Ultramar — Lisboa, 1957.
2 — *Os Irmãos Corte-Real.* Por Francisco Fernandes Lopes. — Agência-Geral do Ultramar. — Lisboa, 1957.
3 — *João Rodrigues Cabrilho.* — Pelo Visconde de Lagoa. — Agência-Geral do Ultramar. Lisboa, 1957.
4 — *Pêro Escobar* — Por Frazão de Vasconcelos. — Agência-Geral do Ultramar. Lisboa, 1957.
5 — *O Homem das 32 Perfeições,* Lendas do folclore indiano colhidas pelo P.e Francisco Garcia S. J. (século XVII). Anotadas por Joseph Wicki, S. J. — Preço 45$00.
6 — *L'Image du Sud-Est Africain dans la Littérature Européenne du XVIe siècle.* Par W. G. L. Randles. Preço 50$00.
7 — *A Expansão Portuguesa em Moçambique, de 1498 a 1530.* Vol. III. Por Alexandre Marques Lobato. Preço 60$00.
8 — *The Great Ship from Amacon.* By C. R. Boxer. Preço 60$00.
9 — *Les Navigations Médiévales sur les Côtes Sahariennes antérieures à la Découverte Portugaise (1434).* Par *Raymond Maury* — Lisboa, 1960. Preço 40$00.
10 — *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça.* Por Charles R. Boxer e Carlos de Azevedo — Lisboa, 1960. Preço 40$00.
11 — *As Gavetas da Torre do Tombo I.* (Gav. I-II) — Lisboa, 1960. Preço 100$00.
12 — *Documentação Ultramarina Portuguesa I* (*Mus. Brit.*-Add. 28.461; Eg. 1646) — Lisboa, 1960. Preço 90$00.

13 — *D. António Barroso. Missionário — Cientista — Missiólogo.* Por António Brásio, C. S. Sp. — Preço 100$00.

14 — *O Centro de Estudos Históricos e as Comemorações Henriquinas.* Por Humberto Leitão, Ralph Delgado, C. R. Boxer, Francisco Leite de Faria, Georg Schurhammer e José Wicki. — Preço 50$00.

15 — *As Gavetas da Torre do Tombo II.* (Gav. III-XII) — Lisboa, 1962. Preço 100$00.

16 — *Documentação Ultramarina Portuguesa II* (*Bibl. Nac. Madrid:* — Ms. 3015; *Mus. Brit.:* — Col. Egerton Ms. 1131) — Lisboa, 1962. Preço 90$00.

17 — *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central (1497-1840) — Documents on the Portuguese in Mozambique and Central Africa (1497-1840).* Vol. I (1497-1506). National Archives of Rhodesia and Nyasaland - Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Lisboa, 1962. Preço 160$00.

18 — *António de Saldanha. His Times and his Achievements.* By Alexandre Lobato. *Englished by* M. Freire de Andrade. Lisbon, 1962. Preço 25$00.

19 — *Conquista Espiritual do Oriente.* I Parte. Por P.^e Frei Paulo da Trindade. Introdução e notas de F. Félix Lopes, O. F. M. Lisboa, 1962. Preço 50$00.

20 — *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual.* Por Humberto Leitão e J. Vicente Lopes. Preço 80$00.

21 — *As Gavetas da Torre do Tombo III. (Gav. XIII-XIV)* — Lisboa, 1963. Preço 100$00.

22 — *Documentação Ultramarina Portuguesa III (Mus. Brit.* - Add. 9854); *Arch. Gen. Simancas:* — Secret. Prov. 1571) — Lisboa, 1963. Preço 50$00.

23 — *Da Navegação Portuguesa no Índico no séc. XVII (Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino).* Lisboa, 1963. Por Alberto Iria. Preço 70$00.

Pedidos à

LIVRARIA SÁ DA COSTA
Rua Garrett, 100 — Lisboa

Silvas, L.^da — Lisboa